

This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

#### Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + Refrain from automated querying Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

#### **About Google Book Search**

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at http://books.google.com/





## HARVARD LAW LIBRARY

Received Dec 215 1925

PORTUGAL

Digitized by Google



Almeida e Sonsa de Lobrão, Manoel de

## **TRACTADO**

PRATICO E CRITICO

DE TODO

# O DIREITO EMPHYTEUTICO

CONFORME A LEGISLAÇÃO E COSTUMES D'ESTE REINO E USO ACTUAL DAS NAÇÕES

POR

MANUEL DE ALMEIDA SOUSA

TOMO 11



LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1857

048.

Digitized by Google

HARVARD COLLEGE LIBRAGE
COUNT OF SANTA EULALIA
COLLECTION
GIFT OF
JOHN B. STETSON, Ja.

Than ? 5,1524

For A 14 di

TRANSFERRED TO HABYARD LAW LIBHARY

1, 1,

DEC 24 1924

## INDICE

## : DGS CAPITULOS QUE SE CONTÉM NESTE SECUNDO TOMO.

### IV. PARTE.

ALAENAÇÃO DOS PRAZOS: CONSENTIMENTO DOS SENHORIOS:
DIREITO DA OPÇÃO, E DOS LAUDENIOS.

	•
CAPITULO I. Prohibição de alienação sem con-	
sentimento do Senhorio sob pena do commisso:	
Que se comprehende na palavra Abienação, para	
o fim desta prohibição e desta pena: Quando ella	•
effectivamente se incorre: Quando cessa, e se	
exclue, etc.—Analyse da Ord. L. 4. T. 38 \$	809
Art. I. Quando pela venda sem consertimento	000
do Senhorio se incorre, ou se excusa o Com-	
misso	814
Art. II. Quando pela permutação sem consen-	
timento do Senhorio se incorre a pena do	
Commisso	830
Art. III. Quando pela Donção ou Dote sem	
consentimento do Senhorio.	831
Art. 1V. Quando se podem ou não alienar pelo	
Emphyteuta as Bemfeitorias do Prazo com,	
ou sem consentimento do Sentiorio	832
	<b>532</b>
Art. V. Quando pode ou não constituir-se Censo	
nos Predios do Prazo com, ou sem consenti-	
mento do Senhorio	833
Art. VI. Se o Emphyteute, evhemph teuticando	
sem licença do Senhorio, incerre ou não a	
pena do Commisso.	838
Art. VII. Se o Emphyteuta pode vincular eta	
Morgado o Prazo.	839
	900
Art. VIII. Se o Emphyteuta pode constiluir	
servidão sem pena do Commisso no predio	
Emphyteutico: Se usofructo	840

Art. IX. Se o Emphyteuta póde, ou quando,	
hypothecar o Prazo sem auctoridade do Se-	•
hypothecar o Prazo sem auctoridade do Se- nhorio.	<sup>4</sup> 845
Art. X. Quando o Emphyteuta póde transaccio-	
nar sem auctoridade do Senhorio: Quando	
ella he necessaria	848
Art. XI. Quanto á divisão do Prazo com, ou	0.0
sem consentimento do Senhorio	849
Art. XII. Se o Commisso se incorre pela alie-	0.0
nação de parte do Prazo	852
CAP. II. Em que tempo deve intervir o consen-	-}
timento do Senhorio, e quando baste posterior:	
Quaes Pessons são habeis para o prestar: Quid,	
Quandó são enuitos os Senhorios? Elle pres-	
tado he irrevogavel.	
Art. I. Em que tempo deve intervir o consen-	,
timento do Senhorio	885
Art. II. Quaes Pessoes som qualidade de Senlio-	Out
rios ou sem ella, são habeis para prestar este	,
consentimento	860
Art. III. Quid, quando são muitos os Conse-	QUIV
nhorios directos do mesmo Prazo?	.863
Art. IV. O consentimento prestado pelo Senho-	900
	868
TAP III Come of days a page proper a con	111
CAP. III. Como se deva e possa provar o con-	111
sentimento do Senhorio para todas as espe- celes de alienações: Como interpretar-se o pro-	•
	, ,
vado, mas duvidoso: Come pode presumir-se	•
pela diuturnidade do tempo: Quando pelo re-	٠.
cebimento da Pensão.	
Art. I. Como pode provar-se este consenti-	1
mento.	869
and II. Como se deva interpretar-se o consen-	1:
timento provado dos Senhorios, e a que se	
ampliar, ou restringir	872
Art. III. Quando pela diuternidade do tempo	•
se presuma e prove o consentimento do Se-	A=-
( mhorio	<b>97</b> 6



Art. IV. Quando, e em-que wases pelo simples	
🚟 (regebimento da pensão se julgue renunciado 🐃	ı
o Contembrate inthropopator sourbured day (Hibid Y	11 1
Causasbarre : 1 . b. s. Mann. Arten : 191 21 8	882
CAP. IV Outros reason em que he disputerel se	1
cessa v commisso, além dos lexpostos a \$27741.	. •
e a S. 789.naté:8080 e desde:809.caté:854.:	886
CAP. V. Se incurso em Commisso delimpley teuta 🖖	
por qualquer das causas juridicas, póde o Sedia	
nhories pon sauctoridade proprié occupar o 😘 .	•
Prazo semi-wicib des Espaises Se occupatido o	į
tiem contradição do Emphyteutes, con passado ac	
o anno pretimo para accusar o Espelio pide!	
o Senhorio oppos-lhegio commisso specia Ex-dim	
Proepcao	687
CAP. VI. Direito de Opção se Preleção a Em quade	.·
ccasos elle compete ao Senhorio. — Analyse da it o	1
Ord. L.4. T. 380 T. 36. Sul. Th 11. S. 2. 2 3?	11th
Art. I. Quando nacializanação per manda compete 付	
a Opção e Prelação . mai mada estada a major esta	
Art. II. Quando ap Permutação. 125 il 1911, 100 2 : 1	900
Aft. III. Quando doado o Prazo he. praticavel aust	3
o Direito dan Rielagio . manimott etissi (! / ! .	<b>30</b> 6
Art. IV. Quando na Sulpemphyteuticaga equando 🐭	!)
no Arrendamento, mer Transucção, வைக்க்கோக சு	
ção do Prazo, equando na constituição ido A.	٠,٠
red Censo ou Servidao ประกอบของ คอปเคย เคย เป็นการ	
Art. V. Outros coasos, além dos expantos pos .	<i>Y</i> ,
precedentes Artigos, em os que en les comi-	,
	915
AND VI. Como deva requerer-se o Scalhorio para	
👫 optar ou consentir: Com: que:causas:possa re- 🧓	
provae o novo Suesessó: Qué devá deposi-	
	922
CAP. VH. Quando intervindo lo consentamento	
delSenhorio se póde alienar o Prazo, pelo Em-;	
	939
ANI I. Quanto aos Prazos sateozina perpetuasa	940

Art. II. Quanto sos Prazos de ridas e de Pro-	
CAP. VIII. Quando por divides de Emphytonta	243
se pode penhorar o Prazo, antes de nomeada.	
depois de nomeado sou depois da sua morte:	
Quando por dividas de hum dos conjuges, ou	
commuss, se possa penhorar o Prazo perten-	
cente a hum delles. —Analyse da Ord. L. 3.	
T. 93. §. (3.1) 1 (2.1)	
Art. 1. Quando e Prazo antes de nomeada se	
póde penhorar e arrematar per dividas do	
Emphyteuta em vida delle	969
Art. II. Quandheren vida do Emphyteuta se	
pode arrematar o Prazo, depais delle o haver	
nomeado	978
Art. III.: Quando, depois da morte do Emphy-	•
teuta devedor	987
Art. IV. Quando, è em que casos se possa pe-i	
nhoner e arrematar a Prazo de sum dos Con-	ı
juges por dividas do outro, delle, ou com-	
muas, contrahidas asstes, on depois do ma-	000
	993
CAP. IX. Direito Deminical dos Laudemies:	**
Quando podem exigir-se: De quaes alienações:	. 1
Art. I. Direits Dominical dos Laudemios: E	
	994
Art. II. Quande, e de quaes alienações se de-	
vem Laudemios.	•
SECC. R. Quando se deve Laudemio da com-	
pra e Venda, 11.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	1005
SECÇ. 11. Quando da Permutação	1011
SECC. III. Quando da Doação, ou Dote se	
deva Laudemio	1013
secc. IV. Quando se deva Laudemio da Trans-	•
	1016
secc. v. Quando do Penhor, s Hypotheca	
com Entirees	019

Dunzed by

• •	HUMO
secc. vii. Quando geralesente em outres ca-	!fa
sos derivados de dumo Principio (10.1.111./ 1	1081
Art. Ith. A quaes pessons se deve satisfaces of a	•
Laudemie quando a humas pertence o domi-	
nio directo, e a outras o usufructo etc. E	•
quando he hum Senhorie en hum tempo, e	• • •
	027
CAP. X. Em yae cases não pode o Sentiorio exi-	ı,
vigir o Laudemio, que alids the craydevidor D	•
em ana samu deve un ma mentituir a labidi	. , .
em que cases deve ou ma restituir a Liude	MAK
This jac recoming the second s	1070
DARTE. W. BARTE.	
extincção, devolução, e consolidação dos praz	06:
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	8,
Casos: e consequentes desta consocipação.	
CAP. I. oRatimento de Prancista dicretato displacio de Capacia.	
CAR II Estimate a Representation of the state of the stat	IUDZ
CAP. II. Extingue-se o Prazo, ou na duração das	
vidas, falecendo o Emphyteuta, zem nomear,	
e sem deixar parentes no 4.º gráo Canonico:	
Ou pela extinceño des vidas, nes casos em que	
o Senhorio não be obrigado renovallo.	S 13
street at Manage and amplified and them has series	
as stranger and a stranger and a stranger and a	1664
111. 11: Manage Ages Continents Aidital from	· ·
cases our dad a population was no any language in-	
	1065
CAP. IIk Butincene de Direito Emphyteutico pela	
CAP. III. Butinoção de Direito Emphyteutico pela Prescripião	1 <b>0</b> 05
CAP. III. Butinogae de Direito Emphyteutico pela Prescripția.  CAP. IV. Extinogae de Direito Emphyteutics pela	1 <b>07</b> 5
CAP. III. Butinoção de Direito Emphyteutico pela Prescripțão CAP. IV. Extinogão do Direito Emphyteutico pela Gonfiscação	
CAP. III. Extincção de Direito Emphyteutico pela Prescripțão  CAP. IV. Extincção do Direito Emphyteutico pela  Gonfiscação  CAP. V. Extincção do Emphyteusi pela confusta	1075 1094
CAP. III. Extincção de Direito Emphyteutico pela Prescripțão  CAP. IV. Extincção do Direito Emphyteutico pela Gonfiscação  CAP. V. Extincção do Emphyteusi pela confusão de hum com outro dominio	1 <b>07</b> 5
CAP. III. Butinoção de Direito Emphyteutico pela Prescripião CAP. IV. Extinoção do Direito Emphyteutico pela Gonfiscação. CAP. V. Extinoção do Emphyteusi pela confusão de hum com outro dominio	1075 1094

CAP. VII. Quendo pelas divertas cassas de Com-	
misso se antingue o Emphyteus?\$11	UJ
CAP. VIII, Com queen commodon e argumentos:	
com quaes Encargos e obrigações reverte ao Se	•
nhorio o Prazo nos cases da Consolidação por	
devolução ou Commisso.	
Art. I. Commodes des fructes pendentes no tempo	4 2
	14
The transfer of the transfer of the transfer of	
	17
Art. III. Obrigação de pagar outras especies de	
Bemfeitorias ao Emphyteuta, ou seus herdein	
	20
Art. IV. Obrigação, ou não obrigação de pagar	
as dividas, a que o Prazo estava antes hypo- thecado	ÓF
thecado	25
Art. V. Se he ou não e em que casos, o Se-,	
nhorio obrigado conservar o colono, a quem	١.
o Emphyteuts havia dedo de priendamento o A	 
in the first of th	
The state of the s	· · ·
to a control of the c	
	,
Hit folk (Alice <b>Readon dos Practos</b> ). He grand folk (Alice Practos). He grand folk (Alice Practos). He grand folk (Alice Practos).	
CAP. I. Dentro em quaeto tempo se deva impe-	
trar do Senhorio a Removação nos casos tem.	•
que elle de justica a deva conceder - E ceu-1.	
sas que excusão ao, que atado, impetrar em o el	•
tempo competente	28
CAP. II. Solemnidades com que se deve fazer a!!	
Menovação: Com que natureza; Como a Re- 2019	
novação feita se deva pois interpretar	
Art. I. Solemnidades	
Art. II. Com que natureza se devão organizar	70
as Renovações	
Art. III. Como se devão, interpreter as Renova-	
poes	KΩ
TOUGH	V

Digitized by Gogle

· ·	
CAP. III. Quando, e em que casos se possa na Renovação alterar a antiga Pensão: Com que respeitos: Quando diminuir-se Art. I. Em quaes casos se pode alterar a Pensão na Renovação	
pensão	1170
diminuir a antiga pensão	1180
VII. PARTE.	
ACÇÕES COMPETENTES AO EMPHYTEUTA, E AO SENHO PARA DIVERSOS E RESPECTIVOS FINS.	)RIO,
DIVISÃO PRIMBIRA.	
Acções competentes ao Senhorio para diversos fins	
CAP. I. Acções para annullar, ou rescindir o Em- prazamento pelo fundamento de nullidade, ou	
lesão	1190
Art. I. Acções de Commisso	4193
de Devolução	1194
deção por Commisso ou Devolução	1226
1.º Proxa dos confins de hum todo univer-	1007

2.º Prova das pertenças particulares, compre-	
hendidas dentro dos límites da dita univer-	
	1231
3.º Prova da identidade de Predios diversos,	<b>y</b>
e dispersos em diversas situações, que ou não	
tem medições, ou se as tem, estão confun-	
	1238
didas e apagadas	1200
Predios confrontados no Emprazamento	1940
CAP. III. Accite competente do Senhorio para	
demandar ao Emphyteuta, que declare Terras	•
em que subsista o foro, quando estão confun-	
didas; e ou não apparece a Investidura, ou mão	1
nodem identificar-se	1242
podem identificar-se	
o Emphyteuta para lhe exhibir o Empraza-	
mighty	1249
mento	1270
dominio directo, para reivindicar e fazer re-	
unir as partes desmembradas do Prazo: Para os	
fazer libertar de Servidões, Censos, ou segundo	
foro, etc	1256
CAP. VI. Acces possessorias competentes ao Se-	200
nhorio pelo seu particular Direito, para usar	
"Mos remedios possessorios, ou contra Terceiro	
que espolie o seu Emphyteute, ou ao Senho-	
rio; ou contra o Emphyteuta, se de algum	
modo espolia no Senhorio	1260
CAP. VII. Acções competentes ào Senhorio para	
exigir a pensão, ou pela via Ordinaria, ou Sum-	
maria e Executiva; ou contra o Emphyteuta	
e seus Successores, ou contra o Terceiro pos-	
+ Vaidor	
secero i. Quitito á aceso Ordinaria	1201
secção w. Quanto d acção Summeria e Exe-	•
cutiva	1266
1.º Em que Direito se possa fundar esté	
	1267

2.º He erro principier por penhora, sein precedente citação	, 1986
3. Que liquidação deva preceder, e como.	127
4.º Por quaes preçon se deva regular a	
4. For quado preços se deva regular a	., .
liquidação das ponsões emphyteuticas ou	44
Censuarias	127
5.º Se para fundamentar este procedi-	1
mento Executivo basta só a posse de exi-	
gir as Penades, ou se he necessario Ti-	
tulo expresso	1270
6.º Se pode preceder-se contra cade ham!	. 11
dos Coemphyteutes in solidum	127
7.º Indole e natureza deste procedimento:	
Excepção de espelio, quando o Emphy-	
teuta nega a posse	1279
CAP. VIII. Accoes para exigir o Laudemio	1281
DIVISÃO SEGUNDA.	
Acções competentes ao Emphyteuta contra o Senhori e contra Terceiro, tanto petitorias, como possessorias.	a,
CAP. IX. Acção competente ao Emphyteuta con-	
tra o Senhorio para lhe fazer tradição de Prazo,	
ou para depois da tradição lhe restituir a parte,	•
que injustamente lhe usurpou	1284
CAP. X. Acção competente ao Emphyteuta con-	1-07
tra o Senhorio pela Evicção	1285
CAP. XI. Acções possessorias competentes em	1200
diversos casos ao Emphyteuta contra o Senho-	
rio	1288
CAP. XII. Acção competente ao Emphyteuta para	1 600
rescindir o Prazo pelo remedio da lesão: Ou	
	1001
para requerer reducção da pensão	1 <b>2</b> 91
CAP. XIII. Acção competente ao Successor con-	
tra o Senhorio, para reivindicar o Prazo fa-	
miliar, que o Antecessor lhe cedeo sem justa	

CAP. XIV. Acção possessoria competente pelo he- neficio do Alvará de 9 de Novembro de 1754 ao successor do Prazo, contra o que se intru-	,
zou na posse delle, e requisitos desta acção S	1293
CAP. XV. Acção de reivindicação competente ao	
Emphyteuta, e ao Successor do Prazo para o reivindicar de terceiro possuidor, que o he do	
todo, ou só de parte delle	1317
Art. 1. Quando a Reivindicação he proposta pelo	
mesmo Emphyteuta alienante	1318
Art. II. Quando a Reivindicação he proposta	
pelo Successor	1322

## QUARTA PARTE.

#### alienações dos pratos.

Em que casos he, ou não necessario, que para ellas intervenha o consentimento do Senhorio.

Em que casos se incorre, ou não na pena do Commisso por falta deste consentimento.

Como elle se prova; e como se presume.

Quando por venda voluntaria, ou judicial execução se póde alienar (consentindo o Senhorio) em prejuizo dos Successores o Prazo.

Direito da Opção, e Prelação competente ao Senhorio. Direito Dominical dos Laudemios, e de quaes alienações se devão ou não devão, etc. etc.

### · CAPITULO I.

Prohibição de alienação sem consentimento do Senhorio sobpena de Commisso: Que se comprehende na palavra Alienação, para o fim desta prohibição e desta pena: Quando ella effectivamente se incorre: Quando cessa, e se exclue, etc.

Analyse da Ord. L. 4. Tit. 38.

Prenoções geraes.

S. 809.

a Diforeiro (diz a Ord. L. 4. Tit. 38.) que traz Letra da Ord.

« herdade, casa, vinha, ou outra possessão afforada para
« sempre, ou para certas pessoas, ou a tempo certo de
« 10 annos, ou dahi para cima, não poderá vender, es« cambar, dar, nem alhear a cousa afforada sem consenti« mento do Senhorio, etc. »; e no S. 1.: « E sendo a venda,
« escambo, doação, ou qualquer alheação feita em outra
« maneira sem auctoridade do Senhorio, será nenhuma, e
« de nenhum vigor, e o Foreiro por esse mesmo feito perTOMO II.

« derá todo o direito, que tiver na cousa afforada, e tudo « será devoluto, e applicado so Senhorio, se o quizer.»

S. 810.

O que seste sugeito miscollancárão es DD. O nosso Peg. 2. For. Cap. 9. na Questão: « Utrum « et qualis Consensos domini directi requiratur in aliena« tione rei emphyteuticæ? ad intellectum Ord. L. 4. « Tit. 38., L. fin. Cod. de Jur. Emphyt., e Cap. Potuit. « de Locat. » mistureu alhos com bogalhos sem ordem nem methodo; e com huma nauzeante indigestão: O mesmo se nota em Caldas no Tractado de Extinctione, ainda que magistralmente analysou a dita Ord. Fulgia. de Jur. Emphyteut. no Tit. de Alienat. Q. 1. já foi mais methodico: mas ainda confuso. Pinheiro, e Fragozo forão Simias de Caldas. Quanto em mim está proponho-me huma ordem mais digesta, e methodica.

S. 811.

A Lei já não comprehende os arrendamentos de des annos. Antes que me proponha dilucidar esta Ordenação devo separar os casos, que ella hoje não comprehende: Ella comprehendia os Arrendamentos de dez annos ou dahi para cima, ex Cald. de Extinct. Cap. 1. e nos termos do Direito Romano Fulgin. in Tit. de Alienat. Q. 1. a n. 77. A razão era porque por hum Arrendamento tal se transferio ao Colono o dominio util, Ord. L. 3. Tit. 47. in pr., L. 4. Tit. 45. S. 2., e T. 48. e S. 8.: Porém hoje o Alvará de 3 de Novembro de 1757 tem determinado, ut ibi:

« Que todos os Contractos, que não forem de afforao « mento emfatiota, ou em vidas com inteira translação d- « util dominio, ou para sempre, ou pelo menos pelas re- « feridas tres vidas, se julguem de simples locação ordi- « naria, sem que seja visto transferir-se por elles dominio « algum em favor dos Locatarios. Porém aquelles inqui- « linos, ou rendeiros, que já se acharem na effectiva habi- « tação ou posse das casas, ou predios arrendados antes « da publicação deste Alvará, não serão por elle exclui- « dos; com tanto, que fiquem sem privilegio algums para « allegarem o tal arrendamento de longo tempo; antes

«ficação reputados por simples inquilinos para todos os « outros casos, em que haverião de ser expulsos, se tars e arrendamentos de dez, ou de mais annos não houvesse.»

Nota: Reduzidos pois assim os Arrendamentos ad longum tempus a simples Colonias, sem adquisição de dominio util, cessa já a respeito d'elles o presupposto, e disposto nesta Ord. L. 4. Tit. 38.; e transformados em Arrendamentes simples, collocados nesta classe, ficão regulaveis pelas regras dos mais Arrendamentos. E ainda que o dito Alvará parece que só teve por objecto o unico caso, que expõe no sea proemio (qual o de não preferir o arrendamento ad longum tempus, que transferia o dominio util, ao de menos annos nos termos da Ord. L. 4. Tit. 9.); comtudo a sua razão geral se vê applicada a todos os casos, por Lima & Ord. L. 4. Tit. 45. S. 2. a n. 3.; e assim se está praticando no Foro, julgando-se constante, e inalteravelmente, que em nenhum caso, e para nenhum effeito se transfere jámais o dominio util pelos arrendamentos ad longum tempus, caesadas pelo dito Alvará, como nelle se vé, quaesquer Leis, Ordenações, Regimentos, Disposições do Direito commum, e opinides dos DD. em contrario.

Porque já nito transferem o Dominio, como antigamente.

**§**. 812.

Tambem da disposição desta Ord. se devem exceptuar geralmente todos os Contractos, que ainda que pareção Emphyteuticos, se possão interpretar Compras, Artenda- no nome Prazos, mentos, ou Censos, que tem diversas naturezas, segundo as regras expostas desde o S. 72. e desde o S. 85,: E só Arrendamentos, he praticavel a dita Ordenação nos Contractos sem dávida Emphyteutices em vidas, ou perpetuos.

Nio comprehende os contractos na substancia Censos. Compras.

**S.** 813.

Esta Ordenação (nos casos em que aão procede, ut 🕵 811. 812.) não só comprehende especificamente a vende, e escambo, mas geralmente qualquer alheação (§. 809.): Exceptuados aquelles.

Comprehende toda a especie de alienação.

Que he o que se comprehende na palavra alienação em geral.

Que se comprehende na palavra alienar, e expôem bellissimamente o P. Bent. Pereir. no Elucidar. n. 736. ibi: « Alienationis appellatione continetur omnis actus, per a quem dominium transfertur: unde venit donatio; venit « translatio, venit permutatio . . . Alienationis nomine ve-« nit voluntaria, non necessaria. Denique alienationis apel-«latione venire divisionem, hypothecam, servitutis cons-« titutionem, dationem in solutum, constitutionem hærea dis, compromissum, concessionem Emphyteusis latè proa bat., Barboz. Appellatio 14. » Conf. Vicat. Verbo Alienatio, et Verbo Alienare: Confirão-se Fusar de Substit. O. 530., Peg. Tom. 7. ad Ord. L. 1. Tit. 87. S. 26. a n. 3. ad'n. 29.; aonde provão, que na geral probibição da alienação se comprehende todo o acto pelo qual se transfere o Dominio, como a Vendo, a Doação, a Transacção, Permutação, Cessão, Divisão, Penhor, Hypotheca, Constituição de servidão, Doação em pagamento, Concessão Emphyteutica, Constituição de Censo, Morgado, etc. As especialidades, que me proponho dilucidar não restringem esta generalidade, que comprehende a palavra alienação: Tractarei só das alienações mais frequentes, que podem ser objectos de dispustas: Prenotado isto passo ao detalhe.

#### ARTIGO 1.

Quando pela venda sem consentimento do Senhorio se incorre, ou se excuza o commisso?

Comprehende

1.º a venda
feita sem
consentimento
do Senhorio.

A prohibição de vender he expressa na Ord.: he desnecessario indagar com Caldas de Extinct Cap. 3. a n. 11. as raxões desta prohibição, quando temos Lei: he superfluo discorrer, que na palavra vender se comprehende lato modo todo o Contracto translativo do Dominio, visto que a nossa Lei usou das palavras alienar, qualquer alienação, que comprehendem todo o Contracto, pelo qual o Dominio se transfere (§. 813.); sendo frustrado o trabalho, que se propoz Cald. a n. 1.

Nota: Quidquid involvat Caldas, o certo he em summa, que as razões intrinsecas desta Ord. se reduzem a estas: 1.<sup>a</sup>, para que o Senhorio se certifique de quem ha de receber a sua pensão: 2.º, para que possa oppor-se á pessoa do successon, como se for pessoa poderoza, ou daquellas, das quaes seja difficil o recebimento dos Foros: 3.ª, para que, querendo, possa usar do Direito da Opção, e Prelação: 4.º, para exigir o seu Laudemio, renunciando aquelle Direito, e approvando a alienação, Fulgin. Tit. de Alienat. Q. 1. n. 4., Sabell. S. Emphyteusis n. 45., Britt. in Cap. Potuit. de Locat. S. 2. n. 8., Pinheir. de Emphyt, Disp. 4. Sect. 6. n. 83. et 90., Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. sub. S. 15. 16. et 17.

fundamentaes da nossa Ord.

S. 815.

Suppõe porém esta Lei huma venda perfeita em si mesma, pois manda se represente ao Senhorio a cousa vendida, e o preço, que dão por ella, (cousa, preço, e consenso, em que consiste a essencia, e perfeição da venda, Ord. L. 4. Tit. 1. in pr., et Tit. 5. S. 1.): Consequentemente só depois de assim perfeita a venda, he que a Lei requer se supplique o consentimento do Senhorio antes da tradição effectiva ao Comprador; e só a Lei resiste, a que a tradição se faça sem aquelle precedente consentimento; porque só pela tradição he, que o Vendedor abdica de si o Dominio, e o transfere ao Comprador, ex Ord. L. 4. Tit. 7.: E se o Comprador se immitte na posse sem authoridade do Senhorio; e elle lhe accusa e vence o commisso, não tem o Comprador acção de evicção contra o Vendedor. Arouc. All. 33.

Supptem huma venda in suo cuse perfeita.

**S. 816.** 

Daqui se segue: 1.º, que não he applicavel a dita Ord., nem a pena se incorre, quando se não passou de hum simples tractado de venda; porque este tractado he consequente não he propriamente venda; ut apposite Corradin. de Jur. Prælation. Q. 20. (aonde largamente expoe, quando para este fim a promessa passa a ser effectiva venda):

De suppor huma venda perfeita 1.º não comprehender o simples tractado.



8.º Nem huma promessa de vender.

3.º
Nem ainda
huma venda
perfeita
sem tradição.

Nem 2.°, quando sómente entre o Vendedor, e Comprador houve huma promessa de vender por tanto, Fulgin. Tit. de Alien. Q. 1. n. 291. (limitando no n. 292., quando deptis da promessa de vender se segue a tradição); Peg. 2. For. Cap. 9. n. 116., Cald. de Extinct. Cap. 5. no fin., Fragoz. P. 3. Disp. 10. S. 3. n. 6. Nem sinda 3.°, quando ha huma venda em si perfeita com sinste de cousa e preço (§. 815.) mas sem effectiva tradição, Fulgin. Tit. de Alienat. Q. 1. n. 131., Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 40., Cald. de Extinct. Cap. 5. a n. 78., Barboz. in Cap. Potuit. de Locat. n. 63., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 109., et pag. 669. Col. 1.

Não se incorre a pena 'pela tradição ficta não sepdo real.

Nota: He duvidozo, se à tradição feita pela clausula Constituti equivale à tradição real para este fim de ficar o Emphyteuta incurso na pena, assim como incorre nella pela real tradição? Por huma e outra parte tem esta questão DD., razões, e prestos como se vê em Cald. de Extinct. Cap. 6. a n. 23., Fragoz. P. 3. L. 6. Disp. 10. S. 1. n. 8. e 9., Fulgin. de Alienat. Q. 1. a n. 134., Pinheir. Disp. 8. Sect 3. n. 46. e 47.: Porém o mais razoavel, e conforme a Lei he, que pela tradição ficta por força da dita clausula não ha transgressão da Lei, nem tão pouco pela reserva do usufructo (que produz os mesmos effeitos da clausula Constituti, ex Peg. 1. For. Cap. 6. n. 38.), Fulgin. supra n. 131. y Quœ opinio, Pinheir. supra: A mesma Ord. no §. 1. no fim assim o persuade nas palavras ≠ poderá demandar, e constranger, o Foreiro que haja á sua mão, e torne a cobrar a cousa foreira — Pois estas palayras presuppõem huma tradição real da mão do foreiro para o comprador; e suppõem necessaria esta tradição para se incorrer o commisso; com tanto que depois do modo ficto não passe a haver tradição real, Fragoz. supra n. 9. in fin.

Se porém o Comprador já estava na posse; ou se o Vendedor ficou conservando a detenção, pagando pensão ao Comprador, ou se a venda do prazo foi

feita á vista do predio, que o fórma; ou se sendo casas, entregou o Vendedor ao Comprador as chaves dellas, ou os Titulos da consa vendida; por estes actos symbolicos já ha huma mais positiva tradição, ex Silv. ad Ord. L. 4. Tit. 1. in Rubr. Art. 1. a n. 11; e a não intervia algum protesto, em que salvassem, e condicionassem o consentimento do Senhorio, se incorre na pena da Lei, Cald. de Extinct. Cap. 6. n. 22. Poderiamos dizer que o mesmo procede em todos os casos, em que ipso jure, por especialidade se transfere o dominio sem real tradição, Cald. supra n. 20. et 21.; Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 44., casos que até o numero de 53. expõe Bagn. Cap. 15.: Porém as palavras da dita Ordenação parecem insusceptiveis desta restricção; porque em todo o caso exigem huma tradição, que seja real, sem bastar a que se faz por favor, e privilegio de directo.

S. 817.

Procede a disposição da nossa Lei, ainda naquelles Comprehende Prazos de nova especie, de que tractei desde o S. 96., a Lei os Prasos senão como propriamente Prazos, ao menos por força do pacto expresso; pois que o direito da prelação, (huma das razões, por que he necessario pedir o consentimento do Senhorio S. 814. Not.) póde paccionar-se, e he obrigatorio em todo o contracto, Corradin. de Jur. Prælation. Q. 7., e conduz a Ord. L. 4. Tit. 11. S. 2.: E ainda quando prevalesça julgarem-se Censos paleados com o nome de Prazos os de que tractei S. 83. e S. 101.; nos Censos mesmos he valido este pacto (quando o ha expresso) Corradin. Q. 32. n. 6., Cyriac. Contr. 254. a n. 11., Peg. 2. For. Cap. 9. pag. 591. et 592.

S. 818.

Procede igualmente, e ainda hoje, a generalidade do nossa Ord. nos Prazos Ecclesiasticos; porque supposte nelles esteja prohibida a consolidação pela L. de 4. da Julho de 1768.; e esse direito da Prelação nas Corporacões Regulares; comtudo a mesma Lei diz: « Permitto o

Ecclesiasticos.



a poder de optar para si qualquer dos individuos, que « formão os Corpos do Clero Secular os Prazos pertencena tes aos mesmos Corpos, com tanto, que em sua vida, ou « por suas mortes passem a pessoas seculares » E assim quanto a estes se verificão todas as razões (S. 814. Not.) pelas quaes se requer o consentimento do Senhorio. É quanto as mais Corporações Regulares: Ainda que o S. fin. do Alv. de 12 de Maio de 1769 permitte possão consolidar nos casos de commisso, e de devolução para effeito de tornarem a emprazar; e se não verifica o direito da opção, huma das razões porque se faz precizo o consentimento (§. 814. Not.), sempre subsistem as outras, que o fazem indispensavel para algum desses tres fins. Maiormente quando algumas das Corporações Regulares, que referirei a S. 856., tem Privilegios expressos, para que sejão nullas as Escripturas, em que se não inserirem as suas licenças com quitações de Laudemios, para as alienações dos Prazos. S. 819.

Os Fateosins perpetuos.

Procede tambem esta Ord. nos Prazos fateozins perpetuos, como he bem expresso nas palavras = possessão afforada para sempre =: E ainda que Peg. 2. For. Cap. 9. a n. 3. tentou persuadir o contrario, todos os seus fundamentos são oppostos ás palavras desta Lei, e ainda mesmo ás razões intrinsecas, (§: 814. Not.) pelas quaes ella saz preciso o consentimento do Senhorio; sendo quimerica a differença que faz entre os Prazos d'esta, ou d'outra qualidade: Pois que, não tem o Senhorio nas alienações dos Fateozins o Direito da Opção? Não póde elle oppor a pessoa do novo Successor do Prazo Fateozim, sendo daquellas, que elle Senhorio pode reprovar, quaes as que relata Peg. a n. 64.? Não deve o Senhorio certificar-se de quem ha de exigir a sua pensão? Não se lhe deve Laudemio pela approvação do novo Emphyteuta? Logo, sobre ser a Ley expressa a comprehender a alienação dos Prazos Fateozins perpetuos; militão a respeito delles as mesmas razões, pelas quaes nos outros Prazos he indispensavel requerer antes da tradição o consentimento do Senhorio.

Nota 1.º Por Direito Romano, e intelligencia da L. fin. Cod. de Jur. Emphyt. não incorre o Emphyteuta em commisso, quando, não se pacteando a necessidade do consentimento do Senhorio para as alienações, se concede o Prazo pro se, et quibus dederit, e esta clausula não seja restricta ao 1.º Emprazado; ou quando se concede pro hæredibus, et successoribus *quibuscumque*, ou com livre faculdade de vender a quem quizer, Fulgin. de Alien. Q. 1. a n. 144.: Porque (como diz Fulgin.) pela amplitude destas clausulas já se subintende concedida a livre faculdade de alienar; e neste sentido he que fallão alguns dos DD. citados por Peg. n. 15. Porém nem a generalidade da nossa Lei, nem as suas intrinsecas razões (S. 814. Not.) sofrem tal distincção. E aiuda segundo o Direito Romano, havendo na Investidura as referidas clausulas, se cessa o Direito da prelação do Senhorio, não cessão as outras razões; e deve por tanto impetrar-se o Consenso do Senhorio para a approvação do novo Emphyteuta, Corradin. de Jur. Prælat. Q. 31. n. 34. Conduz. Cald. de Extinct. Cap. 7. n. 23. 26. et 33.

Quid vero pelo Direito Romano.

Nota 2.\*: Só sim não he necessario o consentimento da Corôa ou seus Donatarios, quando se alienão os bens Reguengos, de que por Foraes se pagão certos Foros, porque estes podem livremente alienar-se sem consentimento do Senhorio pela permissão da Ord. L. 2. Tit. 17.; e neste sentido he que fallão Cald. de Extinct. Cap. 2. n. 20., Carvalh. P. 4. Cap. 1. n. 214., Valasc. Q. 13. n. 1., Castilh. de Usufr. Cap. 75. n. 28., que cita Peg. n. 15.; e além destes Portug. de Donat. L. 3. Cap. 43. a n. 25.: E entendido Peg. conforme os DD. que cita; não deve passar sem justa censura applicando aos Prazos Fateozins o que esses DD. dizem da alienação dos bens Reguengos.

Não he
necessario
consentimento
da Corôa
quando
se alienão bens
Reguengos.

TOMO II.

2

**§. 820.** 

Cessa porém a pena desta Ord., e não se incorre o Cessa a pena da L. Commisso, pela alienação incensulto domino: 1.º, em 1.0 quanto não ha real e effectiva tradição, sem bastar por Em quanto não ha tradição actos symbolicos, ou por ficção de Privilegio (Nôt. ao S. 816.). Cessa 2.º, quando a venda he em hasta pública real. 2.0 para pagamento de dividas; porque não he necessario Quando a venda impetrar o consentimento á parte antea; e basta que dehe em hasta publica, em que pois se proponha ao Senhorio se quer optar o Prazo pelo á parte aniek preço da Arrematação, Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3., que não he com os mais DD. bem expôe Silv. ibidem a n. 32. ad necessario o consentimento. n. 43., Salgad. in Labyr. P. 3. Cap. 3., Repertor. debaixo da palavra Foreiro... Cessa 3.º, quando a venda, ain-3. Quando he da mesmo effectuada com tradição, he nulla por qualquer nulla. principio; ou porque feita sem o consentimento da mulher; ou sem solução de Siza; ou pelo Tutor, ou menor sem as legaes solemnidades; ou por qualquer outra similhante causa de nullidade. Valasc. Cons. 61. n. 15., Cald. de Extinct. Cap. 7. n. 10., Peg. 2. For. Cap. 9. pag. 669. Col. 1. 3. Verum — Addit. ad Iraux. de Protest. Consider. 10. n. 4., Olea de Cess. Jur. Tit. 2. O. 5. n. 28. Latissime Fulgin. de Alienat. Q. 1. a n. 172., aonde além de todas as referidas nullidades, dinumera outras, como quando a venda do Prazo he feita por Procurador, sem especialissimo mandato; quando por huma Corpora-

S. 821.

Cessa, e não se incorre a pena 4.°, ainda quando o se o Pagador ainda não pagou comprador, ou não pagou o preço, ou habita non fuit ei fides de pretio; porque entretanto nem o dominio se transferia ao Comprador, nem consequentemente ficou privado delle o Emphyteuta Vendedor, Ord. L. 4. Tit. 5. S. 1., Silv. ad Ord. L. 4. Tit. 1. in rubr. Art. 1. a n. 48.: E per isto não ha motivo para o Senhorio accusar o Commisso em quanto o Dominio está assim radicado no Emphyteuta, Cald. de Extinct. Cap. 7. n. 11., Pinheir. Disp. 8. Sect.

ção, sem o Voto de todos os Vogaes, etc.

3. n. 43.: Maiormente advertindo-se, que a tradição do Prazo, que o Emphyteuta faz, antes de recebido o preço, ou espaçar o pagamento delle, não se entende pura, mas condicional, ainda que esta condição não seja formal o expressa; e em quanto pelo Comprador se não campre esta condição, está impendente a validade da tradição; e nunca entretanto o Emphyteuta perde o Dominio, nem a Posse, que sempre fica conservando no animo, com a livre faculdade de a recobrar, ainda por auctoridade propria, Ord. L. 4. Tit. 5., Silv. ibidem S. 1. a p. 10.

**§. 822.** 

O contrário determinou no seu Paiz o Cod. Freder. Pelo contrario P. 2. L. 3. Fit. 3. sub. S. 30. pag. 176. dizendo que « o Emphyteuze se extingue, quando o Emphyteuta o aliena sem o consentimento do Senhor directo; o que « teria lugar, ainda quando o preço da venda não tivesse « sido pago, e o Emphyteuta se tivesse reservado a pro-« priedade até o inteiro pagamento. Ou ... quando mesa mo a alienação não tivesse sido feita, mais que debai-« xo de huma condição, qualquer, que fosse, pela razão « de que, isto he huma verdadeira alienação, se a condi-« ção vem a existir. »

o Cod. Frederic.

Nota: Esta moderna legislação (ainda que ouvi A doutrina deste que não chegava a ser authenticada) me parece mais conforme à nossa Ord. L. 4. Tit. 38. no princ.: Pois com o espirito ella castiga com a pena do Commisso ao Emphyteuta, que vende, e entrega o Prazo antes de receber o preço, ainda que o confidencêe do Comprador: Assim o persuade, porque determina, que deve primeiro notificar ao Senhorio... declarando-lhe o preço, ou cousa, que lhe dão, isto he de futuro, e não dis, que îne dérão, ou que elle espaçou: Huma vez pois, que o Emphyteuta vende sem primeiro fazer esta notificação ao Senhorio do preço que the dão, e sem recebimento do preço, ou espaçando ao Comprador o pagamento delle, lhe faz tradição de Prazo, por mais

mais conforme da nossa Lei.

que esta tradição se possa dizer condicional expressa, ou tacitamente está incurso no Commisso, perque faltou á Lei e ao Contracto, (se assim he nelle expresso): Seria facil supplantar o Direito do Senhorio com tal industria, ou fingind o oVendedor, que não recebe o preço, ou (recebendo-o por alguma aut'apocha) espaçando o pagamento delle. Com tal arte seria facil fraudar ao Senhorio da Opção, e de Laudemio, etc.

Eu assim o seguiria apezar do exposto (S. 821); não só pelo que venho de ponderar; mas porque a Lei quer que a notificação se faça ao Senhorio antes da tradição, ut ibi:... querendo-a vender... deve primeiro notificar so Senhorio « se a quer tanto pelo tanto, declarando-lhe o preço que lhe dão» isto he antes de o recebor, e antes da tradição, em quanto a venda está só perfeita no ajuste da cousa, e do preco, antes da numeração delle, e tradição da cousa: Assim o entendem Britt. in Cap. Potuit. de Locat. S. 2. n. 9., Cald. de Extinct. Cap. 13. n. 1.: Assim mesmo o diz o citado Codigo § 25. ibi: Esta denunciação deve fazer-se antes da tradição, etc. Se pois o Emphyteuta Vendedor passa a fazer tradição antes daquella proposta ao Senhorio: Se depois da tradição lhe propõe o que lhe dérão, ou prometterão dar, ou para lhe darem espaçou o tempo, já tem transgredido a Lei, já tem abusado do Direito e prerogativas do Senhorio, esteja ou não pago do preço, espaçasse ou não o pagamento, tenha, ou não reservado o Dominio até o pagamento delle. Tu cogita; sed Legem sequere.

Esta contradição de razões (S. 821. e 822.) só póde conciliar-se fazendo differença entre o caso de haver alguma presumpção, que o Vendedor, e Comprador colloiarão, e simulação por algum modo frau-

dar o Senhorio; e entre o caso contrário de procederem com toda a sinceridade, e boa fé: No 1.º caso seguiria eu a 2.º opinião (S. 822.); no 2.º a primeira

S. 821.); e ainda em dávida pelo favoravel da ex-

Conciliação possivel, e racional.

clusão do Commisso; salvo porém em ambos os casos ao Senhorio o Direito da Opção; como em caso semilhante o Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 45. n. · 4.: Com effeito, Corradin. de Jur. Prælation. Q. 16., depois de expor a n. 48. estas opiniões, assim as concilia no n. 92., e seguintes.

S. 823.

Cessa 5.º a Lei, e a sua pena, ainda mesmo depois de pago o preço, e feita ao Comprador a tradição do Prazo, se elles distractão a venda antes, que o Senhorio accuse o Commisso: Esta, depois da contraria, he a mais benigna e favoravel opinião, que seguem Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 51., com Cald. Barboz. á Ord. L. 4. Tit. 38. no pr. n. 30., Barbosa filho ao Cap. de Potuit. de Locat. n. 63., Gam. Dec. 274. n. 2., Fulgio. ip Tit. de Alienat. Q. 1. a n. 33., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 140., Luc. de Emphyt. Disc. 39. n. 6., Addit. ad Irauz. de Potestat. Consid. 10. n. 4., Mul. ad Struv. Exerc. 11. Thes. 69. no fim, Harpr. ad S. 3. Inst. de Locat. n. 450. Sendo bem notavel sobre esta questão a grande fadiga de Caldas; quando temos os bellos similes da Ord. L. 2. Tit. 18. S. fin. seguido na L. de 4. de Julho de 1768.; o da Ord. L. 3. Tit. 40. S. 1., L. 4. Tit. 54.

Cessa a pena se antes de accusada distractarem

S. 824.

Cessa e muito melhor 6.º, a Lei e sua pena, quando a venda se faz com o pacto de retrovendendo, e depois de pago o preco, e feita ao Comprador a tradição sem com pacto de consentimento do Senhorio, o Vendedor, rime e distracta retrovendendo, a venda, e recupera o Prazo antes de accionado pelo Commisso; com tanto que o pacto de retrovendendo fosse con- da accueação. nexo com a venda, e não estipulado ex intervalo (se bem que esta restricção he ociosa á vista do exposto §. 823.): Assim Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 166., Fragoz. P. 3. Disp. 10. S. 3. n. 7., Luc. de Emphyt. Disc. 45. n. 4.: E ainda que por huma parte Cald. de Extinct. Cap. 7. n. 7. diz, que só se evita o Commisso retractando-se in

Se celebrada a venda se distracta

continenti a venda celebrada com o dito pacto; e Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 50. faz distincção entre o caso de ser o pacto de retrovendendo concebido com polavras directas, isto he, ut redito pretio res sit inempta, a e só neste caso escusa do Commisso o distracte antes da sua accusação: Comtudo, se ainda quando não intervem tal pacto, o Commisso se evita retractando-se a venda antes da sua accusação, conforme a mais benigna opinião (§. 823.): a fortiori retractando-se por força do dito pacto.

Quando o pacto de retrovendendo se diz celebrado verbis directis, aut obliquis, v., Silv. ad Ord.
L. 4. Tit. 4. in. pr. a n. 7. et Tit. 5. S. 3.: Bem que hoje essa distincção de palavras directas e obliquas neste pacto, no da Lei Commissoria, e no outro Adjectionis in diem, he justamente ludibriada por Bochmer. ad Pandect. Exerc. 4. a S. 30. ad 32.

§. 825.

7.°
Quando se faz
com 9 pacto
da Lei
Commissoria.

Cessa 7.º, a Lei e a pena, quando a venda se faz com o pacto da Lei Commissoria, nos termes da Ord. L. 4. Tit. 5. S. 3., com a exposição de Silv. (reprovada hoje ex Nota supra a supersticiosa distincção de pelayras directas, obliquas). Pois se o Comprador até o dia aprazado não paga o preço, a venda se resolve como nulla desde o seu principio, e o Dominio reverte ao Vendedor; e em consequencia pela tradição, não incorre em Commisso: Só sim, se o Vendedor, ou renuacía o favor do dieto pacto (por algum dos modos, que expõe o citado Salva) ou o Comprador enche a condição, pagando dentro do tempo aprazado; porque então a venda se convalida; o dominio fica transferido ao Comprador, e he necessario o consentimento do Senhorio, logo que cessou o dito sacto, Fulgins de Alien. Q. 1. ap. 247., Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 49., Cold. de Extinct. Cap. 6. n. 37. Cap. 7. n. 9., Gam. Dec. 12., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 114.

Nota: Em contrário está o Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. sub. S. 31. pag. 176. let. (c): As razões expostas no §. 822. aqui mesmo são applicaveis huma vez que o Emphyteuta vendendo com o referido pacto passe a fazer tradição do Prazo domino inconsulto: Maiormente reflectindo-se 1.º, que por esse mesmo modo, e com esse pacto deve propôr a venda ao Senhorio antes que faça tradição ao Comprador, perque neste caso se verificão os quatro fins porque se exige o consentimento (S. 814. Not.), como bem ao proposito pensão Corradin. de Jur. Prælation. Q. 16. a n. 58,, optimé Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 29.: 2.º Porque no momento em que o Comprador paga o preço ao Vendedor, e cessa o dito pacto. sica sem outra tradição com o Dominio (DD. na Not. ao S. 816.); e eis-ahi já incurso em Commisso pela tradição, e translação do dominio sem consentimento. que devia preceder, do Senhorio: E só quando muito se evitara o Commisso distractando-se antes da sua accusação (S. 823.): D'outro modo, ainda pendente a condição, póde o Senhorio accusallo só porque primeiro se lhe não noticiou a venda com esse pacto, para assim mesmo preferir nella; maximè quando ainda sem o tal espaço de tempo poderia querer optar o Prazo, pagando logo o preço, Corradino, e Gallo acima citados: Veja-se porém Britt. no Cap. Potuit. de Locat. S. 2. a n. 61. ad 67.

O contrario diz o Cod. Frederico.

Parece mais conforme ao espirito da nosa Lei.

**§. 826**.

Cessa 8.°, a Lei e a pena, quando a venda se delebra com alguma destas clausulas, salvo Domini Consensu — Nisi Dominus eam sibi velit — Si Consensus Domini accesserit, e semilhantes, sem necessidade de se juntar a clausula Nec aliter, nec alio modo, Falgin. de Alien. Q. 1. a n. 9. ad 19., com Gam. Barboz., Cald., Fragozo e outros, Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 41. ŷ. Irauz. de Potestat. Consider. 10.: Porem sem embargo desta clausula, e subseguindo-se a tradição depois da venda assim

8.°
Quid se a venda
se fixer
Salvo
e consentimento
de Senhorio?
Se se incorre
na pega?

condicionada se incorre em Commisso em dois cases: 1.º, quando se aliena o Prazo a Pessoa poderosa, de cuja mão he difficil ao Senhorio arrancallo para usar do seu Direito de Preleção, Pinheir. supra sub. n. 41. optime Britt. in Cap. Potuit. de Locat. S. 2. a n. 74., Fulgin. supra a n. 20. (aonde dinumera os Poderosos): 2.º, quando feita a venda com essa clausula, e feita do Prazo a tradição a Pessoa, ainda que de igual condição, não se notifica ao Senhorio dentro de 30 dias, ou para approvar a venda, e receber o Laudemio, ou para usar da Opção, Britt. supra sub. n. 75. et 76., aonde expõe bellissimas razões; sobre as quaes se veja o Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 40. n. 13. aonde se expede com huma genuina distincção ut ibi: «Si quidem, ubi Dominus directus alienationis « notitiam non habet, res in ejus fraudem transit sub sia lentio; et ubi habet, remanet Consultum cum hujusmodi « protestatione contraria facto, et per quam, ut nostri dicunt, partes dicuntur habuisse in ore verba Legis, ani-« mo autem, & factis illam, ejusque mentem contempsisse.

α Idcirco dicebam, etiam cum sensu veritatis, istam vi-« deri quæstionem facti potius, quam juris, decidendam « scilicet prudenti Judicis arbitrio ex singulorum casuum « particularibus circumstantiis decidendo, et ex quibus, « modo pro caducitate, et modo pro exclusione respon-« dere congruat... Quod aut scilicet concurrit bona fi-« des, vel alia justa causa, ob quam dicta reservatio as-« sensus cum clausula denotet bonum animum Partium non a fraudandi Legem, et pacta; et tunc, dicta Conclusio (de qua a S. 826.) recipienda veniat, et cum hoc senso proceditur in a allegatis Decisionibus; siquidem apud Merlin. d. Dec. « 871. antequam Dominus directus fortè sciret casum a alienationis, vel saltem acceptaret caducitatem infra a brevem terminum unius mensis, sequuta fuerat sponta-« nea petitio assensus cum oblatione etiam reali Laudemii, « neque possessor adéo certam et explicitam scientiam « prohibitionis habebat... Ac in casu dictarum aliarum « Decisionum plures concurrebant circumstantiæ, ex qui-« bus dicta mala fides excludebatur: Si enim res Emplay-

« teutica possideatur per hæredem, vel ahum successorem, e non omnino certum de natura, seu qualitate Concessio-« nis, quamvis ex solutione. Canodiis sciret tem non esse «liberam, cum tunc probabiliter credere, vel dubitate « possit illam importare potius Censum, aut perpetuam « Locationem, etc.: Ideired ob Milasmodi incertitudinem, a justum hon est eum cogere ad sibi parandum ditum « præfititicism, satque gla "récognoscendum in! Dominum a de cujus cominio est incertus, faciendum que actum, and quem credere potait and teneris et hic est vasus di-« ctarum 'Decisionum

« Sel si alienans est principalis Concessionarius recté a conscius qualitatis, sea natura concessionis, ac pactorum, « et prohibitionum in es contentarum, ut verificabatur in a præsenti, underverissimilis oblivio non intrabat, nulla « que adesset excusatio, quæ ob obsentiem, vel impedi-« memtam domini directi allegari valeat; et tune intrare e videntur de plano termini, text. in L. Si major Cod. de Transact:: Ideo que dieta propositio (§. 826.) nallate-« nus recipienda est; cum alias hajusmodi pacta semper minahia, et fabulosa remanerent, neque dari posset casus « corum 'operationis, ita prohibendo dominum, ne rei suæ « legem sibi bené visam adjicere valeat, etc.

Nota: Como neste Reino ha muitas Corporações com especiaes Privilegios (que se relatarão a §. 856.) para que sejão nullas as Escripturas, e contractos de vendas, em que senão copiem os seus consentimentos · com as quitações dos Laudemios; quanto aos Prazos destes Senhorios, será frustado fazer as vendas com alguma das referidas clausulas (§ 826.), ou cautellas.

S. 827.

Cessa 9.º, a Lei, e a pena, quando hum Consorte do Prezo vende a outro Consorte, et maximè ao Cabeça, al- Quid, Se bum Emphyteum guina porção delle, ex Peg. (que assim entendo) 2. For. vender a outro. Cap. 9. n. 121. et 126., Barbos. ad Ord. L. 4. Tit. 38. in pr. n. 11. et 23.. Sobre esta Tesc fazem varios dis-TOMO II.

tincções Eulgin, de Alien. Q. 43 a.n., 194. ad 203, e. Cald. de Extinct. Cap. 8 : Porém praticamente, e segundo os costumes deste Reino, esta limitação só node ser adquada ao caso, em que hum Prazo por consentimento expresso, ou tacito do Senhorio se divida entre muitos, o Foro, se ratea entre elles, e todos ficão possuindo á face do Paszo do cabeca pagando a elle cada hum prograta, e elle, o total da pensão ao Senhorio. Neste caso ressando as razões de quibus S. 814. na Nota; ficag applicaveis (para não ser pecessario a consentimento do Sephorio) as razões de Cald. d. Cap. 8. n. 1. 2. 3.; porque não se varia de Emphyteuta; easa porção se aliena ao Co-Emphyteuta ju approvado; e res de facili revertitur ad suam. primavam naturam (ax regula, dequa Portugi de Donat. L. 3. Cop. 1. n. 49.). Borem, se dividido o Prazo entre muitos, o Senhorio passa, a receber de cada hum a sua rateada pensão, ou seja por vontado expressa, ou seja por força da prescripção, que lhe obste (Vide S. 731. 732.); como neste caso ficão tantos Prazos distinctos e diverses, quantos os Foreiros, que distinctamente possuem, e pação ao Senhorio, e cada hum encabeçado na sua parte (S. 730. 731.), segue-se, que alienando qualquer destes a sua parte assim dividida a outro, ainda que seja huma. parte que formava com o mais o todo, quando unido, deve requerer o Senhorio; sendo a este 2.º caso applicaveis as doutrinas de Fulgin, supra sub. n. 201. Cald. supra n, 9. et 10. **6. 828.** 

10.º Quando ha costume, gundo huns DD.

Conciliação das opiniões. Cessa 10., quando ha costume estabelecido de se alienarem os bens de Prazo, sem consentimento do Senhorio; Fulgin. Tit. de Alien. Q. 1. n. 150., Cald. de Extinct. Cap. 7. n. 16. (declarando que o tal costume he estricto, e inampliavel de lugar a lugar, de caso a caso). Neste refere Peg. 2. For. Cap., 9. n. 136. dois Arestos contrarios: Eu conciliaria as opiniões, e Arestos neste modo: 1.º Hum costume tal apposto á Lei, e ao pacto, se não deve prevalescer para o futuro, livra pelo menos da pena ao Emphyteuta, que conformando-se com esse costume alienou.

o Prazo sem impetrar o consentimento do Senhorio, segundo as doutrinas de Peg. Tom. 6. For. Cap. 204. a v. 5., Guerreir. Tr. 2. L. 8. Cap. 25. n. 111.: Mas 2." hum tal costume, ainda que escusa da pena do Commisso, nunca póde privar ao Senhorio do Direito da opção, e prelação, que lhe he sempre arbitrário, Fulgin. de Solut. Can. Qv 4:::n::250

metação (casos que se ex**es**% 9. 300.) non tem e : Cessa 11., quando não tendo o Emphyteuta alienante em seu poder a Investidura, e ignorando ter natureza Emphyteutica a pensão, que pagava, ou com dúvida provavel de ser Emphyteuze, Censo, ou Colonia perpetua, vende os bens sem impetrar consentimento do Senhorio, Fulgin, Tit. de Alien. Q: 1. n. 334., Gam. Dec. 91. n. 3., Cald. de Extinct. Cap. 7. n. 17., Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 55., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 124., Antonell. de Loc. Legal. L. 2. Cap. 6. Q. 11. n. 155.: Bem como incurrendo-se em Commisso pela positiva negação do Dominio directo, como se verá no Cap. IV., cessa, e se evita esta pena, quando o Emphyteuta negante teve alguma probabilidade persuasiva de ser Censo, com justa ignorancia de ser Prazo, Peg. 3. For. Cap. 28. a n. 787.; o mesmo procede no Successor, em que se verefique huma justa e provavel ignorancia de serem Emphyteuticos os bens, que allenou sem consentimento do Senhorio, Fulgin. de Alien. Q. 1. an. 186. ad 191., Pinheit. Disp. 8. Sect. 2. n. 22. · et 23.

natureza Emphyleutica.

Nota: Como a Dação em pagamento com trans- Tudo o exposto lação de dominio se éguipara em tudo a compra, e venda, Silv. ad Ord. L. 4. Tit. 12. in pr. a n. 19. em pagamento. segue-se que tudo o exposto desde o S. 814. comprehende as Dações voluntarias, quando o Emphyteuta dá a seu Credor v Prazo com translação de Dominio em pagamento d'alguma divido, Fulgih. de Aliethet. 10. 1. a n. 160.

na Dação

### ARTIGO II.

Quando pela Permutação sem consentimento do Senhorio se incorre a pena do Commisso.

Incorre a pena pela Permutação sem conseutimento do Senhorio.

**S. 830.** L entárão alguns DD., que nos casos em que na Permutação (casos que se exporão a S. 900.) não tem o Senhorio o Direito da Opção e Prelação, não he necessario que à parte anteà se impetre o seu consentimento; e que basta, que o Permutante antes de entrar na posse do Prazo se noticie ao Senhorio para o approvar ou raprovar seu Emphyteuta, Fulgin. de Alien. Q. 1, a.n. 253., Cald. de . Extinct., Cap. 8. a n. 31. et 37.: Porém a nossa Lei indistincta e geralmente requer esse consentimento à parte anteà, ainda mesmo, que nesses casos não tenhago Senhorio o Direito da Prelação; porque se nelles falta huma das quatre razões, que fazem necessario esse consentimento (S. 814. na Nota) sempre subsistem as outras, Peg. 2. For. Cap. 9. n. 83., Cald. supra a n. 37. sem dúvida quando assim se providencea por expresso pacto. Fulgin. d. Q. 1. n. 260.

Reprovão-se as limitações. Nota: As limitações que refere Peg. 2. For. Cap. 9. n. 85., e 86.; quando a Permutação se faz com huma Corporação pia; ou por cousa mais interessante, etc. são oppostas á Lei e Direito.

## ARTIGO III.

Quando pela Doação, ou Dote sem consentimento do Senhorio.

Quando
pelo Dote
sem
consentimento
do Senhorio.

\$. 831.

La desde o \$. 365., fica demonstrado com distinção de casos os em que, não he necessario o consentimento do Senhorio para se doar, ou dotar o Prazo; e que quando não he necessario, o que deve praticar o Doado ou Dotado, etc. Nada mais resta aqui a dizer.

# ARTIGO IV.

Quando se podem, ou não alienar pelo Emphyteuta as bemfeitorias do Prazo com, ou sem consentimento do Senhorio

**S. 832**. ls bemseitorias affiixas, e coherentes ao solo Emphyteutico, como partes inseparaveis delle, e com a mesma natureza não podem alienar-se Domino inconsulto, bemfeitorias. Fulgin, Tit. de Melioram. Q. 5. n. 7. et de Alienation. Q. 1. n. 1., Piaheir. Disp. 4. Sect. 7. S. 6. n. 14., Valasc. Q. 25. n. 17.: Não he assim das bemfeiterias separaveis, e saparadas, que ficão proprias do Emphyteuta, suas allodiaes, ainda que contiguas aos Predios do Prazo (quaes as de one tratei desde o S. 586.); porque estas podem livremente alienaz-se, ex Pinheir. et Valasc. supra : Bem entendido com o mesmo Pinheir. n. 141., e Cald. de Extinct. Cap. 10. n. 50.; que ainda mesmo as bemseitorias intrinseças e affiixas, que na extinçção do Prazo podem repetir-se (Vide a \$. 610.), tambem podem ceder-se por alienação para se repetirem do Senhorio.

Nota: Como na geral obrigação de bens feita pelo-Emphyteuta se comprehendem as bemfeitorias nos bens do Prazo, Fulgin. de Melioam. Q. 8. lá se verá desde o S. 969. quando, e em que casos se póde fazer nellas execução para pagamento de dividas; et interim vide Salgad. in Labyr. P. 3. Cap. 3. a n. 53., Flor, ad Gam. Dec. 5. a n. 4. et 5.

## ARTIGO V.

Ouando póde ou não constituir-se Censo nos Predius do Prazo, com, ou sem consentimento do Sonkorio.

1

**S. 833**.

se incorré, ou não a pena do Censo?

Distincção de dois casos.

u na Investidura ha huma expressa, e especifica Em que casos prohibição de constituir Censos nos Predios Empliyteutices (não bastando a geral prohibição de alienar): Ou, não pela constituição ha tal e tão especiaca prohibição: Si prius, incorre o Emphyteuta em Commisso, se constitue Censo nos bens de Prazo sem consentimento do Senhório; é isto por força do pacto (que faz Lei do Contrácto, ut S. 7.) e da transgressão delle: Si secundum, mão; porque a constituição do Censo não he propriamente alienação; pais o Emphyteuta constituindo o Conso sempre fica conservando e seu Doniimo util: Esta he a commun distinctate des DD. Card. de Luc. de Emphys. Disc. 45., Fulgin: Tit. de Alienst. O. 1. a n. 108. at 112., Pinheir, de Cens. Disp. 1. S. 3. a n. 63.; et de Emphyt. Disp. 4. Sect. 7. n. 142. et 143., Peg. 2. For. Cap. 9 a n. 117., Pecch. de Aquæd. L. 1. Cap. 3. Q. 2. a n. 3. et 9., optime Cens. de Censib. O. 22, a n. 1, et a n. 14.:

g. 834.

Ainda bavendo prohibição na Investidura, a pena se evita nos casos seguintes.

Porém, ainda mesmo que haja ham expresso pacto prohibitivo da constituição do Censo nos termos da 1.º parte de referidu distinução: (S. 833.); ceisa e se evita a pena 1.º, se o Emphyteuta estipulou remivel o Censo, e o remio antes de accusade o Commisso, Luc. supra r. 4., Fulgin. a n. 117. (confira-se o S. 824.): cessa 2.º, no rustico e idiota, que procedeo com boa fé, Fulgin. n. 125. (confira-se §. 829.) 3.°, constituindo-se o Censo no Prazo hereditario perpetuo, Fulgin. n. 124., Guerreir. Tr. 2. L. 2. Cap. 8. n. 26. et 27., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 30., et pag. 614., Col. 2. 7. Duplici =; preserindo porém sempre na pensão o primeiro Senhorio, sem que neste caso

Referem-se.

tenha applicação o brocardico, que se não póde constituir Foro, sobre Foro, Reg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. Tit. 33. in rubr. n. 239.; 1.°, nos mais casos referidos S. 820., que ao presente da constituição do Censo applica Fulgin. supra a n. 214.: 5.°, se o menor constitue o Censo, tem restituição para evitar o Commisso; Cens. de Censib. Q. **22**. n. 13.

. O mesmo procede, quando o Emphytenta constitue Censo nas bemfeitorias do Prazo, se ellas são capazes de se se constitue mas bemfeitorias? o soffrer, som perjuizo do pagamento da Pensão do Senhorio: Bem que o Censo só subsiste em vida do Emphyteuta, ou em quanto o Prazo se não devolve ao Senhorio, Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 122., Peg. 2. For. Cap. 9 n. 88. citando muitos DD., e além delles, Pecch. de Aquæd. L. 1. Cap. 3. Q. 2. n. 12., Cens. supra a n. 10.: E se o Prazo he de providencia o Censo se extingue pela morte de Emphyteuta, que e constituio, e não obriga ao Successor do Prazo, que não for herdeiro, nem ao Senhorio no dusa a obrigação caso da devolução. Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 119., Pinheir. Disp. 4. Sect. 7. S. 7. sub n. 142, Peg. 2. For. Cap. 9. n. 118., Cald. de Extinet. Cap. 5. n. 74; menos que o Prazo não fosse comprado por aquelle que nelle censtitue o Censo; porquenesse caso a obrigação do Censo transcende ao, Emphyteuta Successor, Peg. 2. For. Cap. 9. n. 118. ÿ. 🖘 Nisi. 💳

**S. 836**.

Ainda mesmo nos casos referidos a S. 833.; em que subsiste durante a vida do Emphyteuta o Censo por elle constituido, sem por isso incorrer em Commisso: Como he certo, que a imposição do Cento faz diminuir o valor do Dominio util: e havendo de vender-se com este outro: encargo necessariamente se ha de vender por menos, do que antes valia : e consequente he perjudicar-se o Senho-, rio percebendo Laudemio menor: Portanto, sinda durante posse opportes, a vida do Emphyteuta, tem o Senhorio acção, ou para faser tibertar do Censo o Prazo, como de qualquer outra servidão (vide infra S. 847.); ou quando com esse novo

Em quento ^de pagar o Censo ?

O Senhorio pelo seu interesse. aiada quando não haja Para se libertar do Censo o Prazo

encargo se venda o Prazo, e assim por menor preço, deve pagar-se-lhe o Laudemio de todo o preço, que, sem a imposição do Censo valeria o Dominio util, Voet. ad Pand. L. 7. Tit. 3. n. 30.

Se, ou quando o Censo affecta o Praso devoluto ao Senhorio.

Quando o censo affecia o Praso no Successor do que o constituio.

Nota: No caso da devolução do Prazo ao Senhorio ha hama essencial differenca entre o caso de elle haver consentido nesse onus, ou não: Si prius; devolve-se-lhe com elle: Si secundum, não: Vej. Silv. ad Ord. L. 4. T. 3. in pr. n. 26.: Ainda ha outra differença; qual he: Ou o prazo se devolve ao Senhorio por Direito da Prelação, por Commisso, ou por extincção das vidas; ou o Senhorio adquire o Prazo por Compre, Doação, ou Successão: Si prius, devolve-se-lhe livre: Si secundum; não: Veja-se Silv. supra a n. 24. com os muitos DD. que cita: Optime Cens. de Censib. Q. 22. a n. 9. E quanto ao Successor do Emphyteuta; ha differença entre o caso de ser accionado por acção de força para que pague o Censo, de que o Censuista tinha antiga posse; e neste caso, negando o Conso, que do Prazo se pagava commette espolio, que deve purgar, sem que neste possessorio se dispute a nutlidade do Censo, como imposto em bens de Prazo de Providencia; Vej. Peg. 2. For. Cap. 11. pag. 911. et 912., cessando a regra exposta no S. 835.: e entre o caso de ser o Successor accionado ordinariamente; porque como na acção ordinaria se admitte essa questão, procede a dita regra.

·S. 837.

Quid vero se hum Prazo se acha onorado com a prestação de hum Censo de tempo immemorial? Este Censo subsiste ainda que se mostre ser Prazo de Commenda; ou porque ainda contra as Commendas se admitte prescripperpetuamente cho; ou porque, a diutunidade do tempo faz presumir todos os necessarios consentimentos; ou porque o mesmo tempo immemorial faz duvidoso se o Censo precedeo ao Prazo: Assim o vi julgado nos Tribunaes deste Reino em huma

O tempo immemorial faz subsistir o Censo no Prazo.

Collecção de Arestos dos annos de 1740, 1744. e 1750.: B he facil de comprovar a Justiça destes Arestos em Principios Geraes.

### ARTIGO VI.

Se o Emphyteuta Subemphyteuticando sem lisença do Senhorio, incorre ou não a pena do Commisso?

**S.** 838. lá tratei esta questão desde o S. 37.: Só accrescento aqui que havendo na Investidura pacto expresso, que prohiba a Subemphyteuticação; então o Emphyteuta incorre emphyteuticação na pena pela transgressão do pacto, Cyriac. Contr. 266. n. 5.; pois o pacto constitue Lei impreterivel (§. 7.): Accrescento mais, que (independente de pacto expresso) se o Emphyteuta se propõe subemphyteuticar, fundado na opinião favoravel, deve propor a Opção e Prelação ao Senhorio para ver, se quer ser seu Subemphyteuta dando-lhe a pensão, que outro lhe offerece, Corradin. de Jur. Prælation. Q. 31. n. 91., e o sente Cald. de Extinct. Cap. 4. p. 49. e 50., menos que o Emphyteuta por puros motivos de Duação liberal não faça a Subemphyteuticação sem outro lucro, ou avance mais que a antiga pensão; porque então prevalesce a Doação, em que o Senhorio não tem o Direito da Opção e Prelação, Corradin. supra n. 92.

Se, ou quando pela Suba pena?

TOMO II

### ARTIGO VII.

Se o Emphyteuta póde vincular em Morgado o Prazo.

S. 839.

Esta materia está largamente exposta no men Tractado dos Morgados Cap. 4. a S. 8. e por isso não repito aqui, o que ahi disse.

### ARTIGO VIII.

Se o Emphyteuta póde constituir servidão sem pena de Commisso no Predio Emphyteutics? Se usufructo?

Se o Emphyteuta
incorre a pena
constituindo
no Prazo
servidão.

S. 840.

emphyteuta, não baveado na Investidura paeto

expresso em contrário, nem huma geral e expressa prohibição de alienação, póde sem pena constituir servidão
passiva nos Predios Emphyteuticos, Pag. 3. For. Cap. 28.

n. 1020., Falgia. de Renunt. Q. 3., de Alienat. Q. 1.

nr 279., de Laudem. Q. 35., Pinheir. Disp. 4. Sect. 6.

n. 96., Pecch. de Aquæduct. L. 1. Cap. 3. Q. 2., Luc. de
Servitut. Disc. 22., a n. 2., Castilb. de Usufr. Cap. 36.

n. 17.: Mas não páde baveado paeto prohibitivo expresso,
ou ainda só huma geral prohibição de alienação, Peg. supra n. 1021. e 1022., Pinheir. n. 98., Pecch. n. 9.,
Cald. de Extinct. Cap. 5. n. 30.

S. 841.

Em quanto tempo

Ainda constituindo o Emphyteuta sem pena a servidão

dura a servidão (quando não ha prohibição, que lhe rezista \$. 840); ella
so dura, em quanto vive o Emphyteuta, que a constituio;
e o Prazo não passa affecto com ella ao Successor, sendo
de Previdencia o Prazo, Peg. supra n. 1023., Pinheir,
n. 97. r. — Secus — (aliter sendo fateozim hereditario.

Pinheir. supra): Nem tão pouco passa o Poszo affectado a essa servidão no caso da devolução as Senherio; Pegn. 1026., Pinheir. supra a n. 96., Pecch. supra Q. 3.; menos, que o Senhorio não tenha consentido na imposição da tal servidão, Peg. a. 1025., Cald. supra n. 23., Pinhair. n. 98., Peoch. Q. 4.; ou ella mão tenha sido legitimamente prescripta, Peg. n. 1024c, Peoch. d. Q. 4., ou a Preze se lhe não devolva por Titulo voluntario de Emphyteuta, como Compra, Doação, Legado, Pinheir. n. 97., Pecch. n. 15., Surd. Decis. 286. n. 11.: Confirão-se sobre estes §S. as §S. 834. 835. 836. com a sua Mota.

Se affecta o Predio BO CASO da devolução.

Nota: Se e Emphyteuta yender huma servidão, que alias possa ser interessante ao Senhorio, (como huma servidão de lagoas) o Senhorio tem aqui e Direito da Prelação (e em consequencia se deve impotrar o seu consentimento), Corradin. de Jur. Prælat. Q. 16. as n 26.

**S. 842.** 

Más como as servidões deteriorão os Predios, e os fazem menos estimaveis, Arone. All. 37. n. 11., Carvalb. de Testam. P. 2. n. 338., Peg. 3. For. Cap. 28. n. 1029.; e consequentamente vendendo-se o Prazo com este onus se lhe diminue o preço, e á proporção o Laudemio: Póde portanto o Senhorio por causa deste futuro interesse, ninda em vida do Emphyteute, e antes do caso da devolução, e pela seu Dominio directo propor a acção negatoria para repellir a servidão, que o Employteuta sem seu consenti--mento tiver imposto, Peg. 3. For. Cap. 28. a n. 1014. ad 1019., et a. 1037. 1050. 1052. 1953. cum segg. Centira-se o S. 836.

o Senhorio não po**ssa accusar** por esta causa а рева, sempre póde fazer libertar

> da servidão o predio.

Quando

**S.** 843.

He o usufructo huma especie de servidão, e pessoal se o Emphyteuta em differença da real, Cod. Freder. P. 2. L. 4. Tit. 3.: he huma parte do Dominio, Bagn. Cap. 5. n. 47.: E portanto, supposto que Cald. de Extinct. Cap. 5. n. 12. et 13., e com elle Pinheir. de Emphyt. Disp. 4. Sect. 6. n. 107., fazendo differença entre o usufructo e a commo-

sem pena póde constituir servidão de usufructo no Prazo?

didade dos fructos do Prazo, dizem; que sendo o usufructo parte do Dominio, que o Emphytenta aliena, não póde constitui-lo sem licença do Senhorio: Comtudo outros DD. uniformemente assentão, que o Emphyteuta sem auctoridade do Senhorio não só pode ceder a commodidade dos fructos do Prazo; mas ainda o usufructo formal; com tanto que este só tenha duração em vida do Emphyteuta, que o constitue, ou consente no gravame delle imposto na sua adquisição, Fulgin. de Alien. Q. 1. sup. n. 279., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 129., et Tom. 4. For. Cap. 61. n. 12. et 20., Barbos. ad Ord. L. 4. Tit. 38. in pr. n. 26.: Bem como pode o Emphyteuta vender, e alienar durante Se pode alienar a sua vida, sem consentimento do Seuhorio a commodia commodidade. dade dos fructos do Prazo, Flor. ad Gam. Dec. 5. a m. 1., Corradin. de Jur. Prælation. Q. 31. n. 57., Cald. de Extinct. Cap. 13. n. 40. y. Potest, Salgad. in Labyr. P. 3. Cap. 3. a n. 49., Luc. de Peud. Disc. 61. sub. n. 16., et Emphyt. Disc. 44. a n. 2., Gam. Dec. 209.

Nota: Como os Rusticos, e sinda os Tabelliães ignorão a essencial, e juridica differença entre o usufructo, e a commodidade dos fructos; e facilmente confundem huma e outra, não se deve muito afferrar á propriedade das palavras, com que se expliquem, mas só á sua intenção; devendo fazer-se em exclusão da pena toda a benigna interpretação: Bem como; sendo certo que o usufructuario perde o usufructo, se o cede; e não quando só cede a commodidade; e o Pensioqario a Pensão no beneficio, quando a cede, e não quando só a sua commodidade; em ambes os casos, para se excluir a pena, se deve interpretar cedida só a commodidade. Olea de Cess. Jur. Tit. 3. Q. 1. a n. 10., Tondut. de Pensionib. Cap. 17., Luc. de Pension. Disc. 68., siguanter Gam. Dec. 299. sub. n. 2.

Deve
interpretar-se
alienada só
a commodidade
e não o (ormal
usufructo.

S. 844.

O exposto (§. 843.) procede, quando o usufructo se aliena por acto entre vivos: Quando porém o Emphyteuta

dispõe do Prazo por acto d'ultima vontade, ou só do seu usufructo, para este acto d'ultima vontade não he necessario o consentimento do Senhorio; e só he o nomeado obrigado a requerer a sua approvação antes de entrar na posse, Cald. de Extinct: Cop. 10. a n. 12., Fulgin. de Alienat. Q. 1. a n. 235., et de Success. Q. 8. n. 7.

Quid. o usufructo por acto de ultima vontade?

Nota: Póde aqui entrar em dúvida; quando no usufructo universal deixado em Testamento se comprehende o Prazo de providencia? (que do hereditario nenhuma dúvida ha): Esta questão tracta Fulgin. de 'Se o Prazo Success. Q. 8.: Ella fraterniza com a outra a S. 379. 20 comprehende c a S. 392. junctos os SS. 506. e 507. Confira-se Peg. de Maior. Cap. 4. a n. 100.

no Legado do usufructo

## ARTIGO IX.

Se o Emphyteuta póde, ou quando hypothecar o Prazo sem auctoridade do Senhorio?

**S.** 845. De no Emprazamento não ha huma expressa pro- Se, ou quando hibição de hypothecar o Prazo, póde o Emphyteuta sem sem pena póde hypothecar ternor de Commisso hypotheca-lo, independente da auctoridade do Senhorio, Silv. ad Ord. L. 4. Tit. 3. in pr. n. 18., et L. 3. Tit. 93. S. 3. n. 11.: E na geral hypotheca, que o Emphyteata faça de seus bens se comprehendem os Emphyteuticos, Silv. d. Tit. 93. S. 3. n. 12., et L. 4. Tit. 3. n. 19., Cyriac. Contr. 190. tot. Se porém no Emprazamento ha huma expressa prohibição, de sugeitar o Prazo a alguma hypotheca, a transgressão precipita o Emphyteuta no Commisso; Silv. d. Tit. 93. S. 3. n. 13. et d. Tit. 3. n. 20.: Bem que havendo essa prohibição. sempre subsiste a hypotheca na commodidade do Prazo durante a vida do Emphyteuta, Luc. de Emphyt. Disc. 58. a n. 6.: Commodidade para a hypotheca da qual não he necessario o consentimento do Senhorio, Conciol. For. Alleg. 16. n. 18. cum ibi citatis.



S. 846.-

Quanto dura a hypotheca do Praso?

Em que casos passa affecto a ella o Praso

Porém esta hypotheca se extingue pela morte de Emphyteuta bypothecante, sendo de providencia, ou de nomescão o Praso, Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3. n. 15., et L. 4. Tit. 3. n. 23.; E só se limita esta regra: ou 1.º, quando o Prazo he sateozim hereditario: eu 2.º. quando o Successor he herdeiro do Emphyteuta, que haaos Successores, via constituido a hypotheca: Silv. d. Tit. 93. S. 3. n. 16. et L. 4. Tit. 3. n. 23.: Ou 3.º, quando o Senhorio auctorizou a hypotheca; porque neste caso affecta e Prazo na pessoa do Successor: Ord. L. 4. Tit. 95. S. 1. no fim., Silv. ad Ord. L. 4. Tit. 3. in pr. n. 33.: Bem entendido. que se o Semborio austoriza a hypotheca já depois da morte do devedor Emphytenta, que a constituio; este consentimento posterior do Senhorio já não póde prejudicar ao novo Successor do Prazo, a quem havia passado livre pela extincção da hypotheca com a morte do hypothecante. Conciol. Alleg. 46. a n. 37., Fulgin. de Alienat. Q. 9., Salgad. in Labyr. P. 2. Cap. 10. a n. 56., Gob. de Permiss. Feud. et Emphyt. Alienat. Q. 3. a n. 50.: Mas havendo duas hypothecas no Dominio do Prazo, huma com, outra sem auctoridade do Senhorio, prefere á auctorizada ainda que segunda. Vej. Conciel. All. 16. a n. 1.

S. 847.

Quid. quando o Prazo **bypothecado** se devolve ao Senhorio?

Se o Prezo hypothecado se devolve ao Senhorio por qualquer commisso, ou devolução, lhe passa livre da hypotheca: alitèr se lhe passa par Compre, Doagão, Renunciação, Successão, etc., Luc. de Emphyt. Discurs. 44. p. 10., Salgad. in Labyr. P. 3. Cap. 3. a n. 66., Gob. Cons. 100. a p. 24., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3. n. 6. et 7., et L. 4. Tit. 3. in pr. n. 24. et 25.: Se o Senhorio consentio na hypotheca sem clausula, em que salvasse o seu prejuizo; lhe passa em todo o caso o Prazo affecto com a hypotheca; alitèr se salvou o seu prejuize, Silv. d. Tit. 93. S. 3. n. 8. 9. 10., c melhor no L. 4. Tit. 3. no princ. a n. 26. ad 31.

Nota: O Senhorio não póde negar o consentimento, Não póde que se lhe pede para a bypotheca, pedindo-se-lhe com o Senhorio resalva do seu prejuizo: Veja-se Carlev. de Judic. o consentimento Tit. 3. Disc. 23. n. 66.: Bem como sem justa causa não para a hypotheca póde negar o consentimento para a alienação, ut in- o seu prejuiso. fra a S.

ARTIGO X.

Quando o Emphyteuta póde transaccionar sem auctoridade do Senhorio? Quando ella he necessaria?

S. 848. ão he necessario, que na Transacção intervenhá consentimento do Sentiorio: 110, quando o Emphyteuta possuidor, que e faz, dimitte ao Adversario com dinheiro, ou o consentimento bens que lhe dá, que não sejão do Prazo, ficando na antiga posse, Fulgin. de Alien. Q. 1. n. 278., Cald. L. 1. For. Q. 23. n. 415. et de Extinct. Cap. 9. n. 35., Urceol. de Transact. Q. 52. n. 4.: 2:°, quando vice versa; aquelle gae pertende reivindicar o Prazo do Possuidor, cede da demanda recebendo do Possuidor algum dinheiro; Fulgin. supra 7. 2., Urceol. supra n. 2., Cald. de Extinct. Cap. 9. n. 35. no fim: 3.°, no case acima figurado no S. 827., quando entre os Consortes, e comprehendidos na Investidura, ha demanda, e hum dimitte o todo, ou parte do Prazo a outro; Urceol. d. Q. 52. n. 6. et 7., Luc. de Emphyt. Disc. 39. n. 5.: 4.º, quando o Prazo he hereditarie ad instar dos bens allodiaes; comtanto que a transacção não esteja prohibida na Investidura; e o Prazo não se dimita a pessoa poderosa, Urceol. Q. 52. a n. 8. ad 13. (sed vide S. 819.): E só 5.º he necessario sob pena de Commisso e consentimento de Senhorio para a Transacção, quando o Emphyteuta possuidor, e accionado dimitte o Prezo ao Adversario, Fulgin. supra y. Primus est, Urceol. supra a n. 1., Cald. L. 1. For. Q. 23. n. 115. et 116.. et Extinct. Cap. 9. n. 35.

do Senhorio:

## ARTIGO XI.

Quanto á divisão do Prazo com, ou sem consentimento do Senhorio.

S. 849. Já vimos no S. 728. o quanto be prejudicial ao

Quando para a divisão do Prazo?

Senhorio a divisão do Prazo. A Lei de 6 de Março de 1689 reprovou no futuro todo o costume contrário, e depois Guerreir. Tr. 2. L. 2. C. 8. n. 127. e 128. com a mesma Lei sustentou, que não póde de novo introduzir-se se bem que as divisões dos Prazos não deixão de interessar aos Senhorios na mais frequente percepção de Laudemios, porque são mais frequentes as vendas das partes divididas, que do todo unido, como bem pensou Fabr. ir. C. L. 4. T. 43. Def. 10. 39. et 45. Hum e outro commodo, ou não consentir na divisão para occorrer aos consequentes, que pensou a dita Lei, ou consentir nella, e compensar esse incommodo com a esperança de mais frequentes occasiões de perceber Laudemios, tudo he em favor do Senhorio. Elle por tanto, ou póde oppôr-se a toda a divisão, que o Emphyteuta faça sem seu consentimento, oppôr-seá divisão e accusalla como Commisso; pois que na prohibição legal da alienação se comprehende a divisão, Valasc. Cons. 53. n. 4., Cald. de Extinct. C. 8. n. 7., Leit. fin. regund. C. 7. n. 1., Gam. D. 242. n. 67, maxime quando na Investidura se prohibe a divisão. Gam. Dec. 268. sub. n. 2: Ou póde consentir nella, como está no seu livre arbitrio, e consentido subsiste a mesma divisão, Gam. Dec. 269. n. 1., Peg. 3. For. C. 28. a n. 207. et sub. n. 690., Guerreir. Tr. 2. L. 2. C. 8. n. 115., ainda mesmo em prejuizo dos Successores do Emphyteuta, Peg. 2. For. C. 9. n. 556. et 3., For. C. 28. n. 735. 739. 740. et 741.,

sem que ninguem mais que o Senhorio possa oppor a falta

deste consentimento, Peg. 4. For. C. 61. sub. n. 6. et

O Senhorio póde pelo seu prejuizo e accusa-la como Commisso.

Só o Senhorio p6de oppor o defeito do sen consentimento.

sub. n. 686.

S. 850.

Como porém este consentimento para a divisão póde Quando póde prestar-se antes ou depois, consequentemente póde presumir-se pelo lapso de tempo, tanto para o fim de evitar consentimento. este Commisso, como para sustentar perpetuamente a divisão em prejuizo dos Successores, como se nota em Peg. nos lugares acima citados, e em huma collecção de Arestos assim o vi julgado muitas vezes nas Relações.

Nota: Bem entendido que hum tal consentimento Em que casos (aliás prejudicial, ut §. 728.) não póde facilmente presumir-se, por maior que seja a diuturnidade do tempo. quando o Senhorio he hama Mitra, bugra Corporação, que arrenda as suas Rendas e Rendeiros, ou as recebe por Economos, e Feitores, Fulgin. in T. de Var. Caducit. Q. 8., Gam. Dec. 268. n. 4., ainda que na Decis. 299. n. 5. variou de sentimento.

não deva presumir se?

S. 851,

Se o Senhorio prestou consentimento para huma divisão, não se segue que seja ampliavel para que a cousa assim dividida se possa outra vez subdividir: nem aqui tem lugar a regra = res semel facta alienabilis, semper o consentimento et perpetuo manet alienabilis ex Reinoz. Obs. 70. n. 40., porque esse consentimento he por natureza estricto e inampliavel, maxime quando a subdivisão augmentaria o prejuizo do Senhorio, ex *Regula de qua*, Barboz. et<sup>,</sup> Tabori L. 3. C. 105. axion 8.

para huma divisão he estricto e inampliavel para outras.

### ARTIGO XII.

Se o Commisso se incorre pela alienação do Prazo.

de na lavestidura ha hum pacto expresso que com- Se o Commisso mine esta pena do perdimento de todo o Praze, ainda quando o Emphyteuta aliene huma só parte, cessa toda a dúvida, que perde o todo pela alienação de parte, Fulgia. TOMO II.

se incorre pela alienação de parte.

de Alienat. Q. 1. n. 141. et 142. (confer. §. 7). Porém em falta deste expresso pacto he assas opinativa a Questão. Huns DD. respeitando a individua natureza dos Prazos no nosso Reino, assentão que pela alienação de parte se perde o todo, Pinheir. Disp. 8. Sect. 3. n. 52.; opinião, que segundo o Direito Romano, seguem muitos que referem Fulgin. de Alienst. Q. 1. n. 138., Castilli, de usufr. C. 24. n. 24.

Opinião que só se perde o todo.

**S.** 853.

Opinião a parte alienada.

Outros DD. pelo contrario defendem, que só se perde que só se perde a parte alienada, porque a pena não deve ser desproporcionada da culpa, attestando ser esta opinião a melhor fundada na equidade: Assim com os nossos Reiniculas Cald., os dois Barbozas, Britt., e Fragoz. Pinheir. sup. n. 53. e com muitos Alienigenas Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 137., Altim. Tom. 4. Q. 18. n. 481., Sabell. S. Emphyteusis, n. 46., e o seguio Peg. 2. For. Cap. 9. n. 131.

S. 854.

Limitações da 2.ª opinião.

Limitão porém huns e outros esta segunda opinião: 1.º, quando o Emphyteuta aliena como livre, e allodial essa parte do Prazo, subtrahindo-a ao dominio directo do Senhorio, que occulta; porque neste caso já se dá huma depravada intenção de fraudar ao Senhorio, e esta culpa, como maior, merece o castigo do perdimento do todo, Fulgin. sup. n. 139., Pinheir. n. 53. no fim, Fragoz. P. 3. L. 6. Disp. 10. S. 1. sup. n. 12., Cald. de Extinet. C. 9. n. 28., Altim. supra. Limita, 2.", o nosso Britto, quando foi vendida a maior parte do Prazo; porque, diz elle, que esta pars prævalentior faz perder a menor: E ainda que Pinheir. só admitte esta limitação «Si procedat de parte « unius rei totalis, et continuae, ut fundi, veniae » etc.; erra aqui Pinheiro: Pois que differença entre hum todo individuo, ainda que composto de partes integrantes, qual hum Prazo composto de muitos Predios, e hum todo de hum Predio grande, que aliás podia ser dividido? O sentimento de Britto he melhor, e a restricção de Pinheiro he hum erro.

Nota: Nos termos do Direito do nosso Reino, em que (quidquid sit aliter de jure communi) os Prenos são individuos, e a pensão respectiva ao todo, sem admittir rateio, sendo este o systema do nosso Legislador: eu creio que elle no T. 38. tendo em vista a nossos Prazos. mesma individualidade comprehendeo na sua generalidade a perda do todo, ainda quando só se vende a parte sem auctoridade de Senhorio: Tu cogita; porque quantos DD. admittem o perdimento só da parte alienada, fallão no presupposto do Direito Romano, segundo o qual os Prazos são divisiveis, Cordeir. Dub. 31. n. 51. Accresce, que o Senhorio podia oppôr-se á venda de parte sem se fazer do todo, pelo consequente prejuizo da desmembração; e postergando-se a sua auctoridade para essa parte, que elle podia impedir, se contravem a Lei, e o Contracto, etc. Veja-se bem ao proposito, Jul. Capon. de Stipulat. Q. ult. Dub. 2. n. 13., Cancer. 1. Var. C. 13. n. 17. et 18., Fulgin. de Solut. Canon. Q. 1. a n. 44. e não Goará dúvida. Nas cousas individuas o util se vicia pelo inutil.

Segue-se a 1. opinião . mais conforme á natureza dos

## CAPITULO II.

Em que tempo deve intervir o consentimento do Senhorio e quando baste posterior? Quaes pessoas são habeis para o prestar? Quid, quando são muitos os Senhorios? Elle prestado he irrevogavel.

## ARTIGO 1.

Em que tempo deve intervir o consentimento da Senhorio.

**S. 855.** epois de preseito o Contracto, mas antes da effe- Deve pedir-se ctiva tradição, se deve aquelle prepor ao Senhorio com o consentimento toda la verdade, para, ou lusar do direito da Opção, ou da tradição. consentir, pago dos seus Laudemios (S. 815. 816.); e se

Deve mostrar-s ao Senhorio a Escriptura.

o Emphyteuta passa a fazer tradição real antes daquelle annuncio, incurso está elle no Commisso: Nesta conformidade a praxe geral do Reine tem estabelecido celebrar-se primeiro o Contracto; e antes da tradição propôr-se ao Senhorio, mostrando-se-lhe a Escriptura delle com todas as suas clausulas, para á vista della deliberar se quer usar da Opção, ou renuncia-la, receber o Laudemio e consentir no Contracto: Esta he a praxe lá do tempo de Caldas, e que elle attesta no Trat. de Extinct. C. 13, a n. 1. et 8., e que tambem do seu tempo attesta Pinheir. de Emphyt. Disp. 4. Sect. 9. sub. n. 193. et Disp. 8. Sect. 4. sub. n. 64.

Elle a póde fazer exhibir.

Nota: Quando os Contractantes não apresentem a Escriptura ao Senhorio, elle póde sazer-lha? exhibir para este fim, Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 341. ỳ. Illud.

**S. 856.** 

**Privilegios** de algumas Corporações para se Escripturas de Prazos sem que nellas ad instar das Certidões da Siza. sejão inseridos os seus consentimentos.

Porém esta formalidade he hoje impraticavel a respeito de algumas Corporações grandes deste Reino, que têem especiaes Privilegios, para que se não fação Escrinão celebrarem pturas de Contractos sobre Prazos, de que ellas sejão Senhorias, em que devão intervir seus consentimentos, e pagar-se-lhes Laudemios, sem que nas mesmas Escripturas se incorporem os seus authenticos consentimentos, e recibos de pagamento dos Laudemios sob pena de nullidade, ad instar do que a respeito das Escripturas, em que se deve copiar a Certidão da Siza, determina a Ord. L. 1. T. 78. S. 14.

Relatão-se. algumas Corporações que têem este Privilegio.

Este Privilegio especial tom: 1.º, a Santa Igreja Patriarchal, pela L. de 22 de Dezembro de 1747, que está transcripta no Repertor. debaixo da Conclusão - Escriptura de venda, etc.: 2.º, a Universidade de Goimbra, pela Lei de 21 de Agosto de 1774 §. 1. e 2, em que se comina a pena de Commisso, se o disposto na Lei se não observar, além das penas de insanavel nultidade dos Contractos, etc.: 3.º, as Religiosas de S. Bento de Ave Maria da Cidade do Porto, por l'ecreto de 29 de Março de 1781: 4.º, as Religiosas Cistercienses do Mosteiro de Arouca,

que também vi: 5.°, o Mosteiro de Vairão pela Provisão de 17 de Setembro de 1782: 6.º, a Congregação de Santo Eloy, por Provisão do mesmo, dia: 7.º, O Mosteiro de Santos de Lisboa, por Provisão de 5 de Março de 1787: 8.º, o Bispo de Coimbra, por hum Alvará de 1605, confirmado em 30 de Junho de 1785. Veja-se o Elucidario de Fr. Joaquim, Verbo — Terrado —. E talvez outras Corporações terão similhantes Privilegios.

S. 857.

Exceptuados pois estes Privilegios, ainda quanto aos mais Senhorios deve praticar-se aquella antiga e costumada formalidade (S. 855.). Se os Senhorios, quando assim se lhe propõe a Opção, suspeitão que os Contractantes, ou supporão menos preço para lhe fraudarem a quantidade para que jurem do Laudemio, ou maior do justo para lhe difficultar a Opção, 1êem o juridico regresso de os chamar a Juizo, e obrigalos a que jurem a verdade do preço, Cod. Frederic. P. 2. pag 577. Repertor. debaixo da Conclusão — Foreiro querendo vender o Prazo = com Cald. de Extinct. C. 13. n. 23. in fin., Mul. ad Struv. Exerc. 11. Thes. 69. pag. 726. Col. 1.: E com effeito assim se está praticando quando á Patriarchal, Universidade, etc. se impetrão taes licenças. como tenho visto.

Os Senhorios têem direito de chamai a Juizo o Vendedor. a verdade do preço.

**S.** 858.

Este juramento porém, como não he Decisorio Judi- Esse juramento cial, fica na regra dos mais que admittem prova em contrario; e convencida a falsidade delle póde o Senhorio, ou accusar o Commisso, ou ter regresso á Opção, ou Laudemiomaior, Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 69. et n. 341., Cald. de Extinct. C. 13. n. 35., Mul. ad Struy. supra pag. 726. Col. 1., Cod. Frederic. P. 2. pag. 577., Pinheir. Disp. 8. Sect. 4. n. 64.

admitte prova em contrario

E convencido entra o Commisso, ou a Opcão.

S. 859.

Se o Emphyteuta passa a fazer tradição antes de propôr ao Senhorio o Contracto com todas as suas circumstancias, para elle ou usar da Opção; ou prestar o consentimento; e supplica depois de assim consummado o acto, subsequente á tradicão convalida a venda.

O consentimento e incurso o Commisso: Se o Senborio sciente de tudo lhe faculta a licença, convalida a venda, e renuncia o seu direito; se ignorante e illudido tem regresso ao Commisso. Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 323. e 341. in fin., Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 12. n. 188., Cald. de Extinct. C. 13. n. 2.; maxime se o Foreiro que impetra posteriormente a licença não patenteia ao Senhorio, como deve declararlhe, que a venda já está effectuada com tradição real ao Comprador, idem Cald. Cap. 15. n. 26. ad omnia vide Gob. de permiss. Feud. vel Emphyt. Alienat. Q. 3. a n. 109.

### ARTIGO II.

Quaes pessoas com, ou sem qualidade dos Senhorios, são habeis para prestar este consentimento.

Póde prestar-se o consentimento. 1.\* cspecial.

**S. 860.** Liste consentimento póde prestar-se: i.º, por Procurador do Senhorio, com tanto que para esse fim tenha especial mandato, Cald. de Extinct. Cap. 11. a n. 26. et Por-Procurador 31., Pinheir. de Emphyt. Disp. 4. Sect. 8. S. 4.: Bem como para remittir o Commisso já incurso he precizo mandato especial., Altim. de Nullit. Tom. 2. Rubr. 11. O. 26. a n. 88. Golin. de Procurator. P. 2. Cap. 5. a n. 33., Fulgin. de Var. Caducit. Q. 8. c Q. 14. n. 26.

S. 861.

Se o marido póde presta-lo sem a mulher.

Póde: 2.º, o marido sem auctoridade da mulher prestar este consentimento, ainda mesmo que o Prazo seja da mulher, ou sejão casados por carta d'ametade, ou por Contracto: e ainda mesmo que ella repugne prestar o consentimento: Ella pelo contrario não o póde prestar por si independente do marido, Cald. de Extinct. Cap. 12. Tot., Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 4. So sim se o Prazo são bens paraphernaes, e extradotaes, de que a mulher não concedesse ao marido a administração; neste caso he privativo da mulher prestar o consentimento para a

alienação do Prazo, Cald. supra n. 15. et n. 16., Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. §. 25.

**§. 862**.

Póde, 3.º, o Tutor do Pupillo por si só, ou o pubere maior de 12. e 14 annos, mas menor de 25. por si só; ou hum, e outro sem necessidade de Decreto judicial prestar validamente este consentimento, e renunciar a Opção, Peg. Tom. 7. ad Ord. L. 1. Tit. 87. S. 26. n. 27., Cyriac. Contr. 309., Cald. de Extinct. C. 11. n. 34., Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 6., Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 25.

**S.** 863.

Póde, 4.º, o Pai, legitimo Administrador dos bens do filho, e independente delle, prestar este consentimento, Cald. de Extinct. Cap. 11. n. 46., Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 4., Cod. Freder. supra: Igualmente 5.", o Prelado da Collegiada, ou do Mosteiro póde por si só prestar este consentimento independente do seu Capitulo, Barbos. in Castigat. ad Ord. L. 4. n. 124., et in Cap. Potuit. de Locat. n. 5., Pinheir. supra S. 4. no fim, Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 25. v. Lorq.

Se o Pai no Praso adventicio do Filho? O Prelado da Collegiada.

Se o Tutor?

## ARTIGO III.

Quid, quando são muitos os Con-Senhorios directos do mesmo Prazo?

S. 864. He muito frequente por morte de qualquer pessoa, que era Senhorio directo de hum Prazo, dividir-se entre muitos Coherdeiros a pensão, que paga o Emphyteuta: os Senhorios? E então entra em dúvida, 1.º se se deve impetrar o consentimento de todos? 2.º Se impetrando-se o de hum, e não de outro, se perde o Prazo em todo, ou em parte? 3.º Se entre elles ha discordia? 4.º Qual delles prefere na Opção? Succando tudo o que aqui discorrem os DD., se decide pelos seguintes Conclusões.

S. 865.

He necessario de todos.

Conclusão 1.º: Quando são muitos os Con-Senhorios o consentimento he indispensavel impetrar o consentimento de todos; e se o de algum se omitte, se perde para elle a sua correspondente parte do Prazo, Mul. ad Struv. Exerc. 11. Thes. 69. pag. 726. Col. 1., Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 73. de Laudem. Q. 25. n. 2., Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 5.. Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 25. no fim.

**S. 866.** 

Se huns a venda, e hum optar, prevalece este a todos.

Conclusão 2.\*: Quando são muitos os Senhorios, e por querem approvar exemplo dois, ou tres delles querem approvar a venda, e receber o Laudemio; outro porém quer optar para si; supposto que Nigr. de Laudem. Q. 28. Art. 1. diz, que prevalece o consentimento do maior numero dos Senhorios ao unico delles, que quer optar; comtudo, em contrario está a mais bem fundamentada opinião a dar preferencia ao unico, que contra o voto dos mais quer optar, pagando a elles a sua respectiva parte do Laudemio do todo do. preço; como com Tiraquell., Corbul. de Jar. Emphyt., Geurb. e outros, desende Corradin. de Jur. Prælation. O. 13. a n. 13.: O mesmo, e á fortiori quando só entre dois Con-Senhorios he a discordia; querendo hum consentir na venda, e optar o outro, Tondut. Civil. Cap. 23. n. 18.

Pagando aos mais a sua parle do Laudemio.

**S.** 867.

Quid, se todos querem optar?

Conclusão 3.º: Se o Comprador consente (e não póde dissentir) na Opção de hum dos Con-Senhorios, mas quer, que haja rateio, e que o Optante só possa optar a parte correspondente á sua parte do dominio directo: neste caso varião notavelmente os DD.: Huns seguem o partido do Con-Senhorio para poder, ainda que parcial, optar o todo do Prazo, etiam invicto emptore; e esta opinião tem as razões, que pondera o mesmo Corradin. n. 16. e 17.: Pelo contrario, outros citados por Corradin. n. 18., e entre elles o nosso Cald. de Extinct. Cap. 12. n. 24. desendem, que, como o dominio directo he dividuo, e resimente está dividido, huma vez que o Comprador insista no ratejo, para

que o Con-Senhorio só opte a parte proporcionada ao seu dominio, deve prevalescer o favor do Comprador: Porém a pezar desta opinião, Corradia. a. 20. segue o partido do Con-Senhorio, e sem attenção á instancia do Comprador pelo rateio, fundamenta o direito do Con-Senhorio para poder optar o todo: Eu sigo Corradino, já pelo bem fundamentado de sua opinião; já por occorrer ao difficil arbitrio do rateio; já pelo mesmo, que se vai seguir nesta

Nota: Leiz. ad Pinel. Specim. 196. Med. 1. decide, que sendo dois os Senhorios, ainda que hum delles perceba maior quantidade de Foro; se ambos contendem sobre qual deva preferir na Opção, nenhum delles deve preferir ao outro; e assim o refere julgado. Por este modo cessão as questões do rateio, que suscitão estes DD.

**S. 868.** 

Conclusão 4.ª: Pelo contrario, se hum de muitos Con-Senhorios quer optar do todo vendido só a parte correspondente ao seu dominio directo, e que á proporção deste se faça rateio entre elle, e o Comprador; mas o Compra- correspondente dor, não convindo no rateio, contende que o Con-Senhorio, ou opte o todo, ou nada (consentindo os mais na venda): Neste caso tambem os DD. se dividem em opiniões; favorecendo huns ao Con-Senhorio, que só quer optar a parte; outros ao Comprador, que repugna insistindo em que ou opte tudo, ou nada, como se póde ver em Corradin. d. Q. 13. n. 22., e em Pinheir. Disp. 4. Sect. 10. S. 6.: Porém destas opiniões a mais justa he a que patrocina ao Comprador, que se oppõe ao pretendido rateio, e Opção parcial, Pinheir. n. 222, Tondut. Civil. Cap. 23. n. 18., Geurb. Dec. 52., Corradin. supra n. 24., Cald. de Extinct. Cap. 12. n. 24.

Quid. se hum quer optar só a parte ao seu dominio directo?

Nota: Isto (S. 867.) procede quando se vende, bens allodiaes, e compra hum Prazo: Se porém o Vendedor vende eom o Prazo bens allodiaes, e tudo por hum só preço; por hum preço, aqui deve praticar-se o rateio, por não dever o Se-TOMO II.

com o Prazo e tudo deve haver rateio.

nhorio ser obrigado a optar o todo vendido Prazo e bens livres, Cald. de Extinct. Cap. 25. n. 26. et 27.

### ARTIGO IV.

O consentimento prestado pelo Senherio he irrevogavel.

O consentimento

**S. 8**69. L'sta conclusão he indubitavel, Cod. Freder. P. 2. he irrevogavel. L. 3. Tit. 3. S. 18., Gob. de Permiss. Feud. et Emphyteus. alienation. Q. 3. n. 9. De tal fórma, que huma vez prestado pelo Senhorio o seu consentimento simplesmente, não póde depois impor-lhe onus, ou condição, nem ainda por interpretação, ou declaração; menos, que lhe não sobrevenha justa causa, Gobio supra.

## CAPITULO III.

Como se deva, ou poesa provar o consentimento de Senhorio para todas as especies d'alienações? Como interpretar-se o provado mas duvidoso? Como póde presumir-se pela diuturnidade do tempo? Quando pelo recebimento da pensão?

## ARTIGO I.

Como póde provar-se este consentimento?

O consentimento do Senhorio póde provar-se por toda a especie de prova.

**S. 870**. Dente Cald. de Extinct. C. 11. n. 32., que o consentimento do Senhorio deva provar-se por Escriptura publica, attenta a generalidade da Ord. L. 3. T. 59. Porém o contrario, e que possa provar-se por qualquer outro genero de prova se vê julgado em Gam. Decis. 72., e o seguem Pinheiro Disp. 4. Sect. 8. S. 3. n. 166., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 59. in princ. n. 54.: Este be o geral costume do Reino, que já lá no seu tempo attestou Thom. Valasc. All. 72. n. 58.; e eu attesto pela prática de 40 annos no uso do Foro.

Nota: Porém quando os Senhorios, como os já re- Meuos quando latados a S. 856., tem o Privilegio que ahi disse, he indispensavel, que o seu consentimento para a alienação, nos casos em que dos Contractos se leva Laudemio (de quibus a S. 1005.), se incorpore nos Es-, cripturas. Nos mais casos porém, em que se lhes não deva Laudemio, não he necessaria essa solemnidade intrinseca; e ficamos nas Regras geracs; porque só para os casos, em que se devão Laudemios, são restrictos esses Privilegios; e as suas expressas razões cessão em todos os mais casos, em que dos Contractos se lhes não devem Laudemios.

são Senhorios os relatados no S. 856.

S. 871.

Póde portanto provar-se (ex DD. S. 869.) 1.°, por Testemunhas: 2.°, por Escriptos dos mesmos Senhorios, ou de seus Procuradores, munidos com legitimos poderes (S. o consentimento 860.), sendo alias reconhecidos verdadeiros: 3.º por confissão do Senhorio; e por quaesquer outros generos de provas artificiaes, e inartificiaes, que ha em Direito: Fulgin. de Alienat. O. 3. n. 2. et 7.

Especies de provas que admittem dos mais Senhories

S. 872.

Não be necessario que este consentimento á parte anteà se prove expresso; mas basta para excluir a pena do Commisso, que seja tacito; e que delle justamente se persuadisse o Emphyteuta Vendedor; como se o Senhorio presenciou o acto da venda, e não a contradisse, nem protestou pela sua Opção, como com Cald. de Extinct. C. 11., e plagiado inteiramente o mesmo Cald. largamente prova Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 2., quibus addo, optime Michalor. de Fratrib. P. 3 C. 45. n. 12. et 13., Corbul. de Jur. Emphyt. in T. de Caus privat. ob Alienat., Lim. 19., Guerreir Tr. 2. L. 8. C. 2. n. 38. Quid quid involvat, Fulgin. in Tit. de Alienat. Q. 1. n. 43. Outras conjecturas do tacito consentimento se vejão abaixo §. 878., e seg.

Basta, para excluir o Commisso, que seja tacito à parte antrà.

#### ARTIGO II.

Como se deva interpretar o consentimento provado dos Senhorios, e a que se deva ampliar ou restringir.

S. 873.

O consentimento
geral
para qualquer
alienação
não se extingue pela morte
do Senhorio
do Senhorio
pela morte
do Senhorio
mem pelo não uso
et \$\sigma. 873.

O consentimento do Senhorio geralmente prestado ao Emphyteuta para que possa alienar o
Prazo a quem quizer, nem expira pela morte do Senhonão se extingue pio concedente, nem se perde pelo não uso de dez annos,
pem pelo não uso
et \$\sigma. 7., Cald. de Extinct. C. 15.

Se a licença illimitada transcende ao Successor do Prazo. \$\section{\infty} \section{\infty} \seta} \section{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \sectinn{\infty} \sectinn{\infty} \section{\infty} \section{\infty} \sectinn{\infty} \sectinn{\infty

S. 875.

A licença concedida he estricta e inampliavel de pessoa a pessoa, nem do todo para a parte.

These 3.°: A licença concedida pelo Senhorio para se vender o Prazo a Ticio, que elle approva Emphyteuta, não se extende para se vender a Sempronio, que o Senhorio não teve em vista, nem approvou por seu Emphyteuta, Cald. de Extinct. C. 15. n. 23., Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 8. latissime, Salgad. in Labyr. P. 2. C. 10. a n. 73., Gob. de Permiss. Feud. et Emphyt. Alienat. Q. 3. a n. 85. Nem se extende do todo para a parte, Gob. sup. n. 92.: o mesmo, se morre o indicado comprador antes da venda, Gob. Q. 3. a n. 113., Conciol. For. Alleg. 16. a n. 5.

**S.** 876.

These 4.º: A licença concedida pelo Senhorio ao Emphyteuta para huma especie de alienação não se extende a outra diversa, ainda que similhante: Só sim concedida a licença para a venda, que he o mais, se pode entender concedida para a hypotheca, que he o menos. (Ainda que o contrario, que se não extenda ao que he menos Gob. sup. a n. 93.) Pelo contrario concedida para a hypotheca, não se amplia para a venda, Cald. de Extinct. C. 11. n. 12. 13. 15. et 40., Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. S. 9., não vice rerea. Salgad. in Labyr. P. 2. C. 10. a n. 77. Conciol. supra,

Concedida para huma especie de alienação, não se amplia a outra.

Concedida para a venda se amplia á hypotheca,

Nota: Muitos pelo contrario dizem, que a licença para a venda do todo se extende para a parte, para o Censo, para a hypotheca, etc., Gob. a n. 96.: contra a Regra - Non debet cui plus licet, quod minus est non licere = L. 21. ff. de Reg. Jur.; escreveo pelo contrario Puttman. Adversar. Jur. L. 1. Cap. 5. huma Dissertação — Ei, cui id, quod plus est, licet, haud semper minus licere — figurando varios casos, em que cessa a d. L. 21.: Entre elles comprehende o caso do Vassallo que, sendo-lhe permittido transaccionar sobre o feudo, não póde impôr nelle servidão ou qualquer onus; o que he menos, que dimittir por transacção o feudo, etc.

## ARTIGO III.

Quando pela diuturnidade do tempo se presuma, e prove o consentimento do Senhorio.

Deparemos primeiro o consentimento dos Privile-O consentimento giados referidos a S. 856. que deve necessariamente in- dos Senhorios corporar-se nas Escripturas, nos casos em que se devão Laudemios (e não em outros, como fica interpretado na Nota ao S. 857.). Esta he huma solemnidade legal e in- nas Escripturas, trinseca, ad instar da que requer a Ord. L. 1. T. 78, nunca se póde

relatados no §. 856, não sendo incorporado presumir.

S. 14., que não constando das Escripturas nunca se póde presumir pelo lapso do tempo que ella interveio, e se adimplio, Lim. de Gabell. ad Regim. Incapit. C. 20. n. 45.. Peg. ad Ord. L. 1. T. 78. S. 14. n. 49., Valasc. All. 28. u. 51., Barbos. ad Ord. L. 1. T. 78. S. 14. n. 40., signanter Pinheir. Disp. 4. Sect. 8. n. 166.

**§. 878.** 

() consentimento dos mais Senhorios se presume pelo lapso de 30 ou 40 annos.

Exceptuado este caso, em todos os mais he huma regra geral, que o consentimento do Senhorio para qualquer alienação necessario, como solemnidade extrinseca, se presume ter intervindo quando depois do contracto passárão com observancia delle 30 ou 40 annos, Gam. Dec. 49. n. 3. et Dec. 149. n. 4., Phaeb. Dec. 82. n. 36., idem Gama Dec. 144. 168. 270. n. 3., et 323. n. 3., latissime, Cyriac. Contr. 111. a n. 7., Silv. ad Ord. L. 3. T. 59. in princ. n. 55., Peg. 2. For. C. 9. a n. 250., et 3. For. C. 28. sub. n. 814., Gob. de Permiss. Feud. et Emplyt. Alienat. Q. 3. n. 62., Peg. de Maior. C. 15. n. 59. et 60., Corradin. de Jur. Praelat. Q. 4. n. 30., citando ao proposito muitos DD.

S. 879.

E concurrendo com o lapso do tempo o positivo facto

Bastão 10 agnos se concorre Successor.

do Senhorio, recebendo do Forciro novo Successor a peno positivo facto são, que bastão dez annos para se presumir o seu consendo recebimento timento, o dizem Barbos. ad Ord. L. 4. Tit. 38. S. 1. das Pensões da mão do novo n. 3. e com elle Silv. ad Ord. L. 3. T. 59. in pr. n. 56., Gam. Dec. 72, n. 5., D. 269, n. 2, et D. 299, n. 4.: Outros só por dez annos, independente de outro facto positivo do Senhorio, presumem o seu consentimento, quando com a diuturnidade deste tempo concorre a sua sciencia, e tolerancia, Fulgin. in T. de Alin. Q. 1. n. 192., Gob. pelo recebimento sup. O. 3. n. 63. Imo sem passarem dez annos basta que o Senhorio ou receba do novo Successor o Laudemio: ou hum só anno a pensão com sciencia da alienação, para só por isso se presumir o seu consentimento, e approvação do novo Emphyteuta, ut optime et viene Pinheir. Disp. 4.

Presume-re do laudemio, Ou por unisó recetimento do Foro com sciencia da alienação.

Sect. 8 S. 3., citando ahi os mais Reinicolas, e além delles . Cyriac. Contr. 309. a n. 19.

**S.** 880.

Com especialidade, 1.º, (e passando a diversas hypo- Caso julgado. theses), em Peg. 2. For. C. 9. a n. 250. se ve julgada subsistente huma Escriptura de Transacção sem consentimento do Senhorio, e presumido este por 40 annois em hum caso, em que por aquelle Contracto hum Emphyteuta dimittio a hum Individuo hum Predio, parte de que se formava o todo de hum Prazo, com obrigação de lhe ficar pagando humas tantas medidas.

Com especialidade, 2.°, divisões de Prazos se vem con- Casos julgados. firmadas pelos tacitos consentimentos dos Senhorios, nos casos apud Peg. 2. For C. 9. n. 556., et 3. For. C. 28. n. 207. 208. 209. et n. 690. (S. 849. e 850.)

S. 882.

Com especialidade, 3., este consentimento se presume para a venda, pelas Doutrinas geraes (S. 876. e 877.); a presumpção do consentimento menos que não se trate do caso, em que o Emphyteuta pela diuturnidade alienando parte do Prazo, fique elle mesmo pagando inteiramente o Foro ao Senhorio, e o Senhorio entretanto quando o Foreiro constituido em justa ignorancia de tal alienação. Com especialidade, 4.°, se presume para a constituição do Censo antigo, nos termos que fica exposto S. 837. Com especialidade, 5.°, se presume para o Subemphyteuse (S. 38.). Com especialidade, 6.º, para a Instituição do Morgado (S. 839. remissivamente).

do tempo, e fica sempre pagando o total Force ao Senhorio. Outros casos em que se presume pelo tempo.

#### ARTIGO IV.

Quando, e em que casos pelo simples recebimento da Pensão se julgue renunciado o Commisso incurso por qualquer das ditas causas?

O Commisso he remittido pelo recebimento do Foro.

S. 883.

He regra geral, que o Commisso fica remittido pelo recebimento da Pensão, seja qualquer que for a causa do mesmo Commisso, Cyriac. Contr. 266. a n. 11., Menoch. Cons. 335. n. 12. et de Praes. L. 3. Praes. 112. n. 15., Fulgin. in T. de Var. Caducit. Q. 14. n. 7. Veremos, que pelo recebimento da Pensão, findas as vidas, se subentende renunciado o Commisso ob non petitam renovationem: Já vimos a S. 802. quando, e em que casos pelo recebimento das Pensões se fique remittindo o Commisso ob canonem non solutum: Já vimos (S. 878.) que o Commisso ob alienatione minconsulto Domino tambem se subentende renunciado pelo recebimento da Pensão da mão do novo Successor, ou pelo recebimento do Laudemio.

S. 884.

Limita-se quando o Senhorio o ignorava. He huma limitação geral desta Regra geral, que nunca pelo recebimento da Pensão se subentende remitido ot Commisso, quando o Senhorio ignorava provavelmente o mesmo Commisso, já antes incurso, Cyriac. Contr. 266. n. 20., Surd. Dec. 203. a n. 20., Fulgin. in T. de Var. Caducit. Q. 14. n. 13., Mantic. de Tacit. L. 22. T. 35. n. 19., Iranz. de Protest. Consid. 15. n. 2., Menoch. L. 3. Praes. 112. n. 15.

Quando se presume ignorancia do Senhorio? Nota: Quando, e em que circunstancias se presuma neste, e nos mais casos a sciencia, ou a ignorancia, como huma ou outra se prove? Se recorra aos lugares communs apud Barbos. et Tab., Sabell., Begnudell. e os mais Summistas, verbo — Ignorantia — verbo — Scientia — e no proprio caso a Fulgin. in T. de Var. Caducit. Q. 8. et Q. 14. a n. 14.

S. 885.

He outra limitação geral, que não fica remittido o Commisso, quando, ignorante o Senhorio, he recebida a Pen- a regra (§. 882) são pelo Procurador geral, ou Rendeiro, que não tenha poder para remittir caducidades incursas; pois que para as remittir he necessario hum especialissimo mandato; não por Procurador, bastando o geral para receber as Pensões; nem ainda basta o poder para renovar Emprazamentos. (DD. citad. §. 860.) Só he duvidoso se o Economo, ou Prelado da Igreja Collegiada, recebendo a Pensão com sciencia do Commisso (qualquer que elle seja) possa renuncia-lo sem concurso, e approvação dos Capitulares, de quo vide pro utraque parte, Fulgin. in T. de Alienat. Q. 1. n. 326. et de Var. Caducit. Q. 14. n. 11., Mantic. de Tacit. L. 22. T. 33. n. 10., Menoch. sup. n. 17., Gam. Dec. 299. n. 5.: E he mais provavel que os Economos por si, ou os Prelados destas Corporações recebendo com sciencia dos Commissos as Pensões, ficão renunciados e remittidos.

Limita-se quando o Foreiro he recebido

**S.** 886.

Limita-se tambem aquella regra geral (§. 882.), quando o Senhorio recebendo as Pensões preteritas, ven- se o Senholio cidas antes de incurso o Commisso, protesta acciona-lo, e accusa-lo, ao que o Emphyteuta acquiesce, Iranz. de Pro- preteritas, ou posteriores, test. Cons. 15. a n. 5. Quando porém recebe as Pensões protesta accusar decursas depois de incurso o Commisso, com protesto, ou o Commisso? sem elle, varii varia dixerunt: Raras vezes succede; e quando succeder vejão-se Iranz. de Protest. Consider. 15. a n. 7. et Addit. Menoch. de Praes. 112. a n. 20., Fulgin. de Var. Caducit. Q. 14. a n. 8., et in T. de Alienat. Q. 1. a n. 324., Mantic. de Tacit. L. 22. T. 23.

Quid, recebendo as Pensões

Nota: O defeito do consentimento do Senhorio, necessario para a alienação, só elle e ninguem mais o póde oppôr, Salgad. in Labyr. P. 2. C. 22. n. 65., De Luc. de Emphyt. Disc. 58. n. 18., Arouc. All. 83. n. 13., Phoeb. Dec. 24. n. 5., Peg. 3. For. C. 28. sub. consentimento. n. 330. E em quanto o Senhorio o não oppõe sub. TOMO II.

do Senhorio he privativo o direito de arguir

siste perfeito o Contracto a respeito dos Contrahentes, Rocc. Sellectar. C. 62. a n. 24., Gratian. C. 514. n. 1.. Cald. de Extinct. C. 10. a n. 39. São principios geraes — Quando nullitas alicujus actus inducitur in favorem alicujus personæ, illa sola, et non tertius aliquis, potest nullitate uti - Hontalb. de Jur. Supervenient. Tom. 1. Q. 2. n. 33 = Potest idem Contractus esse nullus respectu unius, et respectu alterius validus — Hontalb. supra n. 89.

Ainda mesmo que as Partes fação Contracto sobre o Prazo, salvo, o consentimento do Senhorio, ficão entretanto que o não obtem, efficazmente obrigados sem que possão retractar o Contracto antes de impetrado o assenso, como segue por melhor opinião Olea.

de Cess. Jur. Tit. 8. O. 3. a n. 23.

E bem que Rox. de Incompatibilit. P. 5. Cap. 6. n. 21. affirme que « Res prohibita in partem alienari, « seu dismembrari sinè consensu domini directi potest « reintegrari ab ipso alienante, vel ejus hærede, ve-« luti videmus in bonis in feudum, vel in emphyteusim « concessis. » Comtudo não me aparto das Regras geraes desta Nota seguidas na praxe: e só com Procuração do Senhorio he admittido o Emphyteuta a oppor o defeito do consentimento delle.

# CAPITULO IV.

Outros casos, em que he disputavel se cessa o Commisso. além dos exposios a S. 774. e a S 789., até 808., e desde 809. até 854.

Sendo remivel o Praso; quando, remindo poses evitar o Commisso?

**S.** 887. 🗖 e frequente neste Reino, e em outras Nações. convencionar-se nos Emprazamentos, que em qualquer tempo e Emphyteuta, poderá o Emphyteuta remir a Pensão imposta, e que remindo-a ficará o Prazo extincto, e allodiaes os bens no dominio do Emphyteuta. Havendo pois este pacto expresso, entra a dúvida: Se incurrendo o Emphyteuta em Com-

misso por qualquer causa o evita, remindo e distractando as Penedes? O commum dos DD. sazem esta distincção: Ou o Emphyteuta, aliás pleno senhor dos Predios, os vendeo elle mesmo ao Senhorio com a condição de lhe ficarem emprazados (confira-se o S. 101. e seguintes, e Nota ao S. 105. juncto o S. 83.), e ao mesmo tempo convencionão que ficará livre ao Emphyteuta a faculdade de remir: Ou o Senhorio, aliás pleno senhor dos bens, os dá de emprazamento, e concede nelle ao Emphyteuta essa faculdade: No primeiro caso assentão os mesmos DD. que remindo o Emphyteuta evita o incurso Commisso: No segundo caso não, por mais que se offereça á remissão: Assim distinguem o Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 39. n. 8., Fulgin. de Var. Caducitat. Q. 1. n. 30. et 31., et Solution. Canon Q. 5. tot., Hodiern. For. Controv. 1. a n. 53., optime, Carol. Anton. de Luc. in Specileg. de Cess. Jur. Q. 85. tot.

Nota: Supposto seja muito questionado se a faculdade de remir he prescriptivel, como se póde ver largamente nas minhas Dissertações, sobre o Pacto he prescriptivel. de retro vendendo, e sobre a boa e má fé nas Prescripções; comtudo quanto aos redditos annuos, he sem dúvida, que a faculdade de os remir nunca prescreve, Cortead. Dec. 149. n. 55., mas o contrario que prescreve aqui por 30 annos, Dunod. pag. 304.

a faguldade de remir

## CAPITULO V.

Se incurso em Commisso o Emphyteuta por qualquer das causas juridicas, póde o Senhorio por auctoridade propria occupar o Prazo sem vicio de espolio! Se occupando-o sem contradicção do Emphyteuta, ou passado o anno prefixo para accusar o espolio, póde o Senhorio oppór-lhe o Commisso por excepção?

Deria nunca acabar se me propozesse expôr aqui o muito, que se tem escripto na 1.º das ditas Questões; ou Regra geral.

Em
nenhum caso
em que o Foreiro
incorra
em Commisso,
póde
o Senhorio
arrogar-se
á posse
sem preceder
Sentença.

o Commisso se incorra ob lineam finitam; ou ob alienationem domino inconsulto, ou ob non solutum canonem, etc., etc.: Hoje absoluta, e indistinctamente se segue, que em nenhum destes, e semelhantes casos póde o Senhorio por auctoridade propria arrogar-se á intrusão na posse, sem convencer o Emphyteuta por acção ordinaria; e isto ainda que na Investidura com clausulas as mais forçosas se reservasse o Senhorio nesses casos essa auctoridade e faculdade: De fórma que, arrogando-se elle á posse, ainda que com o véo dessas clausulas, commette espolio; e póde o Emphyteuta queixar-se espoliado, e deve necessariamente ser restituido, em quanto por acção ordinaria não he convencido, e julgado incurso no Commisso; porque nenhum ha, que não possa ter suas respectivas desculpas, como temos visto: N'isto são mais conformes os DD., como póde ver-se em Stryk. Vol. 9. Disp. 18. Cap. 3. n. 3. Struv. Exerc. 11. Thes. 73., Voet. ad Pand. L. 6. Tit. 3. n. 51., Fabr. in Cod. L. 8. Tit. 3. Def. 2., Perez. in Cod. de Jur. Emphyt. n. 16., Pinheir. Disp. 8. Sect. 5. a n. 70., Fulgin. de Var. Caducit. Q. 10., Mell. L. 3. Tit. 11. S. 27.: Assim largamente se vé disputado e decidido em Peg. 2. For. Cap. 9. desde o n. 379. até o n. 410., aonde os Senadores fizerão varias distinções: Vej. Rot. in Collect. ad Luc. L. 4. de Servit. Decis. 9. et segg., Barbos. et Tabor. L. 5. Cap. 15. Axiom. 4.: O systema indistincto seguio o Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. §. 33. e 34. pag. 77. ibi:

« Quando o direito do Emphyteuse se extingue, e tem « fim por todos os meios, de que devem de fazer menção, « não he comtudo livre ao senhor directo desapossar o Em- « phyteuta por sua propria auctoridade, ainda quando este « poder lhe tivesse sido reservado em Contracto Emphy- « teutico; mas elle deve recurrer-se para este effeito á Jus- « tiça. Se elle ousasse desapossar o Emphyteuta sem assisten- « cia de Justiça, elle perderia o direito, que tivesse de rei- « vindicar os bens Emphyteuticos, e o Emphyteuta con- « tinuaria a posse, como autes, depois de ter sido resta- « belecido nella, e obtido todos os damnos e interesses, que

« lhe forem resultantes do espolio » etc. Confira-se Dunod. a de Prescript. P. 2. Cap. 5. pag. 151. y Le bien.

**S. 889**.

Se porém o Emphyteuta dentro do anno legal não accionou o espolio contra o Senhorio; e depois o de- o Emphyteuta manda pela reivindicação ordinariamente, póde o Senhorio se não queixa repellir a sua acção, oppondo-lhe o Commisso por via de excepção, Almeid. de Numer. Quin. Cap. 12. n. 27., Barbos. na L. Si de vi 37. ff. de Judic. a n. 344., Fulgin. de Var. Caducit. Q. 8. a n. 14., Pereir. Dec. 119. n. 14., Cald. de Extinct. Cap. 18. n. 34.

dentro do anno espeliado; e depois reivindica o Prazo. se lhe póde oppôr o Commisso por excepção.

Se o Senhorio, depois de espoliar o Emphyteuta o demanda por qualquer acção, tambem o Emphyteuta lhe póde oppôr a geral excepção de espolio, de qua Boehmer. ad Pand. Tom. 5. Exerc. 95., Berlich. P. 1. Concl. 21., Cald. L. 1. For. Q. 22., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 48. in rubr. a n. 7., Sam. Stryk. Vol. 8. Disp. 13. S. 29.

## CAPITULO VI.

Direito de Opção e Prelação: em quaes casos elle compete ao Senhorio? Analyse da Ord. L. 4. Tit. 38., Tit. 36. S. 1., Tit. 11. S. 2. e 3.

Prenoções.

S. 890. Direito da Prelação póde estipular-se em qual-O direito da Opção, quer Contracto, Ord. L. 4. Tit. 11. S. 2., Corradin. de e Prelação Jur. Prælat. Q. 7. et 32. Muito melhor no Contracto Em-pode estipular-se phyteutico, aonde tudo quanto o Senborio, e o Emphyteuta em qualquer Contracto. convencionou, he Lei (S. 7.), e cuja transgressão faz in-Et maxime correr em Commisso o Emphyteuta, Coccey. Vol. 1. Disp. no Emphyteuse. 41. C. 10. Thes. 2., Cyriac. Contr. 266, n. 5., Surd. Dec. **180**.

Regra que firma Cod. Freder. S. 891.
O Codigo Frederico P. 2. L. 3. T. 3. S. 29. firma esta Regra geral: « No caso da alienação o Senhor « directo tem o direito de preferencia sobre os bens emphyteuticos, offerecendo-se preencher, o cumprir as mesamas condições, debaixo das quaes o Emphyteuta quer « alienar; menos que este (unica limitação) não transferiase « o seu direito: por titulo puramente lucrativo. »

**S. 892.** 

Letra da nossa Ord-L. 4. Tit. 38.

A nossa Ord. L. 4. T. 38. parece, que só sacrifica ao direito da Opção e Prelação os Contractos da compra, e venda, e o escambo, ut ibi: « E querendo-a vender, ou e escambar, deve o primeiro notificar ao Senhorio, e rea quere-lo se a quer tanto pelo tanto, declarando-lhe o « preço, ou a cousa que lhe dão por ella; e querendo-a o « Senhorio por tanto have-la-ha, e não outro » etc. Parece que exceptuados estes dois casos, em nenhuns outros confere ao Senhorio aquelle direito. Porém 1.º esta Ord. não reprova os pactos que a este respeito possão haver, e que permitte a Ord. L. 4. Tit. 11. S. 2. (S. 889.): 2. esta Ord. nas palavras = vender, ou escambar = veio a comprehender geralmente toda a alienação por Titulo oneroso, Cald. de Extinct. C. 3. et C. 7. n. 7., Confer. Pereir. in Elucidar. n. 1012. e 1016. Portanto 3.º póde receber todas as ampliações, e restricções, que por identidade de razão se possão incluir na sua generalidade.

O que comprehende es!a Ord. na sua generalidade.

## ARTIGO I.

Quando na alienação por venda compete a Opção. e Prelação.

S. 893. venda ou he voluntaria, ou necessaria: Quando voluntaria, ou perpetua, ou com o pacto de remir, ou vitalicia; ou he com o pacto da Lei commissoria, condicional, reserva do dominio para o Vendedor, ou habita fide de pretio. Se he necessaria como são as vendes coactas, que neste Reino se fazem por força da L. de 9 de Julho de 1773 e Alvar. de 27 de Novembro de 1804 S. 11. 12. e 13., e em outros casos, em que o exige a utilidade publica, ou pia, casos que referem Silv. ad Ord. L. 4. T. 1. in rubr. Art. 6. a n. 8., Ferreir. de Nov. Oper. L. 2. Disc. 5., Repertor. debaixo da Conclusão --- Vender seu herdamento = etc. Nestes casos não compete ao Senhorio o direito da Opção, e Prelação, Fulgin. in T. de Alienat. Q. 1. n. 314., Mantic. de Tacit. L. 22. T. 28. a n. 10., Corradin, de Jur. Praelat. O. 31. n. 98.: e ainda que a venda por execução em hasta publica pareça ser necessaria, ella tem principio voluntario, e não he daquellas necessaries, Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3. n. 36.: e por a Arrematação, isso, ainda que não seja essencialmente precizo que á arrematação preceda o consentimento do Senhorio, comtudo a parte postea a mesma Ord. L. 3. T. 93. S. 3. manda que será o Sephorio requerido na fórma da Ord. L. 4. T. 38. como bem expôe Silv. sup. a n. 40.

Não he necessario o consentimente do Senhorio na venda necessaria : Nem tem Opção. Qual venda he necessaria.

Não assim em que ao menos se deve impetrar o beneplacito, e propôr ao Senhorio a Opção.

**§.** 894.

Se a venda he voluntaria: ou ella he perpetua, e sem duvida compete ao Senhorio o direito da Opção, e Prelação, ainda que por determinação de algum Testador se mande vender o Prazo, para se empregar o seu producto em favor de alguma causa pia, Cald. de Extinct. C. 10. n. 20., Corradin. de Jur. Praelat. O. 31. n. 87.

Se a venda he voluntaria se faz indispensavel propôr ao Senhorio а Орейо.

S. 895.

Ainda que feita Ou he com pacto de retro vendendo: E como a venda com o pacto com este pacto he propriamente venda, comprehendida de na generalidade desta Ord., tambem compete ao Senhorio retro vendendo. o direito da Opção, e Prelação, para preferir na compra com o mesmo pacto, Tondut. Civil. Cap. 83. n. 2. 10. et 11. Corradin. de Jur. Praelat. O. 16. n. 81.

Consentindo o Senhorio na venda com este pacto fica privado de outra Opção.

> Quid, se a venda

he temporal,

dos fructos?

Nota: Se o Emphyteuta vendeo o Prazo com este pacto, e o Senhorio o não optou, e consentio na venda; e depois o Emphyteuta vendedor cede a outro o direito de remir (direito que he cessivel), e este cessionario vai remir ao comprador, não póde este, nem ainda obtendo cessão do Senhorio, obstar á remissão, e distracte, que pertende contra o comprador o cessionario do vendedor, Carlos Antonio de Luc. in Specileg. de Cession. Jur. Q. 85. n. 7. et 8., Tondut. Civil. C. 83. tot. (Vej. S. 920.)

S. 89**6**.

Ou a venda he temporal e vitalicia: e então varião os DD. negando huns competir neste caso ao Senhorio o direito da Opção, e Prelação, como Tiraquell. Nigr. de Lauvitalicia, ou só da commodidade dem. Q. 16. n. 98.; affirmando outros, que refere o mesmo Corradin. n. 99. Porém o mesmo Corradin. no n. 110. distingue, que quando a Lei (como a nossa), ou o pacto he geral, e a sua razão he geralmente congruente á venda vitalicia, que faz o Emphyteuta, compete ao Senhorio a Opção; aliter se a venda ha de ter só duração por pouco tempo; ou se só se vendeo a commodidade. Cald. de Extinct. Cap. 13. n. 40.

**S.** 897.

Ou a venda he com o pacto da Lei Commissoria, nos Quid. com o pacto termos da Ord. L. 4. T. 5. S. 3.: Já vimos no S. 825. da Lei o quanto duvidoso he, se feita a venda com este pacto commissoria? precisa de consentimento do Senhorio. Não he menos duvidoso, se feita assim a venda compete ao Senhorio o direito da Opção, Corradin. Q. 16. n. 61. Como porém

huma venda tal he propriamente venda, se comprehende na generalidade da nossa Lei. O Cod. Frederic. P. 2. L. 3. T. 3. sub. S. 30. a comprehende para o fim de se precisar do consentimento do Senhorio, (veja-se a Not. au S. 825.). Logo sacrificada ao direito da Opção. A razão não falta; porque com esse, ou outro pacto póde o Senhorio querer gozar o Praso, como bem pondera o citado Corradio. a n. 63.

S. 898.

Ou he condicional: E ueste caso varião notavelmente os DD. fazendo varias distinçções, como se póde vêr no citado Corradin. Q. 16. a n. 48.; porém elle desde o n. 55. faz differença entre a condição, que respeita a substancia do contracto; como quando se vende pelo preço, que Ticio arbitrar; caso em que não admitte a Prelação, nem quando a condição respeita á perseição do contracto. E pelo contrário admitte a Opção: « Si verba revocationem, « ademptionem, vel resolutionem contractus demonstrent, « et praesupponant contractum venditionis jam stabilitum, et perfectum, illumque eveniente conditionis casu resol-\* vant: puta quia dictum sit, vendo cum pacto quod liceat «ab emptione discedere, si alius meliorem attulerit con-« ditionem intra annum; vel cum pactó, quod res resti-« tuatur alicui, si Consul factus fuerit; et tunc quia con-« tractus est perfectissimus, ac dominium translatum licet « resolubiliter, et emptoris lucro cedit, quidquid rei emptae accedit ... dicendum est, quod praelatio locum habeat, « dum venditio est pura et perfecta, licet sub cenditione « resolvi possit... Sicut facta venditione cum pacto de re-« trovendendo ad certum tempus potest praelatio peti, et « res restigeri donec tempus revendendi venerit. »

Quid, se he condicional?

\$ 899.

Ou a venda he feita com reserva do dominio para o Vendedor: deve distinguir-se: se o Vendedor reserva perpetuamente o dominio; como tal reserva he incompativel com a natureza dos contractos, e consequentemente aulla, Cyriac. Contr. 161. a n. 2.; ou pelo menos se presume

Quid, se com a reserva do dominio para o Vendedor? assim feita em fraude a opção competente ao Senhorio, Corradin. Q. 16. n. 92.; compete neste caso a Prelação ao Senhorio, Corradin. n. 89., Nigr. de Laudem. Tom. 2. Q. 8. Art. 1. d. 41.: se porém o dominio se reserva pelo Vendedor só em quanto o Commador não paga o preço, de quo fuit habita fides; tal reserva não produz ao Vendedor retenção do dominio, mas só luma hypotheca especial na cousa vendida para pelo preço credenciado preferir mella a qualquer outro credor; como bem demonstra Scop. ad Gratian. Decis. 13. a n. 19; e então só resta a dúvida, que vou expôr.

Quid, se feita habita fide de pretio?

: §. 900. Ou a venda soi habita fide de pretio: E entito para este fim distinguem os D.D. quatro casos: 1.º, quando a venda foi simples, e depois o Nendedor disse, que om quante o preco se lhe não pagasse, ou se se lhe não pagasse, teria regresso ao dominio: neste caso he venda pura ao principio, resolvenda debaixo da condição, e tem lugar a Prelação: 2.º, quando, habita fide de pretio, houve translação de dominio, verdadeira, ou ficta; le tambem neste case compete ao Senhorio a Prelação: 3.º, quando e preço nem foi credenciado, nem houve translação do dominio: come neste cazo se presume locação removivel ao arbitrio do Vendedor, não ha Prelação; menos que o Vendedor não passe a receber do Comprador o preco, ou parte delle 4.º, quando o Vendedor, reserva huma Pensão annua em quanto se lhe não paga o preço, como recompensativa dos interesses delle, até o seu pagamento: Tambem neste caso compete o direito da Prelação: Tudo assim compreva Corradin. Q. 16. a n. 93. ad 97.

# ARTIGO 11.

Quando na Permitação:

Ord. L. 4. Tit. 38. he geral sem distincção, ou na permutação limitação alguma, em quanto manda, que querendo o Em-

phyteuta permutar o Praza proponha ao Senhorio a cousa, que lhe dão por elle. Suarão os nossos Reinicolas na interpretação da Ord. nesta parte; e depois de varios discursos vierdo assentar, que só he praticavel na troca este os Remicolas direito, quando o Prato se permuta por cousa fungisel, com distincções. que consista em peso, numero, ou medida, e não quando Equaes ellas são. predio por predio. Pinheir. Disp. 4: Sect. 10. n. 201. et 207. Britte in Cap Potuit de Locat. S. 5. a n. 12 et 16., Cald. de Extinct: C. 8. a n. 31. et Cap. 13. a n. 19. ad 28., Mell. Preir. L. 3. Tit 11. S. 16: no fim der Nota: Nisto mesmo concordão uniformemente os DD. d'outrus Nacces latissime Corradin. de Jur. Prælation. O. 15. a n. 142. et 148., onde ainda mais declara, que procede esta resolução quando em troca se dá hum cavallo, huma joja, ou cousa, que o Senhorio não possa dar com a mesma affeição do Emphyteuta.

Quanto neste caso se causarão

S. 902.

Porém. Britto no Cap. Potuit. de Locat. S. 5. a n. O que discorteo 20. afferrado justamente á generalidade da nossa Ord. o nosso Britto insusceptivel de taes restricções des DD., assenta que o a generalidade Senhorio em todo o caso tem no escambo o direito da-Prelação! Ou se dê em troca cousa fungivel, disheiro, ou contra os mais. especie. E o argumento da affeição, ou interesse particular do Emphyteuta na cousa que recche permutação, e que aliás se não a recebesse, não faria tal contracto; responde Britto, que toda essa affeição, todo esse interesse do Emphyteuta he estimavel; e huma vez que estimado, o Senhorio o indemnize, e tenha igual affeição ao prazo, não ba razão para se lhe negar a Prelação, e deixar de se cumprir a generalidade da Lei, ou pagando o Senhorio ao Emphyteuta todo esse valôr, affeição, e interesse estimados em dinheiro, ou em outros bens: isto he mais conforme á generalidade da Lei: O Cod. Frederico já citado (§. 890.) bem o confirma na sua generalidade, e na unica excepção da alienação por titulo puramente lucrativo: Conduz a Ord. L. 4. Tit. 36. S. 1. no fim.

S. 903.

Seguida contra Britto a opinião do §. 900. ; Questões que restão a decidir.

Seguida a generalidade da Lei sustentada por Britto (S. 901.) contra essas opiniões (S. 900); fica suporfluo. o exame de outras Questões neste respeito: seguida porém essa opinião (S. 900.), e admittido o direito da Prelação só quando pelo Prazo se dá cousa fungivel, em que não possa dar-se particular affeição, ou interesse do Emphyteuta: restão a tractar outras Questões: 1.º, quando intervindo na permutação cousa e dinheiro, se subentenda venda ou troca? 2.ª, quando a avaliação das cousas trocadas faça presumir venda, ou troca: 3.º, quando a troca por cousa não fungivel se presuma simulada em fraude da Opção competente ao Senhorio?

S. 904.

Quando ,preval**eça venda** ; quando permutação para o fim da Opção.

Quanto à 1.º: Se o Prazo vale 800 \$000 rs., e se dão por elle hum predio, que vale 300 \$ 000 rs., e em dinheiro 500 \$000 rs., he venda em que tem o Senhorio o direito da Prelação, e não troca, em que o não tem (conforme a dita opinião S. 900.): e vice versa he troca, e não vende, se pelo Prazo se dão huns Predios de valor. de 500\$000 rs., e em dinheiro 300\$000 rs.; e conforme a dita opinião, lhe não compete a Prelação, Berlich. P. 2. Concl. 39. n. 59., Corradin. de Jur. Prælat. Q. 16. a n. 153., Britt in Cap. Potuit. de Locat. S. 5. a n. 17., Molin. de Just. Disp. 370. y. Cum dubio.

S. 905.

Quando na de bens allodiaes junctamente trocados, e estimados, se reputa venda ou troca рага o mesmo fim.

Quanto à 2.º: Quan lo se premuta hum Prazo por bens correspectividade allodiaes, he frequente estimarem-se aquelle e estes em preços certos. Póde duvidar-se, se aqui ha troca, em que segundo a opimão (S. 900.) não compete ao Senhorio o direito da Prelação; ou se ha venda, em que póde exercitar esse direito? Os DI). aqui variarão como se vê em Corradin. de Jur. Prælation. Q. 16. a n. 144.: Porém-Corradin. com outros, e entre elles o Card. de Luc. de Servit. Disc. 73. n. 5. distingue, que se primeiro tractárão troca, e estimárão seus bens para regularem a igualdade não ha shi o direito da Prelação: se porém tractárão vender o Prazo em preço certo, e depois o Comprador deo ao Emphyteuta outros bens em pagamento, estimados nesse preço, he venda, em que entra o direito da Prelação, Conf. Berlich. P. 2., Concl. 39. n. 57. et 58.

S. 906.

Quanto á 3.º: No presupposto da dita opinião (§. 900.) podem de muitos modos as partes fingir troca para fraudar a Prelação do Senhorio; e essa simulação se presume; ou quando o que o Emphyteuta recebe em troca logo, e se simula troca; em breve tempo passa a vendello, Berlich, supra n. 59., Britt. supra n. 16., Corradin. n. 166., ou quando logo vende o mesmo permutante, Corradin n. 168.; o que o mesmo Corradio. n. 156. 157. e 170. deixa ao arbitrio do Julgador: omitto outros casos (menos frequentes), que podem ver-se em Corradin. a n. 142. até 172. Confira-se Fulgin. in Tit. de Alienat. Q. 1. a n. 253.

Quando para fraudar o direito da Opção como se presume a simulação ?

### ARTIGO III.

Quando, doado o Prazo, he praticavel o Direito da Prelação.

S. 907. I rimeiro caso: Se hum homem gravado com divi- Quando compete das faz doação, ou nomeação do Prazo, e impõe ao Donatario a obrigação de as pagar: se essas dividas excedem ametade do valôr do Prazo notavelmente, prevalesce o Contracto da venda ao de doação, ficando esta simulada; e não só se deva Laudemio, como de venda ao Senhorio, (ut infra a S. 1013.) mas the compete o direito da Prelação, Britt. in Cap. Potuit de Locat. S. 5. n. 17. et 18., Molin. de Just. Disp. 461. n. 2. et 3., Corradin. Q. 16. n. 125., Tondut. Civil. Cap. 39. tot.: Se porém as dividas não equivalem a ametade do valor do Prazo, prevalesce sem fraude o titulo, e natureza de Doação, e não compete ao Senhorio o direito da Prelação, ex DD. supra et Corradin. a n. 230.

ao Senhorio а Орско na Doação do Praso feita sem preço, mas com a obrigação de pagar dividas do Doador?

S. 908.

Seguado caso: Succede frequentemente, que para se fraudarem os Laudemios, e direito da Opção, e Prelação, se finge nomeação e doação liberal, o que he na realidade venda, recebendo o Emphyteuta occultamente o preço: neste caso, descoberta e provada a simulação, e fraude, compete ao Senhorio o direito da Prelação, Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 184. et a n. 225., Corradia. Q. 15. tot. et Q. 16. n. 108., et signanter n. 209.: Eu julgaria simulada a doação de hum. Prazo feita a hum extranho, sem precederem meritos da parte do Donaturio, preteridos os coasanguineos benemeritos; e muito mais se o Emphyteuta doadar precizasse de dinheiro para remir dividas, e tivesse proposto vender o Prazo a outra pessoa: muitas vezes tenho visto similhantes fraudes.

Quando
para fraudar
a Opção,
ou os Laudemios
se finge
Nomeação
sendo
occultamente
Venda.

Nota: Supposto que a Ord. L. 4. Tit. 38. não confere ao Senhario o direito da Prelação, quando se dá, ou dota o Prazo; comtudo suppõe os termos habeis de huma doação, ou dote puramente lucrativo; e não huma doação ou dote, que sendo feitos com esta encargos (§. 906.) perdem a propria natureza, e vestem a de contracto oneroso, propendendo antes para venda. e o fica na essencia sem se: respeitar o superficial nome de doacao, extraditis per Altim. Tom. 3. Q. 1. a n. 36.. Tondut. Civ. Cap. 79. a n. 8., Fulgin. in Prælud. O. 15. a n. 2.: Por outra parte; esta Ord. suppõe huma doação real e verdadeira, e não simulada em fraude do Senhorio; e não póde entender-se, que auctoriza fraudes, a que aliás se oppõe a Ord. L. 3. Tit. 59. §. 25., L. 2. Tit. 33. §. 32. e 33., e L. 4. Tit. 71.: Veja-se no proposito Luc. de Servitut. Disc. 70. a n. 16.

**S.** 909.

Quid,
se a Doação
se faz do Prazo, como de bens ellodiaes, sem ahi se reconhecer o direito do Senhorio;
supprimida
esta qualidade? cia, ou erro) não só fica sugoita ao direito da Prelação;

mas no de commisso e devolução, Gratian. For. Cap. 977. a n. 31., Fulgin. de Alienat. Q. 1. n. 226.: Omitto o caso, em que se dá parte, e vende parte do Prazo; de que tracta Corradin. Q. 16. a.n. 218.; porque pouco frequente e zeprovado na Ord. L. A. Tit. 13. S. 9.; omitto outras especies, que figura e mesmo Corradin, porque ja mais escurrentes no nosso Foro.

#### ARTIGO IV.

'Ouando na Subemphyteuticação; quando no Arrendamento, na Transacção, nu Licitação do Prazo, quando na constituição do Censa, ou Servidão?

S. 910.

Deguida a opinião que defendi desde o S. 37., e Quando possa no S. 838., para aer livre ao Emphyteuta subemphyteuticar, salvos os direitos Dominicaes do Senborio; querendo o Emphytouta subemphyteuticar, deve tributar a Opção, phyteuticação, e Prelação ao Senhorio, Altograd., Cald., Nigr., Valasc. e cutros, que segue Corradio. de Jur. Prælat. Q. 31. a n. 91.: Menos porém que o Emphyteuta não queira agrasiar hum amigo, ou favorecido concedendo-lhe o Subemphyteuze pela mesma pensão do Prazo, ou por hum quid minimum sem animo de lucrar; porque nestas circumstancias o Subemphyteuse se transmuta em huma liberal doscão, livre do direito da Prelação, Corradin. supra n. 92, et Q. 46, n. 113., Luc. de Servitut. Disc. 103. p. 16.

ter Opção e Prelacão ra Subemque faz o Emphytenta?

S. 911.

Em outro tempo, quando pelo Arrendamento de dez annos se transferia o dominio, Ord. L. 3. Tit. 47. L. 4. no Arrendamento Tit. 45. S. 2., Tit. 48. S. 8., etc.; variavão os DD.: se dando e Emphyteuta o Prazo de arrendamento ad longum itempus, tinha au não o Senhorio o direito da Prelação, como se vê em Celd. de Extinct. Cap. 4. a n. 41., Corradin. Q. 31. a n. 88.: Hoje porém cessa toda a dis-

A Prelação de longo tempo puta neste Reino depois do Alvará de 3 de Novembro de 1757. (Veja-se o S. 811.)

S. 912.

Por via de regra na Transacção não tem o Senhorio Quid, na Transacção? o direito da Prelação: Só sim quando o Emphyteuta depois de reivindicar o Prazo, ou vencello por sentença, que passas-se em julgado, o dimitte ao contendor por dinheiro equivalente, ou quasi ao valor delle: Ou só quando dois para fraudar o direito da Opção (querendo realmente comprar e vender) armão huma demanda fantastica, e sóbre ella fazem composição, pela qual o Emphyteuta dimitte o Prazo ao adversario, recebendo delle o equivalente em dinheiro. Urceol. de Transact. Q. 77. tot., Corradin. de Jur. Prælat. O. 16. a n. 180. 183. 186., Valeron, de Transact.

Tit 5. O. 5. n. 42. in fin.

S. 913.

Na Licitação do Praso, quando nella se admitte extranho.

Se os coherdeiros no caso, e termos da Ord. L. 4. Tit. 36. S. 1. põe em Licitação o Prazo, e admittem licitador extranho; não licitando os coherdeiros, a que a Ord. dá o primeiro direito, como consocios; necessariamente deve Optar o Senhorio licitando hum extranho; porque este licitando o Prazo, em que não tinha communião, nem parte, he como que se o comprasse a todos; e a todos cede o direito da Licitação, como vendedores. Iste he bem obvio.

S. 914.

do Censo?

Nos casos referidos a S. 833. póde o Emphyteuta na Constituição constituir Censo irrequisito domino: Entra pois a divida, se o Senhorio directo goza nesses casos do direito da Opção, e Prelação? Huns DI). o affirmão, quaes Tiraquell., Molin., Cens., e muitos que por essa opinião tefere Corradia. Q. 16. a n. 35. Outros pelo contrário. Outros distinguem, se ha ou não Lei geral (como a nossa) apta a comprehender na sua disposição tambem a imposição do Censo nos bens Emphyteuticos, Corradin. n. 36. et 37. Se ha pacto prohibitivo, que constituia Lei (S. 7.) cessa toda a disputa.

S. 915.

Ja vimos desde o S. 840; os casos em que o Ensphyteuta pode por venda constituir huma servidão real domino inconsulto: A regra geral he, que nestes casos não goza o Emphyteuta o Senhorio do direito da Prelação; porque a servidão só prejudica ao Emphyteula, e não ao Senhorio, a quem po nontingente da devolução passa livre o Prazo (S. 841.): Assim com muitos DD. Corradin. Q. 31. n. 6.: Porém eu com o mesmo Corradin. Q. 16. a n. 26. limitaria. quando a servidão vendida (que aliás diminue o valor do Prazo ut S. 842.) seja interessante ao Senhorio, como os servidões das agoas, de pastos, etc., ou quando o Predio do Senhorio he o serviente so do seu Emphyteuta: Porque nestes casos deve o Senhorio gozar de Prelação, ex Corredin. d. Q. 16 a n. 26.; maximè attenta a generalidade da nossa Lei, e fazendo argumento do tedo para a parte.

Quid, a servidão, que constitue em favor d'outro?

## ARTIGO V.

Outros cusos, além dos expostos nos precedentes Artigas, em os quaes não compete ao Senhorio este direito da Prelação.

S. 916. Dobre todos os referidos casos, não compete já- Cessa o direito mais ao Senhorio o direito da Opção e Prelação: 1.º, quando sciente da venda recebe do comprador o Laudemio, porque por este recebimento he visto renunciar o direito da Prelação, Fabr. in Cod. L. 4. Tit. 42. Defin. 49., Tondut. Civil. Cap. 23. n. 17., Cald. de Extinct. Cap. 11. n. 10. et 16., Corradin. Q. 28. n. 28.; ampliando esta resolução ainda ao caso, em que o Senhorio, ou só recebeo parte do Landemio, ou espaçou a paga ao comprador, ou lhe mandou faxer obrigação delle: Conf. Nigr. de Laudem. Tom. 1. Q. 30., Rovit. L. 2. Cons. 94. n. 4., Cald. de Extinct. Cap. 11. n. 16. 19., Repertor. sub verbo Foreiro querendo vender o Prazo, etc.

TOMO II.

da Prelação Se o Senhorio recebeu o Laudemio ou parte delle,

Digitized by GOOGLE

**S.** 917.

de 10 annos renunciado p**elo Senho**rio cete direito?

Não compete este direito ao Senhorio: 2.º, pastados Se hasta o Lapso 10 annos com seiencia, e paciencia da alienação; porque para se entender o lapso deste tempo faz presumir a solemnidade da denusciação, que requer a nossa Ord.: « Sunt enim qui defen-« dust, quod ob lapsum 10 annorum juncta scientia et paa tientia Domini directi presumendum sit denuttiationem « præcessisse, atque Dominum Emphytentæ licentiam ali-« enandi concessisse . . . Sunt et allii, qui generaliter cona cludent, solum lapsum decem annorum satis esse in que-« cumque casu prælationis ad denuntiationem præsumen-« dam... Sunt tandem alii, qui lapsum 30 annorum ad « talem solemoitatem præsumendem requirant... Sed voe rius est, lapsum 30 annorum necessarium esse ad pre-« scriptionem inducendam; ad denuntiationem vero prassu-« mendam, lapsum longi temporis 10. scilicet annorum « inter præsentes, et 20. inter absentes satis esse exis-« timo; non enim agitur de tollenda post spatium dicti a temporis protinus actione, sed de præsumenda solemni-« tate, quod diversissimum est, et non tam magnum in-« fert præjudicium, cum præsumptio ista possit alia cona traria præsumptionem elidi. » Ita Corradin. de Jur. Prælat. Q. 4. n. 30. et 31.

Quid, concorre ožoulos da pensão por 10 annos?

**S. 918.** Por outra parte: O mesmo Corradia. Q. 28. n. 29. diz: « Hinc quoque resultat, quod si dominus directus post « venditionem jam factam a novo Emphyteuta scienter Ca-« nonem recipiat, videtur buic prælationi renuntiasse Gam... « Cald. . . Dunod. . . Franch. . . etc. » Pelo contrario ; que pela simples recepção da pensão do novo comprador, só se presume renunciado o Commisso, mas não o direito da Prelação. Cens. de Censib. Q. 66. a n. 56.; maximé se recebeo a pensão com o protesto salvo jure suo, não lhe tendo sido proposta a venda para usar da sua Opção; Corradin. n. 30. et 31.

Concilião-se as opinides

Nota: Quando o Senhorio não be requerido na fórma da nossa Ord., the compete a acção pele direito

da Prelação até 30 apares: e só nor este tempo prescreve esta acção, Corradia. Q. 24. n. 41. et 42. Isto nes termos abstractos. Se porém o Senhorio sciente da alienação recebeo do novo successor, ou o:Laudespio (S. 915.), ou a pensão pelo lapso de 10 annos, (ainda que não recebesse o Laudemio), este lapso, que faz presumir a denunciação (S. 916.), juncto com o · faicto positivo-do recebimento da pensão pelos messos 10 annos, bastará (conciliadas assim as opinides), para se suppor renunciado pelo Senhorio este seu direito, e não poder jámais exercita-lo em juizo: Confira-se Cald. de Extinct. Cap. 11. a n. 16, 19. et 20., conde para este fim equipara a solução de Laudemio, e o recebimento da pensão com sciencia da aliapação mor 10. anges.

S. 919.

Não compete este direito ao Senhorio: 3.º, quando quer usar delle para o ceder a outra pessoa, ou effectivamente o cede: Pois que por via de regra he pessoal do se o Senhorio Senhorio, e não he cessivel, Amat. Var. Resol. 16. n. 6., Cald. Cons. 30. n. 49., et de Extinct. Cap. 13. n. 34., a outra pessoa. Olea de Cess. Jur. Tit. 1. Q. 2. a n. 21., Corradin. Q. 10. a n. 3., Rocc. Select. Cap. 178. n. 7. cum sequent., onde expõe as conjecturas da frande da opção para o ceder a outro: Vej. etiam Corradio. Q. 9 a n. 21., aonde cumula outras conjecturas da fraude. Nem ainda mesmo o póde ceder com o pretexto de ser pobre, e não ter com què pague o preço, Corradin. Q. 40. n. 18. et 19.: Imó querendo opter, sendo pobre he isto-huma forte presumpção, de que não opta para si, mas para ceder a outro; Corradin. Q. 9. a n. 21., maximé, quando com esta presumpção concorrem outras, que refere o mesmo Corradio. Q. 9. a n. 23. Só sima vendeado o Semborio o seu dominijo di-Só vendendo recto na conjunctura da Opção, póde com a venda ceder dominio directo ao compreder esse direito; e ainda mesmo sem outra ex- ua conjunctura pressa cessão se subentende vendido, e compreheudido acresseriamente da venda, Ciarlin. Contr. 121. n. 37., Antonell. de Temp. Leg. L. S. Cap. 2. n. 19., Cens de Cen-

Não compete a Prelação, quer optar para ceder

da opção.

sib. Q. 66. a n. 122. Corradin. Q. 10. a n. 7. Tambem este direito deferido na conjunctura de venda passa aos successores do Senhorio, que succedem no seu dominio directo, Corradin. n. 10. 11. 12.: e em fim esse direito deferido no Senhorio póde penhorar-se, e arrematar-se por seus credores, Corradin. a n. 13., declarando a n. 14., que isto procede sendo fallido o Senhorio; o que bem se póde comprovar com as doutrinas de Salgad. in Labyr. P. 4. Cap. 1.: Mas disto duvido muito, attento o que discorre Puttmah. Adversar. Jur. L. 1. Cap. 13.

Se o Senhorio tem regresso

4 Prelação nullamente cedida a terpeiro?

Nota: O comprador do Prazo, como interessado pode accionar, ou excepcionar contra a cessão, que o Senhorio faça deste direito a qualquer terceiro, Corradin. Q. 10. n. 29.: He porém assáz disputavel, se cedendo o Senhorio nullamente este direito de Prelação tem outra vez regresso a elle? Pela affirmativa estão Cyriac. Contr. 254. a n. 22., Carol. Anton. de Luc. ad Franch. Decis. 226. n. 4., Ciarlin. Contr. 121. a n. 56. Em contrario Tiraq. de Retract. \$ 26. Gloss. 2. a n. 7.: Mes Corradin. Q. 10. n. 27. concilia, que não havendo (como entre nos não ha) Lei repugnante a tal cessão, tem o Senhorio regresso á Prelação: E quando o Senhorio possa ceder esse direito, se recebe o Laudemio antes, que o cessionario exercite o direito cedido fica extincto no cessionario esse direito. Tondut. Civil. Cap. 23. a n: 10. et 15.

Nota: etiam o Foreiro póde deferir ao Senhorio juramento, em que declare, se quer o Prazo para si (Vej. S. 933. Not.)

**S.** 920.

4.° Não póde optar parte sem o todo. Não compete este direito ao Senhorio: 4.º, quando formando-se o Prazo de muitos predios, e sendo vendido tudo por hum só preço, o Senhorio só quer optar hum dos predios, rateado o respectivo preço: Porque, ou deve optar o todo, ou nada, Corradin. Q. 13. n. 10., Cald. de Extinct. Cap. 12. sub. n. 20., Molin. de Just. Disp. 370.,

Tondut. Civil. Cap. 191. a n. 15., Pinheir. de Emphyteuse Disp. 4. Sect. 10. n. 224.: Declara perém o mesmo Pinheir. no y. Si autem. ut ibi. « Si autem partes Emphy-« teusis diversis pretiis vendantur, tunc aliter dicendum est, « nempè dominum posse unam retinere, et permittere ut a alia vendantur, salvis quo ad candem partem suis juribus « dominicalibus; quia tunc est duplex venditio » etc. Confira-se Cortead. Decis. 149. a n. 77.

Limitacão desta regra.

**S. 921.** 

Não compete este direito ao Seuhorio: 5.º, no caso já referido na Nota ao S. 894., a que accrescento Corradin. de Jur. Prælat. Q. 31. n. 106.

No caro do S. 894.

Não lhe compete em sim: 6.º, ou pelo dizer melhor perde este dircito, quando requerido o Senhorio na fórma da Ord. L. 4. Tit. 38. não prestou o consentimento nos trinta dias, nem oppoz justa causa de reprovação do novo no tempo legal. successor: Para o que passo a analysar a Ord. nesta parte, e no seguinte

Quando afrontado não optou

# ARTIGO VI.

Como deva requerer-se o Senhorio para optar, ou consentir? Com que causas possa reprovar o novo Successor? Que deva depositar. querendo optar? etc.

S. 923. ara cumprir com o dever, que impõe a Ord. L. que a Lei 4. Tit. 38., o Foreiro a querendo vender, ou escambar presereve « deve-o primeiro notificar ao Senhorio, e requere-lo se para se impetrar « quer (a cousa afforada) tanto por tanto, declarando-lhe o consentimento, a o preço, ou cousa que lhe dão por ella.... E não que-« rendo o Senhorio declarar logo se a quer tanto por tanto, « será esperado 30 dias do dia, que for requerido: os

« quees passados, e não declarando se a quer) então a « poderá vender, ou escambar, semidais espérar péla res-« posta, ou pagamento do preço » etc.

S. 924.

Por quem, se deva fazer este requerimento. Pelo vendedor. Ou comprador.

Por si, ou por outra pesson habil. Ao Senhorio em pessoa.

Não basta a seu Procurador. que não seja especial.

Este requerimento ao Senhorio, esta proposta póde a quem, e como fazer-so-lhe, ou pelo vendedor, nos termes da dita Ord., ou ainda pelo comprador, Corradin. de Jur. Prælation. O. 4. a n. 55.: Póde fazer-se-lhe extrajudicialmente, ou pelo proprio Emphyteute, ou por seu especial Procurador, e ainda mesmo pelo Administrador, Tutor, ou Curador do Emphyteuta, que quer alienar, Cald. de Extinct. Cap. 13. n. 14., Pinheir. Disp. 4. Sect. 9. n. 196., Corradin. Q. 4. a n. 28.: Deve fazer-se ao Senhorio em pessoa, e formalmente, sem bastar para satisfazer à Lei, que o Senhorio tenha sciencia da venda; porque sem embaigo de ter esta sciencia se lhe deve propôr a opção, e prelação, Cald. supr. n. 3., Pinheir. Disp. 4. Sect. 9. n. 189. et 190., Corradin. Q. 32. n. 22.: Netn basta fazer-se esta proposta a bem Procurador do Senhorio, que não seja para esse fim especial, ou que não costume ter faculdade para licencear taes alienações, Mul. ad Struv. Exerc. 11. Thes. 69. pag. 726. Col. 1. prop. finem, Corradin. Q. 4. a n. 26., et Q. 32. n. 25., Constantin. ad Statut. Urb. Annot. 24. Art. 7. n. 469., Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. **S. 2**5.

**S.** 925.

Póde porém esta proposta fazer-se ao Pai, que tem

Se ao Pai do Senhorio.

Se ao Tulor.

o usufructo nos bens adventicios do Filho, ainda que este seja o Senhorio (alitér nos bens castrenses ou quasi). Póde fazer-se aos Menores, e Tuteres dos Pupillos, que são Se-Se o Marido, inhorios, e ses Curadores des prodigos, e furioses; ao Ma--rido, sinda que a Mulher seja a Senhoria, e dotal o doeminio directo (não sendo parafernal de que elle não tenha administração, ou não estejão sepanados judicio Ecclesia); -ao Prelado, ou Reitor ide qualquer Collegio, etc., Muler .ad Struv. supra, et latissime Corradin. Q. 4.: Porque todos estes podem :prestar recus :consentimentos (para las aliena-

Ao Prelade.

ções (S. 1860.): Não pode porêm fazer-se este requerimente an usufructuario do dominio directo, mas deve ao usufructuario fezer-se ao proprietario, Castilla. de usufr. Cap. 24. a m. 39. Migr. de Landem. Q. 30. a n. 62., Corradin. O. A. n. 26. et ad omnia Cod. Freder. supra S. 25.

Não do dominio directo.

**§. 926.** 

Deve fizer-se esta proposta e requerimento congruso Deve fazer-se boro, et tempore, como bem explicão Cold. de Exctinet, em lugar, e tempo Cab. 13. a n. 5., Pinheir. Disp. 4. Sect. 9. n. 191. et 192., Corradin. O. 4. a n. 33.: Deve o Emphyteuta pelopreceito da Lei (S. 922.) declarar ao Senhorio sincera. e verdadeiramente sem capciozidade, ou suppressão todo o preco, que lhe dão pelo Prazo; es pactos, e cendições preço, e mais com que alicaa, e que o novo pretendido adquirente dá, aceita, e se obriga a cumprir: D'outro modo, não só não se priva o Senhorio do direito da Opção, vindo no conhecimento da verdado supprimida, ou do colloyo, que a cate respeito lite: maquinem, affectando majores preços, pactos, condições, etc., Cald. de Extinct. Cap. 13: n. 8., Cap. 14. a. 19., Pinheir Disp. 4. Sect. 97. n. 19#., Fulgin. de Alienat. O. 1. n. 691 et 338., Mulen supra, Corradin. Q. 32. n. 22. et 23. (aonde accrescenta, que para este 6m se deve presentar ao Senhorio a Escriptura já feita, Conf. Pinheir. supra n. 193., Conf. supra S. 855. Not., Corradin. Q. 4. s. 4., Q. 22. n. 10.): Mas per isso mesmo que nesta notificação ao Senhorio se lhe faça alguma frande, se incorra em Commisso, Mul. ad Struy. supra, Pinheir. n. 195., Cald. de Extinct. Cap. 13. n. 34., Valasc. de Commisso. O. 8. n. 11., ad omnia Repertor. sub verbo - Foreiro querendo vender o Prazo == ete.

congruente.

Devem propor-se ao Senhorio o verdadeiro circumstancias, com toda s pureza,

Oonvencida a frande da proposição, entra a pena

§ 9**2**7.

Quando porém o Senhorio assim extrajudicialmente se o Senhorio requerido se parte com inacção, e nem queira optar, nem prester o seu consentimento para a alienação por algum dos medos, que baste, e ficilo expestes a S. 869.; então necessariamente se deve recorrer a juizo: Porque com effeito

não responde . á preposição extra-judicial ba recurso a juiso,

esta he a intelligencia da nossa Ord. nas palavras notificar, requere-lo, etc., combinada com a frase da Ord. L. 3. Tit. 86. no princ. ibi — será o condemnado requerido — e L. 4. tit. 23. §. 1.; o que melhor se confirma, porque nos casos em que o Senhorio não tem Prelação, como no caso da doação liberal, usa a Ord. de frase diversa dizendo « e no caso que o quizer doar ou dotar todavia lho fará saber » etc., e já aqui não diz, que o fará notificar, requerer, etc., como quando lhe compete a Prelação Assim terminantemente Constant. ad Stat. Urb. Annot. 24. Art. 7. a n. 457.

**S. 928.** 

Necessidade deste judicial recurso. E na verdade: O requerimento ao Senhorio com a proposta da venda, e circunstancias della; o requerimento para que elle ou consinta e receba o Laudemio, ou opte o Prazo; a assignação dos 30 dias, a sua resposta, ou o lançamento della no caso da contumacia: haver-se por supprido o seu consentimento, etc., tudo isto depende de Processo, e Actos judiciaes, como em similhante caso adverte Sylv. ad Ord. L. 4. Tit. 23. S. 1. sub. n. 21. et 22.; Cald. de Extinct. Cap. 13. a n. 8. inculcando a prática do seu tempo, não ensina esta formalidade, bem necessaria, nem reflectiu na Lei.

Nota: Segundo o direito commum he disputada a Questão « Air talis denuntiatio sit facienda in acri« ptis, et judicialiter, an potius sufficiat extrajudicialis? Corradin, na Q. 4. desde o n. 43. da duas oppostas opiniões: Entre nós cessa a disputa, attenta a genuina
interpretação da nossa Lei (\$5.626, 927.): Se bem que
aindo na variedade dessas opiniões assento Corradin. n.
45. que « In praxi omnino judicialem requisitionem puto
« necessariam; tum quià talis denunciatio fieri debet
« cum notitia pretii, pactorum, et conditionum, quibus
« alius emere vult, quod quidem difficile est practi« cari posse extrajudicialiter; cum facile ita denuncia« tus posset negare aut quantitatom pretii, aut. cir« cumstantias omnes sibi denuntiatas fuisse; ideoque

maximo cum dispendio opus esset ad testes recur-« rere; tum etiam quia idem facile potest contingere « ex parte denuntiantis, qui varias fraudes posset com-« mittere, et jus prælationem petentis eludere: Ideo-« que tutius existimo opinionem eorum sequi, qui ju-« dicialem interpellationem requirunt, quam etiam vi-« detur complecti, Carpan. ad Stat. Mediolan. P. 1. « Cap. 417. m. 800., et ita in praxi servatur. »

S. 929.

E assim praticamento: Deve o Emphyteuta, que quer aliente, fazer petição ao Magistrado do domicilio do Sephorio (Corradin: Q. 4. n. 33.); propondo o vendedor, e a comprador, (mas entes do ingresso na posse, ut a S. 816.) o contracte, que entre si tem feito, com toda a severidade sem fraude ou simulação, com toda sas circumstancias do preço, condições, etc. (S. 925.); e requerendo se cite o Scaborio para deutro em 30 dias, ou prestar o: seu consentimento, recebendo o respectivo Laudemio, ou optar pelo mesmo preço, e com as mesmas condições, despezas, etc. (Vej. infra a S. 933.) fazendo logo nos 30 dias effectivo deposito em dinheiro: E isto com a cominação de que sendo contumaz em fazer a declaração, nem oppondo defeito attendivel contra o novo Successor, se haver o seu consentimento por supprido indicialmente; e feito deposito do Laudemio se consumar a alienação, passando o Successor a tomar posse sem pena algume, etc. Comminação, fundada nas doutrinas do Cod, Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 15., Gob. de Permiss. Feud. vel Emphyteus. Alienat. Q. 3. a n. 4. ad 10., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3. n. 43., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 63.: Repertor. sub verbo - Foreiro querendo vender o Prazo etc.

Practica deste recurso contrao Senhorio.

S. 930.

Citado selemnemente o Senhorio (Tutor, ou Curador, etc. ut §. 924.), a citação se accusa em Audiencia; assignão-se-lhe os 30 dias: se nelles oppõe o Senhorio alguma objecção, disputa-se: se quer optar, não basta, que томо и.

Consequentes
depois
de proposto
o judicial
requerimento.

o declare, mais deve no mesmo termo fazer deposito de tudo, o que logo direi (\$\infty\$. 933.); se não que optar, assim o declara: se he contumaz em tudo, se procede a lançamento passados os 30 dias, julga-se a comminação por Sentença, em que o consentimento se ha por prestado (\$\infty\$. 828. no fim); deposita-se of Laudetnio; el com essa Sentença vaii o Successor á posse impunemente; Repertor debaixo da conclusão por foreiro, que notificar aquisenho-rio—etc.

9.931

Consequentes se se não observa esta prática. Se assim se não pratica, e ou o Senhorio não racebe o Laudemio, facto com que approva a alienação (S. 915.); on não passão 10 annos; e no decurso delles recebeu do novo Successor o Foro com sciencia da alienação, caso em que também n appreva (S. 916. 917.), the fica calva e duravel até 30 annos a acção para exercitar centra o Successor, não o Commisso, que preserve por 5 annes, mas o direito da Opção e Prelação, Corradin. Q. 4 n. 42., Constantin ad Stat. Urb. Annot. 24. Art. 7, n. 467., Gracian. For. Cap. 742. a n. 12., Donad. de Requiriat. Tom. 1. Cap. 30. a n. 31.

S. 982.

Que póde objectar o Senhorio nos 30 dias. Nos 30 dias assignados pode o Senhorio oppor ao novo pretendido Successor os defeitos, e incepacidades, ser pederoso, etc.: confirão-se aqui os \$\$. 40. e 50., e os \$\$. 258. até 267., e desde o \$. 360.; e pelo ahi exposto se conselhe, e decida, porque tudo he aqui applicavel: vejetam o Cod. Frederic. P. 2. L. 3. Tit. 3. \$. 16 e 17. Repertor. sub verbo = Foreiro péde vender o Prazo ===etc.

**S. 933.** 

Se quer optar; o que, e o quanto deve depositar.

Se o Senhorio nos 30 dias declara, que quer optar; elle deve depositar o preço convencionado, por mais que seja excessivo do justo valor (a menos que año intervenha entre o vendedor e comprador alguma fraude) e por mais que seja enormissimamente lesivo, sem que possa requerer que se avalie o justo, Cald. de Extinct. Cap. 13. a

n. 16., Larret Dec. 80. n. 3., Corradia. de Jur. Prælat, Q. 22. a n. 3., Pinbeir. Disp. 4: Sect. 10. n. 208.: deve o Senhorio aceitar a venda com os mesmos encargos, e condições com que o comprador quer comprar, além dos entecedentes; bem como o que o vendedor por pura graciosidade sem fraude perdoa ao comprador, Cald. de Extinct. Cap. 4. n. 49., Cap. 13. n. 23. 35. 36., Pinheir. supra n. 208, 209.: deve pagar na mesma qualidade de moeda, que pagou o comprador, Corradin, supra a n. 47.

Nota: Para evitar a fraude na presupposição de preço maior para aterrar o Senhério, a que não opte, on para lhe fraudar o Laudemio, póde elle fazer (e assim se costuma) que o vendeder, e o comprador jurem a verdade do preço, Repertor, sub verbo == Foreiro querendo vender o Prazo-etc., Cald. de Extinct. Cap. 43. n. 24.: bem come se o Foreiro receia, que o Senhorio queira optar para coder em outro (contra a prohibição do Direito de qua §. 918.); póde rev. squerer, que o Sentiorio jure, se quer optar o Prazo para si, ou para o ceder a ontro, Per. Tom. 8. ad Ord. L. 2: Tit. 18, in pr. n. 6. ubi judicacum; Repertor/sub verbo --- Foreiro querendo vender o Prazo ---etc. y. - Et an Dominus. -

CauteHa do Senhorio para occorrer a fraudes.

Cautella do Foreiro para que elle não opte para outra pessoa.

S. 984.

Devo mais o Senhorio, além do preço, depontar: 1.º, O que mais a sisa que o comprador haja pago, e laudemio, se na terra deve depositar havia outro superior Senhorio: 2.5, as pensões, que tiver além do referido recebido no intervallo entre a venda, e a opção: 3.º, o eusto da Recriptura da compra, e do extracto da Nota. certidão de sisa, assignatura. etc.: 4.º, os gastos e despezas feitas pelo comprador com os medianeiros da compra: 5.º, as desperas da carta e processo da arrematação, optando o Senhorio o Prezo arrematado, ou adjudicado: 6.º a despeza feita com o Letrado, que ordenou a segurança da venda: 7.º, quaesquer bemleitorias: 8.º, até mesmo o vinho, que os compredores costumão págar quando

se ajusta a venda. Tudo isto comprova Tondut. Civil. Cap. 23. a n. 20.; e por partes Cyriac. Contr. 631., Gratian. For, Cap. 343., Berlich. P. 2. Concl. 41. tot. et a n. 30, Cens. de Censib. Q. 66., Pinheir Disp. 4 Sect. 10. a n. 211., Cald. de Extinct. Cap. 13. n. 34., aonde jun-· tamente adverte, que quando a venda se propõe ao Senhorio para deliberar sobre a opção, se lhe deve advertir não só o preço, mas todas estas despezas.

**S.** 935.

Nåv satisluz o Senhorio com offertas, pen) compensações.

Querendo o Senhorio optar, e cumprir tudo o exposto (S. 932, 933) não satisfaz, nem offerecendo fiadores, nem dando penhores, nem oppondo compensação, ou retenção alguma; mas tudo deve logo pagar em dinheiro contado, Nigr. de Laudem. L. 1. Q. 30. n. 138., Berlich. P. 2. Conclus. 41. n. 14., Corradin. de Jur. Præletion. Q. 22. n. 62. et 63., d. Ord. ibi = pagando-lhe logo, o preço, havello-ha =; etc. palavras condicionaes, que se não satisfazem d'outro modo. Se o comprador recusa, deve o Senhorio dentro dos 30 dias, citado elle, fazer deposito, Corradin. Q. 23. tot.: de fórma, que não basta declarar dentro dos 30 dias, que quer optar, mas he necessario, que no mesmo tempo deposite tudo, ex d. Ord. in fin. princip., Repertor. sub verbo-Foreizo que notificar ao Senhorio , etc., cum Cald. de Extinct. Cap. 14. n. 11.,

Dove fazer effectiva deposito. Mesmo dentro dos 30 dins. .

Unica limitação. Pinheir. Disp. 4. Sect. 10. n. 210. « Quod limita, nisi « Emphyteuta concessorit emptori dilationem ad pretium a solvendum, quia tunc potest Dominus ex jure prælationis « eadem dilatione uti, dummodò non procedat ex mera et a speciali gratia emptori facta. » Repertor. supra cum Cald. de Extinct. Cap. 13. n. 18., Pinheir. supra n. 210, in fin.

**S**. 936.

He este termo continuo: mas não

1. dado legitimo impedimento.

He o termo de 30 dias continuo, e não util para todo o referido principiando a correr do dia para a citação, Repertor. sub verbo - Foreiro que notificar so Senhorio -; adde Corradin. Q. 21. n. 19., etc. a Sed si dominus (con-« tinúa o Repertor.) ab ipso Emphyteuta impediatur, vel a decedat, vel-aliud legitimum impedimentum superveniat, « non currit hic terminus 30 dierum, Cald. d. Cap. 13. n. 10., Cabed. Dec. 3. n. 3., Pinheir. de Emphyt. Disp. 4. Sect. 10. n. 225. et 226. Tambem não corre este tempo ao menor, que goza do beneficio da restituição, ex DD. cum quibus Repertor. supra: em contrário estão os muitos DD. com os quoes Corradin. Q. 24. a n. 25. ad 28.: elle porém no n. 29. propõe a opinião distinctiva entre o caso de se provar leso, ou não; só no 1.º e não no 2.º, lhe concede restituição: bem que no n. 31., 32. e 33. segue a commus, de que só pelo lapso do tempo, independente d'outra prova de lesão, se póde dizer leso o menor: advertindo desde o n. 35, que sendo o menor consocio com outros no dominio directo (qua he dividuo, e não individuo) nem a restituição approveita aos mais Consenhorios; nem a elle para optar mais que a sua parte (confira-se o S. 865. e seguintes): suspendem-se também os 30 dias para optar, e fazer deposito, em quanto se disputa, se compete ou não a Prelação, Corradin. Q. 24. n. 13, eu em quanto se disputa, se he reprovavel pelo Senho-ou a competencia rio o novo Successor, Repertor, supra y. - Et quid. -

Quid. no menor?

Não correm em quanto se disputa da Prelação; ou se o novo Successor he reprovavel.

Se passados 0s 30 dias, e reintegra optar?

S. 937.

Se (cessando o legitimo impedimento, ou o beneficio da restituição ut S. 935.) passados os 30 dias, não havendo nelles o Senhorio declarado a sua vontade, póde de- póde o Senhorio clara-la, e optar re adhuc integra? Resolve affirmativamente com Britt., Fulgin., e Cald. o Repertor. debaixo da conclusão - Foreiro que notificar, etc. - Porém o contrário defende com urgentissimos fundamentos Corradin. Q. 24. a n. 2. ampliando no n. 6. « quamvis emptor, aut « venditor prælationis jus habenti dixisset, quod eum ad-« mitteret toties quotiès venire voluerit, nam adhac bæc « verba intelligi debent, dummodo intrà legitimum tempus « jus habens comparuerit; ideòque si tempus labi passus « fuerit, non amplius admitti poterit etiam moram pur-« gando. » Confirão-se as regras, que sobre a purgação da mora (além dos fundamentos de Corrad.) expõe Portug.

de Donat. L. 1. Przelud. 2. S. 1. a n. 104., Stryck. Disp. de Purgatione morze Vol. 1. Disp. 8. Só sim, se passados os 30 dias, se descobrio a fraude, e simulação do vendedor e comprador, Corradin. Q. 24: n. 45.

**S.** 938.

Se dentro dos 30 dias variar? Sim dentro dos 30 dias, e ve integra, o Senhetio que não quiz optar, póde variar, e depositar: se nos 30 dias declaron que quer optar, não póde arrepender-se; como com Cald. largamente comprova Pinheir. Disp. 4. Sect. 10. §. 4.; mas occurrendo outra, e 2.° venda, ainda que tenha na 1.° renunciado. a Prelação, póde optar na 2.°, Corradin. Q. 28. n. 62., Antonell. de Loc. Legal L. 2. Cap. 1. Q. 19. n. 388. Se nos 30 dias faz e deposito, e antes de aceito, o levanta he visto renunciar a Prelação, Corradin. Q. 23. a o. 16.

O direito
de arguir a lesão,
que competia
au comprader,
passa
ao Seahorio
que opta
pelo
mesmo preço.

Nota: Se o comprador do Prazo se podia queixar lesa contra e veudedor, também o Senburio, que optou, e depositou, como subrogado em lugar do comprador, póde usar contra o vendedor do mesmo remedio da lesão, Corradin. Q. S. n. 74. et Q. 22. a n. 13.; o mais, que possa dezejar-se, veja-se no citado Corradin, e em todo o Tractado; porque só me proponho expôr o mais frequente e prático no Foro.

**§.** 939.

Na Doação

liberal
nto ha obrigação gnem so Sénhorio nos casos em que a Doação he hisede fazer assignar-rel; Ord. L. 4. Tit. 38.: de forme, que certificado que
os 30 dias. seja o Senhorio do novo Successor; cumprida por elle esta
unica obrigação; huma vez que o Senhorio nada opponha
centra a sua pessoa, pode passar á posse, e aperfeiçoar-se
o contracto, em que o Senhorio ado tenha Prelação, Pinheir. Disp. 4. Sect. 10. S. 9.

Quando intervindo consentimento do Senhorío, se póde alienar o Prázo pelo Emphyteuta em prejuizo dos Successores. raise of the Marchall a day

ы Рис! zo в с • **§**⊈ **940**г ч

Ammo são muitas e devensas as especies de Prance. Diversas especies e seus pactonie naturezas, tratorei : 1.º, dos fatenzias perpetaca bereditarios puros, hereditarios mixtos, e puramente familiares perpetuòs e 2.º. dos de vidas, e proxidencia : fazendo as distincções (a) dos noviter adquiridos (b), dos adventigios, mas de nomesção livre:(c), dos paccionados para filhos, e femilia; ! e. nestes::(d) distinguindo quando o vendedor alienante he primeira, segundo, ou terceira vido. He a Questão mais frequente, elintéressante de quantas tenha esa cripte nesta Obra: ella se acha tratada com a maior confusão pelos DD.; mas eu me lisongeio de a clarificar sólidamente com a distincção das referidas especies, e dos diversos direitos em cada huma; e por fim porei huma regra geral comprehensiva de tudo.

de Prazos, que podem ser objecto da disputa sobre a validade das suas alienações em prejuizo dos successores.

## ARTIGO I.

Quanto aos Prazos fateozins perpetuos.

S. 941. De elles são hereditarios puros, segundo a formula, de qua S. 107. form. 6., he sem duvids, que se regulas ad instar dos bens allodiaes, e podem vender-se e alieuarse em prejuizo dos Successores, entrão em terça, não póde herda-los quem não seja herdeiro, e se abstiver da herança de Emphyteute, nem podem reivindicar-se pelos filhos; Valasc. Q. 49. a n. 2. ad 5., Picheir. Disp. 5. Sect. 3. v. 45., latissime Peg. 2. For. C. 9. a n. 16., Guerreir. Tr. 2. L. 2: C. 8 a ts. 14., Gob. de Permiss. Feud. et Emphyt. Alienat. Q. 2. a n. 28. ad 38. ubi latissime.

hereditarios

Nota: Se porém o Pai fizer destes Prazos huma doação inofficiosa, que exceda a terça he nulla, pelo outro geral principio da Ord. L. 4. T. 65. S. 1. et 2. Pinheir. sup. n. 46.

S. 942.

Os hereditarios mixtos, podem alienar-se mas não nomear-se em extranhos.

Se elles são hereditarios, como os formulados no S. 107. Form. 8. póde o Pai por via de venda, ou qualquer outro Titulo oneroso alienar o Prazo a extranho; mas por nomeação só o pode fazer nomeando nas pessoas comprehendidas na Investidura; com a differença unica, de que para alienar por Titulo oneroso he necessario o consentimento do Senhorio; para nomear porém em favor dos comprehendidos na Investidura não he necessario tal consentimento: Ita latissime Pinheir. Disp. 5. Sect. 3. a n. 47. ad 50. Outros distinguem entre hum Prazo tal noviter adquirido, e antigo; ita ut o primeiro póde livromente alienar-se em prejuizo dos filhos, o segundo não; como Pinell. referido por Pinheir. sub. n. 48; mas no n. 49. se oppõe a esta distincção de Pinello com Britt. in C. Potuit. de Locat. Cald. e outros que refere: veja-se tambem Gob. supra a n. 57., et Fulgin. de Contract. Q. 24. n. 23.

Opinião que permitte ao filho descendente a reivindicação. Nota; Porém o mesmo Cald de Nominat. Q. 24. n. 23. com Pinell. e outros permitte ao filho, e descendente reivindicar o Prazo mixto, ainda que o filho seja herdeiro do alienante.

S. 943.

Os fateosius perpetuos familiares não podem alienar-se.

Se elles são em fateozim para filhos e descendentes, ou familia, sem fazer menção de herdeiros ou successores, ut §. 107. Form. 7., estes Prazos não podem alienar-se em extranhos com prejuizo dos descendentes, ou familia do Emphyteuta perpetuamente chamada, porque são de providencia perpetua, e podem reivindicar-se pelos descendentes, ou pessoas da familia, ut optime Britt. in C. Potuit. de Locat. §. 3. n. 25. et 26., Valasc. Q. 49. n. 6. in med. Confer. Gald. de Nominat. Q. 17. n. 10. et 19. et Q. 21. n. 29., Peg. 3. For. C., 28. p. 728., ubi optime.

dry Google

Nota: Menos que o Emprazamento não tenha a clausula de que ao diante tratarei a S. 953.

Menos que a Investidura não tenha a clansula, de que §. 953.

## ARTIGO II.

Quanto aos Prazos de Vidas, e de Providencia.

S. 944. Js Prazos de outra especie, de que tratei no §. 101. até o S. 105. fraternisão, para o fim de que tracto, com os Prazos noviter adquiridos, de que tratei nos §§. 99. e 100.: e huns e outros podem livremente alienar-se (por mais que se estipularsem de providencia para filhos podemalienar-se e familia) pelo primeiro adquirente, consentido o Senhorio, dos successores. como, além dos DD. ahi citados, resolve com muitos Anton. Gob. de Permiss. Feud. et Emphyt. Alienat, Q. 2. a n. 8. et 15., Paul. Mell. ad Castill. de Alim. Obs. 68. a n. 3., Fulgin. in T. de Contract. Q. 24. a n. 18. et a n. 11., Peg. 2. For. Cap. 9. pag. 625.

Os Prazos de Vidas. e Providencia, sendo neviter adquiridos.

S. 945.

Na mesma classe de noviter adquirido entra, para o Quaes Prezos fim de ser alienavel em prejuizo dos successores, o Prazo entrão na classe que o Pai adquirio, ou 1.º, por compra: ou 2.º, por troca, dando por elle outros bens allodiaes: ou 3.º, em remuneração de Serviços: ou 4.º, por qualquer outro Titulo oneroso, ut bene Nogueirol. Alleg. 37. n. 17., Gob. de Permiss. Feud. et Emphyt. Alienat. Q. 2. n. 51., Surd. Cons. 305. a n. 35., Cald. de Potest. Elig. C. 17. n. 17. in fin., Fulgin. in. T. de Contract. Q. 24. n. 28., Paul. Mell. ad Castill. de Aliment. Obs. 68. n. 4. 5. 6., optime Cald. Cons. 48. a n. 13. et 16., Peg. 2. For. C. 10. sub n. 62. 7. — ubi dicit veriorem — Rocc. Selectar. Cap. 68. a n. 16.

adquiridos?

**S.** 946.

Limita-se porém esta resolução (S. 943. e 944.) Limitações da precedente quando o Prazo foi concedido ao Pai em contemplação TOMO II.

do filho: e assim conste claramente: porque em tal caso (ou ainda que o Prazo fosse feito em contemplação do Pai e Filho juntamente) não póde o Pai aliena-lo em prejuizo do Filho, com Pinell., Covarruy., Valasc. e outros, Fulgin. de Contr. Emphyt. Q. 24. n. 26., Gracian. For. Cap. 345. n. 5. et 7., Jul. Clar. S. Emphyteusis Q. 16. E quando se possa interpetrar a concessão feita ao Pai por contemplação do Filho, em falta de expressão, he materia conjectural, cujas conjecturas se podem ver em Michalog. de Fratr. P. 1. C. 7., Menoch. de Praes. L. 3. Praes. 28. et Cons. 161. vej. Rocc. Select. Cap. 68. sub. n. 16. 7. Quidquid. Limita-se tambem a dita conclusão, S. 943., quando o filho esteve presente á concessão feita para filhos, e a acceitou, Valasc. O. 49, p. 10, et 11., Fulgin, sup. sub. n. 26.: ou quando o filho foi logo chamado nomine expresso na Investidura, Fulgin, n. 27., Valasc. n. 11., Britt. in C. Potuit de Locat. S. 3. n. 12., Gracian., Jul. Clar., et Rocc. supra.

Tambem fica na classe dos de novo adquiridos o Prazo, que o Aibo **successor** he obrigado a conferir seus Irmãos.

Os Prasos de nomeação

livre, ainda

que antigos,

em prejuizo

dos filhos.

S. 947. Se o filho successor do primeiro adquirente do Pfazo he obrigado a conferi-lo a seus irmãos por qualquer das razões que ficão expostas a S. 531., e effectivamente o confere, elle fica outra vez como primeiro adquirente, porque em effeito o veio a comprar; e póde portanto aliena-lo livremente em prejuizo de seus filhos; ut in simili Cald. Cons. 48. n. 19. et signanter de Extinct. C. 20. sub n. 20.

S. 948.

Os Prazos de nomeação livre, formalizados em vidas, ut S. 107., ainda que sejão adventicios dos passados, enão noviter adquiridos; assim como se podem nomear em podem alienar-se extranhos, ainda havendo filhos do Emphyteuta (S. 351.), a fortieri se podem alienar em extranhos, com prejuizo dos filhos do Emphyteuta, ex Cordeir. Dub. 31. n. 58. et 59., et signanter Gob. de Permiss. Feud. et Emphyt. Alien. Q. 2. a n. 40.

S. 949.

Os Prazos de antigo já provenientes, e renovados, em que o Emphyteuta he primeira vida, segunda hum filho, podem em falta ou filha, terceira hum neto, ou neta; e que não havendo filhos, nem netos poderá o Emphyteuta nomear huma pesson que bem the parecer simplesmente, ut S. 107., Form. 4.; succedendo fallecer a primeira ou segunda vida sem filho, nem neto, fica o Prazo como mixto de nomenção livre: e assim como pode passar a extranhos por via de nomeação, ut S. 354., da mesma fórma por venda e qualquer outra alienação (S. 947.). O mesmo quando o Prazo he concedido na férma do S. 107., Form. 5., pois igualmente se póde nomear, e alienar a pessoa extranha em falta de filhos. (S. 355.)

Os Prazos de filhos alienar-se, porque ficão de nomeação

S. 950.

Sendo o Prazo antigo concedido ao Emphyteuta em primeira vida, e mulher em segunda, e terceira hum 6lho ou filha, e na falta de filhos para huma pessoa que faculta nomear the parecer, e quizer nomear; e succedendo ter o Em-qualquer pessoa, phyteuta hum só filho fallecido em sua vida, ainda que póde alienar-se, deste fique hum filho, neto do Emphyteuta, póde o Emphyteuta aliener o Prazo faltando-lhe o filho para ter-em vida do Pai, ceira vida; pois a providencia foi só restricta ao filho, se existisse para terceira vida; e não se amplia ao neto filho do filho predefuncto, como por estas, e outras rasões refere julgado Cald. de Potest. Elig. C. 14. a n. 6.

O Prazo que na falta de filhos morreo do filho ficasse neto.

S. 951.

Sendo o Prazo antigo concedido em tres vidas para filhos e netos, que existem, e hão-de figurar pela vocação do emprezamento segunda e terceira vida: he questão antiga (já enonciada na Ord. L. 1. T. 9. S. 4. como frequente) e bem disputada; se neste caso o pai, consen- que existem, tindo o Senhorio, pode alienar o Prazo, ou vende-lo em prejuizo da segunda ou terceira vida, filho ou neto, chamados no emprazamento? Peg. Tom. 2. For. C. 10. resumiu sa professo esta questão, e apesar da contrária, se-

Se os Prazos antigos concedidos. para filhos, e netos que existem, e.n prejuizo delles.

Opinião affirmativa. gue a affirmativa, com os muitos DD. que cita no n. 62. Outros muitos seguazes desta opinião cita o Add. de Phaeb. Dec. 187., ou 186. 7. - Notare. -

S. 952.

Opinião negativa.

Pela contrária opinião negativa cita o mesmo Peg. C. 10. n. 69. todos os nossos Reinicolas, que antes delle havião tractado esta questão, com muitos DD. estrangeiros: e os muitos mais que refere o Add. de Phaeb. Dec. 186. 7. — Contraria. —

**S.** 953.

Similhantemente de filhos 'são chamadas as pessoas da familia.

He identica, e igualmente problematica a questão: quando em falta se o Prazo, em que na falta de filhos ou netos estão substituidos para segunda ou terceira vida pessoas da familia, pode em prejuizo dellas alienar-se pela segunda ou terceira vida, Cald. de Extinct. C. 19. n. 23., Peg. 2. For. C. 9. n. 217. et 218, et 3. For. C. 28. a n. 303.

S. 954.

Em huma, e outra questão, S. 950. e S. 952., dis-

Distincção de alguns DD. tinguem alguns DD. que se no emprazamento ha a clauem buma sula, que o Prazo não poderá vender-se, nem alienar-se contra-questão. Quando na Investidura ainda a contrario sensi ha poder de alienar.

sem consentimento do Senhorio, interpretada a contrario sensu esta clausula, fica logo pelo emprazamento mesmo permittida com licença do Senhorio a faculdade de alienar: e esta clausula, ou revoga-por contrária a vocação dos filhos e familia, ou conciliando-se compativelmente fica a vocação dos filhos, e familia só condicional, e dependente do caso, de se não alienar o Prazo em qualquer das vidas com o consentimento do Senhorio. Accrescendo, que os Senhorios commummente tem mais as vistas no lucro dos seus Laudemios, resultante das alienações dos Prazos, do que no favor dos filhos e familia do Emphyteuta, desconhecidos, e a que não tem predilecção alguma. E por tanto segundo esta conjecturada vontade (e bem verosimil) do Senhorio, elle só he visto chamar os filhos, e familia do Emphyteuta, para o caso, que se não aliene o Prazo. Por outra parte esta clausula na ordem das escri-

pturas he posterior à vocação dos filhos e familia; e por tanto forçosa para revogar, ou declarar assim essa vocação. Com estas, e outras razões assim resolvem optime Fulgin. Dec. 21. n. 17., Peg. 2. For. C. 10. a n. 44., et 3. For. C. 28. n. 153. 442. 443., Valasc. Q. 49. n. 12, idem Peg. Cap. 28. a n. 573., Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 32. n. 8., Gratian. Deois. March. 65. tot., Scop. ad eund. Gratian. dit. Dec. 65. n5. et 6., Rot. post. Corradin. de Jur. Prælation. Decis 10. n. 6., et Decis. 12. n. 8.

S. 955.

Pelo contrário, que a vocação dos filhos, e familia prevalesce a essa clausula, e que ainda sendo expressa não póde o Prazo alienar-se em seu prejuizo por mais que inalienabilidade. o Senhorio consinta, defendem Cald. de Extinct. C. 20. Ainda havendo n. 33., Pinheir. Disp. 5. Sect. 3. n. 54., Peg. 3. For. C. a tal clausula. 28. n. 303. 315. 316. 325. 326. 986., Gam. Dec. 8. n. 4. A unica razão desta opinião he, porque nada opera o argumento a contrario sensu, quando resultat absonus intellectus; quando cessat absurdum, et absona resolutio: porém que razão mais absona e absurda? Que he o que rege os Emprazamentos senão o contracto, e a intenção do Senhorio? E que outra he a intenção do Senhorio senão o lucro da pensão, e laudemios? Que affeição tem elle sos consanguineos do Emphyteuta? Peg. 3. For. C. 28. n. 153., et 2. For. C. 10. a n. 12. ad 16. Quene he melhor interprete do contracto como elle? As clausulas contrárias do instrumento não devem ellas conciliar-se? Rox. de Incompatib. P. 1. C. 10. a n. 29. As ultimas não declarão as primeiras? Rox. sup. n. 38. Logo a vocação dos filhos e familia só póde interpretar-se condicional para o caso que o Prazo se não aliene: porém apezar destas minhas reflexões, esta 2.º opinião he por muitos fundamentos sustentada por Harprectr. Disp. 19. tot. e admiravelmente Rota Romana ad Luc. L. 4. de Servit. Decis. 15. et 16.. aonde bem se concilião aquellas clausulas oppostas: Rot. post. Salgad. in Labyr. Dec. 78. a n. 9., ubi optime.

Opinião contraria

**S.** 956.

A primeira opinião he mais seguida.

A primeira opinião (§. 953.) he a mais provavel, e mais seguida na Praxe; e conforme a ella tenho visto muitas vezes julgar: havendo pois nos emprazamentos a tal clausula prevalecem as opinides S. 951., que em prejuizo dos filhos, e familia sustentão as alienações feitas com consentimento do Senhorio: faltando porém nos emprazamentos a tal clausula, se segue commummente a contrária opinião: , que em falta da mesma clausula he a mais bem fundada.

Sem dúvida consentindo na alienação o immediato STICCESSOF.

Nota: Consentindo o filho, ou immediato successor na alienação cessa a dúvida, Cald. de Extinct. C. 20 n. 41., Pinheir. Disp. 5. Sect. 3. n. 63., Britt. in C. Potwit de Locat. S. 3. n. 14., Gam. Dec 8. n. 7. Mas como dica disputarel, se morrendo elle prejudica o seu consentimento a seus filhos, Cald. sup. n. 42., Picheir, sup., a cautella he ser nomeado em terceira vida o tal filho, e vender elle juntamente, Cald. sup. sub n. 42. et C. 19. n. 38., ou recompensando o pai o filho com o equivalente no seu terço, Pinheir. sup. n. 69. in fin., Cald. dit. C. 20. n. 29.

**S. 957.** 

Mais sem dúvida he alienavel o Prazo pela tercelra vida.

Estando em terceira vida estes Prazos de providencia, restrictos a tres vidas para filhos, e familia, he boje quasi de providencia sem dúvida, que o Emphyteuta terceira vida póde, consentido o Senherio, alienar o Prazo, haja oa são na Investidura a dita clausula, seja ou não familiar o Praso; porque a vocação dos filhos, e família foi restricto só até . á terceira vida; e nesta se extinguio a Lei de Contracto; e só resta o direito da renovação, que he legavel, e cessivel. Por estas, e outras razões assim o resolvem, Peg. 3. For. C. 28. n. 574. 576. 578. 944. et a n. 38. 63. ad 68. et 950., et 2. For. C. 9. n. 562. in med. Guerreit. O. 70. n. 10., Gomes in Manual, P. 2. C. 20. n. 10., aptime Franc. ad Mend. Ar. 23. e muitas vezes o tenho visto julgar; adde Rot. post Corradin. de Jur. Prælation. Decis. 10. n. 7.

S. 958.

Muito mais quando a familia he só chamada condicionalmente não havendo filhos, ou netos dos Emphyteutas: porque havendo-os, que enchão a segunda ou terceira vida, foi só chamada cessa e caduca a substituição da familia, e não se suben-condicionalmente tende repetida para o caso que esses filhos venhão depois em falta de filhos a falecer sem filhos, Peg. 3. For. C. 28. n. 944., e ainda pelas regras geraes, de quibus idem Peg. de Maior. Tom. 3. C. 72. an. 1., et Tom. 4. S. 23. n. 4. et S. 29. n. 4. quidquid sit nas successões dos Morgados (em que se dá diversa razão) de quo vide eundem Peg. de Maior. C. 5. a n. 566., et Tom. 4. S. 29. n. 5.

Muito mais quando a familia fez caducar a substituição.

**. S**. 959.

Contra o exposto S. 956. 957. pode formar-se este forçoso argumento: o Prazo extincto, ou na terceira vida contra o exposto conserva a naturera que tinha na doração das vidas Cor. conserva a natureza, que tinha na duração das vidas, Cordeir Dub. 38. n. 35., e além dos DD. ahi citados Peg. Tom. 14. ad Ord. L. 1. T. 88. n. 73.: nto pode succeder no Direito da Renovação a pessoa, que aliás não. tivesse, conforme a Investidura, as qualidades para succeder na duração das vidas (S. 141.). O Direito da Renovação em alguns casos, que se vetão a §. 1061., he huma obrigação necessaria do Senhorio; e os Ecclesiasticos findas as tres vidas devem equitionar a primitiva natureza, Alvará de 12 de Maio de 1769: logo quando os Prazus são familiares, elles na terceira vida para o Direito da Renovação conservão a mesma natureza, que tinhão na duração das vidas; e assimo como esse Direito não podia nomear-se em pessoa, que não fosse da familia, nem a Renovação fazer-se em pessoa, que não seja das contempladas na extincta Investidura, da mesma forma a terceira vida não póde por Titulo eneroso alienar o Prazo a pessoa extranha. Este argumento he urgente; porém sé apparente: porque 1.º, não vale o argumento: não podia nomear-se em extranho, logo tambem não vender-se a extranho; como bem discorre Cordeir. Dub. 31. n. 53. 58. et 59., e isto pelas diversas razões em hum,

e outro caso: 2.°, podendo na Renovação de mutuo consentimento alterar-se a antiga providencia (aliás extincta na terceira vida) como se demonstrará a \$\mathbb{S}\$. 1152, huma vez que a terceira vida vende a extranho, e extingue com a venda o direito de terceira vida (que aliás se conserva no Comprador, Ord. L. 4. T. 38. \$\mathbb{S}\$. 2. e 3.), e huma vez que o Senhorio auctorisa a successão do extranho para o Direito da Renovação; já aqui ha huma implicita alteração e variação da antiga Investidura, permittida por Direito, por mais que a familia (cuja vocação successiva dependia da Renovação) se queixe prejudicada; porque só huma vocação perpetua, e não huma temporal até a terceira, e extincta vida, he que lhe podia adquirir direito; como no caso do \$\mathbb{S}\$. 942.

**S.** 960.

Extinctas
as vidas,
póde alienar-se
o direito
do Prazo
com
o de pedir
renovação.

Pelas mesmas razões, e a fortiori, aquelle que extinctas as vidas succedeo legitimamente no Direito da Renovação do Prazo familiar, supposto o não possa nomear a extranho (§. 364.), póde vender a extranho esse Direito; e huma vez que o Senhorio aceita successor o extranho. he o mesmo sem differença, como que nessa conjunctura. elle e o vendedor alterassem (como aliás podião e se verá a S. 1152.) a natureza da antecedente Investidura, sem haver agui differença do tacito, e do expresso. Quiz o Emphyteuta vender a extranho o Direito, que lhe competia para a Renovação, e já quiz da sua parte se alterasse na futura a antecedente Investidura, apposite Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 32. n. 8: approvou o Senhorio o comprador extranho; renovou nelle o Prazo, que antes era familiar, e tambem necessariamente alterou da sua parte a precedente Investidura: e eis-aqui justamente alterada por mutuo consentimento necessariamente deduzido dos referidos factos: assim, ainda que não com estas razões, se vê decidido em Peg. 3. For. C. 28. a n. 941. ad 951., aonde se verão outras mais razões.

S. 961.

Geralmente em todo o caso, e em qualquer duração, ou extineção de vidas póde vender-se em prejuizo dos successores o Prazo de providencia: 1.º, quando intervem Regia Faculdade, Cald. de Extinct. C. 20. n. 40., Pinheir. Com faculdade Disp. 5. Sect. 3. n. 62., conduz o S. 40. do novo Regimento do Desembargo do Paço, no fim da Ord. L. 1.: póde vender-se 2.º, quando este he costume geral da Provincia, ou Reino, maxime quanto aos Prezos do mesmo Senhorio, Peg. 3. For. Cap. 28. n. 574. 576. juncto n. 569., Cald. sup. C. 20. n. 43., Fulgin. post Trat. Dec. 18. a n. 8.: pode geralmente vender-se 3.º, quando o Emphyteuta aliena para urgentes necessidades suas, e alimentos de seus filhos, e com licença do Senhorio, ex he para urgentes Peg. 3. For. C. 28. a n, 569., conduz Mend. P. 1. L. 3., necessidades. C. 22. S. 6. n. 68.: da mesma fórma que os bens do Fidei-commisso podem alienar-se para as necessidades do herdeiro, nos casos que relata Fusar, de Substit. Q. 535. et 536. O contrário parece sentem Gam. Dec. 5. n. 8., Dec. 8. n. 2., Cald. d. C. 20. a n. 6., em quanto negão poder alienar-se tal Prazo por dividas do Emphytcuta: porém a sobredita opinião he mais racionavel, e a vemos seguida in judicando: póde geralmente vender-se 4.°, quando a venda he util ao filho, Cald. de Extinct. C. 20. n. 38.

Outros casos em que póde alienar-se o Prazo. Regia.

> 2.0 Quando ha costume geral.

Quando a alienação

Quando a venda he util ao filho.

**S. 962.** 

Tambem geralmenté em toda a especie de Prazo, e em qualquer das vidas prejudica o Emphyteuta aos successores, contravindo o contracto, e incorrendo em commisso; ou seja alienando sem consentimento do Senhorio; ou o Emphyteuta seja deixando de pagar o foro; ou seja damnificando as fa- prejuntozendas; ou seja por qualquer outro modo e causa, Cald. de Extinct. C. 19. n. 3.7. et 12., Valasc. Q. 49. a n. 1., Peg. 2. For. C. 9. pag. 626. Col. 1. in fin. y. - Pater - Pereir. Dec. 26. n. 10., idem Peg. 2. For. C. 10. n. 40., Britt. in C. Potuit, de Locat. S. 3. n. (mibi) 50., Pinheir. Disp. 5. Sect. 3. n. 76., Fulgin. in T. de Alienat. Q. 1. n. 99. TOMO II.

O commisso que por qualquer causa incorre prejudica

et de contract. Emphyt. Q. 23., et de Solut. Can. Q. 1. n. **48.** 

**S.** 963.

Menos, que em fraude dos sucessores se deixe cahir no commisso.

Limita-se porém esta geral conclusão, quando o Emphyteuta em fraude, e em odio do successor contravejo o contracto, e se deixou incorrer em commisso, só para que o Prazo se devolvesse ao Senhorio, e não passasse ao successor, Cald. e Valasc. supra, Pinheir. sup. n. 76, in fin., Fulgin. in T. de Alienat. Q. 1. n. 100. et de Solut. Canon. Q. 1. n. 52. E quaes sejão as conjecturas da frande neste caso pelas quaés ella se possa julgar, veja-se o mesmo Fulgin, de Solut. Canon. Q. 1. n. 53. ad 62. Corbul., de Jur, Emphyt. in T. de Caus. Privat. ob non Solut. Canon. Anopl. 8.

Corollarios e Consectarios do exposto desde o S. 940.

S. 964.

Corollario 1.º: em todo o caso dos expostos, em que

Em todos os casos em que o Emphyteuta péde livremente em prejuizo dos successores o Foreiro póde alienar o Prazo, tam bem renuncia-lo ao Senhorio. Quid, sendo de providencia o Preso?

alienar o Prazo com consentimento do Senhorio, póde em prejuizo delles renuncia-lo pas mãos do mesmo Senhorio. Pinheir, de Emphyt. Disp. 8. Sect. 1. p. 13., Fulgin. de Renunt. O. 4.: Quando porém o Prazo he de providencia para filhos, varião os DD., se em prejuizo delles póde o Pai renunciar o Prazo na mão do Senhorio: huns estão pela negativa, cum quib. Pinheir. Disp. 5. Sect. 3. n. 52., Fulgin. sup.: e outros pela affirmativa, cum quib. Peg. 3. For. C. 28. n. 845.: eu porém na collisão destas opiniões distingo 1.º. com o Aresto e Tenções apud Peg. 2. For.

Distinguem-se dois casos, e se enncilião as opinides oppostas.

C. 9. pag. 624. 625. 626., quando o Emphyteuta incurso em commisso por damnificações, ou dividas de pensões dimitta o Prazo ao Senhorio: distingo 2.º, o caso de iotervir ou não fraude, et S. 961. e 962., sinda mesmo nesse commisso, signanter Fulgin. in T. de Renunt. Q. 4. n, 8.; veja-se o mesmo Fulgin. no Tit. de Solution Canon. O. 1. a n. 52., onde lembra algumas conjecturas de fraude.

S. 965.

Corollario 2.º: em todo o caso dos expostos, em que o Emphytenta póde com consentimento do Senhorio alienar, se póde alienar, ou dividir o Prazo em prejuizo dos successores, pede tam- transigir, etc. bem aliena-lo, ou grava-lo transigindo, aliter quando não pode prejudicar aos successores, veja-se a Nota ao S. 852. e 854.

**4**. 966.

Corollario 3.º: em todos os mais casos em que póde prejudicar no todo aos successores com consentimento do Senhorio, pode prejudical-los em parte, alienando, constituindo censo, etc., por argumento do todo para a parte.

Constituic nelle censo.

**§**. 967.

Corollario 4.º: se o Prazo em falta de filhos permittir se a faculdade que se venda, mas só a pessoas da familia; se sendo estas afrontadas com o preço offerecido pelo extranbo, ou repudião, ou se portão com taciturnidade por 30 dias, renuncião, e perdem esse Direito, Cald. de Extinct. C. 15. e. 2., Gomes in L. 40. Taut. n. 44.

de vender he restricta ás pessoas da familia, se póde alienar a extranhe, se aquellas não dão o mesmo preço.

**S. 968.** 

Corollario 5.º: que em todos os casos, em que os Prazos, consentindo o Senherio, podem alienar-se em prejuizo dos successores, não pódem estes reivindica-lo: quando porem não podem alienar-se, ou para a alienação não interveio o necessario consentimento do Senborio; suscita-se aqui a questão: se o filho herdeiro do pai com beneficio de Inventario ou sem elle, póde reivindicar o Prazo? Não péde reivindicar sendo herdeiro do pai, ou sendo só a beneficio de Inventario, ninguem jámais o davidou. Tambem não, quando são muitos os filhos, e herdeiros, sendo este successor hum delles, ficando só obrigado á sua respectiva parte do preço. Sendo porém elle o unico herdeiro, e universal do pai et maxime em herança avultada equivalente ao Prazo vendido: aqui he que varião os DD.: porém prevalesce a opinião affirmativa, como mais fundamentada, ficando o filho só obrigado á evicção total, Peg. 3. For. Cap. 28. n. 731.

Se o filho herdeiro do pai o Praso inalienavel?

732., Guerreir. Tr. 2. L. 2. Cap. 8. n. 59., Cald. de Extinct. Cap. 20. n. 23. (ainda que no n. 29. limita. quando a herança do pai, entre nós o seu terço, equivale so Prazo): Valeron. de Transact. Tit. 4. Q. 2. a n. 40., Rox. de Incompatibil. P. 5. Cap. 6. a n. 12. et 21., Stryk. Vol. 5. Disp. 23.—De facto defuncti ab hærede non præstando = Cap. 3.: vejão-se porém Valasc. Cons. 69., Pinheir. Disp. 5. Sect. 3. a n. 64., et a n. 68. ad 75., aonde faz varias distincções, que em summa vem a coincidir com a commum opinião.

**S. 969**.

do Prazo inalienavel do alienante.

Corollario 6.º: a venda do Prazo, que aliás he inalienavel em prejuizo dos successores, sempre subsiste em subsiste em vida quanto vive o Emphyteuta alionante, que não póde contravir o proprio facto, nem reivindicar o Prazo com o pretexto de não o poder alienar, Peg. 1. For. Cap. 4. a n. 42., Rox. de Incompatibilit. P. 5. Cap. 6. a n. 6.: e bem que o mesmo Rox. n. 21. e 35. concede ao Emphyteuta, que alienou o todo, ou parte do Prazo, acção para o reivindicar, quando fez a alienação, ou desmembração sem consentimento do Senhorio, e com resistencia da prohibição na Investidura; e isto em ordem a evitar o commisso, citando Geurb. Dec. 100. n. 44. e outros DD.: conduz Stryk. Dissert. - De Impugnatione facti proprii -Cap. 3. a n. 33. Vol. 6., et Vol. 11. Disp. 17. Cap. 3.: comtudo o mais seguro he propôr a reivindicação com procuração do Senhorio: porque obstarião ao Emphyteuts as doutrinas já citadas na Nota ao S. 885.

# CAPITULO VIII.

Quando por dividas do Emphyteuta se póde penhorar o Prazo; antes de nomeado; depois de nomeado; ou depois da sua morte? Quando por dividas de hum dos conjuges, ou communs se possapenhorar o Prazo pertencente a hum delles?

Analyse da Ord. L. 3. T. 93. §. 3.

### ARTIGO I.

Quando o Prazo, antes de nomeado, se póde penhorar, e arrematar por dividas do Emphyteuta em vida delle.

S. 970.

nação já recopilados no S. 106. distinguio todas as dia Orde L. 3. Tit. 93. §. 3.

versas especies de Prazos neste Reino, parece que os comprehendeo todos na generalidade, com que concebeu a Ord. L. 3. Tit. 93. §. 3. dizendo « se os bens, em que « for feita penhora forem de foro, serão vendidos, e arre- « matados publicamente... com todo o seu foro, e encargo « não sendo achados ao condemnado outros bens patrimo- » niaes, em que se possa fazer execução, porque se possa « fazer inteiro pagamento so credor. »

S. 971.

Nota-se nesta Ord. geralmente: 1.°, que os Prazos são como huma 3.ª especie de bens do Emphyteuta devedor; e que por isso he, que só se podem penhorar, e arrematar « não sendo achados ao condemnado outros bens « patrimoniaes, em que se possa fazer execução para in« teiro pagamento do credor; » com effeito, segundo o

O mesmo

Digitized by Google

direito commum, assim o dizem Cyriac. Contr. 324. a n. 27., et Contr. 328 n. 28., et Coutrov. 665. n. 8., Gob, de permiss. Feud. et de Emphyteus. Alienat. Q. 4. n. 51., et Q. 12. n. 33., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 93 §. 3. n. 30. et 31.: e como aquellas palavras não sendo etc., são de ablativo absoluto, e condicionaes ex Peg. 1. For. C., 1. a n. 40.; segue-se, que reunindo o Emphyteuta (pois que elle e o credor podem renunciar os seus respectivos direitos) he nulla a execução, e arrematação que se faça dos Prazos, em quanto o Emphyteuta tiver bens allodiaes sufficientes para pagamento da divida.

S. 972.

Em todos
os casos,
em que o Prazo
he alienavel
em prejuiso
dos successores,
póde executar-se
por dividas.

Nota-se geralmente 2.°, que em todos os casos (quaes os figurados §. 940., e 960.) em que o Emphyteuta por venda voluntaria póde alienar o Prazo de qualquer das referidas naturezas em prejuizo dos successores, em todos os mesmos casos lhe póde ser penhorado, e arrematado em prejuizo dos mesmos successores: porque o facto do Juiz, e Officiaes de Justiça na execução, e arrematação se attribue ao devedor Emphyteuta, como que se este fosse em pessoa o proprio vendedor, Posth. de Subhastat. Insp. 44. a. 12. et 13., Sylv. ad Ord. L. 3. Tit. 86. §. 15. n. 14. et § 23. sub. n. 90. Com effeito a generalidade da nossa Ord. comprehende sem dúvida todos estes casos, em que o Prazo póde ser perpetuamente alienado em prejuizo dos successores.

**S.** 973.

Não podem executar-se os alienaveis. Como porém a mesma Ord. ne principio, e S. 1., quanto aos bens de Morgado, e Fidei-commisso, só permitte, que se arrematem os fructos durante a vida do devedor administrador; e ha com effeito Prazos familiares, que em alguns casos não podem alienar-se em prejuizo dos successores, ut S. 942. 952. 955.; nestas especies de Prazos, e por identidade de razão deduzida desta Ord., só se podem arrematar os fructos, durante a vida do Emphyteuta devedor.

**S.** 974.

Segue-se pois destes principios (a §. 969.) 1.", que assim como em vida do Emphyteuta se podem vender por elle voluntariamente os Prazos fateozins hereditarios (§. 940), tambem se podem penhorar, e arrematar para perpetuamente por dividas do Emphyteuta em prejuizo dos successores, Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3. n. 4., Moraes de Execut. L. 6. C. 8. n. 6.

Especialmente podem execular-se 1.0 os fateozins hereditarios.

S. 975.

Segue-se 2.º, que sendo os Prazos de natureza mixta sica o ceso na variedade de opiniões já expostas no S. 941., Os de naturesa quando a execução he feita em vida do Emphyteuta devedor; e para só depois da sua morte ter lugar a disputa se se podião, ou não alienar em prejuizo dos successores.

9. mixta.

S. 976.

Segue-se 3.º. que os Prazos de nova especie, e os novamente adquiridos pelo Emphyteuta; assim como podem por elle ser alienados por acto voluntario, e em prejuizo dos successores (S. 913. 944. 946.); os de nomeação remissivamente. livre, que igualmente se podem alienar, (ut S. 947.); os mixtos (ut S. 948.); os da especie do S. 949.; os em 3.\* vida (ut S. 956.); os extinctos, por mais que familiares sejão (ut 958. 959.); e geralmente nos mais casos recopillados (§. 960.): em todos estes casos, e pela geral regra, (1e qua S. 969. 970. 971.); assim como podem alienar-se pelo Emphyteuta por alienação voluntaria em prejuizo dos successores tambem podem ser arrematados; e assim o sentem os DD. com os quaes Silv. á Ord. L. 3. Tit. 86. S. 23. n. 88., Moraes de Execut. L. 6. Cap. 8. n. 7., Flor. ad Gam. Dec. 5., Barboz. ad Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3. n. 1. 3. -Limita -..

Todos os que aqui se enuncião

**S.** 977.

Segue-se 4.º, que em tedos os cesos, em que o Prazo, Nos inalienaveis ainda comentindo o Senhorio, se não pode alienar em pre-subsiste a execujuizo dos successores, como no caso de S. 942.; nos casos cão nos fructos, dos SS. 951. e 952., seguides essas epiniões: e não con- do Emphyteuta.

tendo os Emprazamentos a clausula, de qua §. 953. 954. Nestes casos só se podem executar os fructos durante as vidas dos Emphyteutas, e por suas mortes passão os Prazos livres aos successores cum reliquis, Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 86. §. 23. n. 87., Moraes de Execut. L. 6. Cap. 8. n. 7.

**S.** 978.

5.°
Em todo o caso
se podem
executar
as bemfeitoriss
quanto
á sua estimação.

Segue-se 5.°, que como as bemfeitorias se connumerão entre os bens proprios dos devedores, quanto á estimação, Ord. L. 4. Tit. 95. §. 1., e Tit. 97. §. 23.; nesta estimação se póde fazer penhora em vida do Emphyteuta, Pinheir. de Emphyt. Disp. 5. Sect. 2. n. 39., Gam. Dec. 5. n. 4. et 5., Salgad. in Labyr. P. 3. Cap. 3. n. 53., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 93. §. 3. n. 3.: Porém só pode arrematar-se esta estimação para ser paga, ou pelo Emphyteuta, tendo outros bens, ou pelo successor do Prazo ex Gama supra; ou pelo Senhorio, se quizer usar do direito da prelação.

# ARTIGO II.

Depois

de nomeado

pelo foreiro

o Prazo.

Quando em vida do Empkyleuta se póde arrematar o Prazo depois d'elle o haver nomeado, etc.

Póde executar-se se o foreiro o nomeou em fraude da execução.

Frimeiro caso: se o Emphytenta antes de se lhe sazer penhora no Prazo o havia nomeado irrevegavelmente com translação de domisio e posse por huma escriptura, aliás válida, mas em fraude da imminente execução, não tendo outros bens, com que satisfaça a seus credores; et maximè se já pendia letigio sobre a divida, e o nomeado participou da fraude, n'este caso não póde o maneado oppôr-se como terceiro á execução, Moraes L. 6. C. 8. n. 7. in fin. junctis sis, quæ idem Moraes L. 6. C. 7. a n. 16. E quando, e em que circumstancias se possa neste caso presumir fraudulenta a nomeação? Vejão-se Silv. ad Ord L. 3. T. 86. §, 17. a n. 74., Peg. 1. For. C. 5. a n. 122. et 138., e 5. Fon. Cap. 113. a n. 13. ad n. 25., Irança ad Mend. Art. 29.

**S. 980**.

Segundo caso: se o Emphyteuta, que devia dividas, Alitèr se antes antes de demandado por ellas nomeou sem fraude o Prazo, validamente, e com translação de dominio e posse irrevogavelmente, he sem dúvida, que o nomeado pode oppor-se, como terceiro, a qualquer execução, que se faça no Prazo, depois daquella nomeação com translação do dominio: neste sentido procedem as doutrinas dos DD. com os quaes Silv. ad Ord. L. 3 Tit. 86, S. 23. n. 89., Moraes de Execut. L. 6. Cap. 8. sub n. 7. y. Tertius et y. Tradit., Peg. 3. For. Cap. 28. a n. 973. ad 978. Bem como qualquer outro, que antes da penhora sem fraude ou simulação adquiriu os bens do devedor póde oppôr-se á exeenção nelles feita: Vidend. Peg. 1. For. Cap. 5., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 86. S. 17.

de accionado nomeou sem fraude. e póde o nomeado obstar á execução.

S. 981.

Terceiro caso, se o Emphyteuta depois de penhorado, Quid se nomeia e ainda mesmo depois da arrematação, mas antes de entrar na posse o arrematente, ou nomea o Prazo, ou morre nessa conjunctura com nomeação, ou sem ella: neste de consuminada caso varião notavelmente os DD. e arestos, como se vê em Moraes supra, e em Silv. á Ord. L. 3. T. 86. S. 23. n. 89. 90. 91., e no Repertor., debaixo da conclusão penbora se se fizer em bens de foro, etc. Porém no estyllo de julgar he mais recebida a opinião, que patrocina ao arrematante, ainda que o Emphyteuta morra antes, que elle tome posse; como se vê nos arestos, que referem Silv.; e o Repertor. supra: e só no caso em que o Emphyteuta morra depois da penhora antes da arrematação, será praticavel a opinião contrária, e o aresto de Peg. 3. For. Cap. 28. a n. 973.

de penhorado, e morre antes a execução.

> Variedade de opiniões.

Nota: não posso comprehender, que não haja frau-Censura de huma de quando depois de penhorado o Prazo ao Emphy- das opiniões. teuta elle o nomeia; e que o nomeado possa oppôr-se à execução, contra ea quæ Peg. 1. For. Cap. 5. n. 121. et n. 143.; ou que a nomeação, e qualquer TOMO II.

Digitized by Google

alienação pelo penhorado depois da penhora seja válida, é obste á arrematação, contra es ques Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 86. S. 1. n. 33., Reperter. Tom. 2., sub. verbo penhora feita em bens de raiz etc. Essa razão (unico fundamento dessa opinião) que os Prazos capiuntur à domino está nervosamente demonstrada erronea desde o \$. 301. e seg.

### ARTIGO III.

Quando depois da morte do Emphytenta devedor.

Regra geral.
Os Prasos
só pódem
arrematar-se
durante a vida
'do Forriro
devedor.

Regimento dos Contos Cap. 81. suppõe, ceme regra geral, que os Prazos só podem arrematar-se por dividas dos Emphyteutas, em quanto elles vivem, em quanto determina, ut ibi: « Tendo os devedores alguns bens fo- « reiros em vidas, os executores terão particular cuidado « de com toda a brevidade fazerem penhora, execução, e « arrematação nelles, tante que lhe for dada e divida de « devedor ou de seus fiadores; porque muitas vezes de se « não fazer execução nos ditos bens foreiros em vidas dos « devedores recebe a minha fazenda muita perda. » Esta he geralmente a regra canonisada nesta Lei; mas eu vou dilucidar esta materia distinguindo varias especies nas seguintes conclusões.

S. 981.

Limita-se sendo o Prazo hereditario.

Conclusão 1.<sup>a.</sup>: Sendo o prezo puramente hereditario póde o herdeiro e successor delle ser nelle executado pelas dividas do antecessor, seja ou não herdeiro com beneficio de inventario, ou sem tal beneficio, Pinheir. de Emphyt. Disp. 5. Sect. 2. §. 4. n. 37., Moraes L. 6. Cap. 8. n. 8., Gob. de permiss. Feud. et Emphyt. Alienat. Q. 12. n. 42.

**§**. 982.

Quid Conclusão 2.º: Sendo o Prazo hereditario mixto he o se he hereditaria successor delle, ou seja descendente, ou transversal obrimixto?

gado a pagar as dividas do Emphyteuta astecessor, por-

que não podem succeder em taes Prazos como descendentes ou consanguincos, sem serem junctamente herdeiros de Emphyteute antecessor, Pinheir. sup. sub. n. 37., Gob. de Rermiss. Feud. et Empbyt. Alica. Q. 12. a n. 11. 13. et 43., Cald. de Nominat. Q. 24. n. 80., ou sejão herdeises com beneficio de inventario, ou sem elle, Gob. sup.

,S. 983.

- Conclusão 3.º: Seja ou não o Prazo de nomeação, ou de providencia paccionado; se o Emphytenta o hypothecon a regra tendo sido hypothecado com authoridade do Senhorio a algum creder, esta hypotheca he transcendente a todo o successor, e este pela acção hypothecaria póde accionar ao successor do Prazo assim hypothecado, para que ou lho largue, ou pague a diride, expressa Ord. L. 4. T. 95. §. 1. no fim, Silv. ad Ord. L. 3. T. 93. S. 3. a. 5., e além dos Reiniculas que shi pefere, vide Gob. supra Q. 12. a n. 2., idem Silv. ad Ord. L. 4. T. 3. in princ. n. 33.

Limita-se á divida o Prazo com auctoridade do Senhorio.

Nota 1.º: Que requisitos devão preceder a esta .... poção hypothecaria, e quaes sejão os peculiares della, vej. Silv. ad Ord. L. 4. T. 3., Franç. ad Mend. P. 1. L. 4. C. 4. S. 2., Peg. 5. For. C. 97., Guerr. ad Ord. a pag. 376.

Nota 2.\*: Com tanto que esta auctoridade do Senherio para a tai hypotheea interviesse em vida do que a hypotheca fosse auctorisada Emphyteuta hypothecante; porque o assense do Se- pelo Senherio aborio depois da morte delle já não prejudica ao sucredo Emphyteuta cessor, a quem o Prazo sem ella passou livre, Cyriac. Contr. 119. a a. 20., Gob de Permiss. Feud. et Emphyt. Alien. Q. 12. n. 4., Conciol. For. Alleg. 46. a n. 37., Salgad. in Labyr. P. 2. C. 10. a n. 51. (Vej. S. 987. et 988.)

Comlanto

S. 984.

Conclusão A.º: Se o successor do Prezo de Provider. Limita-se no Pracia e poccionado (não hypothecado com consentimento do co de providencia quando o succes-Senhorio) he herdeiro universal do Emphyteuta devedor, sor he herdeiro sem beneficio de inventario, não ha dúvida que deva pa- do Emphytonta

gar as dividas, sinda mesmo pelo Prazo am que saccedeo por nomeação, ou ab intestato, Gob. d. Q. 12. a n. 5., Moraes L. 6. C. 8. sub n. 8. ŷ. Sod hic, Pinheir. Disp. 5. Sect. 2. §. 4. n. 38., Silv. ad. Ord. L. 3. T. 86i §. 23. n. 91. E sendo muitos os herdeiros do defunto. Emphyteuta devedor, então só pro rata: mas sendo só herdeiro a beneficio de inventario, em tal caso só fica obrigado intra vires heraditarias, Pinheir. sup. d. n. 38. e não pelo Prazo, que neste caso lhe passa livre, Moraes L. 6. C. 8. sub n. 8. ŷ.— Quando autem—citando Gam. Cabed., Mend., Barboz. e Cald., Silv. sup. sub n. 91. ŷ.— Secus si inventarium confecerit—Peg. 2. For. C. 10. n. 27.

Aliter sendo herdeiro a beneficio de inventario.

S. 985.

Limita-se a regra quando o immediato successor e onsentio ua hypotheca do Prazo,

Conclusão 5.\*: Se o immediato successor consentio na hypotheca do Prazo; assim como consentindo elle se podia em seu prejuizo alienar (§. 955. N.), tambem a fortiori hypothecar; e succedendo depois nelle fica responsavel á divida, em cuja hypotheca consentia, ainda que não seja herdeiro do Emphyteuta antecessor: lassim (e neste sentido) refere julgado Peg. 2. For. C. 10. n. 29.; não differindo este caso do outro § 985.

S. 986.

Limita-se no Prazo de novo adquirido. Conclusão 6.: Se o Prezo era noviter adquirido pelo Emphyteuta, e elle sem consentimento do Senhorio nem do successor o hypothecou geral ou especialmente a alguma divida; assim como o podia alienar perpetuamente em prejuizo do successor (§. 944.), tambem, e a fortiori, o podia hypothecar em prejuizo do successor (ainda que não do Senhorio ut §. 845. e 846.), e fica portanto e por força da hypotheca o successor obrigado ás dividas do antecessor, seja ou não herdeiro, com beneficio de inventario ou sem elle, ut bene Cyriac. Contr. 720. n. 46., Gob. de permiss. Feud. et Emphyt. All. Q. 12. n. 6.: e ainda que alguns referidos pelo mesmo Gob, como Capyc. Latr. Cons. 23. n. 30. quizerão, que será preciso que esta hypotheca do Prazo novo seja auctorisada pelo Senhorio; com

tudo se assim fosse precizo nada teria de especial o Prazo novo em differença do antigo (ut S. 983.), quando entre bum e outro ha differençai; maxime quanto à faculdade de alienan em prejuizo des successores. (S. 944.)

· Nota. Disse acima = geral ou especialmente == porque o Prazo se comprehende na geral hypotheca dos bens. (S. 845.)

**C.** 987. Conclusão 7.º: Se o Prazo foi comprado pelo Emphytenta antecessor, deva o successor pagar aos credores do quanto ao preço pai até a quantidade de preço da compra, ou deve soffrer a execução no Prazo, para o pagamento dos credores até pelo antecessor a quantidade do mesmo preço da compra, Gam, Dec. 5. n. 4. et 5., Moraes'IL. 668. sub n. 8. Y. - Secunda - o mecessor tes Cabed. Dec. 134. n. 5. ad fin., Silv. ad Ord. L. 3. T. 93. S. 3. n. 4. ubi judicatum. O mesmo procede quando o até a quantidade Prazo se compra pelo pai em terceira vida, e depois se renova no filho; porque fica igualmente obrigado sos credores do pai até a quantidade do preço da compra; e ou deve paga-lo aos credores, ou soffrer a execução no mesmo Prazo, Gam. Dec. 229: n. 3., Moraes sup. n. 8. in fin. Adverte porém o mesmo Moraes d. n. 8. 7. == Quod intelligendum = que se o filho successor já conferio aos irmãos a sua respectiva parte nos termos da Ord: L. 4. T. 97. S. 23., só fica obrigado aos credores pela parte do proço com que ficou e imputou em si, e año pela parte delle que refundio aos Irmãos.

Nota 1.º: O mesmo sem-diversidade de razão procede nos mais casos, em que o Prazo sol noviter udquirido, por quelquer outro titulo oneroso, ut S. 944. et 946., e em que por isso mesmo he o filho obrigado conferir a estimação, utra 🕵 531.

Nota 2.\*: Limita-se, se o filho he herdeiro a beneficio de inventario; porque não está obrigado aos credores pelo preço do Prazo, Repertor. debaixo da conclus. == Partilha se não faz. ==

Limita-se, do Prazo comprado e devedor, porque obrigado s credores do preço.

Aliter. se o filho foi herdeiro a beneficio de inventario.

**%. 988.** 

Póde executar-se o successor pelas tornas das estimações. e dividas dellas

Conclusão 8.º: Se tium dos coherdeiros ou successores a quem o Prazo ficou, ou encabegado nos termos da Ord. L. 4. T. 38. S. 1., se come responsavel ass coherdeiros pela estimação, nos termos do T. 97. S. 23., licou em aos coherdeiros, sua vida devesior a elles, e não lhe pegoti, pases o Prazo com esta divida, como esses real, ao successor sio mesmo Emphyteuta devedor da estimação; e este successor ou deve satisfaze-la, ou soffrer execução no mesmo Prazo, seja on não herdeiro do antecessor, Pég. Tom. 7. ad Ord. L. 1. T. 87. S. 4. n. 222.; confire-se o mesmo Peg: Tom. 13. á Ord. pag. 92. Col. 1.

ade executar-m o Praze DO SUCCESSOR pelas dividas contrahidas para

Conclusão 9.4: O successor do Prazo paccionado he obrigado aos credores do Emphyteuta antecessor por todas as divides que elle contrahio para a defeza e conservação do mesmo Prazo, Gob. supr. n. 9. optime a conservação Card. de Luc. de Feud. post Tract. in Controv.. Bosdo mesmo Prazo. cel. Art. 6. n. 48. et 57.

S. 990.

Podem executar-se as bemfeitorias, que fez antecemor devedor, no equivalente a ellas.

Conclusão 10.4: O mesmo que fica dito, S. 987., a resperto do preço procede a respeito das bemieitorias que o Emphyteuta devedor fer no Prazo; porque por mais que o successor se abstenha de sua herança, ou a aceite só a beneficio de inventario, he obrigade aos crederes de defuncto até ao equivalente da sua estimação, Bilv. ad Ord. L. 3. T. 93. S. 1. n. 3, Pinheir. Disp. 5. Sect. 2. n. 39., Moraes L. 6. C. 8. sub n. 8. 3. secunda. - Diz porém Peg. Tom. 1. ad Ord. in Procem. Glos. 43. pag. 58. sub n. 90. que a indicatura fuit, quod sufficiebat, quod de me-« lioramentis facta fuisset consideratio in renovatione nova « facta a Domino propter vites finitas, tune namque ces-«sabat repetitio, et tune non petuerat creditor executio-« ne facere in pretio melioramentorum factorum ab ana tecessore debitoris possessoris, quaravis successor fuis-» set filius, sed non heres patris debitoris, quanavis pater e heres suisset meliorantis. » Consesso que não o entende: e só péde entender-se ou quando as tass bemfeitorias havido sido huma vez conseridos, como elle diz no n. 90.; ou no caso sigurado no §. 543., em que a obrigação dessa estimação se consendio huma vez, e não revivesceu jámais.

Nota: A pratica de penhorar e executar as bemfeitorias, e exigir a sua estimação, a expão Peg. suprat
pag. 63. n. 131. nestes termos ibi: « Et cum be« redi solum competeret actio personalis, creditor qui
« in illius locum sententiam exequi intendit, nullo
« modo in melioramentis oppignorationem facere potest,
« ut adversus possidentem, et successorem maioratus
« flat executio, sed primo actionem, quæ pro melio« ramentis defuncto competebat, sibi addicere debet;
« et postea agere adversus possessorem, qui tanquam
« tertius, adhuc non condemnatus executionem justè
« potest impedire, ut resolvi in dicta causa, et me pa« trocmante ita judicatum fuit, et est resolutio notanda
« quia in specie ab alio eam non injeni decisaus. »

Praxe de executar as bemfeitorias.

S. 991.

Conclusão 11.º: Se o testador instituio um herdeiro com obrigação de pagar suas dívidas, fica o herdeiro obrigado a paga-las pelos bens do Prazo, Peg. 5. For. C. 122. n. 12., ubi judicatum: o mesmo procede, se o Emphyteuta nomeando o Prazo graveu o nomeado com o pagamento de suas dívidas, e elle aceitou o gravame: pois ficando por esta aceitação obrigado ao onus imposto (§. 390.) tem contra elle os credores atção, saltem pela equidode, et circuitus vitandi causa, de quo vej. Silv. ad Ord. L. 4. T. 1, in Rubr. Art. 7. a n. 99. com os DD. que cita.

Limita-se
a regra, quando
o successor
foi herdeiro,
ou donatario
do foreiro
devedor
com obrigação
expressa
de pagar suas
dividas.

Nota. Comparada a nomeação com a dosção, segundo o systema a §. 301., em que casos o nomeado como quatquer outro denstario seja obrigado ás dividas do nomeaste, yej. Conciel. de: Hered: Art. 4.

S. 992.

em fim no que o Foreiro para se lhe fazer o Prazo.

Conclusão 12.4: Tambem se dão dinheiros para entradas nos Prazos, como suppõe Valasc. Q. 10. e o outro Vadeo de entrada lasc. All. 28. a n. 40. e a Ord. L. 4. T. 41. em quanto em certos casos prohibe, Fulgin. de Contract. Q. 16. et de Laudem. Q. 1. n. 9. y. S. 84.: consequentemente, como no caso do S. 987., este preço he hereditario, e o successor obrigado por outro tanto aos credores do Emphyteuta, que deo esse dinheiro na entrada do Prazo, como se o comprasse. Assim o vi julgado na Relação do Porto.

# ARTIGO IV.

Quando, e em que casos se possa penhorar, e arrematar o Prazo de hum des Conjuges por dividas do outro, delle, ou communs, contrahidas antes vu depois do matrimonio.

com distincção este Art. 1v.

Lista Questão, que Peg. no Tom. 5. For. C. 122. n. 20. diz que não virá tratada por algum Reinicula, elle desde o n. 3. até o n. 8. com distincção de casos a decide assim: «Si debitum fuit contractum ante matrimonium « ab uxore, cujus est emphyteusis, tunc deficientibus aliis « bonis, habent creditoris actionem contra mulierem, ad « boc ut debitum solvatur ex ipsa emphyteusi, in qua fie-« ri potest executio, et debet, in forma Ord. L. 3. T. 93. a S. 3. et L. 4. T. 95. S. 4. ibi = nos bens que trouxer. = « Si autem debitum sit contractum a marito ante matria monium, et emphyteusis sit uxoris, tunc non habent cre-« ditores actionem contra dictam emphyteusim, quam uxor « ex parte sua acquisivit; et si ex tali debito subhastetur, « est subhastatio nulla, et potest cam reivindicare uxor « etiam constante matrimonio, ut judicatum vidi me pa-« trocinante in causa Emmanuelis de Mello da Silva, con-« tra Blasium Correa et Antonium Correa da Silva. — « Tota controversia consistit, an constante matrimonio de-« bitum contrahatur a manito simpliciter, ... aut came hypo-

a theca, an si ille non babeat bona, creditoris habeant aca tione ad hoc ut valeant sibi solvi uxoris ex bonis acqui-« sitis constante matrimonio, et extradotatis, vel quando a emphyteusim adduxit. Videbatur diceadum, executionem a faciendam esse in bonis emphyteuticis, quia debitum fuit « contractum constante matrimonio, ita solvi debet ex boa nis communibus, ex Peg. Ord. L. 4. T. 95. S. 4. et « ex DD., quos refert Pereir. Dec. 50. et 86., et aliis a supra citatis. — Sed contrarium mihi videtur esse sequena dum, et nullam competere actionem contra emphyteu-« sim uxoris, quia si debitum est solvendum est bonis a communibus, emphyteusis non est communis, nec cum « viro communicatur, nec in illis manet superstes in cae pite casalis, nec in illorum possessione, licet matrimo-« nium sit contractum secundum generalem consuctudi-« nem Regni, non manet in capite, et possessione talium a bonorum; quia cum præsata emphyteusis sit uxoris, anihit in illa habet maritus, nec cum illo commua nicatur, nec e contra, ut inquit Ord. L. 4. T. 95. S. 1. et T. 96. S. 24., Pinheir. de Cens. et Emphyt. Disp. 5. **2.** P. S. 5. n. 173. et 174., Valasc. de Partit. C.-6. an. 18. 19. et 20. - Atque ita in emphyteusi non po-« test fieri executio, contradicente uxore; quia sicuti non a fieri potest in dotalibus bonis pro debito etiam communi, aut diximus d. C. 8. in noviss. impress. For. pag. 579. a et ultra eos Pereir. Dec. 86. n. 6., ita etiam non potest « fieri in dicta emphyteusi, quia uxori pertinet, et reputatur a pro bonis extra dotem propter nuptias, quando ei suit a dotata post matrimonium, ut notat, asserit, et probat « Fulgio. T. de Laudem. Q. 21. n. 7. ŷ. Cum sint bona a extra dotem — Et ita si facta fuerit in emphyteusi uxoa ris executio, potest illa, ut tertia, executionem impedire « ratione dominii ut similibus bonis uxoris loquendo, notat « Posth. de Subhast. Impect. 18. n. 4. 5. 6. 7. et segg. det disputatum vidi in Consa Dominici, etc.: » Da mesma fórma o Prazo da mulber não pode arrematar-se por divida de crime do marido, e o filho herdeiro da mãe pode reivindica-la, Peg. 7. For. Cap. 239. n. 21. cum sequentib. TOMO II.

# CAPITULO IX.

Direito Dominical dos Laudemios: quando podem exigir-se? De quaes alienações? A quaes pessoas se devão pagar?

### ARTIGO L

Direito Dominical dos Laudemios: e quando os devidos poseão exigir-se.

S. 994.

Akntes que me proponha o detalhe de quaes alienações se deve ao Senhorio este direito dominical, o que será o objecto do Art. 2.°; devo no presente propór algumas geraes prenoções, e dellas os consectarios; quaes são.

Palavra

Laudemie = |
aynonymos
desta palavra.

Pronoção 1.º A palavra — Laudemio. — he barbara, de que não ha vestigios na antiga latinidade, nem nas Pandectas; e foi hum invento dos Ultramentanos, que derivárão esta palavra — a laudando — pela approvação que o Senhorio directo faz do Emphyteuta movo successor, Fulgin. de Laudem. Q. 1., Cald. de Extinct. Q. 16. a n. 1. Sabell. S. — Laudemeum — n. 1. Em diversas Nações tem denominações diversas, como Quartaria, Tertiaria, Penna nurea, Aecordamentum, Rachatum, Decima, Foriscapium, Relevium, Capudiolidum, Baillivatus, e outros nomes, segundo o costume dos lugares, Fulgin. sup. Q. 1. n. 2. No direito Romano e na L. fin. C. de Jur. Emphyt., em que se introduzio o Laudemio, se denomina Quinquagesima parte do preço: e no mesmo direito he que teve a sua primeira origem, Dunot. Trait. des Prescript. pag. 340.

S. 995.

No nosso Reino
No nosso Reino he denominado Quarentena, na Ord.
tem varios
nomes
Quarentena.
Terradego.

No nosso Reino he denominado Quarentena, na Ord.
4. T. 38.: na Provincia
communente o nome de Terradego, Pereir. in Elucidar. sub n. 999: em muitos Forses

e Emprazamentos antigos tembes observado denominar-se Dominio, dizendo-se Pagarão de dominio tanto: em outros Dizima, dizendo-se-Pagarão a Dizima da preço por que venderem, etc. confira-se Fr. Josquim de Santa Reza, no Eluzidario, verbo - Lauda - ibi: « Lauda o a mesmo, que Laudimio ou Laudemio em alguns documena tos fóra do Puetugal. Mas entre pós não foi o mesmo « Laudo, que Laudemio: este he o conscotimento, appro-« vação, e auctoridade que o direito Senhorio dá para a « venda, ou alienação de cousas, que lhe são foreiras: o c que antigamente se chamava Laus, ou Laudatio; por que « de algum modo se dava o louvor á tal alienação, ou reada. « B para este consentimento se dava ao Senhorio huma certa somma de dinheiro, a proporção do preço par que a se vendia, v. gr. de 10. 20. ou 40. hum, ou como no « contracto Emphytentico se estipulava: e a esta semma « de cinheiro se costumou depois chemer Laudemia. O « Laudo tendo a mesma origem, chegou a ter differente « significado: pois be a Sentença, ou decisão do Juiz az-« bitro, que tambem se disse Louvade; não sé porque deve « ser de louvavels costúmes; mas também porque os ano tigos o chamatan Landator: a sua sentença laudum! e « & acção de sentencear laudare. Tembem se disse louvar ; « por approvar, conceder, e mui livremente consensir.» E verbo == Terradego=ibi: « Terradego I. Laudemio on « certa parte do preço, ou estimação da cousa vendida « que paga o foreiro, quando com licença, e consentimento « do direito do Senhorio a vende, troca, dá, ou alheia. Se-«gundo o direito commum he a quinquagesima parte: « em Portugal, não se estipulando o contrário, he a quaa dragesima, que por ieso the chamão alguns Quarentena. « Ainda hoje em algumas partes deste Reino se não esque-« ceu de todo a palavra Terradego. — Terradego. Il. Esta « palavra na significação de Laudemie se introduzio nos « Prazos de Coimbra depois de 1503.; pois antes deste « anno se não acha tomada pela parte da venda, ou preço, « que se devia dar ao direito Senhorio. Em teum Prazo « de S. Christovão de Coimbra de 1290, se determina,

Dominio. Dizima: « que querendo o Emphyteuta vender o casal, de venda, « quam faceritis, detis ditae Ecclesiae nostrae, sicut alii nos« tri homines de Brúscos. Em muitos Prazos do Sec. XIII
« e XIV. se impõe o Laudemio já da 4.º, já da 5.º, já
da 6.º, já da 7.º parte do preço, porque se vendia o feitio
« ou bemfeitoria, que agora dizemos o dominio util, sem
« que jámais antes do dito anno se fallame em Terradego
« por Laudemio, o que depois he frequentissimo. »

S. 996.

Se o Laudemio he odioso, on favoravel.

Prenoção 2.º Supposto que alguns DD. disserão ser o Laudemio hum direito dominical odioso, exorbitante, que não admitte interpretação extensiva de caso a caso. Fragoz. P. 3. C. 6. Disp. 13. S. 1. n. 4., Cald. de Extinct. C: 16. n. 76. Barboz. ad Ord. L. 4. Tit. 38. in princ. n. 54.; Conciol. All. 15. n. 25., Gratian. For. Cap. 784. n. 4., Rot. Roman. in Collect. ad Luc. L. 4. de Servit. Dec. 20. n. 1., Jul. Capon. Controv. For. 34. a n. 56.: em contrário está Menoch. Cons. 444. n. 42. E eis-agui como desta collisão se desembaraça Pignatell. Tom. 10, Cons. 206. n. 12. ibi: « Mihi autem tota haec quaestio a de odio, vel favore tam in tractatione Landemia, quare « in caeteris, ex eorum genere esse videntur, quae in utrama que partem facile circumvolvuntur. Quod enim uni da-« mnum inferre videtur, alterius luero cedit. Cur igitur po-« tius a damno, quam a lucro denominationem accipiet? « Emolumenta potiora, optatiora sunt, ideoque fortiora et « propterea ab iis denominatio fadienda, 1. quaeritur 10 a ff. de stat. homin. Et cur malint Laudemii praestatio-« nem damnosam appellare, eo quod emphyteutae incoma moda sit, quam lucrosam in eo, quod domino directo a non minimum emolumenti afferat, cum sint correlativa, « in quibus a dominante perpetuo sit denominatio, et docet « Jul. Pacius adversus Coras. C. de Servit, et Aqua et L. ault. C. Eodem ex Tit. Just. de Servit. S. 1. et 2. »

Regra dos favoraveis, e celioses. Nota: Na verdade a regra dos favoraveis, e odiosos está hoje ridiculisada pelos modernos, Thomaz. Inst. Jurisprud. Divin. L. 2. C. 12. S. 159., Barbeirac. ad Puffendorf. de Jur. Nat. et Gent. L. 5. C. 12. S. 12., Heinec. ad Grot. de J. B. et P. L. 2. C. 16. S. 10.

**S.** 997.

Prenoção 3.º Que vale o argumento de Gabella ad Quando valo o argumento Laudemium, et è contra, Lim. de Gabell. pag. 18. n. 119. de Gabella e-alem dos DD. ahi citados Surdo Gratian. Altograd. cum ad Laudemium, et e contra. quib. Begnudell verbo = Landemium = sub. n. 3., Jul. Capon. Discept. 132. n. 5, Barboz ad Ord. L. 4. T. 38. in princ. n. 53., Cortead. Dec. 149. n. 114. O contrário, expondo muitas differenças entre a Gabella e o Laudemio, Fulgin. de Laudem. Q. 2. n. 12 et 13.

**S. 998.** 

Prenoção 4.º Deve-se o Laudemio só do contracto Só se deve Laudemio que está perfeito e consumado; só do contracto que está de contracto em si mesmo valido sem nullidade alguma, Tondut. Civil. perfeito e válido. C. 37. n. 9., Cald. de Extinct, C. 16. n. 67., Fragoz. P. 3. L. 6. Diep. 23. S. 2. a p. 1., Fulgin. de Laudemio Q. 8. n. 39., Pignatell, sup. a n. 171.: e com tradição Com tradição irrevogavel, Barboz. ad Ord. supra sub. n. 58., Cald. de Extinct. C. 16. a n. 45., Tondut. Civil C. 37. a n. 26., Repertor. debaixo da Conclusão - Foreiro que faz alheação = e só quando o Senhorio approva o Emphyteuta, Cold. sup. n. 20.

Nota: Não basta a clausula Constituti para neste caso obrar o effeito de tradição, Fulgin. de Laudem. Q. 8. n. 23.: menos que a venda não seja feita in conspectu agri, on a pessoa, a que por Privilegio se adquira ipso jure o dominio, Fulgin. sup. (conf. S. 816.)

Não basta a ficta symbolica

Constelarios destas Prenoções.

**S**. 999.

Daqui se segue 1,º: Que se não deve Laudemio em o contracto está quanto se não passão os limites de hum simples tractado, ou promessa de vender, trocar, etc. Pignatell. sup. n.

Não se deve em quanto em simples tractado, e promessa.

151. Tom. 10., Colradin. de Júr. Praelat. Q. 20. n. 5., Tondut. Civil. C. 37. a n. 1., Cald. de Extinct. C. 16. n. 81., Fulgin. de Laudem. Q. 8. n. 35.: mas deve-se logo que se verifica a promessa, e se faz a tradição, Concum tradição.

que se executa com tradição. Tondut. Eugub. L. 2. rubr. 52. n. 42.: vej. Tondut. Civil. Cap. 37. n. 2.

Nota: Quando porém o simples tractado, on promessa, e em que circumstancias passem a ser contracto perfeito e consummado, de que se deva Laudemio? Vide Pignatell. sup. n. 152. et 153., Corradin. sup. Q. 20., Cald. sup. n. 85., Fulgin. sup. a n. 37.

S. 1000.
Segue-se 2.": Que não pode o Senhorio exigir Lande-

Não póde

Segue-se 2.": Que não póde o Senhorio exigir Landeexigir-se quando mio, quando o contracto de que o exige he em si nullo: ou
no contracto
he nullo.

1.", em quanto, neste Reino, se não paga sisa, Ord. L. 1.

he nullo.

Exemplos de nullidades.

1.°, em quanto, neste Reino, se não paga sisa, Ord. L. 1. T. 78. §. 14., Regim. dos Encabeçam. C. 20., Lim. de Gabell. pag. 146. n. 16.: on 2.°, quando he celebrado pelo menor sem as necessarias solemnidades, Tondut. sup. o n. 9., Fulgin. d. Q. 8. n. 39.: ou 3.°, quando concorre outra nullidade legal das muitas, que a cada passo expõe os DD.: e no caso da sisa, de que vale o argumento, Lim. sup. a n. 14. ad·35., ende especifica as nullidades, suppostas as quaes se não deve sisa, nem consequentemente Laudemio: ou 4.°, quando se vende cousa alheia, Fabr. in C. L. 4. T. 43. Def. 74.: ou 5.°, quando a doação he nulla por ser entre marido e mulher, ou não ser insinuada, Fabr. sup. Def. 28. et ad omnia Pignatell. sup. a n. 173., Confer. Britt. in C. Potuit, de Locat. P. 3. §. 5. n. 29., Cod. de Sardenb. L. 5. T. 17. C. 3. §. 6.

Mas em quanto a nullidade se não julga por Sentença se deve o Laudemio; e só julgada a nullidade deve o Senhorio restitui-lo.

Nota: He porém necessario que a dita nullidade primeiro se julgue por sentença, e entretanto que as partes estão pelo contracto, devem o Laudemio, e só depois de julgada a nullidade deve o Senhorio restitui-lo, Britt. sup. sub. n. 29.: bem como na sisa, de que vole o argumento, Art. das Sisas C. 6., woi Lim.

Gloss. 3. pag. 145. et signanter p. 12. et:a n. 36. Assim, e muito bem o raciocinou o benador anud Peg. 2. For. C. 9. pag. 669. 7. - A commisso = : rejatse porém meis largemente o S. 1018.

S. 1004.

Segue-se 3.º Que se não deve Landemio antes da effectiva tradição: de forma que, se re integra antes da tradição os contrahentes se arrependem, e retractão a venda, não se deve Laudemio, Eulgià. de Laudem. Q. 8. n. 41, Tondut. Civil. C. 37. n. 16. et 17., Caid. de Extinct. C. 16. n. 46., Bachoz. ad Ord. L. 4. Tit. 38. in pr. n. 59., Gail. de Fruct Disp. 26. Art. 8. a n. 31. ad 46., nonde distingua cinco cates. De ontro modo, se de- Aliter se depois nois da tradição retractão o contracto, se devem dois Laudemios, Fulgia, sup. 4. n. 41., Tondut. Civil. C. 37. n. 20., Cyriac. Contr. 279, n. S. et 9., Pignatell. sup. a n. 167., Fabr. in C. L. 4. T. 43. Def. 28., Fragoz. P. 3. Disp. 13. S. 1. n. 13. y. Nihilominus, et S. 2. n. 13. y. Neque, Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. S. 4. n. 57.

Não se deve antes de feita tradição. .

da tradição retractão o contracto. Laudemios.

Nota: Se judicialmente se finge demanda, e por colloio se annulla a venda, não he o Senhorio obrigado a restituir o Laudemio recebido, Lim. de Gabell, pag. 146. n. 11. et 12., Cald. d. O. 16. n. 70., Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. n. 54. in fin.

S. 1002.

Segue-se 4.º: Que quando a venda he condicional, e está imperfeita, dependente a sua perfeição do evento da condição, não se deve entretanto o Laudemio, Fulgin. de Laudem Q. 8. n. 42., Fabr. in C. L. 4. T. 43. Def. 30., Pignatell. sup. n. 155., Fragoz. P. 3. L. 6. Disp. 13. S. 2, n. 8., Cald. de Extinct. C. 16, n. 82., Gall. de Pruct. Disp. 26. Art. 3. a n. 26., aonde distingue varios cases: xomo 1.º, quando se fez a venda com o pacto da L. Commissoria, et adjectionis in diem, Barboz. sup. sub. n. 59., Britt. in C. Potuit, de Locat. P. 3. S. 5. n. 23.

Não se deve da venda condicional. pendente a condição.

Exemplos.

et 24. (ainda que duvida desta opinião, abraçando-a só porque he commua) Fulgin. de Laudem. Q. 8. n. 32.: como 2.°, quando a venda se celebra condicionalmente, commettido o preço ao arbitrio de terceiro, em quanto elle o não arbitra; porque entretanto não póde o Senhorio exigir Laudemio, Fulgin. de Laudem. Q. 8. n. 46.: como 3.°, quando a venda se faz a dmensuram, porque he igualmente condicional, em quanto a mensuração se não faz, Fulgin. sup. n. 46.: e geralmente o Cod. de Sardenh. L. 5. T. 17. C. 3. §. 5.

Quid, se pendente a condição se fas tradição? Nota: Se pendendo a condição o Emphyteuta faz tradição do Prazo, e esta tradição não he feita com repetição da mesma condição, como em dúvida se presume, se deve o Laudemio, Fulgin. Dit. Q. 8. n. 45.; ainda que Cald. d. C. 16. n. 73., e Fragoz. d. C. 2. n. 8. dizem o contrário: porém cheia a condição, e perfeita a venda fica sem dúvida dever-se o Laudemio, ex DD. citatis.

**S. 1003.** 

Quid, se o Senhorio não approva o successor?

o successor?

Quid, se opta para si?

Segue-se 5.º: Que o Senhorio não aceita, nem apprová o novo successor, como falta a causa, porque o Laudemio se lhe deve (§. 994.); não se lhe deve portanto o Laudemio, Cald. de Extinct. C. 16. n. 2.: isto he se se não effectua por isso a venda: mas se o Senhorio não approvando o Emphyteuta successor, nem o reprovando, opta para si o Prazo tanto pelo tanto, he neste caso clara a Ord. L. 4. T. 38. para não haver neste caso Quarentena: e se o Senhorio não approva o successor, oppõe contra elle, ou se porta com inacção; se não opta para si o Pcazo, e se em sua contumacia o Magistrado ha o consentimento por prestade, (ut S. 928. et 929.) neste caso parece ficão applicaveis as Doutrinas de Cald. sup. n. 2. para se não dever Laudemio, huma vez que o Senhorio não cumprio o dever, com respeito ao qual o Laudemio a laudando she he devido; Fulgin, de Laudem, Q. 11. n. 4.; menos que o Senhorio re integra não approve o novo successor, que huma vez reprovou, ou que no termo prefixo na Lei

não approvou expressamente, Fulgin. n. 5. et 7., ad omnia Pignatell. sup. a n. 69. ad 72., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. D. 54.

S. 1001.

Prenoção 5.º: O Senhorio por mais que consinta na venda, por mais que receba do novo successor a pensão, nunca he visto renunciar o direito de exigir o Laudemio; não se suppõe menos que expressamente o não renuncie, Fulgin. de Land. Q. 11. a n. 6., Cald. de Extinct. C. 17. n. 3., Pignatell. pela approvação do successor sup. a n. 49., Fulgin. Q. 8. n. 7. et 8., Gall. de Fruct. ou recebimento Disp. 26. Art. 3. n. 53., Guerreir, Tr. 2. L. 8. C. 26. n. 1. Videndus Roderic. de Annuis Reddit. L. 2. Q. 4. n. 16.: veja-se porém ao diante o S. 1046, quando se possa dizer renunciado o Laudemio.

O direito de exigir o Laudemio renunciado do fore.

# ARTIGO II.

Quando, e de quaes alienações se devem Laudemios.

### SECÇÃO I

Quando se deve Laudemio da compra, e venda.

S. 1005. Jendo a venda pura, perfeita, consummada com tradição, sem nultidade, sem condição que a suspenda, e approvada pelo Senhorio, (998. ad 1003.) he sem duvida. que della se deve o Laudemio ao Senhorio, ex Ord. L. 4. T. 38.: e isto ainda que seja feita com o pacto de remir; de tal forma, que ainda que depois se retracte a Venda ainda que feita remindo-se o preço pelo vendedor, não deve o Senhorio restituit o Laudemio recebido, Cald. de Extinct. C. 16. a n. 52., latissime Cortead. Dec. 149. a n. 105., ou o pacto de retrovendendo fosse indefenido, ou restricto a certo ella, não deve tempo, Cortead. sup. n. 106.: ou este pacto fosse concebido verbis directis, ou verbis obliquis, Cortead. n. 107.: TOMO II.

Deve-se Laudemio da venda, com o pacto de remir-

Remida o Senhorio restituir o Laudemio. ou seja voluntaria ou necessaria; (de qua §. 893.) poia ainda que alguns DD. a isentem de Laudemie, a melhor opinião he em contrario, vid. Cortead. Dec. 246. n. 161. e tira a duvida a nossa Lei de 9 de Julho. de 1773.

S. 1006.

Não se deve porém ao Senborio segundo Laudemio

Mas não se deve Segundo Laudemio da retrovenda.

> Limitações desta regra.

> > 4.4

da retrovenda, ou remissão, Cortead. sup. sub. n. 105., Cald. d. C. 16. a n. 52., Pinheir Disp. 4. Sect. 5. S. 4. n. 86., Fragoz. P. 3. L. 6. Disp. 12. S. 1. n. 13. Mas esta regra se limita 1.º, quando sendo o pacto de retrovendendo restricto a certo tempo, a remissão ou venda se faz passado o tempo prefixo, porque ja se não faz ex vi do primeiro pacto assim extincto, mas por novo pacto, e por isso se deve outro Laudemio, Cortead. n. 109.: limita-se 2.°, quando o pacto de retrovendendo não foi formal e expresso, mas com o pacto de que, se o comprador em qualquer tempo quizesse vender o Prazo, deveria preferir tanto pelo tanto a outro comprador; porque neste caso vendendo outra vez ao vendedor ex vi deste pacto se deve Laudemio ao Senhorio, Cortead. Dec. 149. n. 410.: limita-se 3.°, quando a retrovenda se condiciona, que será feita, ou por maior ou menor preço que o da primeira venda, ou conforme o valor do Prazo ao tempo da revenda, Cortead. n. 111.: limita-se 4.º, quando o pacto de retrovendendo não foi cuetaneo e complicado com a primeira venda, mas convencionado ex intervallo depois da sua perfeição por nova causa, e nova convenção; porque tambem neste caso se deve da revenda seguado Laudemio, Cortead. n. 133., o qual comprova plenissimamente todas estas limitações com muitos e graves DD.: coincidem nas mesmas limitações Caldas, e Pinbeir. supra, e melhor Fulgin. de Laudemio Q. 4., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 42., Pignatell. Tom. 10. Cuns. 206. a n. 161. ad 166.: coincide tambem Lim. de Gabell. pag. 73. a n 30. em quanto nos casos destas limitações comprova, que se deve segunda Sisa dessas retrovendas; e ja vimos (S. 997.) que vale o ar-

gumento de Gabella ad Laudemium: e accrescenta o

Digitized by Google

mesmo Lim. pag. 75. a n. 38. que tambem se deve segunda Sisa (e Laudennio) da venda que o Emphyteuba faz ou ressão do pacto de remir, que condicionou em séu favor; signanter Cald. d. C. 16. sub. n. 75., Olea. T. 7. Q. 5. sub. n. 25.

S. 1007.

Não só se deve Laudemio da compra e venda do Prazo, que o Emphyteuta vendedor possue, mas da acção real de reivindicação, que competindo a qualquer Emphyteuta não possuidor, he por elle vendida ou cedida por preço a de terceira pessoa, para exercitar a mesma acção, Cald. de Extinct. C. 16. n. 77., declarando no n. 78., que só se não deve Laudemio, quando o Emphyteuta intruso possuidor compra áquelle, a quem aliás o Prazo pertence, a acção que tinha de lho reivindicar: o mesmo milita na sisa, que se deve da venda, ou cessão por preço, que se faz da acção da reivindicação competente ao vendedor, ou cedente contra terceiro, Lim. de Gabell. pag. 46. n. 95.: o contrário resolve com Cald. e Fragoz. Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. S. 5. a n. 58.: perém no n. 60. adverte com o mesmo Cald. n. 78., que o comprador da acção, que vence o intruso possuidor, logo que entrar na posse dove o Laudemio; e sendo muitos os successivos compradores da tal acção, o ultimo delles que expulsa o detentor do Prazo, e toma posse delle, he o que deve o Laudemio ao Senhorio; porque só então he que se verifica effectiva, e realmente a variação, e mudança de novo possuidor do Prazo: esta com effeito he a verdadeira conciliação: Conf. Pignatell. d. Cons. 206. n. 194., Fabr. in C. L. 4. T. 43. Def. 67.; e a Caldas no lugar citado com esta distincção segue Fulgin. de Laudem. Q 8. n. 27 y .Amplia 15.; sobre o que tudo se vejão Nigr. de Laudem: Q. 19, Oles de Cession. Jur. T. 7. Q. 5. a n. 25.

Deve-se Laudemio 🔻 da venda da acção reivindieação do Prazo.

Limitação.

Declaração.

**S. 1008.** 

Deve-se tambem só hum Laudemio, se o que arremata em lusta publica o Praze cede a terceiro o direito da ar- da arrematação rematação antes de tomar posse do Prazo afrematado,

do Prazo.

Peg. Tom. 9. ad Ord. pag. 569. n. 23. in fin.: Videndus Oles de Cession. Jur. T. 7. Q. 5. n. 23., Nigr. supra Q. 22. n. 27.: bem como em tal caso só se deve huma Sisa, Lim de Gabell, pag. 77. a n. 58.: o cessionario porém subrogado em lugar do arrematante deve antes de entrar na posse propôr ao Senhorio a opção, pelo preceito da Ord. L. 3. T. 93. S. 3.

**S. 1009.** 

Devc-se da dação em pagamento.

O mesmo que procede na venda procede sem differença na dação em pagamento de dividas, porque fraternisa com a venda, e della se deve Laudemio, Fulgin. de Laudem. Q. 8. n. 16., Cald. supra a n. 64., Silv. ad Ord. L. 4. T. 12. in princ. n. 23., aunde refere outros, Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 5., o mesmo na venda que se saz com obrigação de pagar dividas do Emphyteuta, Fulgin. supr. sub. n. 27.. o mesmo que procede na venda do tedo do Prazo, procede na venda de parte delle, de cujo preço tambem se deve Laudemio, de quo vid. Fulgin. supr. n. 2. et 4). 17.; o mesmo na venda particular das bemfeitorias, Fulgin. d. Q. 8. n. 23 : o mesmo na venda da servidão, se se impetra do Senhorio licença para a constituição della (ut §. 840. et 841.) Fulgin. dict. Q. 8. n. 27.; ainda que indistinctamente diz o contrário Cald. C. 16. n. 80.: porém o certo be, que se para a imposição da servidão se impetrou licença do Senhorio, para ser perpetua a servidão, se deve Laudemio, Fulgin. de Laudem. Q. 35. n. 8.

Da venda que se faz com obrigação de pagar dividas. Da venda de parte. Da de bemfeitorias. Da de servidão.

S. 1010.

Deve-se de todas as successivas vendas, em que ba tradicção.

da compra , a terceiro.

Em fim de tantas quantas vendas do Prazo se fação successivas ex intervallo, havendo em todas tradição do Prazo, se devem outros tantos Laudemios, Cald. dit. C. 16. n. 79., Fabr. in C. L. 4. T. 34. Def. 1. et All. Mas não quando n. 8.: não porém quando autes da posse se transfere o antes da posse direito da compra a qualquer terceiro, ou este a outro antes de tomur a posse, idem Cald. a n. 79., Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. n. 61., Fabr. sup. All. n. 6. et 7.

E o ultimo dos compradores he responsavel por todos os Laudemios, Cost. de Portion. Rat. Q. 112. n. 8. et 9. dos compradores com regresso contra os antecessores, Amad. de Laudem. Q. 45., Cod. de Sardenh. L. 5. T. 17. C. 3. S. 8., Fabr. os Laudemios, in. C. L. 4. T. 43. Def. 4. (Sed vide infra §. 1044.)

O ultimo he responsavel per todos com regresso contra os primeiros.

Nota: Não se deve Laudemio da venda do usufructo, Barboz. ad Ord. L. 4. T. 38. in princ. n. 59., Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. n. 45. Porque para a sua constituição, ou alienação não he necessario o consentimento do Senhorio, Gam. Dec. 299. (conf. 843. et 844).

Não se deve da constituição do usufructo.

# SECÇÃO II

#### Quando a Permutação

S 1011.

Tem variado notavelmento os DD. sobre se dever, ou não Laudemio do contracto da permutação, fezendo, e repetindo a este respeito as distincções, que já expuz a SS. 902. ad 905. para se dever Laudemio, ou só quando ha volta em dinheiro, que prevaleça, ou nos mais casos, em que compete a Opção: porém a nossa Ord. L. 4. T. 38. removeu toda a dúvida; e conforme a ella se deve Laudemio da troca dos bens do Prazo, conforme o valor do que por elles se recebe, seja o que for, como bem raciocinárão Cald. de Extinct. C. 16. n. 43, Fragoz. P. 3. Disp. 13. S. 2. n. 11., Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. S. 7. n. 63., Britt. in Cap. Potuit de Locat. P. 3. S. 5. a n. 12. et 20: e acabou de remover toda a dúvida a L. de 20 de Agosto de 1774, no S. 1. e 2., que manda pagar Laudemios das trocas, e permutações dos Prazos da Universidade, de tal forme que manda, que se não fação escripturas de venda, ou de permutação de Prazos sem conhecimento em fórma, de que se meteo no cofre a importancia do Laudemio correspondente so valor do Prazo vendido, ou permutado, e debaixo da pena de nullidade de quaesquer vendas, ou permutações, etc.

Deve-se Laudemio do valor do Praso permutado. Aliter
os
co-emphyteutas
permulantes

Nota: Se os consortes emprazados no mesmo Prazo, e que possuem á face delle, trocão entre si, parece que não devem Laudemio, porque já estão facultados, e comprehendidos na mesma Investidura segundo as razões de Fulgin. de Laudem. Q. 8. n. 21., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 23.

**\$.** 1012.

Em quanto vigorou o Aviso de 19 de Julho de 1765., que das trocas só mandava pagar sisa do excesso na igualdade que se pagava a dinheiro; fazendo-se argumento da sisa para o Laudemio se julgava nas Relações, como muitas vezes vi, que das permutações dos bens Emphyteuticos só se devia Laudemio ad instar da sisa do excesso, que se voltava em dinheiro. Porém hoje que aquelle Aviso está revogado pela resolução de 3 de Novembro de 1792, em quanto mandou, que das trocas dos bens de raiz se deve sisa inteira, na fórma dos Artigos, e não sómente da differença dos valores: segue-se que não só cessa hoje o argumento, e Arestos, que nelle se fundavão, mas o mesmo argumento de Gabella ad Laudemium prevalesce para se dever o Laudemio do valor da cousa Emphyteutica permutada, segundo a já referida opinião.

# SECCÃO III.

Quando da Doação, ou Dote se deva Laudemio.

S. 1013.

A intelligencia da nossa Ord. L. 4. T. 38. nes palsvrus = e no caso que a quizer doar, ou detar, não the pagará quarentena = está bem exposta pelos Reinicolas, e Estrangeiros, com os quaes o Repertor. debaixo da Conclusão = Foreiro, que doar, ou dotar a cousa afforada, não pagará quarentena = Not. (a) ibi: « Ex donatione em-« phyteusis non solvitur laudemium domino directo, ut dis-« ponit hæc ordinatio; et ita tenent Molin. de Just. et

Não se deve Laudemio da doação do Prazo.

Digitized by Google

a Jur. Disp. 461. n. 6. in fin., Cald. Extinct. Emphyt. « C. 16. n. 21. et. 42., Fragos. de Reg. Rcip. P. 3. L. 6. a Disp. 13, S. 1. n. 19., Fulgia, de Jur. Emphyt. T. de a Lauden. Q. 6. n. 1. Pinheir, de Emphyt. Disp. 4. a Sect. 5. S. 10. n. 77., August. Barboz. in C. Potuit. a de Lecat. a. 42. Quana dispositionem dicit Pinheir. d. 4 p. 77. restringendam esse ad emphyteusim secularem. « ita ut non comprehendat acclesiasticam, ex Cald. d. C. 16. a d. n. 21. Limite tamen prime in donatione remunera-« torie, ex en enim debet solvi Laudemium; Rulgin, de " Laudem. d. O. 6. n. 4., Cald. sup. n. 2.1, in med., remuneratoria: Fragos. n. 19., Pinheir. de Emphyt. d. S. 10. n. 75., mas em que caso? " Britt. in C. Potuit. de Locat. S. 5. n. 8., ubi distinguit «inter donationem remuneratoriam satisfactionis, seu, dea biti legalis, et inter donationem remuneratoriam, in « qua exercetur beneficium meræ gratitudinis; ita ut in « primo caso debeatur Laudemium, in secundo vero non. aut comprobat ex Pinel. in L. 1. P. 3, n. 60., C. do Bon, « matern. Limita 2.°, in donatione mutua, seu reciproca, « ex qua etiam debetur Laudemium; cum potius vendi-« tio, quam donatio, reputetur, Fulgin. d. O. 6. n. 5. Li-« mita 3.° in donatione ob causam, ut scilicet donatarius a præstet alimenta donanti dum vixerit, vel, oum aere a alieno gravatum a creditoribus liberet; Fulgin. d. Q. 6. an. 3., Fragos. d. Disp. 13. S. 1. n. 19., Cald. de Exa tinct. Empliyt. d. C. 16. n. 24. ubi dicit, quadiex em-« phyteusis donatione in solutum, vel quando per ea alia quid remittitur, debetur Laudemium. Ex dotis constituatione de re embyteutica Laudemium etiam non debe- da constituição « tur; quia constitutio dotis dicitur alienatio necessaria; Cald. «de Extinct. C. 16. n. 21., Valasc. de Jur. Emphyt. Q. 14. n. 10. et Cons. 113. n. 15. et 22., Autonell. « de Temp. Legel. L. 3. C. 7. n. \$3., Sabell. S. Laudemium, n. 15., Molin, de Just. Disp. 461. n. 7., Fraagos. P. 3. Disp. 13. S. 1. n. 8. Qui omnes intelligunt Quid, quando a quando emphyteusis inaestimata datur in dotem; secus o dote se dá « si detur aestimata, aestimatione venditione faciente; ut ou extranha? « etiam declarant August. Barbos, in C. Potuit, de Locat.

1.\* Limita-se na doação

Limita-se na reciproca.

3.° Limita-se na donção eb causam.

Não se deve do dote.

. Nas dosções

« n. 25., Fulgin. de Jur. Emphyt. T. de Laudem. Q. 7. « a n. 1., Pinheir. de Emphyt. Disp. 4. Sect. 5. 5, 9. a n. 71., Valasc. Cons. 113. n. 17., Guerreir, de « Inventor. L. 3. C. 12. n. 137. et 138. Sed. bæc. « distinctio intelligitur a Valasc. d. Cons. 113. n. 18., « in dote facta filio, non autem in dote facta personæ « extraneæ; nam si dotetur tali emphyteusi persona « extranea, non comprehensa in investitura, abeque dicta « distinctione debetur Laudemium; Fulgin. de Jur. a Emphyt. T. de Laudem. Q. 7. n. 21.. Fragos. de « Regim. Reip. d. S. 1. n. 10., Pinheir. de Emphyt. ad. S. 9. n. 73. Sed contrarium scilicet, quod etiam a de dotis constitutione personæ extraneæ non debea-« tur Laudemium, de Jure. Regni tradit Pinheir. d. « n. 73. ex Gam. Dec. 127. n. 6. et Dec. 344. n. 6., « Cald. de Emphyt. C. 10. n. 28. » Nas doações dos onerosas divide se Prazos onerosos diz Tondut. Civ. P. 1. Cap. 36. n. 9. pro rala eneris. que se deve Laudemio pro rata oneris; ou quando com obrigação de pagar dividas do doador: vej Tondut. Civ. Cap. 39.

> Nota: Quando ser estimado com estimação, que se equipare a venda, ou com estimação para outro fim; e em que circumstancias para se dever, ou não Laudemio do Prazo, que se da estimado em dote, veja-se largamente Bagn. C. 22., aonde reassumiu tudo, quanto se tinha escripto a este respeito.

> > S. 1014.

Similhantemente quando hum consanguineo collateral Quando do dote com recebimento dota hum Prazo a outro, recebendo delle dinheiro equivade dinheiro, lente ao todo, ou excessivo da ametade do valor do Prazo, que ao dotante. se deve neste caso Laudemio, Fragoz. de Regim. P. 1. L. 3, dá o dotado? Disp. 8 sub. n. 56. y. Atque ita, Barbos. in Castig. ad Ord. L. 4. T. 38. n. 146. E consequentemente se deve Sisa, Lim. de Gabell. pag. 49. n. 128., Guerreir. For. O. 69. n. 18.

# S. 1015.

Quando porém hum Pae, que dota hum Prazo á filha. Quid, quando recebe do genro, ou des Paes do genro, em correspecti- o Pai dota hum vidade á nomeação algum dinheiro, ainda que este exceda ametade do valor do Prazo, não se deve Laudemio ao Senhorio, como refere julgado Barbes. sup. d. n. 146. e o segue Frages, não só no lugar acima citado, mas na P. 3. L. 6. Disp. 13. S. 1. n. 14. contra Valasc. de Jur. Emphyt. Q. 10. n. 7., onde tentou provar, que se neste caso o dinheiro recebido excede a ametade do valor do Prazo, se deve Laudemio. Nem tambem neste caso se deve Sisa, como segue Lim. sup. pag. 49. n. 127. Confiran-se outros casos expostos no S. 906. junto o S. 903. nos quaes assim como o Senhorio tem o direito da opção, por mais que o contracto se denomine doação, tambe a consequentemente tem o direito do Laudemio.

Prazo á úlha, recebendo do genro dinheiro 🕹

## SECCÃO IV.

Quando se deva Laudemio da Transacção.

**S. 1016.** 

A commum, e simples distincção he, que se o Emphyteuta possuidor accionado dá dinheiro ao contendor para por meio de transacção evitar a demanda, ficando elle mesmo possuindo como d'antes o Prazo, não se deve Laudemio: se porém o Emphyteuta possuidor sendo demandado dimitte ao Author o Prazo, recebendo delle dinheiro pela composição, neste caso se deve Laudemio: assim o distinguem Cancer. 1. Var. C. 11. n. 74., Valer. de Transact. T. 5. Q. 5. n. 41., Barbos. in C. Potuit de Locat. n. 39. et in Castig. ad Ord. L. 4. T. 38. n. 142., Britt. in C. Potuit de Locat. P. 3. S. 5. n. 38. et 39., Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. n. 137., Fulgin de Laudem. Q. 8. n. 28., Urceol. de Transact. Q. 78. n. 7., Nogueirol. All. 37. sub. n. 4., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 11.

da Transacção se deve Laudemio? Resolve-se com distineção.

16

TOMO II.

Nota 1.\*: O Cod. de Sardenha L. 5. T. 17. C. 3. §. 2. manda indistinctamente pagar Laudemio da Transaccão.

Nota 2.º: A mesma distincção milito, quando a Sisa, que se não deve quando o possuidor demandado, ficando com a cousa pedida, dá dinheiro ao Author: e pelo contrário se lha dimitte, recebendo delle dinheiro, ut cum Nogheir. Olea, et aliis Urceol. de Transact. O. 78. a n. 4.

**S.** 1017.

Opinião de Caldas, e Fulgin

Porém Cald. de Extinction. C. 16. an. 49., com elle (como costuma) Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. S. 11., Fulgin. supra sub n. 27., quanto ao primeiro membro da dita distincção, assenta que se o Senhorio se propoter prover, e provar, que o Prazo por direito claro e indubitavel pertencia ao agente; e por isso o possuidor para ficar com o Prazo dimittio com dinheiro o agente, se deve Laudemio como de compra. Quanto ao segundo membro, tambem assenta, que por mais que o possuidor dimitta o Prazo ao agente, recebendo delle dinheiro pela dimissão, não se deve Laudemio, menos que o Senhorio não prove, que essa demanda foi fingida, e hum puro colloio para o fraudar, por não ter o agente, que receben o Prazo dando dinheiro ao possuidor, direito algum para o reivindicar delle: e só limita Cald. u. 51. (e os mais com elle) se a demanda versa sobre a lesão, e o Emphytanta possuidor para a evitar supplementa ao agente o preço; neste caso se deve Sisa deste supplemento do preço.

**\$. 1018.** 

Refutão-se as distincções de Caldas,

Porém 1.º, esta opinião de Caldas, e seus sequezes, tem nos seus fundamentos contra si os contrários, que (quanto á obrigação da Sisa) expox Urceol. de Transact. Q. 78. a n. 8.: sobre isto 2.º, a referida distincção (§. 1016.) sobre ser commum, he simples, e natural; e a contrária de Caldas he hum seminario de demandas, sobre se havião ou não taes direites claros, taes frances, etc. como ao proposito bem raciocinou Olea. T. 7. Q. 5.

n. 29. et 30.: e ou havemos de seguir a dita distincção praticamente na sua simplicidade; ou aliás bavemos de assentar, que assim como por estillo em nenhum caso se deve Sisa da Transacção, Cost. in Dom. Supplicat. pag. 216. Col. 1., Repertor. debaixo da Conclus. = Sisa se paga da venda e arrematação = ; tambem não Laudemio, por valer por via de regra o argumento.

Nota: Com Fulgin. de Laudem. Q. 12. a differença entre a Transacção, ou a Cessão da lide e aceão: differença que quanto á Sisa fazem os DD. apud Lim. de Gabell. pag. 41. a n. 31.

# SECÇÃO V.

Quando do Penhor, e Hypotheca com antichresé.

<u>s. 1019.</u>

Regra geral: do simples penher e hypotheca do Prazo não se deve Laudemio, porque não he alienação com translação do dominio, Fulgia. de Laudem. Q. 9. n. 1., Urceol. de Transact. Q. 78. n. 6., Merlin. de Pignorib. L. 4. Q. 168. a n. 1., Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. n. 139., Pioheir. Disp. 4. Sect. 5. n. 45. Limita-se esta regra 1.º, quando o penhor, e hypotheca he por divida tamanha, que quando o Praze não haja esperança de remissão della pelo devedor, menos que se lhe não presuma affeição grande nella. Merlin. de Pignorib. L. 2. Q. 11, a n. 41. ad 45. ubi optime, Fulgio. sup. n. 2. et 3., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 14. et 15. Limita-se 2.", quando com o penhor se Quid, no penhor seguiu o pacto antichretico, entregando-se o Prazo ao credur, para pelos fructos delle se pagar dos seus juros licitos; porque já ha implicita translação do dominio, e se deve Laudemio, Fulgin. d. Q. 9. n. 4.: em contrario cetá Anten. Fabr. in C. L. 4. T. 43. Def. 60. ibi: a Antichresis ita contracta fuerat, ut quandiu pateretar « debitor frui creditorem re obligata in vincem ligitimarum)

Regra geral. Da simples hypotheca não se deve Laudemio.

Limita-se 1.º equivale á divida.

« uzurarum non posset urgeri ad sortis debitae solutionem. « Creditor plus quam decennio integro antichresim posse-« derat. Quaerebatur an Laudimia deberentur? Quibusdam a placebat deberi, propterea quod tam longo tempore con-« tinuata antichresis instar haberet alienationis, exemplo « ejus quod a nostris probatum est de conductione ad dea cennium facta, cujus nomine non est qui dubitet, quia « Laudimia debeantur, quasi alienationis speciem contineat. « Senatui tamen contra videbatur, non illa solum ratione « quod Laudimia non nisi propter dominii trauslationem de-« beantur, quæ porro ex antichresi quanticumque tempoa ris nulla fieri unquam potest, cum ex natura pignoris « sit ut sui quead, sed etiam quia cum toto medio tem-« pore fueri in potestate debitoris oblato debito antichre-«sim exsolvere, apparet non ex obligationis necessitate, « sed sola debitoris voluntate factum esse, ut in decen-« nium usque antichresis durat ; obi dque non magis Laudi-« mia ex eo contractu deberi æquum est, quam ex con-« ductione annua in singulos annos ultra decennium repea tita. Plane conductionis rectius comparari antichresis a posset, si eam sic contractum propuneres, ut ante decena nium luendi pignoris jus debitor non haberet. Quo ta-« men casu irritum conventionem quasi foeneratitiam hæc « conditio faceret, si non legitimarum usurarum modo fru-« ctuum quantitas omnino responderet. Cæterum in propoa sita specie fieri uno casu potest, ut Laudimia debeantur, « nimirum si antichreseos color quaesitus sit in fraudem « directi domini, et Laudimierum. B vero proberi et cel-« ligi polest ex conjecturis, ut puta si pecunia credita justo « pretio rei æquipollest, ut non sit verisimile, debitorem « pignus unquam luiturum. Ita in senatu tractatum est » etc. Definição, que quanto aos periodos - caeterum in proposita specie == e y. == Id vero == se comprova com a similhante doutrina de Merlin. de Pignor. L. 4. Q. 168. n. 3. et 4. ibi: « Si autem constaret simulate, et frau-« dulenter appositum fuisse nomen pignoris, cum vere cona tractus ex partium intentionem fueri emptionis, et ven-« ditionis, contrarium foret resolvendum, quia effectus po-

« tius est inspiciendus, quam verba contrahentium » etc. Conf. Pignatell. sup. n. 144. ibi: « Cessat tertio, si os-« tendatur, titulum, et colorem pignoris a contrahentibus « fraudandi Laudemii gratia quæsitum, uti si pecunia mu-« tuo accepta justo pretio rei æquivaleat, plus enim valere « debet, quod agitur, quam quod simulate concipitur, tot. a Tit. C. plus valere.»

Nota: O Codig. de Sørdenh, L. S. T. 17. C. 3. S. 9. manda pagar Laudemio aos credores hypothecarios, quando possuem por Antichrese o Prazo por mais de 10 annos, sem que possão repeti-lo depois do devedor; o que he bem racionavel.

# SECÇÃO VI.

Ouando da constituição do Censo.

S. 1020.

Tambem he regra geral, que da constituição do Censo Não se deve no Prazo se não deve Laudemio ao Senhorio, pelas razões, da constituição que comprovando-o assim como muitos DD. expõe Fulgin. de Laudem. Q. 10. tot. e além dos ahi citados Roderic. de Reddit. L. 2. Q. 4. n. 4., Rot. Roman. ad Luc. L. 4. de Servit. Dec. 20. n. 5. E só o Senhorio poderá usar da opção se expressamente a reservar neste caso. Vej. S. 834. 899. e 900.

Nota: Se porém o Censo ou Pensão annua se impõe com consentimento do Senhorio para ter duração se imponha com perpetua, deve-se Laudemio, Burg. de Laudem. Ins- consentimento pect. 33., Falgin. de Laud. Q. 35. n. 10. Veja-se do Senhorio porém Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. a n. 184. ad para ter duração perpetua. 193., e-a Rot. Roman. supra.

# SECÇÃO VII.

(huando geralmento em outros casos derivados de hum principio.

S. 1021.

Do principio geral, que se não deve Laudemio do pacto ou contracto, em que não ha translação do dominio, tradição do Prazo, Ruta Romana supra n. 3., Febr. in Cod. L. 4. T. 43. Defin. 72., nem mudança de successor: segue-se 1.º, que cessa hoje a questão, se do arrendamento ad longum tempus ou perpetuo se deve Laudemio: pois que hoje taes arrendamentos não transferem dominio algum: (S. 809.) menos que o Emphyteuta não subemphyteutique, porque então, como por huma opinião he visto transferir o seu dominio util, fica segundo a mesma provavel, que deve Laudemio da subemphyteuticação, Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. S. 12. n. 81. et 83., Bondem. ad Barboz. in L. 2. C. de Praescript. ad n. 363., Burg. de Laud. P. 2. Inspect. 31. n. 3., Tondut. Civil. C. 79. n. 19.

Deve-se Laudemio da mbempby. teuticação.

**S. 1022.** 

Não se deve de venda da commodid rde temporal dos fructos se não for fraudulenta.

Segue-se 2.º, que nem (por via de regra) do Censo, (S. 1020.) nem da venda temporal das commodidades, fructos, ou asufructo do Prazo, se deve Laudemio, misi in fraudem domini directi hoc fiat, Fulgia de Laudem. Q. 20. et Q. 16. n. 2., Cald. de Extinct. C. 16. n. 72., Conciol. For. All. 15. a n. 19., Begnudell. verbe = Laudemium =, Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. n. 45.

**S**. 1023.

Não se deve se encabeca em hum

Segue-se 3.º, que se não deve Laudemio, quando perquando o Prazo tencendo a Prazo pro indiviso a muitos coherdeiros, se encabeça em hum delles na fórma da Ord. L. 4. T. 36. dos coherdeiros. S. 1. e T. 96. S. 23.; ou porque he vende necessaria entre os coherdeiros determinada pelas ditas ordenações; ou porque não ha mudança de successor, com diversa translação do dominio, e porque meum est quod commune est, e pelas mais razões, que com Cald. Pinheir. Britt. e outros expõe Guerreir. Tr. 2. L. 8. C. 26. a. 3. et 4. e he bem expresso no Alvar. de 14 de Dezembro de 1775 S. 9.; assim o refere julgado Peg. Tom. 10. ad Ord. C. 39. n. 57., et comprobant Senatores a n. 58.

S. 1024.

Se porém os coherdeiros, ou vendem todos o Prazo a Quid, quando terceiro, ou o põem entre si em licitação, e admittem hum extranbo licitante, que o arremata para se dividir pelos coherdeiros o preço, neste coso da compra, que assim faz esse terceiro, se deve Laudemio ao Senhorio, Fuerreir. sup. n. 4: e supposto que Cald. d. C. 16. n. 33. diz que o coherdeiro, que, havendo discordia no encabeçamento, lança como extranho, deve Laudemio, he Cald. justamente reprovado por Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. & 8. n. 65. no fim. O mesmo quanto á Sisa com á distincção dos referidos casos, vile Lim. de Gabett. C. 6. S. 4. n. 5. 14. 15. cum seqq. Segue-se 4.º, que tambem se não Não se dere Laudeve Laudemio, quando o usofructuario vende a tereciro demio quando a sua commodidade do usofructo, Fulgin de Laudent. Q: 30. n. 5., Conciol. For. All. 15. a n. 20., Begnadell. verby o seu usufructo. -- Laudemium ---. Nem quando antes de adquirido o Prazo Nem quando se demitte por huma simples e graciosa renuncia, Pigna- o Prazo antes de tell. Tom. 10. Cons. 206. a n. 194.

os coherdeiros vendem a extranho; on admittem licitador extranho?

do Prazo vende

addido se dimitte por graciosa rennacia.

Advertencias sobré o expusto desde o S. 994.

S. 1025.

Primeira: Tudo o exposto procede igualmente nes Pra- Procede tudo zos improprios, de que tratei no S. 96: porque a mesma Lei de 4 de Julho de 1776 determina (em differença de nova especie unica das regras dos arrendamentos) a serem obrigados os de que trata a L. « colonos desta nova especie aos direitos dominicues esti-" pulados nos seus respectivos contractos: » inferindo-se a contrario, que se nos respectivos contractos faltar a estipulação do direito dominical do Laudemio, « se ficão regu-« lando pelas outras differentes regras, porque se costumão

o exposto nos Prasos de 4. de Julho n. 7.

a decidir as convenções entre os rendeiros ou colonos, e os Aliás não sendo seus respectivos Senhorios: » e ficâmos por tanto na regra nelles estipulado que da alienação dos bens dados de arrendamento se não deve Laudemio, menos que não haja huma expressa convenção, Gomeź 2.º Variar. C. 3. n. 11., Menoch. L. 3. Præs. 105. n. 8., Fulgin. in Praelud. Q. 15. in fin. et de Laudem. Q. 8. n. 51., Pacion de Locat. C. 3. n. 54. 55. 56.: bem como se não deve Laudemio de todos os contractos, que ainda que se denominassem Prazo, se devem interpretar arrendamento segundo as regras hermeneuticas, de quibus a S. 72. Signantor Sabell. S. — Laudemium —

**S. 1026.** 

Quid, nos Prazos improprios.

Segunda: Os outros Prazos improprios, de que tratei nos SS. 101. 102. e 103., sendo na apparencia hum Censo com o nome de Prazo, se se vendem, não se devedelles Laudemio; porque este não se deve da venda dos bens censuarios, Pinheir. de Cens. Disp. 1. Sect. 1. n. 4. Se porém nos taes contractos denominados Prazos, sendo quasi Censo, se estipula o Laudemio, esta convenção he em si nulla, e com labeo de usuraria: menos que o preço que recebeu o Censuario não seja proporcionado também ao lucro do Laudemio; e porque se só fôr correspondente á pensão, segundo o commum valor do tempo da sua constituição, e pelo regulamento da Lei de 23 de Maio de 1698, que bem expoz Guerreir. Tr. 3. L. 7. C. 9. n. 71. et 72., já o Laudemio he hum lucro excessivo do preço que o credor dispendeu, e excessivo da taxa da Lei; Ita Roderic. de Ann. Reddit. L. 2. Q. 4. n. 14. et Q. 22. a n. 23. et 27. Conf. Altim. Tom. 4. Q. 23. n. 547.

#### ARTIGO III.

A quaes pessoas se deva satisfazer o Laudemio, quando a humas pertence o dominio directo, e a outras o usufructo, etc. E quando he hum Senhorio em hum tempo, outro em outro, etc. Se se deve exigir do vendedor ou do comprador?

' S. 1027. Laudemio, este direito dominical, he como hum O Laudemio, fructo do dominio directo; e pertence a todo o usofructuario do mesmo directo dominio; e esta he a opinião mais commum, que largamente desende com innumeraveis DD., respondendo a todas as objecções contrárias, ex professo Lagun. de Fruct. P. 1. C. 13. a n. 5. ad 31., Castill. de ao proprietario. usofruct. C 76. a n. 45., Eulgin. de Laudem. Q. 21. n. 1. et 2., Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. a n. 79., Cald. de Extinct. C. 16. n. 40., ex professo Gall. de Fructib. Disp. 3. Art. 11. n. 19. 24. 25. 26. Aliter na consolidação, Mas não o direito que não he fructo, e devolvendo-se o Prazo ao Senhorio, da consolidação, só o usufructuario fica com o simples usufructo nelle, Gall. o proprietario, supra a n. 28., Castilh. de usofr. C. 76. sub. n. 5.

como fructo do dominio directo, pertence ao usufructuario,

o usufructo.

Nota: Tambem varião os DD. sobre a Questão, se para a alienação do Prazo deve intervir simultaneamente o consentimento do proprietario, e do usufructuario do dominio directo, se basta o de hum delles e de qual delles? Vejão-se os DD. cum quib Lagun. supra a n. 27. junt. n. 15. Mas quando o usufructuario he algum dos referidos a S. 861. alii se terá visto quando basta o seu consentimento: veja-se Fulgin. de Laudem. O. 21. a n. 8.

\$. 1028. Em consequencia 1.°, pertence o Laudemio como fructo ao usufructuario universal de huma herança, em que se o Laudemio comprehenda o dominio directo do Prazo, Lagun. sup. TOMO II.

Ao marido se o dominio directo he da mulher.

Ao pai usufructuario dos Prazos adventicios do filho, de que o filho he Senhorio directo.

Ao Administrador do Morgado.

n. 35., Castil. n. 45., Fulgin. n. 4.: Pertence 2., ao marido, ainda que o dominio directo sejão bens dotaes da mulher, Nigr. de Laudem. Tom 1. Q. 13. p. 45., Lagun. sup. n. 35., Fulgin. n. 5. et 6. (aonde limita quanto aos bens parafernaes): Pertence 3.º, ao pae usufructuario dos bens adventicios do filho, em que o dominio directo do Prezo se comprehenda, Lagun. supra n. 37., Nigr. n. 44. et 45., Begn. de Laudem. Q. 6. Inspect. 4. n. 23., Fulgin. de Laudem. Q. 22. tot.: Pertence 4.°, ao Administrador de qualquer Morgado, Molin. de Primogen. L. 1. C. 21. n. fin., Lagun. sup. n. 39., Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. n. 79 : Pertence 5.º, ao beneficiado de qualquer beneficio. Fulgin. de Laudem. O. 28.: Pertence 6.°, aos Senhorios Ao beneficiado. donatarios da Corôa, Cald. de Extinct. C. 16. n. 36., Peg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. T. 28. in rubr. n. 61.

**S. 1029.** 

Se são muitos e hum compra a sua rata do Laudemio.

Se porém são muitos os consenhorios directos, e hum es consenhorios delles usando da opção (ut a S. 863.) compra o Prezo, ou opta o Prazo, deve satisfazer aos mais condominios pro rata a sua parte deve-se aos mais do Laudemio, ad instar dos consocios, que dividem os fructos da cousa commum (qual aqui o Laudemio) e o facto de hum delles não póde privar aos mais da sua respectiva parte dos mesmos fructos, Fulgin. de Laudem. Q. 25. a n. 1., Pignatell. sup. a n. 90., tetigit Pinheir. Disp. 4. Sect. 10. n. 222. in fin., Cald. de Extinct. C. 12. n. 24.: se porém nenhum delles opta o Prazo, se divide entre todos os Laudemios pro rata, Cald. sup. C. 16. n. 86., Cost. de Rat. O. 112. n. 30., Pont. de Laudem. Q. 23., Burg. de Laud. P. 1. Inspect. 4. n. 44., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. sub. n. 47.

1030.

Se a compra e venda se faz em tempo, que era hum Se um Senhorio, depois da venda o Senhorio directo, e vendendo este o seu dominio diredo dominio util, vende o directo; cto, se approva a venda pelo novo comprador novo See o novo nhorio directo, a qual delles deva pertencer o Laudemio, comprador deste approvou se ao antigo Senhorio, se ao novo successor que approvou

a venda? Pelo novo successor que approvou a venda está Cald. de Extinct. C. 16. sub. n. 88. De outro modo distingue Fulgin. de Laudem. Q. 26. ibi.: « Si Dominus, « cui debebatur Laudemium, ex venditione facta per em-« phyteutam et postea vendat dominium suum directum « non exacto Laudemio, an illud debeatur domino priori, « qui ignorabat, an vero emptori? Hanc, quæstionem, « format Boer, in Consuet. Bitur, sub Tit, des custumes « S. 23. Glos. 1. Col. 2. quem sequitur Salso de Laude-« mio, dup. in fin. Licet ipse dubitet; ubi tenet quod « Laudemium debeatur Domino antiquiori, nisi illud novo a domino cessisset, quod in dubio præsumitur, nisi exce-« perit. Sed si sciebat ipsi domino priori debere tunc insi-« mul censetur venditum jus Laudemii, et tenct Burg. « Inspect. 4. P. 1. n. 46. de Laud. Quia Laudemium, dum « non est exactum, dicitur fructus pendens, ac cohaerens Domino directo, secundum Surd. Cons. 84. n. 4. De « qua opinione ego dubito: non Laudemia potius appellari a debent fructus civiles prout canones, pensiones, Census « responsiones, et similes Menoch. de recuper. poss. Remed. 15. n. 623 . . . et fructus civiles dicuntur, qui a proveniunt ex re non producente naturaliter fructus, aut per Bart. in L. ex diverso. n. 1. ff. de Reivindic. « Rot. in Revent. P. 2. Dec. 278. n. 2., et ideo merito a inter eos Laudemia computari debent. Sed cum pensio-« nes non exactæ debeantur venditori, et non emptori, ut « de re communi testatur. Gomez. Var. Resol. Tom. 2. « C. 2. u. 11., Bertraz. de Claus. 26. Gloss. 43. n. 9., et a Horded. Cons. 33, n. 13. P. 2. Sequitur, quod nec a Laudemia debeantur, non exacta empteri. Et pro hac « opinione faciunt, que supra diximus Q. 11. n. 6.» Conser. Gall. de Frect. Disp. 26. Art. 3. n. 30. ibi: « Sed quid si ex alia causa quam conditionis differatur, « petitio investituræ ac interim mutetur dominus, cui erit a solvendum Laudimium? Et est præcipue ista difficultas « in patria Pedemontana ubi ex consuctudine noyus ema phyteuta babet annum ad petendam investituram ... Et « quod Laudimium spectet ad investientem sensit Quid.

aquella;
a quem
pertence
o Laudemio,
se ao antigo,
se ao novo
Senhorio?

a Pap. Decis. 536. — contrarium quod ad primum tenet « Amaed. Q. 38. n. 24. ea ratione quia initium attenditur, a L. 59. si id quod, S. si. filius fam. et ibi gloss, ff. pro a socio, et quod ab initio est nata obligatio, L. 213. « cedere diem ff. de verb. sig. Ego sentio meliorem esse « primam opinionem, quia investitus facit actum percipi-« endi, prout fructus non jure seminis, sed jure soli per-« cipiuntur L. 25. qui scit ff. de usur. »

**S.** 1031.

Se a venda se se deve o Laudemio ao Senhorio que o era no tempo do contracto. se ao novo . que o be no tempo em que se encher a condição.

Quando a venda he condicional (seja qual for a confoi condicional: dição) ella se celebra com essa condição em tempo, que era hum o Senhorio, e depois variando o Senhorio, a condição se enche, e o contracto se aperfeiços so tempo em que já era outro o Senhorio, a qual delles, a qual dos seus Rendeiros se deva o Laudemio, se ao do tempo do contracto, se ao do tempo em que se purificou a condição: vejão-se com distincção de varios casos (que rares vezes succedem) Fabr. in Cod. L. 4. T. 43. Def. 30., Cost. de Retrotract, C. 8. Cas. 11., Pignatell. Cons. 206. a n. 155., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 28. cum Amaed. de Laud. Q. 36. a n. 4, assentando pela maior parte, que pertence o Laudemio ao Senhorio, que o he quando se enche a condição.

> Nota: Quid quanto à Sisa: se se deve so Rendeiro do tempo do contracto, se ao do tempo em que se parificou a condição, vid. Lim de Gabell, a pag. 125. et pag. 278. a n. 10.; pelo qual fazendo-se argumento de gabella ad Laudemium se podem decidir quantas questões occorrerem em tal caso, de ser hum o Senhorio ou rendeiro ao tempo do contracto, outro ao tempo da consummação, ou purificação delle, etc.

S. 1032. Pela mesma razão (§. 1027.) de serem os Laudemios fructos do dominio directo, que approva a venda como por melhor opinião segue Caldas: (S. 1030.) Póde duvi-

dar-se se os Laudemios neste Reino (em que temos a Se o Laudemio liberdade da Ord. L. 2. T. 18. S.) pertencem aos her- se deve ao beneficiado deiros do beneficiado vivo ao tempo do contracto, ou seao successor no beneficio que o authorisou? Vide Fulgin. da venda a seus de Laudem. Q. 28., Burg. de Laudem. Inspect. 4. S. 1. ou ao successor n. 56.

do tempo herdeiros, que approvou a venda?

Nota: sòbre tudo o exposto desde o S. 1030. Se como com muitos DD. diz Lagun. de Fruct. P. 1. C. 13. a n. 8. « Laudemium provenit pro Laudatione, « approbatione, seu assensu in alienatione Emphyteusis « per Dominum directi dominii præstito . . . Vel pro im-« missione in possessionem novi Emphyteutæ per Doa minum directum facienda . . . Vel pro nova Investitura e similhantes. «similiter a domino directo concedenda ... Laborem « quam Dominus in ea patit ir, ut novum Emphyteutam « in actualem et naturalem possessionem inducat . . . . Vel « in recognitionem et signum obsequii reverentialis « erga Dominum directum per Emphyteutam adhia bendi. » Confer. Fabr. in Cod. L. 4. T. 43. Def. 1. « n. 18. et 22., Fontanell. Dec. 281. n. 12. et 13., « Surd. Dec. 31. a n. 8., Gall. de Fruct. Disp. 26. « Art. 3. n. 1. Suppostos estes principios facilmente se resolvem quantas questões occorrerem; ou quando entre o contracto e consumação delle houver variação de Senhorios, ou quando variação de rendeiros do Senhorio mesmo, para deverem pertencer os Laudemios ao Senhorio, ou Rendeiro, que o for quando se authorisar o contracto: e só pertencerão ao do tempo do contracto, se logo então elle se authorisou pelo contemporaneo Senhorio, e ficou o Laudemio, ou em dívida, ou dependente só do evento da condição. Outra não pode ser a conciliação do muito que involvem os DD: citados: (S. 1030. e seguintes). Assim com effeite, e com muitos DD. distingue Conciol. ad Statut. > h Buguku L. 21 Ruhr: 52: n.: 14. et 45. e assim o re-🕛 fere jelgado em 1681. 🕕

Principios. com que facilmente se resolvem as quesiões desde o S. 1030,

**S**. 1033.

O Laudemio
deve-se pelo
sub-emphyteuta
ao Senhorio,
e não
ao Emphyteuta.

Em fim ja fica demonstrado S. 38. e seguintes que se o subemphyteuta vende o Prazo deve pagar o Laudemio ao Senhorio primeiro, impetrando delle a licença, e não so Emphyteuta; mesos que se não verifique a limitação do S. 3. y. — Quinta — Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 47.

S. 1034.

Quantidade
do Laudemio
pela Lei,
ou conforme
o contracto.
Sempre se deve
a quarentens
ainda que se
não exprima
no contracto
o Laudemio;
menos que
expressamente
se não
convencione,

que se não

pagará.

Supposto que a nossa Ord. L. 4. T. 38. mande pagar a quarentena do preço, ella mesma permitte que o Laudemio se estipule de 20 ou de 10, hum, ut ibi: « pagarà ao Senhorio a quarentena ou o conteudo em seu contracto»: em algumas Nações se vê ser o Laudemio de 10, de 5, de 3, Leizer. Jus Georg. L. 2. C. 7. n. 34., Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. n. 16. E nesta já o attestão do seu tempo (e eu tenho visto em muitos antigos Emprazamentos) Pinheir. D'sp. 4. Sect. 4. sub n. 32., Cald. de Extinct. C. 16. sub n. 18. « cum enim (diz Pignatell. « supra n. 18.) in Emphyteuticariis Instrumentis pactiones « circumscriptas observari sanxerit Justinianus, potuit sanè « ex pacto, et consuetudine introduci adversus jus scriptum, a etc. » Confer. S. 7. et Cald. Sup. n. 18., Pinheir. Sup. n. 32.: bem como póde haver pacto expresse para se não pagar Laudemio algum, Pinheir. n. 33. Accrescenta porém o mesmo Pinheir. com Cald. Surd. e Barbos. que « quamvis Dominus rem in Emphyteusim sub ampla forma a concedat, dicendo, se illam concedere immunem, et exa emptam a quibuscumque oneribus ad huc Laudemium « exigere potest; nam hujusmmodi licentia, et concessio « semper debeat intelligi salvis juribus dominicalibus » etc. Ita etiam Fulgin. de Laudem. Q. 1. n. 11.

S. 1035.

Póde exigir-se a quantidade também conforme o costume. Huma vez que a nossa Ord. admitte ao Senhorio exigir Laudemio conforme o conteudo em seu contracto, tambem lhe permitte necessariamente, que o possa exigir conforme o costume do mesmo Senhorio, a respeito dos seus outros, e muitos Emphyteutas: pois no systema do

mesmo Legislador, e na materia sujeita de Direitos dominicaes, o costume equivale a contracto, como se nota na Ord. L. 2. T. 33. S. 1. no fim, e S. 2. conduz o T. 27. de mesmo L. e o L. 1. T. 62. S. 76. ibi: « por contraacto, posse, ou costume » etc. De que justamente insere Cald. d. C. 16. n. 18. que « Circa quantitatem solvendam « domino standum esse consuctudini » etc. Conf. Fulgin. de Laudem. Q. 1. sub n. 4., Q. 5. n. 11., Q. 6. a. 11., O. 14. n. 7. et Q. 37. n. 2. E são principios geraes, que o costume, e o pacto expresso fraternisão nos effeitos, Begnudell. verbo = Consuetudo = n. Muito mais quando o costume do mesmo Senhorio se provar por outros muitos, e uniformes Emprazamentos expressos: porque conforme aos mesmos se presume aquelle de que se exige o Laudemio, e cujo Instrumento não apparece, ou se perdeu, Barbos. in L. 2. C. de Præscript. n. 227., Arouc. All. 50. n. 23., Franç. ad Mend. Art. 33. n. 4., Reinos. Obs. 15. n. 7.

Nota ao S. 1034. Pode, em falta de pacto, exigir-se mais de quarentena por prescripção do Seuhorio contra seus Emphyteutas, mas a prescripção contra huns, v. g. de hum Povo, não prejudica aos mais, que nunca pagarão menos da quarentena, Leizer, ad Pand. Specim. 104. Medit. 2. 3. 4. 5. 6.

**S.** 1036.

Qual seja pois o preço de que a Lei, e este contracto Qual o preco : mandão pagar o Laudemio? « Pretii appellatione (diz com e o que por via « Tiraquell. e outros, Pereir. no Elucidar. n. 1008.) acce-« pto latè vocabulo, venit quidquid pro redatur, licet pe-« cupia non sit: At si vocabulum proprie accipiatur, venit « quidquid in pecunia numerata consistit . . . Unde dis-« positio ediosa loquens de pretio, solum intelligitur de pe-« cunia numerata: » Como parte de preço se reputão todas as condições impostas em favor do vendedor, v. gr., ficarlhe arrendada a fazenda vendida, L. 79. ff. de Contrah. Empt. e em outros casos figurados nas Leis cum quib.

« Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. n. 50., Cald. de Extinct. « C. 16. n. 13.

S. 1037.

Quid, para a computação do Laudemio?

Porém para se regular a quantidade do Laudemio só se otha na sua proprio accepção o preço, em dinheiro contado, que o comprador desembolsou, e o vendedor, ou alguem por elle recebeu; e não se computão em parte do preço essas condições, e reservas feitas em favor do vendedor, por mais que em outros casos, e para outros fins se respeitem: e isto por mais que o Senhorio diga diminuto o preço da venda, e diminuto o seu Laudemio, porque lá tem as providencias da Opção (a S. 922.) e a outra de qua a S. 857., como tudo bem comprovão Pignatell. Tom. 10. Cons 206, a n. 22., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. a n. 48., Cald. de Extinct. C. 16. a n. 4., Fulgir. de Laudem. O. 1. n. 7. et 8.

Nota: Mas se o comprador supplementa depois ao vendedor o preço, se deve Laudemio deste supplemento, Cald. supr. n. 6., Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. sub n. 54. 7. Sed quid.

S. 1038.

O que se não do, preço, para diminuir o Laudemio, e sua quantidade.

Bem entendido, que não podem o Emphyteuta vendepóde excomputar dor, nem o seu comprador excomputar do preço, que assim ajustão (e para consequentemente diminuirem o Luudemio a elle respectivo) nem 1.º, os pactos, e condições impostas em favor do vendedor, como o pacto de retrovendendo, e de lhe ficarem os bens arrendados, etc. Nem 2.°, o valor das bemfeitorias, que o Emphyteuta tiver feito, ainda mesmo edificando em huma area essa casa vendida; nem 3.º, o equivalente aos fructos pendentes ao tempo da compra: nem 4.º, o proporcionado aos augmentos do Prozo pelo beneficio da alluvião: nem 5.º, os encargos reaes com que por esse preço se vende o Prazo: nem 6.° os moveis affixos nas casas delle: nem 7.° os gastos da Escriptura, Sisa, ou do mesmo Laudemio, etc. Pignatell. sup. a n. 21., ad 32., ubi optime: Cald. de

Extinct. C. 16. a n. 5., Gall. de Rruct. Disp. 26. Art. 3. a n. 48., Pinheir. Disp. 4. Sect. 4. n. 34.

**S. 1039.** ,

Se porém o comprador deo ao vendedor algum preço franco, que chamamos luvas, em quantia notavel, ou além do preço, se obrigou a pagar outra dívida que devesse no que se chamão o vendedor, neste caso assenta o citado Cald. n. 13. in • fin v. = Eorum tamen Sententiam = « que nulla juris ra- além do preço? a tio patitur dominum Laudemio jure posse defraudari »: Limita tambem o citado Gall. n. 50. in fin: « Nisi onera « (favore venditoris apposita) adjiciantur aestimata: aut quod Considerão-se « emptor liberet aliam rem obligatam; nam protali pacto a consideratur Laudemium, ex Amaed de Laud. Q. 6. n. 8. » O mesmo quando o comprador supplementa depois ao vendedor o preço. (Not. ao S. 1037.)

ao vendedor

para o Laudemio os encargos em favor do vendedor que se estimão como parte de preço.

S. 1040.

E quando, ou no caso da permutação, ou nos mais em que se deve Laudemio do valor da cousa, de quibus a S. 1005., este valor se deve então estimar segundo as regras ordinarias, e com respeito ás circumstancias, encargos, etc. com que geralmente se estimão os valores das a Permutação fazendas; para o que se podem ver Guerreir. Tr. 1.L. 1. se estima o Prazo C. 10. et 11., Silv. ad Ord. L. 4. T. 1. in rubr. Art. 3. et 4., Pacion. de Locat. C. 18. et 19., Constantin. ad Stat. Urb. Annot. 46., Altim. de Nullit. Tom. 6. a pag. 33. : e estimado então assim o valor da cousa de que se deve o Laudemio, se deve a esse respeito pagar a quarentena, ou a quota parte, segundo o pacto ou costume: sem que o preço se regule por alguma venda precedente do mesmo predio, Leizer. ad Pand. Specim. 104. Medit. 7.

Para ordinarias.

S. 1041.

He questão controversa entre os nossos Reinicolas e Alienigenas: se o pagamento do Laudemio incumbe ao Se o Laudemio vendedor, ou ao comprador, e de qual delles o deve repetir o Senhorio? Questão que reasumio, como ex professo ou ao vendedor?

Questão controversa. Variedade de opini**ces.**  o Repertor. debaixo da conclusão — fereiro, que fuz alheação ou venda do Prazo — aonde expõe os seatimentos diversos dos DD. que ahi se podem vêr, e em Cortead. Dec. 246. a n. 162., Moraes L. 5. C. 7. sub. n. 2. Porém não havendo no emprazamento declaração de quem deve pagar o Laudemio, he hoje mais segura, e seguida a opinião, de que o Senhorio o póde exigir do comprador.

**S. 1042.** 

Quando deve o comprador. 1.ª prova Esta opinião, além dos DD. referidos pelo Repertor. e outros mais que a seguem, se comprova 1.°, com a passagem e presupposição da Lei de 4 de Julho de 1768. ý. — Permitto — ibi: « Que pelos fóros decursos, e Laude-« mios, que se lhe deverem, possão fazer penhora e exe-« cução nos rendimentos dos bens foreiros para seu paga-« mento » etc. Pois se o Laudemio só se póde exigir depois da effectiva tradição do Prazo (§. 999.): se esta Lei permitte pelos Laudemios decursos fazer penhora nos rendimentos do Prazo, suppondo-os já no dominio do comprador, he bem claro, que obriga o mesmo á satisfação delles; ou pelo menos permitte ao Senhorio que por elles o possa demandar.

S. 1043.

2.4 prova-

Comprova-se 2.°, porque o costume geral do Reino he fazerem-se as vendas dos Prazos, por preço livre de Sisa e Laudemios para o vendedor: e sinda que em algum caso esta expressão se omitta no contracto da venda, sempre subentendo que com este costume se conformárão o vendedor e comprador, para ficar recahindo no comprador a obrigação da Sisa e Laudemio, ut benê Lim. de Gabell. pag. 142. a p. 21.

S. 1044.

3.ª prova.

Comprova-se 3.°, porque supposto alguns DD. disserão, que o Laudemio he obrigação pessoal, e que por elle não tem o Senhorio o direito da hypotheca contra terceiro, como além de outros são Nogueirol. All. 1. n. 98., Surd. Dac. 31., Stryk de Action. Sect. 1. Membr. 6. \$. 56., Cost. de Privil. Credit. Reg. 5. Ampl. 1., Fulgin. de Lau-

dem. O. 2., Cancer 1., Var. C. 11. n. 44., Pignatell. Tom. 10. Coms. 206. n. 220., Stryk .de Action. forens. Sect. 1. Membr. 6. S. 56., Fulgin. de Land. Q. 2., Cost. de Priv. Credit. Reg. 5. Ampl. 1., Pinheir. de Emphyt. Disp. 4. Sect. 4. n. 39. Comtudo em contrário está a mais commum opinião, de qua, com os Barbosas Merlin. Pont. de Laudem. Cald. e outros muites, Guerr. ad Ord. pag. 200., aos quaes accrescento Fabr. in Cod. L. 4. T. 43. Des. 9., Britt. in C. Potuit; de Locat. S. 5. n. 18, Rot. anud eundem Pignatell. n. 303., Cancer. 1., Var. C. 11. n. 43., Gratian. For. C. 180. n. 10: Esta opinião, diz Gererra sup. n. 3. in fin. he a seguida no nesso foro: Ella se vê abraçada pelo Cod. de Sardanha L. B. T. 17. C. 3. S. 8. c com ella se conforma a citada Lei (S. 1042.)

Assim se julgou em 12 de Junho de 1734 entre Caso julgado Partes as Freiras de Lorvão, com Luiz Machado de com distincção. Sousa, da Villa de Middes; onde se julgou conforme a distincção de Cald., Britt. e Peg., que refere o Repertor. debaixo da conclusão = Foreiro que faz alheação, = etc. ). = Hanc diversitatem = ; isto he, que quando o Emphyteuta pede a licença elle deve o Laudemio; quando a não pede e o comprador a pede ou auctorisa o Titulo, elle deve o Laudemio. Mas moderna e indistinctamente que o vendedor, e não o comprador deve o Laudemio; e só aquelle, e não este, deve ser accionado por elle, se julgou no Juizo do Fisco da Corôa em 26 de Março de 1808, pelos Senadores Gomes Teixeira, Sarmento, Pereira Barros, presente o Desembargador Procurador Fiscal, em causa dos bens devolutos á Corôa dos extinctos Jesuitas, no Concelho de Rezende; e em outras mais causas com pessoas do mesmo Concelho sobre o mesmo objecto.

Se houvermos de seguir o rigor da Lei, e estas Caso em que ultimas Sentenças contra a proxima precedente dis- o Senhorio, apezar daquelles tincção; eu advirto hum case, em que o Senhorio julgados, póde pode proceder contra o comprador; caso qual he: se proceder contra no escripto ou Escriptura de venda o vendedor ven-

Ultimamente se julga que incumbe ao vendedor.

deu por preço livre do Laudemio para elle vendedor, incumbindo a solução ao comprador; neste caso dão póde o Senhorio mostrando a Escriptura demannar ex vi do dito pacto ao comprador, querendo: porque supposto pelo Direito Romano, e por via de regra, a ninguem se adquire Direito pela estipulação ou pacto de 3.°, ex latê congestis per Boehmer. ad Pand. Exerc. 28. — de Jure ex pacto tertii quæsito — Cap. 1. Comtudo o coatrário se observa pelo uso das Nações, Boehmer. supra, Cap. 2. tot, Thomaz. ad §. 4. Inst. de Inutil. Stypul., Stryk. Us mod. ad Tit. ff. de Pact. §. 12., Leizer. in Medit. ad Pand. Specim. 519., Conf. Mell. Freir. L. 4. Tit. 2. §. 4. ŷ. — 9.

Via executiva competente pelo Laudemio e seus requisitos.

Ainda que a via executiva compita pelos Laudemios (que na natureza fraternizão com as pensões, Guerr. ad Ord. pag. 200. n. 3.; comtudo he necessario. que o Senhorio ou Rendeiro instrua esta via executiva, com a Escriptura da venda e com o Emprazamento, Moraes de Execut. L. 5. Cap. 7. n. 2. d'outro modo se procede com huma tal illiquidade, que obsta ao tal procedimento, Peg. Tom. 12. ad Ord. L. 2. T. 52. in Rubr. a n. 6. et 16.: illiquidade na substancia do Contracto de que se deve o Laudemio; não se podendo proyar ainda entre terceiros sem escriptura depois do assento de 5 de Dezembro de 1770: illiquidade sobre a natureza Emphyteutica, de que só se deve Laudemio; natureza improvavel sem escriptura, Ord. L. 3. T. 59.: illiquidade sobre a quantidade, qu'e pedindo-se mais da quarentena deve provar-se pela Convenção, ex Ord. L. 4. T. 38.: nem ainda bastará ao Senhorio juntar a certidão da Sisa; porque não prova a effectiva compra, Lim. de Gabell. pag. 143. n. 6.

#### CAPITULO X.

Em que casos não póde o Senhorio exigir o Laudemío, que aliás lhe era devido: e em que casos deve ou não restituir o Laudemio já recebido.

S. 1045.
Já vimos (S. 1003.) que o Senhorio não vence, nem lucra o Laudemio, quando sem justa razão não auctorisa o contracto, nem aceita o novo successor; e se faz preciso recorrer ao Magistrado, que em sua contumacia, ou por final decisão, suppre o seu consentimento; menos que o Senhorio re integra o não preste.

S. 1046.

Tambem supposto que no §. 1004. se prenotou que o Senhorio pela approvação tacita do novo Successor, já recebendo delle a pensão, já tolerando o Emphyteuta, subentendendo-se renunciar só o direito do commisso ou da prelação, (Not. ao S. 881.) não o direito do Laudemio; comtudo he notavel a variedade dos DD. quando este Laudemio se subentenda renunciado pelo Senhorio consentindo na venda? Huns requerem huma renuncia expressa; outros deduzida de algum facto positivo com diuturnidade do tempo; outros distinguem entre o facto permissivo de connivencia, que não basta, e entre o de prestar consentimento sem protesto de Laudemio, como se pó le ver em Amaed. de Laud. Q. 15. et 16., Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. a n. 49. ad 68., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. a n. 52. 3. Duodecimo, Roderic. de Annuis Reddit. L. Q. 4. a n. 16. teligit Cald. de Extinct. C. 16. sub. n. 3. . Dummodo petat , Fulgia. de Laudem. O. 8. n. 8. et Q. 11. a n. 6.

Com quaes factos positivos se possa dizer renunciado pelo Senhorio 6 Laudemio?

Nota: Nesta variedade, o que sotidamente deve se-

guir-se he 1.°, que havendo, protesto do Senhorio cessa toda a dúvida: 2.°, em falta do tal protesto nunca se póde subentender remittido o Laudemio sem huma clara expressão; porque essa remissão seria em effeito huma Doação, que aliás se não presume: 3.°, que só se subentenderá remittido quando concorrão algum acto positivo, com outras presumpções e conjecturas de Doação, quaes as que geralmente expõe Mantic. de Tacit. L. 13. T. 9. cum. seqq., Menoch. de Arbitr. Cas. 88., Mascard. de Probat. Conclus. 554.

S. 1047.

A acção de pedir o Laudemio prescreve por 30 annos: e como?

Mas concorrendo o lapso de 30. ou 40. annos assentão uniformemente, que por este tempo se prescreve acção de exigir o Laudemio, Amead. de Laud. Q. 47., Gall. sup., Pignatell. sup. a n. 217., Cancer. 1. Var. C. 12. n. 10., Peg. 3. For. C. 28. a n. 679. Porém esta prescripção só corre desde o dia que o Senhorio teve sciencia da alienação, Antonell. de Temp. Legal. L. 2. C. 7. n. 87., Altim. Tom. 7. Q. 43. n. 427. et 428: e só quanto ao Laudemio preterito, e não quanto aos futuros, Pignatell. sup. n. 218; menos que se não verifique huma prescripção do total dominio directo.

S. 1048.

O Senhorio só restitue o Laudemio, julgado por Sentença nullo o contracto. Já demonstrei na Nota ao S. 1000. que por mais que o contracto seja nullo por qualquer sundamento, delle se deve Laudemio, em quanto assim está em estado de validade, huma vez que tenha sido executado com essectiva e real tradição; sem que o Senhorio, em quanto o contracto por Sentença se não julga nullo em controversia entre os interessados, deva ser privado do seu Laudemio, Confer Signanter Fabr. de Error. Pragmaticor. Error. 2. Decad. 1., Gall. de Fruct. Disp. 26. Art. 3. sub. n. 97., Britt. in C. Potuát de Locat. P. 3. S. 5. n. 30. ibi — Constito per sententiam de nullitate contractus — etc., Cald. de Extinct. C. 16. n. 69. ibi — Simul ac per sententiam sucrit judicata nulla — etc. De sórma que, não está no arbi-

trio das Partes dissolver o contracto em prejuizo do Sepherio, depois de consummado com tradicção auctorisado pelo Senhorio, adquirido direito ao Laudemio, Gall. supra 7. - Pro resolutione - et n. 40. et 41. Da mesma forma que quanto á Sisa se póde vêr em Lim. de Gabell a pag. 145.

S. 1049.

Succedendo perém annullar-se, ou rescindir-se o contracto por Sentença em Juizo contradictorio, ou seja 1.º. per não intervir na venda consentimento da mulher ou do marido: ou 2.º, por se não ter pago Sisa: ou 3.º, porque sendo o contracto com menor fultarão nelle as solemnidades legaes: ou 4.º, porque annullado ex vi do pacto da Lei commissoria: ou 5.º, quando a arrematação se annulla por qualquer deseito de solemnidade ou por não ser devedor o executado: (Aliter se este rime a divida, pela equidade, antes de entrar o arrematante na posse): ou 6.º. quando a venda he feita pelo furioso, pródigo, etc.: ou 7.º. em fim seja qual for a causa por que se annulle: assim. como se não deve Sisa, e se está satisfeita se restitue. ut latissime Lim. de Gabell Cap. 6. in princ. Glos. 3. tot.: Ita similiter se não deve Laudemio, e se está pago o deve restituir o Senhorio ex vi da Sentença que julgou nullo o contracto; pois que esta Sentença por effeito peculiar prejudica em consequencia ao Senhorio, Lim. sup. n. por ellas nullo 12, Pinheir. Disp. 4. Sect. 5. S. 3. n. 54., Cald. de Extinct. C. 16. n. 70., Fontanell. de Pact. Claus. 4. Glos. 9. P. 5. n. 134. ubi judicat., Amacd. Pout. de Laudem. Q. 29. n. 8., Britt. in C. Potwit de Locat. S. 5. P. 3. n. 29. cum seqq., Fabr. in C. L. 4. T. 43. Def. 28.

Nullidades ordinarias, e mais frequentes

Julgado o Contracto, prejudica ao Senhorio essa Sentença.

**S.** 1050.

Não prejudica porém huma tal Sentença ao Senhorio. para que ex vi della deva restituir o Laudemio, se essa Sentença, ou foi proferida por confesão do R. ou em contumocia delle, ou por fraude e colloyo, Lim. sup. n. 46., Pinheir. supra n. 54., optime Amat. Variar. Res. 79. a 3. 13., Cald. supra.

Menos se proferida por confissão. contumacia. ou Colloyo.

O Senhorio,
para occorrer
ao Colloyo,
póde assistir
á causa
em que se disputa
a nullidade

Nota 1.º Quando, e em que casos a Sentença inter alios se presuma obtida por meio de collusão, Vej. Amat. supra, Arouc. in L. 25. de Stat. Hom. a n. 36., Bagn. C. 67. a n. 144.

Nota 2. O Senhorio querendo occorrer a colloyo, que assim se lhe maquine, póde intervir na causa como assistente, para sustentar a validade do contracto, e não restituir depois o Laudemio, Pinheir. sup. sub. n. 54., Cald. de Extinct. C. 16. n. 70., Britt. in C. Potuit, de Locat. P. 3. §. 5. n. 31. et 32. Confer. Bagn. C. 63. a n. 1., Cresp. de Valdaur. Obs. 107. a n. 14., Fulgin. de Laudem. Q. 8. n. 40. in fin.

S. 1051.

Casos em que, nem ainda havendo Sentença justa restitue o Senhorio o Laudemio.

Não restitue porém o Senhorio, ainda depois de huma Sentença justa e juridica, o Laudemio 1.º, quando o contracto se retracta por causa superveniente a elle; como quando a Doação se revoga pelo nascimento dos filhos do Doador, e por ingratidão do Donatario, Fontanell. de Pact. Claus. 4, Gloss. 9. P. 5. sub. n. 134., Fabr. in C. L. 4. T. 43. Def. Não orestitue 2.º, quando a venda se julgou nulla por causa de dolo, se o doloso foi o mesmo que havia pago o Laudemio; ou quando se annullou por causa de medo, se o que incutiu o medo foi o que bavia pago o Laudemio: Nem quando o Contracto se julgou simulado, se o que pagou o Laudemio causou a simulação: Nem quando a venda se annullou, porque feita entre pae e filho, contra a prohibição da Lei: como nos casos de se ter pago Sisa (de que vale o argumento) Lim. de Gabell pag. 148. a n. 36. ad 45. Outros muitos casos, quando a venda ex nost se rescinde, Vej. eund. L. pag. 151. a n. 8.

Nota 1. Na verdade (e como pondera Lim. sup. á n. 40.) aquelle que neste caso quizesse repetir o Laudemio do Senhorio, allegaria necessariamente a propria torpeza; dizendo, que havia usado de dolo, de medo, de simulação, etc. Sendo aliás certo,

que ninguem he attendido allegando a propria torpeza, de quo vide latissimè Stryk. Vol. L. Disp. 17. **■De Allegatione propriœ turpitudinis ■ C. 2. et 3.,** Bàrbos, et Tabor. L. 18. C. 37. a. n. 5., aonde expõe algumas limitações.

Nota 2.º Quanto a dizer Pinheir. Disp. 4. Sect. Quid, no caso 5. a n. 52. que rescindindo-se a venda pelo remedio em que a venda da lesão enorme, e elegendo o comprador restituir a cousa comprada com essa lesão, he o Senhorio obrigado a restituir o Laudemio recebido, sem differença do caso em que a venda he aliás nulla no seu principio; e que aqui não procede o argumento de Gabella ad Laudemium, he erro de Pinheiro, e dos que elle segue: Porque a venda, em que só intervem lesão enorme he em si válida e só sujeita á rescisão, em differença da lesão enormissima, que annulla o contracto na sua raiz: esta differença he bem claramente deduzida da Ord. L. 4. T. 13. que intervindo só lesão enorme, usa da polavra — desfazer a venda — repetidas vezes; não concede acção contra terceiro, não condemna em fructos mais que da lide contestada, etc. Vide Silv. ad eand. Ord. S. 5. a n. 1. et 12. E por tanto ficamos na limitação do S. 1051. contra o S. 1049.; de fórma, que este só procede quando a venda he nulla, e aquelle quando rescissivel: e em todo o caso em que o contracto he em si válido, mas sujeito só á recisão, ou pelo remedio da L. 2. C. de rescind. Vendit. edit. Ord. L. 4. T. 13., ou pelos mais casos, que refere o citado Lima a pag. 151; assim como se não deve restituir a Sisa, tambem não o Laudemio; et ita signanter Fragoz. P. 3. L. 6. Disp. 13. S. 2. n. 7. in fin. Optime Garcia de Expens. C. 18. n. 48. et 49., sonde reprova o nosso Pinello, que seguio o contrario, e na mesma censura fica Pinheir, que seguio Pinello: vejão-se as razões que continua a expor o citado Garcia a n. 50., e se verá o erro de Pinello e Pinheiro.

se rescinde pelo remedio da lesão enorme?

# QUINTA PARTE.

EXTINCÇÃO, DEVOLUÇÃO, B CONSOLIDAÇÃO DOS PRÁZOS; REUNIÃO DO DOMINIO UTIL COM O DIBECTO, EM VARIOS CASOS,

E CONSEQUENTES DESTA CONSOLIDAÇÃO.

#### CAPITULO I.

Extinçção do Prazo na duração das vidas pela renuncia do Emphyteuta.

Casos
em que
pela renuncia
se extingue
o Prazo.

S. 1052.

Lestão demonstrados, desde o S. 734. até 740, os casos, em que na duração das Vidas, póde ou não póde o Emphyteuta renuuciar o Prazo ao Senhorio, demino eo invito: estão demonstrados a S. 963. os casos em que o Pae, ou Emphyteuta, ainda com prejuizo dos filhos, ou vidas futuras, convindo o Senhorio, póde renunciar nas mãos delle o Prazo: porque da acceitação do Senhorio depende a extincção do Prazo pela renuncia; Valasc. Cons. 28., Struv. et Mul. Exerc. 11. Thes. 72., Cod Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 30.: comtanto que o Prazo não seja familiar, em que se não possa prejudicar aos Successores. (Vej. §. 962., 963.)

S. 1053.

Quando o marido
ou a mulher
3.ª vida
a renuncia
na mão
do Senhorio
para em ambos
se faser
renovação.

He frequente neste Reino, quando hum dos conjuges he Emphyteuta em 3.º vida, renunciar o Prazo nas mãos do Senhorio, e a vida em que está, para que o Senhorio lho renove, e juntamente no outro conjuge, que, pela natureza do Prazo talvez não poderia nomear. Supposta huma tal renuncia assim aceite pelo Senhorio; nada ha que obste a que elle renove o Prazo a ambos os conjuges em 1.º e 2.º vida, havendo-se por extincta a precedente Investidura, Cald. de Renovat. Q. 5. a n. 1., Pinheir. de Emphyt. Disp. 7. Soct. 3. n. 46., Constit. do Port. L. 4. Tit. 7. Const. 6., Peg. 3. For. Cap. 28. n. 966. 967.: e ainda mesmo em huma tal renovação, a que precedeo a renuncia, se póde alterar a providencia da primeira Investidura; Pegas supra.

Nota: Neste Reino os conjuges são como vidas ne- Neste Reino cessarias, ainda mesmo nos Prazes familiares, Peg. 3. são os conjuges For. Cap. 28. n. 721. no fim; ou os Prazos sejão de bens de Morgado, Ord. L. 1. Tit. 62. S. 46., ou de Commendas, Estat. da Ordem de Christo P. 2. Tit. 14. S. 2., ou sejão de bens Ecclesiasticos. Const. do Porto L. 4. Tit. 7. Const. 2. E geralmente serem o marido e mulher investidos em 1.º e 2.º vida he costume geral do Reino attestado na Ord. L. 4. Tit. 37. S. 6.: e portanto, renunciada assim a 3.º vida fica justamente investido o conjuge, ainda que extranho : e supposto o Prazo seja familiar, nenhuma injuria se faz á familia; já porque o renunciante 3.ª vida, em que estava extincta a Lei do contracto, podia fazer essa renuncia (fraude semota §. 963.), maxime hum Emphyteuta em 3.º vida ex laté congestis per Franç. ad Mend. Arest. 23. n. 7.; e usando o Emphyteuta e Senhorio do seu Direito a ninguem fazem injuria: já porque commummente nessa renovação em falta de filhos dos emprazados, se o antecedente Prazo era familar, se chama na morte do ultimo dos conjuges o parente mais chegado da Linha donde vem o Prazo. Se porém o Prazo he familiar, e o Emphyteuta renunciante está em 2.ª Se o renunciante vida; elle (a menos que não seja por causa necessaria, ou de pagamento de pensões, ou estar incurso em algum commisso, como no caso apud Peg. 2. For. Cap. 9. pag. 624. 625. até 627.) não póde, sem se presumir fraude (que obsta a taes renuncias, ut §. 963.) renunciar em prejuizo da 3.º vida, que tinha hum direito inauferivel; para abandonado elle, comprehender o outro conjuge, que aliàs não podia nomear: só sim subsiste tal renuncia, e a renovação feita em consequencia della, ou se o Prazo he de nomeação livre, seja qual for a existencia da vida em que se renuncia, porque ninguem ha ahi que se prejudique: ou sendo 3.4 vida o renunciante, se o Prazo he familiar, etc.

nos Prazos renovados ainda cuando familiares.

Quid for 2.2 vida e familiar o Prazo?

## CAPITULO II.

Extingue-se o Prazo; ou na duração das vidas, fallecendo o Emphyteuta sem nomear, e sem deixar parentes no 4.º gráo canonico: ou pela extinção das vidas todas, nos casos em que o Senhorio não he obrigado a renova-lo.

#### ARTIGO I.

Quando na duração das vidas por falta de nomeação, e parentes até o 4.º gráo.

se extingue na duração das vidas por e parentes alé o 4.º gráo.

S. 1054. lá está demonstrado no S. 135. 136. 137., que a Ord. L. 4. Tit. 36. S. 2. só procedia nos Prazos de livre nomeação, e não nos Familiares, em que estava chafalta de nomenção mada para 2.º ou 3.º vida alguma pessoa da Familia: que nestes cessava a dita Ord., de fórma, que ficando consaguineos em qualquer gráo, se não devolvião ao Senhorio os Prazos familiares: está demonstrado, que esta deve ser a intelligencia do S. 26. da L. de 9 de Setembro de 1769. em quanto ampliou a dita Ord., ao caso de ficarem parentes até o 4.º grao canonico; de sórma, que esta Lei, ampliatoria da Ord. só he applicavel, sendo de nomesção o Prazo; e não quando familiar; porque neste succede em falta de nomeação o consanguineo ainda que esteja em grao ulterior ao 4.º Remetto-me ao que expuz nos ditos §§. 135, 136, 137,

#### ARTIGO II.

Quando pela extinçção das vidas, nos casos em que o Senhorio não he obrigado fazer renovação ao Successor?

S, 1055. Em quanto Cald. no Tratado de Renovat. Q. 1. sub Erro de Caldas n. 1. ). = Pristinis = diz que no principio deste Reino que attribue quasi nascente se praticava sem controversia o direito da renovação, sem que jámais sobre elle houvesse controversia entre os Senhorios é os Emphyteutas; e que só depois que os Senhorios por meio de clausulas cavillosas se exonera-desta Monarchia. rão da obrigação de renovar findas as vidas, he que tiverão origem as demandas sôbre a necessidade e obrigação da renovação, etc.: Nesta parte digo, ou errou, ou quiz impôr o grande Caldas aos vindouros esta historia, propriamente fabula, por elle inventada.

de renovação

S. 1056.

-Pois que, até o tempo do Rei D. Marioel, nem se Demonstra-se praticava o direito da renovação, nem havia no Senhorio o erro de Caldas precisa obrigação de renovar: assim se nota na Ord. daquelle Rei L. 4. Tit. 77. S. 33. juncto o S. 10. (publi- D. Manoel. cada em 1521), e de que foi compilada a Filippina L. 4. Tit. 97. S. 22. (mas com recorte do dito S. 33. da Manoelina nas palavras como acima dissemos no caso das tenças): De fórma que porquanto nesse tempo os Prazos (como as Tenças) acabavão por morte da ultima vida, e a renovação ou não se praticava, ou não era de preciza obrigação do Senhorio; por isto he que a antiga Ord. não mandava conferir a estimação dos Prazos nomeados em vida sem reserva de usofructo, mas sú o interusurio respectivo à vida do Pae nomeante. Com effeito; que ainda nesse tempo não estava em uso o Direito da renovação o advertirão Valasc. de Partit. Cap. 13. n. 132., Carvalh. de Testam. P. 4. Cap. 1. a. 193., Guerreir. Tr.

14 B

2. L. 2. Cap. 8. n. 109., Cordeir. Dub. 33. n. 60 et 61.: mais o confirma a Ord. L. 4. Tit. 36., que tractando da devolução na 1.ª e 2.ª vida fallecida sem nomear, e sem descendentes ou ascendentes, não providenciou o caso de fallecer assim a 3.ª vida; porque suppoz huma extincção e devolução necessaria extinctas as 3 vidas, sem restar tal direito de renovação para depois da morte do Emphyteuta: e bem que a Ord. Manoel. L. 4. T. 1. S. 3. e 4. suppõem Prazos imnovados antes de Janeiro de 1462, póde intender-se das innovações voluntarias, e graciosas.

§. 1057.

O Direito
da renovação
se introduzio
depois da Ord.
do Senhor
D. Manoel.

Sim depois da Ord. Manoelina se inventou a celebre equidade de Barthol. na L. 1. S. Permittitur ff. de Aq. quotidian. et æstiv.: e por isso he que introduzido de novo o Direito da renovação, se mencionou este Direito na Concordata de El-Rei D. Sebustião, apud Pereir. de Man. Reg. pag. 420. (Edição de Leão), de que foi compilado o S. 6. do L. 2. T. 1. da Filippina; (a que fez hussa justa censura Mell. Instit. de Jur. Publ. Tit. 5. S. 35.). O mesmo Cald. foi o primeiro que no Tract. de Renov. Q. 8. n. 18. e Q. 11. n. 21., reconheceado como jurista e pratico, que o Senhorio de stricto juris rigore não he obrigado renovar findas as vidas, e que assim se tinha julgado muitas vezes; se propoz a sustentar aquella equidade com huma declamação pathetica, mas frivola. O monumento, que transcreveu no Cap. 8. n. 3., sobre postarior à Ord. Manoelina, não tem authenticidade, sôbre ser relativo aos Prazes dos bens da Coréa, que esses Sabios regularião pelo. Direito: de Cod. L. 11. Tit. 61. e Tit. 65., e em cujos Prazos se notão rasões diversas, que nessas LL., e Commentadores se podem vêr.

Caldas
contraditorio
foi o primeiro
a sustentar
a equidade
da renovação.

**%** 1058.

Caldas seguido sem crítica.

Essa opinião de Cald. fundada maquella equidade foi (sem esta critica S. 1055. et 1056.) cegamente seguida : pelos Fragozos, pelos Pinheiros, pelos Pegas, e nos Senados, que de mais a mais a ampliavão e estaturão; e o que he

digno de maior nota, he seguirem-se por Mell. Freir. L. 3. Tit. 11. S. 26., e outros que cummulou Bagn. Cap. 25. n. 92.: mas se Caldas foi justamente recusado sus- Só o P. Cordeiroo censurou. peito na sua inventada opinião pelo P. Cordeir. Resol. 8, a n. 142.; a mesma recusação faço a Mello. E eu a Mello.

S. 1059.

Porém essa equidade de Bartholo (quanto ao Direito da renovação), he cerebrina, he opposta ás Leis Romanas. ás Patrias, á razão, e á Justiça; ella antes e depois de reprovada por Caldas foi atacada por muitos DD., como tudo largamento demonstrou o P. Cordeir. Resol. 1. até 14. com fundamentos superiores a toda a réplica: o mesmo sustentou o doutissimo Cardoz, da Cost, nos Elementos do Direito Emphyteutico S. 96., e na Memor. sôbre a avahação dos bens do Prazo pag. 30. e seg. O mesmo seguirão os grandes Juris-Consultos Voet. ad Pandect. L. 6. Tit. 3. n. 12, Boehmer, ad Jus ff. L. 6. Tit. 3. n. 14, Henrig. Cocey. Vol. 1. Disp. 41. Cap. 10. S. 1.; e finalmente assim se determinou no Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 30.

A equidade attribuida a Bartholo muitos DĎ.

**S.** 1060.

Nem huma nem outra opinião se deve seguir abstracta e cegamente: porque com effeito ha casos em que hoje a renovação se deve de equidade e justiça; e ha outros em que nem de equidade, nem de justica ella se deve como passo a dinumerar, fazendo a geral e essencial distincção entre Prazos Seculares, e Prazos Ecclesiasticos.

Selecção do que hoje e deve seguir.

Quanto aos Prazos Seculares.

S. 1061.

Primeiro caso: se se offerece hum emprazamento, sinda que seja o primeiro constituido em terras incultas, ao principio em terras para se reduzirem a cultura, ou em assentos, e solos para edificar casas; e os Emphyteutas com suores, e despezas he propriamente assim o executação: este Prazo he propria, e verdadeiramente Emphyteuse (\$. 96.); e findas as vidas deve reno- findas as vidas.

O Prazo incultas, Prazo, e deve renovar-se

var-se aos successores da ultima; não pela equidade attribuida a Bartholo, mas pela natural canonisada entre os Romanos na L. fin. S. Similiter Cod. de Aduvion; na L. 16. Cod. de omn. agr. desert., e na L. 2. S. Permittitur. ff. de Aq. quotid. et æstiv.; pelo Direito Canonico no Cap. Ad aures 7. ×. de Reb. Ecles. non alienand. com a exposição de Pacion. de Locat. Cap. 62. a n. 3.; e pela nossa Lei de 9 de Setembro de 1769 S. 26., pelo Alv. 1. de 20 de Junho de 1774; e pelo simile do Alvar. de 27 de Novembro de 1804. S. 10.; que por identidade de razão comprehendem este caso na sua disposição; Veja-se a Rot. in Mantiss. ad Card. de Luc. L. 4. de Servitut. Decis. 12.

Limitação da precedente regra. Nota: Como a obrigação de bemfeitorizar se póde condicionar, como parte de pensão nos termos que expuz desde o \$\\$. 604.: se por esse respeito a annual pensão foi minima, de fórma que com o rebate bem compensado da sua despeza, além do commodo, que as tres vidas perceberão das proprias bemfeitorias, neste caso cessa esta equidade, e prevalece o pacto, de que findas as vidas ficará o Prazo devoluto ao Senhorio, como bem ao proposito se vê julgado em Fulgin. de Jur. Emphyt. Post. Tract. Decis. 4. n. 18. e 19. com muitos DD. que ahi se citão; e isto ou o Prazo se extingua por findarem as vidas, ou por qualquer causa de commisso; como bem se provou nesta decisão.

S. 1062.

O mesmo se o Prazo he já renovação de outros.

Segundo caso: se se offerece hum Prazo ja renovado, que presuppõe outros mais antigos, e de cujo principio não ha memoria: sendo bem presumivel, que la in illo tempore se emprazarão terras incultas, procede a mesma equidade, que no precedente caso para se dever conceder removação; e ainda mesmo, porque o costume de se renovar, se equipara ao pacto expresso; Fulgin. Tit. de Renovat. Q. 1. n. 35., Q. 4. n. 4., et Q. 6. tot, Conf. Pacion. de Locat. Cap. 63. a n. 78. Confira-se e veja-se a Rota in

Mantiss. ad Luc. L. 4. de Servitut. Decis. 12. a n. 30., aonde expõe o modo como se prova serem os predios de antigo incultos, tendo havido renovações, ainda que estas se digão ser novas graças do Senhorio, e das terras já bemfeitorizadas.

**S. 1063**.

Terceiro caso: se o Prazo, de que se pede tenovação Nos de nova he dos da nova especie, de que tratei no S. 96; como a especie, findas mesma L. de 9 de Julho de 1776 manda que esta es- não ha obrigação pecie de Prazos se regule pelas regras dos arrendamentos: segue-se, que findas as vidas, a que o Prazo foi limitadoelle se extingue, ex L. Conductores. L. Siquis Conductio, nis Cod. de Locat., Corbul. de Jur. Emphyt. in Tit. = de causis privationis ob lineam finitam = , Pacion. de Locat. Cap. 53. a n. 1.: e o Senhorio só será obrigado renovar este Prazo (regulavel pelas regras dos arrendamentos) verificando-se alguma das limitações desta regra, que expõe o mesmo Pacion. Cap. 52; entre as quaes a unica, que póde ser mais praticavel, ex codem Pacion. a n. 20. he quando se mostrão avultadas bemfeitorias, verificando-se ellas com a precisão, que exige o mesmo Pocion, a n. 8. ad 34.: ou quando nos Prazos desta especie se convencionou o pacto de renovar, que he válido nos arrendamentos: (e conseguintemente nos Prazos desta nova especie) Pacion. de Locat. Cap. 63. a n. 1.

Limitações

da proxima

precedente

Nota: Adverte o mesmo Pacion.: 1.º, que este pacto não produz por si renovação, nem muda a natureza do contracto, e só produz acção pessoal, ut . n. 14. 15.: daqui infere 2.°, que não liga ao successor singular a quem o Senhorio aliena os bens arrendados, nem produz acção contra 3.º, ut n. 16. 17.: duvida 3.º, se o Senhorio ou seus herdeiros he precisamente obrigado ex vi pacti, ou satisfaz prestando o interesse, sobre o que cita variedade de opiniões: segura porém a n. 26. que sendo o pacto roborado com hypotheca dos bens produz acção ainda contra 3.º (Conf. Ord. L. 4. Tit. 9.) com tanto que TOMO II.

a renovação se peça em tempo (como se verá ao Cap. 1. P. 6.): Accrescenta 4.º, que cessa este pacto e essa obrigação Si locatio finiatur ob pacta conventa non servata, ut n. 57., ex Cald. de Renov. Q. 9. n. 5., etc. Vej. Fulgin. in Tit. de Contract. Q. 33., Fragoz. P. 3. L. 6. Disp. 9. n. 5., Cald. de Renovat. Q. 2. n. 9. et Q. 5. n. 19. sobre §, a força e effeitos deste pacto de renovar adde Mantic. de Tacit. L. 22. Tit. 23. tot., e o mesmo Cald. Q. 11. a n. 19.

**S.** 1064.

O Prazo, que no §. 83 e 101 chamo improprio, deve renovar-se findas as vidas.

Quarto caso: se o Prazo, de que se pretende renovação, he daquelles, de que tratei \$\\$. 83. e \$\\$. 101., em que o Proprietario dos bens os vende com o pacto de lhe ficarem emprazados, sejão, ou não já cultivados, etc., neste caso, (e como regularmente os bens com este pacto se vendem por menor preço, ut \$\\$. 101.) findas as tres vidas deve o Senhorio, ou renovar, porque aliás se locupletaria com a jactura alhea, valendo os bens muito mais, que o preço da compra; ou aliás só póde repetir para se lhe devolverem predios equivalentes ao mesmo preço, ficando o resto no pleno dominio do successor da ultima vida: ex Tondut. Civil. Cap. 79. n. 11., Cyriac. Contr. 68. n. 1. et 23., Afflict. Decis. 80. tot.

S. 1065.

Não ha
obrigação
de renovar
no caso
do Commisso.

Quinto caso: não ha obrigação de renovar, quando o Emphyteuta incorreo em commisso, ainda mesmo que na Investidura haja o pacto de renovando, Cald. de Renovat. Q. 9. a n. 4., Conf. Mell. L. 3. Tit. 11. §. 26. na nota, Rot. in Collect. ad Luc. L. 4. de Servitut. Decis. 9. n. 21., Gratian. For. Cap. 88. n. 31., Fulgin. de Renovation. Q. 1. n. 15., Bagn. Cap. 25. n. 90., Pinheir. Disp. 7. Sect. 1. Quid se o Emphyteuta em fraude do successor se deixou cahir em commisso para outra vez ser renovado como por nova concessão? Vej. Rocc. Select. Cap. 68. n. 22. 23., Fulgin. de Sol. Can. Q. 1. a n. 52.

S. 1066.

Sexto caso: quando o Emphyteuta renuncion o Prazo Nem quando nas mãos do Senhorio simplesmente sem condição alguma, o Emphytenta e elle acceitou a renúncia, não he obrigado renova-lo aos successores do renunciante. Cald. de Renov. O. 9. a n. 2., Mell. supra, Peg. 2. For. Cap. 9. pag. 625. 626. Vej. a S. 734. ad 740. et S. 963., ct P. 5. Cap. 1. S., menos que essa renuncia não fosse fraudulenta em odio dos successores, Pulgin. Tit. de Renunt. Q. 9. (Conf. **§.** 963.)

S. 1067.

Septimo caso: não he o successor do morgado obri- Nem quando, gado renovar o antecedente emprazamento, sendo esse o sendo de Morgado 1.º e seito sem Regia Auctoridade, Cald. de Renov. Q. 16. n. 11., Peg. Tom. 10. ad Ord. Cap. 21. sub. n. 84. sem authoridade (Conf. S. 24.): e geralmente em todos os casos, em que o Emphyteuse se extingue culpa, delicto, commisso, devolutione, præscriptione, et aliis modis, quibus emphyteusis extinguitur, Mell. L. 3. Tit. 11. S. 26. na Not., Ferreir., Cardoz. Blem. Jur. Emphyt. S. 96. (Conf. S. 1065.)

o Prazo, se fez

Geralmente nos casos aqui referidos.

Quanto aos Prazos Ecclesiasticos.

**S. 1068.** 

Primeiro caso: « os Prazos dos Mosteiros. feitos em « bens da dotação e fundação (diz o Alv. de 12 de Maio « de 1769), ou por Faculdade Regia posterior, que nunca w forão consolidados, chegando o caso da consolidação, que « não póde ter effeito, por se achar prohibida, devem con-« tinuar sem mudança, ou alteração alguma na sua primor-« dia natureza, que tem, on sejão familiares, de livre no-« meação, perpetuos ou em vidas, sempre com os mesmos fores e laudemies. Cumpre notar-se aqui, que os bens das Igrejos sempre se presumem da dotação e fundação, em quanto não consta o contrario, Addit. ad Luc. Ferrar. da sua dotação. verbo Bona Art. 1. n. 18., João Baptista Furgol. no Tract. des Parochos Primitivos Cap. 18. n. 38.

Nos Prasos **Ecelesiasticos** he de necessidade legal renovação.

Os bens das Igrejas se presumem

S. 1069.

que a pensão se não deva os Senhorios Ecclesiasticos. de armos em annos podem exigir reconhecimentos

Porém e por huma parte, esta Lei, que só teve as primeiras vistas, em que taes corporações não engrossasalterar, sempre sem mais em riquezas, ou por meios das consolidações. ou por meio do augmento da pensão nas renovações; não obsta, a que querendo o Emphyteuta se lhe deva renovar o Prazo com os mesmos antigos foros, e Laudemios; nem obsta, a que o Senhorio Ecclesiastico o obrigue a renocom vedorias. va-lo, senão para o augmento dos foros, ao menos para obter bum novo reconhecimento do seú dominio directo; e huma vedoria, em que de novo se avivem e apurem os bens emphyteuticos com as suas confrontações: bem como nos Prazos sateozins perpetuos, isto mesmo póde exigir o Senhorio do Emphyteuto, Fulgin. in Tit. de Renov. Q. 9., Conf. Cald. de Renovat. Q. 2. n. 8. et 10; e isto ainda apezar, que em tal renovação dos Prazos fateozins se não póde (como nos Ecclesiasticos) alterar a pensão: Fulgin. de Solut. Can. Q. 13. n. 22., Barboz. de Potest. Episc. All. 95. n. 26.

**S. 1070.** 1

nos Prazos das commendas de outros bens, que originalmente provierão da Corôa ás Corporações Ecclesiasticas?

Por outra parte: como está declarado pela Resolução de 30 de Dezembro de 1768 (teste Mell. L. 3. Tit. 11. S. 28.) que a disposição da L. de 4 de Julho de 1768 (de que foi declaratorio o dito Alvará) não comprehende os bens das Ordens Militares: como igualmente está declarado pela Lei de 20 de Agosto de 1774. S. 2., que não comprehende os Prazos da Universidade: e como geralmente pelo Cap. 6. da Lei e Foral dado ao Regio Convento do Santissimo Coração de Jesus no 1,º de Julho de 1787, está declarado, que nenhuma das antigas e modernas Leis deste Reino tem lugar nas consolidações dos Prazos de que as Communidades Ecclesiasticas são donatarias da Corôa; pois que em semelhantes termos as ditas consolidações são verdadeiramente feitas em favor da Coroa, que nenhum impedimento tem para ellas: segue-se, que cessando em taes Prazos as referidas Leis; e occorrendo a questão de se deverem ou não renovar findas as vidas, se devem regular com a distincção dos ca-

sos que ficão expostos neste Artigo relativamente aos Prazos seculares: e succedendo a devolução para a Corôa se devem regular pelo disposto na Ord. L. 2. Tit. 35. S. 25., com a exposição de Peg. Tom. 11. á Ord. Cap. 268. e seguintes.

S. 1071.

Segundo caso: a os Prazos (continua o mesmo Alv.) Quia, quanto « que os Mosteiros tiverem consolidado desde o anno de aos Ecclesiasticos a 1611, serão os ditos Mosteiros obrigados emphyteutica-« los dentro de um anno, contado da dita Lei de 4 de « Julho, com a liberdade de poderem fazer os empraza-« mentos em quem lhe parecer, sem obrigação alguma de « os emprazarem aos parentes dos ultimos possuidores ao « tempo da consolidação; mas pelos mesmos foros e Laua demios, por que antecedentemente os havião aforado, e « debaixo da mesma Investidura ao tempo da consoltdação: « com tanto, que sendo em vidas se renovem findas ellas a as pessoas que competirem, sem nunca se poderem effe-« ctivamente consolidar hum com outro dominio por quala quer titulo ... E os Emphyteutas devem pagar as pen-« sões conforme as clausulas dos ultimos emprazamentos. » Isto talvez esteja geralmente executado.

consolidados desde o anno de 1611?

S. 1072.

Terceiro caso: « os Prozos seitos (continua o mesmo Alv.) em bens illegitimamente possuidos, e aforados con-« tra o espirito das Leis, que não soffrem alienação que não « seja de todo o dominio, se reduzirão a perpetuos, refor-« madas as Escripturas dos Emprazamentos sem augmento « dos foros, já declarados nos anteriores Titulos » etc. Talvez tambem esteja tudo exceptuado: bem que os bens se presumem da dotação em quanto não consta o contrario: (ut S. 1068. in fin.) ou se presumem provenientes da Coros, para ser applicavel o exposto no S. 1070, em quanto não consta o contrario: pois que as Historias nos mostrão, e attesta Cald. de Renov. Q. 1., o quanto os Reis deste Reino se prodigalisárão com as Igrejas, e Mosteiros que tem nestas presumpções a sua intenção fundada, em

Quid, quanto aos Prazos **Ecclesia sticos** constituidos em bens illegit imamente adquiridos?



quanto se não mostra que os bens fossem illegitimamente adquiridos depois do auno de 1433., tempo até quando a Ord. L. 2. Tit. 18. S. 3. the tolerou as adquisições (além dos bens da dotação, e adquiridos por Doações Regias).

**S.** 1073.

uid, quanto aos das comerações

Ouarto case: a finalmente (conclue o dito Alv.) para « evitar outres questões, que se podem excitar nesta mamão morta? « teria: hei por bem declarar que em todos os casos, em « que os Prazos por regra geral se podem consolidar com « o dominio directo, como succede nos casos de commisso « e nos de devolução, possão os ditos corpos de mão merta « consolidar sómente para o effeito de tornarem a empra-« de devolução para a Minha Coróa. »

> Nota : Este livre arbitrio, que a Lei concede nos casos de commisso e devolução (em que se comprehende o caso de findarem as vidas) ás Corporações de mão morta de emprezarem dentro do anno a pessoas seculares só póde exercitar-se em prejuizo dos successores da ultima vida, ou nos casas da devolução por commisso que prejudicasse aos successores do Emphyteuta; ou só póde exercitar-se em favor dos estranhos, quando segundo a distineção dos expostos casos os Senhorios seculares podem excluir os successores da última vida, ex oi dos pactos, com que as investiduras se revestírão. Outra não póde ser a intelligencia desta final disposição do Alverá.

> > S. 1074.

Extingue-se pois o Prazo pela extincção das vidas em todos os casos dos referidos, em que o Senhorio não he obrigado fazer renovação so successor da última vida: não se extingue o Prazo por findarem as vidas, em todos os mais casos dos referidos, em que o Senherio, findas as vidas he obrigado renovar no successor da última: nos primeiros he que pode verificar-se a opinião a S. 1059: pos seguados a outra a S. 1055.

#### CAPITULO III.

Extincção do Direito Emphyteutico pela prescripção.

S. 1075. L'evemos considerar este caso debaixo de dois pontos de vista; ou pela prescripção do Senhorio contra o Emphyteuta; ou deste contra aquelle: ambos decidiu o Cod. o dominio util Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 7. ibi: « o Emphyteuze fina- do Emphyteuta; a liza pela prescripção, quando o Senherio directo se tem a metido em posse dos beas Emphyteuticos; e repugnando o « Emphyteuta a essa posse, acquiesce depois a ella, e guarda « silencio, sem demanda por 10 annos entre presentes, e 20 entre absentes: por este modo os bens emphyteuti-« cos cessão de ser sujeitos ao direito Emphyteutico, e fi-« cão ao Senhorio directo livres.

« He da mesma fórma respectivamente á renda annual. « se o Emphyteuta repugnando paga-lo, o Senhorio dire-« cto acquiesce a esta contradicção durante os annos, dé « que se vem de fazer menção; no qual caso o Emphyteuta « adquire a verdadeira propriedade dos bens Emphyteuticos; « e por consequencia o Emphyteuse e o dominio util fina-« lizão pela prescripção. »

Ambas as prescripções comprehendeu Struv. Exerc. 11. Thes. 72. ibi: «Finitur Emphyteusis... præscriptione, « sive Dominus rem debito modo, et tempore possidens. « contra Emphyteutam; sive Emphyteuta dominium con-« tra Dominum denegatione canonis per tempus legibus de-«terminatum acquiescentem præscribat. » Concorda Coccey. « Vol. 1. Disp. 41. Cap. 6. Thes. 16. et 19. et Cap. 10. Thes. 2.

Como porém as circumstancias varião na prescripção do Senhorio centra o Emphyteuta; e na deste contra aquelles. tracturei separadamente de cada huma, e dos requisitos, que respectivamente devem concorrer nellas.:

Tanto póde o Senhorio prescrever o direito daquelle.

# Pelo que respeita á prescripção do Senhorio contra o Emphyteuta.

S. 1076.

O Senhorio
prescreve por
10 agnos
o dominio util
contra
o Emphyteuta.

Não duvido do tempo, que unicamente exige o Cod. Fredic. para esta prescripção: o Senhorio tem o titulo Emphyteutico do seu dominio directo, titulo apto na sua generalidade para attrahir, e consolidar o dominio util, não só ob lineam finitam, mas em todos os casos, em que o Emphyteuta incorre em commisso; de fórma que a reunião do dominio util com o directo por qualquer destas causas não he nova adquisição, que depende de novo titulo; mas essa devolução, e consolidação he por força do primeiro, como huma parte substancial jure unionis, Lagun. de Fruct. P. 1. Cop. 20. n. 40., Conf. Costilh. de Usufr. Cap. 76.: e por tanto com o titulo de Senhorio pode mais facilmente prescrever contra o Emphytauta a reunião do dominio util pelo tempo ordinario de 10 annos entre presentes, e 20 entre absentes, segundo o systema do Cod. Frederic.

S. 1077.

A boa fé, este requisito
da prescripção, se póde verificar no Senhorlo pelas circumstancias aqui expostas.

He sim precisa a boa fé em toda a prescripção, ex Cap. fin. de Prescript. Ord. L. 4. Tit. 3. S. 1. et Tit. 79., Coccey. Vol. 1. Disp. 41. Cap. 6. Thes. 14.: mas a do Senhorio directo póde fomentar-se, e fundamentar-se com muitas causas: ou 1.º, dizendo que se persuadira estarem extinctes as vidas, Mul. ad Struy. Exerc. 11. Thes. 72. Let. E.: ou 2.º, fundando-se em alguma renuncia feita pelo Emphyteuta, de que haja verosemelhança: maximè 3.°, mostrando gravado com pensões o Emphyteuta ao tempo, em que o Senhorio entrou na posse, caso em que he mais facil a presumpção da dimissão do Emphyleuta em pagamento do passado: ou 4.º, mostrando o Senhorio que quando entrou na posse estava o Emphyteuta incurso em commisso por alguma das causas juridicas expostas nesta obra: pois, não se queixando espoliado o Emphyteuta, e não o accionando ordinariamente em 10 ou 20

annos, temendo oppor-se-lhe o Commisso por Excepção (S. 888.), podia o Sephorio justamente persuadir-se, que o Emphyteuta, acquiescendo á sua pesse, reconhecia a Justica do Commisso, da posse mesma; e condescendia voluntario sem demanda na consolidação de hum e outrodominio; augmentando-se com o tempo cada vez mais a sua crença, e a sua boa lé; menos, que se não verifique huma intruzão violenta; e o pretexto do Commisso, a que o Senhorio recorsa para bazear a sua boa fé, e a suaposse, se não convença com exclusão manifesta e clara da causa, que elle allegue, para assim o constituir em má fé positiva.

### Pelo que respeita á prescripção do Emphyteuta contra o Senhorio.

**S.** 1078.

Já deade o S. 698. expuz os cases em que o Emphytenta pela prescripção se póde libertar do pagamento futuro de parte da pensão convencionada: he agora proprio deste lagar mestrar quando o Emphyteuta pela prescrineão se possa perpetuamente libertar da totalidade, da penção, e prescrever o dominio directo do Senhorio para per mino desta prescripção ficar totalmente extincto o Prazo, e os beas no pleno dominio do Emphyteuta.

**S.** 1079.

Esta: quoitde, abetracta: se a liberdade dos reddites: autuer reacs se mode adquirir in perpolante por moier de abstracta: prescriped a. dessanda de quegan se pietos possuidores des des prestações pendina anesados; de ten só se spresorevenz quanto ao pre- annuas se pode tenite? Lets question digo, disputou en professo Dochener. perpetuamente ad Rand. Tom. & Eserc. Sa.; o depois de citades quan-pela prescripção. ten BD. escrendras per home e sutre perten dépois de Paridicar os fundamentos de tuma e entra opinito; defende a affirmation pela prescripção da perpetua liberdade (don-COTTANDO NA RECESSATION RESPINATOS); elle responde a todos as abjecutes contaction: muito amais, quando concorre hulpa

prescripção immemorial; ainda que o credor toutesse interrompe-la com interpellações extrajudiciaes. Depois de se lêr Boehmero nada mais ha a desejar. Outros muitos DD. de ambas as opiniões conglomerou Altimar. de Nullit. Tom. 7. Q. 43. a n. 789.

**§.** 108**0**.

O que no nomo proprio caso discorre Dunod.

Na questão especial a respeito da prescripção da liberdade dos beas de Praze pelo Emphyteuta; eis-aqui o que com muitos DD.; e decisões dos Parlamentos da antiga França, diz Dunot. no Tract. das Prescripções P. 3. Cap. 10. pag. (mihi) 353. no fim, ut ibi:

« A opinião commua he que o Censo Emphyteutico, « seja que se deva a hum Senherio jurisdiccional, ou a a qualquer outro, não he prescriptivel pela só cessação do « pagamento, e pela falta de nevos reconhecimentos da parte « dequelle que o: tem constituido, ou reconhecido antigae mente, e de seus herdeiros. As rezões sôbre as quies: « ceta opinião he fundada, são, que o Eurphyteuta possue « pelo Senhorio, e consequentemente não he capas de pres-« crever contra elle, como hum arvendutario contra sem «Senhor; que a sua posse he relativa ao seu titulo, a a sendo este precario, o he aquella tambem; que elle nua « muda a causa da sua posse pela simples cessação do pa-«gamento; que elle não adquire o pleno dominio por este « meio, porque elle não o possue; que elle não o póde amais adquirir por 100 annos, que por 40, rebus sic a stantibus, et milit entrinsceus advenients; que v Souteario conserva a dominio directo, o a posse vivil solu unia me; e que a Lei Romana exclue teda :a prescripção ma « Emphyticuse, em quento que não ha introcusão da poste; a multa scillest danda licentia ei, qui jure Emphytouties e nem aliquam per quadruginea, vel quescumque alibe ananos delimerit, disendi un transacto tempeto deminitan avibi in siedem rebus quatitum esse; quat in sollom stata a semper manere dates jure Employtenties use spartent (L. V. a fi. fin., Cod. de Poppen. 80:, vel 40 anuer). Mates ter-

mos (vel quoscumque annos) juntos depois dos de qua-« draginta, por maneira de ampliação, excluem evidente-« mente a prescripção centennaria... esta he a Jurispru-« dencia do Parlamento de Tolosa, de Bordeaux, da Pro-« vença, de París, esta he a Jurisprudencia des Parlamen-« tos Estrangeiras, do Reino » etc.

S. 1001.

Nesta mesma resolução concordão João Freder. Rhet. entre as Obras de Stryk. Vol. 9. Disp. 18. Cap. 2. a n. 11., Barbos. na dita L. 7. Cod. de Prescript., Britt. in Cap. Potuit. de Locat. P. 3. S. 2. a n. 145., Antonell. de Temp. Legal. L. 4. Cap. 11. n. 8., Fulgin. de Solut. Can. Q. 9. a n. 4., Cocey Vol. 1. Disp. 41. Cap. 6. Thes. 17., Begrudell. S. Emphyteusis n. 99., Conciol. ad Stat. Eugub. L. 2. Rubr. 30. n. 54., e com hum grande esquadrão do DD., Akim. Tom. 7. Q. 43. n. 431.: Seguindo todos que nem o Emphytenta, nem sous herdeiros da sua resolução. pela transcendencia da má fé (\*) podem jámais prescrever o dominio directo por tempo algum pela simples cessação da pensão; em quanto não introvertem a posse de Senhorio; isto he, negando-lhe a pensão, sendo por ello pedida, e acquiescendo o Senhorio por tempo competente para a prescripção; porque só então esta principia do dia da negação, a que se sabseguio a acquiescencia do Senhorio, Cancer. 3. Var, Cap. 4. n.º 180., Dunot., P. 3. Cap. 10. pag. 367. 7. - Au reve - Ronton. de Part, nurt. Claus. 4. Gloss. 4. n. 8., Rhet. supra n. 9., Antonell. n. 8., Cocey. Thes. 16., Conciol. u. 56., Altimar. n. 434. 437. 439.: hem que Boehmer. ad Pand. Exerc. 86. S. 37., e Rocc. Selectar. Cap. 84. n. 14. e 15. se satisfazem com a simples negligencia do Senhorio para contra elle proceder a prescripção (\*\*).

(\*) Se o herdeiro do Emphyteuta a quem nunca se pedie a pensão do Prazo, e que sempre esteve em boa fé por mais de 30 annos, póde prescrever ex propria persona sem dependencia da accessão do tempo

DD. concordantes

Conclusão

da Emphyteuta antecessor? varião os DD., affirmando huns que sim, Altim. Tom. 7. Q. 43. n. 425., Peg. 7. For. Cap. 235. n. 25. Outros pele contrário, Anton. de Temp. Leg. L. 2. Cap. 88. sub n. 4., Fulgin. Tit. de Solut. Canon. Q. 9. n. 5. e 6., Begnudell. S. Emphyteus. n. 99., Peg. 3. For. Cap. 26. n. 658. Idem Fulgin. de Solut. Can. Q. 1. n. 251., Dunod. pag. 357. no fim: esta questão he dependente da geral: se a má fé transcende ao herdeiro, e nem com a boa propria póde preserever? Sóbre a qual se veja a minha Dissertação sóbre a boa, a má fé nas prescripções.

(\*\*) Não he precizo provar essa repugnancia do Emphyteuta, e aequiescencia do Senhorio, e basta só a negligencia delle, quando se prova negativa de nunca se pagar tal foro por mais de 100 annes ou de tempo immemorial: vejto-se Harprectr. Disp. 71. Res. 16. e seguintes, Castill. L. 7 Contray. Cap. 29. a n. 8., Coccey. Jus. Controv. L. 50. Tit. 5. e 6. Q. 2. S. 21., Stryk, de Immunit. Servit. seudel. Cap. 3. S. 13., condez Peg. 2. For. Cap. 9. n. 241. 242., e Tom. 7. For. Cap. 235. a n. 21., Boehmer. ad Pand. Exerc. 86. S. 37., Harprectr. Disp. 71. a n. 138. E quando assim se defende o Emphyteuta, basta que elle allegue a negativa de que nunca pagou, e não he necessario que a prove, em quanto se não mostra o contrario, Harprectr. supra Thes. 13., Cancer. 1. Var. Cop. 15. a. 41., Altim. d. Q. 43. n. 771. no am, Cordeir. Dub. 42. n. 48., Peg. 7. For. Cap. 236. n. 22., Begaudell. S. Census n. 88., Rocc. Select. Cap. 84. n. 5. 5. 1082.

Maito melhor
por via
de presumpção,
so concerem
conjecturas
persuasivas
de que
o Senhorio
remittiu o foro
para sempro

He porém mais facil admittir-se neste caso a prescripção, não como tal, mas como presumpção, quando o Emphyteuta allega, que o Senhorio lhe remittiu perpetuamente a pensão, e ha conjecturas desta remissão, e dosção, que a persuadão verosimil: Begnudell. verbe Emphyteusis n. 99.—Si tamen—Card. de Luc. de Emphyteus. in Summ. n. 63.: conjecturas de desção, que podem

ver-se em Peg. 3. For. Cap. 32. a n. 49. et Cap. 34. a n. 434., Mantic. de Tacit. L. 13. Tit. 15., Menoch. de Arbitr. Cas. 88., Mascard. de Probat. Concl. 555., e ou-

**S.** 1083.

Da mesma férma sendo o Prazo com o pacto de se poder remir pelo Emphytenta a pensão (veja-se §. 80.) se o Prazo foi facilmente se presume remide, mostrando-se, que se não com a faculdade pagou por espaço de 30 annos, Fulgio. de Sojut. Canon. de remir. Q. 9. n. 10., Altim. Tom. 7. Q. 43. n. 435., Antonell. de Temp. Leg. L. 2. Cap. 88. n. 14., Dunod. pag. 367. Lorsqu'il = no fim., Fabr. in Cod. L. 4. Tit. 36. De fin. 18., Luc. de Censib. Disc. 20., Rot. ad Luc. L. 5. Dec. 37. 38. 39. et 40.; e recurrendo-se as presumpções, de quib. Harpr. Disp. 64.

coacedido

S. 1084.

Semelhantemente sendo o Prazo improprio, daquelles, de que tratei a S. 101., em que o proprietario dos bens os vende com a condição de lhe ficarem emprazados; em Prazos taes he mais facil a prescripção como bem discorre Duned. no Tract. das Prescripções P. 3. Cap. 10. pag. 367. — Lorsqu'il —: tambem em fim he mais facil prescrever as rendas preteritas, quando não se prescrevão perpetuemente, Duned. peg. 366. y. - Quant -, Altim. Q. 43. n. 426., Beehmer. Exercit. 85. S. 22.

O mesmo na prescripção dos Prazos improprios.

**S.** 1085.

O exposto desde o S. 1080. procede quando se tracta da prescripção opposta pelo Emphyteuta, ou seu herdeiro: possaidor mais quando porém por 3.º possuider, que nem foi Emphyteute, nem herdeiro delle; mas possuem o Prazo per 30. annos com boa fé, tendo comprado os bens como allodiaes; este 3.º pode prescrever o dominio directo com e titulo e boa lé; como abundantemente demonstrou Dunad. no Tract. das adverte porém o mesmo Dunod, pag. 360 ut ibi: « eu te-« nho dito que o terceiro adquirente presereve, quando elle

O terceiro facilmente prescreve. Mas em que circumstancias ? « era possuidor de boa fé: se pois o Censo Emphyteutico « lhe tinha side denunciado pelo vendeder, elle não pres-« creveria, porque elle estaria em má fé; elle seria julgado « possuir relativamente a seu titulo, que lhe não dava mais « que o dominio util; elle não possuiria o pleno dominio, « pois que elle saberia que não lhe fôra vendide. Ha mesmo « Authores, que julgão, que quando a obrigação do fôro não « tivesse sido denunciada, basta que o terceiro possenidor « tenha delle sciencia d'outra parte, para que a prescripção « não corra em seu favor. D'onde se segue que se o ha-« bitante de hum Povo, de que o territozio he sujeito a « dominio universal, ahi comprasse herdades, que se lhe « não declarassem affectas a esté onus, elle difficilmente « prescreveria a exempção, porque ellesteria provavelmente « sabido este encargo: esta he a razão, porque os encarges a geraes, que se julgão conhecidos no lugar, não se he obri-« gado aos damnos, e interesses na falta de os exprimir; « e se exigem intervenções formaes e expressas da parte « dos particulares, que pertendem prescrever. »

a Além disto, quando o Senhorio prova o seu deminio a directo, eu creio, que aquelle, que perteude ter presa cripto a exempção como 3.º possuidor, deve provar « esta qualidade, e representar seu titule, para que se possa « vêr se elle está em boa fé, e se elle tem tido huma « justa causa para prescrever; porque elle vem a ser aua thor em sua excepção, elle he obrigado de a estabele-« cer. Ha hum titulo contra elle, e a sua posse só não a decide em seu favor; perque elle vem a ser author em « sua excepção, elle he obrigado de a estabelecer. Ha hum ti-« tulo contra elle, e a sua posse só não decide em seu fa- . « ver; porque elle póde te-lo em qualidade de herdeiro da-« quelles, que tem constituido ou reconhecido o foro, qua-« lidade, que sendo a mais ordinaria neste caso, parece de-« ver ser presumida em duvida. Se porém o possuidor go-« zasse da izempção depois de 100 annes, como elle po-«deria ter perdido o seu titulo, e este tempo laz presu-« mir, que tem havido algum, que authorize a posse; pa-« rece-me, que seria justo julgar neste caso o 3.º possui« dor de boa fé, se as circumstancias não determinem mais « fortemente a pensar o contrário.»

S. 1086.

Eu accressento outro coso em que o 3.º possuidor, Nunca porém ainda com titulo e boa fé não presereve o dominio directo, o 3.º presereve caso qual he: se hum terceiro comprou como allodial, e o Emphyteuta assim possuio per muitos annos huma percão do todo dos Prazo, ainda que com boa fe, não prescreve a liberdade dessa parte, em quanto o Emphyteuta principal, que fica possuindo o resto dos bens do Prazo contribue ao Senhorio a pensão inteiramente; porque nestas circunstancias falta ne Senhorio a sciencia, e em quanto recebe do Emphytenta o tedo da pensão, está na persuasão, de que elle possue e todo do Prazo, e nada lhe he imputavel de negligencia, conservando sempre a sua posse civil, Cancer. 3. Var. Cap. 4. a n. 183., Barb. in L. 2. Cod. de Præscr. n. 194. 195. et a n. 200., Altim. Tom. 7. Q. 43. n. 433., Antonel. de Temp. Legal. L. 2. Cap. 88. n. 9. et 10. Rederic. de Annuis. redditibus L. 2. Q. 9. a n. 65., aonde responde às objecções contrarias: e optimamente Cens de Censib. Q. 117. n. 16. et 17.: adverte porém Autoacil. n. 12. e 13. que « si Dominus sciverit aliena-« tionem factam, et ceneum seu canonem pro illa parte «alienata à nomine receperit, obstaret ei præscriptio; que-«madmodum curreret etiam contra proprietarium, qui escientiam habuit venditionis factæ ab usufructuario, et want caravit recuperare possessionem naturalem etc.

principal reconhece, com a solução annua o Senhorio.

> Declaração do exposto.

Nota: o mesmo que tenho discorrido a respeito O que assim de Emphytesta para com o Senhorio directo, procede sem differença no Subemphyteuta relativamente ao 1.º e o Senhorio, Emphyteuta, Cancer. 3. Var. Cap. 4. a n. 197., An- procede entre tonell. de Temp. Legal. L. 2. Cap. 88. a n. 6., Al- o Subemphyteuta. timer. Toes. 7. O. 43. n. 482.

Especialidades quanto a alguns Senherios directos.

S. 1987.

Quando corre a prescripção contra os Donatarios da Corôa. Não me occupo aqui da prescripção centra os Foraes; porque della tratei largamente em outra obra: não omitto porém a prescripção contra os Donatarios da Coréo. Os bens della nos dominios resoluveis dos seus Donatarios sempre conservão a primigenia natureza, Ord. L. 1. Tit. 9. in pr., Alv. de 26 de Setembro de 1791, Decr. de 26 de Junho de 1799, Cabed. de Patron. Cap. 50. n. 2., Peg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. Tit 33. in rubr. n. 240.

Ou pois se tracta da prescripção contra o proprio Donatario, que no espaço de 30 annos, depois de o ser, não exigiu os Direitos Dominicaes; ou se tracta da prescripção contra todos os successores; si prins, obsta-lhe pessoalmente a prescripção de 30 annos, Carvalh. de Testam. P. 2. n. 386, Peg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. T. 33. in rubr. n. 432. ŷ. = Et procedat = ; si secundam, só huma immemorial póde prejudicar a todos os successores, Carvalh. supra a n. 395., Peg. n. 432.

Distincção.

Note: Como a Ord. L. S. Tit. 35. S. 25., seguado a intelligencia de Peg. Tom. 10. à Ord. Cap. 21. n. 34. et Tom. 11. Cap. 123., se não oppõe a que o Donatario aliene em sua vida es bans da Cerôa, e só selva o direito dos successores, e o da Corôa ao caso de reversão: por isso não ha obstaculo para que possa proceder a prescripção pessoalmente contra qualquer Donatario; supposte que por sua merte imprejudicial ao successor, e sempre em todo o caso da reversão imprejudicial à Corôa.

**S. 1068.** 

Quanto
caos Presse
foreiros
a Morgado.

O mesme procede (ex BD. supra) quanto aos dominios directos sugeitos a algum Morgado; porque centra qualquer Administrador pessoalmente obsta a prescripção de 30 annos; e para se prescrever a liberdade do foro

contra todos os successores, he necessaria a immemorial; que se destróe constando do tempo, em que os Foreiros deixarão de pagar o foro, e assim, do principio da prescripção, Carvalh. supra sub n. 395., Peg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. Tit. 27. S. 1.

S. 1089.

Quanto aos Prazos, de que são Senhorios directos os Commendadores: sôbre a exclusão da prescripção nos bens das Commendas, se podem ver as Bullas, e DD. que refere Peg. 3. For. Cap. 28. n. 1044.: as Commendas, concedidas á Corôa deste Reino pelas Bullas que refere Cabed. de Patron. Reg. Cap. 18. são sem duvida bens da Corôa, e igualmente os mais bens dos Ordens Militares, como declarou a Resolução de 30 de Dezembro de 1798.: e portanto procede a este respeito o que deixo escripto quanto aos bens da Corôa em poder dos seus Donatarios.

Quanto aos das Commendas.

S. 1090.

Nos bens das Igrejas e Mosteiros só póde proceder a Os das Igrejas prescripção de 40 annos, Cap. de quarta 😕 de Præscript. Auth. Quas actiones Cod. de Sacros. Eccles., Phæb. Dec. 82. a n. 7. Almeid. Alleg. 7. n. 6.: se as confrarias são erectas com authoridade do Ordinario, gozão os seus bens do mesmo privilegio dos das Igrejas; e pelo contrario, se são leigaes, se prescrevem pela prescripção ordinaria. Barboz. de J. E. L. 2. Cap. 11. p. 97., Valasc. Coos. 105, v. 42.: Se bem que o contrario desende com muitos D.D. Scop. ad Gratian. Dec. 22. a n. 15.

e Mosteiros.

Os das Confrarias.

Nota: Quando os Lugares, e Corporações pias se possão dizer instituidos por Authoridade dos Bispos; e quando não, ainda que os Bispos confirmem os seus Institutos, vejão-se Peg. Tom. 4. ad Ord. L. 1. T. 62. S. 39. a n. 20., Pereir. de Man. Reg. C. 17.

S. 1091.

Pelo que respeita aos bens dos Benedictinos, e da Prazos fereiros a Benedictinos Ordem Cisterciense: elles siun tem o privilegio de sé lhes e Cistercienses. TOMO II.

obster huma prescripção centêneria, ad instar da Igreja
Romana, pelas Bullas, que referem Cald. Fom. 6. Cons.
51. sub n. 4., Altimar. Tom. 7. Q. 43. Sect. 1. a.
Bullas que lhe 250.: Bullas, que parecem recebidas neste Reino no fero,
dão o Privilegio e uso de julgar, como se nota na Sentença transcripta por
e uso dellas
no nosso Foro.
Peg. Tom. 9. á Ord. pag. 209. Col. 2. no fim: attestando Phæb. Decis. 82. n. 9., que o Mosteiro de S.
Martinho de Caramos tem o mesmo Privilegio; e dinendo
Altim. supra a n. 250., Urceol. de Transact. Q. 79.
n. 12. que o mesmo Privilegio fora ampliado por Urhano VIII. a todas as Ordens.

S. 1092.

Reprova-se esse Privilegio Pontificio. Porém quanto a mim, estes Privilegios Pontificios não pedem neste Reino ser norma das decisões: pois que a prescripção, supposto, que tem algum fundamento no Direito Natural, ella, e o tempo della he hum invento do Direito Civil, Dunod. Cap. 1. ŷ. Son origine, Heinec. ad Grot. L. 2. Cap. 4.: ella versa sobre bens temporaes; quaes os da Igreja sujeitos por natureza ao poder temporal, Estat. da Universidade L. 2. Tit. 8. Cap. 2. §. 29.: sebre elles não tem o Papa poder directo, nem indirecto, Estat. da Universidade L. 2. Tit. 4. Cap. 1. §. 30., et Cap. 4. §. 11., et Tit. 8. Cap. 1. §. 10.: poder, qual o que produz a prescripção, authorisada pelas Leis Civis, para privar a hum Vassallo do seu dominio, e transferielo a outro, ex Altim. Tom. 7. Q. 43. a n. 49.

O mesmo

Nota: Não consta legalmente, que essas Bullas forsem recebidas neste Reino per Placite Regio indispensavel, não bastando o uso dellas no foro, Beducc. Chronolog. P. 2. Demonstr. 6., L. de 28 de Agosto de 1767, L. de 12 de Junho de 1769; e muito menos sendo tão offensivas do poder temporal, e das Leis Patrias, que regulão os tempos para as prescripções. Sim ellas na materia sujeita se remettem ao Direito Casonico, como se nota na Ord. L. 3. Tit. 64., L. 4. Tit. 79.: peróm, além de terem a inter-

pretação anthentica na L. de 18 de Agosto de 1769 S. 42; dohi não segue que o Legislador authorizasse os Papas, para, ainda com boa fé, e sem peccado dos prescribentes, lhes dilatarem és tempos da sua prescripção até 100 annos: nenhuma daquellas Ordenações mandou, que quanto aos tempos para as prescripções, se observassem as Legislações Pontificias; mas só quanto ás cousas peceaminosas: e como só a má fé he a que enlaça em peccado; e não o menor ou maior tempo; por isso quanto so tempo se devem seguir as Leis Patrias, e Imperiaes en d. Ord. L. 3. Tit. 64.; e só quanto á má fé, para com ella não poder proceder prescripção alguma, se deve seguir o Direito Camonico no Cap. fin. de Præscript.

# **S. 1093.**

O mais proficuo seria recorrerem os Cistercienses aos Reaes Privilegios. Os seus bens pela maior parte são Doações da Corda, que nas suas Corporações conservão a primitiva natureza (§. 4687.): o recorrerem ao celebre Pri- ao Privilegio R. vitegio, ou Carta de Feudo, que se diz concedido pelo Rei D. Affonso Henriques, que do original copios o Chronista Santos, na Alcohaça Illustrada pag. 65., tem feito correr po Juizo da Corôn as demandas de toda a Ordem Cisterciense: pois que esse Privilegio se exprime assim.

a Personæ et res talium Monasteriorum sub tutella met patracinio Regis erunt, taliter quod à pullo possint e molesturi, imquietari, perturbari, vel alite suis benis frauadari... qued si contingat, in pristinam libertatem restia beantup quantumque hard temperis, vol momenti, in quo amajori commoditate id fieri quiverit: quapropter bona etaliam Monasteriorum et personaram erunt tanquam bona avogatia, et de vilis eris Regi cadem cura, quam de suis a debat: habere. '>

ं भीकार्थका । peusa fé doquelle Diploma parces estur संबद्धित demonstrada pela Desembargador Jeão Pedro Ribeiro no Ten. 12 das suns Dissertações Chronologicas, e Criticas., Dissert. 2. pag. 54. e seg.

He mais providente aos Cistercienses

Nota: Sôbre os effeitos de hum tal Privilegio ad instar, vejão-se Peg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. Tit. 52. S. 9., Cyriac. Contr. 203. a n. 23., Barbos. et Tabor L. 1. Cap. 48. tot.

#### CAPITULO IV.

Extincção do Direito Emphyteutico pela confiscação.

Legislação

S. 1094. Emphyteuze (diz o Cod. Freder. P. 2. L. 3. do C. Frederic. a Tit. 3. sub S. 30. n. 5.) finaliza, quando os bens Ema phyteuticos vem a ser confiscados por causa de hum « crime, commettido pelo Emphyteuta; no qual caso elle « não passa ao fisco, mas elle reverte ao Senhorio. »

**S.** 1095.

Patria da Ord.

No nosso Reino temos a Ord. L. 5. Tit. 1. S. 1. c 2. determinando que « tendo o herege Prazo algum de a Igreja, o qual possa passar a herdeiro extranho por Lei, a costume, ou contracto, em tal caso succederá o nosso « fisco em lugar do herdeiro extranho, assim como deve. « succeder nos Prazos, que o tal herege tiver de particu-« lares . . . E se o tal Prazo for de qualidade, que não possa « vir a herdeiro extranbo, e se baja de tornar á Igreja; « em tal caso o nosso fisco o possuirá, e haverá os fructos « delle em quanto o herege viver. » A mesma Ord. Tit. 6. S. 15. determina: « E o que em qualquer dos ditas casos a (Grimes de lesa Magestade) commetter traição se tives « bens de . . . foro, que devão vir por geração, ou andar « em pessoas, se elle por justica morrer não haverá o fisco « os ditos bens, mas have-los-ha aquelle, a quem perten-« cerem por hem do . . . afforamento. E fugindo o culpade « da terra de maneira, que se não possa selle cumpric a s pena da Justica, haverá o fisco de tres hene em quento « viver o culpado; e morto elle os hevera a pessoa a quà « por direito pertencerem, sem mais es haver e fisce por « razão da dita maldade. »

**S.** 1096.

Posteriormente á publicação da Ordenação Filippina, Do Regimento sobreveio o Regimento das confiscações datado em 10 de Julho de 1620, aonde no Cap. 51. se determinou ut ibi: « Hei por bem, que quando os Prazos da Igreja que o he-« rege tem, podem passar a herdeiro extranho por Lei, a costume, ou contracto; nestes Prazos succeda o fisco em a lugar de herdeiro extranho; assim como succede nos « Prazos dos particulares . . . se o tal Prazo for de qualia dade, que não possa vir a herdeiro extranho; em tal « caso o nosso fisco possuirá e haverá os fructos delle em « quanto o herege viver. E em todos os casos, em que o « Prazo tornar á Igreja, haverá o nosso fisco o Prazo das a bemfeitorias, e melhoramentos, assim como de direito « devem haver os herdeiros. »

Confiscações.

**S.** 1097.

Tal he a nossa legislação a este respeito: he notavel o quanto a sua interpretação, e conciliação sobre quaes especies de Prazos ella comprehendeu, atormentou os engenhos dos Senadores no grão de revista, como se nota no aresto e tenções que deixou escriptos Peg. 2. For. Cap. 9. a n. 274.: sobre a intelligencia das mesmas Ordenações escreveu largamente Portug. de Donat. L. 3. Cap. 22. a n. 62. cum segg., e tambem Pinheir. de Empayt. Disp. 5. Sect. 5. S. 7.: como isto raras vezes succede, me dispenso de maior digressão; satisfazendo-me com remissão aos citados DD.

Ponderação sobre esta legislação.

Nota: Póde vir em duvida; se hoje depois da Lei de 4 deJ viho de 1768, e Alvará de 12 de Maio de 1779, se podem ainda devolver á Igreja, ou Corpoporações Ecclesiasticas os Prazos Familiares, que no caso de confiscação, segundo estas Leis se devolvião, e consolidavão? Parece que sim, mas com a obrigação de dentro do anno tornarem a emprazar em pessoas leigas : pois que este era hum dos casos em que os Prazes se devolvião aos Senhorios Ecclesiasticos (e tambem aos Seculares); ora o S. fig. do dito Alvará determinou geralmente « que em todos os casos, em que os « Prazos por regra geral se podem consolidar come « dominio directo, como succede nos cases de commisso « e nos de devolução, possão os cerpos de mão morta « consolidar sómente para effeito de tornarem a empra-« zar dentro de anno e dia a Pessoas Secularea. »

#### CAPITULO V.

Extinçção do Emphyteuse pela confueão de hum com autro dominio.

Extingue-se o Emphyteuse pela confusão dominio na mesma pessoa, ou seja o Senhorio. ou seia o Emphyteuta.

**S.** 1098. Emphyteuse finaliza (diz o Cod. Freder. supra a S. 30. n. 40.), quando o Emphyteuta Senhor util, e o de hum e outro « Senhorio directo se succedem mutuamente hum ao outro, « e es seus bens se achão por isto confundidos. » A confusão dos direitos diversos em huma e a mesma pessoa define Rub. de Confus. Jur. Cap. 1. n. 19. nestes termos: « Con-« fusio jurium est unio legalis statuens ex jure defuncti, « et hæredis libero juxta tempus additionis non beneficiatæ « unicum jus hæredis in quo representatur defunctus » ut n. 19., aonde explica cada huma das particulas desta definição: outres definem: «Debiti et crediti in una, cadem-« que persona peremptio. » Confira-se o Cod. Civ. dos Francezes L. 3. Tit. 2. Cap. 4. Sect. 5.

**S.** 1099.

Quando se póde realizar confusão perpetua.

Esta confusão porém só pede verificar-se, quando os bens do defuncto, e do herdeiro são de mesma natureza plenamente livres, sem obstaculo para sonstituirem hum só patrimonio da mesma natureza: e dagui vent, sue se no nosso caso o Emphyteuta for herdeiro do Senhorio, ou vice versa; mas berdeiro gravado, ou temporal, ou successor de Morgado a que era annexo o dominio atil, en a directo; esta confusão só he temperal, e não perpetua; os deminios, ainda que reunidos na mesma pessoa, conservão as suas

Quando só temporal. diversas naturezas de fórma, que morta a pessoa, em que se reunirão, cessa a confusão temporal; e póde ex vi das providencias, contractos, e disposições passar o dominio directo a hum, e o util emphyteutico a outro individuo, ex traditis per Rub. de Confus. Jur. Cap. 5. et 6., Cap. 10. S. 2. n. 70.

S. 1100.

Tambem; o inventario que faz o herdeiro obsta para varios fins juridicos á umão e confusão dos bens e direitos do defuncto com os seus, Rubr. de Confus. Jur. Cap. 30.

S. 1101.

Se porém o Prazo era familiar, e que o Emphyteuta não podia ceder, nem vender ao Scahorio em prejuizo dos successores (S. 962., 963.), neste caso não ha confusão he temporal. perpetua, e só dura durante a vida do Emphyteuta, Card. de Luc. de Fend. Disc. 61. in Annot. sub n. 3. 7. Ad instar. Quando porém a confusão he perpetua, ainda que o Prazo estivesse hypothecado passa livre ao Senhorio, com as distincções que logo veremos Cap. 8.: e ainda que o Senhorio (nos casos em que se lhe devolve livre) o dê outra vez ao mesmo Emphyteuta, que o havia hypothecado. não revivisce a hypotheca em favor dos credores: tal he hum effeito da confusão de hum e outro dominio: Fulgin. Tit. de Repuntiat. Q. 3. a n. 13.

em que

# CAPITULO VI.

Entingue-ce o Emphyteuce pela entincção total des bene Emphyteutiess.

**S. 1102.** Emphyteuse finaliza (diz o mesmo Cod. S. 30. «n. 3.) quando os bens Emphyteuticos vem a perecer, e « cessão por consequencia de existir; o que succede tam-« bem, quando a figura, ou a fórma dos bens he mudada. « Mas no caso que os bens não fossem inteiramente des« truidos, e reste ainda huma parte, o Emphyteuse subsis-« tirá por respeito a esta parte. »

Nota: Tudo o que aqui póde pertencer, está tratado desde o §. 745., e nada mais me resta advertir.

## CAPITULO VII.

Quando pelas diversas causas de Commisso sé extingue o Emphyteuse.

Extincção do Prazo e consolidação.

1.º
Pela damnificação, e quando esta he tal, que occasiona a pena.

S. 1103. amnificação: « o Emphyteuse (diz o Cod. Frea der. supra n. 8.) póde ser revogado, se o Emphyteuta a deteriora consideravelmente o predio; por exemplo, se a elle destroe as matas, silvas ceduas; se elle arranca as « arvores fructiferas em os jardins; se elle não repara a casa, etc. Porém para que a deterioração possa fazer a dissolver o Emphyteuse, he preciso, que ella cause hum a prejuizo perpetuo ao predio, como succede quando se des-« tróe huma mata ou bosque em todo ou em parte; que a ella seja feita fraudulentamente, ou em consequencia de a huma culpa lata, porque huma culpa leve não bastaria « para este effeito. Se pois as duas condições precisas para \* fazer resolver o Emphyteuse não existem, ou que o Ema phyteuta se offerece reparar o damno in continenti, e se « propõe suze-lo, o Senhorio directo so poderá acciona-lo « para obter os seus damnos, e interesses. »

Nota: Quando, em que casos as damnificações possão fundamentar ao Senhorio a accusação de Commisso; e em que casos seja excusavel o Emphyteuta do Commisso, e por esta causa, está demonstrado desde o S. 615. até o S. 641. non plus ultrà.

Pela faka de pagamento do foro. S. 1104.

Falta do pagamento do foro: Esta he huma das causas de Commisso pela qual tambem o Prazo se extingue Cad, Freder. supra sub n. 8.: quando por esta causa seincorranguando se exculpe o Commisso, está abundantissimamente demonstrado desde o S. 762. até o S.:808.

# **S**. 1105.

: Alienação sem consentimento do Senhorio: Esta he outra causa, que connumera o citado Cod. n. 11.: Quando por Pela alienação ella se incorre; quando se exculpa o Commisso, fica lar- do Senhorio. gamente tratado desde o St 809. até o S. 854.; e desde or S. 855., em que tempo deve intervir o consentimento; desde o S. 860, quaes pessoas são habeis para ouprestar; desde o S. 869., como deva ou possa provar-se, etc.

S. 1106.

L'Negação dolosa do dominio directo: «O Emplyteuse « se extingue (diz e citado (Cod. n. 101) quando o Rma phytouta temeraria, e maliciosamente nega, que o pro-« dia, que elle possue tenha sido dado em Emphyteu-«se. » Suppostorque Voet. ad Pandect. L. 6. Tit. 3. a. 49. nervosamente defende, que por nenhum direito esta cominada a pena de commisso e privação ao Emphyteuta. que nega o dominio directo, e que he convencido na sua negação; respondendo Voet. a todas as objecções contrarias: comtudo maiformemente assentão muitos DD., que por esta causa (que adoptou o citado Codigo) perde tambem o Emphyteuta o Prazo: assim com Valasc. Q. 8. n. 10. e com Fragozo, Pinheir. de Emphyt. Disp. 8. Sect. 4. n. 63. et Disp. 1. Sect. 2. S. 1. n. 21., Fabr. in Cod. L. 4. Tit. 43. Def. 21.

Pela negação dolosa do deminio directo.

O contrario sustenta Voet.

# S. 1107.

Para se incorrer porém esta pena e neste caso he necessario 1.º, que o Emphyteuta firme por termo a sua negação ex Peg. 1. For. Cap. 3. n. 493.: he necessario 2.º, que esta negação seja temerária, e maliciosa, como requer o citado Codigo, sagaz, e dolosa, como requerem os Senadores apud Peg. 3. For. Cap. 28. n. 789., 792, Pinheir. supra sub p. 63.: e por tanto 3.°, se o Emphteuta TOMO II.

Mas o que he neccessario concorrer para esta pena, e esta causa de extincção.

era rustico; se não tinha em seu poder o Emprazamento; se ignorava porque titulo devia pagar o foro, duvidando ijuatamente ser de Censo, ou de Prazo, etc; em taes carcunstancias cessa a malicia, e o dolo, e consequentemente a pena do Commisso, Pinheir. suprà, Peg. suprà e n. 787., aonde assim o refere julgado, e são notarem as deliberacoes ahi transcriptas até o n. 793.

S. 1108.

Suppressão da verdade o fraudar da opção, ou do Laudemio.

Suppressão da verdade ao Senhorio para o illudir no opção, ou laudemio : « o Emphyteuse finaliza (diz o mesmo ao Senhorio para « Cod. n. 12.) quando o Emphyteuta requer sim o consena timento do Senhorio directo, mas não declara ao mesmo a tempo o preço, que lhe tem sido offerecido, e as condia ções, que tem convencioundo: ou quando elle declara a hum mais alto preço, que o preço offerecido; ou condi-« ções mais oneresas, que as convencionadas; ou quande e elle declara hum mener preço, que o preço convencionado, «a fim de fraudar o Direito do Laudemio: » Isto mesmo. que o Cod. Freder., sustentão Valosc. Q. 8. n. 11., Barbos, in Cap. Potuit, de Locat. n. 11., Cald. de Extiact. Cap. 13. n. 34., Pinheir. Disp. 4. Sect. 9. n. 195. et Disp. 8. Sect. 4. n. 64.: bem que o Emphyteute pode re *integra* antes de accusado declarar a verdade, Caid. d. n. 34., Pinheir, d. n. 1950 nootics.

> · Nota: O Senhorio sim póde neste caso deferir juramento ao vendedor, e comprador sobre toda a-verdade, Pinheir. supra, Cod. Freder. supra 3. Notes, Repertor. sub verb o= Foreiro quando vender o Prazo= etc.: porém esta providencia não he de precisa necessidade, e deixando de usar della, pode accusar o commisso, huma vez que prove a referida fraude: Imò, ainda exigindo o tal juramento: como este não he o judicial, que não admitte prova em contrario, Ord. L. 3. Tit. 52. S. 3.; e á excepção deste todos os mais a admittem; veja-se Stryk. Vol. 7. Disp. 28.—De Probatione contra præstitum juramentum legale == ; ve

ja-se etiam Hermosill. L. 8. Tit. 3. P. 5. Gloss. 8. n. 7:: segue-se, que depois de jurarem, se o Senho-aia as pader convencer delozos, pode accionar o Commisso: assim me parece.

S. 1109.

Subnegação do Laudemio: he controversa a Questão: se o commisso se incorre só porque se não paga o laudemie? a negativa he sustentada por Surd. Decis. 31. et 200., Fulgin. de Var. Caducit. Q. 16. tot., e outros que refere Pigastell. Tom. 10. Cons. 206. n. 75.: mas Pinheir. Disp. 8. Sect. 4. n. 64. no fim he de voto contrario quià eadem, imo maior est culpa nolle solvere laudemium quam non detegere domino verum pretium (\$\frac{1}{2}\$. precedente) quo res venditur, propter quam causam pæna commissi incurritur. Et quidem. Gam. Decis. 91. n. 3. aperté « supponit incurri commissum propter non solutum laudemium »; outros distinguem. que só so incorre o commisso « si interpellatus Emphyteuta laudemii solutionem recuest » Pignat. supra n. 77.

6.º Se pela subnegação do laudemio?

Variedade de opiniões.

Nota: Quid quid sit da variedade destas opiniões: ou se uão pedio licença ao Senhorio; e então elle tem por isso mesmo seção mais segura para accionar o commisso; ou ha costume de se fazerem as alienações sem se impetrar licença do Senhorio (costume, que pode haver ex Peg. 2. For. Cap. 9. n. 135.); e então eu não admittiria a pena do commisso sem huma interpellação judicial, em que se assiguasse tempo para a sua solução com a cominação de incorrer na pena: e ainda admittido e rigor de Pinheiro, facilmente se evita a pena, purgando o Emphyteuta a mora, Pignat. supra n. 78.: sé sim e sem dúvida se incorre por esta cansa a pena, se assim se estipulou no Emprazamento, Fulgin. d. Q. 16. no fim: confira-se Peg. Tom. 10. à Ord. Cap. 39. a n. 73. sobre tudo é exposto nesta Nota.

Conciliação dellas.

7.°
Cob!umacia
dolosa
em exhibir
so Senhorio,

que o requer

a Investidura.

S. 1110.

Contumacia em exhibir a Investidura que Senhorio: Seco Senhario requer que o Emphytauta dhe enhiba a Investidura, verificando sua acção com os necessarios requisitos que para este sim são precisos; e sem desculpa he o réo que negava, condemnado como doloso na occultação da Investidura: sobre o que se vejão Parex. de Instrument. Edit. Tit. 5. Resol. 12., Peg. 2. For. Cap. 9. a n. 228., Pinheir. Disp. 1. Sect. 2. S. 1. a n. 19.: neste caso o Emphyteuta assim convencido doloso tambem incorre na pena do perdimento, Fabr. in Cod. L. 4. Tit. 43. Def. 21., Parex. supra n. 11.: o mesmo procede, quando o Senhorio exige do Emphyteuta a Escriptura do Emprazamento para o fim de ver a quantidade do Laudemio devido; e o Emphyteuta he convencido doloso em a exhibir, sem justa excusa, Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. à n. 199.: veja-se a \$, 1249.

Nota: Ja demonstrei desde o S. 887. que em nenhum caso em que o Senhorio se persuada haver cahido em commisso o Emphyteuta, pode por authoridade propria invadir a posse; e que o Emphyteuta se pode queixar espoliado e deve ser restituido, por mais exuberantes que sejão as clausulas da investidura: e só sendo accionado erdinariamente pode oppor o commisso por excepção para repellir ao Emphyteuta.

Nuta geral sobre todo o commisso.

S. 1111.

Regra geral.

Qualquer causa
excusa
do commisso,
e em duvida
se deve julgar
pela exclusão
delle.

He hum brocardico seguido na praxe, que em duvida, e ainda de opiniões, se deve julgar contra todo o commisso, como odioso; e que desta pena excuso qualquer leve causa, ainda só apparente, e colorada, Peg. 3. For. Cap. 28. n. 789. y. — Moveor — n. 800. y. — Quod si — Pinheir. Disp. 8. Sect. 5. n. 87., Gam. Dec. 242. n. 3., Dec. 268. n. 2., Valasc. Cons. 71., sub n. 14., Reinoz. Obs. 59. n. 20., Luc. de Emphyt. Disc. 33. n. 6.: tanto assim

que o mesmo Luc. de Emphyt, in summ. n. 39. diz que a hujusmodi devolutionum rara est praxis ob facilem exa cusationem ab ea positiva malitia, vel dolo, qui ad hanc « pænam desiderantur: ideoque pariter id certam non ha-« bet regulam, sed à casuum circunstantiis, potissimum « verò à locorum diversis moribus diversam decisionem « expectat » Cord. f. Guerreir. For. Q. 12. n. 17.

S. 1112.

Só sim quando o Prazo he foreiro à Universidade de Caso especial Coimbra, e o vendedor, e comprador não cumprem o de- em favor da Universidade terminado na L. de 20 de Agosto de 1774. (Conf. S. 856), incorrem em commisso « sem que (diz a mesma L. a S. 2.) este insanavel, e irremissivel commisso se possa « de alguma sorte purgar, ou remover debaixo de qualquer a motivo, e pretexto, por mais especioso que possa parecer, etc. » Porém esta limitação, provando aliás a mesma regra (de qua S. præcedenti), affirma em contrario, e exclue outras limitações, Arg. L. 25. de Janeiro de 1775.

de Coimbra; em que não se admite exclusão da pena.

S. 1113.

Adverte o Senador apud. Peg. Tom. 10. ad Ord. Cap. 39. n. 75., que tudo o exposto procede nos Prazos dos Particulares; porque «si juris dispositionibus attendimus « in materia, de qua sumus, cum circa Regales Emphya toutas commissum faoile non judicetur. Rex enim suo solo « canone contentus dicitur : si in profana emphyteusi quæ-« libet causa excusat, multo fortius in Regali, ubi semper « liberalitas concedentis consideratur, L. 2. Cod. de Vectig. et Commiss., Barbos. in remiss. ad Ord. L. 4. Tit. 38. a in pr. n. 32.

Nos Prazos da Coroa, não. se julga facilmente commisso.

# CAPITULO VIII.

Com quaes commodos, e augmentos; com quaes encargos, e obrigações reverte ao Senhorio o Prazo nos casos de consolidação por devolução, ou commisso.

## ARTIGO I.

Commodo dos fructos pendentes ao tempo da devolução, ou commisso.

Casos
em que o Prazo
se devolve
ao Senhorio
com os fructos
pendentes.

S. 1114.

De o Prazo se devolve ao Senhorio, ou na duração das vidas por falta de nomeação, e consanguineos até o 4.º grão (§. 1054.); ou na extincção das vidas nos casos em que o Senhorio não he obrigado fazer renovação (ut à §. 1061,); ou por effeito de renuncia, que faça o Emphyteuta, que elle aceite (§. 1052.). Em todos estes casos, o Prazo reverte ao Senhorio com os fructos pendentes, com Barbosa, Caldas, Valasc., Fulgin., Gall. de Fruct., Antonell., Pinheiro e outros, Bagn. Cap. 25. à n. 70. et à 5. 86.

S. 1115.

Quid, se se devolve por commisso ob non solutum canonem? Se o Prazo se devolve ao Semborio por commisso ob non solutum canamen; he assás questionado, de que tempo deva o Emphyteuta ao Semborio os fructos e rendimentos; se do anno, em que se completou o tempo da falta do pagamento; ou só depois que o Senhorio declarou, que queria usar da caducidade? Huns DD. dizem que o Senhorio vence os fructos pendentes desde o tempo em que o Emphyteuta incorreu em Commisso, e os que continuão a vencer-se depois de declarada por elle a caducidade, tendo a Sentença declaratoria do commisso retroacção ao dia em que o Emphyteuta consummou a mora do pagamento, e incorreu a pena: assim com Caldas, com os dois Barbosas, Valasco, e Pereira, Pinheir, de Emphyt. Disp. 8. Sect. 5. n. 69., Bagn. Cap. 25. a n. 94. Esta opinião porém

he reprovada por Fulgin. de Jur. Emphyt. Tit. de Solut. Canon. Q. 1. a n. 235.; pela razão de que o Emphyteuta, em quanto o commisso se não declara, está constituido em boa fé, e na credulidade de que o Senhorio o não accusará, mas remittirá, etc. E portanto só deve os fructos da litis contestação em diante: Idem Fulgin. de Var. Caducit. Q. 12. n. 9.: Conf. Begnudell. verbo Emphyteusis n. 118., Fachin. L. 1. Controv. Cap. 94.

Resolução da questão.

... Nota: Dunod. no Tractado das Prescripções P. 2. ... Cap. 5. pag- 154. refere ambas as opiniões; e vem a assuntar, que se o Emphyteuta de Prazo Ecclesias-· tico ou Secular he admittido a purgar a mora (como por equidade o era nos antigos Parlamentos das Provincias da França) procede sem duvida a 2.º opinião. porque com a purgação da mora evita o commisso: como porém neste Reino he difficil a purgação da mora nos Prezos Seculares, depois de accusado o commisso (§. 790. e seguintes); ficâmos nos termos das opiniões: eu seguira a 2.ª não só pelas suas especiaes razões, mas porque para livrar da condemnação dos fructos antes da litis contestação basta no possuidor qualquer causa, ainda dabia, colorada, etc. Phæb. Dec. 113. a n. 39., Guerreir. Tr. 2. L. 3. Cap. 7. a n. 74., Peg. Tom. 7. ad Ord. L. 1. Tit. 87. S. 4. n. **22**3.

Confirma-se.

S. 1116.

Se o Empyteuta incorre em commisso por causa de dammificações notaveis (S. 746. e seguintes); ou por aliesar o Prazo domino inconsulto (ut à S. 809.) em ambos es casos deve os fructos pendentes desde o tempo em que incorreo no commisso: Bagn, Cap. 25. a a. 97. et a n. 99., citando para comprovação d'ambos os casos varios DD.

Quid,
se o commisso.
he por causaue.
damnificações ?
ou pela alienação.
demino
inconsulto ?

Nota: Geralmente em todo o caso, que os fructos sempre deductis: pendentes, ou subsequentes cedão para o Senhorio, se expensia. devem deduzir, e pagar por elle as despezas da cultura: latissime Bagn, d. Cap. 25. a n. 105. omnino videndes.

Commodo dos augmentos do Prazo: e de algumas especies de bemfeitorias.

Accessorios unidos com que o Prazo se devolve ao Senhorio. 1.0 o unido por alluvião. 2. a servidão acliva

Quid, se adquirida por prescripção ?

mas

Lm todo o caso devolvem-se ao Senhorio os augmentos do Prazo pela alluvião (S. 587.); mas não os extrinsecos, de que fallei (S. 586:): devolve-se o Braco com a servidão activa que o Emphyteuta adquiriu para os predios delle, mas com a distincção, que se foi adquirida por titulo de compra, ou outro oneroso deve o Senhorio indemnizar ao Emphyteuta ou seus herdeiros de teda-s despeza: e se fui adquirida por titulo de prescripção, se deve subdistinguir « si fuit præscripte sub titulo Emphyteusis, quasi « ad rem Emphyteuticam pertineret, acquiri simpliciter com distincção. « ipsi Emphyteusi absque obligatione compensandi illam « Emphyteutæ, qui illam præscripsit, vel hæredibus il-« lius: si autem fuit præscripta sub alio titulo, v. g. em-« ptionis, vel donationis quod emphyteuta bona fide putaret « eam sibi .venditam aut donatam esse; tunc etiam ema phyteusi quidem acquiri, et hac finita regredi debere ad « dominum simul cum re emphyteutica, at cum obligatione « illam compensandi » diz com Valasc, e Molin. Pinheir. Disp. 3. Sect. 3. n. 64.

S. 1118.

Quando o predio unido por via de prescripção pelo Emphyteuta

prescribente?

Semelhantemente, se o Emphyteuta prescrete como emphyteutico, ou como comprehensão, e pertença do seu Prazo hum predio, este assim prescripto se devolve com o todo ao Senhorio sem que deva a estimação: se porém o tal predio unido ao Prazo soi prescripto por diversa causa, ninda que o Emphyteuta formasse do todo antigo com u adquirido pela prescripção hum só predio; succedendo a devolução, a parte que ex alio titulo adquirisse pela prescripção, fica separavel, e sua propria, Pinheir. suprà n. 63. **£** 1119.

Tambem se devolvem ad Seuborie, som obrigação de as satisfazer, as bemfeitorias feitas ex vi de Compacto Em- quanto as bemfeitorias? phyteutico; debaixo das distincções, que expuz desde o S. 604.; as bemiditorias feitas et necessitats juris unaes as expostas a S. 564.; as modicas declaradas S. 563.; e as mais que ficão referidas a §. 610., stoade largamente exc puz o que pertence ao presento 🐒 🤚

# ARTIGO III.

Obriqueão de pagar outras especies de demfeitorias ao Emphytouta où sous hordoires. softing country

... 11205 Jil .ev. 113 ... v . 6 á. desde S. 6 M. demonstrei quaes bemieiterias deve ' Quaes deva satisfazer o Senhorio ao Emphyteuta ou seus herdatos: seja qual for a causa da develução, e consolidação: só aqui resta attingir as seguintes Questoes.

17 18 May 213

o Senhorio ?

ក្ស**៊ី 🐒 ថែ្នា**ភាពដែលប្រសាស 1. Se o Semioria unide diker tuus man duer us bonsfeitorias, nemi satisfazellas, Anus que ab tire e arranque we de Samorio Emphytenta ? Negalive; do paocoido Pinhein de Banhyla teus. Disp. 3. Sect. 2/ sun 23 sad ath, Rilgin de Ment liorament. Q. 2. a n. 151 et 291; ve quaes innitar esta resolução, sendo pobre o Senhorio, setulo velugiustiau as bernfeitorias; o tado com aliversas stadiotias pos qua rerasi voses occorrem no feroria quando occorren vega-es os citades DB. prevent mais querefore despoire despeix Oper. L. 6: Disc. 14 ca n. 34th officios of maminos a chine d ( ed. in Proem. Gioss. 43. u. 🎍 . et &

não quiser

Nota com Valasc. Cons. 83. sub. n. 19 que « in a primi non det valur pivanjo amlio piudnonterimi inducta de jure communi, inounitationis beschuleri, irofit. disabilat state of the spiritus classific resticiformie free to shie lazione priorisistata atrechamis Aurdor. derbo Melioramenta al S. An Sai 19- Assaulte Lantanta == TOMO 11.

judicatum refert Peg. 2. Fon. Cap. 11. pag. 891., Senator apad Ros. d. Cap. 11. pag. 896. col. 2. in fin.

S 1122

Quanto
ás feitas
pelo Foreiro
pendente
a demanda
sobre
o commisso.

2.ª Quando, e em que casos deve o Senhorie pagar as bemfeitoriza feitas pelo Emphyteuta pendente a demanda sôbre o commisso du depois de citado para não as faser? Vejão-se Pinheir. de Emphyt. Disp. 3. Sect. 1. a. 17. Ferreir. de Nov. Oper. L. 6. Disc. 14. a n. 41.

S. 1123.

Como devão avaliar-se.

3.º Come se deva facer a avaliação de hemicitories de casas, se prout sust in abstrate as madeicas, e mais materias, se prout in concreto? Resolutivamente digo que in concreto. Fulgin. Tit. de Midioram. Q. 2. n. 19., Pinheit. Disp. 3. Sect. A. m. 20. et 32., Valenc. Q. 25. n. 18.

S. 1124.

Como pagar-se:
se pelo que
augmentarão;
se pelo que
nellas,
se dispendent;

4.º Se o Senhorio deme pagar as hemfeitorias pelo menos que custarão, ou pelo menos (ainda que custassem mais) que augmentarão o inflot do Predio? Por exemplo: dispenden a 190, pa augmenten a 200 o valer do Predio, ou dispenden 200, e dumentou só 190: esta (questão tom terrida es enganhos des DD; Estangaires e Reinicules, como se vé am Angelis de Impens. et Meliorest. Art. 7., Eulgin: Tit. de Meliorest. Q. 7., Pinheir. Disp. 2. Saot. 2. a s. 32.; potóm a questão, por identidade de rente, está danidita na Ord.; L. 4. Tit. 27. S. 22. a s. a companyamentare meito questa dispendente com que resolução dos DD. napas Paga Dom. 1. ad Ord. in Proem. Gloss. 43. n. 48. et 50.

Natur Bude a mais accurrente cobre bemfeiteries interbess Emphytentiaes, so péde ver mes situdes Pulgin, Minheir, a Séagget, etnofferois de Empere. Cop. 15.5 à giralmentes de Gasmoin Tr. LoLo. A. Cop. 8., Parien. de Lassi Copi 3di "Annt. Non Basti 114.,

Angelis de Impens., Morses de Exesut. L. 60 Cop. 9. a a. 112 ad 120., Peg. Tota. J. ad Oud. in Presa. · Close. 48:, etc.

ARTIGO IV. "

Obrigação ou não obrigação de pagar as dividus; a que o Praze estava antes hapothecado.

S. 1125. Codingo Frederic. P. 2. L. 3. Tit. 3. S. 20. A quaes dividas sim diz absoluta, e indistinctamente que « o Senhorio di- contrahidas pelo Emphyteuta « recto, que tem consensido na alienação dos bent Em- aca obrigado sphyteution, this his obsigaded pite isto dep stroilbecer, erquando o Emphyteuse finalisa, as dividas, que tem endo de desolucio. « contrabidas sobre estas benes porque esta adusentimento a não tem outro effeito mais, que o de sauthorizar o suea casson a entrar em tadas os direitas de Entraretento, o a que ille: allo sacie parametrido: som este contentimento; O en Banhar directo atto pede pole son calcarrepado destes di-« vidas menos quel elle se into itebbarezpressomente abria gudo, quendo deu seu consentimente a ofichagas i de as ectomarraoltre si, no caso que ellas milo desent pagas o

Posem: o seese Sites & Orde L. A. Eit. 3. in entire in. ne 24. profesado a questão a asenno si Employemente recienc and dominum directum rendunat Hache ab envites diffice. . se hapothecis: per Emplisteptani contractie i B. codceriosido todos be DD: dus becrevente até o seu tempo, distingue verios curos: 1.º mando e Prazo foi injestificado sum concentimento de Shaherio; ecentão distinguie; est es Prazo 'es: develon: acaSchlassis: poli: estinicae: dle vides; es: dor -commisses e entherite remain livres considerations seleceden no Prazo, não cedens this que kome qualquer port scalar pote scien presidencie, descarates on rentine actio gostnitus; e mestes como the passe of Prozonaffecto com a hypáthasu: 2.º, quindo é Gonbosto hakin duthorisado a hyputhern ; e:entholem tedo ecose industricultimente o Prano

. **G. 14126**. C. L. . . .

com distinces de casos

the reverte affecta a élla (e>o mesmo quando na Investidura se facultava so Emphyteuta o poder hypothecar o Prazo). Isto, menos que na licença para a constituição da hypotheca não salvasse o Senhorio o seu prejúizo, etc. Confira-se o mesmo Silv. & Ord. L. 3. Tit. 93. S. 3. a n. 6. e vejão-se os DD. que ellercita.

## ARTIGO V.

**.** . . . . .

Se he, ou não, e em que casos, o Senhorio obrigado conservar o Colono, a quem a Emphytenta havia dado de arrendamento o Prazo?

'**Cl**ďándo o <del>Sé</del>nhorio he, ou não obrigado **Conservar** o Colono

**C.** 1427.. Lista questão está decidida pelas DD. com as quaes Silv. (6) Ord. L. 4: Tit. 9: in princ. n. 409: 111. 112., ut ibi: a ubi autem in Emphyteusi succedit Dominus diarectus ex causa necessaria juris Emphyteutici, seu ledo Emphyteuta, « gias investituras, non tenetar state locatione, cum omne « justiceaductoris pen resolutionem juris amphyteute locanettisexpiratorit, Fulgin de Juc. Beaphyt. Tita de renustiat. \_e.Q. 11: m 1, Parionalde Lecute Cap. 61: n. 177. et 183., A Feria ad Coverrue. L. 2. Cop. 165 no 20., Berboz. in L. a Filiplamilies of the paid for advant fit solut. matrimon.

« Si autem Dominus directus successerit ex causa vo-« luntaria, quia nempe Bradhyteata sponte rem vendiderit, a deservarit, : cesserat, . auto seliquetit Domino, : contrarium adjoendum est, quis tune jus Emphyteutes non extinguitur, a seditransfentur, et illeo debet transire cum suo onere a Baldy Cops: 372, Lanky Tirequelly de Retract. Lighag. 9 S. 34. Gless, 1. p. 9 : Mastic. de Tacit. Lt. 5. Tit. 10. an. 314 Pulgini d. O. 111 n. 1., Surd. Dec. 286. n. 4. « Eff ratio est, cinia Duminus contadendo Emphyteusim g tagite, dedit Emphysician Monitobout locandi, et consetur a locations someoniuse, at speed distincts in simila, ot tonostaPeciene d. Cap. Alt ment39an. 1989 e en geben

in beche dicendum aut, et dominus directus misus june a prælationie in emptione rei Amphytanticæ rem emet; a quia tunc non tenetur stare lorationi Emphyteutre, Osasc. m Derio 186, Ragioni de Locat. (Cap., 61, a. 72, et 186.

oտո∘ս O com distrale casue.

# SEXTA PARTE.

### DIREITO DA RENOVAÇÃO.

## CAPITULO I.

Dentro em quanto tempo se deca impetrar do Senhorio a Renovação nos casos em que elle de justiça a deve conceder, e causas, que escusão ao que não a impetrou em tempo competente.

S. 1128.

Já no Cap. 2. da 5.ª Parte desde o S. 106f. distin- Deve impetrar-te gui os casos em que o Senhorio he obrigado de justiça a renovação fazer renovação ao successor da última vida: tambem de hum anno. na 2.ª Parte Cap. 1. e seguintes demonstrei as pessoas, que succedem no Direito da Renovação: estas pois, e nos referidos casos, a devem impetrar ao Senhorio dentro de anno é dia depois da morte do Emphyteuta, que figurou 3:ª vida.

S. 1129.

Não temes, que eu saiba, Lei expressa, que assim o determine; se acreditâmos o monumento, que transcreveu Cald. de Renov. Q. S. n. S., assim se determinou quanto aos Prazos dos bens da Coróa no tempo d'El-Rei D. Sebastião: entretanto he certo; que assim he hum Direito consuctudinario deste Reino e das mais Nações dever impetrar-se a renovação dentro do aono sob pena de commisso; como com Jul. Clar. Cald., Pereir., Melin., Fragoz., Valesc. e outros, Pinheir. de Emphyt. Disp. 7. Sect. 3. n. 48., Fulgin. in Tit. de Renovat. Q. 1. n. 18.: o mesmo anno e dia he estabelecido no Direito Feudal, Stryk. Vol. 4. Disp. 20. Cap. 6. a n. 4.

5. 1130.

Adverte porém o citado Fulgin. n. 19. « quod antres Contaion de dia acienta de scientia de scientia de scientia de scientia pro-

« ximiorum, quod sciverent se teneri, quia ignorantia il-« los excusat, ut non priventur jure suo; et debet plene « probari scienția, at non sufficiarunt conjecturæ; immò « non sufficit scientia in genere, sed est necessaria scien-« cia qualitatum, et sic, quod sciverit Emphyteusim esse « eversam ob lineam finitam; et ista qualitas scientiæ de-« bet allegari, et probari à domino » etc., o mesmo segue com Cald. de Renov. Q. 5. n. 25. e 26., e Q. 6. D. 21., e com. Fragoz. P. 3. Disp. 14. S. 2. sub n. 6., o mesmo Pinheir. n. 49.; menos, que a ignorancia ne a ignorancia não seja supina e afectada, Fulgin. supra, Stryk. supra sub n. 4. Como por exemplo, quando consta, que o Emphyteuta successor da distima vida tinha em seu moder a Investidara, Cald. supra a. 28.; perque não se presume ignorancia naquelle, que em seu poder tem algum Titulo, Barbos, in rubs. Cod. de Præscript. á n. 341.

não seja supina.

S. 1131.

O anno pode restringir-se por pacto.

Se este anno assim estabelecido por prase universal ad instar do Direito Feudal póde ou não restringir-se v. g. a dous mezes por pacto expresso na antecadente Investidura; varião os DD: Porém Fulgin de Renovat. Q. 2. n. 29., referindo as dues diverses opiniose, segue, que ainda esse pacto ha mais forçoso, e pos elle so péde restringir a tempo mais breye a obrigação de renovar: Liu etiam; Fragos. supra p. 8., Cold., de Resov. Q. 11. a Mas a mora n. 1.: e se a mora de impetrar a resovação destro do armo consuctudinario, ou tempo convencionedo póde purgur-so? Assenta-se por opinião mais benigas, que sim, mes intra breve tempus, Fulgin. de Renov. Q. 3., Pinheir. n. 49., Cold. de Renov. Q. 5. n. 18.: Aliter Stayk. Vol. 6. Disp. 12. S. 32.

póde purgar-se deutro de breve tempo.

S. 1132.

Não corre o anno

Este anno porém assim consuetudinario; ou o menor tempo paccionado; assim util; e assim purgavel a more. amente não corre ao successor, que devis impetrar a Renovação em quanto está impedido com legitimo impedimento, Fulgin. de Renov. Q. 2. n. 1., Cold. de Rhaov. Q. S. n. 23., Pinheir. Disp. 7. Sect. 3. n. 50., Stryk. Vol. 9. Disp. 1. Cap. 3. S. 3., et Vol. 4. Disp. 20. Cap. 6. a n. 10., Peg. 2. For. Cap. 9. sub s. 203.

Nota: se per ventura e legitimamente impedido Se o impedido deve, durante o tampe, protester e impedimento? Disputa ao proposito Cald. de Benev. Q. 5. u. 23. e. Q. T. u. 4. soule expée opiniões contraries, e sada o impedimento? decide: o citado Pinheir. debaixo de n. 60, aconselha, que he util protestar. O Kepertor., debaixo da conclusão impedimento justo, etc., sustente geralmente a mesma questão; e depois de referir DD. de diversas seitas concilia huma e outra opicião deste moder: « An nutem impedimentum, quad quis habet, debest a protestari? Diversimode asserunt DD.: alii enim dia cunt, necessariam esse protestationem; alii sufficere « constare de impedimento absque protestatione... Sed « in hac opinionum varietate digit Gutierr, profia comme case de impedimento protestari, ligat non sit-\* necessarium ... et Fontanell, dicit se semper con-· « subsisse fieri pretestationem de impedimento ad vi-« tandem amaritudinom communis opinionis, que toa naciter requirit protestationem, ut impedimentum erexeuset... et Solorzam, disit utile eme protestaa tienem facere impedimenti ad faciliorem ojus proba-« tionem, quamais non sit noomearia talis protestatio. « Adverte temen, qued has discordia DD. super prou tantatione impedianenti vametur, tentummadò circa -- impedimentum facti; nam circa impedimentum kua ria indubie dicusta non esse ensuessarism protestationem: qued étimu presedit in impelimente netario. a quia protestari illud non est necesse » etc. Seja o que lar; basta advertir, que isto ate apices de Direito, cuja ignorancia hojo ascessa, manima a quem trata de dante vitendo, Stryk. Us. med. L. 22. Tit. 6. \$. 1., Backtner, ad Jus M. illidem n. 3, a par outra parte já vimes (5.,39. fin.) que pare escesar do com-

misso hasta qualquer opinião; e já vimos (§. 1111.) que basta qualquer causa apparente encolorada.

**S. 1133.** 

Impedimentos
lagaça,
que casusão
da pena
ob non petilam
rénovationam.

São pois impedimentos legaes, e legitimos, que escusão da pena de commisso ob non petitam renovationem: primeiro, quando o successor era pupillo, ou mener ao tempo, em que se lhe deferiu a successão; porque, ainda que tenha tutor, ou curador, péde pelo beneficio da restituição impetrar a renovação passado o tempo, e evitar o commisso: Cald. de Renov. Q. 5. n. 28., Pinheir. supra sub n. 49., Fulgia. de Renovat. Q. 2. n. 18. et 19., Peg. 2. For. Cap. 9. sub n. 203.: Privilegio que se communica aos consertes, que possuem o Praso pro indiviso, ás Universidades, Republicas etc., Fulgia. n. 20. et 21.

Privilegio communicave aos consortes.

S. 1134.

2.º
Quando
o successor
he enfermo,
preso;
quando he
tempo de guerra
etc., etc.

.

Segundo (e compendiariamente), o enfermo, o carcerado, o tempo da guerra, o não seguro accesso á presença do Semburio por causa de inimigos, a peste no lugar, em que se havia de pedir a Investidura; a absencia do Senhorio em partes longiquas, ou a do Emphyteuta causa reipublica, a milicia, a dolosa occultação do Senhorio; a ignorancia da morte do Emphyteuta; a controversia entre dois Senhorios sobre o dominio directo (ainda que neste case he mais seguro impetrar a renevação do possuidor com o protesto de reconhecer o venecedor); todos estes são impedimentos legitimos, que escusão da pena do commisso ob non petitam renovacionem, Falgin. de Renov. Q. 2. á n. 2., Pinheir. Disp. 7. Sect. 3. n. 50., Cald. de Renovat. Q. 6. et 7. et Q. 5. n. 23. 24., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 203., Stryk. Vol. 4. Disp. 29. Cap. 6. a n. 10.

Quaes em geral são impedimentos legitimos. Nota: Geralmente estes impedimentos são legaes para todos os effeitos jurídicas, vej. Stykt Vol. B. Disp. B. De impedimentis légalitus. Cap. 2., Addit. ed Luc. Ferraris verbe impedimentum: e tembem geralmente quid quid excusat à contumacia, illus excusat à non

petita Investitura, Stryk. Exam. Jur. Feudal. Cap. 17. 0. 16.

S. 1135.

Terceiro: em quanto o successor, a quem pertence a renovação pão está na posse do Prazo, mas outro intruso possuidor; ou em quanto litiga sobre a successão, e não lhe he imputavel a culpa de deixar de ser possuidor, não. lhe corre este anno e dia para impetrar a renovação. Cald. de Renovat. Q. 5. n. 32, até 34. Q. 7. a n. 8. ad 15., Fulgin. in Tit. de Renovat. Q. 2. n. 25., Frag. P. 3. Disp. 14. S. 2. sub n. 6., Pinheir. de Emph. Disp. 7. Sect. 2. u. 57., Peg. 2. For. Cap. 9. n. 203.

3.\* Em quanto o successor não possue o Praso.

Nota: Todos estes impedimentos legaes quando, Como devão e como devão e possão provar-se, vej. Stryk. Vol. 5. provar-se estes Disp. 3. de impedimentis legalibus Cap. 3. tot.

impedimentos.

S. 1136.

Além destes impedimentos legaes disputão os DD. se Quid, se hum fallecendo o successor, que devia impetrar a renovação, v. g. no meio do sano, goza o seu successor de outro inteiro anno para a pedir; ou se deve computar os mezes, que passárão, durante a vida do antecessor? Fulgin. in Tit. de Renovat. Q. 2. n. 17. concede ao segundo successor hum inteiro anno sem excomputação do tempo, que havia passado em vida do antecessor: concordão Cald. de Renovat. Q. 6. n. 19. e Pinh. supra n. 58.: mas referindo no n. 59. opinião contraria, e dizendo que ambas são provaveis, nada decidio. Quanto a mim as razões do mesmo Cald. Q. 6. a n. 18. et Q. 20. a n. 12. são urgentes para se conceder o cada successor hum anno distincto ex propria persona, sem accessão de parte do auno, quando bavia decorrido em vida do precedente. Acrescento que como não ha Lei particular que obrigue renovar dentro de hum anno, e este foi entre nós só introduzido por costume, (S. 1129.) à fortiori, e pela equidade compete a Resolução pela todo o successor hum anno ex propria persona, e ainda em exclusão do commisso por ser odioso.

e primeiro **successor** morreu antes de findo e anno?

equidade.

TOMO II.

## S. 1137.

Quid, se o Senhorio, passando do successor o foro?

Sobre isto: se o Senhorio, passado o anno, recebe do successor do Prazo a pensão com sciencia de estarem findas anno, receben as vidas, he visto renunciar-lhe a pena da caducidade. e prorogar-lhe o tempo. Stryk. Vol. 4. Disp. 20. Cap. 6. n. 8., Pinheir. Disp. 7. Sect. 3, n. 51., Cald. de Renovat. Q. 5. n. 30., Valasc. Cons. 101. n. 3., Pereir. Decis. 128. sub. n. 5. Veja-se porém Fulgin. in Tit. de Var. Caducit. O. 14., aonde amplia, e limita esta regra, e Peg. 2. For. C. 9. n. 264, 265, e 203,

> Nota: Huma yez que o Senhorio tenha em seu poder o emprazamento se presume sciente do seu contexto, sem poder dizer-se ignorante, Bagn. Cap. 31. n. 104. Elle vendo a sua antiguidade não póde deixar de conjecturar a extincção das vidas, (que regularmente só todas durão 60 até 90 annos. Vald. Cons. 93. n. 7., Luc. de Emph. Disp. 133. a n. 22., Ferreir. Card. Memor. sobre Aval. pag. 77.). O mesmo procede mais sem dúvida, se passado e anno com sciencia da extincção das vidas concede a renovação, Celd. de Renov. Q. 11. a n. 10.

> > **S.** 1138.

Quid, se o Senhorio dentro do anno a quem não pertencia; e o legitimo anccessor não a impetra dentro

Distinccão de algune DD.

Quid vero se o Senhorio dentro do anno assim util renova o prazo em estranho, a quem a renovação não pertenrenova o Prazo cia, e o legitimo successor não a impetra dentro do mesmo anno? Os DD. commummente distinguem que neste caso o legitimo successor fica com a sua acção salva para até trinta . annos pedir a renovação, e reivindicar o Prazo. Se porém o Senhorio dentro do mesmo anno o renovar em hum condo mesmo anno? sanguineo mais remoto, preterido o mais proximo, e este dentro do mesmo anno não impetra a renovação, fica privado de todo o direito, e não póde mais reivindicar o Prazo. Assim o distinguem Pinheir. Disp. 7. Secc. 3. n. 51., Fulgin. de Renoyat. Q. 11. a n. 20., Frag. P. 3. Disp. 14. S. 2. n. 7., Cald. de Renov. Q. 6. et Q. 5. n. 30., Reportor. sub verbo = Foreiro, que tomou foro = etc.

**S. 1139.** 

Porém esta distincção merece censura. Porque huma 🗀 Censura : vez que o successor a quem necessariamente compete a desta distincção. renovação tem jus in re, e acção real de reivindicação, Cordeir. Dub. 37. a n. 29.: que razão de differença pode haver entre o caso de o Senhorio conceder a renovação a hum estranho para ser duravel aquella acção até trinta annos; e entre o caso de renovar a hum consanguineo mais remoto, preterido o mais proximo, para se limitar quanto a este só hum anno de pedir a renovação, e accionar u consanguineo? Será contra este mais debil, que contra o estranho o direito, e acção competente para a renovação ao successor legitimo? Tal distincção pois he huma quimera sem sundamento juridico, huma vez proscripto da pratica do foro o direito da gratificação: ex cod. Cord. Dub. 39., e huma vez estabelecido, que ao successor no direito da Renovação compete acção real.

Nota: Se aquelle, a quem o Prazo pertence, o vê renovar em outro, e se porta com tagiturnidade, esta não lhe prejudica, em quanto não passa o tempo competente para a prescripção, Fragos. P. 3. Disp. 14. S. 7. n. 6., Michalor. de Fractrib. P. 3, Cap. 43. n. 26; come se ha de prejudicar por menos tempo, que o necessario para huma prescripção ordinaria, o consanguineo que vé renovar o Prazo, que lhe pertence, em outro, que vai a ser intruso, affiançando-se nas Leis, que lhe prefinem o tempo para lhe obstar a taciturnidade? Veja-se porém Fulgin, de Jur. Emphyt, in: Tit. de Renuntiat. Q. 8.

Comparação da censura da distincção.

S. 1140.

Por outra parte: em quanto esses DD. extendem a 30 annos a acção competente ao successor contra o ex- comprovação. tranho renovado, são mais indulgentes, que o Direito: porque o renovado prescreve por 10 annos entre presentes, e 20 entre absentes com esse titulo, contra o successor a quem o Prazo pertencia, Guerreir. For. Q. 70. n. 5., Peg. 2.



For. Cap. 9. n. 553. et 3. For. Cap. 28. n. 175., Valasc. Q. 17. n. 12. et 13., Carvalb. de Testam. P. 2. n. 396 (menos que o Prazo não seja familiar; caso em que a prescripção contra hum Emphyteuta não prejudica aos successores da Familia, Peg. 3. For. Cap. 28. à n. 120., Pinheir. Disp. 1. Sect. 2. n. 44. Conf. Pereir. Dec. 52. n. 4.): e só não tendo o possuidor titulo, ou tendo-o nullo, he que a acção se estende a 30 annos, Anton. de Temp. Legal. L. 2. Cap. 94.

Outra.

Nota: Se quando na Investidura anteceuente se convencionou o pacto de renovar findas as vidas ao successor do Emphyteuta, a acção que produz este pacto tem duração de 30 annos, Fragos. P. 3. Disp. 14. S. 2. n. 4., Cald. de Renov. Q. 12. a n. 13. (quid dicat idem Caldas Q. 5. n. 9.); que razão de differença para que a acção que produz esse pacto, tenha duração de 30 annos: e não a tenha a acção competente ao successor para pedir a renovação nos casos em que ella he devida de justiça?

S. 1141.

Por mais que o successor seja . . indesculpavel nunca o Senhorio póde arrogar-se á posse sem primeiro o convencer por Sentença.

Por mais que tenha passado o anno consuetudinario sem o successor pedir renovação; por mais que não tenha algum dos legitimos impedimentos; por mais que cesdeste commisso, sem as expostas escusas; nunca póde ser privado do seu direito, nem expulso, sem que primeiro seja citado, e convencido juris ordine servato por sentença declaratoria deste commisso, Fulgin. de Renov. Q. 1. n. 64., Cald. de Renov. Q. 11 n. 4. 7. 8., Stryk. Vol. 4. Disp. 20. Cap. 6. n. 8.: confirão-se as doutrinas de Peg. 6. For. Cap. 129. a n. 7 : se o Senhorio se arroga á posse, commette espolio, que deve restituir e purgar, menos que o Emphyteuta assim espoliado não use de acção ordinaria; porque então se lhe póde oppôr o commisso por excepção (§. 887. 888.)

S. 1142.

Se porém o Senhorio, não se arrogando á posse, de-

clara expressamente, que-o Prazo lhe está devoluto por esta (ou outra) causa; e como devoluto o renova a hum passado o anno, terceiro, cedendo-lhe as acções competentes na fórma que renovar o Prazo expoe Fulgin. Tit. de Var. Caducit. Q. 15.; então póde o novo Emphyteuta accionar juris ordine servato o possuidor incurso no cominisso ob non pelitam renovationem (ou por outra causa), Fulgin. de Var. Caduc. Q. 10.: pois que o direito de accusar qualquer commisso póde ceder-se pelo Senhorio, declarando que usa deste direito, que o apropria, e que o cede com toda a acção que lhe competia para o accusar, Olea de Cess. Jur. Tit. 3. Q. 1. n. 53., et Tit. 4. O. 3. n 30., et O. 7. n. 24. et 26.

Póde sim o Senhorio em terceiro, cedendo-lhe a acção para accusar o commisso

Porque este direiro de commisso " he cessivel.

Nota: Se o Senhorio, sem preceder Sentença de- Se o Senhorio claratoria se intruza na posse, e o successor o demanda para que lhe faça renovação, e elle pendente a lide empraza alguns bens letigiosos a 3.°, he contra que lhe oppoe este exequivel a Sentença a final obtida contra o Senhorio, Cald. de Renov. Q. 10. n. 20: só sim pendente a lide entre dois pretendentes da successão do Prazo, póde o Senhorio fazer renovação a hum dos litigantes sem vicio de attentado. Cabed. P. 1. Dec. 120., Fragos. P. 3. Disp. 14. S. 13.

S. 1143.

Só resta notar; que se o Senhorio scienter aut igno- salvo o direito ranter faz renovação a pessoa a quem ella não pertencia; póde o legitimo successor propôr acção de reivindicação, que lhe compete (fallo dos casos em que o Senhorio he. de justica obrigado fazer renovação ao successor) contra o 3.º possuidor renovado e assim intruzo, Cordeir. Dub. 38. contra o terceiro a n. 5., Dub. 37. n. 30., Peg. 3. For. Cap. 28. n. 14., et de Mayor. Cap. 5. n. 46., et Tom. 2. For. Cap. 9. pelo Senhorio. a n. 194., et Tom. 3. For. d. Cap. 28. n. 828. He porém necessario, que juntamente faça no mesmo processo citar ao Senhorio para ver annullar a renovação injustamente feita ao possuidor demandado, e para o fazer a elle agente obtendo sentença a seu favor, Peg. 3. For.

intruso na posse, e pendente a demanda o Foreiro. faz Prazo a terceiro. he contra este exequivel a Sentença. Quando dous contendem sobre a successão, póde o Senhorio regovar em hum deller. do outro. A acção

competente ao legitimo successor injustamente renovado

Requizito desta acção. Cap. 28. n. 698. 932. 940. 952. 972. 993., Cordeir. Dub. 37. n. 35.: citação, que a praxe admitte poder fazer-se so Senhorio ainda quando a causa já esteja na 2.ª instancia, Peg. d. Cap. 28. n. 933. no fim, Cordeir. supra n. 36.

O que deve conter a citação do Senhorio para esta acção. Nota: Esta citação ao Senhorio deve conter a comminação, de que annullada a 1.º renevação, seja condemnado faze-la ao vencedor, e sendo contumaz em fazer-lh'a, lhe ficará a sentença servindo de titulo de renovação. Cordeir. supra n. 37.: geralmente, todo o que por direito he obrigado fazer alguma escriptura publica em favor d'outro para seu titulo, póde ser citado e requerido, que lh'a faça no termo, que se lhe assignar, com a comminação de a sentença lhe ficar servindo de escriptura, Peg. 6. For. Cap. 161., Urceol. de Transact. Q. 58. n. 20., Silv. ad Ord. L. 4. Tit. 19. §. 2., Repertor. sub. verbo — contracto depois de celebrado — etc.

S. 1144.

A cção competente reoutra o Senhorio para que renovero o Prazo no successor possuidor.

E se o legitimo successor fica na posse pacifica, e elle mesmo antes de ser renovado o Prazo a terceiro impetra do Senhorio a renovação, e o Senhorio lh'a denega, póde propôr contra elle acção ordinaria, para que lh'a conceda com a dita comminação; huma vez assim citado o Senhorio se perpetúa o tempo do anno, Cald. de Renov. Q. 20. n. 9.

S. 1145.

Fundamentos com que o Senhorio a péde contestar.

> O curador do absente não póde impetrar para si renovação.

Esta acção póde o Senhorio contestar: ou 1.°, verificando se algum dos casos dinumerados na P. 5. Cap. 2. art. 2., em que o Senhorio não he obrigado fazer a renovação: ou 2.°, oppondo o commisso por excepção (\$. 888.): ou 3.°, propondo ser o successor pessoa das prohibidas em direito, ut \$. 49. a \$. 268. e a \$. 339.: ou 4.°, que o pretendente he curador do absente, que em quanto elle se não julga morto, não póde impetrar para si renovação, Peg. Tom. 4. ad Ord. L. 1. Tit. 50. ia rubr. Cap. 12.

Nota: Aquelle a quem compete o direito da renovação, se o Senherio extrajudicialmente interpellado
lh'a denega, (nos casos em que não póde denegar-lh'a,
ut a §. 1055.), recorre a juizo com a acção referida
(§. 1144.), e deve concluir, que o Senhorio lh'a faça
dentro de hum mez com a comminação de a sentença
lhe ficar servindo de titulo de renovação, conforme a
precedente Investidura. Esta comminação, e julgado na
sua conformidade, são fundados nas doutrinas de Peg.
Tom. 6. For: Cap. 161.; Repertor. sub verbo = contracto depois de celebrado = etc., Silv. ad Ord. L. 4.
Tit. 19. §. 2., Urceol. de Transaction. Q. 58. a n. 20.

Praxe
de interpellar
o Senhorio
para
que renove
o Praso.

# CAPITULO II.

Solemnidades, com que se deve fazer a renovação: com que natureza? Como a renovação feita, se deva depois interpretar.

## ARTIGO I.

## Solemnidades.

Geralmente todos es instrumentos publicos se devem formalizar com as solemnidades que exigem as nossas Leis, recapitularão e estofarão Moraes L. 4. C. 1., e Bagn. Cap. 3.: e especialmente: suppondo-se validas as precedentes Investiduras: não são 1.º, necessarias para as renovações dos Prazos Ecclesiasticos as solemnidades do Direito Canonico, que faliás o erão para a primeira alienação eu emphyteuticação, Pinheir. de Emphyt. Disp. 2. Sect. 2. S. 2. n. 20., e 21., Disp. 7. Sect. 4. n. 61., Gam. Dec. 36. n. 6., Decis. 161. no fim., e 342. n. 1., Cald. de Renov. Q. 14. p. 4., Fulgin. de Renov. Q. 7., Const. do Port. L. 4. Tit. 7. Const. 1. 7. 9.

Regra geral.

Na renovação do Prazo

Ecclesiastico he necessario reiterarem-se as solemnidades do Direito Canonico.

As limitações da regra não são hoje praticaveis.

Limitavão os DD. esta resolução no caso em que os Prazos estavão incorporados por devoluções, e commissos nas Mesas das Igrejas, e Mosteiros: porém como hoje as novas Leis de amortisação obrigão renovar esses Prazos dentro de hum anno sob pena de devolução á Corôa; não são jámais ainda neste caso necessarias taes solemnidades, e sem ellas se podem fazer os emprazamentos e renovações que as Leis preteitão, Peg. Tom. 8. ad Ord. L. 2. Tit. 18. S. 1. n. 29., Rot. post. Corradin. de Jur. Prælation. Dec. 26. et 27., Luc. de Alienat. Disc. 1. a n. 120., Barbos. de Potest. Episc. All. 95. n. 59., Luc. Ferrar. verbo Alienatio art. 3. n 5.

S. 1147.

Se os bens do Morgado se emprazárão 1. vez com Regia faculdade; não be necessaria DA. sua renovação.

Da mesma fórma 2.º, se os bens de Morgado, e da Corôa tem sido primeira vez emprazados com Regia Authoridade (§. 24 et a §. 30.), ou não constando de Regia Authoridade que precedesse ao 1.º emprazamento, se mostra que por multiplicadas renovações, andão emprazados de tempo immemorial; tempo pelo qual se presume, que no 1.º emprazamento interveio Authoridade Regia com as mais solemnidades precisas, Peg. Tom. 10. ad Ord. Cap. 21. n. 84.: nestes casos já na renovação não he necessario reiterarem-se as solemnidades aliás necessarias para a 1.º emphyteuticação, Reynos. Obs. 70. a n. 39. juncto n. 52., signanter idem Peg. Tom. 11. ad Ord. Cap. 169. n. 36., e conduz a L. de 7 de Fevereiro de 1772.

**S. 1148.** 

O que deve praticar-se nas renovações des Prasos conforme os Estatutos.

Quanto porém aos Prazos das Commendas, quando se renovão, se deve observar 1.º, o que determinão os Estatut. da Ord. de Christo P. 2. Tit. 14. S. 5., isto he, que se ias Commendas fação por Tabellião publico: 2.º, o que determina o S. 7., isto he, que quando se pedir renovação se apresente o Praso velho, etc.: 3.°, o que determina o mesmo §. 7., isto he, que haja Provisão para os Commendadores poderem emprazar, passada pelo Formulario ahi transcripto: 4.º, que se

subsiga a confirmação, na forma do Formulario tambem ahi transcripto.

Nota: A Lei de 7 de Fevereiro de 1772 pondo Legislação nova fim ás desordens, e controversias, que se movêrão so- a este respeito. bre a Authoridade de fazer confirmar os Prazos das Ordens Militares, permittiu aos Commendadores renovarem os Prazos antigos, ou os devolutos por commisso, e por qualquer causa consolidados; e só lhes prohibiu conceder de novo emprazamentos de bens nunca emprazados sem faculdade Real em Consulta da Meza da Consciencia, e Ordens: vej. Mell. L. 3. Tit. 11. §. 9. na nota; menos que os emprezamentos de novo se fação de terrenos incultos, que não excederem dez geiras; como ultimamente permittiu o Alvar. de 27 de Novembro de 1804 §. 10.

S. 1149.

Tambem nos mais Prazos Ecclesiasticos (em cujas renovações a Escriptura pública he da substancia ex Ord. L. 4. Tit. 19., Pinheir. Disp. 7. Sect. 4. n. 62., Fragoz. P. 3. Disp. 14. S. 2. sub. n. 19.) he necessario, que as renovações se impetrem por súpplica aos Provisores dos Bispados; que se passem Cartas de Vedorias; que se proceda a estas, e se sigão as mais solemnidades prescriptas nas respectivas Constituições dos Bispados, como no do Porto determina a Const. L. 4. Tit. 7. Const. 6.: veja-se Cald. de Renov. Q. 20. n. 1. e 2.

Prática da renovação dos Prasos Ecclesiasticos.

Nota: Supposto, que Mell. L. 1. Tit. 1. §. 10. zombe das Constituições dos Bispados, quanto á sua authoridade in utroque foro: comtudo tambem os Prazos das Commendas são Ecclesiasticos, e por isso nos Estat. da Ord. de Christo P. 2. L. 4. Tit. 14. §. 3., (dizendo-se Ecclesiasticos esses bens) se manda nos seus emprazamentos observar o Direito Canonico, suppondo-se nesta parte recebido no nosso Reino: melhor o determinou o Alvará de 25 de Janeiro de 1631 (vej. TOMO II.

Censura de Mello este respeito. S. 26.): ora o que a este respeito disposem as Constituições dos Bispos he o mesmo disposto no Direito Canonico recebido: a Ord. mesma L. 2. Tit. 1. S. 6. suppõe deverem os Emprazamentos dos bens Ecclesiasticos ser solemnizados conforme o Direito Canonico, etc.

S. 1150.

Quanto aos foreiros á Corôa. Nas renovações dos Prazos immediatamente foreiros á Coróa, se commette aos Magistrados dos Territorios o processo da vedoria com louvados juramentados, etc. Quanto aos em que são Senhorios os Donatarios da Coróa, vej. a \$. 30.

### ARTIGO II.

Com que natureza se devão organisar as renovações.

Renovação
he conjuntação
do antigo
titulo
Por issou
não apparecendo
a primeira
Investidura,
se presume
que na sua forma
se fez
a renovação.

S. 1151.

Porquanto a renovação não he novo Titulo, mas só huma continuação da primeira Investidura, ou prorogação della, Gam. Dec. 222. n. 7., Pinheir. Disp. 7. Sect. 4. n. 63., Barbos. et Tabor. L. 16. Cap. 46. ax. 1.: deste principio inferem os DD. 1.°, que não appareceado a precedente Investidura, se presume que a renovação se fez na conformidade della sem alteração, Peg. 3. For. Cap. 28. n. 41.

Só consentindo
o Senhorio
e o Emphyteuta,
se póde alterar
na renovação
a primordial
naturesa.

S. 1152.

Inferem 2.°, que sem mutuo consentimento do Senhorio e Emphyteuta, não podem alterar-se na renovação as clausulas, natureza, e providencia da primeira Investidura, Cald de Renov. Q. 3. a n. 7., Fragoz. P. 3. Disp. 9. §. 14. n. 4,, Pinheir. supra n. 63., Peg. Tom. 10. ad Ord. Cap. 19. n. 9., et Tom. 3. For. Cap. 28. n. 942. et 992., Actolin. Besol. 33. n. 33.: Illação, que parece ser hum preceito do Alvará de 12 de Maio de 1769, em quanto (ainda que nos Prazos Ecclesiasticos) manda que « os Prazos . . . devem « continuar sem mudança, ou alteração alguma na sua pri- « mordial natureza, que tem, ou sejão familiares, de livre « nomeação, perpetuos, ou em vidas. »

**S. 1153.** 

Exemplificão os DD. esta illação dizendo, que o Prazo concedido v. g. só para successores Varões, se não pode alterar na renovação admittindo-se femeas; nem rice versa excluirem-se as femeas na renovação, tendo sido admittidas na original Investidura, Pinheir. Disp. 7. Sect. 4. a. 65.: o Prazo na origem familiar perpetuo se não póde transformar de nomeação livre em prejuizo da Familia, ainda mesmo que o Senhorio e o Emphyteuta consintão, Cald. de Renov. Q. 3. n. 8., Pinheir. supra n. 65., Urceol. For. Cons. 47. a n. 25., Peg. Tom. 10. ad Ord. Cap. 19. in fin., et Tom. 2. For. Cap. 9. a n. 210. et 215., et Tom. 3, For. Cap. 28. n. 988. 991. 993. 994. et 942., et All. 2. a n. 201.; idem Pinheir. Disp. 2. Sect. 2. a n. 24. Outros exemplos de semelhantes alterações se podem vêr em Urceol. Cap. 47. a n. 14. et 25.

Exemplos em que se dá alteração.

Nota: não póde haver Prazo familiar perpetuo não sendo sateosim na sórma sigurada debaixo do S. 107. Formul. 7.: Hum tal Prazo nunca formalmente se renova (ainda que seja secular) e só de annos em annos. póde e deve, requerendo-o o Senhorio, vedoriar-se para se avivarem as confrontações, e se identificarem, os predios com novo reconhecimento do dominio directo, Fulgin. de Renov. O. 9. Conf. Cald. de Renov. O. 2. n. 8. et 10., Parex. de Instrum. Edit. Tit. 5. Resol. 12. n. 9. et 26.: e portanto a vocação da Familia nunca se altera nem pode alterar: mas hum Prazo de vidas pode vedoriar-se. familiar só o he até a terceira vida, na qual se extingue a vocação da Familia. Peg. 3. For. Cap. 28. 6. 728.: e se a mesma 3.º vida o aliena, como póde alienar, ainda a pessoa extranha (S. 956.); a este novo comprador he que se deve fazer a renovação sem mais attenção á Linha e Familia do Vendedor, Peg. 2. For. Cap. 9. n. 562., Cald. de Renov. Q. 13. n. 8. y. -Infero et Q. 9. n. 33., França ad Mend. art. 23. sub n. 7. E que muito neste caso se possa (renovado no comprador o Prazo, abandonada a Familia chamada na

Số pốde verificar-se ser familiar perpeluo, e inalteravəl a natureza. sendo fateosim, em que perpetuamente se chame a familia. Só de annos em annos Nos Prazos de vidas, a vocação da familia se extingue na 3.ª vida. Vendendo-se na 3.ª vida, . se renova no comprador extranho.

1.ª Investidura) alterar a natureza delle? Confira-se Peg. 3. Hor. Cap. 28. a n. 438. 443.. e Tom. 11. ad Ord. Cap. 127. n. 63.: bem que conforme estes DD. o Prazo na diversa e nova Linha do comprador sempre conserva a natureza que tinha em poder do vendedor. Só pois, não estando alienado o Prazo pela 3.ª vida, e fazendo-se a renovação do Prazo Familiar ao consanguineo da Familia, he que sem expresso e uniforme consentimento do Senhorio e Emphyteuta se não póde na renovação alterar a sua primitiva natureza, como vou a dizer no seguinte.

S. 1154.

Póde alterar-se
na renovação
a antiga
natureza,
havendo muto
consentimento,
e expresso
do Senhorio
e Emphyteuta.

Inferem 3.º, que na renovação só se póde alterar em todo ou em parte a antecedente Investidura, intervindo o expresso e bilateral consentimento do Senhorio, e do Emphyteuta; com tanto que exprimão, que sem embargo de ser tal, ou tal a providencia do antigo Emprazamento, convencionão, que nessas partes figue revogada, e que no suturo sique de tal, ou tal sórma, Pinheir. supra sub n. 63, Cald. de Renov. Q. 3. n. fin, Urceol. For. Cap. 47. a n. 1., Peg. Tom. 10. ad Ord. Cap. 19. sub. n. 9., et Tom. 3. For Cap. 28. n. 807, 992, 993., et Tom. 12. ad Ord. L. 2 Tit. 38. S. 1. Gloss. 3. a n. 3., et sub. n. 22., Actolin. Resol. 33. n. 5. 14. et 15., Barbos. et Tabor. L. 16. Cap. 46. ax. 1.: bem que sendo a renovação feita por procurador, he necessario, que este tenha especial poder para nella alterar a antiga Investidura, Fragoz. P. 3. Disp. 14. S. 8. n. 5.

S. 1155.

Em falta
de tal
expressão
toda a alteração
na renovação
se attribue
a erro,

Inferem 4.°, que quando na renovação se não vê huma tal expressão (qual a do S. precedente) toda a alteração da Investidura, toda a contradicção da renovação, se attribue a erro; et maximê quando a renovação he relativa á precedente Investidura, Peg. 3. For. Cap. 28. a. 809., et Tom. 10. ad. Ord. Cap. 19. n. 10. ŷ. Nam = et Tom. 12. supra, Urceol For. Cap. 47., Solan. na Allegação de

Barbacena a n. 107, Luc. de Feud. Disc. 127. n. 15., Fragoz. P. 3. Disp. 14. S. 8. n. 2.

Inferem 5.°, que por mais que o Senhorio e o Emphyteuta tenhão em seu poder por largo tempo as copias de huma renovação assim difforme da primeira Investidura, nunca se presume que ratificárão, e confirmárão a renovação na parte contraria á primeira Investidura; Urceol. For. Cap. 47. n n. 7., Actohn. Resol. 33. a n. 18. 26. 33. 34., Solan. supra a n. 107.: porém o contrario se vê em Peg. 3. Fer. Cap. 28. n. 814.

Este erro nunca e presume ratificado.

**S.** 1156.

Inferem 6.°, que, sendo Ecclesiasticos os Prazos, muito menos se póde na renovação alterar a sua providencia antiga, e mesmo ainda que as partes consintão, sem que in- Ecclesiastices? tervenhão as solemnidades necessarias para as alienações dos bens da Igreja; por exemplo: não póde renovar-se em quatro vidas o Prazo Ecclesiastico, que só era concedido para (res, Pinheir. Disp. 7. Sect. 4. n. 63., Monacell. Formular. Legal. Pratic. Tom. 2. Tit. 14., Formul. 3. n. 4., Peg. 3. For. Cap. 28. n. 808.: não pode variar-se para familiar o Prazo, que antes era de nomeação livre, Peg. 3. For. Cap. 28. a n. 801. ad 809., et Tom. 2. For. Cap. 9. a. no. 219.

dos Prazos -

Nota: Hoje pórem que as Igrejas e Mosteiros não pódem ter jámais esperança de consolidação dos seus Prazos; pouco importa que se renovem em 3 como em 4 vidas; que de nomeação (em que era mais facil a devolução) se variem em familiares (em que não havia devolução, Peg. 3. For. Cap. 28. n. 497. et 617.): pois que hoje céssão todas as razões, em que se fundavão esses DD. para persuadir o exposto no S. precedente.

**S**. 1157.

Inferem 7.º, que quando o Senhorio não he obrigado renovar o Prazo, como em alguns dos casos referidos na Parte 5. Cap. 2. art. 2., póde o Senhorio convencionar

Quando o Senhorio não he obrigado

renovar,
póde elle só
e livremente
akerar
na renovação
a patureza
do extincto.

as iclausules, que arbitrariamente quizer, como em hum Prazo totalmente novo sem dependencia do antigo extincto, Pinheir. Disp. 7. Sect. 4. n. 64., Cald. de Renov. Q. 3. a n. 12. et 15., et Q. 4. n. 11. et 12., Card. de Luc. de Feud. Disc. 127. sub n. 15. y.—Tertius—.

Censura do Dr. Ferreir-Cardoso. Nota: A vista do exposto he bem evidente o quanto pouco discorreu o sabio Ferreir. Cardos. Elem. Jur. Emphyt. §. 100., em quanto em proprio marte distinguio, que na renovação, consentindo as partes, só póde variar a quantidade da pensão, ou laudemio; mas não a natureza do Prazo, como se he familiar, de nomeação, hereditario, etc.

### ARTIGO III.

Como se devão interpretar as renovações.

O prazo simplesmente renovado se entende inteiramente conforme o antigo, com a mesma natureza, foro, etc. S. 1158.

Por quanto a renovação he huma continuação e proregação da antiga Investidura (art. 2.): segue-se 1.º, que se o Senhorio simplesmente renova hum Prazo, se subentende renovado com todas as qualidades da primeira Investidura, pela mesma pensão, com a mesma identica providencia de familiar, mixto, nomeação, ou hereditario, como com Gama, Valasco, Caldas, e outros, Moraes de Execut. L. 2. Cap. 16. sub n. 21., Britt. in rubr. de Locat. P. 1. S. 4. n. 79. in fan., Barbos. et Tab. L. 16. Cap. 46. Ax. 1., Fragoz. P. 3. Disp. 14. S. 5. n. 4., Arouc. All. 50. n. 1., Id. Fragoz. Disp. 14. S. 8. n. 1. Latissimé Cald. de Renovat. Q. 3.

S. 1159.

O requerimento
ao Senhorio
para
a renovação,
interpreta
o duvidoso della.

Segue-se 2.°, que tambem pela petição feita ao Senhorio, em que se impetrou a renovação, e pelo despacho que annuio á súpplica, sem denegar, ou restringir o petitorio em parte, ou em todo, se deve interpretar a renovação duvidosa, Peg. 3. For. Cap. 28. n. 428., o que se com-

prova-com a doutrina de Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 76. **%. 3. a n. 13**.

**S.** 1160.

Segue-se 3.", que se a primeira Investidura era familiar; restringindo a faculdade de nomear só em pessoas da Familia: e na renovação se concede simplesmente a faculdade de nomear sem aquella expressão; esta se deve subentender, e supprir conforme o mais expresso na 1.ª In- repetida, ainda vestidura: isto he para que a faculdade de nomear, simplesmente concedida na renovação, se subentenda em pessoas da Familia, como era expresso na 1.º Investidura, Peg. 3. For. Cap. 28. n. 987.

A faculdade de nomear restricta а реввоав da familia se subentende que omissa na renovação.

S. 1161,

Segue-se 4.°, que geralmente todas as clausulas duvi-Geralmente todas dosas, ou omissas nas renovações se interpretão e supprem com as des Investiduras renovadas; Peg. Tom. 12. ad Ord. pa renovação L. 2. Tit. 38. S. 1. a h. 13. et sub n. 22., Fragoz. supra.

Nota: Se o Emphyteuta tinha na 1. Investidura Assim tambem concedida a faculdade de subemphyteuticar, e na renovação se omittiu esta faculdade, se subentendo repetida, emphyteuticar Cald. de Reney. Q. 3. a n. 2. et 7. Bem como, consentindo as partes, se póde na renovação revogar a 1.ª Investidura. faculdade de subemphyteuticar concedida na Investi- Esta faculdade dura, vej. Peg. 2. For. Cap. 9. n. 453.

pela 1. Investidura. a faculdade de subexpressa

póde revogat-se na renovação.

### CAPITULO III.

Quando, e em que casos se possa na renovação alterar a antiga pensão? Com que respeites?

Quando diminuir-se?

### ARTIGO I.

Em quaes casos se póde alterar a pensão na renovação?

Censura
de Mello,
que se oppoz
ao augmento
de foro
ainda nos
Prasos Seculares
aos da Corôa,
etc.

S. 1162.

doutissimo Mell. Freir. L. 3 Tit. 11. sub S. 13. mais que cultivador da equidade, ampliando-a nimiamente, e com as vistas no favor da agricultura, tentou persuadir a seus Discipules, que a L. de 4 de Julho de 1768 S. 2. e 3., e o Alvará de 12 de Agosto de 1769, por identidade de razão, e pelo favor da lavoura são ampliaveis a todos os Prazos em que os leigos são senhorios; aos da Universidade de Coimbra, aos da Real Corôa, e seus Donatarios: elle censura a praxe contraria de se augmentarem nas renovações os foros depois destas legislações, como praxe injusta opposta á razão das mesmas Leis.

S. 1163.

Para eu consutar pela sua raiz este discurso, e esta equidade inventada por Mello; e antes, que decida a questão debaixo de diversas distincções de casos: devo prenotar: 1.°, que as razões, que (a meu ver) neste Reino sundamentárão as antigas Leis de amortisação, não sorão as que nesta parte sundamentárão aquella nova legislação (S. precedente); porque o augmento de pensão não he nova adquisição de predios, que as corporações de mão morta hajão de possuir; que he o a que as antigas Leis se oppunhão: sorão sim nesta parte as suas razões arcanas occorrer por este meio indirecto ao augmento das riquezas daquellas corporações in perpetuum, adoptanto talvez o legislador a maxima política de Montesquieu. L. 25., Cap. 5. iòi:

« As familias particulares podem perecer, os bens ahi não « tem huma destinação perpetua: a corporação Ecclesias- « tica he huma familia, que não pode perecer: os bens são « pois ahi unidos para sempre, e não podem dahi sahir.

« As familias particulares podem augmentar-se: he 
« preciso pois que os seus bens possão crescer tambem: a 
« corporação Ecclesiastica he huma familia, que não deve 
a augmentar-se: os bens pois ahi devem ser limitados.

« Nós temos conservado as disposições do Levitico so-» bre os bens de Clerezia, exceptuado aquellas, que respei-« tão os limites destes bens. Effectivamente se ignorará sem-» pre entre nós, qual he o termo, depois do qual não he mais » permittido a huma Communidade Religiosa de adquirir.

« Estas adquisições sem fim parecem aos Povos tão « irracionaveis, que aquelle que quizesse defende-las, seria « olhado como louco.

« As Leis civis achão algumas vezes obstaculos em mu« dar abusos estabelecidos, porque elles são ligados a cousas,
« que ellas devem respeitar: neste caso huma disposição
« indirecta marca mais o bom espirito do Legislador, que
« buma outra, que ferisse sobre a cousa mesma. Em lugar
« de probibir as adquisições á Clerezia, convem faze-la
« desgostar dellas, deixar o direito, e tirar o facto.

« Fazei sagrado e inviolavel o antigo e necessario do-« minio da Clerezia; que'elle seja fixo, e eterno como ella; « mas deixai sahir das suas mãos os novos dominios, etc.»

S. 1164.

Devo prenotar 2.°, que entre o augmento das riquezas des Corpos Ecclesiasticos, e o das familias particulares, ou da Coroa e seus donatarios leigos, ha aquella total differença politica, que notâmos no transcripto Montesquieu.

S. 1165.

Devo prenotar 3.°, o que antes das ditas Leis de 4 de Julho de 1768, e 12 de Maio de 1769, se praticava neste Reino: na Consulta que El-Rei D. Sebastião mandou fazer por Letrados doutos, se acreditâmos o Monuzono II.

Maxima
de Montesq.
sobre o augmento
das riquesas
das Corporações
Ecclesiastiças.

O mesmo

O mesmo :
e monumento que
prova poderem
augmentar-se
os foros
na renovação
dos Prasos
da Corôa.

mento transcripto per Cald. de Renev. Q. 8. sub n. 3. asseptárão « pos aforamentos, que se fizerem pelas reneva-« coes se ponhão os fóros, que se determinar que desem « pagar por justa vedoria »: eis-aqui o determinado quanto aos Prazos da Corda, a que Mello negou, poder baver augmento de foro na renovação.

S. 1166.

i egislações que o determinão nos

Quanto aos Prazes das Commendas: os Estatutos da Ordem de Christo, reformados no anno 1627 (depois da Lei de 1611 que se oppunha as adquisições por qualquer das Commendas, titulo), na P. 2.ª Tit. 14. sub. S. 7. mandão que as renovações se façlo, com accrescentamento de mais fore e pensão que for justa, e honesto: isto he o que não advertiu Mello, quando negou nos Prazos das Commendas a possibilidade do augmento da pensão.

**S.** 1167.

Quanto aos do Hospital de Lisboa.

Quanto aos Prazos do Hospital de todos os Santos da Cidade de Lisboa (fundado por ElRei D. João II., Cabed. de Patronat. Cap. 39.), attesta Fragos. P. 3. Disp. 14. S. 4. n. 1., que já no seu tempo era costume augmentar-se nas suas renovações (e nos mais Prazos de Lisboa) até a 3.º parte da 1.º pensão: este era geralmente o costume do Reino em todos os Prazos Seculares e Ecclesiasticos, como se deduz de Gara. Dec. 222. n. 8., Valasc. de Jur Emphyt. Q. 11. a n. 4.; costume, que finalmente enunciou, e não reprovou o Alvará de 21 de Janeiro de 1766 uas palavras « ou accrescentados nos « Prazos vitalicios cada vez que succedia acabarem-se as a tres vidas contractadas, e pedir-se por isso renovação dellas» etc.

Costume geral do Reino.

O memo Legislador das LL. de amortimoño as limitou.

> 1.0 ios Presos des Ordens Militares.

S. 1168.

Devo prenotar 4.º, que o mesmo identico Legislador da citada L. de 1768, e Alv. de 1769, declarou, que as suas geraes sancções não comprehendião: 1,º, es Prezos das (Irdens Militares, pela resolução de: 30 de Desembro de 1768, referida pelo mesmo Mello L. 3. Tit. 11. S. 28,

no fim: 2.º, não comprehende os Prazos da Universidade de Coimbra pela L. de 20 de Agosto de 1774 S. 2.: Nos roreiros de Coimbra pela L. de 20 de Agosto de 1774 S. 2.: 3.°, também não os Prázos da Corôa ainda que em poder de Donatarios Ecclesiasticos pela generalidade da razão da Lei e Foral do 1.º de Junho de 1787. Cap. 6: em todos estes Prazos se permitte a consolidação que he, ainda quando o mais; e parece fica permittido o augmento dos fores nas renovações, que he o menos, conforme as regras do Direito Civil na L. 21. ff. de Reg. Jur., e do Canonico na Regra 53. de Reg. Jur. in 6., e no Cap. 13. 🛱 Qui fil. sint legitim., Barbos. et Tab. L. 14. Cap. 62. ax. 15.

3.\* Em todos os Prazos da Corôs em poder de Donatarios.

Nota: Sobre estas regras e sua applicação fez Puteman. Adversar. Jur. L. 1. Cap. 5. huma admiravel dissertação: elle expõe muitas hypotheses legaes, em que cessão essas regras: elle com Gotofred. diz que essa regra « propriè pertinere ad potestatem à « festatore alicui factam, non verò ad licentiam per « legem tributam; usumque præstere maximè tunc si a plus, et minus versetur circa eandem rem, seu circa « eundem actum, sed per tempora dividuum, minime a autem, si de diversis actibus, et separatis, quorum id upas maior, alter minor sit quastio incidat. » E por tanto parece, que da permissão de consolidar, ainda que he o mais, se não póde argumentar para o diviso, e separado acto e fim, ainda que em si menos, qual o de augmentar a pensão nas tenovações.

Maiormente quando, e por outra parte, essa regra se limita a quando rátio, per quant mihi licet, quad d plus est, non concurrit in eu, quod videtur esse d minus » Bathos. et Tab. L. 14. Cap. 62. ax. 5.: ora a razão expressa no Cap. 6. da dita Lei do 1.º de Junho de 1787. he a porque nenhuma destas Leis (de a amortisação) tem lugar nas communidades, que são a donatarias da Corôa, e que possuem os Prazos della d em seu nome; pois em semelhantes termos as consoa lidações são verdadeiramente leitas a favor da Corôa, « que nenhum impedimento tem para ellas » etc. E esta razão não se verifica no menos, que be o augmento das pensões nas renovações, antes para que as communidades não as augmentem, e engrossem mais em riquezas parece se oppõe a razão politica de Montesquieu (§. 1163.), razão que não cessa neste caso.

Porém, e por huma parte, como o dito Cap. 6. continua dizendo que a como a Doação Regia saz, que a o Convento donatario possa perceber todas as cendas. a interesses, e cammodidades, que a Coróa haveria de a perceber do Reguengo, se o não tivesse doado, deve a o Convento donatario fazer as ditas consolidações... a e gozar de todas as vantagens dellas. » Por outra parte; como huma nova Lei mandou pagar para a Coróa o 5.º dos rendimentos dos bens da Coróa doados ás Communidades Ecclesiasticas; e consequentemente dos augmentos das pensões; não deixa de ser provavel, que tem aqui applicação as referidas regras; porque o a plus et minus versatur circa eandem rem, a et circa eundem actum, sed per tempora dividuum: a ex Puttman. supra. »

**S.** 1169.

 Conclusões práticas. Depois destas Prenoções; reduzo a resolução da questão a distincções, que passo a fazer nas conclusões seguintes.

Nas renovações dos Prazos Ecclesiasticos não póde alterar-se a pensão. Conclusão 1.ª Nas renovações dos Prazes Ecclesiasticos; ou os beas sejão da dotação e fundação legitima ou illegitimamente adquiridos; e em que as Corporações Esclesiasticas não são donatarios da Corôa, procedem sem dúvida as Leis, e doutrina de Mello citadas neste artigo §. 1162. para se deverem renovar sem augmento~algum da pensão ou Laudemios.

S. 1170.

g.a Menos que sejão Donatarios da Corôa. Conclusão 2.º Se as corporações Ecclesiasticas são Donatarios da Corêa nos bens emprazados, podem nas renovações augmentar os sonos, pelas rezões, em que vima essentar na Nota ao S. 1165.

S. 1171.

Conclusão 3.º Nas renovações dos Prazos, que são immediatamente da Corôa; já vimos neste artigo §. 1168. immediatamente a Consulta dos Doutos no tempo de El-Rei D. Sebastião: e nenhuma Lei se entende, que obriga o Rei ou os seus, bens: Ord. L. 2. Tit. 35. S. 21., Alvar. de 12 de Maio de 1757 no 6m do principio.

**S.** 1172.

Conclusão 4.º Nas renovações dos Prazos das Commendas, de que já vimos neste srtigo S. 1166. os Estatutes das Commendas. especiaes, se póde semelhantemente augmentar a pensão; tanto por força dos mesmos Estatutos, que nesta parte se não achão revogados; tanto pela Regia resolução, que geralmente declarou não comprehender a L. de 1768 os Prazos das Commendas; quanto porque os Commendadores são de familias particulares, que dispensados para cazar (não fallo dos Maltezes verdadeiramente Religiosos professos), as augmentão; servem ao Rei e ao Estado; cessão nellas as razões politicas, que se oppõem ao mais grosso da riqueza do Clero; e prevalecem as outras, que forcejão pelo augenerato des riqueras des families particulares (§. 1163.): em fim se lhes permitte, como Donatarios da Coroa, a consolidação dos Prazos com suas vantagens, que he o mais, tambem os augmentos das pensões, que he o menos, porque este plus et minus versatur circa eandem rem (Nota ao S. 1168. deste artigo).

S. 1173.

Conclusão 5.º Nos Prazos foreiros & Universidade que já vimos (§. 1468.) poder consolidar procede o mesmo. não só pelas razões do S. precedente, e da Nota ao S. 1168., mas porque na conservação desta corporação, e no augmento das suas rendas interessa o bem commum do Reino. Alv. de 28. de Junho de 1759 no Princip., Cart. do Restabelecimento do Roal Colleg. dos Nobres de 7 de Março de 1761; pois que (segundo esta Legislação) a felicidade das Monarquias depende da cultura das Sciencias, que são

Nos foreiros

o meio de conservar a Religibo, e a Justiça na sua pureza, etc. Confirmo-se Renaz. Elem. Jur. Crimin. L. 2. Cap. 14. S. 4., Domat. Droit. Publ. L. 1. Tit. 17. pagi:85., Filangier. Scienc. da Legislac. Tom. 6. e 7.

S. 1174.

Nos '
dos Seculares.

Conclusão 6.º Nas renovações dos Prazos de todas as pessoas seculares, podem augmentar-se as pensões, porque nellas cessão as razões políticas, que se oppõem ao augmento das riquezas de Glero; e menhuma razão identica ha para que sos Seculares se ampliems essas razões políticas, fundamento dessas Leis; antes entras razões políticas contrarias prevalecem para o augmento das riquezas das familias particulares (§. 1163.). Nem he crivel que essas Leis, só oppostas ao augmento das riquezas do Clero, revogassear relativamente aos seculares (em que ha razão diversa) hum direito consuetudinario, approvado por huma Lei (§. 1167.), que sempre em seu favor tiverão os Seculares, sem repugnancia de Lei, ou razão política civit.

§. 1175.

Nos improprios não deve haver augmento. Conclusão 7.º Se os Prazos são daquelles, de que faliei no §. 83., e no §. 105.; quando o proprietario vende seus bens com o pacto de lhe ficarem emprazados por pensão proporcionada, segundo o tempo, á quantidade do dinhibiro recebido pela venda: nestes seria iniquidade augmentar na renovação os foros, como a resperto dos Laudethios fica advertido no §. 1025.: nem de taes especies de Prazos cogitárão jámais os DD. e Leis, que permittírão o augmento da pensão mas renevações; mas só dos Prazos propriamente taes; em que qualquer pleno Senhor dos seus bens os empraza com a pensão que reserva.

Com que respeitos se deva augmentar a pensão?

S. 1176. d vimos (S. 1165.) a que no tempo de ElRei D. Sebastião deliberou a Consulta dos Doutes, sobre o arbitrio do augmente da pensão por justo vedorios; e o que mais claramente dispoem es Estat. de Ordem de Christo, determinendo o accrescento, que for justo, e honesto. Os nossos Reinicolas são conformes em que o tal augmento, se o Prazo e merece; deve commetter-se ao arbitrio de Louve dos. Cald. de Renov. Q. 30 n. 2., Pinheir. de Emphyteus. Disp. 7. Sect. 4, n. 66., Frages. P. 3. Disp. 14. S. 4 n. 2. Esta be a praxe:

O angmento de foro na renovação deve fazer-se por arbitrio de louvados.

S. 1177.

Porém junctamente advertem os mesmos DD. que se ea Emphytentas cem sees trabalhos, e despezas reduzirho não se devem á cultura os predios, bemfeitorizando-os; e a sementando com as suas bemfeitorias as producções dos fructos; seguindo-se a renevação, não se deve nella augmentar a pen- as hemfeitorias. são com respeito a estes augmentos que forão effeitos des trabalhos, despezas, e industria des Emphyteutas, Pinheir. supra n. 67., Pulgia. de Solution. Canon. Q. 13 a n. 1., Mantic. de Tacit. L. 22. Tit. 24. n. 17., Cald. de Renov. Q. 12. n. 1., Brundeman. na L. 16. Cod. de Omn. Agr. Desert. n. 8.; è he texto bem notavel na L. 16. Cod. de Oma. Agr. Desert.: o mesmo quando se trata de rateio de foros entre Co-Emphyteutas, Fabr. in Cod. L. 4. Tit, 43. Defin. 45.

em vista para o augmento do foro

Nem para o rateio de féros.

**S. 1178.** 

Consequentemente: se por exemplo; emprazadas duas ' rodas de moinhos, o Employteuta á sua custa e despeza accrescentou 3.º roda, e por causa della percebe maior lucro, não se lhe deve augmentar na renovação a pensão com respeito á 3.º roda: Ita latissime Pecch. de Aquæ-

Quid, se emprasadas duas rodas de moinhos, o foreiro augmenta terceira?

duct. L. 4. Q. 98. tot., Pacion. de Locat. Cap. 50. n. 13. '(ampliando p. 14. « etiam si conductor seu Emphyteuta promiserit decem rubra frumenti pro qualibet rota), Cæpol. Urban. Cap. 50. n. 9., Cost. de Rat. Q. 7. a n. 9., Leizer. Jus Georg. L. 3. Cap. 15. a n. 114.

S. 1179.

**emphyteutico** se augmenta por alluvião.

Quando porém o predio Emphyteutico se augmenta quando o predio por alluvião sem despeza, ou industria do Emphyteuta; ou a alluvião seja latens ou patens; supposto que este augmento tambem ceda em beneficio do Senhorio quanto ao seu dominio directo, para junctamente se lhe consolidar nos casos da devolução: Gob. de Aq. Q. n. 27., Bagn. Cap. 14. n. 236.; com tudo por causa deste augmento não se póde na renovação augmentar a pensão antiga, Gob. supra n. 28., Valasc. Q. 16 n. 7 et 8., Fulgin. de Solut. Canon. Q. 13. n. 13., Pacion. de Locat. Cap. 51. n. 22., Pagn. Cap. 14. n. 241., ampliando no n. 242., ainda que o augmento pela alluvião exceda o dobro da quantidade ao principio emprazada; e ainda que o augmento provenha ab insolito et inopinato eventu; o que comprova com Aym. de Alluv., Valasc., e Fulgin.: o mesmo Bago. desde o n. 244. até 247. expõe as razões desta resolução: se bem que Goh. supra n. 29. e 30. contra Valasc. e Fulgin. segue o contrario « Si hujusmodi incrementum esset adeo insoliu tum ut de eo partes non cogitaverint » etc.

Nos fateozins èm nenhum cas he alteravel o foro.

Nota: Só estas duas ultimas podem ser as equidades e favores de agricultura, que nas renovações obstem ao augmento da pensão, se o Prazo (exceptuados estes dois casos) o merece com respeito á modicidade da primeira pensão: só sim em nenhum caso se póde augmentar nos Prazos fateozins perpetuos, Fulgin. de Solut. Canon. Q. 13. n. 22., Barbos. de Potest. Episcop. Alleg. 95. n. 26.

ob a truccurry -1 (9) , 5 (1 de )

- Quando ha renovação possa, ou deva diminuir-se a dntiga pensão?

αί**τρι**, ε. εν πουδείν (**§**. a**i 180**ε ... Lots Artigojestá largamente tratado desde o §. 741. atéi o S. 7842 euando tratoi do rebate da pensão na duração das vidas. Tudo, o que ahi expuz, he aqui applicavel.

Se assem como pode dar-se Emphyteuse presumido, at a S. 108.; possa tambem haver renovação presumida; ou em que casos, e circumstancias?

nosso Mendes Areuca, All. 50. a n. 16. com varios DD. se propor mostrar, que o Prato, ainda mesmo o Ecclesiastico, sé ptesume renovado, quando depois de findas as vidas continua o successor a quem pertencia o direito. da renavação, a posse por espaço de 10 annos, prestando so Senhorio a pensão: Acerescenta Arbuca, que se presume renovado conforme a precedente Investidure para marido e melher, etc.: elle se funda na deutrina de Cald. de Remov. Q. 15. n. 6., e responde a Cald. Q. 2. n. 3. como anermo Cald: de Extinct. Cap. 1. n. 39. no fim, e com ' Valasc. Q. 8. n. 10. (que só falla da presumpção do 1.º Emphyteuse e não da renovação): com a mesma generalidade E do Doutor admitte renovação tacita o mederno Ferreir. Cardos. Elem. Jur. Kniphyt. S. 98.

aue admittiu renovação presumida.

Ferreira Cardoso.

S. 1182. Quanto aos Prazos Ecclesiasticas: o mesmo Cald. de Renov. Q. 14. nervosamente defende, que nunca jámais Ecclesiasticos se pode presumir renovação tacita por mais diutorno, queseja o tempo: 1.º, porque a Escriptura he da substancia de Prezo Ecclesiastico, ex Ord. L. 4. Tit. 19. in princip,

ubi signanter Silv. n. 25.; 2.º, porque nas renovações dos taes Prazos se reiterão as notempidades de vedorias, escripturas, etc.; o que nunca o tempo com a simples prestação e recebimente das pensões póde supprir, nem fazer presumir: a mesma opinião seguem Pinheir, Disp. 7. Sect. 4. n. 62., Fragoz. P. 3. Disp. 14: S. 2. sub. n. 12.: e muito menos se póde presumir sajouria do Prelado, quando são recebe: por si as pensões, acionoia acim bequal per macinade presumir a renovação, Fulgin, de Renov. Q. 5. anb. a. 4.

S. 1183.

Nem nos

Semelhantemente: como par renovações dos Prazos das das Commendas. Commendas se devem reiterar as solemnidades que ficão referidas (S. 4148.), nunca sem ellas to pede presumir renovado e Prazo.

S. 1184.

Nem ainda nos Seculares.

E quanto aos Prazos Seculares: a melhor, e mais commum opinião defende, que nem ainda nelles se pode presumir renovação pela distarnidade de tempo depois de findas as vidas: e isto pelas rezões, que penderão Pulgia. de Bestov. Q. 5. a.n. 3., Cald. Renou. Q. 2., Fragon. P. 3. Disp. 14. S. 2. sub. n. 12., Pacien. de Locat. Cap. 64. a n. 105., optime Britt. de Locat. in rubr. P. 1. S. 4. n. (mihi) 80. pag. 112.: tanto assim, que se a precedente Investidura contenha e pacto de renover; nom ainda essimi a renovação se presuma pelo tempo depois de findes : as vidas; como descadem os eitados DD., e tambem: Herol, de Ratification, in Titul, de Ratification Locat n. 29., Fachin. L. 1. Controv. 84., nonde rasponde is iohiecos contrarias.

Comprovação do exposto

Eu não plagio as genuinas razões des citados BB., a especialmente de Britto: 46 lacrescento este raciocipio: noste Reiho aunca gémais se fez renevação de Prema sem vederia e sem escripture: es Senhorios, ou aliés algum, tem o direito, segundo a variedade dos casos (supra Cap. 3. Art. 1.) de faser augménter e fero mes senometes: e es Emphyteutas em alguns casos podem sequeses ve-

. Inter (ut ar Liff 4 t.). Ora ur taei turnidade, our mobilencia de 📑 , han são phejudica a outro; nom s de cuda hum a si mesmo; ; posque são actos de merá faculdade interpellar o Senhocrist en Emphytenta: pera que renove o Prazo, ou este" . 'Aquale pare que lh'ornenetere de huna taes actes, du omis--pales pao supade inferie hum contracto nove e obligato--, ria presymille, quel: huma renevação equipollente á primeira Investidura, ultro bitroque obligatoria, segundo as pegras dos actor voluntarios: el focultativos.

S. 1186.

Tambem alguns DD admittem neste caso prescripção de remenação; contrat o Senhorio peto espaço de 30, ou se pode admittir - 40 annos, Silv. and Ord. L. 3. Tit. 59 in pr. n. 87., - Fulgin. in Presluit. Q. 14. n. 32, et de Renov. Q. 5 n. 6. et 7. Porém (quid quid sit, quanto a primeira adquisição - do Emphyteuse pelo meio da prescripção, de que tratei a 🕵 116.) en 👊 posso comprehender o jurídico fundamento - .:de:4al prescripção :> porque, o por huma .parte : interpellar no Sanhorio sa Emphytenta para que renove o Prazo he hum acto dependente do livre arbitrio do Senhorio; e quando muito elle quizer, se lo Emphyteuta se porta com indolencia em pedir a renovação: era em hum acto tal dependente de livre arbitrio do Senherio, e hum direito que elle pode exercitar quando quizer; não he objecto para prescripção; mesos que querendo o Senhorio exercitar aquelle Direito, o Emplyteuta recuse, o Senhorio acquiesça, e depois passem 30 ou 40 annos; segundo as ordinaries regnes, de quit. Dunod. Traite des Præscript. P. 1. Cap. 12.

**5**. 1187.

Por outra parte: em quanto o Emphyteuta contribue ao Senhorio a identica pensão da precedente Investidura sem alteração alguma (que aliás póde haver em alguns casos, Cap. 3. supra Art. 1.), se presume, que a satisfaz em continuação do antigo titulo temporal ninda que extincto, Cancer. 1. Var. Cap. 14. n. 95., Barbos. in L. 2. Cod. de Præscript. a n. 310., Silv. ad Ord. L. 4. Tit. 23.

Nem aqui ргезстірей. contra o Senhorio.

Comprova-st

So pagando-se diversa pensão por muitos renovação.

3.50

S. 1. n. 50.; e não se presume, que satisfes a antiga e identica pensão por outro navo, e diverso titulo, sente, ou guando este se mostra expresso; ou quando effectivamente poderá presumir se prova, que depois de findas as vidas, e por mais de 30 annos se pagou uniformemente huma! pensão alterada diversa da da entecedente Investidural: só nestas circumstancias pode entrar a presumpção de novo titulo: Cancer. supra 7. Quod dictum. Autonell. de Tempor. Legal. L. 2. Cap. 39. sub. n. 29., Coal. Peg. 2. For. Cap. 9. ex n. 187., França ad Mend. Art. 3. n. 43. et 72., Sily. supra n. 49.

## **%** 11880 : .

Só pois a solução de pensão por largo tempo depois de extinctas as vidas do primeiro emprezamento, péde servir para evitar a pena da coducidade do non petitam renovationem (Cap. 1. S. 1137.); mas não para que produza ou presumpção, ou prescripção da renovação: e consequentemente não póde subentender-se jámais por prescripção ou presumpção renovado o Prava em ambos os conjuiges, como quiz tentar Arouca no logar citado (S. 1181.)

## **S.** 1189.

E só eu admittiria renovação presumida no unico caso, qual he: se findes as vides, consta que o successor Emphyteuta por mais de 30 annes contribuiu, e o Senhorio recebeu huma annual pensão uniforme; mas diforme na quantidade, ou qualidade da do antigo emprazamento; segundo as doutrinas de Cancer, Antonell., Peg., França, e Sylva acima citades: o que admittiria tanto em faver do Emphyteuta contra o Senhorio, como vice versa, por serem a este respeito correlativos (S. 110., e S. 115.)

ACCÒES COMPETENTES AO SEMHORIO E PARA DIVERSOS E RESPECTI

# DIVISÃO 1.

ACÇÕES COMPETENȚES AO SENHORIO PARA DIVES

# CAPITULO I.

Accoes para annullar, ou rescindir o Emprazamento pelo fundamento de nullidade, ou lesão.

ode qualquer Emprazamento ser nullo: ou 1.º, pela qualidade das pessoas, que dão de emprazamento es bens: de nullidade ou 2.°, pela natureza dos bens: ou 3.º, pela incapacidade emprasamento. dos Emphyteutos, que os recebem: ou 4.º, pelo defeito das precisas solemnidades : ou 5.º, pelas mais causas geraes e communs a todos os contractos. Tudo isto está especificamente demonstrado desde o S. 17. até o S. 71,

Nota: A regra geral he, que a acção de nullidade Duração tem duração de 30 annos, Antonell. de Tempor. Le- desta ceção. gal. L. 2. Cap. 94 : Ha porém pessoas, e Corpora-ta-anti-tross ções Seculares, e Ecclesiasticas, contra as quaes he necessario prescripção de mais tempo. Veja-se desde o S. 1097. até 1093.: quanto aos Menores, temos a Ord. L. 4. Tit. 79. S. 2. com exposição de Lima; mas deve recorrer-se a Boehmer. ad Pand. Tom. 5. Exerc. 84., e a Dunod. de Præscript. P. 3. Cap. 1.: Outras causas pelas quaes se suspende a prescripção podem ver-se no Cod. Freder. P. 2, L. 3. Tit. 5. Art. 1. S. 23. Quando hum emprazamento he destituido das intrinsecas solemnidades, que nelle devião inserirse, e a sua inspecção que prova o defeito dellas, obsta à prescripção da hutlidade, aconscituão alguns D'D. que se não junete pelo Réo para defeza o Instrumento assim defectuoso; e que só recorra a posse immemorial, que sa precisamir todas as precisas solemnidades: por como de controle ho pesseamines, e mendo e primo Castillo. L. 7. Controv. Cap. 26. n. 42., Molin. de Primog. L. 2. Cap. 6. a n. 75., Beref. 16 Instrum. edit. Tit. 10. Resol. 2. Bem que se o Author, que accusa a nullidade, junta elle mésmo o emprazamento desectuoso de solomnidades; não obsta a immemorial a que o R. recorra e que prove; e isto pela possibilidade de ter a sua posse outra origem válida: vejão se Parez. supra a n. 32., Castilla supra y. Secundos e to, 45., Bagn. Cap. 31. a n. 254.

Acção de lesão nos emprasamentos. Tambem os emprazamentos ano sacrificados ha Ord.

L. 4. Tit. 13. S. 6., a lesão sam differença de agr. allegada pelo Emphyteuta ao Senhorio. Já deade o S. 59. discorri qual seja a justa pensão; e na Nota ao S. 62. como praticamente se dava verificar a lasão; remetto me aqui ao que ahi ponderei.

Opinião que se attende cara regular cesta lesão: o seguinte acontecimento que transformou lezivo o contracto.

Diz com muitos DD. Sylv. & Ord. L. 4. Tit. 1. in rubr. Art, 4. n. 21. que « In contractibus habentibus tractum « successivum respicientem futura tempora, qui licet à « principio non contineant lesionem; tamen, vi incipiunt « eam continere, habito respectu ad tempus post contractum, rescindi poterunt. » e daqui infere com outros DD. no n. 22. « quod licet contractus emphyteutici, vel « locationis longi temporis à principio justa pensique ce- « lebrati sunt; tamem si expost facto temporis cursu læsivi « sint, rescisioni locus erit; quia tanc læsiq habet causam « successivam, quæ singulis annis, et temporibus, solvendi « refricatur. » É além dos que refere Sylv. veja sa Pecch. de Aquæd. L. 4. Q. 18. Larr. All. 32. & 1193.

Opinião contraria; que Porém em contrario: que augmentadas es fructos do se deve respeitar predio Emphyteutico, seja qual for a causa deste augmento; o estado das não póde o Senhorio dizer-se leso para augmentar o foro; do Prazo. demonstrão admiravelmente com muitos DD. Seop. ad

Lby Google

Gratiles Chisc 88. aug. 20.4 Amaya in Cod. (E2160: (Dit.o28)... L. anica a natha os quaes respondem asambje e de secono e a trarias. Esta 2.ª opinião, quanto a thinh hit s que se deve : seguir, attenta a generalidade da nossa Ord. L. 4. Tit. 13., que indistinctamente manda regular a lesão pelo tempo do contracto; ainda que as razões dos DD. contrarios, que currentour Marren Alleg: 23, eras desea opinido, que rest feriu Amaya, a sa 9., são muito argêntes: confira-se o S. 1179., aonde se mostrou, que o augmento do predio Emphyteutico pela alluvião and póde ser motivo para o augmento da peneto.

### CAPITULO II.

Anções de Commissa pelas varias causas, porque esta na pana se incorra: propasi do deminio directo para fundamento destas atolies: provas ........ de identidade dos predice. In la caracia

### 11 , 1 ARTIGO L.

L. . Acçues de Comenisso.

**S.** 1193. Listá demonstrada no S. 1103., e desda o S. 615., até 641., quando pelas demunicações se incorre a pena do commisso: desde o S. 762. até o S. 808., quando pela Em que casos falta do pagamento do foro: desde o S. 809. quando por qualquier espedie de alienação sem consentimento de Senharror nos &S. 1/196., e:1407. quendo pela uagação doloss do dominio directo: do S. 1108, quando pela suppremier da verdadé do proço para libudir : e :fraudar • Senhdrid, ou na Opção, ou do Laudemio: no 🐒 1109., quando pela subnegação do Laudemios tro S.. 1110., quando. pela contiemalicia end exhibir ao Sendorio, a Investidura a . ao Crassino (tempo advectinas baysas, quei escusão destes ? Commisses, a commune of Emphyterites possão defendense: e desde 10 : S. Al blu da human industriencias gemen schoe :

Accio de Commisso.

compete.

todp 20.1 Commisso.: nada mais resta, que deva advertirario tambem do Commisso ob non petitam renovationem, e suas escusas, statei a § 1129.

### .. ARTIGO II.

Provas necessarias de dominio directa para fundamentar

'O dominio directo do Senhorio deve plenamente provar-se na acção do Commisso.

commum dos DD. faz huma essencial différença entre o caso em que o Senhorio directo trata da reivindicação pelas causas de Commisso, se Devolução; e entre o caso em que só trata de exigir os direitos dominicaes das pensões, e laudemies amo primeiro caso fazem precisa huma rigorosa prova do dominio directo: no 2.º se satisfazem com menos prova; e siada só com a Investiduraicom quaesquer adminiculos: esta distincção se vê no Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 37. et 74., Pacion. de Locat. Cap. 27. n. 77. et 78. et Cap. 65. ai n. 113., Antonell. de Loc. Legal. L. 2. Cap. 5. Q. 11. a n. 156. et 166., Sylv. ad Ord. L. 3. Tit. 59. in princip. a n. 98. et 106., Jul. Capon. Controv. 33. a n. 10.

Quando se prona o dominio directo pela Investidura.

Por via de regra Emprazamento por si só não prova o dominio em favor do Senhorio.

Son o primeiro a confessar, que homa Escriptura de emprazamento por si sómão prova o dominio em favor do Senhorio, maleimê em prejuiso de terceiro que não consta ser successor universal, su particular do Emphytenta investido, Card. de Luc. de Reud. Disc. 70. n. 1., Fulgio. Tit. de Contract. Q. 26. n. 3., Valasc. Q. 9. n. 3., Pereir. Dec. 26. n. 8., Antenell. de Loc. Legal. L. 2. C. 5. Q. 11. n. 160., Bagn. Cap. 14. n. 56., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 89. in pr. n. 98. O principal fundamento desta regra geral, he porque o dominio não depende da asserção do

Rasões desta regra.

red by Google

Senhorio, que concede a cousa como sua, nem da asserção do que a recebe, como propria do Senhorio; quando alias de facto he possivel emprazar-se, arrendar-se, ou venderse a cousa alheia, sem que comtudo o emprazamento, a locação, a venda prejudique ao verdadeiro proprietario.

S. 1196.

Por deducção destas razões amplião commummente os DD. esta regra: 1.º, ainda que a Investidura seja antiga, Silv. supra n. 99., Fulgin. n. 4. Amplião 2.º, ainda que o Emphyteuta por muitos annos pagasse ao Senhorio a pensão, porque nem ainda assim a Investidura prova o dominio, mesmo contra o Emphyteuta, em razão de que elle pedia errar persuadindo-se ser do Senhorio a cousa emprazada, sendo na realidade propria do Emphyteuta, ou o Emphyteuta alheia: e accrescentão, que em dúvida se presume erro, quando o Senhorio não mostra o seu dominio mais que pela Investidura: Assim com Barbosa, Valasco, e Mendes, Silv. supra n. 100., Conf. Peg. de Mayor. Cap. 6. sub. n. 1715. pag. 411., Cancer. 3. Var. Cap. 13. a n. 134. D'aqui inferem, que usando o Senhorio da acção de Commisso, e reivindicação contra o Emphyteuta, ou seus successores, não basta a Investidura para prove do seu dominio nesta acção. Fulgin. supra n. 6., Valasc. Q. 9. n. 9., Bagn. Cap. 14. a n. 61., Antonell. supra a n. 156.

Ampliações da regra e illações della.

Ainda que a Investidura seja antiga.

Ainda que per muitos annos contribuisse o foro.

Por que se presume erro.

Portanto não basta a Investidura para prova do dominio.

S. 1197.

Porém estas ampliações (S. 1196.) não são sólidas, antes frivolas. A primeira: porque se eu concedo como . meu: hum predio, emphyteuticando-o ao Foreiro, ainda que na realidade seja alheio, e o Foreiro ex vi desse aforamento me contribue a pensão por 30 annos; eu pres- Razão da justa crevo o dominio contra o verdadeiro proprietario, Fulgin. Tit. de Contract. Q. 26. n. 9., Valesc. Q. 9. sub. n. 16.; e o Emphyteuta presereve o dominio util contra o verdadeiro Proprietario, Pinheir. de Emphyt. Disp. 1. Sect. 2. S. 2. n. 40.; e eis-aqui temos hum Prazo de cousa alheia effectuado pela prescriação de 30 annos contra o verda-TOMO II.

Censura-se da 1.ª ampliação.

deiro proprietario; adquirindo o Senhorio o dominio dinecto, e o Employteuta o util, relativamente ao directo; e o mesmo Senhorio prescrevendo contra este Employteuta por isto mesmo, que por 30 canos lhe pagau foro, ainda que o Employteuta lhe pagasse de cousa sua propria (vej. \$. 118.) Conf. Urceol. Decis. Florentin. 49. a n. 11.: só pois huma Investidura nunca effectuada he a que não prova o dominio do Senhorio, Luc. de Feud. Disc. 70. et Disc. 173.: só naste sentido póde proceder a regra (\$. 4195.) e a 1.º limitação (\$. 1196).

Unico caso em que póde proceder a 1.ª ampliação.

a 2. Razbea.

**S. 1198.** A segunda das ditas limitações (S. 1196) he digua da maior censura: porque o Emphyteuta, que secebe do Senhorio a cousa, como propria delle, he visto recouhece-lo proprietario sem que possa jámais refrican-lhe a questão do antecedente dominio, esgundo a regra geral deduzida da L. 12. Cod. de Probet, abi Barbos, a. 9., Brunneman. 4., Menoch. L. 6. pres. 63.: Idem Berbos. in Repert. verbo - Dominium - Pode ser que o Emphyteuts errasse recebendo do Emprazamento a cousa propria; perém, se geralmente o erro se uño presume sem que se demonstre com evidencia, bastando para o excluir, a passibilidade de ser verdade a confessada. Angelis de Coafession. L. 3. Q. 20. a n. 24., Urcsol. de Transact. Q. 86. a n. 16.; muito menos se presume no Emphytenta, que recebe alguns bens de emprazamento, como proprios do Senhorio; e depois diz, que errava por serem seus proprios, Pacion. de Locat. Cap. 65. n. 89., Angelis de Confess. L. 2. Q. 11., Concer. 3. Ver. C. 18. n. 141., Wahr. in Cod. L. T. Fit. 1. Delin. 19, n. 19., Nella Dissent. 88. eab. n. 70. Tondot. Civil. Cop. 481. a. 4. 5. at 47., Urceol. supra : em consequencia, em quanto o Emphytoute não prova o ervo, e cousa delle, que o precipitou a samar de emprezamento a cousa proprie, lhe obsta o emprezamento e o tacito reconhacimento da dominio do fincherio: DD. spud. Peg. de Mayor. Cap. 16. pag. 414. Gdl. A. F. -confermatur. - Velec. Q. 9. m. 18. prop. Ma. a wija pe Urceol. Decis. Ploventin. 40. a . 10.

S. 1199.

Reconhecem os DD. dessa opinião (S. 1195.) que a Investidura prova o dominio do Senhorio contra o Emphytenta e seus successores, quando o Emphyteuta na Investidura, que receben do Senhorio expressamente reconheceu, e confessou o dominio delle; maximè sendo Igreja, ou pessoa privilegiada, ou caso em que sem tradição se adquira o dominio, Valase. Q. 9. n. 18. et 19., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 59. jn pr. n. 103., Cancer. 3. Var. Cap. 13. n. 141., Dunod. de Præscript. P. 3. Cap. 11. pag. 389. et 390. Pahr. in Cod. L. 4. Tit. 14., Defin. 10 et L. 7. Tit. 3. Def. 19., Leizer. Jus. Georgic. L. 1. Cap. 15. n. 72., Tondut. Civil. Cap. 181. n. 5., Antonell. de Temp. Legal. L. 2. Cap. 55. sub. n. 42.; e ainda que Silv. n. 104. limita a si Emphyteuta errando, pulans rem esse Ecclesia, eam reco-« gnoscat. » já vimos (S. 1197.), que passados 30 annos pelos quaes a prescripção lhe obsta, não póde allegar tal erro; e já vimos (§. 1198.), que quando a prescripção lhe não obste, não he ouvido, allegando-o, sem que o prove demonstrativamente.

Quid, quando o Emphyteuta na Investidara confessou e reconheceu o dominio do Senherio?

S. 1200.

Ainda o mesmo Silva, com Peg. 3. For. Cap. 28. a n. 1006., avança a proposição: que o reconhecimento no Prazo ou em qualquer outro titulo não prejudica aos reconhecimento herdeiros, ou successores do Emphyteuta recognoscente, e ainda menos o terceiro: doutrina a que recorrem vul- ao Emphyteuta, garmente os Rabulas para se apporem a dominios directos os mais provados: porém 1.º, o mesmo Peg. no Tom. 1. For. Cap. 3. pag. 151., ainda nos Censos prova o contrario; que hum só reconhecimento basta para prejudicar não só ao recognoscente e seus successores, mas ainda a terceiro: Conf. Angel. de Confess. L. 1. Q. 7. effect. 17. n. 11. Cens. de Censib. Q. 43. a n. 32., Vella Dissert, 33. sub. n. 70., Felician. de Censib. L. 3. Cap. 6. n. 64.: 2.°, Peg. d. Cap. 28. no n. 1005. se refere ao julgado no mesmo Cap. n. 252., sonde em falta de Titulo expresso só ce duvidou se a pensão era Emphyteutica: 3.", o mesmo Peg. n. 1008. se funda no geral principio:

Opinião d'alguns QUE esse mesmo não prejudica nem a seus herdeiros e menos a terceiro. Confuta-se cesa opinião.

quando o reconhecimento não prova o dominio do Senhorio: ora essa regra se tem mostrado, que cessa quando se ve huma Investidura effectuada por 30 annos (§. 1197.); e que o reconhecimento, maxime expresso, prova o dominio do Senhorio, em quanto o erro se não evidencêa. (S. 1198.)

**S. 1201.** 

Conclusão. O dominio do Senhorio. do Commisso, se prova com

adminiculos.

O certo he pois, que ainda para o odioso fim do commisso, ou devolução se prova o dominio directo do Senhorio (caso em que se requerem mais rigorosas provas, ut ainda na causa S. 1194.) quando com a Investidura concorrem adminiculos urgentes, ainda contra terceiros possuidores, Valasc. pela Investidura Q. 9. n. 16., Fulgin. Tit. de Contract. Q. 26. n. 8., Silv. supra n. 101. et 102., Luc. de Feud. Disc. 70. n 3., et de Emphyt. Disc. 37. n. 3., Antonell. de Loc. Legal. L. 2. Cap. 5. a n. 161., optime Tondut. Civil. Cap. 181. a n. 10., Ciarlin. Contr. 6. n. 40., Pacion. de Locat. Cap. 27. n. 84., Altim. ad Rovit. L. 3. Obs. 30. n. 20. et 21. Idem Antonell. de Temp. Legal. L. 2. Cap. 55. a n. 37., Fulgin. de Var. caducit O. 11. n. 7.: vej. Mul. ad Struv. Exerc. 11. Thes. 14. O mesmo quando com arrendamentos antigos concorrem adminiculos, porque igualmente provão o dominio: vej. Pacion de Locat. Cap. 27. a n. 72., Cap. 65. n. 115., Sabell. S. Dominum n. 8., videndus Fusar. de Subst. Q. 618. a n. 5., Altimar. ad Rovit. L. 3. Obs. 30. a n. 9., Pacichell. de Distant. Post. Tract. Dec. 13. a n. 45. ubi concurrente solutione 30. ann.

S. 1202.

Os adminiculos, com que para o sim de que tracto neste artigo se póde corroborar a Investidura, são: 1.º, Quaes são esses Investiduras mais antigas, e por diversos Instrumentos: 2.°, adminiculos? huma continuada solução da pensão por muitos annos em observancia da Investidura: 3.º, solução de Laudemios nas vendas, ou que se tenha requerido para ellas o consentimento do Senhorio: 4.º, enunciativas em documentos antigos: 5.º, descripção dos bens, como emphyteuticos, nos

livros censuaes da Igreja (\*): 6.º, fama pública, e commum

reputação de serem os bens Emphyteuticos, e foreiros a esse Senhorio: 7.°, o reconhecimento dos mais compossuidores de partes do todo, que fórma o mesmo Prazo: vejão-se Tondut. Civil Cap. 181. tot., aonde prova todos estes adminiculos: confirão-se o Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 37. tot., Jul. Capon. Controv. For. 33. tot., Antonell. de Loc. Legal. L. 2. Cap. 5. Q. 11. a n. 161.

(\*) Dos livros censuaes da Igreja diz Mell. L. 4. Tit. 18. S. 5. « Nec excipiendi libri antiqui, quibus « imperfectæ tantum probationis, quamdiu contrarium a non apparet, vis tribuenda » Conf. Card. de Luc. de Judic. Disc. 30. n. 24., Fulgin. de Jur. Emphyt. Tit. de Contract. Q. 26 a n. 16., Valasc. Q. 9. n. 29.: De fórma que estes livros censuaes por si sós não fazem huma concludente prova dos dominios directos; mas pelo menos produzem huma urgente especie de prova, maximè em factos antigos, que adminicula e corrobora outras mais provas, segundo a regra — singula quæ non prosunt simul collecta juvant —, que ao proposito applica o Card. de Luc. de Emphyt. Disc. 37. sub. n. 8. ý. — Qualia —: e mais ao proposito Tondut. Civil. Cap. 181. n. 13.

Que prova fazem aqui os livros censuaes da Igreja.

Provas do dominio directo por Monumentos antigos, e copias d:lles.

**S. 1203.** 

Tem chegado a chicana, e a rabolice a não se satisfazer com a producção de Investiduras modernas, e antigas, ainda confirmadas com a observancia; e exigirem efficazmente, que se produza o Titulo original da adquisição; havendo Ministros, plus justo escrupulosos, que assim o querem; presumindo injustos os princípios das adquisições; erroneas as prestações pelos foreiros por mais antigas que sejão: porém por mil causas, que relata o Dr. João Pedro Ribeiro, Observ. Diplomat. pag. 42. 43. 44. 45., se perdem nos Archivos os antigos Monumentos: a estas ac-

Documentos originaes se perdem por muitas causas. Por isso as provas das posses os supprem. conservar os processos mais de 30 annos; e os Tabellines os livros das Notas mais de 40 annos; e os Tabellines os livros das Notas mais de 40 annos, Ová. L. 1. Tit. 33: S. 23., e Tit. 78. S. 2.: e nestas possibilidades das perdas dos originaes por tantas, e tão experimentadas causas, diz justamente Bohemer, ad Pandect. Exercit. 33. Not. k. ao S. 16.: « Infinita privilegia, diplomata, aut chaisse « per injuriam temporum amittuntur, incendio pereunt, « aut vi hostili eipiuntur, ut horum memoria tandem de- « ficiat. Quot tabularia sunt extincta per calamitates bel- « licas, aliaque infortunia publica, quibus tamen ipsa jura, « quæ per hæc probari debebant, extingui non debent » etc., concluindo, que a não se recorrer á posse immemorial tudo se revoltaria.

S. 1204.

Regras
diplomaticas
necessarias
para o exame
da
authenticidade
ou falsidade
dos antigos
Documentos.

A observancia concilia credito aos instrumentos antigos informes.

Se apparece hum Monumento antigo sem as solemnidades dos presentes tempos; he do privativo foro de hum bom Diplomatico o exame da sua verdade, ou de ser apocrifo, ou falso; as regras certas para reconhecermos a sua verdade, ou falsidade, se acharão na Dissertação, ou Tractado das regras da Hermeneutica e Diplomatica, por Fr. José Pedro da Transfiguração, impressa no Porto em 1792., a que me remetto: Algumas destas regras se achão adoptadas no Cap. 6. H de Fid. Instrument.: eu me satisfaço só com esta advertencia; que a observancia concilia credito aos Instrumentos antigos por mais informes, que elles appareção, quando se prova por longo tempo observado, o que elles relatão, Arouc. Alleg. 60. n. 31. et 35., et in L. 37. fl. de Legib. n. 23., Castille. L. 5. Controv. Cap. 92. S. 7., Luc. Jur. Patronat. Disc. 11. n. 8., de Testam. Disc. 26. n. 21., de Fideicommiss. Disc. 180. n. 6., Bagn. Cap. 3. n. 66., Parex. de Instrument. Edit. Tit. 1. Resol. 3. S. 4. n. 146. et a n. 150.

A observancia contraria ao theor delles os conjectura falsos. S. 1208.

Bem como, e pelo contrario buma Investidura antiga, e que mostra caracteres antigos; que nunca foi observada, se presume falsa, e apocrifa, Card. de Luc. de Feud.

Disc. 138, n. 10, et 26,, e geralmente se presume falso tedo o Documento, que nunca teve observancia. Arous, in L. 37. fl. de Legib. n. 23., Parex, d. n. 146., Urccol. de Transact. Q. 60. no Sm: ou se julga prescripto, ou distracto o Direito que relata o Instrumento não observado, Luc. de Feud. Disc. 70. pen tot.

. Se apparece huma copie antiquissima destituida das presentes solemnidades, devemos recorrer as regras da Diplometica, expestes na dita Dissertação pag. 56. e seguintes; a que me remetto: só como jurista advirto; que huma copia antigo, que mostra ser por Tabellião, defectuosa de solemnidades, que na data excede 100 annos, he attendivel se o relatado nella se vé observado por 30 annes, Parex. de Instrum. Edit. Tit. 1. Resol. 3; S. 3. n. 56., Card. de Luc. post Tract. de Regalib. Decis. Sicilise n. 417., Peg. de Mayor. Cap. 6. a n. 26., Castilh. L. 2. Controv. Cap. 16, n. 56.: advirto mais, que nas copies antigas passedas das Escripturas dos livros de Notas, não se relatavão, nem copiavão as subscripções das tostemunhas; e nem por isso deixão de ser attendidas: veia-se Peg. Tom. 12. ad Ord. L. 2. Tit. 42. in pr. n. as testemunhas. 27. Outros casos, em que as copias se attendem, podem ver-se no meu Tractado dos Morgades Cap. 8. S. 6 e seavintes.

Copia antiga coadjuvada com a observancia he attendivel.

Nas copias antigas extrabidas de livros de Notas não se copiavão

Provas de dominio directo por emunejativas de Documentos.

stated in many S. 1297, main to be not so

Figure Peg. 3. For. Cap. 28. a. 1004. p saso, am que hum vendedor, quando vende o predio Emphyteutico declara ser foreiro a tal Sanhorio: e nasolve com outros DD. que esta sua asserção pão basta para prova do dominio directo do Senhario, em quanto elle não mostra o titulo a tal Senhorio: original: concordão com outros bas Noguerol. Alleg. 27. a n. 6., Geurb. Decis. 62. n. 29, Hodiern. ad Surd. De- do seu dominio.

A enunciativa, V. g. na Escriptura da.compra; que os bens comprados Mo foreiros se basta para prova

cis. 10. et 32.; e isto pela unica razão (original de Bartholo); que qualquer confissão, ainda feita em Instrumento, não aproveita a foreiro, Nuguerol. supra a n. 8. Angelis de Confession. L. 1. Q. 8. Limit. 7. tot.

S. 1208.

Porém Cancer. 1. Var. Cap. 11. n. 28. declara que essa regra cessa 1.º, se o Senhorio, em cujo favor se fez a confissão, subscreved no mesmo instrumento: 2.º, se o comprador passou depois a pagar effectivamente o foro ao enunciado Senhorio: 3.º, se se mostrão duplicadas enunciativas: e geralmeute 4.º, quando com essa confissão concorrem outros adminiculos: também Altimar. nas Observações a Rovit. L. 3. Obs. 30. a n. 38., depois de prenotar essa regra (S. 1207.), a limita 1.º, « si essent plu-« res Scripturæ enuntiantes rem illam esse reddititiam ali-« cui ; nam ex illis probaretur directum dominium ; dum-« modò illa instrumenta antiqua deriventur à diversis per-« sonis . . . quod procedit etiam in præjudicium tertii . . . »: limita 2.º, « si ultra unicam assertionem dominii quis haa beret solutiones Canonum; quia tune bene diceretur proa batum directum dominium. » Tudo o exposto neste S. segue, e comprova Jul. Capon. Controv. 33. a n. 7. et 13.

Nota: Essas doutrinas do S. 1207. tem fundamento no direito Romano, confurme ao qual ninguem póde estipular em favor do absente, etc., cujas Leis concordiaes refere Boehmer. ad Pand. Exercit. 28. — de jure ex facte tertii quasito — Cap. 1.°; porém no Cap. 2.° reprova essas regras do Direito Romano, pelo Direito Canonico, e uso hodierno: conf. Thomaz. ad S. 4. Inst. de Inutil. stipul., Berger. æconom. Jur. L. 3. Tit. 3. S. 3., Stryk. us. mod. ad Tit. de Pact. S. 12., Leizer. ad Pand. Spec. 519. S. 4. et 5.: vej. Olea de Cess. Jur. Tit. 4. Q. 4. n. 29. 32. et 40.: e assim hoje ainda in abstracto he errada essa opinião do S. 1207.

### Provas do dominio diresto por Tombos.

S. 1209.

Eu supponho, que apparece hum Tombo feito, e organisado com as solemnidades, que referem os Praxistas. Leitão Fin. regund., Vanguer. P. 4. Cap. 20., Silv. e Arauj. no fim do Tractado da Arte de Bachareis: nesta supposição vou mostrar, que elle não só prova os limites, e confins dos Predios, mas os direitos dominicaes, que elles confessão, e reconhecem os foreiros, apezar de bam papel sedicioso que grassa manuscripto, em que se tenta persuadir o contrario.

Fórma dos Tombos.

**S. 1210.** 

Reconheço, que a Jurisdicção do Juiz do Tombo (quando se não concede ordinaria) he estricta para descrever, e demarcar o em que não houver dávida; e não se estende · a discutir, e julgar o em que ha controversia, e negação, nem determinar foros, e reções, que se neguem. Peg. 5. For. Cap. 83. n. 69., et Tom. 7. For. Cap. 235. n. 6. no fim, e n. 17. e 18., o P. Cordeir. Resol. 141., Leit. Fin. regund. Cap. 11. n. 52. e 53., e Cap. 13. n. 30.

Nota: Ainda concedida a Provisão com Jurisdicção ordinaria não póde o Juiz do Tombo conhecer ordinariamente das causas dos que tem privilegios incor-🗄 porados em direito, quando estes se não revogão; como por argumentos do Décreto de 13 de Janeiro de 1760 se julgou na Casa da Supplicação entre Partes Jeronimo Monteiro de Coimbra com o Convento de Lorvão, por Accordão de 13 de Dezembro de 1805.

Porém as Provisões, que se passão pelos Formularios estampados por Leitão Fin. regund. no Prefacio; e nos para a factura Estat. da Ordem de Christo 2.º P. Tit. 22. pag. 101., dos Tombos. não so mandão fazer descripções, medições, e confron-TOMO II.

tações das terras do dominio do Senhorio requerente do Tombo; bem á maneira do que, quanto asa Censos dos Romanos, determinava a notavel L. 4. fl. de Censib.; mas e juntamente mandão, que se faça demarcação, medição, e Tombo dos bens, e propriedades, censas, réndas, e foros que pertencem ao Senhoriam naquellas cousas em que não houver dúvida, e em que as partes forem contentes; e no em que a houver, mandão as taes Provisões, que determinará o Juiz o que for justiça: ao mesmo tempo mandão, que o Juiz tome informação assim por Tombos e Escriptaras, se as ahi humber, como por testemunhas an; tigas, dignas de fé; e que veja os Tombos, e as Escripturas dos bens, e das Partes, se as houver, etc.

S. 1212.

Para cumprir ambos os fins (§. 1211.), e para ficarem hum perpetuo monumento, mandou a Lei de 26 de Outubro de 1745, na Coll. 1. n. 12. a Ord. L. 1. Tit. 62., fazer com todas essas declarações os Tombos dos bens do Concelho, us ibi:

Provão
os Tombos
e
reconhecimentos

nelles feites,
não só
os dominios
directos
dos predios,
mas
as obrigações
dos foros
e diceitos

dominicaes.

« De todos estes afforamentos se farão Tumbos pelos « Provedores, em que fiquem confrontados es ditos bens, « e declaradas as quantias das pensões, que devem pagar, « segundo o arbitrio e fórma, que dellas se fez; ficando os « Tombos originaes no Cartorio de cada huma das Comaraces respectivas, e destes virão cópias remetidas ao Conceselho da Fazenda. »

Para cumprir ambos os fins, quanto aos bens das rendes da reprezalta do Reino do Algarve, determinou o Alvará de 14 de Junho de 1775. S. 3. e 5., vá ibi:

« mesmo passo que los Emphyteutas, exCensuarios se forem a qualificando vá lançando em hum livro numerado os « assentos delles com as deslarações dos seus nomes, dos « reconhecimentos que fizerem; do foro que pagão; da natuereza delles; e dos bens, que forem a elles obrigados com « ma respectivas situações, a confignitações de todas, e da « cada hum delles. »

U;

«Item: ordeno, que assim mesmo se lancem tambem d'no dito livro os assentos de todos os outros bens, que aforem a se acharem livres e proprios da Coros; e pertencientes à reprezalia: precedendo para isso as averiguações que a Juma julgar necessarias. E logo que o dito a livro for completo, e findo, será remettido ao Juizo do Tombo da reprezalia, para nelle ficar servindo de Titula authentico dos sobreditos censos e foros, e dos mais bens livres, para se poderem arrecadar os justos rendimentos, a assim dos que se acharem por administração no mesmo a Juizo, como dos que estiverem em poder de Honatarios, a para fozerem delles a devida arrecadação pelos legaes a traslados que se lhe darão do dito livro » etc.

## **S. 1213.**

Para cumprir ambos os fins mandou a Ord. L. 1. Tit. 16. S. 2. fazer Tombo dos bens pertencentes ao Hospital de todos os Santos; a Ord. L. 1. Tit. 62. S. 51. e 64. dos bens das Capellas; os Estatutos da Ordem de Christo 2.º P. Tit. 21. S. 1. dos bens, e Prazos das Commendas; o Alvará de 23 de Julho de 1766, dos bens, e foros dos Concelhos; a Lei de 23 de Maio de 1775, dos bens denunciados e julgados a Corôa; o Alvará de 21 de Março de 1746, revalidou as nullidades do Tombo da Patriarchal. Toes são os fins, tal a authenticidade, tal a força probativa dos Tombos pela legislação deste Reino.

### S. 1214.

Hum Tombo solemne, e feito conforme a prática, não póde deixar de produzir estes juridicos effeitos, pois que: citão-se os Foreiros para se louvarem em louvados, declararem as terras, que possuem, e reconhecerem os foros, e direitos dominicaes, com comminação de que não comparecendo se fazer a louvação, descripção, e confrontação dos predios á súa revelia; e sendo contumazes em reconhecer se haverem por confessos: esta he a praxe: isto he hum procedimento judicial, aisda que Summario, com Author, Reus, e Juiz delegado.

Praxe dos Tombos.

S. 1215.

Continua.

Se comparecem, e reconhecem possuir taes, e taes bens; pagar delles taes e taes suros ao Senhorio; eis-aqui huma confissão judicial voluntaria perante o Juiz, escripta, e subscripta; e o reconhecimento se julga por Sentença; sem differença de qualquer outra confissão judicial, que condemna de preceito ao Emphyteuta nos termos da Ord. L. 1. Tit. 24. S. 19., juncta a Ord. L. 3. Tit. 66. S. 9.: então he que se verificão executadas as palavras da Provisão e aquellas cousas, em que não houver dúvida, e que as Partes forem contentes etc.: e este judicial reconhecimento, em quanto se não convence erroneo, fica por si só provando o dominio directo; ainda com meis efficacia, que o extrajudicial feito na Investidura. (Conf. a S. 1198.)

S. 1216.

O mesmo.

Se os foreiros negão, as suas negações se escrevem, e se o Juiz do Tombo não tem concedida jurisdieção ordinaria, são remettidos o Senhorio, e os foreiros ás acções plenarias (DD. citades §. 1210.): se são contumázes não compareceado a confessar, ou negar; a contumacia se accusa; são havidos por confessos, e os reconhecimentos por feitos á sua revelia das fazendas, que possuem, e que pelo meio das provas, que a Provisão permitte, consta que elles possuem: pena legal do contumaz haver-se por confesso, L. 11. §. 4. ff. de Interrogat. in jur. faciend., Cap. 2. de Confess. in 6. Boehmer. ad Pand. Exercit. 24. de contumacia non respondentis, Strik. us. mod. L. 11. Tit. 1.

dos contumazes em reconhecer. Haverem-se

Justo castigo

Haverem-se por confessos.

S. 1217.

S. 87. 88. 89., conduz a Ord. L. 3. Tit. 53. S. 13.

Se não appeilão dos Tombos, lhes ficão prejudicando perpetuamente, como Sentenças.

Se os foreiros vendo estes procedimentos, e que os seus predios se descrevem no Tombo, como sujeitos a foros, não appellão, se prejudição; e fica o Tombo fazendo contra elles eterna prova; como he texto bem notavel na L. Qui gravatos.5. Cod. de Censib. et Censitor. L. 11. Urceol.: Becis. Elorentia. Decis. 49. n. 22. et 24., Rocc. Sellectar Cap. 85. a n. 7., Menoch. Consil. 1144. a n. 78.

Harprectry Disp. 71. a n. 858. cum seqq., Mul. ad Struv. Exerc. 50. Thes. 89. junto ao fim.: neste sentido he, que a Provisão manda que o Juiz de appellação e aggravo aos que se sentirem prejudicados: seguindo-se, que se não appellão acquiescem ao processado e julgado; hum bom exemplo offerece o Foral de Besteiros; aonde depois de se dizer, que a declaração dos foreiros assignada em auto público, fica servindo de Titulo; e que os Tombos antigos o são pora a cobrança dos foros; continua ut ibi:

« E por quanto no Tombo, que foi feito, como dito «he, são nelle postas algumas pessoas, que a isso não po-« derão ser presentes, e suas terras pagarem porém no a dito acto e Tombo: declaramos, que as que se sentirem « aggravadas na dita paga, possão usar da liberdade de « Nosso mandado de presentação deste Nosso Foral lá a « quinze dias, sendo sómente daquellas pessoas, que o Conde « novamente avaliou, e emprazou, e não d'outra maneira. »

**S. 1218**.

Feito pois e solemnisado assim, e julgado por Sentença o processo do Tombo; fica fazendo prova do dominio directo, e Direitos Dominicaes, no todo, e em cada huma das suas partes, como huma Sentença passada em julgado. Este he o commum sentimento dos nossos Reinicolas, Leit. Fin. regund. Cap. 14. n. fis., Valasc. de J. E. Q. 9. n. 29. et Cons. 167. n. 26., Cald. de Emption. Cap. 21. n. 28. Senatores apud Peg. 3. For. Cap. 28. sub. n. 9. et sub. n. 672.  $\hat{\mathbf{y}} = Ouoad = .$ 

A Senterica do Tombo não appellada fica servindo de Titulo ao Senhorio.

Nota: Os reconhecimentos dos habitantes de hum dos habitantes : ' povo universalmente foreiro a algum Senhorio, prejudica aos de fóra, que nesse districto tem propriedades, Dunod. de Præscript. P. 3. Cap. 10. Pag. 350. no 6m.

O reconhecimento de hum Povo 🛊 i butario prejudica aos forenses, que abi tem predios.

S. 1219.

Confirma-se o exposto: porque na Allemanha (ainda sem hum processo judicial, como ne juizo do Tombo se pratica seste Reino) o dominio directo, e Direitos Dominicaes do Senhorio se provão por hum livro ceusual ex-

Confirmação do exposto com o simile dos livros censuaes na Allemanha. trajudicialmente feito; com estes requizites: 1.°, sende escripto por official público para esse fina deputado com hum notario, e duas outras testemunhas: 2.°, chamados es possuidores, para confessarem as terras sujeitas, que possuem, e os Direitos Dominicaes, que dellas pagae: 3.°, que feitas estas descripções, sejão claramente lidas aesforeiros: 4.°, que elles com o notario e testemunhas subscrevão: Stryk. us. modern. L. 50. Tit. 15. §. 1., Mulad Struvi Exerc. 50. Thes. 99. junto so fim: e com quanta mais rasão deverá fazer prova do dominio directo, e Direitos Dominicaes hum Tombo processado conforme a praxe do nosso Reino?

**S. 1220.** 

Não he da essencia que nos Tombos se icopiem os Titulos originaes, que já não existem.

Não he essencial necessidade, que nos Tombos se copiem os Titulos originaes: as Provisões da commissão, mandão tomar informações por Escripturas, se as houver, e por testemunhas, etc. No Regimento que El-Rei D. Manoel deu para os Tombos das Capellas, Hospitaes, e Albergarias em 27 de Setembro de 1514 Tit. 25., só manda trasladar as Instituições que da tal casa acharem: isto he bavendo-as; tanto assim que o mesmo Rei na sua Ord. L. 2. Tit. 35. (de que foi compillada a Ord. L. 1. Tit. 62. S. 51.) permittiu reforma das Instituições perdidas, e dos bens pertencentes por justificação de testemunhas; e na outra Ord. L. 2. Tit. 45: (de que foi compillado na Pilippina o Tit. 27.) em falta de donção e foral admittiu a posse immemorial. O formulario da Previsão para os Tombos dos bens das Commendas, que se le nos Estatutos da Ordem de Christo pag. 101. 2. P. Tit. 22., só manda ver es Tombos, e Escripturas dos · bens: da Commenda, e das partes, se as houver: nenhuma das mais Leis referidas S. 1212. e 1213. exigem tal requisito; e só, que se fação as averiguações necessarias, etc.

S. 1221.

As confissões dos foreiros nos Tombos dio, judiciaes Essas confissões e reconhecimentos dos foreiros, não podem arguir-se imprejudiciaes, porque (em falta de Ti-tulos originaes) feitas sem causa: pois que a regra; que

a confissão feita sem causa não prejudica, se limita quando e he prejudicão, a confissão he judicial, Angelis de Confess. L. 1. Q. 7. ainda sem causa, effect, 2, n. 22., Caucer, 2. Var. Cap. 3. n. 74., Barbos. os Titulos do Senhorio. in Cap. Si cautio, et in Cap. ex parte zi de Confess. Gratian., For. Cap. 280. n. 6., Bagn. Cap. 3. n. 102.

S. 1222.

Quanto mais que huma tal confissão não póde dizer-se (em falta de Titulo original) sem causa: porque quem reconhece huma posse antiga do Senhorio, reconhece presuppositivamente huma obrigação originaria de seus antepossuideres, que a mesma posse faz prestimir (S. 118.); ou recoghece a mesma antiga poise, que basta para causa do reconhecimento, e nada mais he necessario; perque então o direito entra a presumir o titulo original, ainda que o mosmo titulo sa vão reconheça positivamente; porque fica reconhecido em consequencia da confissão da antiga posse: neste espirito, e neste fundamento essencial he que as Leis referidas (S., 1212., e 1213.) dão toda a força probativa aes reconhecimentos judicialmente feitos nos Tombos, em quanto o erro, que se não presume, se não evidencea (S. 1.198.) Tudo isto se comprova com as dautzinas de Sola. in Constit. Suband. Tit. de Jur. Emphys. 2: P. decreti, Rempublicam, Gloss. 5. n. 8., Tondut. Civil. Cap. 181. m. 5. e de Urceol. Decis. Florentin. 49. e n. 10.

«. 12**2**3.

Só sim se depois apparece hom titulo original contrario ao reconhecimento, este en reputará erroneo, ainda que confirmado com a subsequente observancia; e prevalescerá reconhecimento, a vardade constante do Titulo: Duned. Traité des Prascriptions P. 1. Cap. 8. pag. 50. Di:

« Por dois arestos, hum contra o Senber d'Ausson no « 1.º de Julho de 1700, outro contra o Senhor de Noire • a 23 de Julho de 1717, reconhecimentos seguidos de « huma posse de sessenta annos, forão reduzidos aos ter-« mos dos Titulos antigos, e primitivos que se produzirão: « julgou-se, que os reconhecimentos não formão huma nova

Só podem revogarapparecendo debois hum Titulo original em contrario **Doutring** e aresto de Dunod.

« obrigação; que elles nada mais fazem, que renovar a mea moria do antigo titulo e conserva-la; e que tudo o que « ahi se acha de contrario ao Titulo primitivo, deve ser « rejeitado como usurpado ou extorquido por força ou sur-« preza.»

Censura, ou modificação desta doutrina.

Nota: Dunod. aqui falla de foros reconhecidos - em favor desses Senhorios de terras com jurisdiçção e Imperio; nos quaes só póde ser presumivel a usurpação ou extorsão: Lagunez de Fructib. P. 1. Cap. 15. S. 4. n. 30. (ainda que a n. 47. mostra que esta presumpção cessa, concorrendo huma posse de 40 annos, et maxime immemorial): aonde porém o Senhoris não he jurisdiccional, em que cessa a presumpção de extorsão; o mais que se póde presumir he erro no reconhecimento: bem que em contrario de Dunod. está Muler. ad Struy. Exerc. 50. Thes. 89. no fim, discodo: « Quod si vero Litteræ Investituræ a libris Censualia bus different, secondum hos pronuntiandum est. » Na verdade; nada havia de impossivel para que o original foro se alterasse em favor do Semborio por alguma das causas referidas no §. 703.; e tendo passado 60 ou 100 annos, toda a presumpção prevalesce em favor da alteração do original título: e não havendo neste Reino Senhores Jurisdiccionaes, como esses da antiga França, em que o terror, e a concussão se presumiria; eu antes accederia, em taes circumstancias, á opinião de Muler.

S. 1224.

O Tombo, que nunca foi observado, não se attende.

Se porém o reconhecimento do Tombo nunca fosse observado; e nelle se impozessem aos foreiros novos, e insolitos foros; tal Tombo não deve attender-se; como se vê julgado em Peg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. Tit. 27. un rubr. s. 72. pag. 226.

Provas do dominio directo pela prescripção, e presumpção do Direito em falta de Titulo.

S. 1225.

Já no S. 118. mostrei, que o dominio directo se póde adquirir e provar, independente de titulo pela prescripção, que o saz presumir: tambem desde o S. 120. expuz as eircumstancias pelas quaes a natureza Emphyteutica em falta de Titulo he conjecturavel. Nada mais aqui resta a diser.

#### ARTIGO III.

Provas necessarias da identidade dos bens Emphyteutices para o caso da consolidação por Commisso ou Devolução.

Prenoção geral.

Ju 1.% se trata da prova dos confins de hum todo universal comprehendido em foral, emprazamento, ou ar- sobre o objecto rendamento: ou 2.º, da prova das pertenças particulares da identidade. comprehendidas dentro dos limites dessa Universidade: ou 3.º, da prova da identidade de predios diversos, e dispersos em diversas situações, que nos Titulos, ou não tem medições e confrontações; ou se as tem, estão confundidas, ou apagadas: ou 4.º, se trata da prova regular da identidade de quaesquer predios descriptos com medições, ainda que hoje confusas.

Nota: O caso em que totalmente se ignorão quaes sejão os predios sujeitos ao foro, que costumava pagar-se será objecto particular do seguinte Capitulo. TOMO II.

#### Quanto ao 1.º

Prova dos confins de hum todo universal.

S. 1227.

Os vocabulos Villa, Terra, Lugar, denotão universalidade de dominio.

As palayras = Terra = Villa = Povo = Lugar, etc. são em si universaes aptas a comprehender tudo quanto se póde incluir nos limites da sua generalidade; Pacion, de Locat-Cap. 23. a n. 16., Peg. 1. For. Cap. 5. pag. 431., et Tom. 11. ad Ord. Cap. 22. a n. 7. et 13., et Cap. 196. n. 16., Stryk. Vol. 1. Disp. 22. Cap. 1. n. 39. Quando no monumento não são limitados por confins certos, entendem-se, ou com as pertengas, que sempre lhe forão proprias, e unidas por antigo costume por titulos, e proporções; ou quando assim se não possão classificar, regulão-se pela subsequente posse e observancia, Peg. d. Cap. 22. n. 8. et Cap. 196. sub. n. 16., e pela contribuição dos Direitos Dominicaes, presumindo-se accessorio tudo o de que se pagavão os mesmos Direitos, Peg. d. Cap. 22. n. 9. et 10.

S. 1228.

O que na clausula cem ouas pertenças?

Se o monumento contém huma Terra, ou Lugar comse comprehende suas pertenças, vem a comprehender tudo quanto por Lei, Estatuto, ou costume era destinado, como accessorio do principal, Stryk. Vol. 6. Disp. 3. de Probatione Pertinentiarum Cap. 3. n. 110.: e como aliás se devão provar as pertenças? O mesmo Stryk. d. Cap. 3. faz commuse para prova das pertenças as que o são dos cenfins, e limites, de que logo tratarei S. 1230.

Limites estaveis e immutaveis, quaes são?

**S.** 1229. Ha limites estaveis e permanentes, que nunca se presumem variados, como rios, montes, estradas, etc., Cald. de Emphyt. Cap. 21. n. 4., Altimar. de Nullit. Tom. 4. Q. 15. n. 143., Pacichell. de Distant. Cap. 4. n. 42., et pest. Tract. Dec. 13. n. 22.: bem que não he presumpção, que não admitta prova em contrario; pesque também

as estradas, fontes, correntes dos rios, etc., se podem variar pelos tempos, Pacichell. d. Dec. 13. n. 52.

S. 1230.

Geralmente os mais confins, limites, e comprehensões, maximò in antiquis, se provão por provas aliás imperfeitas, enunciativas de Escripturas, testemunhas velhas, vizimbos, rusticos versados nos sitios. Escripturas, pedras antigas, reputadas marcos; inscripções nellas, livros antigas, privilegios, fama pública, cadastros ou inventarios publicos, descripções de terras, limites jurisdiccionaes, cobrança de tributos locaes, etc. Vejão-se Altim. Tom. 4. Q. 15. a n. 142., Cald. de Emphyt. Cap. 21., Valenzuell. Cons. 100., Stryk. Vol. 6. Disp. 3. Cap. 3., Luc. de Judic. Disc. 24. ex s. 10., Pacichell. de Distant. Cap. 4. a n. 42., et pest Tract. Dec. 13., Leit. Fin. regund. Cap. 13. a n. 29., Peg. de Mayor. Cap. 6. a s. 273., Latissime Muler ad Strav. Exerc. 14. Thes. 55., e os innumeraveis, que estes DD. citão.

Como geralmente se vão os confins?

## Quanto ao 2.º

Prova das pertenças particulares comprehendidas dentro dos limites da dita universalidade.

**S. 1231.** 

Se se verificam es limites de hum todo universal, que seja tributario, e foreiro per foral, Carta de Povoação, emprazamento, etc. a regra geral he, que todas as terras, e quaesquer predios, que se mostrão comprehendidos nessa universalidade, se presumem tributarios, e foreiros, quando em particular entra a disputa se alguns delles o são, eu não, Peg. Tom. 11. ad Ord. Cap. 22. n. 14., et Cap. 196. sub. n. 14. pag. 505. col. 1., Valasc. Q. 8. n. 3. et Q. fin. n. 11., Tondut. Civil. Cap. 41. n. 16., Leit. Fin. regund. Cap. 11. n. 89., Cald. de Emphyt. Cap. 21. n. 3. E presupposta esta presumpção, aquelle que allega ser allodial algum predio particular, deve prova-lo demonstrativamente, Dunod. de Prascript. pag. 350. ý.

Verificados os limites de hum dominio universal; tudo quanto nelles se vê incluido se presume sugeito ao mesmo Senhorio.

**S. 1232**.

Quid, se só a maior parte for tributario? Alguns DD. sazem argumento da maior parte dentro d'algum limite, que se não duvida ser soreira, para da mesma natureza se presumir a menor parte de que se duvida, sendo incluida no mesmo limite, em quanto a allodialidade desta menor parte se não prova; quando os possuidores são descendentes do investido no todo, mas não quanto a terceiro, que nem delle descende, nem delle teve causa por algum titulo: veja-se Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 59. in pr. n. 93. et 94.: concorda Tondut. Civil. Cap. 41. n. 24. et 25.

**S. 1233.** 

Declaração do exposto nos 66. 1231, 1232.

Porém tado o exposto (S. 1231. et 1232.) justamente declara Stryk. Vol. 4. Disp. 21. - de Presumptione Feudali = Cap. 2. a n. 27. que « Hoc ita procedit, quando a prædia sub une corpore sunt comprehensa: Hinc Brun... « scribit: Presumptionem hanc sumi quidem posse, quando « est unum quid integrale, sicuti, si unus est fundus, et si « amplus, latusque; nàm tunc, si maior, ejus pars est feu-« dalis, idem de residuo est præsumendum, ne eadem res « in dubio diverso jure censeatur Menoch. Et hujus sen-« tentia maxime stringit, quando non extat memoria, quod « unquem tale prædium, et talis fundus, fuerit separatus, « aut disjunctus. Adeo ut is, qui diversitatem qualitatis whic prætendit, contrarium probare teneatur, Struv., Ber-« lich., etc. Quando enim præsto sunt speciales præsume ptiones rem aliquam esse feudalem, cessat præsumptio « illa generalis allodialium. »

Conf. Luc. de Feud. Disc. 35. a n. 3. que se explica

so proposito assim:

« Ubi quæstio feudalitatis est inter Feudatarium, seu « Dominum et possessorem alicujus universitatis bonorum, « et Vassallos seu particulares in codem feuda, seu teniamento, et corpore universali, prædia, et bona particularia « possidentes; an scilicèt illa præsumantur feudalia, seu « feudo reddititia, ac de ejus pertinentiis, vel potius libera, « et allodialia? Et licet regula assistat allodialitati ob præsumptionem in dubio assistentem libertati, et resisten-

etem servituti; nihilominus quæstio polius facti, quam ju-« ris dicenda videtur ex facti circunstantiis decidenda spe-«ctata scilicet natura omninm aliorum bonorum intra idem « feudum, seu universitatem existentium: Si enim reliquia « omnia sunt feudalia, vel feudo reddititia, ita ut non con-« stet, vel in universum, vel saltem in ea regione, seu con-« tracta, alia adesse, bona libera, vel adesse rara, et in « modică quantitate; tunc probata dicetur etiam qualitas « eadem in bonis, de quibus est controversia. . . Si reli-« qua membra sunt unius naturæ, non videtur in dubio « dicendum, quod unum membrum, de quo agitur, divera sam naturam habere debeat... Et ideo, cum ex facto « bene justificaretur, omnia alia prædia in hoc feudo exisa tentia per alios particulares possessa, esse feudo reddi-« titia, absque eo quod doceretur in eadem bonorum uni-« versitate aliqua adesse libera; idcirco quoad hunc pun-« ctum, probati scilicet dominii directi, videbatur esse in « casu indubitabili. » etc.

S. 1234.

D'outro modo; accrescenta Stryk. n. 35. que a Ex a vicinitate et qualitate prædiorum circumjacentium res a aliqua feudalis, vel allodialis præsumitur » etc. Porém isto se entende quando effectivamente se mostra tributario hum todo universal; e não quando assim se não mostra, e a observancia immemorial tem persuadido o contrario. Notese o Accordõe transcripto por Peg. Tom. 11. á Ord. Cap. 196. n. 17.; e outra vez no Tom. 12. á Ord. L. 2. Tit. 45. S. 10. n. 10. pag. 164. ibi:

« E como do foral, em que o A. se fanda, não conste « com clareza necessaria, que tedas as terras do Concelho são « do Reguengo, de que o A. he Donatario; antes se mos-« tra, que dentro dos limites do Concelho ha terras foreiras « a outras pessoas; e o A. per si e seus antepassados cobrar « sómente os foros de certos casaes, de que resulta presum-« pção, que só se compunha o Reguengo dos ditos casaes; « porque se assim não fora, como os Donatarios cobrárão « dos casaes, cobrarião das mais terras por serem muitas: « e as palavras do Foral, que toda a terra he aforada se « deverem referir ás do Reguengo; e assim se deverem « interpretar pelo uso, e posse immemorial, em que es « RR. se fundão, e o A. confessa de nunca pagarem quar-« tos, nem outros foros . . . . . portanto absolvem os RR., « etc. »

\$. 1235.

He bem conforme com esta regra (§. 1231.) e comestas declarações (§ 1232. 1233. 1234.) a distincção, que com outros DD. faz Tondut, Civil. Cap. 41. n. 3. 

7. Secunda, et n. 4. et n. 5. ibi: « Quando in aliquo « territorio sunt plurima prædia omnino franca et merè « allodialia; ex hoc excluditur præsumptio, si quæ adsit, « domini directi universalis: et è converso, si omnia prædia sunt servilia; ita ut in toto territorio nullum adsit « prædium, quod non subjaceat alicui dominio directo; « ex hoc magna oritur presumptio dominio directi univer- « salis. Prima conclusionis pars probatur ex traditis per « Brun., ubi dicit, quod si extant aliqua instrumenta ven- « ditionum factarum in allodium, destruitur facta dominii « directi universalis.

«Secunda pars conclusionis evidenti ratione probatur; « nam si omnia certi territorii prædia servilia, et nihil a liberum esse supponamus; sequitur omnino cessare regu-« lam illam generalem, qua dicitur prædia omnia esse lie bera; imo adest in contrarium illa regula, quod in tali « territorio omnia non solum præsementur, sed sunt servi-« lia: unde dominus fundatam hebebit intentionem in toto « territorio, non obstantibus dominis directis particulari-« bus ad alios fortè spectantibus; quia, ut mox dicemus, « dominia ista possent esse subalterna dependentia à dea mino directo universali. Et essentia ipsius dominii directi a universalis non consistit in eo, quod nullus alius habeat « deminium directum aliquorum prædiorum particularium; « sed in eo, quod, si quis dominium directum particulare præ-« tendat, illud probare teneatur. At vero dominus universa-« lis totius territoria absque alia probatione fundatam habet « intentionem in dominio directo cojustibet prædii, nisi alius

« tale dominium particulare directum sibi competere do-

Nota: A este sentido se devem reduzir as doutrinas de Peg. 3. For. Cap. 28 a n. 999. e dos DD. por elle citados, com que os Rabulas costumão argumentar.

S. 1236.

Bem entendido (como prosegue o mesmo Tondut, m. 6. e 7): « Non repugnere dominio directo universali, « quod alii præter dominium jurisdictionalem possideant « in illo feudi territorio aliqua directa dominia certorum » prædiorum; cum unus possit esse dominia directus su» perior, et mediatus; alius vero inferior, seu immediatus: « ille universalis, hic particularis . . . . Et sic apparet, quod « dominia directa particularia non nocent dominio directo « universali » Antes pelo contrario (continúa Tondut. n. 8. et 9.):

« Una ex præsumptionibus, ex quibus dominium uni-« versale colligi potest, ea est; quod habentes dominia dia recta particularia, illa recognoscunt domino universali, a qui in illis dominiis particularibus exercet jura domia nicalia, veluti laudemium existorum dominiorum dire-« chorum alienatione percipiendo, aut illa juse prælationis « retinendo, aut similes actus dominicales faciendo: Et hæc e conjectura apud nos variis in causis tam in judicando. a quam in consulendo semper habita fuit magna conside-« ratione: Et summa ratione nititur; quia si dominia par-«ticularia directa recognoscunt dominium jurisdictionalem, g et ab eo dependent; ex hoc arguitur maioritas, et sua perioritas domini jurisdictionalis; ita ut hæc potius dia cantur subemphyteuses, quam simplices concessiones in a Emphyteusim; cum jura ista nullo alio ex titulo, quam « jure dominii directi superioris, exerceri queant. »

« Alia dominii directi miversalis conjectura petitur « ex eo, quod de prædiis franchis solvi consuevit laude-« mium domino loci, etc.: concorda em tudo o exposto « neste §. 1236. Mantis. Decision. ad Card. de-Luc. de « Fend. L. 1. Decis. 5. a n. 76. Continue

S. 1237.

Como se prova
por
circumstancias,
e por quaes
o dominio
directo universal
de hum
territorio.

Geralmente: o exercicio do Senhorio directo universal d'algum territorio, em observancia dos titulos, prova-se praticamente: 1.º, quando nelles se mostra só alguma particular excepção d'alguns predios, que se declarão livres, porque todos os mais não exceptuados, se suppõe sujeitos ao dominio universal (Conf. Peg. 1. For. pag. 434. et Alleg. 1. n. 68.): prova-se 2.°, quando os oppidanos, e possuidores assim o tem confessado em algumas supplicas: prova-se 3.°, se o Senhorio tem posto algum edito, ou requerido citação geral para que todos o reconheção com a comminação de se haverem por confessos; e huns reconhecem, outros não, (como se pratica nos Tombos): prova-se 4.º, pela multiplicidade de emprazamentos feitos pelo Senhorio em diversas situações, em termos, que venhão a comprehender quasi todo o territorio; et maximò, se em nenhum se enuncião partirem os predios com bens allodiaes, mas antes se enuncião confinantes com outros Foreiros ao mesmo Senhorio: prova-se 5.º pela posse de receber Laudemies das alienações dos predios indistinctamente situados em qualquer parte do territorio: prova-se 6.°, por emprazamentos, que se mostrem feitos em terras ermas, e incultas: prova-se 7.º por declarações, ou reconhecimentos do dominio universal: prova-se 8.º, por Inventario, ou Catalogo antigo feito (como entre nós o Tombo), dos Direitos do Senhorio naquelle Territorio, etc: Veja-se o Card. de Luc. in Mantis. Decision. L. 1. Decis. 5. tot., com os mais DD. que ahi citão: Decisão na verdade Magistral.

# Quanto ao 3.º

Prova da identidade de predios diversos, e dispersos em diversas situações, que ou não tem medições, ou se as tem estão confundidas, e apagadas, etc.

Prova da identidade de predies particulares comprehendidos na Investidura.

S. 1238.

particulares comprehendidos sa lavestidura. no emprazamento medições, confrontações, mas só se re-

lata = tal campo: tal vinha: tal mata em tal parte: ou (não tendo medição) as confrontações já pelo tempo se não podem avivar, e apurar, pela razão de se ignorar quaes erão os antigos, quaes os presentes confinantes; nestes casos constando que nesses sitios possue o Emphyteuta alguis predios, de que paga foro; se presume emphyteutico tudo quanto elle ahi possue: e que o identico comprehendido no emprazamento, em quanto o Emphyteuta não mostra titulos de adquisições de outros predios allediaes nesses sitios, e nas contiguidades dos predios Emphyteuticos, Card. de Luc. de Fideicommisso. Disc. 194. n. 13., et de Emphyt. Disc. 56. n. 2, et 4., Bagn. Decis. 40. n. 1. et 2., Fulgin. de Jur. Emphyt. post Tract. Decis. 1. n. 2. et 3., Pacion, de Locat. Cap. 65. a n. 133., Peregr. de Fideicommiss. art. 44. n. 23., Rocc. Selectar. Cap. 10. sub n. 55. ibi:

« Sicuti in simili dicimus de Emphyteuta, qui nisi « exhibeat novum titulum acquisitionis factæ de bonis in « eodem loco, dominus habet intentionem, fundatam in « omnibus bonis ab Emphyteuta ibidem possessis. »

Rot post Pacichell. de Distant. Decis. 13. n. 54., 55. 56. ibi:

« Bona concessa in Emphyteusim si confundantur cum « aliis affinibus territoriis, hæc confusio, et commixtio fa« cta ab Emphyteuta Reo convento, nequit adeo præju« dicare domino directo agenti ad devolutionem, ut eundem
« à sua possessione propellat: "deo ut Reus ipse conventus
« discrimen inter bona libera, et restitutioni obnoxia ponere
« teneatur; et si idem Reus fines determinare neglexit,
« præsumptio est, bona ad Emphyteusim pertinere » etc.
(Confira-se a decisão 63. a n. 9. depois do mesmo Pacichello.)

S. 1239.

Se porém o Emprazamento ou Tombo antigo limita os predios com medição de varas: neste caso, e em huma tal confusão diz o Cord. de Luc. de Emphyt. Discurs. 56. sub n. 4. que « In odium Emphyteutæ fines confundentis. « aliud ad summum prætendi, vel practicare non potest, томо п. 32

Presumpção geral.

Quando a Investidura relata hum predio em tal sitio; ludo quanto ahi possue o Foreiro se presume foreiro, em quanto ou pela medição, ou por ontro titulo pão consta de alguma particular adquisição.

Declara-se com o Card. de Luca.

« nisi quod domini directi, vel alterius interessati electio « sil : capiendi tantam situs quantitatem ex aliqua parte « meliori, sibique bene visa totics corporis, in quo bec « pars confusa est, moderata tamen dicta facultate, pre-« denti judicis arbitrio, regulando ex conjecturis, et facti « circunstantiis, ex quibus desumatur in quanam parte vea risimiliter situs controversus esse posset, atque id discre-« te sequatur, consulendo utriusque partis indemnitati, ne « totius corporis irrationabilis deformatio, cum gravi præ-« judicio Emphyteutæ, et modica utilitate eligentis, ut a prævia judicis oculari inspectione, ac facti circunstantiis « bene consideratis praticatum fuit per eandem Rotam . . . a in cujus casu, cum quædam vinea Emphyteutica cum « casale confusa esset, stante quod constabat vineam habero « certam, et determinatam mensuram; idcirco non inte-« grum casale domino ex causa devolutionis adjudicatum « fuit, sed tanta pars, quantam dicta mensura importaret « ab ea parte, quæ ex confinibus investituræ judicatis, aliis-« que conjecturis, et demonstrationibus verisimiliter cre-« deretur antiquis confinibus conveniens » etc.

### Quanto ao 4.º

Prona regular da identidade de quaesquer Predios confrontados no emprazamento.

S. 1240.

Como se deve articular e provar a identidade dos predios confrontados o na Investidura,

A forma pratica de allegar e provar a identidade pela verificação dos antigos, enunciados no Emprazamento, com os presentes confins, a ensina Leit. Fin. regusd. Cap. 13. n. 32. dizendo: « Rursus apparet ex libro antiquo, vel in- « strumento acquisitionis fundi adhærere illum talibus prae- « diis, et habere tales limites in tali loco, et loco loci; « sed ratione intersecti temporis obscurati, vel mutati sunt « et item novi vicini possessores nomine different ab anti- « quis; quare et articuli et libellus faciendi, prout explicat « Peregrin. de Fideicomm. art. 44. n. 49. et 50., et testes « super illis interrogundi deponere debent, notos se habere

« antiquos et novos fines, ac etiam defunctos possessores ac a viventes suisse et esse possessores vicinorum agrorum.... « aliter identitas rei et confinium probari non potest. » Concorda Posth. in Decision. Bonon. Decis. 23. a n. 37. ibi: « Et quatenus confinia sint lapsu temporis mutata, a debet articulari et probari quod predium vel domus, quae « hodie possidetur, Ad. seu quæ est enunciata in tali pos-« sessione, de illa capta habens talia confinia est illamet, « quæ de tali tempore erat posita intra tales confines: « debentque testes deponere de antiquis et modernis con-« finibus, non autem sufficit, ut de modernis tantum, vel a de antiquis tantum attestentur » etc.

S. 1241.

Porém a prova da identidade de qualquer predio não se deve precisamente limitar a este rigor; porque a identidade em factos antigos se prova por indicios e conjecturas, que podem ver-se (bem como as exclusivas) em Peg. de por conjecturas. Maior. C. 6. a n. 234., Stryk. Vol. 6. Disp. 3. C. 3., Mascard. de Probat. Conclus. 875. e seguintes., Sabell. S. - Identitas - Paul. Moll. ad Castill. de Alien. C. 55. S. 1. et post Trat. Dec. 83. 57. 37. Confiru-se o men Trat. de Morgad. C. 13. desde o §. 53.

Geralmente a identilade se prova

## CAPITULO III.

Acção competente ao Senhorio para demandar ao Emphyteuta que declare as terras, em que subsista o foro, quando estão confundidas, e ou não apparece a Investidura, ou não podem identificar-se, etc.

S. 1242. ão he para admirar, que hoje os Emphyteutas para se subtrahir ao jugo dos foros, neguem, (ao mesmo tempo, de que lhe pagão que os pagão ou ha prova de que os pagarão elles e seus passados), o possuirem terras sujeitas; e proponhão aos Senhorios que lhas indiquem, e provem, que ellas são as sujeitas ao foro: he huma malicia, que já ha mais de sete

Malicia antiga dos foreiros subtrahirem e negarem aos Senhorios as terras as foros; e proporém aos Senhorios que elles lhas indiquem è provem.

Seculos inventarão e praticarão os Colonos e Emphyteutas. Pyleo (aquelle Jurisconsulto do XIII. Seculo, hum dos primeiros que ensinou Direito em Bolonha). Heynec. Histor. Jur. Roman. S. 417., Gravin. de Origin. Jur. Civil. Cap. 149., já no seu tempo, teste Afflict. in Commentar. ad Feudor. usus sup. 3. L. rubr. 19. de Controv. inter mascul., et fæmin. pag. (mihi 259.) n. 12., propoz esta questão?

« Rusticus cujusdam Ecclesiæ longissimo tempore duos « denarios solvit nomine pensionis: Ecclesia in futurum « volens sibi prospicere desiderat scire pussessiones, pro « quibus pensio solvitur, et rusticum convenit in judicio, « ut possessiones ostendat: Rusticus vel malitia, vel sim- « plicitate ductas dicit se non posse, vel non debere osten- « dere: Queritur, quid juris? »

Refere Afflict., segundo Pyleo, os sundamentos da Igreja contra o rustico, e os da deseza deste contra aquella, segundo os principios das Leis Romanas (que ninguem hoje deduziria melhor); e vem a assentar, que se o Feudo (o mesmo do Prazo) he novo deve o rustico sem excusa indicar os predios; e se he antigo e presumivel a ignorancia, diz que basta mostrar huma Propriedade proporcionada ao soro; e então se o Senhorio contende, que outras mais são sujeitas ao sora. deverá prova-lo: prosegue, sigurando o caso de não querer o rustico pagar, e o sacrificar-se ao Commisso; e então quid juris? Responde Pyleo, e com elle o citado Afslictis sub n. 13., ut ibi:

« In primis debemus inspicere consuetudinem Ecclesiæ. « scilicet quantam terram consuevit in illis locis, vel circa « ea, in quibus rusticus suam possessionem habet, pro tanta « pensione locare; quo casu secundum consuetudinem Eccelesiæ tantam de rustici terra, nec meliorem, Ecclesiæ « assignabit: Et si hoc non apparcat, tunc judicabitur secundum regionis consuetudinem, et inspicietur id quod « solutum est » etc. Confira-se Mantic. de Tacit. L. 22. Tit. 20. a n. 20.

**S.** 1243.

Figura tambem o mesmo Afflict. p. 18. e 19. com Pyleo, esta questão (que hoje pode ser bem obvia):

« Si Ecclesia concedit unum magnum territorium pro a modico censu Titio, et semper solutus fuit census Eccle-« siæ, et in apochis non reperiuntur confines illius territorii. « Demum ante 30 annos vel post sunt perditæ scripturæ a concessionis; ita quod Ecclesia non potest vere probare a de sua proprietate, nec hæres Emphyteuticum contractum a probare potest, dicit tamen se esse Emphytcutam Ecclea siæ, non pro toto territorio, quia census est modicus, sed a pro parte, habito respectu ad censum. Ecclesia dicit, a quod pro toto territorio solutus est census: Si enim hoc a probaret Ecclesia vinceret propter longam possessionem: a et eadem ratione, si ille hæres Emphyteuta probaret, a quod pro certa parte, et non pro toto territorio fuit soa lutus Canon, ipse vinceret. »

« Sed dubium stat in hoc, si neuter probat, an præa sumatur in dubio pro toto territorio, quod habeat unum a nomen, vel præsumatur pro parte, habito respecto ad censum? Andre bic videtur determinare istam Quæstioa nem, et dicit, quod in dubio præsumitur tantum tera ritorium Eniphyteuticum quantum correspondet pro pora tione census, vel secundum quod Ecclesia consuevit lo-« care; et hoc etiam videtur esse de mente Pylei, et alioa rum sequacium ... Bald. dicit, quod quando factum est a antiquum, recurritur ad communem hominum memo-« riam. et famam: Erat autem fama in casu proposito, a quod totum illud territorium erat Ecclesiæ Emphyteu-« ticum, quia unicam denominationem habebat, et non « plures; multum enim probat denominatio territorii, quia a denominatio, et titulus idem sunt... ex nominibus posa sessivis præsumitur proprietes . . . Item multum probat a sama in sactis antiquis. . . . Alias, si sama non exteret. « vera esset opinio Pylei, et aliorum seguacium. » Confira-se Mantic. de Tacit. L. 22. Tit. 20. n. 20. 21. 22. 23.

Nota: Sabemos pelas Historias o quanto os primeiros Reis deste Reino forão liberaes, sazendo immensas e profuzas Dosções de grandes territorios, e com que se póde latifundios ás Ordens, e Cathedraes, e Mosteiros: a

Argumento deduzido das Historias convencer

cada passo se encontrão no Elucidario de Fr. Joaquim de Santa Roza de Viterbo; e disse Peg. Tom. 11. a Ord. pag. 35. n. 5., e Tom. 10. Cap. 35., que juntas formarião muitos e grossos volumes: sabemos que nos primeiros seculos desta Monarchia (e nos mais Reinos Catholicos, Fleury Disc. sobre a Histor. Ecclesiast. Van. Esp. P. 1. Tit. 29. Cap. 3. a n. 12.) pessoas opulentas e Magnates do Reino fazião tambem pela salvação de suas almas immensas Doações ás Ordens, Igrejas, e Mosteiros; sabemos as grandes compras que elles sazião, Mell. Histor. Jur. Lusit. Not. ao §. 55.: sabemos com o Desembargador João Pedro Ribeiro, Observaç. Diplomat. pag. 60., outros muitos medos porque as Ordens, e Mosteiros engrossavão em bens; causa primaria das Leis de amortisação, e expressa na 1.º de ElRei D. Diniz de 21 de Março, era 1323: sabemos com Cald. de Renov. Q. 1. (pelos mesmos factos historicos), que sendo nesses tempos na maior parte incultos os territorios, e latifundios, as Ordens, as Igrejas, os Mosteiros, que não os podião cultivar os afforavão por foros muito modicos: eu tenho visto afforamentos de granjas que hoje formão quintas grandes e mesmo Povoações por pensões modicissimas, (e tambem porque nesses tempos hum real branco, huma libra, etc. valião muito em comparação do tempo presente). O Marquez de Caraccioli nos attesta pela experiencia da sua Nação, que os foros que se pagão. ás Igrejas, e Mosteiros de tempos antigos são minimos em comparação dos que se pagão aos Senhorios Seculares; e esta he entre nos a verdade confirmada pela experiencia.

Ora: o argumento à communiter accidentibus: conforme o costume coevo, he muito forçoso; e a veresemelhança em factos antigos fraterniza com a verdade: se pois hoje vissemos hum foreiro pagando por si e seus passados a alguma daquellas Corporações alguma pensão modica e em falta de titulo se ignorasse a quantidade das terras de que se pagava; e

faltasse tambem a fama (aqui muito poderosa, ou a denominação, etc. S. 1243.), não satisfaria o foreiro assignando huma pequena porção, em que podesse subsistir o foro; mas por hum prudente arbitrio se deveria assignar hum maior latifundio: pois que não he só, que na suppressão da quantidade foreira se prejudica ao Senhorio, ainda que o foreiro proporcione huma porção sufficiente para a subsistencia do foro; mas o maior prejaizo he o do Laudemio; porque vendendo-se por maior preço hum grande predio onerado com pouco foro avulta mais o Laudemio; já vimos na nota ao S. 123., que taes foros se não podem julgar Censuarios, mas necessariamente Emphyteuticos.

# S. -1244.

Em quento o Emphyteuta paga foro ao Senhorio, presume-se, que não só possue os predios Emphyteuticos affectos ao foro, mas que não os ignora: e por isso elle e não o Senhorio he obrigado indica-los: Parex. de Instrumentor. Edit. Tit. 5. Resol. 12 n. 5. ibi:

« Dominus census dum in possessione exigendi annuum « redditum à censuario reperitur, præsumitur quod ipse « Censuarius prædia censualia possideat, eorumque fines « compertos habeat : Ergo censuarius rei censitæ fines os-« tendere cogitur, non autem dominus census. »

O foreiro que paga o foro presume-se. que possue os predios sujcitos.

S. 1245.

A confusão dos predios Emphyteuticos he pela maior parte occasionada pela malicia dos Emphyteutas; toda a ignorancia nelles he affectada; proporem ao Senhorio que lhe mustre elle, e prove quaes são os predios affectos ao a sua ignorancia foro, he portanto columnia: Parex. supra n. 9. ibi:

« Firma remanet conclusio, quod Emphyteuta ac Vas-« sallus fines, terminos, amplitudinem, instrumenta, et in-« vestitures prædiorum, ac rerum Emphyteuticarum osten-« dere ac declarare tenetur, non autem directus dominus; « quod est valde notandum; eo quod ejusmodi casus fre-« quenter accidunt: nam hominum malitia, et perversitate

A confusão dos predios só aos foreiros he imputavel: affectada.

« accidit non raro, quod Emphyteutæ prædia Emphyteu-« tica dividant, vendant, permutent, et in dotem filiis tra-« dant, et deinde ejusmodi prædia possidere negantes, ve-« tunt fines eorum ostendi, et interim pensionem, aut ca-« nonem præstare recusant. »

### **§ 1246.**

Se o foreiro que não nega ter pago o foro, he contumaz em indicar os predics sujeitor, se lhe devem julgar tributarios em pena da contumacia.

Isto procede, ou quando o Emphyteuta confessa que o he, mas que ignora quaes são os predios Emphyteuticos; ou quando por muitos annos pagou o foro, e depois passou a negar-se Emphyteuta: Silv. ad Ord. L. 3, Tit. 59. in pr. n. 88 et 89.: se pois nestes casos o Emphyteuta he contumaz em indicar e declarar os predios Emphyteuticos: em pena da contumacia se lhe devem julgar Emphyteutices todos quantos elle possue; Silv. supra: Samuel Stryk. Vol. 4. Disp. 21. Cap. 2. n. 25., Valasc. de Jur. Emphyt. quantos possue, Q. 51. n. 4. y. = Si lassallus = ; Mantic. de Tacit. et ambig. Convention. L. 22. Tit. 20. n. 16., Parex. de Instrum. Edit. Tit. 5. Resol. 12. n. 7. et 8.; ainda que outros referidos por Stryk. Vol. 6. Disp. 3. Cap. 3. n. 104. se opçõem a esta pena.

### S 1247.

Quid, se o forciro não he contumaz em indicar os predios, e diz que os ignora.

Se porém o Emphyteuta não se porta com contumacia; mas comparece, e allega huma provavel ignorancia de quaes, e quantos são os predios Emphyteuticos; por ser antigo o Prazo, etc. Elle he excusavel da pena, firmando a sua asserção com juramento, Stryk. Vol. 6. Disp. 3. Cap. 3. n. 103.; e satisfaz assignando dos seus bens hum predio proporcionado á segurança e subsistencia do foro, Stryk. supra n. 104., et in Examin. Jur. Feudal. Cap. 17. Q. 11., Silv. supra n. 90., Valasc. Q. fin. n. 9., Tondut. Civil. Cap. 41. n. 21., Pacion. de Locat. Cap. 65. n. 137.

Nota: Não deve facilmente presumir-se tal ignorancia nem no Investido, nem no Filho pelas razões de Mantic. de Tacit. L. 22. Tit. 20. n. 17. et 18.: e quanto á conclusão, que o Emphyteuta em tal dúvida e ignorancia satisfaz assignando hum predio sufficiente para a segurança do foro: esta faculdade he nutriva de dolos e fraudes; quando como já vimos (S. 1244, 1245.) toda a presumpção sinistra está contra taes Emphyteutas. Por outra parte; sendo antiquissimo o foro, que se paga a alguma Ordem, Mosteiro, Igreja, está a presumpção de que por pequeno foro forão emprazados grandes tractos de terra (Not. ao S. 1213.): E portanto o mais acertado neste caso, he praticar as doutrinas do original Pyleo, transcriptas à S. 1242.; e o que finalmente com outros DD. seguio Mant. de Tacit. L. 22. Tit. 20. a n. 20. cum seqq. Bem que o Senhorio póde mostrar pertencentes ao Prazo mais outros predios, alem do indicado pelo Emphyteuta. Tondut. Civil. Cap. 42. n. 21.

S. 1248.

Se o Emphyteuta, que nunca jámais pagon, não só se nega ser Emphyteuta; mas nega juntamente, que de quantos predios possue, nenhum he Emphyteutico: então; ou o Senhorio prova, que elle e seus Paes, e Avós pagavão algum foro: e sem embargo de tal negação procede o exposto S. 1246.: ou o Senhorio não prova a posse de exigir delle foro; e então ao Senhorio incumbe a prova de quaes, e quantos são os bens sujeitos ao seu dominio directo, Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 59. in pr. n. 91.; e este dominio pode provar-se por algum dos modos referidos no Cap. 2. Art 2. tot.

Quid,
se ha
huma abroluta
negação
do foreiro?

## CAPITULO IV.

Acção competente ao Senhorio contra o Emphyteuta para lhe exhibir o Emprazamento.

S. 1249.

Jó no S. 1110. demonstrei, que sendo o Emphyteuta accionado pelo Senhorio para que lhe exhiba a Investidura;

TOMO II.

33

que negando-lh'a dolosamente o Emphyteuta, e sendo convencido de dolo, incorre na pena do Commisso: remetti-me a este lugar como o proprio, e competente para tractar desta acção, seus requizitos, e defeza do réo.

**S.** 1250.

Acção Ad exhibendum competente ao Senhorio contra o Emphyteuta.

E contra o Senhorio.

Não ha dúvida, que o Senhorio póde accionar ao Emphyteuta para que debaixo daquella comminação do Commisso (S. 1110.) the exhiba em Juizo a Investidura, Parex. de Instrum. Edition. Tit, 5. Resol. 12. a n. 1. et 10., Valasc. Q. 8. tot., Pinheir. Disp. 1; Sect. 2. a n. 19., Peg. 2. Fur. Cap. 9, n. 229.: bem como vice versa ao Emphyteuta o Emphyteuta ao Senhorio por serem neste direito correlativos, Parex. supra n. 4.

S. 1251.

Esta acção he summaria.

Requiritos délla.

Nesta acção (que he summaria, ex Peg. 3. For. Cap. 24. n. 5.) deve da parte do Senhorio preceder: 1.º, juramento especial de calumaia, Peg. 2. For. Cap. 9. n. 228. et pag, 654. ŷ. Judicis, Parex, supra n. 23., Pinheir. n. 22.: Deve 2.º, o Sephorio provar, que o Emphyteuta tem emrseu poder a Investidura, Peg. supra, e pag. 655. y. Emphyteutam. E accrescento: 3.º, deve provar no menos a posse de Senhorio directo (vei. infra S. 1254.)

Š. 1252. ·

Cessa esta acção 1.0 Quando o Emphyteuta prova a omissão da Investidura,

Quando jura que não tem

Carece o Senhorio desta acção não só quando não verifica os referidos requizitos: mas 1.º, quando o Emphyteuta prova que casualmente se perdêra o Emprazamento, ainda que conste que em algum tempo o tivera em seu poder, Pinheir. supra n. 23., Parex. n. 25.: bem intendido, que não basta v. g. provar o incendio da casa, sem provar que ahi existia o mesmo Emprazamento, Surd. Cons. 109. n. 10., Parex. de Instrument. Edit. Tit. 9. Resolut. 4. n. 15.: ou 2.º, quando o Emphyteuta jura.

o Emphyteuta que nunca tivera em seu poderza Escriptura do Empranem pode ter zamento, Valesc. Q. 8. n. 15., Peg, 2. For. Cap. 9. pag. a Investidura. 655. tot, whi judicatum.

Nota: Mas nestes casos nunca o Emphyteuta póde Sempre porém evadir fazer ao Senhorio huma Escriptura de reconhecimento com descripção dos predios, Parex. supra obrigado saser 26. Conf. Fulgin. de Renov. O. 9., Cald. de Renov. O. 2. n. 8. et 10.

reconhecimento com descripção dos predios.

S. 1253.

Tambem 3.°, carece o Senhorio desta acção; quando não proyando o Senhorio, que o Emphyteuta tem em seu poder a Escriptura; o Emphyteuta se desende com a prescripção, ou presumpção do Titulo Emphyteutico (vide a S. 108.): pois que em tal caso esta presumpção o protege, e não tem obrigação de exhibir outro Titulo expresso em quanto se não prova a existencia delle em seu poder, Peg. 2. For. Cap. 9. pag. 653. col. 2., et pag. 604. 7. Precipue, Parex. supra a n. 18. ad 22., Pinheir. n. 24.

3.0 Quando o Emphytenta se defende · com a prescripção.

Nota: Mas neste caso deve tambem reconhecer Mas neste caso o Senhorio em 3.º vida sob pena de Commisso, Peg. 2. For. Cap. 9. a n. 183. ad 191.

reconhecimento em 3.ª vida.

**S. 1254.** 

Da mesma fórma 4.º, não procede esta acção contra o Emphyteuta, que nega ao Senhorio o seu dominio directo: pois negando-o não he obrigado exhibir-lhe a Investidura, Pinheir. supra n. 21., Valasc. Q. 8. n. 9., Parex. a n. 12. Mas se o Senhorio convence dolosa a negação do Emphyteuta o sacrifica á pena do Commisso (S. 1106.)

Quando o Emphyteuta nega absolutamente o dominio directo.

Nota: Adverte Parex. supra n. 14. e 15. aos Senhorios que antes de proporem esta acção fação pergunta ao Emphyteuta (entendo judicialmente); se elle que proponhão he seu Emphyteuta, ou não? Se confessa que o he, proceda o Senhorio nesta acção: se nega; recorra á do Commisso: providente cautella, mas eu accrescento, que essa negação deve ser firmada por termo, e tem as excusas, que expuz no \$. 1107.

Cautella aos Senhorios antes esta acção.

Só passados dez ances depois do dia da data da Investidura tem o Senhorio

esta acção.

S. 1255.

Emfin 5.°, não he o Emphyteuta obrigado a exhibir ao Senhorio a Investidura tantas quantas vezes elle quizer; mas só passados dez annos depois do tempo da sua celebração: e se antes o Senhorio quer a exhibição, ou nova revista, demarcação, e confrontação dos bens, deve tudo ser á custa do Senhorio, Parex. supra n. 24.

# CAPITULO V.

Acção competente ao Senhorio pelo seu dominio directo para reivindicar, e fazer reunir as partes desmembradas do Prazo: para o fazer libertar de Servidões, e Census, ou 2.º foro, etc. etc.

Dominio, e direito originario do Senhorio: de que SÃO consequentes estas acções.

Acção **Competente** 

no Senhorio

os predios

**S. 1256.** Senhorio, que tinha hum dominio pleno, scindindo-o, e transferindo ao Emphyteuta o util, conserva hum dominio mais pleno, que o do Empliyteuta, e huma parte mais principal do todo do antigo dominio (§. 6.°): em consequencia delle, dos pacios, que fazem Lei do contracto (S. 7.) e das Leis positivas do Direito Romano, das Nações, e Patrio, the deve o Emphyteuta todo o reconhecimento desse dominio; e não pode sem sus authoridade alienar o todo, ou parte dos bens Emphytenticos, nem de algum modo prejudicar os interesses do Senhorio, como abundantemente tenho demonstrado nesta obra: vejão-se Cald. de Extinct. Cop. 18. n. 32., Fulgin Tit. de Var. Calucit. Q. 7.

S. 1257.

Daqui vem que ao Senhorio, independente do concurso do Emphyteuta, competem particulares, e pelos seus Dipara reivindicar reitos, acções de reivindicação, dos bens desmembrados. e fazer reunir ou alienados sem o seu consentimento, o contra qualquer terceiro possuidor, Valasc. de Jur. Emphyt. Q. 14. a. 3., desmembrados. Salgad. in Labyr. P. 1. Cap. 27. n. 122, Bagn. Cap. 4. n. 72., Bochmer, de Actionib. Sect. 2. Cap. 2. S. 17. et 18.: bem que (prosegue com o mesmo Salgad. n. 122.,

o mesmo Bagn. n. 73.) « quoad executionem, et rei tra- Mas a tradição « ditionem, emphyteuta præferendus est, facta per senten-« tiam declaratione rem ad dominum directum pro domi-« nio directo pertinere, ad Emphyteutamque pro dominio autili spectare, eidemque Emphyteutæ tradendam, ad « quem possessio naturalis, civili penes dominum directum « remanente, spectat. »

das porções depois de vencidas, se faz ao Emphyteuta.

Nota: Isto (S. 1257.) he bem claro, que só procede quando o Senhorio directo pelo seu dominio sempre conservado (S. 1256.) reivindica o todo, ou parte do Prazo: não quando o reivindica por Devolução. Commisso, ou Opção: nem quando só se propõem libertar o Prazo de Servidões, Censos, Foros. etc. nos casos, que passo a especificar.

S. 1258.

Como as Servidões são prejudiciaes aos predios Emphyteuticos diminuindo o seu valor, e consequentemente a quantidade dos Laudemios no caso da alienação; póde o Senhorio, ainda antes do caso da devolução, propor - acção contra o que sem seu consentimento adquiriu servidão no predio Emphyteutico (S. 842.): da mesma fórma: Emphyteuticos. se o Emphyteuta sem seu consentimento impoz algum foro nos predios Emphyteuticos, lhe compete acção para os lihertar desse Censo com que estão gravados (§ 836).

Acção compelente ao Senhorio para fazer libertar de servidões os predios

S. 1259.

Se o Emphyteuta faz no predio Emphyteutico alguma nova obra, que seja perpetuamente damnosa ao dominio directo do Senhorio, póde elle nuncia-la e embarga-la ao Emphyteuta; aliter se o damno de predio Emphyteutico só for temporal: Pinheir. de Emphyt. Disp. 8. Sect. 4. n. 60., Valasc. Q. 18. n. 13. e 14., Ferreir. de Nov. Oper. L. 3. Disc. 10. n. 7. et L. 4. Disc. 5. n. 35.

Pode nunciar ao foreiro alguma nova obra que seja perpetuamente prejudicial.

As acções competentes ao Senhorio nos casos da Outras acções extincção, e devolução sem obrigação de renovar aos remissivamente. successores, e que ficão referidos na 5.º Parte, se podem fundamentar nas Leis, e DD. ahi expostos: as acções para reivindicar o Prazo nos casos de Commisso por qualquer das causas, porque elle se incorre, ou para usar do Direito da Opção e Prelação, se podem fundamentar no que fica exposto nos competentes Lugares, recapitulados desde o §. 1103. até 1110.: nos lugares a que ahi se fazem remissões se verão as defezas dos réos.

#### CAPITULO VI.

Acções possessorias competentes ao Senhorio pelo seu particular direito para usar dos remedios possessorios, ou contra terceiro, que espolie o seu Emphyteuta; ou ao Senhorio; ou contra o Emphyteuta, se d'algum modo espolia ao Senhorio.

**\$**. 1260.

Acções
possessorias
competentes
ao Senhorio
contra
o espoliador
da posse
do Emphyteuta.

Senhorio directo dando de emprazamento seus bens, sempre fica conservando a posse civil delles; e portanto, se qualquer terceiro espolia o seu Emphyteuta, ou o turba

se qualquer terceiro espolia o seu Emphyteuta, ou o turba na posse, e o Emphyteuta he indolente em usar contra o espoliador, ou turbador dos remedios possessorios, póde o Senhorio usar delles pela sua posse civil; Barboz. in L. 2. Cod. de Præscript. n. 270., Valasc. de Jur. Emphyt. Q. 18. n. 12., Posth. de Manut. Observ: 17. a n. 41. et 54., Cod. Freder. P. 2. L. 3. Tit. 3. sub §. 27., Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 48. in rubr. n. 29.

S. 1261.

Contra
o que lhe negu
o foto:

Mas em que casos? « Notandum etiam venit dominum directum posse agere a quasi spoliatum interdicto possessorio adversus tertium a possessorem denegantem solvere pensionem, quod non a credit Valasc. eadem Q. n. 24. ea ratione fretus, quia a dominus nullam possessionem unquam habuit contra illum; a igitur non potest se spoliatum dicere: sed ejus opinio a repelli debet; quia quoties non reservato canone, nec

a jure directi dominii res Emphyteutica ab Emphyteuta a alienatur, et ejus possessio traditur, possessio civilis penes a directum dominum existens intervertitur, etiam si ab alienante solvatur census, quo casu semper competit rea medium L. fin. Cod. de adquir. possess.; quod est re-« medium recuperandæ; succurritor enim ubicumque quia libet utilis Dominus alienat sine consensu, et non reser-« vatis juribus directi. . . Et ideo ratio Valasc. subvertitur, « quia dominus semper retinet civilem possessionem: nec a Valasc. fuit memor eorum, quæ dixit in Q. 18. n. 16. « ubi tenet, quod si tertius scienter rem Emphyteuticam « ab Emphyteuta accepit, quia spolii particeps est, et suc-« cedit scienter in vitium, tunc ipsemet poterit a domino « conveniri remedio Cap. sæpe de restit. spoliat., quod in « boe casu proprie locum habet: si verò tertius ignorans a rem Emphyteuticam acceperit: tunc ex auxilia Canonis a Reintegrandæ 3. Q. 1., quod datur etiam contra singu-« larem successorem bonæ fidei, qualitercumque tamen «injuste detinentem rem alienam.» Ita Fulgin. de Jur. Empbyt. Tit. de Contractib. Q. 31. n. 16. Confira-se Cordeir. Dub. 42. a n. 38.

S. 1262.

Se o Emphyteuta nega ao Senhorio a pensão, que está em posse de receber; he sem dúvida, que competem ao Senhorio os remedios possessorios contra o Emphyteuta o Emphyteuta para ser restituido a esta posse; e com tal especialidade. que o anno legal para propor a este respeito os remedios possessorios só tem principio do dia em que o Emphyteuta negou positivamente a pensão, e não em quanto se desculpa do pagamento com pretextos, sem comtudo formalmente negar a posse do Senhorio, nem se rebelar contra elle. Cordeir. Dub. 42. n. 43. et 44., Maced. Dec. 46., Peg. de Interdict. Cap. 5. n. 444. et Tom. 2. For. Cap. 11. pag. 919. col. 1. et pag. 941. col. 2.

Accões possessorius que nega o foro.

**S. 1263.** 

Pode acontecer, que hum proprietario de dois predios, dos quaes hum era serviente ao outro, ou fosse para o

Tamben pela servidão. expressa ou tacitamente reservada no predio emprazado. uso das agoas, ou para qualquer servidão, empraze o serviente sem rezerva expressa da servidão activa para o predio dominante não emprazado: esta servidão, ainda sem outra expressão, se subintende reservada pelo Senhorie para o predio não emprazado, Pecch. de Aquæduct. L. 1. Cap. 7. Q. 5. a n. 26., Cæpol. Rustic. Cap. 4. sub. n. 58., Gob. de Aquis. Q. 15. n. 48. et Q. 8. n. 5., Luc. de Servit. Disc. 29. n. 9. et 10.: se pois o Emphyteuta do predio antes serviente se oppõe á servidão do Senhorio, póde por elle ser accionado por acção de força dentro do anno legal.

Naturesa deste possessorio sobre os foros.

Nota: Neste Juizo possessorio pelas pensões, ainda competente contra terceiro (§.1261.) não he necessario que o Senhorio produza o Titulo do Emprazamento; mas basta-lhe a simples posse de exigir do Emphyteuta a pensão por huma ou mais vezes como possuidor de certo predio (que deve indicar-se) affecto a ella ex congestis per Cordeir. Dub. 42. a n. 33., Tondut. Civil. Cap. 64, Gomes in Manual. Cap. 26. a n. 49., Peg. 2. For. Cap. 11, pag. 907. col. 2. prop. fin., pag. 920. 921. 923.: e ainda que o Titulo se produza para fundamentar a posse, e alguns DD. não admittão neste possessorio a disputa sobre a validade do Titulo, Peg. 1. For. Cap. 3. pag. 139., Begnudell. verbo Census S. 6. n. 73., Cortead. Dec. 181. n. 47. Latissimè Posth. de Manut. Obs. 62. Idem Peg. 2. For. Cap. 11. pag. 912. Col. 2.; comtudo outros assentão que quando para fundamentar a posse se produz o Titulo, e delle se deriva a posse, se o Titulo he notoriamente nullo, e vicioso, a nulfidade delle influe o mesmo vicio na posse para não ser manutenivel: Peg. 1. For. Cap. 5. a n. 58. et Tom. 7. ad Ord. L. 1. Tit. 87. S. 6. n. 43. et 44., Post. supra n. 12., Osor. de Patronat. Reg. Resol. 72. a n. 16.: conduz o Assento de 16 de Fevereiro de 1786, quanto á 2.º Questão; aonde se vê firmada a regra geral que seria visivel absurdo de se julgar nos interditos restitutorios, e nos outros casos occurrentes no Fero a posse áquello mesmo, que pelo processo, e evidencia notoria dos autos se deprehende não lhe dever ser-julgada a propriedade.

#### CAPITULO VII.

Acções competentes ao Senhorio para exigir a pensão; ou pela via ordinaria, ou pela summaria e executiva; ou contra o Emphyteuta e seus successores; ou contra o terceiro possuidor.

### SECCÃO I.

Quanto á acção ordinaria.

**S**. 1264.

da vimos, S. 1194. e 1201., que quando se trata Acção ordinaria de exigir a pensão, ou outro direito dominical, não he necessaria huma tão rigorosa prova do dominio directo, como quando se trata do commisso; mas basta só a Investidura com quaesquer adminiculos: Já vimos a §. 1202. os adminiculos, e a §. 1203. os diversos medos de provar para todo o fim o dominio directo: em falta de titulo, e nesta acção ordinaria he necessario provar huma posse de 10, 20, ou 30 annos nationmatque fica exposto nos SS. **1**10. e 118.

**S. 1265**.

Desta acção ordinaria póde o réo defender-se ou 1.º, com a prescripção total, ou parcial da pensão, ou da es- do Emphyteuta pecie e qualidade della, na forma que fica exposto desde o S. 698. e desde o S. 1078.: ou 2.º, nesta acção ordinaria póde o Emphyteuta sem dávida refricar ao Senhorio, ou a nullidade do emprazamento, ou a questão do proprio dominio, arguindo erroneo o mesmo emprazamento: Barboz. na L. Si Alienam 12. ff. de Solut. matr. a n. 27., Conf. Lim. ad Ord. L. 4. Tit. 54. S. 3. a n. 4., Pacion. de Locat. Cap. 65. a n. 108.: ou 3.º, péde o accionado. TOMO II.

Defesas nesta accão.

para exigir as pensões.



como Emphyteuta, oppor que não possue os bens Emphyteuticos, em quanto o Sephorio não provas que elle os possue, e a identidade, por algum idos modos expostos a \$.1226.: obrigação, que negado pelo Emphyteuta ser possuidor d'algum predio, incumbe ao Senhorio ex late congestis per Tondut. Civil. Cap. 64. tot.

Dever do accionado pelos foros, que não possue os predios sujeitos.

Nota: Se o accionado pela pensão, como Emphyteuta, não possue predio algum emprazado, deve logo Figure principio allegar que não he possuidor; porque se assim o allegar, sustenta como tal nervosamente a demanda, e a final se convencem os fúndamentos de sua defeza; não póde jámais direz-se e provar-se não possuidor sem ficar pelo dolo presumido responsavel, como que se fosse possuidor, a todes os interesses e damnos do Senhorio além das custas, L. 13. S. 13. ff. de Petit. hæredit., L. 25. ff, de reivindic., L. fin. ff. Si Ususfruet, petat., Brupemen, in L. 7. ff. de Reivind., Struy, Baere. 11. Thos, 9, et 12., Cod. Frederic. . ...P. 12. L. 2. Tit. 4. art. 1. S. 13. et 17.: bem como at a detentor am nome albeio, que demandado não no-2 mea por author, aqualle em cujo pomo passue, e sustente, a demanda como possuidor: Gam. Dec. 265. on. 4. Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 45. S. 10. a. 7.

SECÇÃO II.

Quanto á acção summaria e executiva.

Via summaria e executiva competente ao Senhorio pelos foros. §. 1266.

Esta via summaria e executiva pelas peasões Emphyteuticas, he muito frequente na pratica do foro: tenho observado por larga experiencia os erros com quo uella se procede. Tratarei pois 1.º, em que direito possa fundamentar-se este procedimento executivo: 2.º, demonstra-rei ser erro inveterado em alguns Tribunaes principiar por petihora sem previa citação, citando-se só o executado no acto da penhora para allegar os embargos que

od by Google

tiver etc.: 31º. que hiduídaca deva preceder, e como? 4.° por quaes preços se devão regular as pensoes devidas. 5.% se basta a simples poste de exigir às pensoes, où hè necessario titulo expresso: 6.º, se pode proceder-se contra eada hum dos Co-Emphyteutas in solldum: 7.º, exporei de resto a indole e natureza deste procedimento; dos Embargos que a elle se oppõem pelos executados; questão incidente de esposio quando à pensão se nega; sentença, appellação della, etc. Faxit Deus!

#### SUBSECÇÃO I.

Em que direito se possa fundar este procedimento executivo.

· **S**. 1267.

Por Direito Romano não compete a via executiva para o pagamento das pensões Emphyteáticas; Valasc. Direito Romano Q. 20. n. 17., Moraes de Execut. L. 1. Cap. 4. S. 2. n. 31., Fulgin. Tit. de Solut. Canon. Q. 16., Cens. de Censib. Q. 95. n. 91., Luc. de Emphyt. Disc. 65. n. 2. Sim pelas Leis de outras Nações; como em Roma pelo sim pelas Leis Estatuto 88., é nas Cicilias pela Pragm. 1. de Censib., Luc. supra n. 2. & 4., et de Judic. Disc. 42. n. 5., Rovit. et Laganar. ad d. Pragmat. de Censib.: neste Reino he praxe inveterada: ou a execução se dirija contra o Emphyteuta, e seu successor, ou contra o terceiro possuidor, Mend. P. 1. L. 3. Cap. 21. n. 56., et ibi França n. 373., Moraes supra n. 25., Peg. 7. For. Cap. 229. n. 1. 8. et 16., Lim. ad Ord. L. 4. Tit. 36. S. 5. a n. 8., Vanguerv. P. 1. Cap. 11. n. 20.

Por não compete esta via summaria.

das Nações.

E praxe do nosso Reino.

.H**%**iÃ**0268**#58

Em salta de Lei Patria he difficil descobrir com certeza a origem, e fundamento desta nossa praxe: o nosso Arouc. na L. 39 ff. de Legib. n. 20. attribue a sua origem a esta causa: como por acção ordinaria se podem demandar as pensões preteritas è futuras; e pela sentença ficarem condemnados os Emphyteutas nas prestações suca origem

cessivas, executando-se assim em todos, es anos a mesma sentença, conforme os DD. que shi refere, e a que accrescento Moraes infra à quam juste, Luc. de Judic. Disc. 16. a n. 15., Boehaer. Exercit.—de jurc futuro—. Por isto he (dia Arouca) que ou pelas mesmas sentenças, ou por erro ad instar dellas, se introduzio entre nós esta praxe. Pelo contrario Moraes de Execut. L. 1. Cap. 4. S. 2. sub. n. 25. à. Supposito assenta como sem dúvida, que esta praxe teve principio por huma benigna ampliação da Ord. L. 4. Tit. 23. S. 3., ainda mesmo que se proceda contra terceiros pessuidores.

Nota: Eu penso que esta pratica teria principio, e causa, em se convencionar pas Escripturas de emprazamento (como muitas vezes tenho visto); que os Emphyteutas poderião ser demandados pela via executiva; e como se fosse por Sentença passada em julgado convenção válida, ex Ord. L. 4. Tit. 72. et Tit. 76. S. 3., Moraes L. 1. Cap. 4. S. 1. n. 68; et 69., quid quid dicat Cald. For. Q. 8. n. 4. et de Emphyt. Cap. 25. u. 53.: e como as clausulas consuetudinarias se subintendem, ainda que se omittão nas Escripturas. Barboz et Tab. L. 3. Cap. 51. ax. 6. e 8.; he verosimel que nesta convenção, ou expressa, ou subentendida teria principio a nossa praxe; bem que pode sustentar-se também com as legislações (S. 1267.) subsidiarias em falta de Lei Patria: nada tem de arracionavel esta praxe: attenta a sua natureza, e favores do executado, em differença das execuções a que se procede por Sentença, como veremos na Subsecção 7.º

# SUBSECÇÃO II.

Reprova-se
a praxe
de principiar
por:penhora
antes da citação
e assignação
de 24 horas
para pagar.

He erro principiar por penhora sem precedente citação.

S. 1269.

Gostuma-se em alguns Tribunaes, e Auditorios principiar por penhora, sem precedente citação, citando-se

só no acto da penhora o executado para ou dentro em 6 dies, ou até à 1.º audiencia allegar os embargos que tiver a oppor, com cominação de ser lançado, e se julgar a pephora por Sentença: se os oppõe, suspende-se o julgar-se por Sentença a penhora até a final decisão dos embargos: se não os oppõe, he lançado delles; julga-se a penhora por Sentença, e se manda proseguir na liquidação e resto da execução: esta formalidade de praxe attestão alguns dos DD. citados S. 1267. E eu tenho visto observar; e ainda que pode unicamente sustentar-se com a razão de que o devedor está já constituido em mora pelo lapso do tempo prefixo para o pagamento, independente d'outra citação, ou interpellação: Guerreir. Tr. 4. L. 2. Cap. 11. a n. 53 et 54., conf. S. 681; comtudo esta praxe de proceder por peohora sem precedente citação he hum erro que deve desterrar-se.

S. 1270.

Pois que 1.º, pelas antigas Leis não podia o credor chamar a juizo seu devedor, sem que primeiro extrajudicialmente o interpellasse pelo pagamento: de tal forma que se sem aquella previa interpellação o chamava a juizo devia pagar as custas: aqui teve origem a necessidade da clausula dos Libellos (que prosso Caminha repete em todos), que o réo muitas vezes amigavelmente interpellado recusava pagar, dar, ou fazer o que se demandava. Abrogarão-se essas Leis (ficando só em poucos casos observaveis); mas sempre os credores por urbanidade (e ainda por obrigação de consciencia) devem interpellar seus devedores antes que em juizo os accionem; veja-se Stryk. Vol. 2. Disp. 13. Cap. 2. a n. 9. et Vol. 3. Disp. 3. Cap. 1. a n. 28.: e não deverá pelo menos preceder á penhora huma citação judicial? 2.º Em todo o juizo por mais summario, e executivo, que seja, deve a citação preceder a todo outro procedimento: Bagn. Cap. 1. n. 7. 3.º Esta praxe de proceder executivamente por pensões não póde ser mais forçosa para obrar huma execução mais arrebatada e promptá como huma Sentença

Fundamentos demonstrativos do erro dessa praxe.



passada em julgado: e se para se proceder por huma Sentença tal a penhora deve preceder citação do condemnado para em 24 horas pagar, ou nomear penhores, Ord. L. 3. Tit. 86. in pr. junto o S. 7. com a exposição de Moraes L. 6. Cap. 12. a n. 7.: com quanta mais razão deve preceder citação, quando sem Sentença se procede executivamente? 4.º A Ord. L. 2. Tit. 53., tratando = Das execuções, que se fazem nos que devem á Fazenda Real - manda preceder ao menos huma citução para pagamento, penhora, execução, e arrematação: e podem os executivos por pensões ser mais privilegialus? 5.º Os Codigos de Sardenh. L. 3. Tit. 30. S. 3. e o Civil do Imperador José II. a S. 312,, tratando de todo o processo pela via executiva, fazem precisa a citação do devedor antes do seu principio: emfim 6.º toda a execução que se faz por qualquer Magistrado sem previa citação do devedor he hum facto despotico, em que o Magistrado figura não como tal, mas como qualquer particular, a que póde resistir-se, e tudo he nullo, Stryk. Vol. 3. Disp. 23. Cap. 4. a n. 4. et Cap. 6. a n. 122.; que vexação de hum supposto devedor ser penhorado e enxovalhado antes de citado?

## SUBSECÇÃO III.

Que liquidação deva preceder, e como?

S. 1271.

Liquidação necessaria para o progresso desta via executiva.

Como, e quando deva e possa fazer-se,

Ha duas especies de Illiquidades; huma na substancia, outra na quantidade, do que se deve, Peg. Tom. 12. ad Ord. L. 2. Tit. 52. in rubr. n. 16. in med.: pedemos considerar as pensões Emphyteuticas, ou como quotas de fructos, de que tratei a \$. 647.; ou como pensões sabidas, e certas, de que tratei desde o \$. 676.: pelas primeiras, nem ainda póde decretar-se a via executiva, sem que preceda hum arbitramento do quanto de fructos produzirião as terras nos annos de que se pedem as quotas, ou rações: Peg. Tom. 9. ad Ord. L. 2. Tit. 33. in rubr.

Digitized by Google

Cap. 19. n. 92. Pelas segundas, constando por Escriptura a quantidade certa das pensões, que deve pagar o Emphyteuta, pode decretar-se a via executiva, com tanto que depois se liquidem es preços dos fructos no decurso da via executiva. Hontall. de Jur. Supervenient. Tom. 1. Q. 15. n. 32., Pop. Cap. 7. n. 64. Cancer., 2.º Var. Cap. 3. n. 14.

**S. 1272.** 

Póde sim, precedendo citação (S. 1270.) proceder-se a penhora certificadas na quantidade as rações incertas, ou as medidos sabidos (§. 1271.): mos não poderá depois de penhora dar hum passo a execução (quando se não embargue, e suspenda) em quanto não haja liquidação dos preços dos fructos: só assim pode entender-se, e reduzir-se ao possivel racionavel a praze dos DD. (§. 1267.): porque certificada por aquelles modos a quantidade das pensões; já ha parte de liquido, que fundamente a penhora, e segure a execução, penhorando-se bens pouco mais ou menos proporciomados ao total dos preços, que se liquidar depois. Ha hum liquido na substancia da divida, que he o mais principal; e a divida de pensões se presume em quento o devedor não prova o pagamento, Moraes L. 5. Cap. 11. sub. n. 8., Fulgin. de Solut. Canon. Q. 4., Va--- lasc. Q. 21. n. 9., Luc. de Emphyt. Disc. 46. n. 3.

Praxe depois da citação.

**S**. 1273.

Porém: se o executado não embarga a penhora, e he lançado de embargos; sim póde (segundo a dita praxe) julgar-se por Sentença; mas não póde proseguir a execução hum só passo sem hiquidação, ainda mesmo que se trate de divida da Fazenda Real, Peg. Tom. 12. ad Ord. L. 2. Tit. 52. in rube. a n. 6., Moraes L. 1. Cap. 4. S. 1. n. 75.: bem como a execução de huma Sentença em que a liquidação he précisa, ex Ord. L. 3. Tit. 86. S. 2. E a acção de assignação de 10 dias nos termos da Ord. L. 3. Tit. 25. tambem não procede por quantia illiquida, ex Moraes L. 3. Cap. 1. tot.: do contrario resulta nullidade; ut apposite Peg. Tom. 7. For. Cap. 239.

Continúa a praxe.



a n. 136., et generaliter Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 86. S. 2. n. 18., Hontalb. Q. 15. tot.

Se basta a liquidação superveniente.

Nota: Supposto alguns DD. sustentárão, que a liquidação superveniento convalida a execução, Fabr.. in Cod. L. 8. Tit. 17. Defin. 6. n. 6., Defin. 7. n. 1... Def. 21., e outros muitos que refere Hontalb. de Jur. Superven. Tom. 1. Q. 15. a n. 20.: o mesmo Hontelb. segue o contrario, e se seguio apud. Peg. 7. For. Cap. 239. a n. 136.: só podem bem combinarse as opinides, se a execução procede por quantia certa de fructos, ainda que com incerteza do seu preço; porque como dizem o mesmo Hontalb. n. 32., e mais DD. citados (§. 1271.), já antes da execução ha liquido da quantidade da especie (que he o mais principal); já a execução não principia por cousa totalmente illiquida (S. 1272.), e a liquidação superveniente do preço da especie só serve e tende a roburar a execução principiada, e não a induzir, e causar outra.

S. 1274.

Se o executado
embarga
a penhora,
tem os embargos
recebimento
com suspensão.

E se o executado embarga a penhora: como a execução não procede de Sentença, a que seja applicavel a Ord. L. 3. Tit. 86. e 87.; todos os embargos (menos que não sejão inteiramente frivolos, e calumniosos ex França ad Mend. P. 1 L. 3. Cap. 3. n. 80.) se devem receber suspensivamente, como se vê julgado em Peg. Tom. 12. ad Ord. L. 2. Tit. 52. §. 9. n. 26., e se observa na praxe: disputão-se assim recebidos; e se a final se julgão provados cessa o progresso da execução: e se a final se desattendem, então se julga a penhora por Sentença; e se manda proseguir na liquidação dos preços das especies; e julgados elles, feita a conta (sem que do processo se deva tirar Sentença: Assent. de 24 de Março de 1753), se prosegue o resto da execução da quantia liquida.

### SUBSECÇÃO IV.

Por quaes preços se deva regular a liquidação das pensões Emphyteuticas, ou Censuarias.

S. 1275.

He hum erro inveterado regular a liquidação dos precos das pensões Emphyteuticas, e Censuarias pelas tarifas das Camaras: este erro fica demonstrado com distincção de varios casos desde o §. 686. até o §. 697. a que me remetto.

Por quaes preços se devão regular os foros.

## SUBSECÇÃO V.

Se para fundamentar este procedimento executivo basta só a posse de exigir as pensões; ou se he necessario titulo expresso?

S. 1276.

Sem que se produza o Titulo da Investidura, se póde fundamentar este procedimento executivo na simples posse de perceber a pensão: Peg. 1. For. Cap. 3. pag. 139., Moraes de Execut. L. 1. Cap. 4. S. 2. sub n. 30. sub ÿ. — Sed cum — etc. «Si vero (continúa Moraes) Reas post « pignorationem compareat; et censum neget; cum per « ipsius negationem res dubia efficiatur, non procedetur ad « condemnationem, et pignorum distractionem, nisi Actor « de titulo doceat vel possessione, prout et in locationibus « domuum fit » etc. Se o exequente junta titulo, e delle deriva a sua posse; sim fundamenta melhor a via executiva; mas o sacrifica á disputa da sua validade, ou vicios (S. 1263. na Nota).

Para fundamentar esta via executiva basta só a posse.

Nota: Fundado só na posse o procedimento executivo sem producção de titulo, ainda que he possessorio por natureza, póde embargar-se com todas as razões, que enervem e destruão a allegada posse de perceber a tal pensão, ex Peg. de Interdict. Cap 10., темо и.

Se o Emphytenta nega a posse, a prática admitte manutenção, ou espolio.

consultando-se Posth. de Manut. Obs. 35., aonde dinumera varios casos em que a posse de exigir alguma pensão não he manutenivel. Se o Emphyteuta nega positivamente a posse; negação, que he espoliativa (S. 1262.); a praxe he fazer assignar por termo a negação da posse, ex Peg. 1. For. Cap. 3. sub. n. 493.  $\gamma = Contrarium = e$  oppor o Senhorio exequente a excepção de espolio, propondo a sua posse, e pedindo restituição della com perdas, e damnos; erro de prática que demonstrarei na Subsecção 7.º: se o Emphyteuta não nega a posse, mas só ter pago a pensão. disputa-se a solução pelas provas regulares e presumptivas: se ataca o titule, devempraticar-se o que expuz na Nota ao S. 1263.

### SUBSECÇÃO VI.

Se pode proceder-se contra cada hum dos Co-Emphyteutas in solidum?

**S.** 1277.

Se as pensões dos Presse, assim cemo as censuarias in solidum de cada hum teutas.

Se nos censos he especial poder exigir-se o todo da pensão censuaria de qualquer compossuidor de parte dos predios affectos ao censo; pela razão de estarem todos se podem exigir hypothecados á prestação unima; e subsistir a hypotheca em qualquer parte; regra que soffre as limitações exposdos Co-Emphy- tas no §. 726.: não he assim nas pensões Emphyteuticas. que (menos que na Investidura não haja huma expressa hypotheca dos predios á satisfação da pensão) não tem a tacita por direito; como defende a melhor opinião referida no S. 727.: e portanto o Senhorio só póde providenciar-se com o remedio de requerer eleição de Cabecel, nos casos, em que o póde sem contestação requerer, como mostrei desde o S. 728. até 733 .: e então, havendo Cabecel, póde sem duvida proceder contra elle pela totalidade do foro executivamente.

O mesmo assumpto. S. 1278.

Só sim póde o Senhorio proceder in solidum contra hum

des Co-Emphyteutas no caso da Nota 1.º ao S. 733.: e quando por se verificar algum dos em que os Co-Emphyteutas não são obrigados a eleger Cabecel, queira exigir os seus foros, deve exigir de cada hum a parte, em que está na posse de receber delle, e demanda-lo executivamente por essa parte. Se, por exemplo, hum pai de Familias pagava v. g. 10 medidas, e houve partilhas ou alienações dos predios affectos a ellas; se os co-herdeiros não fazem entre si destrinsa dessa parte, póde o Senhorio demanda-los a que a fação, e entre tanto exigir in solidum de cada hum, conforme o exposto na Nota ao S. 733.: se porém no emprazamento estiverem os predios expressamente hypothecados á segurança, e satisfação da pensão, e cesse assim a opinião referida no §. 727., não duvido, que pela regra dos censos, de qua S. 726., ainda contra qualquer 3.º possuidor, ex Mend. P. 1. L. 3. Cap. 21. n. 56., Peg. 1, For. Cap. 3. n. 354., Moraes de Execut. L. 1. Cap. 4. S. 2. n. 25, Guerra ad Ord. pag. 203.

### SUBSECÇÃO VII.

Indole, e natureza deste procedimento: excepção de espolio, quando o Emphyteuta nega a posse, etc.

# S. 1279.

São muitos os especiaes deste procedimento executivo Especialidades em differença do que procede de Sentença condemnatoria: 1.°, receberem-se todos os embargos com suspensão da execução (§. 1274.): 2.º, poder baver segundos embargos á Sentença que regeitou a final os primeiros, cessando neste caso a Ord. L. 3. Tit. 88., Sylv. ibidem n. 9., França ad Mend. P. 1. L. 3. Cap. 19. n. 121: 3.°, ter effeito suspensivo a Appellação da Sentença que a final julga não provados os Embargos. Peg. Tom. 12. ad Ord. L. 2. Tit. 52. S. 9. n. 83., Lim. de Gabell. pag. 256. n. 76., Phœb. 2. P. Art. 72. 7. Scias unum = Pon. Cap. 7. n. 70.: 4.°, que prescrevendo a via executiva por Sentença so por

deste procedimeate executivo; e em que differem da execução que procede por Sentença. 30 annos: Guerreir. Tr. 1. L. 2. Cap. 9. n. 49. et Tr. 2. L. 8. Cap. 13. n. 20.; esta via executiva pelas pensões prescreve por dez annos quanto ás pensões preteritas, vej. Lim. ad Ord. L. 4. Tit. 36. S. 5. n. 19. (mas que só prescreve por 30 annos, vej. Altim. Tom 7. Q. 43. a n. 672. et 685., Carlev. de Judic. Tit. 3. Disp. 4. a n. 21., Rot. in Mantiss. ad Luc. de Testam. Dec. 17. n. 3. et 4., Luc. de Credit. Disc. 117. et Disc. 131. n. 5. et de Judic. Disc. 21. n. 10.): 5.° Vi julgado, que os seis dias prefixos na Ord. L. 3. Tit 87. para embargar a execução das Sentenças, não são praticaveis na via executiva, que não procede de Sentença; e podem oppor-se os embargos ainda depois dos seis dias contados do da penhora, em quanto esta se não julga por Sentença precedendo lançamento dos embargos.

S. 1280.

Excepção de espolio, e sua praxe nesta via èxecutiva.

E pelo que respeita ás excepções de espolio incidentemente oppostas, que ra Nota ao S. 1276. reservei tratar neste lugar: he hum erro, negada ao Senhorio a posse, propor excepção de espolio, pediado restituição da posse espoliada, com interesses, perdas, e damnos: pois que a força e effeito de tal excepção he unicamente repellir, e não pedir tal restituição, que por meio de excepção se não póde conseguir, Bochmer, de Action, Sect. 1. Cap. 1. Not. ao S. 6., Cald. For. L. 1. Q. 22. n. 55., Barbos. in L. Si de vi ff. de Judic, n. 184.; e be texto no Cap. 2. : de Ordin. Cognit. v. = Verum =: só sim será mais acertado, (cohonestando o erro da praxe) propor artigos de manutenção a justificar a posse de exigir a pensão; e pretender ser nella manutenido; para em consequencia da mesma posse assim justificada, e que basta para fundamentar a via executiva (S. 1276.) proseguir a execução, sem attenção á negação:

Nota: Supposto que Berlich. P. 1. Concl. 21. n. 91. diz, que proposta a excepção de espolio, e pedindo-se na conclusão della restituição se converte

em acção de espolio; duvido muito que huma excepção que « et quædam exclusio, quæ actioni opponi solet. » Peg. 2. For. Cap. 11. pag. 978. Col. 2., se possa converter e transformar em acção, et maxime propondo-se incidentemente nesta via executiva.

### CAPITULO VIII.

Acções para exigir o Laudemio.

S. 1281. lá vimos desde S. 994. os casos em que das alienações se deve Laudemio ao Senhorio: em todos tem elle pelo Laudemio acção para o exigir: Póde duvidar-se, se pelo Laudemio compete a via executiva? Se assim se convenciona na escriptura, não ha dúvida alguma, porque a via executiva póde convencionar-se, Moraes L. 1. Cap. 4. S. 1. a n. 68., et S. 2. sub n. 25.: em salta porém de pacto expresso, julgo muito provavel competir a via executiva pela satisfação do Laudemio: porque 1.º, he huma especie de pensão, Guerra ad Ord. pag. 200. n. 3.; e já vimos a S. 1267. que pelas pensões Emphyteuticas compete a via executiva: 2.º, porque assim o suppõe a L. de 4 de Julho de 1768, nas palavras já transcriptas (S. 1042.): 3.°, porque assim se observa na praze, huma vez que se não negue a qualidade Emphyteutica; Conf. Moraes de Execut. L. 5. Cap. 7. n. 2.

compete a via executiva.

Nota: Negada na via executiva esta qualidade Emphyteutica; procede o mesmo, que expuz na Nota se o comprador ao S. 1276., e no S. 1280 : póde o Senhorio propor huma excepção de manutenção da sua posse como Senborio, para em consequencia della pròseguir a execução pelo pedido Laudemio: mas para fundamentar O que se deve esta excepção deve 1.º, verificar a qualidade Emphyteutica senão com o rigor necessario no caso em que se tracta do commisso; ao menos com o que basta para exigir a pensão (a que o Laudemio se equipara),

Quid, nega?

mostrar para fundar a excepção de espolio, negado o Laudemio

ut a §. 1194. 1201. et 1264.: deve 2.°, mostrar quanto he o Laudemio, que se lhe deve satisfazer; ou pela Investidura, ou por posse e costume: e na falta desta prova, só póde pedir a quarentena, ut a §. 1034.

S. 1282.

Tambem já desde o S. 1041. demonstrei, como mais provavel, que o Senhorio póde exigir do comprador o Laudemio: quid vero, se o comprador, ou ádquirente por titulo, de que deva Laudemio, o nega e occulta: e he incerto o preço para regular a quantidade do Laudemio? Póde o Senhorio recorrer a huma de duas providencias: ou recorrer aos Livros dos assentos das Sizas, que faz prova contra quem a pagou, Lim. de Gabell. pag. 143. n. 8., maxime attento o favor das provas no Juizo da liquidação, Guerreir. Tr. 4. L. 8 Cap. 9. a n. 50.: ou requerer, que o comprador lhe exhiba o titulo, como neste caso e para este fim he obrigado, Pignatell. Tom. 10. Cons. 206. a n. 199. ad 207., Fulgin. in Tit. de Alienat. Q. 1. n. 341.: mes isto, quando o comprador não nega a qualidade

Emphyteutica, ex DD. supra: porque se a nega he necessario recorrer á manutenção na fórma exposta na Nota

Recurso aos Livros das Sizac.

Ou á exhibição das Escripturas de compras.

ao S. 1281.

Nota: Se as Partes celebrão por escripto particular o contracto, de que o Laudemio se deve; e o negão e occultão ao Senhorio; sinda que em outro tempo elle poderia, (como terceiro, a que não era imputavel não fazer a Escriptura) prova-lo por titulos ex DD. cum quibus Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 59. in princ. n. 50.; hoje depois do Assento de 5 de Dezembro de 1770, que reprovou essas doutrinas e Jimitação da Ord. L. 3. Tit. 59., será preciso impetrar Provisão de Dispensa desta Lei, e Assento para provar esse contracto pela prova do Direito commum.

Hoje depois
do novo Assento
não póde
o Senhorio
provar
por testemunhas
os contractos
de que
pode Laudemio?

S. 1283.
Tambem já desde o S. 1046. expuz os casos, em

que o Emphytenta accionado pelo Laudemio se póde defender com a remissão, ou prescripção delle: 'ali remetto os Leitores.

Nota: He muito frequente para fraudar os Laudemios fazerem-se por mil modos contractos simulados entre o vendedor, e comprador: neste caso admitte a Ord. L. 3, Tit. 59. S. fin. a prova da simulação por testemunhas; e pelo simile da Ord. L. 2. Tit. 33. S. 33., se póde deferir a hum e outro o juramento para declararem a verdade.

# DIVISÃO 2.\*

ACCÕES COMPETENT E CONTRA TERCEIROS, TANTO PETITORIAS COMO POSSESSORIAS.

### CAPITULO IX.

Acção competente ao Emphyteuta contra o Senhorio para lhe fazer tradição do Prazo: ou para depois da tradição the restituir a parte, que injustamente the usurpou.

S. 1284. ntes da real tradição dos bens Emphyteuticos pelo Pelo contracto. Senhorio ao Emphyteuta não se adquire a este o dominio, nem consequentemente lhe compete acção real: Bagn. Cap. 4. n. 71., Peg. 3. For. Cap. 28. n. 775., Valasc. Q. 14. n. 6: e portanto só tem huma acção pessoal contra o Senhorie para lhe fazer tradição dos bens emprazados: pessoal contra veja-se o exposto desde o §. 69. até o §. 71.: mas depois da que la faça. tradição lhe compete a acção real, e de reivindicação; tanto contra o Senhorio, como contra qualquer terceiro, Bagn. supra n. 68. et 69., Peg. 3. For. Cap. 28. n. 774. tem accodes reaces et 775., Cordeir. Dub. 38. n. 4., Lim. ad Ord. L. 4. Tit. 36. S. 1. a n. 18. ad 23., Addit. ad Reinoz. Obs. 59.

não adquire o Emphyteuta o dominio util sem tradição.

Só tem acção o Senhorio para

Depois da tradição, contra o Senhorio, e contra

Contra 3.º deve provar o dominio do Senhorio concedente. n. 8., Vella Dissert. 19. n. 45. Se porém propõe acção contra o 3.º, não lhe basta a simples Investidura sem provar o dominio do Senhorio concedente, Bagn. Cap. 14. a n. 14.; ou huma posse de 10 annos com esse titulo antes da intrusão do 3.º possuidor.

# CAPITULO X.

Acção competente ao Emphyteuta contra o Senhorio pela Evicção.

Vencido
por terceiro
o dominio util
do Emphyteuta, (
lhe compete
acção
de Evicção

o Senhorio.

S. 1285.

He certo, que vencido ao Emphyteuta o todo ou parte do Prezo, pelo fundamento de não serem do Senhorio os bens emprazados, compete ao Emphyteuta contra o Senhorio a acção de Evicção, sem differença de dar ou não ô Emphyteuta algum dinheiro por entrada; e de ser grande ou modica a pensão, Valasc. de Jur. Emphyteut. Q. 38. n. 32, Gusman. de Evict. Q. 36. tot., Stryk. Vol. 11. Disp. 21. sub. S. 18., Cald. de Emphyt. Cap. 31. n. 21., Struv. et Muler. Exerc. 21. Thes. 16., Voet. ad Pand. L. 21. Tit. 2. n. 14.

S. 1286.

Necessidade de chamar o Senhorio á suteris pelo vigor da Lei. No rigor da Ord. L. 3. Tit. 45. S. 2. não póde o Emphyteuta vencido usar desta acção contra o Senhorio, se o não chamou á auctoria; e não vindo elle defender ao Emphyteuta, se este não proseguiu fielmente a causa até a superior instancia: porém pelo uso hodierno e estilo de julgar, fundado na equidade contra o nimio rigor do Direito Romano (fonte da dita Ord.); se a Sentença he justa, ou o réo demandado que não chamou á auctoria a pessoa, de quem houve a cousa, a dimittiu com boa fé, sem fraude, ou colloyo por ser clara a justiça do demandador: e se aquelle que devia ser chamado á auctoria não allega causa ou razão plausivel, com que, se fosse chamado, defenderia ao réo: em taes circumstancias, sem embargo desse rigor da Lei, e dessa omissão, tem o vencido

Opinião fayoravel em certas circumstancias para

Digitized by Google

regresso contra a pessoa de quem houve a cousa daman-, lhe competir dada, Peg. Tom. 15. ad Ord. L. 3. Tit. 45. n. 44. et 64., et Tom. 5. For. Cap. 105. a n. 23., Arauj. de Perfect. ainda que não Advocat. post Tract. Cons. 2., Stryk. Vol. 11. Disp. 21. S. 32, et in us. modern. L. 21. Tit. 2. sub. S. 32., Straw. Exerc. 27. Thes. 33., Fabr. in Cod. L. 8. Tit. 31. Def. 25., Voet. ad Pand. L. 21. Tit. 2. n. 22, Boehmer. ad Jus. ff., L. 21. Tit. 2: S. 11.: veja-sp a minha especial Dissertação a este respeito.

a acção de evict**és** chamasse o Senhorio

### S. 1287.

Ha porém nesta acção em favor do Senhorio huma Especialidade especialidade, qual he: que elle pela evicção satisfaz entregando ao Emphyteuta em lugar da propriedade vencida, outra de igual qualidade; ou tanto dinheiro quanto seja bastante para comprar outra tal como a vencida, Surd. Dec. 290. n. 17., Gusman. de Evict. Q. 36. n. 10.: bem como vencida a cousa arrendada, satisfaz o Senhorio dando ao arrendatario outra igualmente idonea, L. Siquis domum ff. Locat., Pacion de Locat. Cap. 2. p. 11.

nesta acção em favor do Senhorio.

# CAPITULO XI.) . -

Acções possessorias competentes em diversos casos 📈 🔢 🖟 go Emphytessa contra o Sanhorio.;:

S. 1288. De o Senhorio persuadido de haver o Emphyteuta incurrido em alguma especie de commisso, ou no caso da devolução pela extincção das vidas, se arroga á posse, commette espolie, e competem contra elle os remedios possessorios (S. 887., 888.)

Acção de espolio contra o Senhorio, que no caso do commisso se arroga á posse.

# S. 1289.

Se o Senhorio ou em cazas suas proprias, ou nas do Prazo faz alguma nova obra, que seja prejudicial ao Emphyteuta, póde este nuncia-la, Valasc. Q. 18. n. 23., Ferreir. de Nov. Oper. L. 3. Disc. 10. n. 8. et L. 4. TOMO II.

Nanciação da nova obra contra o Senhorio.

Dise: 8. m. 36., Pinheir. de Emphyt. Disp. & Sect. 4. n. 60., Conf. Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 78. § 4. n. 18. et 19.

S. 1200.

Remedios possessorios contra o Senhorio que turba ao Emphyteuta na posse.

DOM'C

Se o Senhorio turba se Emphyteuta na sua posse por qualquer modo, ou o espolio della; competem so Emphyteuta contra o Senhorio os remedios possessorios, Postilide Manut. Obs. 16. a n. 8. et 4%, Volasc. Q. 18 m. 22p. Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 48. in rabr. n. 27. et 28., Barbon. et Tabor. L. 5. Cap. 15. Axiom. 5.

# CAPITULO XII,

Acção competente ao Emphytenta para rescindir o Praso pelo remedio da lesão: ou para requerer reducção da pensão.

Acção de lesão contra o Senhorio.

-141

F10 0 . . . (

.. .

Quanto d'acção de lesão: como ella deva arbitrar-se para competir esta acção, está demonstrado desde o S. 60., e na Nota ao S. 62 z quando a Marque cazos o Emphyteuta tenha acção para requerer reducção da pensão excessiva está demonstrado desde o S. 741. até o S. 753. a que me remetto: quando por estermidade ou caso fortuit, desde o S. 754. até 761.

# CAPITULO XIII.

Acção competente ao Successor contra o Senhorio para reivindicar o Prazo familiar, que o Antecessor lhe cedeu sem justa causa.

S. 1298.

Esta acced pode fundamentar-se no expento nes \$\$.

962. e 963. e DD. ahi citados.

Acção possessoria competente pelo beneficio do Alvará de 9 de Novembro de 1754, ao successor do Prazo, contra o que se intruzou na posse delle, e reguizitos desta accao.

·S. 1293. 🝠 a em huma especial Dissertação anolysei o dito Alvará no seu todo: no meu Tractado dos Morgados Cap. 13. tratei em geral, e em especial para esse objecto dos esfeitos da posse transferida pelo mesmo Alvará: e como elle, quanto aos Prazos a transfere ao que for nomeado do Alvará de 9 pelo: defuncto, ou sela. Lei, sé aqui; ma limitos most rar es casos em que possa e deva ser applicavel a sua disposição: eis-aqui ao proposito as suas palavras: «A: posas e civil, que os defunctos em sua vida houverem tido passe edago .... bampraza de nomerção, é, pesson que fen poarmenda pelo defunctor ou pola Lei. A quali posse civil a term todos of effectes da posse natural; sem que seja ne-«cessario, que esta se some: e haveado quem pretenda etar∋ácção aos sobreditos dené, a poderá deduzir sobre an propriede de somente, e pelos meios competentes.»

Remedio possessorio competente ao successor do Prazo pelo beneficio de Navembro de. 1754.

digues h

S. 1294.

O Assento de 16 de Rexereiro de 1786, sobre o 3.º quesito quinto sos Prazos, declarou que « nos Pratos de anidas, feltando a nomenção na 1.º e 2.º, faz a Lei trans- o dito Alvara. « missiveli a posse delles, ás pessoas chamadas pelas Leis « deste Reino, as quaes se entendem ser em primetro luse gar os descendentes na conformidade da Ord. L. 4. Tit. « 36: S. 2. Em segundo lugar os ascendentes pela snesma andem, segundo: a mente, e contexto: do S. 4., que pre-«fere a estes os filhos naturaes, e só na fulta dos referia dos escendentes chama o filho espario, sendo legitomado a pelo Principe em tal forma, que possa succeder ab m-« lestato, e não d'outra maneira. Em terceiro lagor os

Assento. que ampliou e declareu .1.

« transversaes, em quanto os houver a respeito dos Prazos, « que forem de corporações, ou de passoas, que não pode« rem consolidar hum e outro dominio. E a respeito das 
« que forem aptas para a consolidação, se entendem cha« mados os parentes até ao 4.º grão, contado segundo o 
« Direito Canonico, tudo em perfeita execução do \$. 26. 
« da Lei de 9 de Setembro de 1769, que ficou em seu 
« vigor pelo Decreto novissimo de 17 de Julho de 1778. » 
Nota-se neste Assento, que se declarou a ordem da successão ab intestato, para a transmissão da posse ao nomeado 
pela Lei; e nada attingiu quando occorrem dúvidas sobre 
nomeações feitas pelo defuncto.

·§. 1298.

Para competir ao successor er'e remedio, deve qualificar-se como a Lei presuppõe. Sendo certo que para se valer o nomeado pelo defuncto do beneficio deste Alvará, deve verificar as qualidades que elle requer para a sua applicação, corregula, de qua Birbos, et Tab. L/15. Cap. 3. ax 6.; e o sea antecedente sugeito, e presupposte, Pez de Tenuto Cap. 83. n. 5. et Cap. 36. n. 15. n. e idevendo tev-se aligados ao dedoras regres, que para a spplicação das Leisiado factos prescrivem os Estate das Universidade L. 2. Tit. 3. Capi. 8. S. 6. e Tit. 6. Cap. 8. S. 4.: portanto, e para eta beneficio do nomeado pelo defuncto ser applicavel este Alvará, he preciso verificarem-se os seguintes requizitos.

Deve verificar-se a qualidade Emphyteutica. S: 1296.

He preciso 1.°, que pedindo-se a posse dos bens, temp de Prazo, se verifique esta qualidade fundamental da acção, ex Peg. de Mayor. Cap. 6. n. 196: restanqualidade não só podo re deve verificar-se com a produção da Escriptura de emprazamento nedessaria para prove ex Ord. L. 3. Tit. 69: remas ainda pelas presumpções do Direito expostas a \$ 108: et a \$. 120. et ainda pela utimo estado exreputação de serem Emphyteuticas os bens; como nos termos da semalhante Lei 46: do Touro, Noguerol. Ali. 31. c. 81., Paz de Tenut. Cap. 55. tot., Mofin. de Primogen. L. 2. Cap. 6. subs n. 57.; porque o ultimo estado es

attende ex Peg. 2. For. Cap. 9. n. 32. 7 = Et debet attendi = maxime nas causas possessorias, Ozor. de Petron. Reg. Resol. 42. n. 25. et. Res. 80. n. 40.

· Š. 1297.

He preciso 2.º, que o Prazo seja de nomeação, como se nota ne Alvara ioi Prazo de nomeação (segundo Que o Prazo he de nomeação as formulas 3.º 4.º e 5.º debaixo do S. 107.); e que haja pessoa nomenda, ut ibi-pessoa que for nomeada-isto he sendo habil para ser nomeada sem alguma incapacidade persoal das referidas a S. 339.; ou sem repugnancia da Investidura, ut a §. 351.: bem como be necessario que as palavras do Alvará — nomeada pelo defuncto == se verifiquem em hum nomeante que fosse habil, e não no inhabil-para nomear; quaes huns e outros são os denumerados a S. 309.: peis que todas as Leis sempre presuppõem os termos habeis, Barboz. et Fab. L 18. Cap. 11. ax. 1., Nogueir. Coelh. Let. L. n. 72.

fundando-se nella, que he habil para ser nomeado.

ok-okt. harm . ara **%: 1298.** + i ≥ + i

1 . 11 21/19 1

" He precisò 3.", que intervenha nomeação pelo defunctio, ou pela Lei: isto he, nomeação do homem, que huma nomeação mad seja mulla palo defeito de vontade, poder, ou solemmédade; e nomeação provada por algum dos modos legaes que ficio referidos desde o S. 369.: pois que; o mesmo he man noment, que noméar nullamente, ou não se provar a monienção, e em falta de nemeação válida, tem intrapeiaa nomeação da Lei, Peg. Tom 11. ad Ord. Cap. 144. sub. n. 113., et Cap. 153. n. 23. 24. 25., Cordeir. Dub. 23. n. 41. et 44.; segundo a ordem da successão ab intestato graduada no dito Assento (S. 1294.) e nesta obra a S. 134.

**S. 12**99. He precise 4.7, que o Emphyteuta nomeante houvesse possuide em vida numine et jure proprio, como se Que o nomeante nota no dito Alvara ibi « a posse civil, que os defunctos o Praso até a em sua vida houverem tido passe » etc. de que ec segue sua morte civil 1.°, que se o defuncto em sua vida tiver alienado o Prazo fa-

Logo cessa este remedio.

(e)
Se desde a vida
do Emphyteuta
era possuidor
titulado
algum terceiro.

na distributo

1.,1.

o . . . /

usufructuario.

71 1 10

miliar, inalienavel em prejuizo da familia; não passa a passe para e legitimo successor, que aliás succederia, não tendo havido essa alienação; nu a posse do terceiro obtida em vida do defuncto fosse justa, ou înjusta: Paz de Tenut. Cap. 28. et 54.; Constantin. ad Statut. Urb. Annot. 41. a n. 40. ed 44.; o que bam se confirmo com q mysterioso das palavras do dito Alverá que só faz transmissivel aos successores a posse civil.; que cos defunctes em sua vida Louverem tido; isto be, em quento vivos até a sua morte, Constantin. supra q. 51., Posth, dei Manut. Obs. 55. a. 58., menos que o titulo desse terceiro não seja netoriamente nulle. Molina del Priming. 1. 31 Cap. 13. a n. 55., Noqueçal. All. 31. a n. 91. ad 102.

- i ch ofu a lid s a fill a s i c

(b)
Se o defuncto
era simples

S. 4300.

Segue-ae 2.° que se o defuncto era só hum simples usufructuario de iPraro; e cujo usufructo se extinguisse pela sua morte; porque a unica posse natural, que como usufructuario conservava, sem a civil, que rezidia no proprietario, se extinguiu pela sua morte, consolidando-se como el civil, da que e defuncto carecia, e são podia a Lai, transmittir huma posse civil, que; o defuncto não tim nha: Amat. Var. Resol, 39-la a 29., opeime Constantia, supra n. 83, et 84, mas isto sá procede, ex Canstantia, es 85, a quando cestum est defunctam fuisse mecuminante a fructuarium, et employae ana morte expirassa; secue at a super proprietatia pentinentia adsit dubivo, et alterna a tio » et 4.

(c)
Se o Direito
do Emphyteuta
como pessoal
se extinguiu
na sua morte.

Segue-se. 3.°, que a Noc hoo! statum habet lesure ain benis Emphyteuticis ad elium reversuris past more etem Patris; cum statutum non procedat, quando jus est e personale, et terminatur per mortem defuncti. » Constantin m. 87., e geralmente proya, o mesmo Constantin a n. 78. que « Dictum statutum pan prodest, nec conretinuatur possessio defuncti in harredem quando agitur e de juribus personalibus, que coherebent persona de-constanti, nec erant transitoria ad bereden, sed cum illius

« persona extinguebantur: et dicta/exceptio terminati juris. alicet videstar respicere petitorium potest opponi etiam « in possessorio. . . Si clarum omnino sit, quod jus defuncti a sit extinctum, et fideicommissum sit undique clarum, secus a si turbidum, et patiatur controversiam » etc. Confirão-se as geraes doutrinas de Pog. 1. Fer. Cap. 4. sub. n. 92.

§. 1304.

Qualificado assim o successor do Prazo nomeado pelo defuncto, ou pela Lei com a união dos ponderados requizitos a S. 1296.; esta posse, que o Alvará lhe transfere. lhe confere dentro do anno pretorio todos os remedios possessorios, Adpiscenda, Retinenda, Recuperanda possessionis, de que pode usar electivamente, Constantin. supra a n. 24., Cancer. 2. Var. Cap. 7. a n. 53., Guerreir. Trat. 3. L. 6. Cap. 42. m. 14., Posth. de Manut. Obs. 55. a n. 54. On cumulativamente a diversos respeitos, Constantini. a. 113., Rab. de Confus. Jur. Cap. 2. n. 104., Molin. de Primog. L. 3. Cap. 43. a n. 3.

A posse transferida pelo Alvará ao, successor The produc todos. os remedios possessorios electivamente.

tem admixta

S. 1308.

Este juizo possessorio fundado no dito Alvará tem Este possessorio admixta a causa da propriedade, como assentão os DD. des Nações em que ha Leis semilhantes, Molin. de Pri- da propriedade. mog. L. 3. Cep. 13. n. 9., Paz de Tenut. Cap. 12. n. 93., Cap. 13. n. 31. et Cap 31., Noguerol. Av. 9. n. 94., Constantin. supra n. 52., Peg. de Interdict. n. 61. et 62.: por isto he que o dito Assento conclue dizendo que « se-« ria absurdo de se julgar nos interdictos restitutorios, e « nos outros casos occurrentes no foro a referida posse « aquelle mesmo, que pelo processo, e evidencia notoria « dos autos se deprehende não lhe dever ser julgada a erpropriedade. »

**S.** 1306.

Em consequencia do exposto (§. 1305.): segue-se Por ime 1.9. Admitte-se 1.º. ser admissivel neste possessorio a excepção em que а ехсерção se oppõe a incapacidade ou impotencia do nomente (ut da incapacidade a S. 309.) Paz de Tenut. Cap. 30. a n. 29. do nomeante.

**S.** 1307.

A excepção da incapacidade do nomeado.-

Segue-se 2.°, que tambem neste possessorio se admitte a excepção, em que se argue a incapacidade do nomeado pelo defuncto, ou pela Lei para succeder no Prazo, segundo a diversidade dos casos a \$. 339.; ou pela repugnancia da Investidura, ut a \$. 351., Molia. de Primog. L. 3. Cap. 13. n. 24. et 25., Paz de Tenut. Cap. 37. n. 9., Amat. Variar. Resol. 39. n. 86., Molin. de Just. Disp. 637. n. 11., Tiraquell. Tract le mort saisit le vif. Declar. 1. tot.

**S.** 1308.

3.º
A excepção
da nullidade
da nomeação

Segue-se 3.°, que o nomeado requerendo pelo beneficio do Alvará a posse, ou usando de qualquer dos remedios possessorios, deve exhibir huma nomeação válida e provada com os necessarios requizitos segundo a nossa jurisprudencia, ut a §. 369., et a §. 219.; já porque em falta de nomeação válida do homem entra a da Lei (§. 1298.), já pelo simile do remedio do edicto Divi Adriani, de quo Moraes L. 1. Cap. 4. §. 3. a n. 56., Peg. Tom. 4. ad Ord. á pagin. 287.

S. 1309.

4.º
Entrando
em cellisão
duas nomeações
disputa-se
qual deva
prevalecer.

Segue-se 4.°, que entrando em collisão diversas nomeações feitas a diversas pessoas, podem entre si disputar-se á preferencia para se adjudicar a posse ao que na causa da propriedade tiver melhor direito, segundo a Ordem das Theses a §. 498. ad §. 505.

S. 1310.

5.º
A nullidade
da clausula
constituti
em
consequencia
da nullidade
da nomeação

Segue-se 5.º, que não produzindo seus regulares effeitos a clausula Constituti, quando em nomeação nulla; póde disputar-se a nullidade da nomeação em que não interveio posse com tradição real; para em consequencia da nullidade da nomeação, e da dita clausula se enervar a posse, com que o nomeado argumente, Cordeir. Dub. 46. a n. 54.

Digitized by Carole

# S. 1311.

Segue-se 6.º, que nos casos em que a nomeação precisa de insinuação, ut a S. 396.; este defeito, e a consequente nullidade se pode oppor, e deve attender neste de insinuação. Juizo Possessorio, Posth. de Manut. Obs. 62. n. 12., Morace de Execut. L. 2., Cap. 22. n. 63., Constantin. ad Stat. Urb. Annet. 43. n. 172.

A nullidade pelo defeito

S. 1312.

Occorre porém aqui huma dúvida, qual he, a Ord. L. 4. Tit 95., que conferindo á viuva ipso jure a posse do casal com todos os remedios possessorios, se amplia no S. 1. « Se os Prazos forem comprados, ou nelles fizesa sem bemfitorias, em modo que o que vivo ficar haja de a haver parte, porque então ficará em posse dos bens até a lhe ser dada a parte, que nos bemfeitorias deve haver »; no beneucio da Ord. L. 4. accrescentando que « Se os taes bens, em que a mulher, T. 95. §. 1.? a ou marido deve sicar em posse sorem obrigados á mu-«lher pelo marido, ou ao marido pela mulher por cona sentimento è authoridade do Senhorio, o que assi ficar vivo « stê em posse de taes bens, e não seja delles tirado até « a divida ser paga, ou por Direito determinado, que não « deve ter a tal posse. »

Quid vero se o successor concorre á posse pelo b neficio deste Alvará com a viuva que insiste

S. 1313.

Supponhamos pois, que concorrem na pertenção da posse a viuva ou viuvo, e o nomeado no Prazo comprado. bemfeitorizado, ou hypothecado; qual delles deva preferir? Qual Lei deva ser a norma da Decisão; se a dita Ord., se este Alvara? Em caso bem semelhante diz Amat. Variar. Resolut. 39. n. 67. que « Stante nostro statuto con-« tinuante illico defuncti possessionem in hæredem, prohi-« bita sunt uxori ingressio, et retentio bonorum mariti « pro dotium credito » etc. Concordão com Geurb. Gratian., Posth., e outros Rub. de Buxet. de Confus. Jur. Cap. 2. n. 130.

Opinião em favor do successor.

S. 1314.

Porém eu julgo, que deve preferir na posse o viuvo ou viuva, em quanto se lhe não paga a sua parte do preço TOMO II.

Em favor da viuva para preferir a sua da compra do Prazo, ou das bemfeitorias, ou a divida pela qual o Prazo lhe estava hypothecado com consentimento do Senhorio: e isto 1.º, porque a dita Ord. he huma Lei especial a este respeito; e o dito Alvará he huma Lei geral: e quando entrão em collisão a Lei geral e a especial, fica esta, sem differença de ser anterior, ou posterior, sendo huma limitação da Lei geral, Moraes de Exegut. L. 1. Cap. 4. n. 3., Boehmer. ad Jus. ff. L. 1. Tit. 1. §. 6.

S. 1315.

2.º Porque não ha incompatibilidade juridica para que entre a viuva e o nomendo no Prazo no caso proposto se de o Direito da compossessão em commun (retendo a viuva pelo Beneficio da Ord, e o nomendo pelo do dito Alvará), ex Stryk. Vol. 2. Dispt. 17. de compossessione Cap. 2. n. 66. 67. 68. 69. ubi signanter; Canf. Posth. de Manut. Obs. 72. n. 7.

§. 1316.

Muito mais quando 3.°, o nomeado, ou successor legal do Prezo tem a providencia, de qua Valasc. Cons. 111., qual a de efferecer á viura o prepo das bemfeitorias; vequerer, que ella as jare, deposita-las, etc.; e jazendo o deposito até a verdadeira liquidação dellar, entrar na posse plena, já livre dessa retenção, ex Valasc. supra s. 21., Peg. Tom. 1. ad Ord. in Presen. Gioss. 43. a p.1108.

# CAPITULO XV."

Acção de reivindicação competente ao Emphyteuta e ao Successor do Prazo pará o reivindicar do terceiro possuidor, que o he do todo, ou só de parte delle.

S. 1317.

Devemos considerar a materia deste Capitulo debaixo de dois pontos de vista: ou a reivindicação he proposta pelo proprio Emphyteuta alicoante do todo ou parte

do Prazo: ou he proposta pelo successor à quem pertencia o Direito da successão, se o Prazo se não alienasses, ou deixasse a terceiro.

### ARTIGO I.

Ouando a reivindicação he proposta pelo mesmo Emphyteuta alienante.

S. 1318.

Duppesto, por via de regra, ninguem póde contrapie o proprio facto, Stryk. Val. 6. Disp. 2. - De impugeatione facti proprii — Cap. 1. a., n. 11.; ésta regre se limita, quando to acto impugnado foi nullo por qualquer o proprio facto. caura ou defeito legal; ou quando a Lei o annulla em favor público, etc. etc., Stryk. supra Cop. 3. tot., Sily. ad Ord. L. 4. Tit. 12. a s. 54, Rox. de Incompat. P. 5. Cap. 6. a n. S.

Quando em geral qualquer pode CODITATIO

S. 1319.

Pode portento o Emphyteute alienante reivindicar o Casos especiaes Preso, que alienou: ou 1.º, se a Escriptura são se solemmiseu com os requisites legaes, de quib. Bagn. Cap. 3., Meraes L. 4. Cap. L. ou 2.º, se sendo mener, não intarvierão na alienação, as selemuidades requeridas pela Ord. L. 1. Tit. 88. S. 25. e 26., Cod. Freder. P. 1. pag.: 328.. e a cada! póssor es DB., menos que passados es 25 sanos não esteja ratificada a alienação por algum dos modos que relata Guerreir. Tr., 3., L. 7., Cap., 2. a n. 99.: ou 3.º, se o maristo allenou o Prazo sem consontimento da mulher, ex Ord. E. 4. Tis. 48..: on! 4.º, 🗀 so danalisnação de que so dovio eisa, elle se não pagou, ex. Ord. L. 1. Tit. 78. S. 14., Regiment. dos Eccabecamentos Cap. 20. com a bella exposição de Lima: où 5.º, quando o Prazo he foreiro a alguna dagnelles Senborins, quel fidio referidos no S. 256.; e na Escriptura da venda se não: incorposéu se sertidão da resebimento dell Liaudethius; portuen são mellos as alienaçãos desses Brazos sem essa solemnidade: ou 61°, quando no venda

no Emphyteuta em que póde retractar a alienação

interveio lesão enorme ou enormissima, ex Ord. L. 4. Tit. 13: e como para esse e outros fins se devão avaliar os bens de Prazo; consulte-se a Memoria do Dezembargador Ferreira Cardoso; e o meu Tractado das avaliações: ou 7.º, quando interveio dolo, fraude, medo, violencia, erro, etc. causas communs da nullidade de todos os contractos.

**S. 1320.** 

Quando
não intervierão
estas nullidades
(\$. 1319.)
só
com procuração
do Senhorio
póde o foreiro
reivindicar
o Prazo.

Se porém não intervindo na venda, ou alienação de parte desmembrada do Prazo, algum destes vicios, pode o Emphyteuta mesmo, que a desmembrou e alienou sem licença do Senhorio, reivindica-la, e reuni-la? he assas duvidoso: Rox. de Incompatibilit. P. 5. Cap. 6. n. 21. et 35. com varios DD. assenta que sim, tanto para evitar a pena de Commisso; quanto por cumprir com a Investidura; e que neste caso lhe não obsta a regra == ; quem de evictione tenet actio, eundem agentem repellit exceptio =; como porém só o Senhorio póde arguir a falta do seu consentimento para a alienação e desmembração (\$. 849. no fin., Guerreir. For. Q. 44.); o mais seguro, e que na prática se observa he propor-se a acção pelo Emphyteuta com procuração e assistencia do Senhorio para a reunião d'ambos os dominios, entregando-se perém a posse dos bens reivindicados ao Emphyteuta, segundo as doutrinas de Bagn. Cap. 4. n. 72. 73., Valasc. de Jur. Emphyt. Q. 14. n. 3., Selgad. in Labyr. P. 1. Cap. 27. a. 122. et 123. Confira-se a Nota ao S. 885. e o S. 968. e o 1256. e seguintes.

S. 1321.

Defezas do Réo nesta acção do Emphyteuta.

Desta acção (S. 1320.) se pode defender o possuidor, ou provando o consentimento do Senhorio por algum dos modos referidos a S. 869.; ou com a prescripção ordinaria, que tem lugar de Emphyteuta contra Emphyteuta, ex Carvalh. de Testam. P. 2. n. 396., Valasc. Q. 17. n. 12. et 13., Peg. 2. For Cap. 9. n. 653., Guerrair. For. Q. 70. sub. n. 6.3 mas não procede contra o Senhorio ignorante da alienação, em quanto o Emphyteuta he ficou contribuindo a totalidade da pensão, etc. Veja-se o

exposto nos SS. 1085, e seguintes: quid, se o Prazo for familiar? Vej. infra (S. 1325.)

### ARTIGO II.

Quando a reivindicação he proposta pelo successor.

§. 1322. Pela Investidura não só adquire o dominio ao 1.º Emphyteuta, que lhe produz a acção real de reivindicação de reivindicação (S. 69., e S. 1284); mas a todas os vidas futuras comprehendidas na Investidura: estipulando para ellas, e como seu procurador o primeiro investido; Peg. 3. For. Cap. 28. n. 775. et 829., Lim. ad Ord. L. 4. Tit. 36. S. 1. a n. 20., Cordeir. Dub. 37. n. 68. E por isso firma com outros DD. o mesmo Cordeir. Dub. 38. n. 4. e 5. and a guisibet. Emphyteuta durantibus vitis, tanguam in a concessione comprehensus reivindicare potest resemplya tenticas a tertio possessore detentas, quia dominium « habet utile » letc. B accrescenta que « ita similiter suca cedens in Emphyteusi, post vitas finitas, jure simili haa bet reivindicationis actionem contra quemcumque posses-« sorem » etc.

Acção competente no successor.

Durantes. ou extinctas as vidas.

**S. 1323.** 

Ora: ou este successor pertende reivindicar o todo Quando possa do Prazo, ou só alguma parte desmembrada: se o primeiro, póde em diversas causas fundar sua reivindicação: ou 1.º. se o Prazo foi nomeado em Testamento nullo, em pessoa incapaz, etc. Sendo aliás o reivindicante o legitimo successor ab intestato, etc. Conforme o exposto no Cap. 2. da 2.º Parte: ou 2.º, em collisão de nomeações, se a sua prefere, conforme o exposto nas Theses desde o S. 498.: ou 3.º, se se nomeou pessoa incapaz, etc. etc.

o successor reivindicar o todo.

S. 1321.

Se o Prazo foi alienado no seu todo pelo antecessor em algum dos casos em que não podia alienar-se em prejuizo dos successores, que se achão entre os referidos a \$. 640.: ou arrematado por dividas nos, casos em que a arrematação não prejudica aos sucçessores, ainda consentindo o Senhorio, ut a \$. 960.: ou se não inseriu na venda a quitação dos Laudemios; sendo delle Senhorio algum dos referidos no \$. 856., etc., etc.

**S. 1325.** 

Que obsta,
ou não
a exta
relvindicação
do todo.

A esta reivindicação (§. 1324.) nem obsta ser o reivindicante herdeiro do alienante (sej. §, 967.), nem obsta a prescripção ordinaria, sende familiar o Brazo, Peg. 3. Foz. Cap. 28. a. 120., Pinheir. de Emphyt. Disp. 1. Sect. 2. §. 2. u. 44., Stryk. Vol. 8, Disp. 28. — De Jure successaris in revocandis bonis familiar—§. 33. junto o §. 46. Altimar. ad Rovit. L. 1. Obs. 2. u. 4. y. Api cero.

1 S. 1326.

Quindo parte?

Se o succesor pertenda reivindicar alguma parte desmembreda do Prazo pelo antepossuidor, sem consentimento do Senhario; e elle, que não alienou, o péda fazer, ainda independente de procuração do Sonhatio pelo Direito proveniente da Investidura (S. 1322.); e melhar se com procuração do Senhorio (S. 1756- e seguintes, a 1320.)

# INDICE GERAL.

O numero simples mostra o S.: quando he precedido da letra — a — indica continuação de mais SS. sobre o mesmo objecto: — N — quer dizer — Nota —: — remissive:

agodes.

Acções competentes no Selmiorio para diversos mis, Parte I. Acções para minuliar o Empraximento per milidade, Silesão, a 1190: Vide Mullidade, Lesão.

Acções de Commisso pelas varias causas por que este se incorre, a 1103.

Acção competente ao Senhorio contra o Emphytenta, para declarar as Terras sujeitas; a 1242.

Acção competente ao Senhorio contra o Emphyteuta, para lhe exhibir o Emprazamento, a 1245. Vide Exhibição. ~

Acção competente ao Senhorio pelo seu dominio directo, para reivindicar, e reunir as partes desmembradas, para fases libertar o Prazo de Servidões, Gensos, etc., a 1256.

Acções possessorias competentes ao Senhorio contra o Emphyteuta; ou contra terceiro, a 1260.

Accors competentes ao Seuhorio para exigir a pensão, ou contra o Emphytenta, ou contra terceiro possuidor, a 1264. Vide Peneão.

Acções para exigêr o Laudemio, a 1281.

Acções competentes ao Em- 275, 277.

phyteuta contra o Senhorio, e contra terceiro, tanto petitorias como possessorias la 1284.

Antes da tradição das terras do Etrophyteuta só compote a este huma acção pessoan pula este fim. 1264.

terceiro não lhe basta a simples Investidura, he necessario provar que o Senhorio tinha o dominio, 1284.

Acção competente ao Emphylituta contra o Senhorio pela evicção, a 1285. Vide Evicção.

Acções possessories combetentes ao Emphyleuta contra o Senhorio, a 1288. Vide Posse.

Acção para rescindir o Prazo por Lesão, ou para requerer diminuição de pensão, 1291.

Acção competente ao successor para reivindicar o Prazo, 1902

Acção de reivindicação, 1317. Vide Reivindicação.

Acção possessoria competente pelo beneficio do Alvar. de 9 de Novembro de 1754, a 1293. Vide *Posse*.

ACCRESCER.

Se o direito de accrescer tem lugar nos Prazos quando são muitos instituidos herdeiros, 275, 277. Se tem hoje lugar nos bens livres, 276.

ACTO.

Requisitos para a validade de qualquer acto, 17.

ABVOGADO.

....

. Póde receber Emprazamentos do seu Cliente, 50. N.

#### AFORAMENTO.

O que era nos antigos tempos. 4.

Embargos ás Provisões de aforamentos, 34. N. Vide Emphyteuzi.

ÁLIENAÇÃO.

Alienações dos Prazos, Parte IV.

Prohibição de alienação sem consentimento do Sephorio, sob pena de Commisso.—Que se comprehende na palayra alienação — Quando se incorre a pena — Quando cessa, e se exclue, a 809. 1256.

Que consentimento se requor para a alienação do Prazo, \$10. Na palavra alienação se com-

prehende todo o acto por que se transfere o dominio, 813.

Quando pela venda sem o consentimento do Senhorio se incorre, ou se excusa o commisso, a 814.

Razões da prohibição de alienação sem consentimento do Senhorio, 814. N.

He necessario para proceder a Lei huma venda perfeita, 815.

-Não procede quando he simples tratado, 813.

-Nem quando houve só a

promessa de vender por tanto, 816.

-Nem quando falta a tradição, 816.

—Se basta a tradição ficta para ter lugar a Lei, 816. N.

A Lei procede em todos os casos em que se transfere o dominio sem tradição, 816.

Tem lugar a mesma Lei nos Prazos Ecclesiasticos, 818.

Procede tambem nos Prazos fateuzins perpetues, 819.

Bers Reguengos podem livremente alienar-se sem consentimento da Coróa, 819. N. 2. Casos em que cessa a Lei, a 820.

1.º Quando não houve a tradição.

 Quando a venda he em hasta publica, basta que depois se peça o consentimento.

3.º Quando a venda he nulla, 820.

4.º Em quanto se não pagou o preço, 821. 822. 5.º Se houve distracte da venda antes que o Senhorio ac-

cusasse o Commisso, 823. 6.º Quando o vendedor rime antes de accusado o Commisso,

7.º Quando a venda se fea com o pacto da Lei Commissoria, se o comprador até o dia aprazado não paga o preço, 825-

8.º Quando a venda se celebra com o pacto — salvo o consentimento de Senhorio — 826.

— Cessa esta limitação 1.º Quando a alienação he em pessoa poderosa — 2.º Quando se não noticiou ao Senhorio em 30 dias, 826.

9.º Quando hum consorte do

Prazo vende a outro consorte alguma porção delle, 827.

10.º Quando ha costume de se alienarem os Prazos sem consentimento do Senhorio, 828.

—Hum tal costume livra da pena, mas não tira ao Senhorio o direito da opção, 828.

11.º Quando o vendedor tem dúvida na qualidade dos bens, 829.

Procede o mesmo na dação em pagamento que se equipára á venda, 829.

Quando pela permutação sem consentimento do Senhorio se incorre em Commisso, 830.

Quando pela doação, ou dote, 831.

Quando se podem, ou não alienar as Bemfeitorias do Prazo, com consentimento do Senhorio, ou sem elle, 832. Vide Bemfeitorias.

Quando se possa constituir Censo nos bens do Prazo, com, ou sem consentimento do Senhorio, a 833. Vide *Censo*.

A constituição do Censo não he propriamente alienação, porque o Emphytenta sempre fica conservando o seu dominio util, 833.

Se o Emphyteuta sub-emphitenticando sem consentimento do Senhorio incorre em Commisso, 838.

Se o Emphyteuta póde constituir Servidão, ou usufructo sem pena do Commisso, a 840. Vide Servidão, usufructo.

O Emphyteuta póde alienar durante a sua vida as commodidades do Prazo, 843.

Se o Emphyteuta póde hypothecar o Prazo sem auctoridade Successores, a 939.

TOMO II.

do Senhorio, a 845. Vide Hypo-theca.

Quando o Emphyteuta póde transaccionar sem auctoridade do Senhorio, 848. Vide *Trans*acção.

Divisão do Prazo sem consentimento do Senhorio, a 849. Vide Divisão.

Se o Commisso se incorre pela alienação de parte do Prazo, 852.

— Perde-se o todo sem dúvida:

1.º quando o Emphyteuta aliena as terras do Prazo, como livres. 854.

2.º Quando se vende a maior parte do Prazo, 854.

Em que tempo deve intervir o consentimento do Senhorio? Que pessoas são habeis para o prestar? Quid, sendo muitos os Senhorios? Elle prestado he irrevogavel, a 855. Vide Consentimento.

De que alienações se devão Laudemios, a 1005. Vide Laudemio.

Sendo muitos os Consenhorios directos, como se ha de obter o consentimento, a 863. Vide Consentimento.

Como se possa provar o consentimento do Senhorio, para todas as especies de alienações, e como presumir-se, a 869. Vide Consentimento.

A palavra venda, ou escambo comprehende toda a alienação, 891.

Quando na alienação por venda compete a opção e prelação, a 892. Vide *Opção*.

Quando intervindo o consentimento do Senhorio se póde alienar o Prazo em prejuizo dos Successores, a 939.

38

Os hereditarios puros são como allodiaes, e podem alienar-se em prejuizo dos Successores, 940.

O Praze hereditario mixte tambem póde alienar-se em prejuizo dos Successores, mas nomear-se só nos chamados na Investidura, 941.

-Alguns DD. sentem o contrario, 941. e N.

Se são em fateuzim para filhos, e descendentes, sem menção de herdeiros, e Successores, não podem alienar-se em prejuizo da familia, 942.

Que qualidade de Prazos de Vidas, ainda que de provi--dencia para filhos, e familia, se podem livremente alienar, 943.

Tem-se tambem como Prazos moviter adquirides, para o fim da alienação, os que o pai adquiriu por compra, troca, serviços, ou outro qualquer Titulo oneroso, 944.

— Limita-se, se o Prazo foi concedido ao Pai em contemplação do filho — Ou se estando 'este presente á concessão para filhos, acceitou, 945.

— Por que conjectaras se possa interpretrar ser o Prazo concedido ao Pai em contemplação do filho, 945. r.

Se o filho successor do primeiro acquirente o confere a seus Irmãos, veio em effeito a compra-lo, a ficar como primeiro acquirente, e a poder aliena-lo, 946.

Os Prazos de Nomeação livre. ainda antigos, podem alienar-se em extranhos, 947.

Os Prazos concedidos para

delles de livre Nomeação, tambem se podem alienar, 948.

Sendo antigo em tres vidas. marido, mulher, e filho, e faltando este de livre Nomeação, se este com effeito morre em vida de Pai, ainda que lhe fique hum neto póde alienar-se, 949.

Se o Prazo antigo concedido para filhos, e netos, pode alienar-se em prejuizo de huns, e outros com licença do Senhorio. 950. 951.

Se o Prazo, em que na falta de filhos, e netos são chamadas pessoas da familia, se póde alienar em prejuizo destas, a 952.

Se a Clausula, de que o Pram se não poderá vender sem consentimento do Senhorio, revoga a vocação antecedente da.familia, a 953.

Consentindo o filho ou immediato Successor na alienação. cessa toda a duvida, 955. N.

--- Mas como ainda póde ser disputavel se prejudica a seus filhos, a cautella he, ser nomeado este filho, ou Successor em terceira vida, e vender elle juntamente; ou recompensar o Pai ao filho com o equivalente no seu terçe, 955. N.

Estando os Prazos em terceira vida, ainda familiares, he quasi sem dúvida poderem vender-se, a 956.

O que succede no direito da Renovação do Prazo familiar, ainda que não póde nomea-lo em estranho, póde vende-lo, 959.

Em todo o caso póde vender-se o Prazo de previdencia, ainda em prejuizo dos Successores: 1.º, intervindo Regia Faculdade; 2.º, sendo costume da Provincia, ou filhos, ou netos, e em falta dos Prazos do mesmo Senhorio; 8.°, sendo para urgentes necessidades; 4.°, quando a venda he util ao filho, 960.

Em toda a especie de Prazo o Emphyteuta prejudica ao Successor quando incorre em Commisso, por contravir o contracto, damnificar as fazendas, etc., 961.

— Menos se houve fraude no Emphyteuta para prejudicar ao Successor, 962.

— Quaes sejão as conjecturas da fraude neste caso, 962. r.

Em todo o caso em que o Emphytenta póde alienar o Prazo em prejuizo dos Successores, póde tenuncia-lo nas mãos do Senhorio, 963.

--- Quid, sendo o Prazo de providencia para filhos? 963.

Em todo o caso em que se póde alienar o Prazo, se póde gravar transigindo. 964.

Quando se póde alienar o Prazo no todo, se póde tambem em parte, constituindo Censo, etc., 935.

Se o Prazo permitte vender-se ás Pessoas da familia, sendo estas afrontadas, e não o querendo, perdem o direito, 966.

Em todos os casos em que o Prazo se póde alienar, não podem os Successores reivindica-lo, 967.

Se o filho herdeiro do Pai póde reivindicar o Prazo que não podia alienar-se, 967.

A venda do Prazo, aliás inalienavel, sempre subsiste em vida do alienante, 968.

— Póde o alienante reivindica-lo com consentimento do Senhorio, 968. Vide 1318.

Quando se póde penherar o Prazo, a 969. Vide Penhera. Se para a alienação he necessario o consentimento do usofructuario e proprietario juntamente, ouse basta de hum delles, 1027. N.

Póde haver costume de se fazerem as alienações sem se impetrar licença do Senhorio, 1109. N.

Acção do Senhorio para reivindicar os bens alienados, a 1256.

Se o defuncto tiver alienado o Prazofamiliarinalienavel, não passa a posse para o legitimo Successor, 1299.

Se o mesmo Emphytenta alicnante póde prepor a acção de reivindicação, a 1318. Vide Reivindicação.

### AMORTISAÇÃO.

Se os Corpos de mão morta podem adquirir, ereter, 49. N., 261. N.

--- Como podem? E quando não se lhe deve a estimação, 261. N.

#### ARRENDAMENTO.

Moveis podem arrendar-se, 46. N.

Regras para distinguir o Emphyteusi da Locação, 73.

Na dúvida se deve julgar antes Locação que Emphyteusi, 76.

Em que confere, ou differe a Emphyteusi da Locação, a 86., e 93. N.

Substanciaes, e accidentaes do Arrendamento, a 86.

Como se verifica a Lesão nos Arrendamentos, 92.

Successor particular não he obrigado conservar o Colono, 93.

Circumstancias para presumir colonia a pensão de que não apparece Titulo, a 127.

Colonia nestes Reinos he im-

prescriptivel, 127.

Se as propriedades só produzem fructos de annos em annos, só pelos annos em que os produzem se regula o annual pagamento da pensão, 714.

Arrendada a vinha, ou olival, extincto este ou aquella acaba o arrendamento, 753. N.

— Aliter no Prazo, 753.

Podem nos arrendamentos salvar-se as esterilidades, 756.

Quando se fizer a remissão da pensão por esterilidade, deve ser logo nesse anno, sem esperar o anno fertil, 760. N

Arrendamentos de dez annos já não transferem o dominio util, 811.

· Quando no Arrendamento tem lugar o direito da Opção, a 909.

Vencida a cousa arrendada satisfaz o Senhorio entregando outra igual ao Arrendatario, 1287 Vide Colono.

#### ARVORES.

Quando pelo corte dellas se incorre em Commisso, a 621.

Quando o Emphyteuta em lugar das arvores que cortou plantou outras, alguns o excusão de Commisso, a 627.

A Silva Cedua se connumera entre os fructos, e o que seja, a 628.

Que arvores póde cortar o Emphytcuta, e de quaes aproveitar-se, a 631.

Quando os Pinhaes são, ou não Silva Cedua, a 633.

Qwid, quando a maior parte do Prazo consiste em arvoredos? 634.

#### ASCENDENTES.

Successão dos Ascendentes, a 187.

Só succedem nos Prazos de livre Nomeação, 188.

- Não nos familiares, 189.

— Só sendo os Pais da linha donde provém o Prazo, 190.

— Quid nos Morgados? 190.r. O Pai succede no Prazo de Nomeação ao filho legitimado por elle 191.

Successão dos Avós, quando concorre paterno e materno, 192.

Os Ascendentes, ainda que não fação inventario succedem nos Prazos, não nos bens livres, 193.

#### AVENÇA.

Avença entre o Rendeiro, e Foreiro excusa da pena, 674.

-Porem esta avença não obriga os Successores, 674.

#### AUGMENTOS.

Em todo o caso se devolvem ao Senhorio os augmentos do Prazo por alluvião, 1117.

Devolve-se com a Servidão activa, 1.117.

Devolve-se tambem o predio prescripto para o Prazo pelo Emphyteuta, 1118.

Devolvem-se tambem para o Senhorio as Bemfeitorias ex vi do Contracto, 1119.

#### BALBUCIENTE.

O halbuciente póde testar, nomear, e doar, 325.

#### BASTARDOS.

Reputão-se Estranhos, 165. Se estes se comprehendem ou não na vocação de filhos, 167.

Circumstancias por onde se podem entender chamados os filhos Naturaes, 172.

#### BEMFEITORIAS.

A obrigação de bemfeitorizar tambem se computa como parte de pensão, 57. N., 607. 608.

Póde estipular-se com o Arrendatario, ou Emphyteuta o fazerem Bemfeitorias, e não se lhe pagarem, 91.

A mulher não communica nas Bemfeitorias, ou preço do Prazo comprado antes do matrimonio, 336. N.

Em que casos se ha de conferir a estimação dellas, a 515.

Que Bemfeitorias feitas no Prazo devem conferir-se, e como estimar-se, a 578.

A mulher não communica nas Bemfeitorias foitas antes do matrimonio, 580.

O Successor do Prazo só deve pagar á mulher metade das Bemfeitorias feitas na constancia do matrimonio, 581.

Quaes sejão as Bemfeitorias pequenas fica ao arbitrio do Julgador, 583.

-Como se deva regular este arbitrio, 583. N.

Quaes sejão as Bemfeitorias que se devão fazer necessitate juris, 584.

Quaes as necessitate conventionis, 585.

Não se reputa Bemfeitoria a das Bemfeitorias, a 609.

porção do Maninho que se foi juntando ao Prazo, 586.

— Menos se o Senhorio do Prazo o he tambem dos Maninhos, 586.

. — Nem tambem as Terras extrinsecas que o Emphyteuta lhe juntou, 586.

Mas se o predio se augmenta por alluvião se reputa emphyteutica a parte acrescida, 587.

Como sedevão provar as Bemfeitorias quando se trata da sua imputação, 588. N. r.

As Bemfeitorias se devem arbitrar por Peritos na materia sugeita, 588. N. r.

As Bemfeitorias não se conferem quando já huma vez forão conferidas, 589.

-Nem quando o Prazo he deixado a estranho, 591.

Quando o Nomeado no Prazo se abstem da Herança, e as Bemfeitorias não excedem a Terça do Pai, que antes não tem sido consumida, 592.

Obrigação que tem o Emphyteuta de bemfeitorisar o Prazo, a 604.

Póde convencionar-se a obrigação de fazer Bemfeitorias, 604.

Faltando a convenção he só o Emphyteuta obrigado ás modicas, ou ex necessitate juris, 605.

- Estas não se podem repetir, 605, 606.

—Estas podem convencionar-se como parte da pensão; e para se não satisfazerem pelo Senhorio, ou pelos Successores ao Emphyteuta, 607, 608.

Quando o Senhorio adquire o Prazo por compra, ou outro Titulo, não deve fazer desconto das Bemfeitorias, a 609. Que as Bemfeitorias cedão para o Senhorio no caso da comsolidação, sem elle ser obrigado a satisfaze-las, a 610.

Ainda que na Investidara haja a generica obrigação de melhorar, faltando pacto expresso, só se entende das modicas, 610.

As modicas cedem para o Senhorio sem obrigação de as satisfazer, 611. 612. 613.

As Bemfeitorias a que o Emphyteuta não he obrigado conferem-se entre os Coherdeiros, e he transitoria a elles a sua estimação, 613. N.

A que reparações está obrigado o Emphyteuta, a 636.

Se para evitar o Commisso tem lugar a compensação das Bemfeitorias com as Damnificações, 640.

Quando se podem alienar Bemfeitorias com consentimento do Senhorio, ou sem elle, 832.

Bemfeitorias affixas não se podem alienar sem consentimento do Senhorio, 832.

—Sim as separaveis ainda que contiguas aos predios, 832.

Quando se possa fazer execução nas Bemfeitorias, para pagamento de dividas, 832. N. 977. 990.

— Prática de penhorar as Bemfeitorias, 990. N.

Quando se devolve o Prazo ao Senhorio passa com as Bemfeitorias ex vi do Contracto, etc. 1119.

Se o Senhorio póde não querer as Bemfeitorias, e consentir que o Emphyteuta as arranque, 1121.

Se tem lugar na Praxe o abrasio das Bemfeitorias, 1121. N. Quando deva o Senhorio pagar as Bemfeitorias feitas durante a accusação do Commisso, 1122.

Como se deva fazer a avaliação das Bemfeitorias das casas: se juntas, se separadas, 1123.

Se o Senhorio deve pagar as Bemfeitorias pelo menos que custárão, ou pelo que augmentárão o valor do Prazo, 1124.

O mais occorrente sobre Bemfeitorias em Prazos, 1124. N. r.

Quando o Successor do Praze concorre na posse com a Viuva, cabeça de Casal nas Bemfeitorias, póde aquelle requerer, que esta as jure e deposita-las, 1316.

BENS.

Que bens se podem emprazar, 17. 40.

Devem arrendar-se, ou emprazar-se bens certos, 55.

Prazos de Vidas connumerão-se entre os bens dos defunctos, 147.

Debaixo da Nomenclatura de Bens se comprehendem os Prazos, 209.

Os Prazos são como huma terceira especie de bens do Devedor, 970.

#### CABEÇA.

Divididos os predios Emphyteuticos entre os consortes, obrigação que tem de elegerem entre si Cabeça. — Quando se excusem desta obrigação. — Convencidos, como devão ratear o foro, a 726.

Quando as Pensões são censuarias não ha necessidade de requerer Cabeça, 726. Se na Emphyteusi tem o Senhorio o direito da hypotheca, para exigir o solido de hum, 727.

-Neste caso ha o remedio de Cabeça, 728.

Defezas dos Foreiros paranão elegerem Caheça, a 729. 730. 732. 733.

-Impugnações destas defezas. a 730.

Tolerados os costumes de se dividirem os Prazos ficão tantos Prazos quantos os predios divicidos, 730.

O Senhorio he obrigado fornecer aos Foreiros todos os Documentos que tiver, para se apurarem as Terras, e repartir por ellas o foro, 733. N. 1.

Se os Foreiros elegem, ou são obrigados oleger cabeça, deve fazer-se a eleição de anno em anno, ou de tres em tres annos, perante o Juiz, 733. N. 3.

—A Eleição deve fazer-se a votos, 733. N. 3.

Nenhum privilegio excusa de ser cabeça porque he onus real, 733. N. 3.

Em quanto o Foreiro não entrega a Sentença está responsavel pelo total della, 733. N. 3.

### CADUCAÇÃO.

Quando caducão ou não as Nomeações revogaveis, ou irrevogaveis, 458.

A caducação tem lugar não só nas Disposições testamentarias, mas nas Doações causa mortis, 465.

Para evitar a caducação dos Prazos basta que se verifique huma simples tradição delles, 469. N.

#### CAPELLA.

Se os Bens de Capellas se podem emprazar, 32.

#### CASAS.

Como se hão de aforar os Terrenos para Casas, 34.

Se as casas se incendiarem por culpa do Emphyteuta, deve reforma-las, e pagar no entretanto a pensão, 751.

Quando o incendio se presuma casual.—E quando o Senhor fica obrigado pela culpa dos Familiares, 751. N.

Se se deve fazer remissão da pensão, ou póde o Emphyteuta largar as casas com medo de Espectros, 761. N.

#### CASOS.

Casos fortuitos quaes sejão, 755.

Qual seja o caso insolito e incogitado, 758. N. r.

### CEGO.

O Cego póde celebrar todo o contracto, e nomear o Prazo, 319.

#### CENSO.

Distincção do Emphyteusi, e do Censo, 77.

Na dúvida se deve interpretar Censo, e não Emphyteusi, 79. O que seja Censo, 77. N.

**78.** 94.

Em que difere o Emphyteusi do Censo, 94.

Que pactos admitte o Censo,

94. N. - Em falta de Titulo a pensão se

presume Censuaria, 119. Vide a 125.

Os Censos não forão conhecidos pelo Direito Romano; mas vierão do costume, approvado pelo Direito Canonico, 123. N.

Circumstancias para julgar Censuaria a pensão em falta de Titulo, a 125.

Se o Censo se deve presumir perpetuo, ou remivel, 126.

Nas pensões Censuarias não ha necessidade de requerer Cabeca, 726.

— Porque de qualquer compossuidor de hum predio Censuario se póde exigir o todo, 726.

Se póde haver prescripção contra o Senhorio de exigir o foro rateado, 726. r.

Nos Censos póde pactear-se a prelação, 817.

Quando se possa constituir Censo nos bens de Prazo, com consentimento do Senhorio, ou sem elle, a 833.

A constituição do Censo não hepropriamente alienação, porque o Emphyteuta sempre fica conservando o seu dominio atil, 833.

Ainda quando no Emphyteusi ha hum expresso pacto de se não constituir Censo, o Emphyteuta não incorre em Commisso constituindo-o: 1.º, sendo este remivel, e remindo-o antes de accusado o Commisso, 834.: 2.º, sendo o Emphyteuta rustico: 3.º, o Prazo hereditario perpetuo: 4.º, em outros casos, a \$. 820.: 5.º, sendo menor o constituinte, 834.

—O mesmo sendo o Censo constituido nas Bemfeitorias, 835.

—Por quanto tempo dura este Censo. 835.

Quando o Censo dura só em vida do Emphyteuta, como elle faz diminuir o seu valor, vendendo-se ha-de pagar o Laudemio com respeito ao seu justo preço sem o Censo, 836.

Devolvendo-se o Prazo ao Senhorio, ou passando ao Successor, quando vai com o Censo, ou sem elle—Quando se disputa ou não a validade do Censo, 836. N.

Se o Censo no Prazo he immemorial, subsiste, 837.

Quando na constituição do Censo tem lugar o direito da Opção, a 909.

Não se develaudemio da constituição do *Censo*, só quando intervem consentimento do Senhorio, 1020. N.

#### CERTEZA.

Devem emprazar-se ou arrendar-se bens certos, 55.

Como se certificão os bens do Emprazamento, 55. N.

No Emprazamento, 55. N.
No Emprazamento deve estipular-se pensão certa, bem como
na Locação, e na compra o preco. 56.

A incerteza vicia todo o acto. 278.

CESSÃO.

Se na Cessão universal se comprehende o Prazo, a 506. 512.

Se o direito da Opção se póde ceder, 918. N. Vide Opção.

CLAUSULA.

Se a Clausula codicillar faz

valida a Nomeação em hum Testamento nullo, 246. N.

-Hoje os effeitos desta Clausula estão abrogados, 246. N. Clausula constituti tem ef-

feito de tradição symbolica,

---A reserva do usufructo.tem o mesmo effeito, 400.

As Clausulas contrarias nos Instrumentos devem conciliarse - As ultimas declarão as primeiras, 954.

Clausulas consuetudinarias sempre se subintendem nas Escripturas, ainda omitidas, 1268. N.

CLERIGOS.

Podem receber bens de Emprazamento, 48. N.

Se o filho Clerigo succede nos Prazos, 150.

Não estão isemptos da prestação dos Tributos, 595. N.

CITAÇÃO.

Nos Executivos he erro principiar por penhora sem citação, a 1269.

Os Credores devem interpellar os Devedores antes que os demandem, 1270.

Em todo o Juizo, por mais sammario que seja, deve a citação preceder a todo outro procedimento, 1270.

Toda a Execução que se faz por qualquer Magistrado, sem previa Citação do Devedor, he hum facto despotico, 1270.

COLLAÇÃO.

O direito da Collação só he ma vontade, 539. praticavel entre Descendentes TOMO II.

legitimos, herdeiros necessarios, e não entre legitimados, Irmãos, Ascendentes, ou outros herdeiros, 516.

Quando hum dos herdeiros he prolegatario do Prazo cessa. nelle a obrigação de conferir a sua estimação aos outros, 516.

Collação do Prazo fateozim, a 517.

O filho a quem o Prazo fateozim foi dado em Dote não está obrigado a conferir os fructos que percebeu em vida do Pai, 525. N.

Collação do Prazo de Vidas adquirido pelo Pai por titulo oneroso, a 530.

O filho tem obrigação de conferir o que o Pai gastou em reivindicar o Prazo, ou o que deu em composição para elle lhe ficar, 532. N. 5.

--Ainda quando o Pai renuncia o Prazo nas mãos do Senhorio, para o dar ao filho, 533.

O mesmo procede nos Bens da Corôa, juros, e Tenças Reaes,

Tem lugar a Collação ainda quando o Prazo está em ultima vida, 535.

O excesso do valor das fazendas vendidas, e emprazadas pelo Pai deve conferir-se, 536.

Também se confere quando o Prazo for dado ao Pai em Dote estimado, 537.

Casos em que cessa a obrigação de conferir a estimação do Prazo adquirido por Titulo oneroso, a 538.

Não ha obrigação de conferir a estimação do Prazo comprado, quando foi dado por ulti-

Obrigação de conferir, ou não

Digitized by Google

o Prazo, que não sendo comprado foi dado em vida com reservado usufructo, ou sem elle, a 545.

A razão por que se confere a estimação do Prazo dado em vida, a 568.

#### COLLATBRAES.

Successão dos collateraes nos Prazos, a 194.

Na Successão dos Collateraes « Non est curandum de sexu nisi in gradu, nec de ætate nisi in sexu » 194.

Nos Prazos de Nomeação succede o mais proximo, ainda que não seja da linha donde provém o. Prazo. 195.

-Nos familiares o mais proximo da linha dende provém o Prazo, 196.

Se o Irmão bilateral prefere na Successão ao unilateral, 197.

Ao Irmão segundo succede o primeiro, e não o terceiro seguinte. 198.

O sobrinho exclue os Tios unilateraes do Pai no Prazo famíliar, de cuja familia não são os Tios. Mas não nos Prazos de Nomeação, 199.

Como se devão computar os gráos, 200.

Se o natural do Peão succede aos Consanguineos paternos, 201.

#### COLOHO-

Quando e em que casos a Sentença inter alios se presuma obtida per Caloio, 1050. N. r.

Quando se trata de annullar conservar o Co a venda do Prazo para se restituir o Laudemio, e o Senho-

rio presume Coloio, póde assistir á demanda, 1050. N Ninguem he attendido allegando a propria torpeza, 1051.

Se a Colonia parciaria tem ou não a natureza de sociedade, 662. N.

colono.

O Colono que cultiva malfica obrigado, como se cultivasse bem, e houvesse maior produccão: 662. N.

A quem incumbe provar se o Colono cumpriu ou não o seu dever, 663.

Quando se perde a primeira semente deve o foreiro semear segunda vez. E quando a póde o Colono repetir. 663. N. 668,

O Colono parciario por costume deve por a semente, 663. N

Obrigações dos Colomos parciarios, a 664.

Colonus ergo Fur, 664.

Antes da Colheita póde ser avixado pelo Senhorio, para que não recolha os fructos sem lhe dar parte, 664. N.

Partilha dos fructos entre o Colono parciario, a 665.

O Colono parciario não póde repetir as sementes, 667.

— Se a Palha deve entrar nesta partilha, 667. N.

— Se os fructos das arvores, 667. N.

— Quid, quando os fructos se perdem? 669.

Excusas do Colono parciario, a 671.

Se o Senhorio he obrigado a conservar o Colono quando se lhe develve o Prazo, 1127. Vide Arrendamento.

#### COMMENDADORES.

Se os Commendadores podem emprazar, 25.

#### COMMISSO.

No Prazo de Bens do Emphyteuta vendidos ao Senhorio, e emprazados, só tem lugar o Commisso n'huma parte respectiva ao preço da compra, 105. N.

' Quando se incorre por deteriorações, variações de Cultura, córtes de arvores, etc., a 614.

Quando o Commisso se excusa por ser modico o córte das arvores, sempre fica responsavel ao Senhorio pelo damno. 634. N.

Se para se evitar o Commisso tem lugar a compensação das Bemfeitorias com as Damnisicações, a 640.

Circumstancias para proceder o Commisso por Damnificações. a 642.

- 1. Deve provar-se o estado antigo, e o presente, 642.
- 2.º Exculpa-se pela pobreza; pagando-se a pensão, e cultivando melhor, 643.
- 3. Deve ser accusado em vida do Emphyteuta, que deteriorou, 644.
- 4. Rvita-se, se o predio se póde reduzir ao estado antigo. 645.
- 5. Se o Emphyteuta rime, 645.

Havendo na Investidura a pena, de que não pagando até certo tempo se pagar o dobro, se exigindo-se a pena se póde accusar depois o Commisso, 683.

pelo Senhorio, mão se liberta delle o Emphyteuta offerecendo a pena, 683.

Quando por falta do pagamento da pensão se incorre em Commisso, a 762.

Póde contractar-se que não pagando o Emphyteuta porhum só anno incorra em Commisso.

- -Bem intendido, que produzindo os predios fructos só de annos em annos, cada producção se intende hum anno. 762.
- Se o Emphyteuta faltando ao pagamento só em parte, só perde parte ou o todo, 763, 764.

A pena do Commisso incorre-se:

- 1.º ainda que a pensão seja pequena:
- 2.º ainda sem interpellação do Senhorio, 765.
- 3.º Se o Emphyteuta não pagando hum anno aliena o Prazo: e o Successor não paga, 766.
- 4.º Ainda o¶e o Senhorio directo ceda o Prazo, avizando-se o Emphytenta, 766:

5.º Quando o Emphyteuta he obrigado a leva-la a casa do Senhorio. 766.

Se estando o Prazo dividido. e rateado o foro, a falta de pagamento de hum Consorte prejudica aos outros, 767.

Se consistindo a pensão do Prazo em quota de fructos tambem se incorre esta pena, 709,

Que pessoas, ainda sem causa, pódem ser exculpaveis desta pena, a 770.

1.º O Ignorante, 770.

2.º O Menor, 771.

·3.º Se o marido a respeito do - Accusando-se o Commisso | Prazo dotal da mulher, 772.

4.º Se o Pai a respeito do Prazo adventicio do filho, 773.

Casos em que pela duvida de serem ou não de Prazo os bens se evita esta pena, a 774.

1.º Se o Emphyteusi não he expresso, e ha duvida com outro contracto, 774.

Pela negação plauzivel da qualidade Emphyteutica se não incorre no Commisso, 774.

- 2.º Se o Prazo he improprio ou remivel, 775.
- 3.º Se o Senhorio paccionon, que nunca por falta de pagar a pensão incorreria nesta pena, 776.

Causas que excusão desta pena aos Emphyteutas, a 777.

- 1. A ignorancia. Como es-
- 2. Em quanto o Emphyteuta não possue o Praso, 778.
- 3.ª Se o Senhorio era obrigado mandar buscar a pensão a casa do Emphyteuta, 778.
- 4.º Se o Senhorio era devedor ao Emphyteuta de igual quantia, 780.
- 5. Quando o Emphyteuta não póde disfructar o Prazo, 781. 782.
- 6.º Se o Emphyteuta estêve impedido para pagar, 783.
- Se a pobreza excusa, 783.
  7.º Se dois Senhorios contendem entre si a quem pertencem o dominio directo. Porém o Emphyteuta he obrigado fazer
- Deposito. 784. 8.º Quando a pensão está embargada na mão do Emphyteuta, 785.
- 9.º Se o Emphyteuta tem pago ao Senherio, ou Procurador intruzo, ou ao Pai do Senhorio, 786.

10. Quando algum terceiro ou credor do Emphyteuta pagou por este, 787.

11. Se o Emphyteuta offareceo congruo loco et tempore a pensão ao Senhorio, 788.

Casos em que cessa a accusação do Commisso, a 789.

- 1.º Apurgação da mora Quid, se ha pacto de se não poder purgar a mora? 790.
- Quid, não o havendo? 791.
- -Nos Prazos Ecclesiasticos se póde purgar a mora até a contestação da Lide, 793.

2. Se depois de incurso o Commisso o Senhorio vende o Prazo sem declaração alguma, 794

- Quando se intende vendido o direito de accusar o Commisso, 794.
- 3.º Se o Senhorio em quanto vivo não declarou a sua vontade, 795.
- Muito menos quando concorrem algumas conjecturas, de que o Senhorio o tinha remittido, 796.
- Casos em que o Successor póde accusar o Cemmisso: Quando o Senhorio em quanto vivo o ignora: Quando tem impedimento: Quando morreu breve: Quando em sua vida declarou querer usar do Commisso: Quando este he por alienação sem consentimento do Senhorio: Quando os herdeiros do Senhorio o oppoem por Excepção, 797. 798. 799.
- 4.º Sendo ob non solutum canonem contra os herdeiros do que o commetteu, 800.
- Excepções desta regra, 800 N.

quinquennal, 801.

· 6.º Quando o Senhorio depois de incurso o Commisso recebe as pensões passadas, e seguintes, 802, 803, 804. Vide

- — Ainda que o Senhorio proteste pelo Commisso, 804.

- —Casos em que este protesto conserva o direito do Commisso. 804.
- -Não se intende renunciado o Commisso; pelo recebimento das Pensões; quando 1.º, o recebimento foi parcial: 2.º, o Senhorio era ignorante do Commisso, 805.
- ·-- Neste Reino parece, que o simples recebimento das Pensões não remitte o Commisso. 806.

A quem ingumbe a prova da falta da solução da pensão para accusar o Commisso por esta causa, 807.

--- Como póde provar-se, 807.

O Senhorio póde accusar o Commisso por falta das pensões, e pedir juntamente as mesmas, 808.

Commisso por alienação sem consentimento do Senhorio, a 809. Vide Alienação.

· Se o Emphyteuta subemphytenticando sem consentimento do Senhorio incorre em Commisso, 838.

Se o Commisso se incorre pela alienação de parte de Prazo, a 852.

Para remittir o Commisso já: incueso he necessario mandato especial, 860.

Quando, e em que casos se julgue pelo recelsimento de 1106.

5.º Havendo a prescripção pensão remittido o Commisso por falta de consentimento, a 882.

> He regra:geral, que pelo recebimento da pensão fica remittido o Commisso, 882.

-- Limita-se :

1.º se o Senhorio ignorava o Commisso, 883.

--- Como neste, e mais casos\_ se prove, e presuma a sciencia ou ignorancia, 883. N. r.

. 2.º Sendo a Pensão recebida por Procurador, 884.

3.º Quando o Senhorio recebendo as pensões preteritas protesta accusar o Commisso, 885. a 892.

Se havendo no Emprazamento a faculdade de remir, e incurrendo-se em Commisso, se póde este evitar remindo-se, 8864.

Se incurso o Commisso por qualquer causa, póde o Senhorio por auctoridade propria occupar o Prazo — Se o Commisso se póde oppôr por, excepção, a 887.

He necessario acção ordinaria para sejulgar incurso.com-, misso --- Se sem preceder Sentenca o Senhorio toma posse do Prazo commette Espolio, 887.

Se tomada a posse pelo Senhorio sem Sentenca, o Emphyteuta não acousa o Espolio, denr. tro do anno, e o demanda ordinariamente; póde o Senhorio oppor o Commisso por Excepção, 888.

Quando pelas diversas causas do Commisso se extingue o Rmphyteusi, 1103.

A negação dolosa do dominio directo tambom he causa do Commisso, e extincção do prazo,

—Requisitos desta Negação, \$107.

A suppressão da verdade ao Senhorio para o idudir na Opção ou Laudemio, tambem he causa de Commisso, 1108.

— O Senhorio póde obrigar a jurar os Emphyteutas; mas como isto não he de necessidede, péde deixar de o fazer, e accusar o Commisse, 1108. N.

se a subnegação do Laudemichecausa do Commisso, 1109.

Tambem he causa do Commisso a contumacia em exhibir a investidura ao Senhorio

Em dúvida se deve julgar contra o Cemmisso, 1111.

→ Menos em certas cousas nes Prazos da Universidade, 1112.

Nos Prazos Reacs mão se julga tão facilmente o Commisso; porque o Rei só se contenta com o seu foro, 1113.

Com que commodos eu encargos se devolve o Prazo ao Senhorio, no caso da censolidação, a 1114.

De que tempo se devão os rendimentos do Prazo so Senhorio, quando elle se the devolve por Commisso, 1115.

Acções de Commisso pelas varias causas por que este se incorre, a 1193.

#### CONCELEC.

Se os bens dos Concelhos, Baldios, e Maninhes se podém emprazar, 33.

Ha nos Concelhos bens proprios, cujos rendimentos se appricão para as suas despezas, 33.

### CONCUBINA.

Se póde receber emprazamento de Concubinario, 50. N.

Se o Concubinario póde nomear a Concubina, 345.

Se se podem fazer doações a Concubinas, 347.

Se o casade póde nomear a Concubina, 348.

# CONDIÇÃO.

Quando se pedem imper condições nas Nomeações dos Prazos, a 379.

Onus eu Condição he o mesmo, 379.

Á Regra he, que a Nomeação do Prazo se não póde gravar com enus ou condição slguma, 380.

—Limitações desta regra, a 382.

O direito de revogar qualquer Doação, por falta do implemento do onue ou condição, passa aos herdeiros do Doador, 472.

#### · CONFINS.

Prova dos Confins de hum tode universal, a 1297.

As palavras—Terra—Villa
—Povo—Lugar, etc. são aptas
a comprehender tudo quanto se
póde incluir nos limites da sua
generalidade, 1227.

Quando os Confins hão são limitados intendem-se comprebendidas as pertenças, etc., 1227.

Ha limites permanentes, que nunca se presumem variados, 1229.

Provas gernes dos Confing ou limites, 1230.

Digitized by Google

Se se verificão os limites de hum todo maiversal foreiro, todos os predios ahi comprehendidos se julgão foreiros, a 1231.

Quando da maior parte do todo foreiro se possa argumentar para o resto, a 1232.

Provas praticas do Senhorio directo universal, 1237.

# CONFISCAÇÃO.

Entincção do direito emphyteutico pela Confiscação, 1094.

# CONFISSÃO.

Confissão feita sem causa prejudica, sendo judicial, 1221. Confissões de Emphyteuta se provão o dôminio directo do Sel mborio. Vide Reconhecimento e Tombos:

# CONFRARIAS.

Se os bens dos Hospitaes, ou Confrarias se podem emprazar, 39.

Por quanto tempo se preserevem, 1090.

Quando as Corporações, e Lugares Pios se possão dizer erectos por auctoridade dos Bispos, 1090.

#### CONFUSÃO.

Extineção do Emphyteusi pela Confusão de hum, e outro dominio, a 1998.

O que he Confusão dos direitos, 1698.

Se o Emphyteota for herdeiro do Senhorio, con vice-versa, mas obvigado restituir a herança, a Confusão dos dominios he só temporal, 1099.

O Inventario que faz o herdeiro obsta á Confusão dos bens, e direitos do defuncto, 1100.

Se o Prazo he familiar, que se não podia vender, ou ceder em prejuizo dos Successores, só dura a Confusão durante a vida do Emphyteuta, 1101.

A hypotheca do Prazo extingue-se pela Confusão, e não revivisce mais, 1101.

A Confusão dos predios Emphyteuticos he de ordinario filha da malicia dos Emphyteutes, 1245.

# CONJUGES.

Se tem incapacidade para poderem ser nomeades nos Prazos, 340.

Neste Reino são como Vidas necessarias, ainda nos Prazos familiares, 1053. N.

#### . CONSENTIMENTO.

e Se o marido pode emprazar sem Consentimento da mulher, os

Como se suppre, ou presume este Consentimento, 23.

União dos Consentimentos do Senhorio, e Emphyteuta sobre o contracto do Emprazamento. 52.

Quando o Senhorio recusa prestar o Consentimento para a alienação recorre-se ao Magistrado. 266. N.

O Consentimento do marido nos contractos da mulher não só he necessario em razão do prejuizo, mas pos forma, 331.

Em que casos he necessario

o Consentimento do Senhorio para se nomear o Prazo, a 365.

O Consentimento do Senhorio para a Nomeação do Prazo basta que se peça a parte postea, 368. N.

Se o Senhorie póde oppor a falta do seu Consentimento, 368. N.

Basta o Consentimento tacito para se dizer aceite o gravame: E por que circumstancias elle se induz; 851.

Alienação sem Consentimento do Senhorio, a 809. Vide Alienação.

Que Consentimento se requer na alienação do Prazo, 810.

Bens Reguengos podem livremente alienar-se sem Consentimento d Coróa, 819. N. 2.

Em que tempo deve intervir o Consentimento do Senhorio— Que pessoas o podem prestar— Quid quando são muitos os Senhorios?—Blie prestado he irrevogavel, a 855.

A praxe do Reino tem estabelecido celebrar-se primeiro o contracto, e antes da tradição propor-se ao Senhorio com todas as clausulas, para á vista delle se deliberar, optar, ou receber o Laudemio, 855.

— Quando os Contrahentes não apresentem a Escriptura ao Senhorio elle póde fazer-lha exhibir para este fim, 855. N.

—Aquella Pratica aão tem lugar para aquellas Corporações, que tem o privilegio de se não fazerem as Escripturas, sem nellas se incorporar o conhecimento do recibo do Laudemio, e expresso Consentimento. Referem-se algumas destas Corporações, 856.

Os Senhorios antes de prestarem o Consentimento, desconflando dos contractantes, podem obriga-los a que jurem a verdade do preço, 857. 892. N.

--- E vise-versa o Foreiro ao Senhorio no caso da opção, 892. N.

---Este juramente não he decisorio judicial, póde provar-se o contrario, ou para a opção, ou para o Laudemio, 858.

Se os contractantes fazem tradição antes do consentimento, tem o Senhorio, ou regresso ao Commisso, ou póde prestar aquelle, e convalidar o contracto, 859.

—Muito mais tem direito a accusar o Commisso se os contractantes lhe encobrirão a effectiva tradição, 859.

Que pessoas são habeis para prestar este Consentimento, a 860. Vide Opção.

1.º Póde prestar-se por Procurador por especial mandato, 860.

-- Para remittir o Commisso he necessario mandato especial. 860.

2.º O marido sem a mulher: Esta porém não independente do marido: Só em bens parafrenaes, 861.

3.º O Tutor do Pupillo por si só, óu o menor de 25 annos sem Decreto Judicial, 862.

4.º O Pai legitimo Administrador dos bens do filho, 862.

5.º O Prelado de huma Corporação, sem necessidade do seu Capitulo, 862.

Sendo muitos os Consenhorios directos, como se ha de abter o Consentimento, a 863.

-He necessario o Consenti-

o Prazo, 864.

--- Ouando huns querem, outros não, que opinião prevalesce? 865.

—Se optando só hum dos Consenhorios, e impugnando o comprador ceder todo o Prazo, se ha de prevalescer a vontade deste, que só quer ceder a parte? 866.

Owid, se o Senhorio quer só optar parte, e o comprador diz, que ou todo, ou nada? 867.

Vendendo-se com o Prazo bens allodiaes o Senhorio não he obrigado a optar tudo, 867. N.

O Consentimento prestado pelo Senhorio he irrevogavel, 868. Vide 937. e Opção.

Como se deva e possa provar • Consentimento do Senhorio para todas as especies de alienacões, a 869.

Prova-se por qualquer genero de prova, 869.

1.º Por testemunhas;

2.º Por Escriptos dos Senhorios, ou de seus Procurado-

3.º Por confissões do Senhorio; ou por quaesquer outras provas artificiaes, 870.

O Consentimento do Senhorio basta tacito: como se o Senhorio prezenciasse a venda, e a não impugnasse, 871.

Como se deva interpretar o Consentimento, e a que se deva ampliar ou restringir, a 872.

Prestado huma vez o Consentimento, nem expira pela morte do Senhorio, nem se perde pelo não uso de dez annos, 872.

Se a Licenca illimitada de alienar he transcendente ao her-TOMO II.

mento de todos, aliàs se perde deiro ou Successor do Emphyteuta, 873.

> A Licença para vender a hum não se extende a outro, 874.

> A Licença concedida para huma especie de alienação não se extende para outra, só sendo menos, 875.

> Quando pela diuturnidade do tempo se presuma, e prove o Consentimento do Senhorio. 876.

> O Consentimento do Senhorio presume-se por 30 ou 40 annos, 877.

> Que tempo basta para o Consentimento se presumir, recebendo o Senhorio a pensão do novo Successor, 878.

> Em que casos se presume o Consentimento, a 879.

> Quando e em que casos pelo recebimento da pensão se julgue remittido o Commisso incurso por falta de Consentimento, a 882. Vide Commisso.

> Só o Senhorio póde oppôr a falta de Consentimento; e em quanto o não oppõe subsiste perfeito o Contracto, 885. N.

Como deva requerer-se o Senhorio para optar ou consentir. — Com que causas póde reprovar o novo Successor. —Que deva depositar querendo optar, etc., 922. Vide Opcão.

Se para a alienação he necessario o Consentimento do usufructuario e proprietario, ou basta o de hum sómente, 1027.

# CONTRACTO.

Regras geraes da interpretação dos Contractos. — Em especial do Emphyteusi, 72.

O nome do Contracto não se

respeits, és as clausules são contrarias, 73. N.

O Contracto feito em Testamento fica valido, sinda que este se annulle, 222. N.

Como se podem solemnisar os Contractos no Testamento, 222. N. r.

Moje pão são pecessarias as formulas das estipulações dos Contractos, 321. N.

### GORÔA.

Se os bens da Corôa em poder dos Donatarios sa podem emprazar, 30.

Se o Clerigo póde succeder em bens da Corda, 159.

Bens Reguenges podem alienar-se sem Consentimento da Corôa, 819, N. 2.

Os bens da Corda conservão: a sua natureza nos bens dos Donatarios, 1087.

#### CORBOS.

Corpos de Mão-morta se podem adquirir, 49. N. 2. e 3.. 261. N.

Quando as Investiduras prohibem os Corpos de Mão morta. ba, remedios; quaes são, 261. N.

Quando não podem adquirir se lhe deve pelo menos a estimação, 261. N.

Quando as Corporações, e Lugares Pios, se possão dizer erectos por auctoridade dos Bispos, 1090. N.

#### COSTUMB.

sompre faz excusan da pena, 672. e N.

GULPA.

A que gráo de culpa esteja responsavel e Emphyteuta, 749.

# Damnificações.

Damnificações do Emphytouta a 614.

- Responsabilidade por ellas: E Reparações, a 614.

O Pacto da Investidura he o que regula as damnificações, e reparações, 614.

Na falta de pacto, *quid juris*?

615.

Requisitos para se incorrer o Commisso por damnificações, e reparações, 616.

Qual seja a damnificação grave ou modica se deve deinar ao arhitro do Julgador, 617, 622. Se o Emphyteuta, póde meu-

dar a fórma da propriedade do Emprazamento, sem perigo de Commisso, 618.

Se o Emphyteuta póde reduzir huma mata a cultura, 619.

Se pelo notavel córte das Arvores se incorre em Commisso, 621. 622.

Se quando ha pacto expresso de não deteriorar he a obrigação do Emphyteuta mais estricta, 623.

Tambem em falta de pacto deve a deterioração, para ter lugar o Commisso, ser feita com dolo, culpa lata, ou leve, 626.

Na duvida se se deve presumir ou não dolo na deterioração, 626.

Se o Emphyteuta se excusa, O Costume que não he for- | quando plantou outras arvores, coso para abregar a Lei penal, lem, lugar das que corto:, 627. Como póde o Emphyteuta usar da Silva cedua, a 628.

De que arvores póde o Bmphyteuta aproveitar-se, a 631.

Quid, quando a maior parte do Prazo consiste em Arvoredos? 634.

Quando o Commisso se excusa por ser medico o cérte das arvores sempre o Emphyteuta fica obrigado ao damno, 634.

Damnificações por omissão, a 635.

-Por falta de Cultura, a 637.

Se para evitar o Commisso tem lugar a compensação das Bemfeitorias com as damnificações, 640.

Se e Emphyteuta deve perder só a parte damnificada, ou o todo, 641.

Circunstancias para proceder o Commisso per damaincações,

Pelas damnificações extinque-se o Prazo, 1103.

Se o Commisso se incorre por damnificações, devem-se os fruetos pendentes, desde que se incorreo o Commisso, 1116.

#### DESCENDENTES.

As palavras Descendentes legitimos são aptas a comprehender todos in infinitum, 160.182.

#### DINEELRO.

Pensão em dinheiro. — Se variando a moeda podem es Senhorios ser obrigados a receber a pensão pela moeda nova, a 708.

#### DIRBITO.

Não podem emprazar-se direitos, e acções, 49.

Nunca he da intenção do Soberano privar sem justa causa algum Vassallo do direito adquirido, 171.

O Direito Romano foi pela maior parte a fonte da nossa Ordenação, 208. 468.

Quando a Ord, se refere simplesmente ao Direito, entendese o Romano, 247.

Direito de acereseer nos Prazos e bens livres, 275. 276.

Hoje a ignorancia das Leis, e Direito não prejudica, 419.

#### DIVIDAS.

Quando o Testador instituio hum herdeiro com obrigação de pagar suas dividas, fica o Successor obrigado pelos bens do Prazo, 991.

-O mesmo, se nomeado o Prazo lhe impoz a obrigação de pagar dividas, e o Successor aceitou o gravame, 991.

Em que casos o Nomeado ou Donatario fica obrigado ás dividas de antecessor, 991. N. r.

Quando se possa penherar o Prazo por dividas de antecessor, a 996. Vide Penhera.

-Quando por dividas de elgum dos Conjuges, 969.

Obrigação que tem o Senhorio de pagar as dividas do Prazo, quando este se lhe devolve, a 1125.

## DIVISÃO.

Divisão do Prazo sem consentimento do Senhorio, a 849. Prejuizo, e interesse dos Senhorios na divisão dos Prazos, 849.

O Senhorio ou póde consentir nella ou impugna-la, e accusar o Commisso, 849.

Na prohibição geral de alienação se comprehende a Divisão, 849.

Ninguem mais que o Senhorio póde oppôr a falta de consentimento na divisão, 849.

—O seu consentimento prejudica aos Successores do Emphyteuta, 849.

-Este consentimento póde presumir-se, 850.

—Limita-se, se o Senhorio he alguma Corporação, que recebe a Renda por Procuradores ou Rendeiros, 850. N.

O consentimento prestado para huma divisão não se entende para as mais divisões futuras. 851.

DIZIMOS.

Não se podem emprazar, 41. Se variada a cultura dos frucíos de que se devião os dizimes, se devem tambem dos subrogados, de que nunca se pagárão, 656. N. 1.

Póde haver costume de se pagarem a dinheiro, ou n'outra especie, 699. N.

— Mas he necessario que a solução em diversa especie ou em dinheiro tenha sido sempre uniforme, 699. N.

DOACTO.

O Donatario universal de bens se julga nomeado no Prazo, 224.

. Se doando-se ou dotando-se hum Prazo se entende nomeado, 299. «Qui non adimit, quod adimere potest, donare dicitur,» 306.

A Doação e Nomeação fraternizão na essencia, 307.

Exercita-se liberalidade todas as vezes que está no arbitrio eleger, e se elege, 307.

Menores não podem doar, ainda com authoridade do Tutor, e Decreto judicial, 312.

Se se podem fazer Doações a concubinas, 345.

Doações não póde fazer o Pai ao Espurio, 350.

Nomeação em doação causa mortis, requer cinco testemunhas. 373.

Doação póde fazer-se a pessoa ausente; depende porém de aceitação, maximè sendo com gravames, 374.

Para prova da doação entre pessoas não privilegiadas he necessario dispensa, 736. N.

Doações causa mortis não precisão de Insinuação, 408.

Doação excessiva da taxa da Lei subsiste sem Insinuação no que podia valer, 411.

Quando se faz alguma doação universal com reserva, esta faz entender doado tudo o mais, 425. N.

Doação se revoga pela ingratidão, 455. 456.

O direito de revogar qualquer Doação por falta do implimento do *onus* ou condição, passa aos successores do Doadór, 472.

—Que circumstancias devem concorrer para se revogar esta dosção, 472. N. 1.

A Doação causa mortis se revoga pela alienação da causa doada, 477.

-Limitações, 477. N. r.

Doações causa mortis se revogão da mesma fórma que os legados. E quaes sejão os modos por que aquellas se revogão expressa ou tacitamente, 478. N.

Se na Doação universal se comprehende o Prazo, 513. e a 506.

Doação remuneratoria se reputa por venda, e se equipára a ella, 532. N. 2.

Se o Doador fica na posse dos bens doados, podem os seus herdeiros oppór a Ingratidão do Donatario por Excepção, 799.

Quando pela Doação ou Dote sem o consentimento do Senhorio se incorre em commisso, 831.

Quando na Doação tem lugar o direito da opção e prelação, a 906. Vidè Opção

▲ Doação dos prazos hereditarios puros, sendo excessiva da Terça, he nulla, 940. N.

Quando da Doação ou Dote se deva Laudemio, 1013. Vide Laudemio.

Os noesos Reis fizerão grandes Doações aos Mosteiros, Cathedraes, etc. O mesmo costumavão os Grandes do Reino, 1243. N.

DOLO.

Quando o dolo he causa de se annullar o Contracto, 54.

DOTE.

Não he necessario o consentimento do Senhorio quando o Prazo se dota, 367.

Para provar o Dote entre pessoas não privilegiadas, he necessaria Dispensa, 376. N.

Se a Nomeação do Prazo, que dá poder de nomear até á morte, sendo o titulo de Dote, se torna por esta causa irrevogavel. 416.

Não se póde dizer doação causa mortis, e revogavel a que se faz a titulo de Dote, 418.

Se no Dote universal da herança se comprehende o Prazo. 511, a 506, 514.

Quando a estimação do Dote seja ou não venda, 537. N. 1.

Quando pela Doação ou Dote sem consentimento do Senhorio se incorre em commisso,

Quando da Doação ou Dote se deva Laudemio, a 1013. Vide Laudemio.

### EMPRITEUSI --- EMPRITEUTA.

Definição do Contractual, 11. —Do Constituido em Testamento, ou por prescripção, 11.

A emphyteuticação he especie de alienação, 21.

Por força deste contracto o Emphyteuta e seus Successores adquirem o dominio util dos bens emprazados, 69.

– Effeitos deste dominio, 70. Se não houve tradição real, ou symbolica, tem o Emphyteuta huma acção emphyteuticaria contra o Senhorio, 71.

Regras geraes da interpretação do contracto Emphyteutico, 72.

–Para o distinguir da Locação, a 73.

Na duvida, se deve julgar antes locação que Emphyteuse,

Prazo com o pacto de remir, 80.

Venda de bens com o pacto de ficarem emprazados, 83. 101.

-Nestes Prazos, ainda que se caia em commisso, não se perde o direito de remir, 83.

Se as Entradas que se dão mudão e Emphyteusi em venda, 84.

Se para a essencia do Resphyteusi se póde dar Entrada, e se ella he justa, 84. N.

Em que se assemelha ou differe o Emphyteusi da venda, Locação, Censo, Superficie, 85.

Diversas divisões e especies de Prazos: Diversas naturezas: Diversas fórmas de Investiduras, etc., a 96.

-Em predios cultos ou incultos, 96.

-Em Seculares e Ecclesiasticos, 97.

Em que conserem, ou differem os Prazos Segulares, e os Esclesiasticos, 97. 98.

-Antigos, e novos. 99,

Em que conferem e differem,

Prazos dos bens do Senhorio, on do Emphyteuta vendidos com o pacto de ficarem emprazados, 83. 101.

-Justica deste contracto, 102.

O Emphyteusi fica exposto á lezão, más não á usura, 105.

O Commisso no Emphyteusi dos bens do Emphyteuta vendidos só he da parte respectiva ao preço da compra, 105.

Prazos temporaes ou perpe-

tuos, 106.

Diversas fórmas de Investiduras, 107.

Em falta de Escriptura como se possa provar o Emphyteusi pela presumpção, ou preseripção, a 108.

O Emphyteuta, e o Seahorie para prova do Emphyteusi são correlativos, 110.

Presumpção do Emphyteusi contra o Senhorio, e vice-versa, 111.

Prescripção do Emphyteusi contra o Senhorio, e vice-versa, a 116.

Circumstancias para presumir natureza emphytentica: e de que especie se ha de presumir o Prazo, a 120.

Se o prazo de que não apparece Investidura, se ha de presumir de vidas, fateusim, ou hereditarios, etc., 124.

Quando o Preze presumide se julgue de vidas se ha de julgar em terceira, 1.24, N.

Ordem da Successão ab intestato nos Prasos, a 134.

A natureza do Prazo extincto, ou em terecira vida regala-se pela natureza que tinha durante ella, 138.

Prazos de vidas connumerão-se entre os bens dos Defunctos, 1.7.

Os Prazos se comprehendem debaixo da Nomenclatura de bens, 209.

Na instituição de herdeiro se comprehende o Prazo, a 206. 219.

As femeas não tem inhabilidade para succederem nos Prazos, a 216.

Se annullado o Testamente

he nulle tambem no parte que comprehende os Pranos, a 219.

Se o Emphyteusi vem na restituição do fideicommisso universal, a 228.

Os Prazos fateuzins hereditarios comprehendem-se na genenalidade dosdei commisso, 22

Se o substituido na herança em que ha Praso não tem as qualidades da Investidura, lhe passa a Estimação, 232.

— Quid, nos Prazos de Nomenção, ou mixtos, ou familiares? 233.

Os Prazes de Nomeação e providencia não se recebem do Sea nhorio, mas do Emphyteuta; 2854 et a 2010.

Que Prazos se comprehendem na restituição do fideicommisso, 269.

Se o instituido berdeiro póde levantar-se com os Prazos livres de encargos, e repudiar a herança, 243.

Circumstancias por que o herdoiro universal pode ser insuccessivel no Prazo, a 256.

A condição de não poderem os Prazos passar a Pessoas de maior condição he relativa aos Senhorios, 263.

Successão dos Prezos por Testamento, quando nelle são instituidos muitos herdeiros, a 273. Vide. §. 359.

Se o direito de accrescer tem: lugar nos Prazos, quando são mujtos instituidos herdeiros, 275.

Qual he o effeito do argumento da ordem da letra na successão dos Prazos, a 279.

Porque palavras, indivios, ou factos se póde qualquer entender nomeado no Prazo, a 288.

Se doande-se, legando-se, ou entregando-se hum Prazo, se entende nomezdo, 299.

Se o Emphytenta nomeado dá do seu, a 301.

O Prazo de Réo condemnado á morte devolve-se ao Senhorio, e não passa ao Fisco, 314. N.

O dominio do Prazo comprado, constante o matrimonio, se adquire ao marido, e a mwlher só tem a metade do preço, 336. N

—Blla nem communica nas Bemfeitorias ou preço do Prazo comprado antes, 336. N.

Nomeações dos Prazos comforme as suas differentes Investiduras, a 364.

Se os Prazos familiares conservão a sua natureza quanto ao direito da Renovação, 369. 363.

Empraramento em que não ha expressa faculdado de nomear, sempre por Estilo; do Reine se póde nomear, 364. N.

Natureza da Nomeação do Emphyteusi, que concede o poder de nomear até a morte, a 413.

-Em que encumstanciás a Nomeação de similhente Praze he irrevogavel, 415.

Por effeito do dominio util concedido a todos os successores compete a todos a acção de reivindicação, 422.

Quando dous comprão o Prazo prefere o segundo que tem authoridade do Senhorio so primeiro que a não tem, 505. N.,

Quando na geral obrigação, renuncia, cessão, legado universisal do usofructo de todos os bensou herança, se comprehendão os Emphyteuticos, a 506.

Prazo, Part. 3.4

— Deve conferir a estimação do Prazo, ou das Bemfeitorias; e casos em que o deve, a 515.

Collação de Prazo fateuzim, a

**515**.

Os Prazos hereditarios perpetuos, se reputão em tudo como bens livres, a 518.

Toda a especie de Prazos fateuzins se divide sempre por Estimação, 520.

Differenças entre os Prazos fatenzins, e seus effeitos, 511.

Como se deva fazer o Eneabecamento nos Prazos fateuzins, 523.

Collação do Prazo de Vidas, a 530.

Ouando se ha de ou não conferir o Prazo dado em vida, a

Encargos reaes ou pessoaes do Emphyteuta para com terceiro, ou para com a Coróa, a 593.

Os encargos reaes são tão affectos aos predios, que por mais que os Senhorios os tomem sobre si, sempre se póde proceder contra os Emphyteutas, 596.

Os encargos pessoaes ratione rei devem pagar-se pelo Emphyteuta, 597.

O Emphyteuta não só he obrigado aos tributos, e encargos do tempo da sua posse, mas aos dos Antecessores, 601.

Quando o Prazo propende para arrendamento se devem os Encargos repartir entre o Emphyteuta e Senhorio, 602.

Para se regular a obrigação dos Encargos do Emphyteuta, se deve olhar este como usufructuario, 603.

Obrigação de bemfeitorizar quem he a eleição? 707.

Obrigações do successor do lo Prazo: Damnificações: Reparações, a 601.

> Ha muitas differenças entre o caso de o Senhorio adquirir Prazo por devolução ou commisso, e entre o de o adquirir por compra ou outro titulo, 609.

> Se o Emphyteuta póde variar a fórma da Cultura das Terras. e reduzir huma mata a cultura. 610. 619. 620.

> Como póde o Emphyteuta usar da Silva cedua, a 628.

> De que arvore póde o Emphyteuta aproveitar-se, a 631.

Ouid, quando a maior parte do Prazo consiste em arvores, 634.

A que reparações está obrigado o Emphytcuta, a 636.

Pagamentos das pensões ao Senhorio; diversas especies de pensões que pagão os Emphyteutas, a 646.

No Prazo de casas não se póde impor pensão de generos, 646. e N.

Quid, Se o Emphyteuta foi indollente em cultivar as Terras. de que deve Quota de fructes? Ou 🗢 convencionou que seria obrigado cultiva-las bem? 662.

Obrigações do Emphyteuta parciario dos fructos; e penas em que incorre não o chamando para a partilha, a 664.

Obrigações do Emphyteuta em quanto ás pensões que deve pagar, a 676. Vide Pensão.

Se se póde convencionar, que não pagando o Emphyteuta, será obrigado a pagar tanto por dia ao Procurador que diligenciar a Execução, 684.

Quando nos Prazos se diz hum Capão ou tantos, etc., de Divididos os predios entre muitos Consortes, obrigação de elegerem entre si hum cabeça, a-726. Vide Cabeça.

Tolerados os costumes de se dividirem os Prazos ficão tantos quantos os predios divididos. 730.

A divisão dos Prazos he emfavor dos Senhorios, que pódem consentir nella, 731.

— Porém nem todos podem consentir nella, 731. N.

Quando o Emphyteuta para se exonerar dos foros preteritos e futuros possa ou não dimittir o Prazo ao Senhorio, a 734.

He permittida a renuncia do Emphyteusi, quando o Prazo viria a ser inutil ao Emphyteuta, 737.

Qualquer terceiro que comprou bens emphyteuticos sem saber que o erão, póde, sabendo-o, renuncia-los ao Senhorio, 738.

Em todo o caso em que he permittida a renuncia deve certifica-la ao Senhorio, 739.

Se o Pai póde dimittir o Prazo ao Senhorio em prejuizo dos filhos chamados, 739. N. r.

O Senhorio não he obrigado receber o Prazo renunciado senão reparado, e sem pagar bemfeitorias, 740. N.

Quando póde o Emphyteuta pretender remissão, ou rebate do foro por causa de ruinas, ou esterilidades, a 741. Vide Pensão.

Se existindo só a área da casa ou moinho, se deve sempre a pensão emphyteutica, 741. N. 1.

Se póde haver pacto de se pagar a pensão, ainda que a

TOMO II.

casa ou predio emprazado pereça, 747. N. 2.

Se o Emphyteuta não quer reformar a casa, deve cede-la ao Senhorio, 747. N. 3.

Não he imputavel ao Emphyteuta quando pede a reducção do foro, dizer-lhe o Senhorio que andão fazendas alienadas, 757.

Se se empraza hum olival ou vinha, e as arvores se extinguem, não se extingue o Prazo, 753.

-Aliter no Arrendamento, 753 N.

Havendo nos Prazos, ou Arrendamentos renuncia de todo o caso ou esterilidade, cessa a remissão da pensão, 757.

— Quid, se faltar a renuncia? 759.

-Limita-se, se o caso fortuito destroe a substancia da cousa. 798.

Quando se diga destruida a substancia da cousa emprazada ou arrendada, 758. N. r.

Quando seja justa causa de remissão o impedimento do Senhorio, 758. N.

Quando por falta de pagamento da pensão se incorre em commisso, a 762. Vide Commisso.

Prohibição de alienação sem consentimento do Senhorio, a 809. Vide Alienação.

Se o Emphyteuta póde vincular em morgado o Prazo, 839.

Se o Emphyteuta póde constituir servidão, sem pena de commisso, a 840. Vide Servidão.

Divisão do Prazo sem consentimento do Senhorio, a 849. Vide *Divisão*.

Sobre o consentimento do Senhorio, a 855. Vej. Consentimento.

41

Quando com consentimento do Senhorio, se podem alienar os Prazos em prejuizo dos Successores, a 939. Vide Alienação.

Quando se póde penhorar o Prazo, 969. Vide Penhora.

Os Prazos são contados como huma terceira especie de bens do Pevedor, 970.

Extincção, devolução e consolidação dos Prazos. Parte 5.º

Extincção do Prazo na duração das vidas pela renuncia do Emphyteuta, a 1052.

Extincção do Direito Emphyteutico pela prescripção, a 1075. Vide *Prescripção*.

Extincção do Direito Emphyteutico pela confiscação, a 1094.

Extincção do Emphyteusi pela confusão de hum, e outro dominio, a 1098. Vide Confusão.

Quando pelas diversas causas do commisso se extingue o Emphyteusi, a 1103.

Com que commodos ou Encargos se devolve o Prazo ao Sephorio no caso da Consolidação, 4114.

Acções competentes ao Senhorio para diversos fins. Parte 7.º

Acções para annullar, ou rescindir o Emprazamento por nullidade, ou lesão, 1190. Vide Nullidade, Lesão.

Acções de Commisso pelas varias causas por que se incorre, a 1193.

#### PROVAS DO DOMINIO DIRECTO.

Provas negessarias do dominio directo para fundamental acção do Commisso, ou devolução, a 1194.

Quando se trata de exigir

pensões ou laudemios, bastão menos provas, do que quando de reivindicar o Psazo por devolução ou commisso, 1194.

A Escriptura do Emprazamento por si só não prova o dominio em prejuizo de terceiro, 1195. 1196.

Circumstancias que adminiculão a prova da Escriptura, a 1197. a 1201.

Quando prejudica ao Emphyteuta o erro de reconhecer como de Prazo huma Terra que o não he, a 1198.

Se o reconhecimento do Emphyteuta lhe prejudica, e a seus successores, 1200.

Adminicalos com que se póde corroborar a Escriptura, 1201. 1202.

Provas do dominio directo por Monumentos antigos, e copias delles, a 1203.

Caracteres dos Monumentos antigos, 1204. 1205. 1206.

Nas cópias antigas não se trasladão as subscripções das testemunhas, 1206.

Provas do dominio directo por Enunciativas em Documentos, a 1207.

Provas do dominio directo por Tombos, a 1209. Vide *Tombos*. Como se provão os dominios directos na Allemanha, 1219.

Provas do dominio directo pela prescripção, e presumpção do Direito, 1225.

Provas necessarias da identidade dos bensemphyteuticos para o caso da consolidação, por commisso, ou devolução, a 1226. Vide Confins, Identidade.

Provas praticas do Senhorio directo universal, 1237.

Acção competente ao Senho-

rio contra o Emphyteuta para declarar as Terras; a 1242.

Não he novo haver Emphytentas que negão possuir Terras sujeitas, e pedem ao Senhorio que lh'as declare, a 1242.

Em quanto o Emphyteuta paga foro ao Senhorio, não só se presume possue, mas que não ignora os predios, e deve indica-los, 1244.

Os Emphyteutas confundem os predios por malicia, 1245.

Neste caso em pena se devem julgar emphyteuticos todos os que possuem, 1246.

—Se o Emphyteuta não he contumaz deve assignar hum predio proporcionado ao foro, 1247.

Quid, se o Emphyteuta nega ser tal, e que não possue predio algum sujeito? 1248.

Acção competente ao Senhorio contra o Emphyteuta para lhe exhibir o Emprazamento, a 2249. Vide Exhibição.

Acção do Senhorio para reívindicar bens desmembrados, e para fazer liberta-los, a 1256.

Acções possessorias do Senhorio contra o Emphytenta, ou contra terceiro, a 1260.

Acções para exigir a pensão, a 1264. Vide Pensão.

Se póde proceder-se pelas pensões contra cada hum dos Coemphyteutas in solidum, a 1277.

Acções competentes ao Emphyteuta contra o Senhorio, ou contra terceiro, a 1284.

EMPRAZAMENTO.

O que era nos antigos lempos, 4. Licito deste contrato, 6. A convenção das Partes he a Lei`nelle, 7.

Que pessoas podem dar de Emprazamento os bens. 17.

Solemnidades do Emprazamento, 17.

Requisitos para a validade dos Emprazamentos, 17.

Que pessoas são capazes para receber de outras bens de Emprazamento, 47. 49.

Emprazamento he lucrativo, quando se estipula modica pensão, 50. N.

Não hasta o simples Tratado para se dizer perfeito o contrato do Emprazamento, 69.

Quando basta a promessa de emprazar para produzir effeito, 66.

Se valem as Escripturas dos Emprazamentos feitas por Escrivães do Ecclesiastico, 67. e N.

Origem, e natureza dos Prazos, 1.

O que he substancial, ou accidental neste contrato, 8: Vide Emphyteusi.

# ELBIÇÃO.

O que he eleger, e como differe de nomear, 285.

Quem elege ou nomeia deve regular-se pela faculdade concedida, 287. N.

A faculdade de eleger para Fideicommisso differe da faculdade de nomear o Prazo, 305.

« Is qui electionem seu nomi-« nationem habet, ea semel facta « non potest iterum eligere », 436.

encabeçamento.

Como se ha de praticar o En-

cabeçamento do Prazo, quando são muitos instituidos em testamento. — Duvidas que podem occorrer, a 273.

No Prazo fateuzim cessa a necessidade do Encabeçamento, quando hum coherdeiro tem maior porção, 282.

Como se deva fazer o Encabeçamento nos Prazos fateuzins, a 523. 528.

Quando o fateuzim he adquirido constante o Matrimonio fica ipso jure encabeçado- no conjuge que sobrevive, 524.

—Tambem não, quando o Pai o nomeia, 525.

—Tambem não, quando o Pai em testamento manda encaleça-lo em algum, ou quando o toma em Terço, 526.

Se he necessario o Encabeçamento, quando hum filho tem major porção, 527.

Tambem não he necessario o encabeçamento, quando o filho reivindica o Prazo alienado pelo Pai, 527.

Remedio para evitar a pena da Lei na falta do Encabeçamento, 529.

Quando alguns coherdeiros são contumases em votas, differem-se os seus votos ao Juiz, 529.

Não se deve laudemio, quando o Prazo se encaheça em hum dos coherdeiros, 1023.

— Só sendo vendido a terceiro para se repartir o preço, 1024.

# ENCARGOS.

Quando se podem por Encargos nas Nomeações dos Prazos, a 379.

A regra be que não, 380.

—Limitações desta regra, a 382.

Os Encargos impostos no Prazo são pessoaes, 391. N.

O Gravame não deve exceder o commodo, 558.

Encargos reaes ou pessoaes do Emphyteuta, para com a Coróa ou terceiro, 593.

O Emphyteuta deve pagar todos os encargos a que estavão sujeitos os predios emprazados, 594. 595.

Os Encargos reaes são tão affectos aos predios, que por mais que o Senhorio os tome sobre si, sempre ha por elles direito contra o Emphyteuta, 596.

Os Encargos pessoaes ratione rei devem pagar-se pelo Emphyteuta, 597.

O Emphyteuta não só he obrigado aos Encargos antigos, mas aos modernos que se impozerão ás terras, 600.

O Emphyteuta he obrigado, não só pelos tributos e encargos do tempo da sua posse, mas do tempo dos antepossuidores, 601.

Sequando apensão he grande, devem os Encargos dividir-se entre o Emphyteuta, e o Senhorio, 602.

Para regular os encargos do Emphyleuta, se deve olhar este como usufruetuario, 603.

Com que commodos, ou encargos se devolve o Prazo ao Senhorio no caso da consolidação, a 1114.

# ENTRADAS.

Entradas que dá o Emphyteuta ao Senhorio se são especie de venda, 84.

Se a Entrada se deve de ne-

cessidade dar no Emphyteusi, e se ella he justa, 84. N.

Póde-se fazer penhora nos Prazos no equivalente ao dinheiro, que nelles houve de Entradas, 992.

#### BNUNCIATIVAS.

Provas do dominio directo por Enunciativas dos Documentos, a 1207.

#### EBRO.

'Quando he ou não causa da nullidade do contracto em que recahe, 52.

O erro commum do Escrivão não conválida as Escripturas, 372. N.

O erro não se presume sem que se demonstre com evidencia; bastando para o excluir a possibilidade de ser verdade o confessado, 1198.

#### ESCRIPTURA.

Quando he necessaria Escriptura publica só para prova, ou para substancia do Emprazamento, 52. 65.

Em que circumstancias se deve julgar, que as Partes quizerão que o contracto valesse, ou não, sem Escriptura, 66. N.

Escrivães Ecclesiasticos não podem fazer Emprazamentos, 67. N.

Que papeis tem força de Escripturas publicas, e os seus requisitos, 68. 372. e N.

Presumpção ou prescripção supprem a Escriptura, 109.

Solemnidades da escriptura publica, 372. r.

Quando a Lei annulla a Escriptura de Nomeação, subsiste esta provando-se por tres testemunhas, 372.

Quando o contracto he celebrado por Escriptura publica, não se póde provar o seu distracte senão por outra igual, 485.

Todo o que he obrigado fazer alguma Escriptura, péde ser citado para que lha faça, com a comminação de a Sentença lhe ficar servindo de Titulo, 1143. N

Sempre se subentendem nas Escripturas as clausulas consuetudinarias, ainda que se omittão, 1268. N.

#### ESPURIO.

Póde receber Emprazamento do Pai como alimentos, 50. N.

Successão dos Espurios legitimados, a 173, 203.

Que filhos se reputem Espurios neste Reino, 183. N.

Os Espurios legitimados não succedem os sanguineos paternos, 203.

—Sim aos maternos, 204.

Os Espurios reputão-se incapazes para succederem aos Pais, 269.

Póde o Espurio ser instituido pelo Pai « Si a Principe Jegitimetur », 270.

— No entretanto póde pedir a administração da herança, 270.

O Espurio póde ser instituido herdeiro pelo Pai sendo os bens poucos, e para alimentos, 271.

— A que incumbe a prova de serem muitos ou poucos, 271.

· - E em consequencia tam-

bem nos Prazos de Nomeação, Prazo, guando elle foi por con-271. Vide 350.

Se os Espurios podem ser nomeados, 350.

O Espurio não póde receber Doacões do Pai, 350.

#### ESTERILIDADE.

Quando se deve abater a pensão por esterilidade, a 754.

Póde salvar-se nos arrendamentos, 756. e N.

# ESTIMAÇÃO.

Em que casos se ha de conferir a Estimação do Prazo, ou das Bemfeitorias, 515.

Toda a especie de Prazos fateuzins se divide sempre por estimação, 520.

O dinheiro da Estimação do Prazo vence juros legaes, ainda que não estipulados: E transcende este Encargo aos successores, 529. N.

Quando a estimação do Dote seja, ou não venda, 537. N. r.

Casos em que cessa a obrigação de conferir a Estimação do Prazo adquirido por Titulo oneroso, a 538.

1.º Quando o Pai lega expressamente ao filho o preço, ou a estimação do Prazo, 538.

2.º Quando o Pai deixa ao filho o Prazo em testamento, 539.

3.º Quando o Pai legou o Prazo a Extranho, 540.

4.º Quando huma vez foi conferido o preco da compra, 541.

5.º Quando o Prazo fei comprado antes do Matrimonio, 542.

6.º Quando ha hum unico filho do comprador, 543.

trato entre vivos, 539.

Se a vontade do Pai, para o filbo conferir ou não a estimação, basta conjectural, ou expressa, 539. N.

Obrigação de conferir o Prazo, que pão sendo comprado foi dado em vida com reserva do usufructo ou sem elle, a 545.

A razão porque se deve a estimação do Prazo nomeado e transferido em vida, he porque o Pai se privou da liberdade de o alienar, e melhorar os mais filhos, a 568.

Não se deve a Estimação. quando o Pai reservou o usufructo, 577.

Como se deva avaliar e com que respeitos o Prazo, para se pagar a Estimação, 577. N. r.

# ESTRANHOS.

Bastardos reputão-se Estranhos. 165.

Filho desherdado fica como Estranho da familia, 215.

Estranho póde ser nomeado no Prazo de Nomeação livre, ainda que haja filhos, 351

# EVICÇÃO.

Acção competente ao Emphyteuta contra o Senhorio pela Evicção, a 1285.

— Compete todas as vezës que se vence ao Emphyteuta todo ou parte do Prazo, 1285;

Pelo uso hodierno tem lugar a evicção, ainda que houvesse autoria, sendo a Sentença justa, 1286.

Se a causa se vence ao Bm-Só se confere a Estimação do | phyteuta satisfaz o Senhorio entregando huma propriedade igual, ou dinheiro para a comprar. 1287.

—Bem como vencida a cousa arrendada satisfaz ao Senhorio, entregando ao Arrendatario outra igualmente idonea, 1287.

O Comprador, que sem consentimento do Senhorio se metteo na posse, e se lhe accusa o commisso, não tem acção de Evicção contra o vendedor, S. 815. no fim.

#### EXCOMMUNGADO.

Se póde nomear o Prazo, 216. Effeitos da Excommunhão; e que possa fazer o Excommungado, 316.

#### EXECUTIVO.

Via Summaria e Executiva pelas pensões Emphyteuticas, a 1266.

Em que he fundada a via Executiva pelas pensões Emphyteuticas, 1267.

No Executivo he erro principiar por penhora sem citação, a 1269.

Que liquidação deva preceder, e como se deva fazer, a 1271. Vide *Liquidação*.

Não póde decretar-se a via Executiva, sendo por quotas de fructos, sem que preceda ao menos hum arbitramento do que produzírão as Terras, 1271.

Prenme-se a divida das Pensões, em quanto o devedor não prova o pagamento, 1272.

Se para fundamentar o Executivo por pensões basta só a posse, ou se he necessario Titulo expresso, 1276.

Este executivo póde embar- | commisso, 1250.

gar-se com todas as razões que destruão a posse, 1276. N.

Se o Executado nega a posse deve fazer-se assiguar por Termo, para se usar de força, 1276. N. 1280.

Se póde proceder-se contra cada hum dos coemphyteutas in solidum, 1277.

Se os predios emphyteuticos estiverem hypothecados, se póde proceder aínda contra qualquer terceiro possuidor, 1278.

Natureza do procedimento Executivo, e Excepção do Expolio, quando o Emphyteuta nega a posse, a 1279.

—A força da Excepção de Espolio he repellir, e não pedir, 1280.

Todos os Embargos ao Executivo, não sendo calumniosos suspendem, 1274.

—Póde haver segundos, 1279.

Tem effeito suspensivo a Appellação da Sentença que julgou não provados os Embargos, 1279.

Geralmente prescreve por 30 annos: Pelas pensões por 10, 1279.

Os seis dias para embargar a Sentença não tem lugar para a via Executiva, 1299.

Póde convencionar-se a via Executiva, 1281.

# EXHIBIÇÃO.

Acção competente ao Senhorio contra o Emphyteuta, para lhe exhibir o Emprazamento, a 1249.

O Senhorio póde propôr esta acção com a comminação de commisso, 1250. — E vice versa o Emphyteuta ao Senhorio, 1250.

Requisitos desta acção, 1251. Excusas desta acção, 1252

- 1.º Que o Emprazamento casualmente se perdeo, 1252.
- Como por incendio na casa, mas he necessario provar que ahi existia, 1252.
- 2. Quando o Emphyteuta jura, que nunca o tivera em seu poder, 1252.
- Mas em ambos estes casos nunca o Emphyteuta póde evadir fazer ao Senhorio huma Escriptura de reconhecimento com descripção dos predios, 1252. N.
- 3.º Defendendo-se o Emphyteuta que he tal por prescripção, ou presumpção de Direito, 1253.
- -- Neste caso deve tambem reconhecer o Senhorio em terceira vida, sob pena de Commisso, 1253. N.
- 4.º Negando o Emphyteuta o dominio directo do Senhorio, 1253.

Cautela dos Senhorios em propôr esta acção, 1254. N.

Só o Emphyteuta he obrigado fazer a exhibição passados dez annos depois do contracto, 1255.

# EXTINCÇÃO.

Extincção do Prazo na duração das vidas pela renuncia do Emphyteuta, a 1052.

A extincção do Prazo depende da aceitação do Senhorio, 1052.

Estando o Prazo em terceira vida, erenunciando-se nas mãos do Senhorio para novamente se renovar, julga-se extincta a primeira Investidura, a 1053.

Extingue-se o Prazo, ou por não ficar por morte do Emphyteuta quem succeda nelle; ou por terem findo as vidas, e não ter o Senhorio obrigação de o renovar, a 1054. 1074.

— Quando teve principio a obrigação de renovar, a 1055 Vide Renovação.

Extincção do Direito Emphyteutico pela prescripção, a 1075. Vide *Prescripção*.

- Pela Confiscação, a 1094.
- Pela confusão de hum e outro dominio, a 1098. Vide Confusão.

— Pela extincção total dos bens emphyteuticos, 1102.

Quando pelas diversas causas de Commisso se-extingue o Emphyteusi, a 1103.

A negação dolosa do dominio directo tambem hecausa decommisso, e de extincção do Prazo, 1106.

A suppressão da verdade ao Senhorio para o illudír na opção ou Laudemio, tambem he motivo para Commisso, e extincção do Emphyteusi, 1108.

Se a subnegação do Laudemio tambem he causa do Commisso e Extincção, 1109.

Tambem he causa do commisso a contumacia em não exhibir a Investidura ao Senhorio, 1110.

#### PACTO.

Por via de regra ni quem póde contravir o proprio facto, 1318.

—Só quando o acto impugnado foi nullo por alguma causa, ou defeito legal, ou a Lei o annulla em favor publico, 1318.

#### FIDETCOMMISSO.

Se o Emphyteusi vem na restituição do Fideicommisso universal, a 228.

Os Prazos fateozins hereditarios comprehendem-se na generalidade do fideicommisso, 229.

—Igualmente o hereditario mixto, tendo o fideicommissario as qualidades da Investidura, 230.

--- O Familiar puro, 231.

Se o Substituido não tem as qualidades da Investidura lhe passa a estimação, 232.

Quid, nos Prazos de Nomeação, ou mixtos ou familiares? 233.

Que Prazos se comprehendem na restituição do Fideicommisso, 239.

Se instituindo-se herdeiro hum capaz, com o occulto Fideicommisso de se restituir a hum incapaz, fica aquelle indigno, para succeder o Fisco, 269. N.

Nos Fideicommissos quando se concede a faculdade de nomear alguns de certa descendencia, não se nomeando passa o todo dos bens aos consanguineos mais proximos, 383. N.

Havendo em hum Fideicommisso a faculdade de nomear até á morte, se se póde eleger antes da morte, em prejuizo dos chamados que então existirem, 423. r.

### FILHOS.

Successão dos filhos legitimos, a 143.

Se o natural mais velho prefere ao legitimo mais novo do Par peão, a 144.

Quando a Lei falla de filhos destas penas, a 664.

TOMO II.

legitimos se intendem excluidos os Naturaes, 146.

Os filhos legitimos sempre forão mais favorecidos na prestação dos alimentos que os Naturaes, 148.

Quid, quando nascem dois Gemeos? 149.

Se o filho Clerigo mais velho succede no Prazo, 150.

Successão dos Prazos quando succedem filhos do primeiro, e segundo Matrimonio, a 159.

Filhos naturaes succedem nos Prazes Ecclesiasticos, 160.

Os filhos naturaes dos Nobres não succedem nos Prazos fateuzins hereditarios, 161.

— Sómente nos de livre Nomeação, a 162.

Bastardos não se comprehendem na vocação de filhos, 167.

Em que casos podem succeder os filhos naturaes dos Nobres, 172.

Successão dos Espurios legitimados, a 173.

Se o Natural do Peão succede aos consanguineos paternos, 201.

Filho desherdado fica como Estranho da familia, 215 e 216.

—Succede nos Prazos de Providencia, 456. N.

Se o filho familias póde nomear o Prazo, 313.

—Se por Testamento, 313. N. Póde nomear-se no Prazo a filha, preterido o filho, 352.

### FOREIRO.

Obrigações especiaes dos Foreiros, que pagão certas quotas de fructos. Partilha delles. Penas em que incorrem. Excusas destas penas, a 664.

Quando os Foreiros devão ou não pagar o pão á major valia do anno, a 686,

Foro da marrã, 705.

- De Courazil, 706.

—De Gallinhas, etc., 707.

De quem he a eleição quando se diz, huma gallinha, ou tanto, etc., 707.

O Senherie he obrigado participar ao Foreiro todos os Documentos para se apuraçem as Terras, e repartir o foro, 733.

Como se deva provar Foreiro hum todo universal, a 1227. Vide Confins.

As Corporações, e os Grandes aforavão grandes Latifundios por foros dimicutos, 1243.

Não póde receber Emprazamento, 49.

Só são capazes de Tenças, 49. Os Maltezes se comprehendem entre os Religiosos profes-

Frades Secularizados sempre ficão capazes para adquirir, etc. 49. N.

Se o Religioso póde nomear, **309**.

O Religioso póde ser Testamenteiro, 310.

#### FRUCTOS.

Emprazado qualquer predio se comprehendem os fructos pendentes, 40. N.

Se o Lavrador que deve a quota de certos fructos, variada a cultura a deve dos Subrogados, 656.

comprehensiva de todos os fructos se deve sem duvida quota de todos, 657.

-Porém não, se depois se especificão, 658.

Debaixo da obrigação geral de pagar de todos os fructos se comprehendem os das arvores, 661.

Quid, se o foreiro foi indolente em cultivar a Terra, de que deve quota de fructos? Ou se ha convenção para cultivar bem? 662.

Obrigação que tem os Lavradores de avizarem o Senhorio para a partilha dos fructes. quando a ha, a 664.

Antes da colheita dos fructos póde o Senhorio mandar avisar o Colono, para que não o recolha sem elle ser chamado. 664.

Se a palha como fructo deve entrar na partilba delles, 667.

Se os fructos das arvores devem partir-se com o Colono parciario, 667. N.

Quid, se os fructos se perdem antes de partidos? 669.

Como se devem liquidar os fructos, 686.

Quando os fructos devidos por pensão se devem pagar á maior valia do anno, a 687.

Para se exigir a pensão dos fructos he necessario esperar o tempo da colheita, 715.

Póde-se fazer embargo nos fructos antes do tempo da paga da pensão, 716.

---Sem que neste caso seja necessario para o sequestro provar os requisitos de Direito, 716.

. Quando o Prazo se devolve ao Senhorio por extinçção das — Quando ha clausula geral | vidas, por falta de successor, ou renuncia, passa com os fructos

pendentes, 1114.

De que tempo se devem os fructos e rendimentos do Prazo,. quando este se devolve ao Senhorio por Commisso, 1114.

Para livrar da condemnação de'fructos antes da litis confestação, basta qualquer causa, ainda dubia, 1115. N.

No Commisso por Damnificações devem-se os fructos desde o tempo em que elle se incorreo, 11 f6.

Em todo o caso em que os fructos pendentes cedem para o Senhorio, se devem deduzir as despezas da cultura, 1116. N.

#### FURIOSO.

Se o furioso e demente póde nomear o Prazo, 317.

Se póde testar e fazer contractos no lucido intervallo, 317.

Quando a demencia, ou bom juizo se presumão, e porque signaes, 317. N. r.

Os crasos e grossolanos podem testar, e fazer Doações, 317. N.

#### GENRO.

Quando o Prazo se dota em casamento á filha e Genro, se este, ou aquelle se intende nomeado, 361.

#### GRÁOS.

Como se devão computar, **20**0.

# GRATIPICAÇÃO.

Quando muitos são nomeados juntamente ao Prazo póde. o Senhorio gratificar, 359.

Vide Encargos.

# HEBANCA.

· Póde renunciar-se a herança, e aceitar-se sómente o Prazo de vidas, 142.

O Pai não he obrigado reservar aos filhos do primeiro matrimonio as beranças que houve por Disposições de outros filhos do mesmo matrimonio, 158. N.

O instituido na herança se intende nomeado no Prazo, a 206. a 219:

-- Limita-se, sendo a Instituição restricta aos bens livres, 213. N.

Se a instituição de herdeiro se póde admittir por conjecturas, 225.

Se o instituido herdeiro em cousa certa se intende nomeado no Prazo, 226.

Se o instituido herdeiro póde levantar-se com os Prazos livres de encargos, e repudiar a herança, 243.

Quando se repudia a herança, e não ha substituto, sica o Testamento nullo e destituto,

Herança não póde aceitar-se em parte e repudiar-se em parte, 248.

Herdeiro instituido não póde aceitar o prelegado, e repudiar a herança, 248 e 249.

Merdeiro repudiando a herança, não póde fraudar a terceiro, **248**.

Quando a herança vai para o Fisco, deve este pagar os legados, 251.

Circumstancias por que o her-

deiro universal póde ser insuccessivel no Prazo, a 256.

Instituidos muitos herdeiros, em que partes se intende cada hum instituido, 274. r.

Se o herdeiro que addiu a herança sem o beneficio de Inventario fica obrigado ultre vires hereditatis, 389. N.

Se na renuncia, cessão, obrigação, venda, etc. da herança se comprehendem os Prazos, a 506.

#### HYPOTHECA.

Na hypotheca geral se comprehendem os Prazos, 506. 507.

Por via de regra os Prazos podem hypothecar-se sem licença do Senhorio, 506. N.

Auctorisando o Senhorio a hypotheca dos Praxos passa aos Successores, 507.

Se o Emphyteuta póde hypothecar o Prazo sem auctoridade do Senhorio, a 845.

Ainda que haja no Prazo prohibição expressa de o hypothecar, sempre subsiste a hypotheca na commodidade, durante a vida do Emphyteuta, 845.

A hypotheca se extingue por morte do Emphyteuta, sendo de providencia ou Nomeação o Prazo, 846.

-Limita-se: 1.º Sendo o Prazo fateozim hereditario: 2.º quando o successor he herdeiro do Emphyteuta: 3.º quando o Senhorio auctorison a hypotheca, 846.

—Mas he necessario que o consentimento do Senhorio seja em vida do hypothecante, 846.

Sc o Prazo se devolve ao Se-

nhorio por causa voluntaria, lhe passa livre, aliter se por necessaria, 847. 983. a 1125.

— Limita-se, consentindo o Senhorio na hypotheca, 847. 983. N.

O Senhorio não póde negar o consentimento que se lhe pede para a hypotheca, pedindo-sèlhe, salvo o seu prejuizo, 847. N.

Requisitos da acção hypothecaria nos Prazos, 983. N. 1.

Se se deve Laudemio do penhor, e hypotheca com antichresi, 1019.

Se pelo Laudemio se dá o direito da bypotheca, 1044. Vide *Penhora*.

#### IDENTIDADE.

Provas necessarias da identidade dos bens Emphyteuticos para o caso da consolidação por commisso, ou Devolução, a 1226.

Prova da identidade de predios diversos, em diversas situações, que ou não tem medições, ou estão confundidas, a 1238.

Na falta de confrontações, e marcos presume-se de Prazo tudo o que o Emphyteuta possue, em quanto este não prova a allodialidade desses hens, 1238.

Quid, quando não ha marcos, mas ha medição nos Tombos antigos? 1239.

Prova regular da identidade de quaesquer predios confrontados no emprazamento, a 1240.

Fórma prática de allegar e provar a identidade, 1240.

A identidade em factos antigos se prova por indicios e conjecturas, 1241. Vide Confins.

#### IGNORANCIA.

A impericia do Tabellião não prejudica ás Partes, 418.

Ignorancia excusa o foreiro parciario da pena, 675.

Como se prova ou presuma a seiencia, ou ignorancia, 883. N: r.

Ignorancia de Direité excusa, maximè tratando-se de damno vilando, 1132. N.

Não se presume no Emphyteuta ignorancia das terras sugeitas, 1247. N.

#### IGREJAS.

Se os bens das Igrejas se podem emprasar, 26. 29.

Os bens das Igrejas são temporaes, 595. N.

Que prova fazem os livros censuaes das Igrejas, 1202. N.

#### IMPEDIMENTO.

O tempo para pedir a Renovação não corre ao legitimamente impedido, 1132.

Se o que está legitimamente impedido deve, durante o tempo, protestar o impedimento, 1132. N.

Quaes são os impedimentos legitimos, que excusão do commisso, eb non petitam renovationem, a 1133.

A enfermidade, a prizão, a guerra, a peste, a ausencia, etc. são impedimentos legaes para todos os effeitos jurídicos, 1134. N.

#### INCAPAZES.

Quaes sejão: se podem adquirir Emprazamentos, 50. 267.

Quaes não podem ser instituidos herdeiros, nam succederem nos Prazos, a 268.

Quid, se se institue herdeiro hum capaz com o tacito fideicommisso de se restituir a hum incapaz? 269. N.

O Espurio, aliás incapaz; póde ser instituido pelo Pai, com a condição, Si a Principe legitimetur, 270.

— Ou quando os bens são tão poucos, que apenas chegão para alimentos, 271.

-A quem incumbe esta prova, 271. N. r.

— Em consequencia tambem no Prazo de Nomeação, 271.

Havendo hum incapaz instituido juntamente com outros, se a porção da estimação do Prazo accresce aos Conjunctos, ou passa aos Substitutos. 277.

Se ao incapaz se deve ou não a Estimação, 277.

O condemnado á morte reputa-se incapaz para dispôr dos seus bens, 314. N.

#### INDIGNOS.

O que são Indignos, 272.

Quando o herdeiro he julgado Indigno, devolve-se a herança ao Fisco, 272.

— Mas no entretanto o Indigno a retem, e só o Fisco póde objectar-lhe a indignidade, 252.

Em algumas Nações estão obrogados os Direitos do Fisco neste caso, 272. N.

# insinuação.

Se a Nomeação dos Prazos precisa della, 396.

Rasões por que foi introdusida a fasimuação, 401. r.

Donções causa mortis não precisão de Insinuação, 408.

Se nomeando-se hum Prazo de valor excessivo, se he malla a Nomeação no seu todo, 411.

A Doação excessiva da taxa da Lei subsiste sem Insinuação no que póde valer, 411.

# INVERPRETAÇÃO.

Regras geraes da Interpretação dos contractos; e especial do Emphyteusi, censo, locação, setc., 72.

O nome do contracto não se respeita se as clausulas são contrarias, 73. N.

Na simplicidade da Jurisprudencia, a intenção do Disponente he a que predomina, 210.

Tem lugar a Interpretação restrictiva, se da literal resulta intoleravel, ou illicito, 407.

Hum Titulo oneroso de compra recebe larga interpretação em favor de comprador, 510. N.

Como se devão interpretar as Renovações, a 1158.

Permittido o que he mais se intende permittido o que he menes, 1168. e N.

#### SUGADA.

Os Colenos, e Emphyteutas pareiarios das Igrejas estão isemptos das Jugadas, comocrendo os requisitos da Lei, 595. N.

Obrigação que tem o Lavrador que paga Jugada, de chamar o Rendeiro para vér partir os fructos, etc. 664.

#### JURAMENTO.

O Senhorio pode obrigar os Contractantes pedindo-lhe o seu consentimento, desconflando delles, para que jurem o contracto, 857.

- Este Juvamento não he decisorio judicial, admitte preva em contrario, 858.

#### LAUDEMIO.

He hum directo do Senhorio muito eventual e inattendivel, 395.

Direito dominical dos Laudemios. Quando podem exigir-se. Em que alienações. A que pessoas se devão pagar, a 994.

Donde se deriva a palavra Laudemio, e as differentes accepções que tem, 994. 995.

Se o Laudemio he hum direito odioso, e exorbitante, que não admitte interpretração extensiva de caso a caso, 996.

'Se vale o argumento de gabella ad Laudemium, etc. contra, 997.

Deve-se o Laudemio sé do contracto válido, perfeito, e consulmmado, 998.

--- Não basta a clausula Constituti para obrar neste caso o effeito de tradição, 998. N.

Não se deve o Laudenrio em quanto se não passão os limites de bum simples tratado; mas sim logo que se effectua com tradição, 999.

Quando o simples tratado passe a ser contracto perfeito, para se dever Laudemio, 999. N. r.

Não se deve quando o con-

tracto ho nullo: 1.2, em quanto senão paga Siza: 2.º, sendo celebrado por menor: 8.º, quando concorre outra nullidade legal: 4.º, quando se vende cousa alhoia: 5.º, quando a doação he nulla, por ser entre marido, e mulher, 1900 1048. 1049.

—He necessario que a nullidade se julgue por Sentença, entretanto deve-se, e só depois se restitue, se o Senhorio o tem recebido, 1000. N. 1028. 1049.

Se antes da tradição se retracta a venda não se deve Laudemio; se depois da tradição dois Laudemios, 1001.

Se ha colloio em se annullar a venda não se deve Laudemio, 1001. N. 1749. 1050.

Na venda condicional, em quanto a condição se não enche, se não deve Landemio, 1002.

—Bem como 1.º, sendo celebrada com o paeto da L. Commissoria: 2.º, quando se commette o preço a arbitrio de terceiro: 3.º, quando a venda se faz ad mensuram, 1002.

—Se pendendo a condição se faz tradição sem repetir a condição se deve Laudemio, 1002. N.

Se o Senhorio não approva o novo Successor não se deve Laudemio. Assim como se optapara si, 1003.

Se impugna, c he supprido o consentimento pelo Magistrado tambem se não deve, 1003.

O Senhorio por mais que consinta na venda, e receba a pensão de novo Successor, não se intende renunciar o Laudemio, sem expressamente o declarar, 1004.

De que alienações se devão Laudemios, 1005.

Quando da compra e venda, a 1005.

Não se deve da remissão da venda, 1006.

— Limitações desta regra, 1006.

Se se deve Laudemio da venda da acção da reivindicação do Prazo, 1007.

Deve-se hum só Laudemio, se o que arremata em hasta publica o Prazo o cede a outro antes de tomar posse, 1008.

—Porém o Cessionario deve antes da posse propôr ao Senherio a opeão, 1008.

O mesmo que procede na venda do Prazo, procede na dação em pagamento. O mesmo que succede na venda de todo o Prazo succede em parte delle. O mesmo na venda das Bemfeitorias e servidões, 1009.

De tantas quantas vendas successivas se fizerem do Prazo, tantos Laudemios se devem, 1010.

— Não porém se antes da posse se transfere o direito da compra a qualquer Terceiro, e este a outro, etc. 1010.

—O ultimo dos compradores he responsavel por todos os Laudemios, com regresso contra os Antecessores, 1010.

Não se deve Laudemio da venda do usofructo, porque não he necessario o consentimento do Senhorio, 1010. N. Vide 1022.

Da permutação dos bens de Prazo se deve Laudemio, 1011. Se os Consortes do mesme Prazo que troção entre si, devem Laudemio, 1011. N.

Deve-se Laudemio do valor de toda a cousa permutada, e não sómente do excesso a dinheiro, 1012.

Quando da doação se deva Laudemio, a 1013.—Por via de regra não se deve, 1013.

Limita-se: 1.°, na remuneratoria: 2.°, na mutua: 3.°, na ob causam, 1013.

Igualmente se deve no Dote estimado, 1013.

Quid, No Dote constituido a extranho? 1013.

Quando o Dote se julgue ou não estimado, para se dever ou não Laudemio, 1013. N.

Quando se dota hum Prazo a hum Collateral, recebendo-se delle em ún sheiro o equivalente ao todo, ou parte, se deve Laudemio. 1014.

Se se deve Laudemio quando o Pai dota o Prazo á filha. e recebe do Genro, ou de seus Pais o equivalente em dinheiro, 1019.

Quando se deva Laudemio da Transacção, a 1016.

—Se o accionado dimitte ao auctor com dinheiro não se deve Laudemio; se porém dimitte o Prazo recebendo dinheiro, deve-se, a 1016.

Assim como per Estilo senão deve Siza de alguma Transacção, tambem não Laudemio, 1018.

Se se deve Laudemio do penhor e hypotheca com antichresi, 1019.

Quando se deve Laudemio da Constituição do Censo, 1020.

Quid, Se o Censo ou pensão annua se impoem com consen-

timento de Senhorio para ter duração perpetua? 1020. N.

Se se deve Laudemio da subemphyteuticação, 1021.

Não se deve Ludemio da venda temporal das commodidades do Prazo, só sendo em fraude do Senhorio, 1022.

Não se deve Laudemio, quando o Prazo se encabeça em hum dos coherdeiros, 1024.

- Só vendendo-se para se repartir o preço, 1024.

Não se deve Laudemio, quando o usofructuario vende o usofructo. 1024.

Tambem não quando antes de adquirido o Prazo se renuncia graciosamente, 1024.

Quando nos Prazos improprios se não escipula Laudemio não se deve. 1025.

Porque se não deve da alienação dos bens arrendados, 1025.

Tambem se não deve dos Contractos que ainda que se denominassem Prazos o não são, 1025.

Dos Prazos improprios se não deve Laudemio, 1026.

— Se nestes Prazos se estipúla Laudemio fica o contracto usurario, 1026.

O Laudemio deve-se ao usofructuario, 1027.

Pertence: 1.º o Laudemio ao usofructuario geral da herança, 1028.

- 2.º Ao marido, ainda que o dominio seja da mulher, 1028.
- 3.º Ao Pai usofructuario do filho, 1028.
- 4.º Ao Administrador de qualquer morgado, 1028.
  - 5.º Ao Beneficiado, 1028. Sendo muitos os Consenho-

rios, e hum optando, deve satisfazer-se aos outros; ou não optando se rateia por todos, 1029.

Laudemio he especie de pensão. 1281.

A qual dos Senhorios deve pertencer o Laudemio, quando sendo hum ao tempo da venda, outro a appreva, 1030.

Sendo a venda condicional, e aperfeiçoando-se per se encher a Condição no tempo de outro Senhorio, a quem se deve o Laudemio, 1031.

Se os Laudemios pertencem aos herdeiros do Beneficiado do tempo do contracto, se ao que auctorizou a venda, 1032.

O Laudemio da venda do subemphyteusi deve-se ao Senhorio, e não ao Emphyteuta, 1033.

Pactos que póde haver na estipulação do Laudemio, 1034.

Quando o Laudemio não he expresso deve attender-se para a sua paga o costume do Senhorio, 1035.

Para se regular a quantidade do Laudemio, que preço, e que cousas mais se devem attender nos Contractos, a 1036.

Tambem se deve do Supplemento do preço, 1031. N.

Que cousas se não podem excomputar do preço para diminuir o Laudemio, 1038.

Se o comprador deo ao vendedor luvas, ou se obrigou, além do preço a pagar outra divida, se deve tambem Laudemio disto, 1039.

Como na Permutação e outros casos se devem estimar os valores para o pagamento do Laudemio, 1041.

TOMO II:

Se o pagamento do Laudemio incumbe ao vendedor, se ao comprador, a 1041.

Pelo Laudemio dá-se o direito de hypotheca, 1044.

Em que casos não póde o Senhorio exigir o Laudemio: Em que casos deve restituir o Laudemie já recebido, a 1045. 1051.

Quando se presume renunciado o Laudemio, 1046. e N.

Por 30, ou 40 annos se julga prescripto, 1047.

Acções para exigir o Laudemio, a 1281.

Pelo Laudemio compete a via Executiva, 1291.

Providencias a que devé recorrer o Senhorio, quando o comprador nega a compra, o titulo, ou o preço para pagar o Laudemio, 1282.

#### LEGADOS.

Quaes são os Legados que se devem de hum Testamento destituto, 246.

Não são hoje tantos os favores dos Legados Pios, como pensava o Commum dos DD., 246. N.

. Herdeiro instituido não póde aceitar o prelegado e repudira a herança, 248. 249.

Não he necessario o consentimento do Senhorio, quando o Prazo se deixa em Legado, 367.

Se no Legado universal do usofructo se comprehendem os Prazos, a 506.

LEGITIMAÇÃO.

Natureza das Legitimações

conforme o Direito consuctadinario deste Reino, 173. N.

Não saccede o legitimade no Brazo ou bens livres, com exclusão dos Ascendentes, 175.

--- Quando succede nos Prazos familares, 176.

Legitimados per subsequene metrimonium, 176. N. r.

Os Espurios legitimados não succedem aos consanguimeos patermos, 203.

-Sim aos maternos, 204.

#### LEGUMES.

O que se comprehende na accepção da palavra Legumes, 659.

Não se comprehendem em qualquer obrigação de pão, sem huma clara expressão delles, 449.

Se houver hama chausula geral comprehensiva de todos os fructos, comprehendem-se os legumes, 660.

LEI.

Ainda que abrogada póde algam seu principio applicar-separa argumento de alguma conclusão juridica, 158. N. 226. N.

Lei especial segninte fica sendo huma limitação da geral antecedente, 404.

Quando não vale o argumento a contrario sensu Legis, 405.

O costume que não he forcoso para abrogar a Lei penal, sempre faz excasar da pena, 672. e N.

LESÃO. -

Como se verifica a Lesão nos Arrendamentos, 92.

O Senhorie que eptou péde arguir Lesão no preço, 937. N.

Acções para annullar, ou rescindir o Emprazamento por nullidade ou lesão, a 1190.

Os Emprazamentos tambem são sacrificados á lesão, 1191.

Se o Contracto ou principio justo se póde pelo decurso do tempo tornar lesivo, 1192.

Acção competente ao Emphyteuta para rescindir o Prazo por tesão, ou para se diminuir a pensão, 1291.

LICITAÇÃO.

Quando tem lugar na Licitação o direito da opção, a 909.

LIMITES.

Vide Confins.

LINEO.

21.7

O gue se comprehende na palavra « Linho », 655.

LIQUIDAÇÃO.

Que liquidação deva preceder no Executivo, e como, a 1271.

Ha dues especies de illiquidade, huma na substancia, outra na quantidade, 1271.

Não póde decretar-se a via executiva, sendo por quetas de fructos, sem que preceda ao menos um arbitramento de quanto produzírão as Terras, 1271.

Constando da quantidade das pensões póde depois da penhora liquidar-se o preço dos fructos, 1271.

· Se se não embarga a penho- administrador de todos os bens ra póde esta julgar-se por Sen- da mulher, 338. tença, mas não póde a Execução proseguir sem liquidação,

Se a liquidação superveniente convalida a Execução, 1273.

Por que preços se bão de · higuidar as Pensões Emphyteuticas, 1275.

LOCAÇÃO.

Vide Arrendamento.

LUCTUOSA.

Como direito do Senhorio, ou como direito dos Bispos e Cabidos, 713.

MAGISTRADO.

Se os Magistrados podem ser nemeados nos Prazos, 439.

#### MANINHOS.

Emprazamentos de maninhos, 33.

Maninhos dos Particulares,

A porção do Maninho juncta ao Prazo, quando fica ou não desmembravel, para se reputar Bemfeitoria, 586.

# MARIDO.

Se póde emprazar sem o consentimento da mulher, 23.

Marido póde receber bens de Emprazamento sem consentimento da mulher, 48.

Se o marido póde nomear o Prazo sem consentimento da mulher, 326.

No nosso Reino o marido he 11131.

#### MATRIMONIO.

Pessimas consequencias dos Matrimonios das quinquagenarias, 342. N. r.

# MENORES.

Como se devem emprazar os bens dos menores, 21.

Se os menores podem receber Emprazamentos, 48. N.

Se o Pupillo póde nomear o Prazo, 311.

Pupillo póde apresentar Beneficio, 311. N.

Se o Puber póde nomear, 312. Menores não pódem doar, ainda com auctoridade do Tutor, 312.

MOINHO.

Se ao tempo em que se aforão não havia outros que depois 🗪 fizerão, deve-se a pensão abater. 752.

#### MORA.

Incorre-se pelo que tem obrigação de pagar a Pensão, passado o tempo, sem necessidade de interpellação, 681.

Em que casos e circumstancias se póde purgar a mora, 685. r.

Se póde haver pacto de se não purgar a mora, 790.

— Quid, não havendo este pacto? 791.

Se se póde purgar a mora para excusar do Commisso, a 790.

—Se por se não impetrar a Renovação dentro do tempo.

# MORGADO.

Se o Administrador de Morgado póde emprasar, 24.

#### MOSTEIROS.

Se os Mosteiros e Igrejas podem emprazar, 26.

Se os corpos de mão morta podem adquirir e reter, 49. N. 261. N.

#### MOVBIS.

Emprazado qualquer predio se comprehendem os moveis a elle affixos ou para elle destinados, 40. N.

Não podem emprazar-se moveis, 46.

Moveis podem arrendar-se, 46. N.

#### MUDO.

O Mudo póde celebrar todo o Contracto, a fazer Doações, 321.

— Se o Surdo e mudo ex aceidenti, 322.

—Se o Surdo e mudo de nascimento, 323.

Como se devão precaver as fraudes a que estão sujeitas as Disposições dos surdos e mudos, 322. N. r.

#### MULHER.

Se a mulher póde nomear o Prazo sem consentimento do marido, 328.

Mulher não póde fazer contracto algum, ainda sobre seus bens, sem auctoridade do marido, 329, 330, 338. N.

Quando o marido recusa prestar o consentimento á mulher,

tem esta e recurso ao Magistrado, 330.

Razões por que a mulher pode fazer testamento sem consentimento do marido, 333. r.

A mulher so tem parte no preço do Prazo comprado constante o matrimonio. 336. N.

—Ella nem communica nas Bemfeitorias do Prazo comprado antes, 336. N.

Mulher quinquagenaria póde ser nomeada nos Prazos pelo marido, mas não nomear o marido, 344.

A mulher do Emphyteuta, quando se faz a Renovação he vida necessaria nos Prazos, 364. N. 1053. N.

#### NETOS.

Successão dos Netos nos Prazos, a 177.

—B nos bens livres, 186. N. r.

Se o Neto legitimo do filho legitimo exclue o filho natural, 181.

Se o Neto legitimo do filho natural prefere ao Neto natural do filho legitimo, 183.

Se o Neto, filho do filho unico do primeiro matrimonio, exclue o Tio filho do segundo matrimonio. 185.

Quando concorrem muitos netos, qual delles deva succeder, 186.

Se o Neto legitimo de huma Mãi Espuria succede ao Avó, 205.

NOMBAÇÃO.

Sua natureza, fórmas, e validade.

Nos Prazos de Nomeação li-

vre, ainda havendo filhos, não sendo chamados podem succeder extranhos, 165.

A faculdade de nomear concedida ao Emphyteuta se executa e enche pela instituição de herdeiro, 207.

No Direito Romano não houve idéa alguma dos Prazos de Nomeação, ou providencia, 208.

Jámais Emprazamento obrigou que os Prazos se nomeiem com certa formalidade de palavras, 210.

Julga-se nomeado no Prazo aquelle a quem elle se dota ou lega, 213.

—E o instituido herdeiro, a 206. a 219.

- Menos se a instituição for restricta aos bens livres, 213.

A Nomeação feita em testamento segue a natureza delle, 219.

Quando nullo o Testamento póde subsistir a Nomeação. 221, 222.

Quid, Se a Nomeação he feita por contracto no Testamento? 222. N.

Se he valida a Nomeação em Testamento de Pai, ao menos com tres testemunhas, 233.

Nomeação he hum acto anomalo, que segue a natureza do acto em que se faz, 224. 286.

O Donatario universal de bens se intende nomeado no Prazo. 224.

Se instituido herdeiro em cousa certa se intende nomeado no Prazo, 226.

O Substituido se intende tambem nomeado no Prazo, 227.

Se o Instituido se intende

nomeado, não menos o segundo instituido, 237.

Se o herdeiro instituido para se intender nomeado deve accitar a herança, 242.

Se por effeito da Clausula Codicilar valem as nomeações feitas em hum testamento nulle, 246. N.

Circunstancias por que o herdeiro universal póde ser insuccessivel no Prazo, a 266.

Quando em Testamento são collectivamente instituidos herdeiros, como se ha de intender quanto aos Prazos, 278.

Quando muitos filhos ou extranhos, se o primeiro na ordem da letra se ha de intender nomeado no Prazo, 279. 280. Vide 359.

O que he Nomeação, sua natureza, e fórmas, a 283.

Formulas por que se concede a faculdade de nomear, 287.

Quem nomeia ou elege deve regular-se pela faculdade concedida, sem que possa ampliala, ou altera-la, 287. N.

Por que palavras, indicios, ou factos se póde qualquer intender nomeado, 288.

Se dizendo qualquer: Eu quero nomear o meu Prazo em F., fica este effectivamente nomeado, 290.

Se a promessa de nomear o Prazo se ha de julgar effectiva Nomeação de presente, 291.

Quando, não apparecendo Escriptura de Nomeação, se ha de por enunciativas intender nomeado o Prazo, 292.

Se por acenos e signaes se póde dizer perfeita a Nomeação, 293. 321.

Se constituindo-se hum Pro-

ourador para nomear, e este não nomeia, fica effectiva a Nomeação, 294

Se o Emphytouta póde nomear por Procurador, 294.

-Se o Mandato se póde revogar, 295.

Se o Testation disser: Ticio seja contente com tal Prazo: se se intende nomeado nelle, 297.

Se o Emphyteuta determina, que Ticio de tantas medidas do seu Prazo: se isto faz Nomeacão, 298.

Se dotando-se, legando-se, etc. hum prazo, ou simplesmente entregando-se para alimentos, se se intende nomeado, 299. 370.

Se o nomeado em parte do Prazo se intende no tedo, 300.

Se o Emphyteuta nomeando exercita liberalidade, e lhe dá alguma cousa propria, 301.

A faculdade de eleger para fideicommisso differe da faculdade de nemear o Prazo, 205.

A Doação, e a Nomeação fraternizão na essencia, 306.

- Sobre a Insinuação da Nomeação. Vide a 336. e 411.

# QUE PESSOAS PODEM NOMEAR, E SER NOMEADAS.

Que Pessons tem capacidade legal para fazerem Nomeações de seus Prazos, a 309.

Se o Religioso póde Nomear, 309.

Se o Papillo péde nomear o Prazo, 311.

Se o Pubere póde nomear, 342.

Se o filho familias póde nomear, 313. —Se por Testamento, 313.

Se o condemnade á morte póde nomear, 314.

Se o Prodigo póde nomear, 316.

Se o furioso e demente póde nomear. 317.

Se o cégo, surdo, mudo, balbuciente póde nomear, 318. 325.

Se o marido ou mulher, sem dependencia do mutuo consentimento, 326.

Que pessoas tem incapacidade legal para poderem ser nomeadas nos Prazos, a 339.

Se os conjuges se podem nomear, 340.

A mulher quinquagenaria póde nomesr o marido, mas não ser nomeada, 344.

Se o concubinario póde nomear a concubina, 345.

Se o casado póde nomear a concubina, 348.

Se os Megistrados podem ser nomeados, 349.

Se os Espurios podem ser nomeados, 250.

Que pessoas podem, ou pão ser nomeadas, segundo es Investiduras, a 351.

Nos Prazos de Nomeação livro, ainda que haja filhos se póde nomear Pessoa extranha, 351.

Póde nomear-se a filha preteride o filho, 352,

Quando pessão nomear-se os filhos do segundo Matrimonio preteridos os do primeiro, 353.

- Quid, quando o Prazo he familiar? 356.

Quando o Prazo se dota á filha e genro, sempre aquella se intende nomeada, 361.

# CONSENTIMENTO DO SENHORIO.

Em que casos he necessario o consentimento do Senhorio para a nomeação dos Prazos, a 365.

Quando o Prazo concede a faculdade de nomear não he necessario outro consentimento do Senhorio, 366.

O nomeado em Testamento deve confirmar-se depois pelo Senhome, 367.

# PROVA DA NOMEAÇÃO.

Por que modos se póde celebrar, e depois provar a Nomeação do Prazo, a 369.

Se n'hum testamento privilegiado entre filhos, sem solemnidedes, se nomeia hum Prazo a Extranho, não vale a Nomeação, 371.

Annullada a Escriptura da Nomeação póde esta valer, provando-se por tres testemunhas, 372.

Nomeação em dosção causa mortis, requer cinco testemamhas, 372.

Nomeação póde fazer-se a pesse a ausente; porém requer aceitação; maxime sendo onerosa, 374.

Nomeação provada por tres testemunhas, 375.

— He porém necessaria dispensa para prova, não sendo entre pessoas privilegiadas, 376. N.

Cautelas ao nomeado por Escripto, ou perante testemunhas:

1.º Citar o Nomeante para reconhecer o Escripto: 2.º Inquirir as testemunhas ad perpetuam rei memoriam, 377.

Nomeação do Prazo por Escripto particular, 378.

Se o Successor legitimo reconhece a Nomeação, ainda que destituida das solemnidades, subsiste valida, 378, N.

Se a Nomeação dos Prazos precisa de Insinuação, a 396.

Se a Nomeação do Prazo de hum valor excessivo sem Insinuação se annulla no sey todo, 411.

# NOMBAÇÃO COM GRAVAMES.

A received

Quando se póde gravar com Encargos, ou Condições a Nomeação, 379.

Podem gravar-se os Nomeados, quando he em favor daquellas Pesseas que se podião directamente nomear, 235. N. 385.

- A regra he que a Nomeação do Prazo se não póde gravar com onus, ou condição alguma, 380.
- Limitações desta Regra, a 382.
- 1. Quando a faculdade he para nomear incerta de incertas. 382.
- 2.º Quando não ha precisa obrigação de nomear, 383.
- 3.º Quando a condição he posta com pena do perdimente do Prazo, 384.
- 4.º Quando a condição he em favor daquella pessoa, que aliás se podia nomear, 385. 235. N.
- 5.4 Quando se transfere logo o usafructo, 386.
- 6.ª Quando se deixão bens livres equivalentes ao gravame, 387.
- Se o Nomeado se prejudica pela acceitação dos bens livres,

vame, 387. r.

7.º Quando o nomecado he herdeiro do Nomeante, 388.

8. Quando o Nomeado aceita o gravame, 390.

- Se basta que esta aceitação, ou consentimento seja tacito, 391.

--- Este gravame aceito pelo Nomeado he pessoal, e não affecta o Prazo, 391.

--- Quando o onus não subsiste. sempre subsiste valida a Nomeação, 391. N.

Quando os conjuges nomeão o Prazo com reserva do usofructo, se morrendo hum vaga ametade do mesmo, 391. N. r.

Se quem tem poder de nomear muites substituindo huns depois de outros, a 392.

# NOMEACÕES REVOGAVEIS, E IRREVOGAVEIS.

Que Nomeação he revogavel, ou irrevogavel por natureza,

Em que circumstancias a Nomeação do Prazo, que concede o poder de nomear até a morte, he irrevogavel, 415.

Que nomeação, sendo aliás revogavel, se transforma irrevogavel ex accidenti, e por que accidente e circumstancias, a 416. a 448.

Para ser irrevogavel a Nomeação basta a simples reserva do usofructo, 425.

Se o Prazo com a faculdade de nomear até a morte se doar com a promessa de se não revogar a Nomeação, fica esta irrevogavel, 426.

que não correspondem ao gra- e não existir senão huma pessoa a guem se haja de nomear. fica ella como elle irrevogavel. 427.

> --Se n'hum tal Prazo se póde, em prejuizo dos que existirem ao tempo da morte, nomear hum irrevogalmente, a 428.

Que Nomeação he irrevogavel por natureza, a 435.

«Is qui electionem seu no-« minationem habet, ea semel « facta, non potest iterum eli-« gere », 436.

Se sendo a nomeação irrevogavel fica o dominio util ipso jure transferido no nomeado, a 437.

Quando a nomeação he nulla por qualquer causa póde o Nomeante revoga-la, e fazer outra, 448.

1.º Causa: Se a primeira foi feita a pessoa inhabil, 448.

2.º Quando o Emphyteuta reserva a faculdade de a revogar, 449.

3.º Sendo em Testamento, ou acto causa mortis, 450.

He disputavel se a Nomescão feita em testamento póde revogar-se sem que se revogue juntamente o Testamento, 450, 451.

4.º Nascendo filhos ao Nomeante, 452. 453.

5. A superveniente Ingratidão, 454, 455, 483.

6.º Não cumprindo o Nomeado aquillo a que se obrigou, 457.

Por que modos e factos se revoga, ou intende revogada a Nomeação revogavel, a 471.

Nomeação revogavel acaba por outra subsequente, 473.

Revogada a primeira nomea-- Se este Prazo for familiar, | ção revogavel, e sendo a seguncessor ab intestato, 473. N.

Se a segunda Nomeação inválida revoga, ou não, a primeira válida, 474. 475, 476. 477. N. 482.

Revoga-se a Nomeação do Prazo revogavel pela alienação do mesmo, 477.

A Nemeação causa mortis não se revoga pela seguinte Instituição de herdeiro, 478.

-Quid. Se o Testador revogou no Testamento todos os actos de ultima vontade, que tivesse feito? 478. N.

A Nomeação feita em testamento válido pão se revoga pela outra depois feita em testamento nullo, 479, 480, 482,

Se o Pai nomeou irrevogavelmente um silho, e vivo este nomeou outro, morrendo o primeiro em vida do Pai convalesce a segunda Nomeação, 483. 504.

Por que modo se deva neste Reino provar a revogação da Nomeação revogavel, a 484.

Nomeação feita por Escriptura publica só por outra, ou por Testamento solemne se póde revogar, 486.

Nomeação feita em testamento como se póde revogar, 491.

Que commodos e interesses resultão ao Nomeante, revogando em sua vida a Nomeação revogavel, a 492.

- 1.º Commodo: Consiste em poder nomear outra pessoa,
- 2.º Poder reivindicar o Prazo, e perceler os fructos, a 493.

. Se revogando-se pelo nascimento dos filhos, pela ingratidão, por falta de Insinuação, etc.

TOMO II.

do inutil, passa o Prazo ao Suc- de quando se devão os fructos. 494.

COLLISÃO DE NOMBAÇÕES.

Quando entrão em collisão duas Nomenções feitas a diversas pessoas, qual deva preferir. a 498.

Entre duas Nomeações itrevogaveis, ainda que na primeira falte a translação do dominio e posse, prefere á segunda que a tinha, 501.

Quando entrão em collisão duas Nomeações irrevogaveis, a primeira sem auctoridade do Senhorio, a segunda com ella, qual deva preserir, 502. 503.

Quid, quando entra o Nomeado, especialmente em concurso com hum herdeire : universal de testamento? 505.

# NOMBAÇÕES CADUCAS.

Em que casos caduca por si mesmo a Nomeação, se o Nomeado morre antes do Nomeante, a 458.

Se caducão as Nomeações aliás irrevogaveis, 460.

Quando caduca a Nomeação se o Nomeante não nomeia, succede o seu consanguineo mais proximo do Nomeante, 469. N ... .

Se o Nomeante e Nomeado morrem ambos em algum incendio, qual se presume morrer primeiro para se julgar, ou não, caduca a Nomeação, 470.

Se o Pai nomeou irrevogavelmente hum filho, e vivo este nomeou outro, morrendo o primeiro em vida do Pai, convalece a segunda Nomeação, 483.

Digitized by Google

-- Outra hypothese stim & lhante, 504.

#### MULLIDADE.

Accões para annullar o Emprazamento por nullidade, ou lesso, a 1190.

Circumstancias que tornão nalie o Emprazamento, 1190.

Accão de nulidade dura 80

annos, 1190. N.

--- Ha pessoas contra ai quaes he necessario maior tempo, 1190. N. r.

Se he ou não conventente pará obstat á prescripção juntar hum Titulo nullo, 1190. N.

## OBSERVANCIA.

Admiravels effeitos della. 124. N.

A observancia subsequente he o melhor interprete dos contractos, Emprazamentos, e oufras Disposições, 658.

## OPPICTARS.

Officiales de Justiça não podem arrematat, nem aforat em Praca. 51.

#### ontis.

Onus ou Condição he o mesmb, 379.

A regra he, que a Nomeação do Prazo se não póde gravar com onus ou condição alguma. 380.

—Limituções, a 382.

Ouando o onus não subsiste, sempre subsiste válida a Nomeação sem elle, 391. N.

Vide Encardos.

OPGÃÐ.

Ogando são meitos es Senhorios, e ha duvida na opção, a 863. Vide Consentimento.

Vendendo-se com o Prazo bens allodiaes, o Senhorio não he obrigado optar turbo, 867. N.

Em que casos compete à Opção e prelação ao Scalintio. a 889.

O direito da opção póde estipular-se em qualquer contracto, 889.

Quando na venda compete a opção, a 892. ·

Em toda a alienação necessaria não ha o direito da opção, 892.

– Na arrematação sim, 892. Sendo voluntaria e perpetua compete a prelação, 898.

O mesmo succede na venda com o pacto de retrovinulende, 894.

--- Cedido o diretto de remir na venda tom este patto não póde o comprador obstar 🖜 Cessionario com tessão do Senborio, 894. N.

Se a venda he temporal e vitalicia, varião os DD. sobre o direito da Opção, 895.

- O mesme sendo com o pacto da Lei Commissoria, 896.

-E sendo condicional, 897. Duni, Sendo a venda 16612 com reserva do dominio para o vendedor? 898.

Outs. Sendo feita habitu fide de prezio? 899.

Quantio compete o direito da opção na permutação, a 900.

Quando se troca o Prazo por bens allodiaes, estimada huma e outra cousa, se tem o Sewhorio o direito da opcão, 904.

não venda, para ter lugar o direito da opção, 905.

Quando na Doação he praticavel o dircito da opção e pre-

lação, 906.

1.º Se ao Nomeado se impõe obrigação de pagar dividas do Nomeante, que excedem metade do valor do Prazo, 906.

2.º Quando se finge Nomeacão em lugar de yenda para fraudar us Laudemios, 907.

3.º Se se doa o Prazo como bens livres com sciencia, 908. se na subemphyleuticação tem lugar a opção, 909,

Quando ha na Transacção o direito da opção, 911.

Na licitação por Extranho deve haver cpeae, 912.

Se na Constituição do Censo **ha** opção, 913.

Se na Constituição da Servidão. 914.

Outros cases em que não compete ao Senhorio o direito da opção, a 915.

1.º Quando sciente da venda recebe o laudemio, 915.

2.º Passades dez annos com sciencia da alienação, 916. 917.

--- Não sendo, o Scuburio requerido para a alienação lhe compete este direito até 30 anmos. 917. N.

3.º Quando o Senherio cede a outro o direito da opção, 918.

O direito da opção passa aos successores, póde penhorar-se, etc., 918.

O comprador do Prazo como interessado póde accionar, ou excepcionar contra a cessão da opção, 918. N.

Se cedendo o Senhorio o direito da opção nullamente tem

Quando se presuma troca, e | outra vez regresso a elle, 918,

4.º Quando o Senhorio só quer optar parte e não o todo, 919.

5.º Quando requerido o Ser nhorio passárão 30 dias sem o declarar, 921.

Como deva requerer-se o Senhorio para optar ou consentir; Come que causas dossa reprovar o novo Successor: Que deve depositar guerendo optar, etc., a 922.

O requezimento ao Senhorio nóde føzer-se, ou pelo vendedor, ou pelo comprador; extrajudicialmente: Pelo Emphyteuta, ou por Procurador: E ao proprio Senhorio, ou ao Procuradur especial, 923.

Póde fazer-se ao Pai usofructuario do filho, aos Menores, Tutores, etc., 924.

Não póde fazer-se ao usofractuario do dominio directo, mas deve ser ao proprietario, 924.

Deve fazer-se congruo loco, et tempore, e declarar-se sinceramente o preço, 925.

Quando o Senhorio extrajudicialmente se porta com inacção, se deve então recorrer a Juizo, 926. 927.

Se a interpellação extrajudicial para o consentimento se deve fazer por Escripto, 927.

Prática do Requerimento judicial, a 918.

Nas 30 dias póde o Senhorio oppór os defeitos do pretendido successor, a 931.

Se o Sephorio nos 30 dias declara que quer optar deve depositar o preço, sem poder allegar que he excessivo: Deve receber<sup>1</sup>a venda com<sup>1</sup>03 mesmos encargos com que estava justa, 932. 934.

· Se o Foreiro receia que o Senhorio opta para outra pessoa póde faze-le jurar, 932. N.

Ouesmais deve o Senhorio depositar além do preço, 933.

Os 30 días são continuos, correm de dia da citação, 935.

Se passados os 30 días re adhuc integra, póde declarar a sua vontade, e optar, 936.

Quando dentro dos 30 dias póde renunciar a opção; depositar; levantar o deposito, arrepender-se, etc., 937.

Se o Senhorio declaron que quer optar não póde arrepender-se, 937.

O Senhorio que optou póde tambem arguir lesão no preço, 937.

Não he necessario que os 30 días se assignem ao Senhorio na Doação liberal: Certificado o Senhorio do novo Successor, e não oppondo nada, póde este entrar na posse, 938.

# ORDENAÇÃO.

Analyse da Ord. L. 4. Tit.
36. S. 2. e 4.—a 134.

— Da Ord. L. 4.T. 36. Princ. e T. 37. S. 4.—a 206.

—Da Ord. L. 4. T. 36. §. 1. → a 273.

-Da Ord. L. 4. T. 37. § 15. -a 458.

—Da Ord. L. 4. T. 96. S. 23. e 24. e T. 97. S. 22. 23. 24. 25.—a 515.

—Da Ord. L. 4. T. 40. —

— Da Ord. L. 4. T. 27.—

a 754.

— Da Ord. L. 4. T. 39.— a 762.

—Da Ord. L: 4. T. 38.—

—Da Ord. L.: 4. T. 38. e T. 36. S. 1. e T. 11. S. 2 e 3. a 889.

—Da Ord. L. 3. T. 93. §. 3. a 969.

- PAGA.

He tão favoravel que livra ao Devedor, amda quando feita ao Prelado, en Administrador intruso, 786, N.

-- Ou ao Procurador, ou Recebedor reputado tal, 786. N.

# PALAVRAS.

Quando por palavras enuncistivas se intenda ter sido nomeado o Prazo, não apparecendo a Nomesção, 292:

Quando as palavras presuppositivas induzão disposição perfeita, 292. N. r.

PÃO.

Na palavra Pão se comprehende o milho gresso, 648.

Quando se não específica o trigo póde o Emphyteuta pagarde qual quizer, 676.

Clausula de se pagar o pão bom, etc. obriga, 678.

Como e quando se deva liquidar o pão á maior valia do anno, a 687.

## PASSAES.

Se os Passaes das Igrejas se podem emprazar, 27. 28.

O que se reputão Passaes. 27. N. PENA.

Costume que não he forçoso para abrogar a L. penal, sempre excusa da pena, 672. e N.

Para se incorrer qualquer pena, he necessario dolo, 670.

Se o facto do creado, ou Feitor em não manisfestar excusa da pena comminada, 673. e N. r.

Pena em que incorre o Colono parciatio em não chamar a Senhorio, on outra qualquer desta natureza, se deve pedir ordinariamente, 675. N.

# PENHORA."

Quando se póde penhorar o Prazo, a 969.

Quando e Prazo antes de nomeado se póde penhorar e arrematar por dividas do Emphyteuta em vida delle, a 969.

Só se podem penhorar os Prazos não tendo o Devedor outros bens, 970.

Em todos os casos em que se póde alienar o Prazo em prejuizo dos Successores se póde penhorar, 971.

Os factos do Juiz e Officiaes na Execução e arrematação se reputão do proprio devedor, 971.

Quando os Prazos se não pódem alienar, tambem só penborar nos fructos, 972. 976.

Podem-se penhorar:

- 1.º Os Prazos fateozins bereditarios, 973.
- 2.º Sendo os Prazos de natureza mixta, ficando a disputa para depois da morte do Emphyteuta, 974.

adquiridos, e outros mais referidos no § 978.

Podem penhorar-se, quando a Nomeação foi em fraude dos Credores, 978.

—Por que conjecturas se presuma esta fraude, 978. r.

Não se podem penhorar, quando não houve frande no Emphyteuta Nomeante, 979.

— Bem como alienados bens livres antes da penhora, se póde o Comprador oppôr como terceiro, 979.

Quid, Se o Emphyteuta depois de penhorado, antes de entrar o Arrematante na posse, nomeia o Prazo? 980.

–Se bem que neste caso se presume fraude, e parece que o Nomeado se não póde oppôr á Execução, 980. N.

Quando se póde penhorar o Prazo depois da morte do Emphyteuta devedor, a 987.

A regra geral he que os Prazos só se podem arrematar por dividas do Emphyteuta em quanto elle vive, 980.

Sendo o Prazo hereditario puro póde penhorar-se por dividas do Antecessor, 981.

— Da mesma fórma sendo hereditario mixto, 982.

Seja o Prazo de que natureza för, estando hypothecado com licença do Senhorio, esta hypotheca o affecta, 983.

- Que requisitos devão preceder a esta acção hypothecaria, 983. N. r.
- —He necessario que a auctoridade do Senhorio interviesse em vida do Emphyteuta, 983. N. 2.

Se o Successor do Prazo he Os da nova especie, noviter | herdeiro universal do Emphytenta, sem Inventario, deve pagar todas as dividas delle, ainda pelo Prazo, 984.

Se o Successor consentio na hypotheca do Prazo deve pagar todas as dividas a que elle se obrigou, 985.

Se o Prazo era noviter adquirido, e o Emphyteuta o hypothecou fica obrigado o successor á hypotheca, 986.

Se o Praso foi comprado pelo Emphyteuta deve o Successor pagar as dividas até o preço da compra, 987.

-O meame em todos os casos em que o Prazo foi noviter adquirido, 987. N.

---Sendo o filho herdeiro a beneficio do Inventario só está ebrigado até o preço do Prazo, 987. N.

Se o Successor de Prazo ficou em sua vida devedor aos coherdeiros da Estimação, passa o Prazo affecto a ella, 988.

O Successor he obrigado a todas as dividas que o Emphyteuta fez para defender o Prazo, 989.

Por mais que o successor se abstenha da herança he obrigado aos credores pelas bemfeitorias do Prazo, 990.

Pratica de penhorar as Bemfeitorias, 990. N.

Quando o Successor he herdeiro do Emphyteuta por Testamento, que lhe impoz a obrigação de pagar as dividas, fica elle obrigado pelos bens do Prazo. 991.

-O mesmo se o Successor aceitou a Nomeação com este onus, 991.

O dinneiro que so dá de Entradas para o Praso tambem

he hereditario, e os affecta, 992.

Quando, e em que casos se possa penhorar e arrematar e Prazo de hum dos conjuges por dividas do outro, delle, ou communs contrahidas antes, ou depois do Matrimenie, 993.

No Executivo he erro principiar por penhora sem citação, a 1269.

Quando o Executado embarga a Penhora procedida de Executivo, os Embargos suspendem, 1274.

PENSÃO.

Sua qualidade.

Deve a Pensão ser certa ne Emprazamento e na Locação, 56.

Em que póde consistir a pensão Ruso hyteutica, 57.

A obrigação de hemfeitorias também entra om parte da Pensão, 57. N.

Se o Emphyteusi póde subsistir em pensão incerta, 58.

Quanta possa ou deva ser a pensão En.phytentica, 59.

Qual he a justa, 60.

Como se deva regular a lesão da pensão, 61.

Pensão colonica paga-se pela fruição, 93.

De que natureza se hão de presumir as pensões antigas, a 119.

Em falta de Titulo a Pensão se presume censuaria, 119. a 125.

A qualidade da pensão faz conjecturar qual foi o contracto original, 121.

Circumstancias para presu-

mir colonica a pensão, de que não apparece Titulo, 127.

Diversas especies de pensões que pagão es Emphyteutas, a 646.

No Prazo de casas não se póde impôr Pensão de generos, 646. e N.

Pensão consistente em quantidade de fructes, vulgo ração, a 647.

Se o Foreiro deve quota de vinho, como se deve esta arbitrar em uvas, 652. 653.

Se e Lavrador que só deve a quota de certos fructos varia a cultura, a deve tambem dos subrogados, 656.

Pensões de aves, marrans, courazis, caças, dinheiro, geiras, lucturess, etc., 704.

Pensão em dinheiro; se variando a moeda podem es Senheriosserobrigados a recebe-la pela moderna, a 708.

Pensão de medidas certas, e de certos fructos, a 676, 689.

PAGA DA PENSÃO.

Pagamento de pensões ao Senhorio, a 646.

Quando ha obrigação de pagar de todos os fructos por clausula expressa, quid juris? 657. 652.

Quid, Se o Foreiro fei indolente em cultivar a terra, de que deve certa queta de fructos, ou se ha convenção para cultivar bem? 662.

Obrigações tios Foreiros quando pagão certa quota de fructos: Penas e encusas dellas quando não chamão os Senhorios para a partilha, a 664.

Obrigação de se pagar a pensão em especie e capaz de receber: Interesse do Senhorio no caso da mora: Quando por prescripção se possa subrogar huma especie em lugar de outra, ou dinheiro em seu lugar, ou menor ou maior, etc., a 676. e 689.

Pensões devem-se des proprios fructos das Terras obrigadas, 677.

A clausula de se pagar o pão, bom, limpo, obriga, ainda que o Foreiro diga que o não teve bom, 678.

Não ha obrigação de satisfazer do optimo, mas satisfaz-se com o mediocre, 679.

Se a pensão se não paga em tempo competente se incorre em mora, independente de interpellação, 681.

Póde convencionar-se, que não pagando o Foreiro em tempo certo haja de pagar o dobro, 682.

-Se neste caso o Senhorio exigindo a pena, póde accusar o Commisso, 683.

Quando por falta de pagamento da pensão se incorre em Commisso, a 762. Vide Commisso.

Não karincompatibilidade para que o Senhorio possa accusar o Commisso por falta de pensões, e peder as mesmas, 808.

Se se póde convencionar, que não pagando até certo tempo se pague ao Procurador da Esecução tante por dia, 684.

Havendo pena ou interesse convencionado, não se pagando a pensão a tempo, se o Senhorio póde remittir huma, e outra cousa, exp ressa ou tacitamente 685.

Quando a pensão não paga em tempo se deve á maior valia do anno, e como liquidar-se, a 687.

Prescripção da pensão na quantidade ou qualidade, a 698. 700.

Quando a maior pensão se presuma por extorsão dos Senhorios poderosos, 703. e N.

Quando no Foral ou Prazo, se diz hum capão, ou tanto por elle, etc., de quem he a eleição, 707.

Variada a moeda, se o Senhorio be obrigado receber a pensão em dinheiro pela moderna, ou pela antiga, a 708.

Em que tempo, em que lugar, a cujo risco, e por que medida se devão pagar ao Senhorio as pensões de grãos e liquidos, a 114.

Se as propriedades não produzem fructo senão de annos em annos, só pelos annos que os produzem, se regula o pagamento da pensão, 714.

Para se exigir a pensão de fructos he necessario esperar o tempo da colheita, 715.

Póde antes do tempo requerer-se asseguração da pensão, para se pagar em tempo competente, 716.

--- Sem que neste caso seja necessario provar os requisitos de Direito, 716.

- Porém não por pensões futuras, 716. .

Tambem se póde exigir antes do tempo, se o Emphyteuta desamparar os bens, 717.

- Igualmente se o Emphyteuta subemphyteuticar ou arendar, 717.

tisfazer as pensões: Se póde haver convenção para isto, 718. 721. 722.

Quando a pensão perece, por conta de quem he, 718. e N.

Onde se deve satisfazer a pensão quando o Senhorio muda de domicilio, 719.

Por que medida, quando o Senhorio habita n'huma parte, o Emphyteuta n'outra, 723.

— A observancia tem agui muita força, 724. 725

Se a medida varia, sempre a pensão, se deve pagar pela do tempo do contracto, 725.

> REDUCÇÃO OU AUGMENTO DA PBNSÃO.

Reducção das Pensões Emphyteuticas, a 741. 1291.

−Se não ha ruina não com− pete senão o meio da lesão, 745.

Não restando das ruinas bens com que, satisfeito o trabalho do Emphyteuta, se possa satisfazer a pensão, necessariamente deve haver reducção, 747.

Se restando a area das casas ou moinhos se deve a pensão, 747. N. 1.

Não bé imputavel ao Emphyteuta quando pede a reducção da pensão, dizer o Senhorio, que andão fazendas alienadas. tendo-o sido pelos Antecessores, 750.

Deve abater-se a pensão, quando no tempo que se aforárão huns Moinhos não havia outros que depois se fizerão, 752.

–O mesmo nas casas, se por algum accidente variárão os Em que lugar se devem sa- | preços dos arrendamentos, 753. Quando se ha de abater a pensão por esterilidades, 754.

Havendo nos Arrendamentos ou Prazes renuncia de todo o caso fortuito cessa a remissão da Pensão, 787.

- —Limita-se se o caso destroe a substancia da cousa arrendada, 758.
- Quid, se faltar essa renuncia? 759.

Quando se fizer a remissão da Pensão por esterilidades, deve ser logo nesse anno, sem esperar o fim do arrendamento, para a compensação do anno fertil, 760. N.

So se deve fazer a remissão da Pensão no caso da Guerra, e invasão do irimigo, 761.

Em que casos se possa na Renovação dos Prazos alterar a antiga Pensão, a 1162.

Com que respeitos se deva augmentar a pensão na renovação dos Prazos, a 1176. Vide Renovação.

## ACÇÕES PELA PENSÃO.

O Senhorio póde propôr acção pessessoria contra o Emphyteuta, que lhe nega a pensão, 1262, 1279.

Na acção possessoria pelas pensões, ainda coutra terceiro, não he necessario juntar o Titulo, mas basta a posse, 1263. N

- —Aindà que o Titulo se produza para fundamentar a posse, alguns DD. não admittem no possessorio disputa sobre a sua validade, 1263. N.
- Só sendo o Titulo notoriamente nullo e vicioso, 1263.

TOMO H.

Acções competentes ao Senhorio para exigir a pensão, ou pela via Ordinaria, ou pela Summaria e Executiva, ou contra o Emphyteuta e Successores, ou contra terceiro possuidor, a 1264.

Defesas do Réo na acção Ordinaria pela pensão, 1265.

Se o accionado pela pensão como emphyteutica não possue predio algum emprazado, deve logo ao principio allegar que não he possuidor, aliás fica responsavel a todos os interesses, e damnos do Senhorio. 1265.

Via Summaria e Executiva pelas pensões emphyteuticas, a 1266. Vide *Executivo*.

Acção competente ao Emphyteuta para se diminuir a pensão, 1291.

# PERMUTAÇÃO.

Quando pela permutação sem consentimento do Senhorio se incorre em commisso, 830.

Quando compete o direito da opção na permutação, a 900.

Se se ha de intender venda, ou troca intervindo na permutação dinheiro, 903.

Quando se presuma troca, e não venda, 905.

Quando se deva Laudemio da permutação, a 1011. Vide *Laudemio*.

## PERTENCAS.

Quando nos Documentos se achão, Terras, Villas, etc., sem limites, se intendem com todas as suas pertenças proprias, por antigos costumes, 1227.

Pela contribuição dos direitos dominicaes presume-se accamorio tuda o da que se pegão os mesmes direitos, 1227.

Se o Monumento contém huma Terra com suas pertenças, vem a comprehender tudo quanto era destinado como accessorio, 1228.

Como se devão prover as per-

tenças, 1228. r.

Provas das pertenças particulares comprehendidas dentro dos limites da universalidade, a 1231.

PESSOA6.

Que Pessoas físicas ou meraes podem dan os bens de emprazamento, 17, 20.

Solemnidades para os Prazos: das Pessoas a quem falta a prudencia, ou o juizo, 21.

Que pessoas podem receber os bens de emprazamento, 47. 48. 49.

Que pessoas podem adquirir daminios. 47.

Razões por que nes prasos se condiciona o não succederem pesseas poderosas, a 260, 360.

Se as Senherios não auctorizão as Pessoas podenosas para receberem os Pranos, podem dentro de anno aliena-los, 265.

Quaes sejão as Pessons de maior qualidade, e condição, 266. 360.

Guma as Pessoas poderosas podem contra a vontade do Senhorio entrar nos Prazos, 266. N

Que Pessoas tem capacidade legal para fazerem Nomeações de seus Prazes, a 309.

Que Pessoas tem incapacidade legal para, pederemoser nomeadas nos Prazos, a 339.

Que Pessoss pedem ou não

ser nomeades segundo as investiduras, a 351.

Pessoas que podem reprovar-se pelo Semberio, 919, r.

POSSE.

Acções possessorias competentes em diversos casos ao Emphytenta contra o Scalario, a 1288.

Se e Senherio fez obra em algumas casas prejudicial so Emphyteuta, póde este nuncia-le, 1289:

Se o Senhorio turba e Emphyteuta na sua posse por quelquer modo lhe competem os remedios possessorios, 1290.

Acções possersorias competentes ao Senherio on contra o Emphyteuta, a 1260.

Acção possessoria competantes pelo beneficio do Alvará de 9 de Novembro de 1754, a 1833,

Nesta acção he necestação vo-

- 1.º A qualidade dos bens, pedinde-se como de Prazo, 1296.
- 2.º Que o Prazo seja de Nomeação: Porque todas as Leiso suppõem os termos habeis, a 1297.
- 3.º Que haja Nomoação do Defuncto ou da Lei, 1298.
- 4.º Que o Nomesute houvesse possuido nomine, et jureproprio, 1299.
- —Se o defuncto tiver alienado o Praso familiar inalienavel, não passa a posse ao Successor, 1299.
- Tambem não passa para o Successor a posse do usofructuario, 1300:

O Emphyteuta Successor qua-

lificado péde usar de todos os remedios possessorios, 1304.

Este Juizo pessessorio do Alvará tem admixta a causa da propriedade, 1305.

Possuidor, a 1306.

Póde nelle disputav-se a validade da Nomeação, 1308.

Concorrendo a Viuva cabeça de casal nas, Bemfeitorias com o Successor nomeade, a quem se ha de dar a pesse, a 1342.

Péde dar-se entre a Vinva, e o Successor do Prazo o directo da sompossessão, 1515.

PEASO

Vide Emphyteusi, Emprasamento.

PRECARIO.

Em que differe o Emphyteusi de Precario, 95.

# PRELAÇÃO.

O direito da Prelação póde paccionar-se, e he obrigatorio em todo o contracto, 817. 889.

Nos Censos mesmos vale o Pucto da Prelação, 817.

No Suhemphyteusi se dá a prelação ao Senhorio, 838.

O Senhorio tem direito de prelação na Servidão que se vende, e lhe interessa, 841. N.

Em que casos compete a Opção e Prelação ao Senhorio, a 869.

Quando no Prazo se condiciona, que vendendo-se seja ás Pessoas da familia, sendo estas afrontadas, e não o querendo, perdem o direito, 966. Vide Opção.

# PRESCRIPÇÃO:

Em falta de Escriptura, como se possa provar o Prazo, a 108.

Presumpeão e prescripção supprem a Escriptura publica, 109.

Prescripção do Emphyteusi contra o Senhorio, ou contra o Emphyteuta, a 116. 118.

- Requisitos desta prescripeão, 117. N.

Prescripção da peusão na quantidade, ou na qualidade, a 698.

Prescripção quinquennal do Commisso, 801.

Extinçção do direito emphyteutico pela prescripção, a 1672.

Prescreve per dez annes e Senhorio contra o Emphyteute, 1075, 1076.

Em toda a prescripção he necessaria a boa fé, 1077.

Causas que podem fendamentar a prescripção do Senhorio directo, 1077.

Se pela prescripção se póde in perpetuum adquirir à liberidade dos redditos annuos; ou se estes só se podem prescrever, quanto ao preterito, 1079.

Se o Emphyteuta póde prescrever a liberdade dos beus de Prazo, 1980, 1981.

Se o herdeiro do Emphytouta póde prescrever ex prepria persona, 1081. N. r.

Basta a negligencia do Senhorio para proceder contra ello a prescripção, ainda sem repugnaucia do Emphyteuta, 1081. e N.

He mais facil admittir neste caso a presumpção, de que o Senhorio remettio a pensão ao Emphyteuta, 1082.

Sendo a pensão remivel tambem facilmente se presume temida, 1083.

Nos Prazos dos Bens do Emphytenta vendidos, e emprazados he mais facil a prescripção. E he mais facil prescrever as rendas preteritas, 1084.

Quando a prescripção he opposta por terceiro que possuio os bens do Prazo como livres, bastão 30 annos, e boa fé, 1085.

— Porém se for só huma porção do Prazo, de que o Senhorio receba o todo da pensão da porção não vendida, então não prescreve o terceiro por este tempo, 1086.

Tudo o exposto procede igualmente no subemphytenta contra o Emphytenta, 1086. N.

A prescripção dos bens da Coroa contra os Donatarios tem lugar por 30 annos, 1087.

--- Sendo contra todos os Successores só póde valer immemorial, 1087.

Contra qualquer Administrador de Morgado, se prescreve a liberdade do foro por 30 annos, 1088.

Contra todos os Successores he necessaria a immemorial, que se destroe constando do tempo em que os Foreiros pagárão, 1088.

Quanto á prescripção dos Prazos de que são Senhorios directos os Commendadores, 1089. r.

Os bens das Igrejas e Mosteiros prescrevem por 40 annos, 1090.

— Se as Confrarias são ereetas por authoridade do Ordina— e N.

rio gozão do mesmo privilegio, aliás se são leigaes tem lugar a prescripção ordinaria, 1990.

— Quando as Corporações, e lugares Pios se possão dizer erectes por authoridade dos Rispos, 1090. N. r.

Prescripção pelo que respeita aos bens dos Benedictinos, e Ordem Cisterciense, a 1091.

O Renovado; a quem o Prazo não pertencia, prescreve contra o legitimo Successor por 10 annos entre presentes, 1140.

Se he ou não conveniente, e justo para obstar á prescripção juntar hum Titulo nullo, ou antes recorrer só á immemorial, 1190. N.

# PRESUMPÇÃO.

Em falta de Escriptura como se possa pela presumpção provar.o Prazo, a 108.

Presumpão, e prescripção são meios diversos, 108.

Requisitos para a presumpção do Emphyteusi, 112.

Presumpção da Subemphyteusi, 114.

De que natureza se hão de presumir as pensões antigas que se pagão, e de que não apparece Titulo, a 119.

Circumstancias para se presumir a natureza emphyteutica, a 120.

Ordenações em que o Legislador usa de presumpção ou ficção, 212.

A presumpção que firma a Lei não fica nos termos de presumpção, mas de Lei mesma, 242. N

Quando se presuma extorsão nos Senhorios poderosos, 703. e N. Assim como ha Emphyteusî presumido tambem póde haver Renovação presumida, a 1181.

## PRIVILEGIO.

Privilegio dos bens Cistercienses, 1093.

Effeitos do privilegio ad instar, 1093. N. r.

## PRODIGO.

Como se devem emprazar os bens dos Prodigos, 22.

Se o Prodigo póde nomear o Prazo, 315. Ouem se deva julgar Prodi-

Quem se deva julgar Prodigo: quando sejão millos os seus actos, 315. N. r.

# PROCURADOR.

Se o Prazo se póde nomear por Procurador, 294.

Se não nomeando o Procurador fica effectiva a Nomeação, 940

—Se este Mandato se póde revogar pelo Nomeante, 295.

Se o Mandato especial para nomear o Prazo póde executarse depois de cabir em demencia o Mandante, 296.

Pela demencia do Mandante fica cessando o Mandato. 296.

## PROMESSA.

Quando basta a promessa de emprazar, vender, doar, etc. para produzir effeito, 64. 291.

Quando a promessa de nomear o Prazo se reputa effectiva Nomeação, 291.

## PROVISÃO.

Só por Embargos se póde accusar ob e subrepticia, 34. N.

PUBRE, PUPILLO.

Vide, Mellor.

RATEIO.

O Senhorio he obrigado fornecer aos Foreiros os Documentos, para se apurarem as Terras, e ratear o Foro, 733. N.

Não se devem olhar para o ratero de Ford as bemfeitorias do predio, mas o estado anterior, 733. N. 2. Vide Cabeça.

## RECONHECIMENTO.

Se o Reconhecimento do Emphyteuta lhe prejudica, e aos' Successores, 1200. 1215.

Os Reconhecimentos dos Habitantes de hum Povo foreiro prejudica aos de fóra, que tem Propriedades nesse Districto, 1218. N.

Os Reconhecimentos dos foreiros não se pódem arguir imprejudiciaes, porque feitos sem causa, 1221. 1222.

Se apparecendo hum Titulo original contrario ao Reconhecimento se reputa este erroneo, 1223. e N.

Se os Reconhecimentos do Tombo runca se observarão, e nelles se impõem Foros insolitos, não devem attender-se, 1224.

## REDDITOS.

Se se podem emprazar redditos annuos, a 42. prar-se sem usura por preços 1325, menores, 44.

Se se pode prescreper a liberdade de os pagar in perpetuum, ou só quanto ao passado, 1079.

REIVINDICAÇÃO. ALLY

Acção de reivindicação competente ao Emphyteuta, e ao Successor do Prazo para o reivindicar de terceiro, a 1317.

Reivindicação proposta pelo mesmo Emphyteuta alienante, a 1318. 45 B .. 6

O proprio Employteute Alienante póde reivindicar o Prazo: ou 1.º Se a Escriptura; se não solemnizou com os requisitos legaes, 1319.

2.º Se sendo o Alienante menor não intervierão as solemnidades legaes, 1319,

3.º Se o Marido alienou, o Prazo sem consentimento da mulher, 1319.

4,° Sa senão pagou Siza de. vendo-sc. 1319.

5.º Quando se não pagárão os Landemios, sendo da essencia da alienação, 1319.

6.º Quando houve lesão enorme. 1319.

Se faltando sómente a licenca do Senhorio para a alienação. póde o Emphyteuta, reivindica-lo, 1320.

Defezas do possuidor nesta accão, a 1321.

Acção de reivindicação proposta pelo Successor, a 1322,

Fundamento desta acção, a, 1323.

Não obsta a ella o ser o Reivindicante herdeiro do Alienan- | 1142, te; nem tambem no Prazo fa-

Redditos annues podem com- | miliar a prescripção ardinaria, Aug. Leatings of

Reivindicação do parte dos membrada, 1326.

# "BEMIR."

Trazo com o pacto de remir,

Ouando se vendem bens com o pacto de ficarem emprazados. e se cae em Commisso, não se perde o direito de remir. 83.

Se o Censo se ha de presumir, perpetuo auvemivel, 126.

A faculdade de remir em quento aos redditos apauos he imprescriptivel, 886. N.

# i 0.4 : 40 .00 - ARNONAGÃO.

Quando teve origem o direito da Renovação, a 1055.

# A QUEM PERTENCE A RENC> VAÇÃO:

No direito da Renovação só póde succeder aquella pessoa. que succederia durante as vidas. 141.

No direito de pedir a Repovação não ha representação, March Land 141. 179.

Se nomeando-se o direita da Renovação se conserva, a natureza do Prazo familiar, 363.

A mulher do Emphyteuta. quando se faz a Renovação he vida necessaria, 364. N.

Quando o Senhorio renova n'outro pelo Successor a não. ter; pedido em tempo, e lhe, cede o direito de accusar, o Commisso, páde este accusarlo,

Se durante a Demanda, so7

bre a Renovação o Senhorio emprazar a terceiro, he contra este exequivel a Sentença do Emphyteuta, 1142 N.

-Mas pendente a lide entre dois Emphyteutas sobre a successão, póde o Senhorio fazer Renovação a hum delles sem attentado, 1142. Nocosyono il

Se o Senhorio renova o Prazo a quem elle não pertence, pode o legitimo Successor demandar o Renovado, citando porém o Senhorio, em qualquer tempo que seja, 1143.

Requisitos desta Citação do Senhorio, 1143. N. mos orab m

Quid, Se o Senhorio faz a renovação dentro do anno a outro ? 1138. 1131 (dqia A ob edece des com sciencia de estrrem

OBRIGAÇÃO DE RENOVAR. o Commisso, c process o

Quanto aos Prazos Seculares. nen o 16) see ge ce anneur

Ha obrigação de renovar Prazo de Terras incultas melhorado, e bemfeitorizado, 1061 names man a no seduanta

-Limita-se; se a pensão he minima com respeito á obrigação de melhorar, 1061. N.

Se se offerece hum Prazo antigo já renovado, procede a mesma razão para se renovar, 1062: 10 Butted Sup sign 109

Os Prazos da nova especie findas as vidas se extinguem,

-Limita; havendo grandes bemfeitorias, ou intervindo o pacto de renovar, 1063.

Effeito do pacto de renovar' se produz hypotheca, etc., 1063. nuntración introclina de lend

Sendo o Prazo de bens do Emphyteuta vendidos e empra- | zins se não renovem, póde o Se-

zados, ou se deve necessariamente renovar, ou só se devolve ao Senhorio o equivalente ao preco da compra, 1064.

Não ha obrigação de renovar quando o Emphyteuta incorreo em Commisso, ainda que haja pacto, 1065, es meven run

Quando o Emphyteuta renunciou o Prazo ao Senhorio sem obrigação alguma, não ha obrigação a renova-lo, 1066.

Limita-se; sendo a renuncia fraudulenta em odio dos Successores, 1066.

O Successor do Morgado não he obrigado renovar o Emprazamento feito sem Regia Auctoridade, 1067. 2000 92 EOXDT

Não he obrigado renovar, quando o Prazo se extingue, por culpa, delicto, commisso, devolução, prescripção, etc., 1067.

Quanto aos Prazos fateozins. 1069. LONGA YORAN A

Quanto aos Prazos Ecclesiasticos. morte do Barphytenes, ultimo

Os Prazos de Igrejas, Mosteiros, etc. da Dotação, e fundação, que nunca forão consolidados, se devem continuar com a mesma natureza, etc., 1068. titlii, ugmel m

- Mas podem renovar-se para se avivarem, etc., 1069.

-Isto não comprehende os Prazos das Ordens Militares, da Universidade, do Convento do Coração de Jesus, nos quaes findas as vidas se devem regular como Prazos Seculares, 1070.

Ainda que os Prazos fateo-

nhorio exigir do Emphytonta. Vedoria nas Terras delles para se não confundirem, 1069.

Os Prazos dos Mosteiros Consolidados desde 1611 não ha obrigação de se emprazarem aos parentes do ultimo possuidor, mas devem ser pelo mesmo fóro e natureza. 1071.

- E sé depois be que se hão de renovar nos mesmos, 1071.

Os bens dos Mosteiros illegitimamente adquiridos se devem aforar em perpetuo, 1072.

—Todos os bens se presumem da Doação e fundação, 1072.

Em todos os casos em que os Prazos se consolidão por Commisso ou devolução, ha obrigação de se emprazarem dentro de anno e dia a Pessoas Seculares, 1073.

# EM QUE TEMPO SE DEVE PEDIR A BENOVAÇÃO.

A Renovação deze impetrarse dentro de anno e dia da morte do Emphyteuta, ultima vida, a 1128.

Se este se póde restringir por pacto a dois mezes, 1131.

Se se póde purgar a mora de se não impetrar a renovação dentro do tempo, 1131.

O tempo não corre em quanto ha hum legitimo impedimento, 1132.

Se o que está legitimamente impedido deve antes do tempo protestar o impedimento, 1132. N

Impedimentos que excusão: 1.º Se o Successor era menor, aínda que tenha Tutor e Curador, 1133.

2.º O enferme, o prezo, a guerra, o temor do inimigo, peste, absencia do Senhorio, etc., 1134.

Tudo o que excusa da contumacia excusa de se não pedir a Renovação, 1134. N.

3.º Em quanto o Successor não está na posse do Prazo, ou em quanto litiga sobre a successão, 1133.

Sefallecendo o Successor dentro do anno, goza o seu novo Successor de outro anno inteiro, ou deve computar nelle o tempo passado, 1136.

Se o Senhorio passado o tempo recebe do Emphyteuta as pensões com sciencia de estarem findas as vidas, he visto remittir o Commisso, e prorogar o tempo, 1137.

-O mesmo se passado o anno concede a Renovação, 1137.

Quid. Se o Senhario dentro do anno faz Benovação a hum Extranho, ou a hum consanguineo, preterido aquelle a quem pertencia? 1138.

Quando na Investidura ha o pacto de renovar findas as vidas, tem duração por 30 annos, 1140. N.

Por mais que tenha passado o tempo, e não haja impedimentos, nunca o Emphyteuta póde ser privado do seu direito sem Sentença, 1141.

Se o Emphyteuta pede a Renovação dentro do anno, e o Senhorio a recusa, póde ser demandado: e depois de citado o Senhorio se perpetua o tempo do anno, 1144. e N. a 1145.

- Defezas desta acção, 1145.

SOLEMNIDADES DA RENOVAÇÃO.

Solemnidades com que se deve fazer a Renovação, a 1146.

Nas Renovações dos Prazos Ecclesiasticos não são necessarias as solemnidades precisas para as primeiras Investiduras, 1146.

— Igualmente nos bens de Morgado, se tem para os prim iros Prazos havido Regia Auetoridade, ou precedido mais Renovações, 1147.

Requisitos das Renovações nos Prazos das Commendas, 1148.

Prática da Renovação dos Prazos Ecclesiasticos, 1149.

Prática da Renovação dos Prazos foreiros á Corôa, 1150.

Se póde haver Renovação presumida, assim como ha Emphyteusi presumida, a 1181.

- Não a póde haver, nem nos Prazos Ecclesiasticos, nem nos Prazos das Commendas, 1182, 1183.

Quid, nos Prazos Seculares? a 1184.

COM QUE NATUREZA SE DEVE PAZER A BENOVAÇÃO.

Com que naturesa se devem organizar as Renovações, a 1151.

A Renovação não he titulo movo, mas só huma continuação da primeira Investidura, a 1181.

Não apparecendo a primeira Investidura se presume a Renovação feita na conformidade della, 1151.

Sem mutuo consentimento se não póde alterar na Rehovação a natureza antiga; 1152. 1154. Tomo II. O Prazo por Varões não se póde ampliar para femeas: O familiar não se póde mudar para de Nomeação livre, 1153.

Se o Prazo familiar em terceira vida se aliena ao comprador, se ha de fazer a Renovação sem attenção á antiga familia, 1153. N.

Quando se altera a Investidura na Renovação, he necessario especificação disto mesmo, e declaração da antiga, 1154.

Quando na Renovação se não acha expressa declaração de revogação da antiga natureza, toda a alteração se presume erro, 1155.

- Nunca pelo tempo se presume ratificado este erro, 1155.

Nas Renovações dos Prazos Ecclesiasticos não se póde alterar a natureza, sem concorrerem as solemnidades necessarias para as alienações de taes bens, 1156.

Quando o Senhorio não he obrigado renovar o Prazo póde convencionar as clausulas que quizer, como n'hum Prazo novo, 1157.

Na Renovação a que precedeo Renuncia se póde alterar a precedente Investidura, 1053.

interpretação das ren<del>o-</del> Vações...

Como se devão interpretar as Renovações, 1158.

Renovado simplesmente o Prazo se intende com a mesma natureza do antigo, 1158.

Deve-se intender a Renovação conforme a Petição, e Despacho para ella, 1158.

Se a primeira Investidura era

46

familiar, a segunda de Nomeação simplesmente, se deve intender restricta ás Pessons da família, 1160.

Todas as clausulus duvidosas, on omissas nas Renovações se interpretão pelas da antiga lavestidura, 1161.

Vide o Artigo antecedente.

QUANDO NAS BENOVAÇÕES DE PÓDE ALTERAR A AN-TIGA PENSÃO,

Em que caso se póde na Renovação altera a antiga pensão, a 1169.

Quanto aos Prazos das Commendas, 1166.

Quanto aos Prazos do Hespital de todos os Santos de Lisboa, 1167.

- Nos Prases em que se permitte a Consolidação, também se permitte o augmento da pensão, 1168. N.

":Nas Renovações dos Prazos Beclesiasticos, ou os bens sejão da dotação e fundação, legitima ou illegitimamente adquirides, não sendo as Corporações Domatarias da Coréa, não se augmenta a pensão, 1168.

Se as Corporações Ecclesiasticas são Donatarias da Coróa, póde-se nas Renovações de seus Prazos augmentar-se os Foros, a 1170.

Quid, nas Renovações dos Prazos immediatamente da Coroa? 1174.

Nas Renovações dos Prazes das Commendas se póde augmentar a pensão, 1179.

--- Igualmente nos Prasos da Universidade, 1173.

Nas Renovações dos Pra-

zos de Pessoas particulares, 1174.

— Limita-se na Renevação dos Prazos dos bens do Emphytenta vendidos e emprazados, 1175.

Com que respeitos se deva augmentar a pensão, a 1176.

O augmento da pensão deve commetter-se ao arbitrio dos Leuvedos, 1176.

Não se deve augmentar, se os predies ferão augmentades por despezas e trabalhos dos Emphyteutas, 1177.

Se emprazadas duas Rodas de Moinhos o Emphyteuta augmentos outra, não se deve augmentar a pensão com respeito a esta, 1178.

Tambem se não augmenta, quando os Predios crescem por alluvião, 1179.

Nos Prazos fateuzins perpetuos em nenhum caso se póde augmentar a pensão, 1179.

Quando na Renevação deva diminuir-se a antiga pensão, 1180. r.

BENUNCIA.

Se na Rennncia universal da herança se comprehendem os Prazos, a 506. 508. 612.

Que se comprehende na Renuncia? 542. N. r.

Quando o Emphyteuta póde renunciar es Prazos, para se hivrar des foros preteritos ou fatunos, 784.

He permittida a Renuncia em qualquer vida, quando o Praso lho vem a ser inutil, 787.

Qualquer terceire que compreu bens sem saber que erão Emphytentices, póde, sabendo, renuncia-los ao Senhorie, 738. Em todo o caso em que he permittida a renuncia deve certificar-se della ao Senhorio, 739.

Se o Emphyteuta não póde reformar a casa, deve cede-la ao Senhorio, 747. N. 3.

Extincção de Praso na duração das vidas pela renuncia de Emphyteuta, a 1052.

Póde renunciar-se o Prazo nas mãos do Senhorio, para o renovar no Renunciante, ou em quem se quizer, havendo-se então por extincta a precedente Investidura, 1053.

# REPARAÇÕES.

Vide Bemfeiterias Dannificapões.

REPRESENTAÇÃO.

Não a ha no direito de pedir Renovação, 141.

Na Successão dos Prazos não ha Representação: Assim como em todos os bens em que a Successão se defere por concessão dominica, 177.

— Ha-a porém na Successão dos Prazos hereditarios, 178.

-Nos perpetuos familiares, 180.

## SENHORIO.

Os direitos relativos se Senhorio sé elle, e ninguem mais os póde oppór, 236. N.

A prohibição de não passarem es Prazos a pessoas demaior condição he só relativa ao Senhorio, 263.

Quando o Senhorio recusa prestar o consentimento necessario, para a alienação do Praso, ha o recurso ao Magistrado, 266. N.

Quando muitos são nomeados no Prazo póde o Senhorio gratificar a qual quizer, 359.

Em que casos he ou não preciso o consentimento do Senhorio para se nomear o Prazo, a 365.

Se e Senhorio póde oppér a falta de consentimento, 368. N.

Vide Consentimento.

Senhorio pode usar de acções possessorias ou contra o Emphyteuta ou contra terceiro, a 1260.

## SERVIDÃO.

Se o Emphyteuta póde constituir Servidão sem pena de Commisso, a 840.

Constituida, quando fica perpetua. 841.

Se o Emphyteuta vende huma Servidão, em que o Senhorio podia interessar, tem este o direito da prelação, 841. N. a 909.

Servidões deteriorão os prodios, 842.

Póde o Senhorio, ainda em vida do Emphyteuta que constitue a Servidão, propór acção para a repellir, 842.

O usofructo he especie de Servidão pessoal, 843.

O Senhorio póde tambem nunciar a nova obra do predio emphyteutico sendo o prejuiso perpetuo, 1259.

Quando o Senhorio emprama hum predio serviente a outro seu, com que fica, se intende para esta reservada a Servidão, 1263.

—E póde o Emphyteuta dentro do amao, se a nega, ser accionado possessariamente por ella, 1263.

#### SIZA.

Se se deve da venda da acção de Reivindicação por preço certo. 1007.

Se o Arrematante antes da posse cede a cousa arrematada só se deve huma Siza, 1008.

Deve-se da Transacção, quando o accionado dimitte a causa recebendo dinheiro. Não pelo contrario, 1016. N.

Por estito em nenhum caso se deve Siza da Transacção, 1018.

Differenças entre a Transacção ou Cessão para effeito de se dever Siza, 1018. N.

Se se deve a Siza ao Rendeiro do tempo do contracto, ou ao do tempo em que se encheo a condição, 1031. N.

Ainda que na venda se não exprima quem a deve pagar, se regula pelo costume, que he o comprador, 1043.

O Assento da Siza faz prova contra quem a pagou, 1282.

#### SOLEMNIDADES.

Solemnidades dos Emprazamentos, 17.

Solemnidades para os Prazos das pessoas a quem falta a prudencia, ou o juizo, 21.

Solemnidade legal e intrinseca nunca se pode presumir pelo lapso do tempo, não constando das Escripturas, 876.

Solemnidades das Renovações, a 1146.

## SUBEMPHYTEUSI.

Se o Emphyteuta póde subemphyteuticar, 37.

Se o Emphyteuta pelo Sub-

emphyteusi fica ou não conservando o dominio util, 38.

Direitos do Senhorio no Subemphyteusi, 114.

Se o Emphyteuta subemphyteuticando sem consentimento do Senhoric incorre em Commisso, 838.

Quando tem lugar o direito da opção e prelação no Subemphyteusi, a 909.

Se se deve l audemio da Subemphyteuticação, 1021.

O Laudemio da venda do Subemphyteusi deve-se ao Senhorio, e não ao Subemphyteuta, 1033.

O Subemphyteuta prescreve contra o Emphyteuta da mesma fórma que este contra o Senhorio, 1086. N.

Se na primeira Investidura havia faculdade de subemphyteuticar, presume-se repetida, ainda que se não declare na Renovação, 1161. N.

#### SUBSTANCIAL.

O que he substancial ou accidental no Prazo, 8.

# SUBSTITUIÇÃO.

He segunda Instituição, 227. O substituido universalmente se intende tambem nomeado no Prazo, 227.

Se o Instituido se julga nomeado, não menos o segundo Instituido, 237.

Se quem tem poder de nomear póde fazer muitos gráos de substituição, nomeando huns depois de outros, a 392.

Se feita a substituição por contracto entre o Nomeante, e

Nomeado, podem ambos revogala em prejuizo do substituido, 355. N.

SUCCESSÃO.

()rdem da Successão ab intestato nos Prazos, a 134.

O Prazo extincto, ou em terceira vida regula-se pela natureza que tinha, 138.

Nos Prazos familiares, e nas cousas individuas se succede ad instar dos Morgados, 139.

Na Successão dos Prazos não se dá o direito da Representação, 139.

No Prazo de nomeação livre, ou mixto, succede o consanguineo mais proximo. 140.

Só póde succeder no direito da Renovação aquella pessoa que succederia, durante as vidas, 141.

Póde renunciar-se a herança, e acceitar-se sómente o Prazo de vidas, 142.

Successão dos filhos legitimos, a 143.

A ordem da successão he tirada do direito civil, 143. N. Se o filho Clerigo mais velho succede, 150.

Successão dos Prazos, quando concorrem filhos do primeiro e segundo matrimonio, a 151. 185.

O Pai não he obrigado reservar para os filhos do primeiro matrimonio o Prazo, em que foi nomeado por hum filho do mesmo matrimonio, 158.

-O mesmo procede nas heranças, 158. N.

Successão dos filhos naturaes, ou espurios legitimados, a 159, a 173.

Se o natural do Nobre suc-

cede por tacita vontade do Pai, se por força de vocação de Senhorio, a 159.

As palavras: Descendentes legitimos: são aptas a comprehender a exclusão dos naturaes in infinitum, 160. 182.

Os filhos naturaes dos Nobres não succedem nos Prasos fateuzins hereditarios, só nos de livre Nomeação, 161, 162.

Os Prazos de Nomeação livre, em que não são chamados os filhos, ainda bavendo-os, pédem succeder extranhos, 165.

Em que casos podem succeder os filhos naturaes dos Nobres, 172.

Successão dos Netos nos Prazos, a 177.

Na Successão dos Prazos hereditarios ha o direito da Representação, 178.

Successão dos Ascendentes, 187.

O direito da Successão he reciproco, 187.

Successão dos Collateraes nos Prazos, a 194.

« Non est curandum de sexu « nisi in gradu, nec de ætate « nisi in sexu », 194.

Como se devão computar os gráos na Successão dos Collateraes, 200.

Se o Natural do Peão succede aos consanguineos pateraos, 201.

-Sim aos maternos, 203.

Successão dos Prazos por testamento, quando se deixa hum só herdeiro, a 206.

O Instituido herdeiro julga-se nomendo no Prazo, a 206.

Limita-se, sendo a Instituição restricta dos bens livres, 213. N.

As femeas não tem inhabilidade para succederem em Prazos, 216.

Requisites para que o herdeiro universal se entenda nomeado nos Prazos, a 219.

Successão dos Prazos nor testamento, quando nelle são instituidos muitos herdeiros, a 273.

Vale a Disposição incerta. quando a incerteza se póde desfaser, 278.

Successão pos Pranos por acto entre vivos, a 283.

Se o Saccessor legitimo reconhece a Nomeação, ainda que destituida de solem nidades, subsiste válida, 378. N.

## SUPERFICIE.

Bm que differe do Romphyteusi, 95. 1:1

O Contracto superficiario tem muita similhar ça com o Emphyteusi, 209.

SURDO.

Póde celebrar todos os contractos, e doações, 320.

Requisitos para o sundo contractar, etc., \$20.

Surdastro, requisito para contractar. 320.

Surdo e mudo de nascimento ou ex acsidenti, se pode contractar, 322, 3232...

Como se devão precaver as fraudes a que estão sujeitas as suas disposições, 322. N. r.

## TESTAMENTO.

A disposição do hemam far cessar a da hei. 217.

A liei quando falla em Tasta- mento do marido, 333. r. mento o requer válido, 219. +

Se nullo o Testamento é aullo também na parte que comprehende os Prazos, a 219.

Annuliado o Testamento se vale o contracto nelle celebrado.

Como se hão de celebrar es contractos em Testamento, 222. N. r.

Se he válida a Nomeação de Prazo em Testamento de Pai, ao menos sem tres testemunhas. 223. 371.

Não he necessario o censentimento do Sephorio, para se dispor dos Prazos em Testamento. 236.

Quando se repudia a herança... e não ha substituto, fica o Testamento mullo, 245.

--- Neste caso:não se devem es. Legados, e passa a herence ad intestato, 245.

- Limitações, 246.

Se são válido as Nompações foitas em Testamentos nullos, por effeito da clausula Codicilar. 246. N.

Vale a Disposição incerta, quando a incerteza se póde desfazer. 278.

Argumento tirado da ordem da letra nas Disposições testamentaries. 279, 280, 281.

Se o filho familias póde nomear o Prazo por Testamento, 313. N.

O condemnado á morte não póde dispor de seus bens por Actos de ultima vontade, 314.

. Muitas xque pão podem disper por Testamento, podem por acto entre vivos, 118.

Razões per que a mulher póde fazer Testamento sem consenti-

· O. Nomes do em Testamento

deve confirmar-se depois pelo Senhorio, 367.

Não ha repugnancia jaridica para que qualquer se prive da faculdade de testar, 426. N.

Como se ha de revegar hum Testamento solemne, 488. e N. f. TOMBOS.

Provas do dominio directo por Tombos, a 1209.

Solemnidades dos Tombos, 1209. r.

A jurisdicção do Juiz do Tombo, quando se lhe não concede ordinaria, é só para demarcar aquillo em que não hou-· ver duvida, 1210.

Obrigação dos Juices do Tombo, 4214, 1212.

De que bens se devem faser Tombos, 1212. 1213. : : : :

Se os foreiros citados comparecem e confessão, temos huma confissão judicial, 1215.

· · --- Se são contumases e não comparecem, se condemnão em sira contumacia, 1216.

Se es Foreiros se acommodão - aos procedimentos do Juik do Tombo, fica este fazendo contra elles huma eterna prova, 1217.

· O Tombo splemne faz prova do dominio directo, e direitos dominicaes como Sentença passada em julgado.

Que se ha de copiar nos Tombos, 1220.

Se o reconhecimento no Tombo nunca foi observado, e nelle se impõem fores insolitos, não deve attender-se tal Tombo.

# TBADIÇÃO.

Tradição symbolica no Emphyteusi, 69. 😘

necessaria Tradição para a adquisição do dominio, 71. N.

O pagamiento da pensão tem força de tradição, 105... ...

: Casos em quem e dominio ipso jare se transfere sem tradição, 438. r. 816. N. r.

Se a tradição ficta equivale á real, para effeito de proceder a Lei das alienações dos Prazos. 846. N.

Antes da tradição real/dos bens emphyteuticos mão se adquire ao Emphyteuta o dominio nem lhe competéacção real. 1284.

# TRANSACÇÃO,

·Quando o Emphyleuta póde transaccionar sem auctoridade do Senhorio, 848.

Não be necessario o consentimento do Semborio na Transacção: 1.º Quando o Emphyteuta possuidor fica com os bens de prazo: 2.º Quando o A. cede da Demanda em que se pretende ceivindicar o Prano: 3.º Quando a Demanda he entre consentes: 4.º Quando o Prase he hereditario, 848.

— He só necessario, quando o Emphyteuta accionado dimitte o Prazo, 848.

Quando na Transacção tem logar o direito da opção, a

Quando se deva Laudemio da Transacção, a 1016. Vide Laudemios.

Quando se deva Siza da Transacção, 1016. N.

## TRATADO.

Não basta o simples Tratado Por Direito Natural não he de se emprazar de futuro, para mento, 63.

O que he Tratado, e o que he Contracto, 63. e N.

O Tratado de vender não he propriamente venda, 816.

#### TRIBUTOS.

Que Tributos está o Emphyteuta obrigado a pagar, a 593.

Na prestação dos Tributos se deve attender: 1.% A Convenção das Partes: 2.º O costume: 3.º A disposição de Direito, a 593.

Clerigos não estão izemptos da prestação delles, 595. N.

Como se deve pagar a Decima entre o Emphyteuta e Senhorie, 597.

He necessaria para identificar es bens emprazados, 55. N.

Como ella se deve fager, 55.

Querendo o Senhorio fase-la autes de passarem dez annos do Contracto deve ser á custa do mesmo Senhorio, 1255. 🦠

#### VENDA.

Distincção entre a venda, e o Emphyteusi, 80.

Se o Prano com o pacto de remir se ha de julgar venda, ou Emphyteusi, 81.

Venda de bens com o pacto de ficarem emprazados, 83.

Entradas que dá o Emphyteuta ao Senhorio se são especie de venda, 84.

Em que confere o Emphyteusi com a venda, e em que differe, 85.

O Contracto de venda fica ex- lavra Vontade, 289.

se dizer perseito o Empraza- posto a lesão, e não a usura. 105.

> Se na venda universal da herança se comprehende o Prazo. a 506. 510.

Hum Titulo oneroso de compra recebe larga interpretação em favor do comprador, 510.

Quando pela venda sem o consentimento do Senhorio se incorre, on se excusa o Commisso. a 814.

Tratado de vender não he propriamente venda. 816.

#### VIDAS.

A mulher do Emphyteuta. quando se faz a Renovação he cemo vida necessaria nos Prazos. 364. N.

## VIRRO.

O que se comprehende na palavra Vinhe, a 649.

---Se a Agua pé, 650, 651. Se o Foreiro está obrigado á quota do vinho; se a deve das uvas que vendeu; e como se deve regular, 652, 653.

Se da Tinta que se faz das uvas se deve pagar quota, on tributo, 653.

-Se se deve da agua-ardente, arrobe, etc. 654.

## VIOLENCIA.

Quando he causa da nullidada do contracte, 53.

# VONTADE.

Differentes accepções da pa-

#### USOFRUCTO.

Como se deve computar o usofructo; ou para a proporcionar ao onus da Nomeação, ou para qualquer outro fim, 386. N.

Quando os Conjuges nomeão o Prazo com reserva do usofructo, se morrendo hum delles vaga ametade do usofructo, 391. N. r.

A reserva do usofructo produz os effeitos da clausula Constituti, 400.

— Opéra, que a Doação c Nomeação se reputem inter vivos, 400.

À simples reserva do usofructo não torna irrevogavel a Nomeação, 425.

No legado universal do usofructo, se comprehende o Prazo, 507. 509.

Se o Emphyteuta póde constituir usofructo sem pena de Commisso, a 840.

O usofructo he huma especie de Servidão pessoal, 843.

O Emphyteuta póde consti- posta á l tuir usofructo em sua vida, 843. ra, 105.

— Bem como póde vender em sua vida as commodidades do Prazo, 843.

Por benigna interpretação deve antes entender-se cedida a commodidade que o usofructo, 384. N.

Quando se dispõem do usofructo por ultima vontade, não he necessario o consentimento do Senhorio, basta só que o Nomeado requeira a sua Approvação, 844.

Quando no usofructo universal se comprehende o Prazo de providencia, 844. N. r.

Da venda do usofructo não se deve Laudemio, porque para a sua constituição não he necessario o consentimento do Senhorio, 1010. N. 1024.

Se ao usofructuario se deve o Laudemio, 1027.

O Laudemio pertence ao usofructuario geral da herança, 1028.

USUBA.

A venda do Prazo fica exposta á lesão, mas não á usura, 105.

FIM.

111125







